Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Núcleo de Documentação e Pesquisa da Educação Profissional

DICIONÁRIO COROGRÁFICO
DO
ESTADO DA PARAÍBA

QUARTA EDIÇÃO
Reimpressão fac-similar da edição de 1950

J. R. CORIOLANO DE MEDEIROS

editora IFPB

JOÃO PESSOA, 2016
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha – IFPB, Campus João Pessoa.

M488d Medeiros, João Rodrigues Coriolano de.

290p. : il.
ISBN: 978-85-63406-78-1


CDU 913 : 930.24(038)(813.3)
APRESENTAÇÃO


Acreditamos que essa iniciativa constitui-se como tarefa inadiável frente ao processo de manutenção do acervo e da memória educacional brasileira, identificando suas origens, matrizes e as formas como esse pensamento se traduz na História da Educação no País.

A união do IFPB com a APL teve como ponto de partida a imersão em um processo já em curso de análise das idéias de nossos educadores, sua formação acadêmico-científica e a contribuição que prestaram em seu campo de atuação. Neste quesito, ligando o local ao nacional, o regional ao universal, tem-se a obra do beletrista Coriolano de Medeiros.

Visando a contribuir com as gerações contemporâneas e vindouras de professores e pesquisadores, ante a falta de informações precisas sobre a obra e o pensamento dos nossos artífices da educação, é que o IFPB e a APL unem-se pela preservação e revalorização da memória educacional e cultural brasileira.

Por conseguinte, reforçamos a nossa crença de que a reedição do Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba alcança dois objetivos primordiais: primeiro, reforça o espírito público das nossas instituições em oferecer novas possibilidades àqueles que trabalham com o pensamento educacional brasileiro; segundo, a reprodução dessa obra serve, além de cultivo à memória, como referência a estudos mais aprofundados.

Para finalizar, expressamos nossos agradecimentos aos colaboradores, não só pela competência e generosidade com que ofereceram seus apêndices, mas também pela sensibilidade demonstrada aos trabalhos; e à Comissão Editorial por seu valioso auxílio e sugestões, que tanto contribuíram para que o Dicionário fosse republicado; assim como à APL pela frutífera parceria na coedição.

João Pessoa, setembro de 2016.

Cícero Nicácio do Nascimento Lopes
Reitor do IFPB
Dicionário de Coriolano

Em 1944, “trinta e três anos depois da primeira”, Coriolano de Medeiros atendia ao pedido de fazer a segunda edição deste precioso Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba. E manifestou desculpas pelas “lacunas e defeitos”, apesar dessa iniciativa ter sido, por outros motivos, “alentada”. Desde 15 de outubro de 2007, Dia do Professor, quando comecei a fazer parte da Academia Paraibana de Letras (APL), escuto reclamação do cronista confrade Gonzaga Rodrigues contra a falta desta esgotada obra, do confrade fundador e primeiro Presidente da APL. Agora, Gonzaga, prazenteiro, na introdução desta reedição, situa o requerido dicionário no seu contexto histórico e o compara com outros estudos corográficos paraibanos, iniciados por Beaurepaire - Rohan tão logo deixou o Governo do Estado. Este interesse acadêmico, sugerido à nossa gestão, concretiza-se na iniciativa e no empenho do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), aqui simbolizado pela apresentação do seu ilustre Reitor Professor Cícero Nicácio, ao trazer à luz mais uma oportunidade de haver ao público este vocabulário, conforme o autor, “indispensável a quem quer que deseje conhecer a Paraíba”. Para isso, contou-se ainda com a dedicada colaboração de Itapuan Botto Targino (APL), de Almiro Sá Ferreira (IFPB) e de toda a devotada Comissão Editorial, que ainda enriqueceram a publicação com preciosas informações, solicitando o Prefácio ao confrade acadêmico e historiador Humberto Mello. Em paráfrase com os agradecimentos de Coriolano, na segunda edição, “Confesso: Não fosse a gentileza, a boa vontade, o prestígio” dessas colaborações, não teríamos, em suas mãos, o reaparecimento do Dicionário tão desejado. Como desejou José Lins do Rego, em Poesia e Vida: Um dicionário: “Um dicionário deve ser um ser vivo, uma súmula da vida, mais um instrumento de aprendizagem que um objeto de luxo (...). Tem de ser mesmo paternal, simples, dando-nos o valor e o significado das coisas, sem pretensões, capaz da mais franca intimidade, generoso, probo, fácil”.

Há sessenta anos, davam-me dicionário em pedaços, nos finais da leitura do livro escolar, num quadrado intitulado de vocabulário; o que é hoje, nos manuais de ensino, com o nome de glossário. Foi nesses cantinhos das primeiras cartilhas, onde nasceu e cresceu minha afeição por dicionários, de continuada presença preservada nas dezenas deles que uso na minha biblioteca. Aprendi a não trabalhar sem eles, significando isso na comparação de Graciliano Ramos, em Linhas Tortas: “(...) Não poderíamos trabalhar sem ele, como não poderíamos trabalhar sem couro ou tijolos se fôssemos sapateiros ou pedreiros”. Há presunçosos que ironizam e escondem o uso do dicionário, tão prestativo à busca da palavra adequada à ideia, à
imagem e à sentença. Pois, de tantos livros lidos, é no dicionário, por não ser opinativo, em que mais acredito.

Significativamente, em certa ocasião, perguntaram, à guisa de orientação para leitura, ao poeta Paulo Leminski qual livro estaria lendo, então, com simplicidade e sabedoria surpreendeu: “No momento, estou lendo dicionário”; como você agora, caro leitor. Aos que observam no dicionário uma forma de tornar a linguagem ‘inovável’, “dura e inflexível”, além da adequação acima argumentada, admoesto-nos que o dicionário exerce, no mundo da linguagem, a rica função patrimonial de ser memória. Por tal motivo, esta obra de Coriolano, em que modestamente lembrou passível de “lacunas”, não sofreu alterações, até diante de importantes sugestões para atualizá-la. Atualização? Que outros escrevam outros dicionários. “Lacuna”? Coriolano já fez sua parte; ora, temos tempo, nossas vidas são cheias de lacunas e cabe a cada um de nós preenchê-las...

Damião Ramos Cavalcanti

Presidente da Academia Paraibana de Letras
Prefácio

CERIOLANO E SEU DICIONÁRIO

Humberto Mello

A VIDA


Fez seus estudos primários em escolas particulares da Capital, evocadas no referido depoimento. Na última que frequentou, organizou um jornalzinho. Tinha apenas doze anos quando assim se manifestou sua vocação literária. Depois, os preparatórios no Liceu Paraibano, e o curso de Direito na Faculdade do Recife, que deixou no terceiro ano. Não se sentia inclinado para as lides forenses.


Gostava do convívio de seus pares. Figurou entre os fundadores do Centro Literário Paraibano (1897), do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (1905), da Universidade Popular (1913), da Associação dos Homens de Letras (1917) e do Gabinete de Estudinhos de Geografia e História
da Paraíba (1931). Foi sua a iniciativa da fundação, em 14 de setembro de 1941, da Academia Paraibana de Letras, que hoje o homenageia denominando-se “Casa de Coriolano de Medeiros”.

Em 1949, perdeu a visão. Até o ano anterior ensinara no Instituto Underwood. Viveu ainda vinte e cinco anos. “Sem força nas pernas nem luz nos olhos, embora com força e luz no cérebro robusto”, como dele disse Celso Mariz. Lúcido até o fim, vez por outra recebia em sua casa, primeiro na avenida General Osório, depois na rua do Sertão, visitas de antigos amigos, de acadêmicos, de jornalistas, de intelectuais, de professores universitários, que lâ iam a levar-lhe algum conforto e, ao mesmo passo, buscarem seus ensinamentos e lhe ouvirem as lembranças. Faleceu no dia 25 de abril de 1974.

A OBRA


Eduardo Martins, pesquisador exímio, levantou, esparsos em jornais, revistas, outros periódicos e obras coletivas, vinte e sete poesias e duzentos e oito artigos diversos. Entre estes, merecem destaque, “Estado da

Como se vê, Coriolano tinha boas relações com intelectuais do sudeste. Podemos dele dizer que era um nome nacionalmente conhecido, sócio correspondente de várias instituições científicas e literárias do país, como se apresenta na 2ª edição do dicionário.

O DICIONÁRIO

O Dicionário Corográfico foi, pois, o primeiro livro publicado por Coriolano de Medeiros. Trinta anos após a primeira edição havia ele preparado a segunda. Foi um trabalho ingente, dificultado pela indiferença com que seus pedidos de informações foram recebidos por quase todas as prefeituras – apenas quatro responderam – e as repartições públicas, das quais somente o Departamento Estadual de Estatística atendeu às solicitações enviadas. Alguns amigos, não mencionados, forneceram-lhe dados. O mesmo ocorreria com a primeira edição. Ali ele relaciona dezoito pessoas que lhe proporcionaram “preciosas informações”, e arrola os livros a que recorreu na coleta de subsídios.

O trabalho revela um esforço extenuante do autor. Nele encontramos desde um verbete sobre o Estado a outros sobre suas regiões – Costa, Brejo e Cariri – e mais, todos os municípios então existentes – estes, com notas geográficas, históricas, etnográficas, estatísticas, etimologia dos topónimos de origens indígenas ou africanas, além de completa descrição das divisas intermunicipais e interdistrutais. Em alguns, consta relação de pessoas que lá nasceram e que se destacaram em diversos campos de atividade. Estão presentes, também, inúmeros povoados, rios e serras.

Entre a conclusão da obra e sua publicação, passaram-se seis anos. Não se sabe exatamente qual o motivo da demora, se houve dificuldades de editá-la na Paraíba ou se o retardamento foi do Instituto Nacional do Livro que afinal veio a publicá-la.

ATUALIZAR OU NÃO?

Em pronunciamento que fiz na Academia Paraibana de Letras, publicado no número 22 da sua Revista, afirmei que o Dicionário Corográfico re-
clamava urgente reedição atualizada. Revejo agora a posição assumida. A atualização requer enorme esforço de uma equipe. A segunda edição data de 1950, como dito, mas os dados são de 1944 – cerca de setenta anos passados. Há localidades, hoje sedes municipais, que lá não aparecem sequer como simples povoados, visto terem sido fundadas depois. Topônimos foram mudados. Algumas informações históricas merecem revisão, em vista de descobertas e revelações posteriores, embora se possa afirmar, sem receio, que o Dicionário é tão histórico quanto correográfico. Também as informações geográficas; afinal, os quarenta e um municípios então existentes passaram para os duzentos e vinte e três atuais, numa verdadeira licenciosidade municipalista. Os dados estatísticos evidentemente não poderiam ser os mesmos. Haveria que se acrescentar novos informes sobre atividades econômicas e sobre instituições surgidas ao longo desse período. Trabalho para longo tempo.
INTRODUÇÃO

O DIONÁRIO DE CORIOLANO

O que o tempo fez perder em precisão geográfica, fez ganhar em História.

Gonzaga Rodrigues

O Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba foi a primeira teimosia levada a termo das muitas de Coriolano de Medeiros, além de resultar de um momento de euforia cultural vivido nos primeiros decênios da troca do Império pela República. Foi quando começou a aflorar a reação dos valores nativos (intelectuais e políticos) à injusta condição de “terra ignota” a que os três séculos de império haviam relegado o berço de Vidal de Negreiros, tardiamente reconhecido como o fundador da nacionalidade brasileira.

Havíamos formado contingentes para defender a pátria no Paraguai, havíamos descido aos cárceres e subido à força pelas revoluções libertárias de 1817 e 1824; sem falar que já tínhamos logrado fama no cultivo do melhor açúcar brasileiro exportado para as arcas do reino. Mesmo assim, numa história de três séculos, não passávamos de “terra ignota”, mesmo assinalada pelo protagonismo guerreiro de Negreiros ou pelo brilho de inteligência de um Arruda Câmara ou de um Pedro Américo.

Em 1886, no apogeu do Segundo Reinado, nem mapa tínhamos. O engenheiro Francisco Retumba, passando por aqui em alguma missão, achou “incrível que não se possa obter em parte alguma uma só carta desta infeliz província que não fosse incompleta ou cheia de erros”.

Houve uma, sim, por iniciativa particular de Beaurepaire Rohan para a Chorografia da Parahyba do Norte a que seu espírito incomum se empenhara depois que deixara a presidência da província. Mas esse primeiro levantamento da terra e do homem manteve-se ignorado nos arquivos da Biblioteca Nacional até que uma alma eleita, a de um Frederico Cavalcanti, a descobrisse e doasse ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, que a fez publicar na Revista de 1911. E aí ficou, e daí não passou, limitada à consulta de algum sócio, sem ter a edição autônoma com a análise crítica que devia merecer.

É do próprio B. Rohan essa queixa, em seu segundo discurso à Assembléia Pro-
vincial de 1858: “O presidente novamente chegado a uma província não encontra uma obra qualquer que lhe indique, ainda que resumidamente, a extensão do seu território, seus limites, suas divisões administrativas, sua força pública, a indústria de suas diversas localidades, sua produção natural, sua população e, finalmente, muitas outras noções sobre a parte permanente ou variável da estatística.” E ressalta o ex-presidente, em sua introdução à Corografia: “Eu terminava assegurando àquela ilustre corporação que desejava e havia de proceder a algum trabalho nesse sentido.”. E cumpre a promessa já no Rio de Janeiro, fora do governo.

Sessenta e cinco anos depois, não é diferente a queixa de José Américo de Almeida nas páginas introdutórias de A Paraíba e seus problemas. Entretanto, a essa altura, o futuro renovador do romance brasileiro já se beneficiava do surto editorial de uma plêiade de escritores e estudiosos que surgia empenhada em estudar, descobrir e revelar uma outra Paraíba, menos ignota, menos infeliz, como até então fora julgada culturalmente.

Coriolano de Medeiros lavrava entre esses garimpeiros, dando sequência ao trabalho de um Irineu Joffily, de um João de Lyra Tavares, de um José Coelho e do próprio Beaurepaire Rohan, que em 1858 escrevia mais modernamente do que muitos dos contemporâneos de Carlos Dias Fernandes e do próprio Coriolano. Os relatórios do coronel Rohan e a própria Chorografia se distinguem pela modernidade das ideias expostas em estilo claro e direto. Não deixa de ter influído no jornalismo e na literatura dos jovens em transição cultural e política através de O Comércio de Arthur Aquiles, este, sim, de um voluntarismo de atitudes e de ideias republicanas que não deixa de ter abrasião espíritos inflamáveis como o do jovem que cedo inscreveu-se no cabeçalho de direção do primeiro jornal-escola da Paraíba, o jovem jornalista e empreendedor múltiplo João Rodrigues Coriolano de Medeiros.

VIVO E BEM VIVO

Consultado, hoje, o dicionário que antecipava em 50 anos a Enciclopédia Brasileira dos Municípios (IBGE), de 1960, é mais de sentido histórico do que geográfico. O verbete que em 1910 valia, sobretudo, pela geografia física, pela etnografia, pelas estatísticas da população, da produção agrícola e industrial, das atividades comerciais e das entidades escolares, vale, hoje em todos os tempos futuros como denúncia ou dado vivo de um comportamento, de uma tendência histórica envolvendo a terra e o seu agente, o homem. As jurisdições municipais se dividem e subdividem, as intervenções administrativas multiplicam-se em benfeitorias e em novos desenhos ou traçados cartográficos. De certo modo a terra não parece mais infeliz, como a enxergou Retumba nem ignota como se queixou, revoltado, o jovem autor de A
Paraíba e seus problemas.

Mas persistem situações, tendências, decorridos cem anos da elaboração do dicionário, tão impermeáveis quanto a Pedra do Ingá. Um exemplo: o comportamento do contingente humano em relação aos cuidados com a educação e a saúde. Enquanto outras civilizações universalizam integralmente a educação e o atendimento à saúde, o desempenho da Paraíba e de estados da mesma região não é muito diferente do que aponta a anotação corográfica do tempo de Beaurepaire Rohan ou de Coriolano. O ensino fundamental vê-se instalado nos 223 municípios do mapa de hoje, mas os resultados, proporcionalmente, não são mais generosos que os da divisão administrativa de 1911 ou 14. Nem em quantidade proporcional nem em qualidade absoluta. Não há população fora da escola, como se propala, mas é mínima a diferença entre os resultados de hoje e os do tempo imperial. Com vários agravantes, entre os quais, o do analfabeto titulado, passado pela Universidade. No tempo de Rohan e de Coriolano, como não havia universidade formal, era mais difícil esse perigo.

Mas deixando de lado a recorrência à obra pela sua utilidade estritamente estatística, continua o Corográfico do fundador da Academia entre os livros fundamentais para o conhecimento da Paraíba e sobretudo, do homem paraibano. O exemplar que disponho é tão consultado quanto o léxico de Aurélio ou o de sinônimos do padre Artur Schwab, o que bem me socorre. Oferece-me em abecedário a totalidade dos lugares formados e construídos pela língua nativa ou pelos que a adotaram. Um verbete da idade da terra, resultado de alguém que procurava uma sombra, um riacho, um meio de vida e terminou formando uma cidade de sucessivas gerações. Circunstância que deu nome ao lugar, concorrendo com o acidente geográfico, com os notáveis da flora ou mesmo da fauna. Bastaria consultar o abecedário nativo, rico de originalidade, de euфонias e até de símbolos poéticos, para termos como dar nome próprio às linhas e cores da belíssima arquitetura que estamos construindo. Está no Dicionário, rico e numeroso, o acervo de significações dos vocábulos que as línguas dos colonizadores não conseguiram apagar de todo.
DICIONÁRIO COROGRÁFICO
DO
ESTADO DA PARAÍBA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

DICIONÁRIO COROGRÁFICO
DO
ESTADO DA PARAÍBA

POR
CORIOLANO DE MEDEIROS
(De Academia Paranaense de Letras, socio correspondente de varias instituições científicas e literárias do país)

SEGUNDA EDIÇÃO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — 1980
INTRODUÇÃO

Sai esta segunda edição do Dicionário Corográfico da Paraíba, de Coriolano de Medeiros, como contribuição para a Enciclopédia Brasileira, na série especial de dicionários estaduais, sejam corográficos, históricos, bio-bibliográficos ou referentes a quaisquer aspectos regionais.

AUGUSTO MEYER

Diretor do Instituto Nacional do Livro
NA SEGUNDA EDIÇÃO

Entrego ao público esta segunda edição, trinta e três anos depois da primeira. Muito alentada, mas ainda contendo lacunas e defeitos.

 Poucas, as repartições públicas que atenderam minhas solicitações, e, para dizer tudo, cumpro o dever de testemunhar reconhecimento a alguns amigos e às Prefeituras de Mamanguape, Campina Grande e Teixeira e à Subprefeitura de Cabedelo.

Confesso: não fôsse a gentileza, a boa vontade, o próstimo do diretor e dos funcionários do Departamento de Estatística do Estado, não teria este trabalho chegado a termo. Mas o Departamento referido, e repartição nova, julgando-lhe recursos para conseguir seu completo aparelhamento, o que não lhe impede, à força de inteligência e atividade, ir avolumando suas coleções, seus fichários, seus quadros estatísticos. Ali não se encontra opulência, mas um pequeno tesouro de preciosidade, circundadas pelo critério, e indispensável a quem quere deseje conhecer a Paraíba.

 Nesta segunda edição do Dicionário Cerográfico do Estado da Paraíba, nada acrescentarei. Seja-me permitido repetir: “perfeito ou imparfeito, aqui está o livro, para o qual não peço indulgência; reclamo, apenas, justiça, não só porque há um esforço a medir-se, como porque, em matéria de estudos, não se deve transigir com o erro.”

 João Pessoa, fevereiro de 1944.

 CORIOLANO DE MEDEIROS.
NOTA PREAMBULAR

Este livro recebeu o pomposo título — “Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba” — quando sómente lhe cabia o de Apontamentos; mas a expressão tem sido tão usada pelos conterrâneos que, repeti-la, seria cacote. Se o presente volume não é um dicionário corográfico, para o que lhe faltou o cunho científico, é o primeiro abecedário geográfico da Paraíba. Novidades não contém, mesmo porque em história ou geografia não podem haver criações. Na fatura do livro não segui ninguém e nem era preciso para que ele se parecesse com esta ou aquela publicação. Procurei, com auxílio dos componentes, apontar os vocábulos de origem tupi, fato que muito interessa a línguística, lastimando porém que a minha inópia não permitisse a restauração de muitos têrmos, em excesso, corrompidos.

Parte deste livro baseia-se em recordações de viagens que realizai quando tive a meu cargo afazeres comerciais que me proporcionaram a ventura de conhecer quase dois terços do meu Estado. O que me negou a memória, me forneceram os autores e os amigos, embora a maioria destes não se dignassem de atender às minhas solicitações. Assim não causará estranheza se se observarem lacunas e deficiência. O meu intuito, o meu esforço, porém, tenderam a fazer coisa mais proveitosa, e se não consegui, foi porque na minha pobre terra tudo está em ínfimo.

Geográficamente, o Estado da Paraíba, continua ignorado. Desde 1858, isto é, depois dos geógrafos prussianos Carlos Bless e David Polemann, cujos trabalhos cartográficos e geodésicos mãos criminosas desviaram da Secretaria do Governo, sómente agora a comissão federal de serviço contra a séca principiou uma série de estudos que, ultimados e reunidos, darão idéia mais completa do Estado.

Era vontade minha anexar duas cartas: uma referente à topografia e outra sobre os municípios descarnando as suas agrícolas e pastoris. A primeira julgou impraticável pela ausência de trabalhos preliminares criteriosos, pela dubiedade das linhas divisórias entre os Estados limítrofes; abandonei também a segunda porque as divisas
dos municípios são tão imaginárias e confusas quanto as do próprio Estado.

Mas, perfeito ou imperfeito, lacunoso ou completo, aqui está o livro para o qual não peço indulgência; reclamo apenas justiça; não só porque há um esforço a medir-se, como porque em matéria de estudos não se deve transigir com o erro. A Paraíba é um Estado que progrida; nestes quinze anos muito terá caminhado. Se a proposição não falhar, uma segunda edição se impõe a esta obra e então poderá ser melhorada ou inteiramente refundida por mim, ou por quem, de futuro, venha a interessar-se pelo assunto.


***

Não sei que acolhimento dispensará o leitor a esta publicação, porém é meu desejo que onde ela chegar cheguem também os nomes
seguintes, a quem dedico este meu trabalho, na certeza de que não posso laborar outro de mais aprêzo. Assim o dedico às memórias: de meu pai, Aquilino Coriolano de Medeiros; de meu padrasto, a quem tudo devo, Vitorino da Silva Coelho Maia; do meu padrinho Severiano Elísio de Sousa Gouveia e dos saudosos amigos de infância, José Manuel dos Anjos, tenente José Miguel Pereira de Sousa, Randolfo Magalhães e Afonso Gouveia, tão cedo roubados às letras e engrandecimentos pátrios. Dentre os íntimos amigos destaco os nomes: do venerando dr. João Américo de Carvalho, coronel Antônio Pereira Peixoto, cônego Abdon Odilon Melibeu Lima e José de Sousa Rangel. Têm menção especial os dignos consócius do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, pedindo vênia para salientar: o exm.º dr. João Pereira de Castro Pinto, o espírito mais lúcido, a mentalidade mais vigorosa e uma das consciências mais puras da minha terra; dr. José Rodrigues de Carvalho, prodigiosa capacidade para o trabalho e literato de valor; dr. Flávio Maroja, médico distinto, caráter sem jaça e amigo sincero; o exm.º dr. Manuel Tavares Cavalcânti, ilustrado e criterioso; e Irineu Ferreira Pinto, o exemplo da perseverança e da lealdade, trabalhador infatigável e figura máxima da corporação a que pertence. Dentre as amizades adquiridas na imprensa, aponto o nome respeitável do major Artur Aquiles dos Santos, o maior polemista da imprensa paraibana até hoje, em torno de quem estiveram as belas inteligências de amigos como Teodomiro Ferreira Neves Júnior, Francisco Joaquim Pereira Barroso, Abel da Silva, Eduardo Pinto, Eduardo Seixas, Américo Falcão, Benjamin Lins, Inácio Toscano, Dias Paredes, Santos Neto, Alvaro Carvalho, Francisco Falcão, Esperidião Medeiros, Oscar Soares, Celso Mariz, Romeu Mariz, Ascendino Cunha, Nicolau di Belli e Clemente Rosas. Increvo também o nome amigo do venerando publicista José Joaquim de Abreu e não esqueço o meu digno mestre dr. Tomás de Aquino Mindello, cujas eloqüentes e sábias lições me despertaram algum interesse pela Geografia. Dentre os políticos, saliento o exm.º monsenhor Walfredo Leal a quem, como homem público e particular, é pequeno qualquer elogio. Não olvido o dr. João Lopes Machado que, como presidente da Paraíba, além de outros melhoreamentos, está incentivando as letras e as artes de sua terra natal. Findo juntando o nome de minha mulher Eulina de Medeiros, e o de minha mãe Joana Maria da Conceição.

JOÃO RODRIGUES CORIOLANO DE MEDEIROS
DICIONÁRIO COROGRÁFICO DO ESTADO DA PARAÍBA

A

Aba — Serra contraforte da Borborema, a leste do município de Patos, limitando-o com o de Sabinópolis. É também conhecida pelo nome de Finhas.

— Serra do município de Fombal.

Abiá (Voc. ind., contracción de i-óbin-abiá: rio verde de mau cheiro) — Rio ao sul do município da Capital, lançando-se no Atlântico, segundo Vital de Oliveira, aos 70° 21' - 21" de lat. S., e 8° 20' - 29" long. E do Rio de Janeiro. Nasce no distrito de Pedras de Fogo com o nome Popoca ou Ipópopa; banha o distrito de Alhandra e, pouco abaixo da vila, recebe a Cupigura, tendo daí em diante o nome Abiá. Os seus tributários da margem esquerda são: os rios Ambrá, Garapu, Jundiaí, Pacas e Sumuama; na margem direita despejam os rios: Amapié, Camaquã, Lugina, rema e Tamataíba, todos permanentes. Tem, aproximadamente, 50 quilômetros de curso e corre de O. a E. Por pequenos barcos é navegável 20 quilômetros acima de sua foz. A barra é má, devido à arrebatamento das vagas e por estar quase obstruída pelos bancos de areia. Quando a Paraíba se desligou da capitalia de Itamaracá, serviu este rio de limite sul com a referida capitalia. O rio é muito piscoso. Saint-Hilaire o considerou lago, opinião que se justifica, pois suas nascentes, ao S., são extensas e paludosas lagoas.

— Povoação de pequena importância à margem do rio precedente, 45 quilômetros ao S. da Capital, cujo município pertence, estando incluída no distrito de Pitimbu. Arrolla uma 300 habitantes, que se entregam à cultura de mandioca, batatas e cereais. Está no centro de uma região de beas matas, que produzem madeiras de construção e saccharina.

Abai — Nome moderno dado à propriedade Abiá, quando o seu dono, Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, foi, pelo governo monárquico, distinguido com o título de barão.

Aburá (Voc. ind. formado de abu-rá: respiração franca) — Povoação do município de Tabajara, elevada à vila pelo Decreto-lei n.º 1 184 de 15 de novembro de 1932. O Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, substituiu-lhe o antigo nome Salgado, pelo atual. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 215 prédios urbanos, 77 suburbanos, 2 037 rurais e a população: urbana, 868 habitantes; urbana, 259; rural, 9 490. A vila se localiza à margem direita do rio Paraíba; conta agência de correio, uma capela e realiza feira semanal. Nela funciona duas aulas públicas primárias que, em 1942, matricularam 114 alunos, obtendo 86 de frequência média.


Acajutibiró — V. Baia da Traição.

(Voc. ind.: a-catá-tiburó: cajaul desfeito).

Acaú — (Voc. ind., acá-á: rio torrencioso) — Povoado do distrito de Pitim-
Aguaçu, município da Capital. Conta uns 300 habitantes, pescadores e agricultores. É servida por uma aula pública mista que matriculou, em 1942, para uma frequência média de 69,103 alunos.

- Povoação do município de Pilar, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1.164, de 15 de novembro de 1938. Tinha o nome de Canastinha, trocado pelo atual por força do Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. Sua aula pública primária, em 1942, matriculou 55 alunos, tendo a frequência média de 27. O Recenseamento de 1940 encontrou 105 prédios urbanos, 10 suburbanos, 1.611 rurais e a população: urbana, 405 habitantes; suburnana, 39; rural, 826.

Açataú (Voc. ind. onomatopéia; designa bela espécie de falcão destruidor de ofídis) — Rio que se origina na serra da Carneira, na fazenda Cotovelo, tendo este nome; recebe os rios Cachoeirinha, Cumaru, Casa de Pedra, Cavalo Morte, Damião, Malhada de Dentro, Pedro, Provedor e Tanque. Atravessa o município de Picuí, banhando a cidade deste nome, a qual lhe fica à margem esquerda, entra no Estado do Rio Grande do Norte e deságua no Seridó. É considerado o Nilo da região. Apesar de não ser perene, as terras que banha durante o período de enchentes, são de extraordinária fertilidade. Oficialmente tem o nome de Picuí.

Açude de Pedra — Local do município de Campina Grande onde, em cavernas e caldeirões, se têm encontrado restos de animais antediluvianos.

Açude do Mato — Lugarejo do município de Sapé. Tem escola primária mista que, em 1942, matriculou 41 alunos, obtendo a frequência média de 21.

Aguon, Ogon ou Hiagon (Voc. ind., corrupt. de iaquá: ligeiro) — Riacho que banha a cidade de Catoé do Rocha. Nasce ao N. desta localidade no pântano Colacu, sôbre a serra Branca. Foi perene, mas a devastação do arvoredo que o ensoberba o tornou períodico; sómente na estação chuvosa conserva regular curso d'água.

Agreste — Região no planalto da Borborema na transição da zona do Brejo para a do Cariri. Caracteriza-se pela escassez de vegetação e pelo solo arenoso apropriado às plantas de raízes tuberculosas, especialmente a batatinha.

Agua Branca — Serra muito agrícola do município de Catoé do Rocha.

- Vila do município de Princesa Isabel. (V. Imoroti.)

Agua Doce — (V. Juarez Távora.)

Aguapaha — Povoado do município de Umbuzeiro. Sua aula pública primária, em 1942, matriculou 45 alunos, sendo de 28, a frequência média.

Aguair — Rio ao S. E. do município de Piancó, desaguando à margem esquerda do rio deste nome. Nasce no município de Misericórdia, tendo sua foz cinco quilômetros abaixo do boqueirão de Coremas. No seu curso de S. O. a N. O. corta a serra de Santa Catarina, formando o boqueirão da Mãe-d'água. Rega terrenos férteis e o seu leito é rico em minérios de valor.

Vila, outrora São Francisco do Aguair: Pertence ao município de Piancó. É prospéra e centro de distrito muito agrícola, realizando aos sábados uma feira bem concorrida, contando uma capela, agência de correio e uma aula pública que teve 53 matriculados em 1942 e uma frequência média de 38. Na região existem várias instalações para beneficiar algodão e alguns engenhos para o fabrico de rapaduras. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 167 prédios urbanos, 11 suburbanos; 1.611 rurais e a população: urbana, 482 habitantes; suburnana, 59; rural, 5962.

Aлага do Monteiro — (V. Monteiro.)
Alagoa do Paó — Nome dado, antiga-mente, à atual cidade de Alagoa Gran- de, recebido da lagoa que lhe fica ad- jacente, ao S. Esta conserva água du- rante todo o estio e, na estação das chuvas estende-se o lenço dágua por mais de três quilômetros, com a largura aproximada de uns duzentos metros. Os indígenas chamavam paô ao terreno, segundo se depreende da etimologia: paô, nasga; o, subindo. Realmente: é em declive o local, formando um quase istmô: à esquerda o rio Mamanguape, à direita, a lagoa que, às vezes, represa pela fralda da colina, a O. tornando-se tributária da margem direita do rio mencionado.

Alagoa Grande — Município central do Estado, ocupando na caatinga e nas fraldas orientais da Borborema, uma área territorial de 900 quilômetros qua-drados, contendo, segundo o Recensea- mento de 1940, nas zonas urbanas, 1 165 prédios; nas suburbanas, 327; nas ru- rais, 4 563 e a população: urbana, 3 561 habitantes; suburnana, 1 210; rural, 18 781, ou seja o total de 23 552 habitan- tes. Açudes — O município conta dezenas de açudes de pequena capacidade. Administração — Cabe a administração do município a um prefeito, nomeado pelo Interventor Federal, auxiliado por 16 funcionários permanentes. Sendo co-marca de segunda entrada, cabe a distribuição da Justiça local a um juiz de direito, dois suplentes e três pessoal auxiliar. Da ordem pública se incu- bem: um delegado, na cidade, subdelegados nas vilas, escolhidos, de ordi- nário, entre oficiais e inferiores da Fônica Pública. Agricultura — Possui o município ótimos terrenos para a cul- tura da cana-de-açúcar, de algodão, de cereais, sobrando-lhe trechos de caa- tinga onde se faz a criação de gado. Aspecto Físico — A circunSCRIÇÃO é muito acidentada a O., nas encostas da serra ou do Brejo; a L., na Caatinga, os ter- renos são mais planos. Comércio — Mantém Alagoa Grande animado co- mércio, não obstante ter perdido um tanto de sua importância, com o pro- longamento da ferrovia até Bananei- ras. Exporta rapaduras, açúcar, algo- dão, cereais, aguardente e peles de ca- bra. Suas transações são realizadas com as praças de Campina Grande, João Pessoa, Recife e outras do sul do país, importando fazendas, miudezas, ferra- gens, gêneros de estiva, etc. Clima — O município é quente e úmido, contando largo trecho não sujeito ao flagelo da seca. A temperatura, no estio, pode subir a 32° C. à sombra e baixar a 20° na época das chuvas. De ordinário, o estado sanitário é bom. Demografia — Durante o ano de 1942, registraram-se em Alagoa Grande 460 nascimentos, 68 casamentos, 514 óbitos, sendo: natimortos, 23; óbitos de 0 a 1 ano 247. O Pósito Higiénico, registrou: Profilaxia — Pessoas atendidas pela primeira vez: helmintoses, 429; paludismo, 416; bobra, 223; sífilis, 311; gonorréia, 39; cancro mole, 6; tracoma, 5; disentería, 15; ou- tras doenças, 177. Vacinações antivarí- lícas 1 765; antitíficas, 1 302; outras, 253. Etnografia — A população do muni- cípio teve sua origem no entrelaça- mento do português, do índio e do afri- cano, predominando o segundo elemen- to sobre os outros. Fauna e flora — A fauna apresenta variedades em volatéis, insetos, reptis, barrúquios, animais de pequeno porte, como veados, gatos bra- vos, rapósas, tatus, preás, etc. A flora se representa por uns restos de matas devastadas, plantas medicinais, grami- neas, etc. História — Formou-se o muni- cípio com os terrenos chamados Ser- tão do Paô pelos primitivos colonos, in- dicando as sesmarias que, entre os anos de 1620 e 1624, se situaram ali as primei- ras fazendas de criação. Entre os pri- meiros povoadores, citam-se Domingos da Rocha, que possuía uma data de terras à margem da Lagoa do Paô e o Alferes Isidoro Pereira Jardim, que ob- teve sesmaria em 1757. A estes e aos seus descendentes, deve Alagoa Grande
sus existências. A principal pertence a jurisdição de Mamanguape e, depois de 9 de julho de 1847, a do Aréia. A Lei nº 129, de 21 de outubro de 1866, criou-a Viã, instalada a 26 de junho do ano seguinte. As Leis ns. 550 e 551, de 5 de setembro de 1874, elevaram-na a comarca e, finalmente, a de 27 de março de 1908 deu-lhe os foros de cidade. Indústria agrícola e pastoril — A agrícola é a principal fonte de economia do município, contando centenas de propriedades, vários maquinários e benefícios do algodão, engenhos nos para o fabrico de rapaduras, uma usina para açúcar. Em 1941 produziu o município 56 654 kg de açúcar, 56 000 kg de algodão em pluma, 360 000 kg de açúcar, 15 000 kg de rapaduras, 360 000 sacos de farinha de mandioca, tendo cada um 60 kg. Os seus rebanhos, no reterno ano, somaram 6 300 bovinos, 7 000 caprinos, 4 000 suínos. Instrução — Conta o município escolas públicas e particulares para o ensino primário e uma escola normal para o sexo feminino, reconhecida pelo Estado, a cargo de religiosas. Em 1942, as escolas primárias, inclusive mais de 480 alunos, tendo a média de frequência de 972. Consta a docência de 45 professores, funcionando em 23 aulas. Limite — Os Decretos-leis ns. 1164 de 15 de novembro de 1938, e 520 de 31 de dezembro de 1841, determinaram os seguintes limites para Alagoa Grande: — Com Alagoa Nova, começando no marco nº 1, localizado no divisor de águas da serra da Caiana, onde se estremam os municípios de Alagoa Nova e Campina Grande, segue em linha reta até encontrar o marco nº 2, à margem direita do rio Mamanguape, na propriedade Sapê; desce pelo referido rio até à foz do rio Urucu, deixa aquêle, sobe por este rio até encontrar o marco nº 3, colocado à margem direita do mesmo; daí sobe, em linha reta, pela vertente da serra do Estreito, até alcançar o marco nº 4, no divisor de águas da mesma serra, onde se estremam os municípios de Alagoa Nova e Areia. Com Areia, começando no marco nº 4, situado no divisor de águas da serra do Estreito, onde se estremam os municípios de Alagoa Nova e Areia; segue pelo divisor de águas desta serra até o marco nº 5, à margem do caminho de tropeiro. Serra Grande, no lugar Carro, prossegue pelo caminho de tropeiro do Buraco até a interseção deste com o caminho de tropeiro dos Corretores, na propriedade Buraco de Cima, que fica dividida para os dois municípios; daí, prossegue pelo caminho dos Corretores até o seu encontro com o caminho de tropeiro do Grotão, na Chã de Sapucaia; deste ponto, prossegue pelo caminho do Grotão até encontrar o caminho de tropeiro de Pindoba; deixa o caminho do Grotão e prossegue por este até encontrar o caminho de tropeiro de Tavaí, e prossegue por este até alcançar o marco nº 6, no divisor de águas da serra dos Bois, no lugar Tavaí, onde se estremam os municípios de Areia e Guarabira. Com Guarabira, começando no marco nº 6, colocado no divisor de águas da serra dos Bois, no lugar Tavaí, segue pelo caminho de tropeiro que vai para Monte Alegre, até alcançar o marco nº 12, na interseção com a estrada de rodagem Alagoa Grande-Taubatuba; deixa aquêle, segue por esta até o marco nº 7, na Lagoa de Canafistula; prossegue pelo caminho de tropeiro que corta a serra do Sapo, até atingir o marco nº 8, à margem do rio Tangues, no lugar do mesmo nome; deste marco, segue por uma linha reta até encontrar o marco nº 9, na Lagoa do Padre, à margem do caminho de tropeiro do Gomes; prossegue por este, atravessa o rio Mamanguape e a ferrovia da Great Western, onde encontra a estrada carroçável que vai de Alagoa Grande a Camarázal; deixa aquêle caminho, segue por esta estrada até o marco nº 10, na Lagoa dos Turcos; deste marco, segue em linha reta para o marco nº 11, na Lagoa do Russo, de
ALAGOA GRANDE

onõe, ainda por outra linha reta, segue para o marco n.º 12, na Lagoa Nova; daí prossegue até alcançar o marco n.º 1 (de Pilar), na barragem do açude particular Lagoa Nova, na propriedade do mesmo nome, onde estreiam os municípios de Guarabira e Pilar. Com Pilar, começando no marco n.º 1 (de Pilar), na barragem do açude particular Lagoa Nova, na propriedade do mesmo nome, segue em linha reta até o marco n.º 13, situado entre as propriedades Lagoa Nova e Sitio Novo; deste ponto segue pela estrada carroçável da propriedade Lagoa Nova até encontrar o caminho carroçável de Pedra Furada; prossegue por este até o marco n.º 14, do Pogo de Pedra, à margem do caminho carroçável Guirihêmzinho do Deserto a Camucã; deixa aquêle, segue por este até cortar o riacho do açude do Gomes; sobe por este riacho até alcançar o marco n.º 15, na barragem do mesmo açude; daí, prossegue, pela estrada carroçável de Alagoa Grande a Camucã até atingir o marco n.º 16, à margem do riacho Catucá; sobe pelo referido riacho até encontrar o marco n.º 17, entre as propriedades Quirino e Capitulino, na serra do Quirino; deste ponto, segue em linha reta até alcançar a foz do riacho Verde ou Maniqueba, no rio Guirihem ou Cantagalo, onde se estream os municípios de Pilar e Tabalana. Com Tabalana, começando na foz do riacho Verde ou Maniqueba, no rio Guirihem ou Cantagalo sobe por este até encontrar a foz do riacho Caldeirão, Pedra-d'Água ou Matao, onde se estream os municípios de Tabalana e Ingá. Com Ingá, começando na foz do riacho Pedra-d'Água, Caldeirão ou Matao, no rio Guirihem ou Cantagalo, sobe por este até alcançar a foz do córrego Várzea do Bode; deixa aquêle, sobe por este até a sua nascente, na serra do Caubuté; prossegue pelo divisor de águas desta serra e depois pelo divisor do seu contraforte principal; até encontrar o marco n.º 18; daí, segue em linha reta até o pico da Pedra-Mouca; ainda por outra linha reta, prossegue até alcançar o marco n.º 19, à margem do rio Canhagal ou Guirihêm; sobe por este rio até a foz do córrego Açude do Banco; deixa o rio, sobe por este córrego até a sua nascente e, por uma linha reta, corta o divisor de águas e alcança na vertente oposta o marco n.º 20, à margem direita do Riachão; sobe por este rio até o marco n.º 21, colocado à sua margem, no lugar Escuta; finalmente, prossegue por uma linha reta até alcançar o marco n.º 22, no divisor de águas da serra do Jucá, onde se estream os municípios de Campina-Grande e Ingá. Com Campina Grande, começando no marco n.º 22, no divisor de águas da Serra do Jucá, onde se estream os municípios Campina Grande e Ingá, prossegue pela linha de cumeada desta serra, corta o rio Marés, no lugar Ciganão, sobe pela serra da Imbira até alcançar o marco n.º 23, desce pela vertente oposta onde atravessa o riacho Calana; galga a serra do mesmo nome e prossegue pelo seu divisor de águas até alcançar o marco n.º 24, no ponto onde se estream os municípios de Alagoa Nova e Campina Grande.

DIVISAS INTERDISTRICTAIS

Distrito da sede com Juarez Távora
Começando no marco n.º 20, à margem direita do Riachão, nos limites intermunicipais com Ingá; segue em linha reta até alcançar o marco n.º 24, localizado à margem do caminho carroçável Alagoa Grande a Camucã; prossegue por ele até encontrar o marco n.º 17, na serra do Quirino, nos limites intermunicipais com Pilar. Meio social — Apresenta Alagoa Grande uma sociedade que se distinge por sua educação, especialmente a que se encontra na sede do município. Vários de seus filhos têm influído na administração do estado. Necessidades locais — A maior de tôdas, é o serviço de esgoto e abastecimento d'água à cidade.
cujos estudos preliminares se acham crí-
ferosamente feitos, desde o ano de 1936,
pelo engenheiro Lemos Neto. *Hidro-
ografia* — Os principais rios são o Gre-
gório, o Mundaú e o Uruçu, tributários
da margem esquerda do Manamanguape
que atravessa o município de O. a N.E.,
tendo ainda o Zumbi, afluente da mar-
gem direita. No município nasce o Gu-
rinhêzinho, afluente do Gurinhém, tri-
butário do Paraíba. Das lagos, a mais
importante, é a do Paú, seguindo-se
Avenca, Engenhoca, Serra Verde e Ta-
matá. *Povoações* — Alagoa Nova, Bar-
rígida, Canafístula, Entre-Rios, Espal-
hada, Pimentel e Usina Tanques. *Re-
ligião* — Na quase totalidade, são ca-
tólicos apostólicos romanos, os habitan-
tes do município de Alagoa Grande,
constituindo este uma só paróquia de
N. S.ª da Boa Viagem, fundada, aos
esforços do carmelita, Frei Alberto de
Santa Augusta Cabral, por Lei provin-
cial n.º 38, de 1 de outubro de 1861.
Além da igreja-matriz, templo bem
construído e amplo, tem a freguesia ca-
pelas filiais na vila e nas povoações. *
Rendas públicas* — Para o exercício de
1942, orçou o município sua receita em
Cr$ 130 000,00; arrecadou Cr$ 115 462,50;
fixou a despesa de Cr$ 140 000,00 e efe-
tuou a de Cr$ 113 145,80. Em igual pe-
riodo, a Coletora Federal teve a receita
de Cr$ 62 147,20. Em 1941, a Coletora
Estadual teve a renda de 226:438:800 e a
despesa de 181:761:400. *Repartições pú-
licas* — Agência Postal-Telegráfica,
Prefeitura Municipal, o Frel, Coletorias
Federal e Estadual, Matadouro, Merca-
do, Estação Ferroviária, Grupo Escolar,
Caixa de Crédito Agrícola. *Sede* — A
sede é a cidade de Alagoa Grande, a 129
metros de altitude, distando 99 quilô-
metros a O. da capital. Está situada em
terroso escasso e irregular. Ao S.
llhe fica a lagoa; ao N. o rio Maman-
guape e a O. elevada colina. Entre-
tanto é agradável o aspecto da cidade,
devido a sua regular edificação, às suas
ruas calçadas. Conta um passeio pú-
blico, um teatro, dez escolas públicas
primárias, colégios particulares, socie-
dades literária, artística, esportivas e
religiosas, iluminação elétrica, um Pósto
de Higiene do estado, e um Serviço de
remoção de lixo. E ponto de comércio
animado e realiza aos sábados feira
muito abundante e concorrida. *Vias de
comunicação* — Servidas por um ramal
de estrada de ferro e serviço de auto-
ônibus, a cidade e o município se co-
municam facilmente com as praças de
João Pessoa, Campina Grande, Recife,
Natal. Várias estradas de rodagem es-
tabecelam ligação de Alagoa Grande
com os demais municípios do estado.
Segundo o recenseamento de 1940, o
distrito da sede de Alagoa Grande, conta
1 045 prédios urbanos, 291 suburbanos,
4 182 rurais e a população: urbana,
3 092 habitantes; sub urbana, 1 071; rural,
16 766.

**Alagoa Nova** — Município central do
estado, ocupando a área territorial de
294 quilômetros quadrados. Sua popula-
cão, segundo o Recenseamento de 1940,
soma 27 506 habitantes, assim distribuí-
dos: Zonas urbanas, 2 326 habitantes;
suburbanas, 1 331; rurais, 23 939, acomo-
dados em 651 prédios urbanos, 302 su-
burbanos e 5 003 rurais. *Administração*
— Politicamente é o município dirigido
por um prefeito, de nomeação do inter-
ventor federal, auxiliado por 21 fun-
cionários permanentes. Sendo comarca
de primeira entrada, um juiz de di-
reito, dois suplentes e demais pessoal
auxiliar, se encarregam dos interesses
da Justiça local. Um delegado de Poli-
cia, na cidade, subdelegados, nas vilas,
nomeados, o primeiro pelo interventor,
os outros pelo Secretário da Justiça e
Interior, têm a seu cargo a segurança
pública. *Agricultura* — A vida econômi-
ca do município, funda-se na sua agri-
cultura, à parte pequena região desti-
nada à pecuária. Produz o município,
mandioca, cana-de-açúcar, cereais, fu-
mo, etc. *Aspecto físico* — Situado sôbre
a Borborema, é o seu território, em
maior parte, montanhoso, exceto uma
parte que assenta no planalto. As suas serras principais são: Beatriz, Boa Vista, Cascavel, Grande, Juá e Uruçu. Bem volumosa é a cifra comercial exercitada por 101 bons estabelecimentos que mantêm relações com as praças de João Pessoa e Campina Grande e vários municípios do estado. Clima — O município não experimenta longas estiagens; é quente e úmido, mesmo no período das chuvas. É mais agradável no verão que se prolonga de setembro a outubro. A temperatura fica entre 18° e 32°C à sombra, sem mudanças bruscas.

No geralmente salubre. As classes pobres são assoladas, às vezes, pelo paludismo e pela bubônica. Demografia — Em 1941 registram-se no município 434 nascimentos, 89 casamentos e 610 óbitos. A delinquência constou de 91 contravenções e 22 crimes, nenhum de homicídio. Distritos — Conta, os distritos de Paz e Policial da sede, de Aldeia Velha e Caumirim. Étnografia — A população de Alagoa Nova, formou-se de colonos portugueses e brasileiros, de remanescentes de potiguara e cariris, aos quais se juntou apreciável contingente de africanos. Fauna e flora — A fauna apresenta variedades em verteis e insetos. As matas foram totalmente devastadas, existindo raros capoeirões. Devido ao plantio do café, formaram-se no município extensos pântanos de jararqueiras, caqueiros, jaqueiras, manguelras, etc. Fazendas agropecuárias e pastoris — Enumera o município, inclusive uma dezena de fazendas pastoris, 1,048 propriedades territoriais, sendo as mais importantes: Alagoinha, Aldeia Velha, Alta, Azais, Bacupari, Barra, Beatriz, Boa Vista, Bonito, Buraco-d’Água, Capim-Açu, Cardoso, Cassavel, Cruz, Cuité, Engenho Novo, Geranípolis, Guará, Itapuã, Honorato, Ilha, Juá, Ladeira da Bela, Lama, Macacos, Masação, Monte Alegre, Nova Horta, Oiho-d’Água, Ourique, Palmeira, Paqueirão, Pau-d’Arco, Pedra-d’Água, Poco, Prequisitos, Riacão, Riacho Ama- relo, Salgado, Santo Antônio, Sapê, São João, São José, São Miguel, São Pedro, Seixa Preta, São Severino, São Tomé, Tanques, Titara, Uruçu e Viração. O arrolamento de seus rebanhos, em 1941, encontrou: 5,490 bovinos, 2,500 equinos, 4,960 caminhos, 2,000 muares, 5,080 caprinos, 9,640 suínos e 30,000 aves. Hidrografia — Dois rios principais cortam o município: o Mamanguape que ao S. serve de limites entre Alagoa Nova e Campina Grande, e o Riachão, nos limites com o município de Areia. Há vários córregos e riachos que despejam nos dois mencionados rios e ao pé da cidade se encontra uma lagoa que originou o nome do município. Têm importância os riachos perenes Uruçu, Quelru-Deus e Caixão. História — Não se descobriu a data da fundação da cidade. Os arquivos desta foram destruídos, incendiados pelos “Quebra-Quilos”, em 1874. Das sessões deduz-se que em 1717, Francisco Falcão, Marquês de Miranda e Simão Ferreira da Silva requeiram nove lêguas de terras, “correndo pela serra Lagoa Nova”. Desta sessão, parece, derivou o atual município, que, no seu começo, pertenceu à jurisdição de Mamanguape, desde o século XVIII. Como termo jurisdicional, ora pertence a Campina Gran- de, ora a Areia, segundo o sabor padrídário, que muito concorreu para o estacionamento da circunscrição e, particularmente, da cidade. Esta categoria teve, por Decreto-lei n.º 1.164, de 15 de novembro de 1938, confirmado pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. Indústria — Nenhuma outra indústria, além das decorrentes de seu lavour agrícola: 39 engenhos, 20 a vapor, para o fabrico de rapaduras e destilação de aguardente; 405 aviamentos para farinha de mandioca. Em 1941 constou sua exportação de 138.988 l. de aguardente, 11.277 sacos, de 60 qioagramas cada um, de farinha de mandioca, 270.000 kg de fumo em cordas, 30.000 kg de polvilho e 880.585 kg de rapaduras. Instrução pública — No município há sómente a instrução pú-
blica primária, diseminada por 20 escolas, inclusive um grupo escolar, dirigidas por 25 professores. A matrícula nesses estabelecimentos, em 1942, somou 1.140 alunos, resultando 707 de freqüência média. Para auxiliar as despesas com o ensino público primário, concorreu o município com a cota de Cr$8.800,00. **Limites** — Os Decretos-leis ns. 1.164 e 520, respectivamente, de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, lhe determina os seguintes limites: — **Com Campina Grande**, começando no marco n.º 24 (de Alagoa Grande), situado no divisor de águas da serra da Calana, onde se estreparam os municípios de Campina Grande e Alagoa Grande, prossegue pelo divisor de águas da referida serra, até a nascente do riacho Caifundó ou Cajueiro; desce por ele até a sua foz, no rio Mamanguape e sobe pelo referido rio até o ponto onde é cortado pelo caminho carroçável do Figueiredo a Aldeia Velha; prossegue, daí, pelo mencionado caminho, até encontrar o marco n.º 1, colocado na Lagoa de Roça à margem da estrada carroçável dos Pereiros a Furnas; deste marco, continua pela referida estrada até alcançar o marco n.º 3, situado na lagoa de Marcela, à margem do caminho carroçável de Aldeia Velha e Arius. **Com Esperança**, começando no marco n.º 3, situado na lagoa da Marcela, à margem do caminho carroçável de Aldeia Velha e Arius, onde se estreparam os municípios de Campina Grande e Esperança, segue em linha reta até alcançar a linha de cumeada; prossegue por ela até a nascente do rio Amarelo; desce por este rio, que toma em seguida o nome de Riachão, até a sua confluência com o rio da Boi, no lugar conhecido por Barra do Riachão, onde se estreparam os municípios de Esperança e Areia. **Com Areia**, começando na foz do rio da Boi, no Riachão, desce por este até a propriedade São Severino, no lugar onde a rodagem de Alagoa Nova à cidade de Areia, cruza o referido Riachão; daí, parte em linha reta pelo divisor de águas da serra da Macaiba até o marco n.º 4, situado na linha de cumeada da serra do Estreito onde se estreparam os municípios de Alagoa Grande e Areia. **Com Alagoa Grande**, começando no marco n.º 4 (de Alagoa Grande), situado no divisor de águas da serra do Estreito, desce em linha reta pela vertente, até alcançar o marco n.º 3 (de Alagoa Grande), colocado à margem esquerda do rio Uruçu; desce por ele até sua foz, no rio Mamanguape e daí sobe pelo Mamanguape até alcançar o marco n.º 2 (de Alagoa Grande), na propriedade Sapé; deste marco, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 24 (de Alagoa Grande), situado na linha de cumeada da serra da Calana.

**DIVISAS INTERDISTRITAIS**

**Distrito da Sede com Aldeia Velha**, começando no ponto onde a estrada carroçável de Aldeia Velha-Esperança corta o riacho Amarelo, segue por ele até encontrar a estrada carroçável de Areia a Alagoa Nova, deixa aquela e segue por esta até encontrar a bifurcação das estradas Alagoa Nova-Campina Grande e Alagoa Nova-Esperança, no lugar Aldeia Velha.

**Distrito de Aldeia Velha com Cajuru**, começando do lugar Aldeia Velha, onde se bifurcam as estradas Alagoa Nova-Campina Grande e Alagoa Nova-Esperança, segue por aquela estrada até o marco n.º 4, na confrontação do açude Queira-Deus, prossegue pela estrada até o lugar Manguape, onde a referida estrada atravessa o rio Mamanguape, nos limites com Campina Grande.

**Distrito da Sede com Cajuru**, começando no marco n.º 4, na confrontação do açude Queira-Deus, à margem da estrada Alagoa Nova-Campina Grande, passa pelo referido açude e desce pelo riacho do mesmo nome até a sua foz no rio Mamanguape (no trecho que serve de limites intermunicipais entre Ala-
goa Nova e Alagoa Grande); daí, até o marco n.º 24, onde se limitam os munici-
plos de Campina Grande e Alagoa Nova. Necessidades locais — O município
conta apenas uma Caixa Agrícola; assim, para desenvolvimento de sua agri-
cultura, mesmo de melhor aproveita-
mento de seus rebanhos, necessita de ca-
pitais. Precisa também de boas estradas
internas e mesmo externas que lhe fa-
cilitem o intercâmbio de produtos.
Meio social — Alagoa Nova já possuía
meio social adiantado, uma sociedade
elegante, que atraía admiração. Cir-
cunstâncias várias fizeram-na estacionar,
retroagir. Atualmente, há esforços
para um ressurgimento. Patrimônio mu-
nicipal — O patrimônio municipal em
1941, somava Cr$ 117 882,70. Povoações
— Além das vilas, contam vários povoa-
dos, sendo os principais: Alagoinha, Bo-
nito, Caracol, Ourique, Para, São Ge-
raldo e Uruçu. Quedas d'água — Há no
município três quedas d'água que, ape-
sar do reduzido potencial, podem pres-
tar valioso auxílio à indústria: a da
Pitombeira, avaliada em 1 000 HP, for-
mada pelo rio Mundau, acionando o en-
genho Pitombeira; outra, formada pelo
riacho Queira-Deus e a terceira, pelo
riacho Caição. Religião — O município
constitui uma só freguesia de Santa
Ana, criada por Lei Provincial de 22 de
fevereiro de 1837. Além da igreja-ma-
triz, de construção recente, conta as ca-
pelas filiais de São Sebastião em Cami-
rim e Aldeia Velha. Rendas Públicas
— para o exercício de 1942, orçou o mu-
nicipio a receita em Cr$ 110 000,00; arre-
cadou Cr$ 90 604,10; fixou a despesa de
Cr$ 110 000,00 e efetuou a de Cr$ ......
89 252,60. Em igual exercício a Coleto-
ria Federal arrecadou Cr$ 175 178,40. Em
1941, a Coletoría Estadual teve a receita
de 164:638$900 e despendeu 131:984$900,
Repartições públicas — Existem na sede:
Agência Postal-Telegráfica, Coletorias
Federal e Estadual, Prefeitura, Fórum,
Casa de Mercado, Grupo Escolar, De-
tenção, Cartório do Registro Civil cria-
do em 1888. Sedé — A sede é a cidade de
Alagoa Nova, situada em boa posição a
500 metros de altitude, distando 112 quilômetros da capital do estado. Tem re-
gular edificação, um monumento comemorativo do Centenário da Independência Nacional. É iluminada a luz elé-
trica e possui serviço de remoção de lixo.
No perímetro urbano existem uma ave-
nida, onze travessas, quatro praças e
nove ruas. O Recenseamento de 1940
arrolou-lhe 490 prédios urbanos, 134 su-
burbanos, 2 836 rurais e a população: ur-
bana, 1 833 habitantes; suburban, 522;
Rural, 1 270. Vias de comunicação —
Por estradas carroçáveis se comunica
o município com outros do interior e, por
uma rodovia, com a estação ferroviária
de Alagoa Grande, que lhe fica a 15 quilômetros. No estio, a sede é servida por uma linha de auto-ônibus Campina
Grande a João Pessoa, distando 26 quilômetros daquela cidade. Para transpor-
tes de passageiros e mercadorias, há no
município 5 automóveis, 2 motociclos, 6
caminhões e 20 carros de bois.
— Vila do município de Princesa Isab-
el. (V. Menaira.)
— Lugarejo do município de Alagoa
Grande, contando uma aula pública pri-
mária que, em 1942, matriculou 41 alu-
nos, tendo 28 de frequência média.
Alagoinha — Riacho perene do munic-
ípio de Serraria.
— Vila do município de Guarabira. (V. Tauatuba.)
Albino — Povoado do município de
Sabujo, à margem do açude do mesmo
nome, propriedade do agricultor e fazen-
deiro Júlio Medeiros, que o construiu
em colaboração com a Inspetoria Federal de Obras Contra as Sécas, tendo a bar-
ragem a capacidade de 1 886 000 m3.
Aldeia Velha — Teve os nomes de La-
goa de Roça, São Sebastião, e o decre-
to-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de
1938, deu-lhe o nome de Bultrins, ele-
Alcantil — Povoação do município de Cabaceiras, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. Conta aula pública primária. Primitivamente se chamou Serra Bonita. Pelo Recenseamento de 1940, verificou-se ter a vila 37 prédios urbanos, 6 suburbanos, 906 rurais e a população: urbana, 129 habitantes; suburbana, 21; rural, 4 871.

Algodão — Contraforte da Borborema, 45 quilômetros a N.O. da cidade de Areia. Ao S. desta serra, a prumo de elevado alcantil, abre-se uma caverna de entrada perfeitamente regular, bem iluminada e ao abrigo das intemperies. Apresenta, trachadas nas faces internas das rochas que a formam, caracteres indeléveis e indecifráveis até agora, trachados a tinta de cér alaranjada. Aí se encontravam sepultados sob coberturas de areia finíssima, três camadas de esqueletos humanos denotando terem pertencido a um povo de elevada estatura. Assim escreveu o capitão João. Lopes Machado: “Um chapéu de oito pontos seria pequeno para uma caverna que tive entre as mãos; canelas e ossos da coxa, de mais de três palmos; cabelos com mais de vara de compridos”. Não obstante a dificuldade do acesso, turmas de desocupados ignorantes visitavam a caverna e arrojavam pelos declives da serra, cromos e ossadas, esvaziando-se assim a singular necrópole.


Alhandra — Outrora Arataguí ou Uruatuai. Vila pertencente ao município de capital, distando desta uns 40 quilômetros. Está à margem esquerda do rio Alhandra ou Popoca; é cortada pela rodovia João Pessoa-Recife. Foi próspera decaendo depois para povoação. Pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1930, voltou a sua antiga categoria. Conta duas escolas públicas primárias, tendo matriculado em 1942, para uma frequência média de 82, o total de 140 alunos. Tem uma igreja de boa construção, que foi sede de freguesia no tempo em que o distrito podia custear as despesas da freguesia de N. S. de Assunção. O distrito é muito agrícola; produz abundância de frutas, legumes e cereais. É habitado por gente, em grande parte rude e depauperada pelo paludismo. O estado em 1942 estabeleceu um Subposto de Higiene e o seu boletim relativo ao ano referido registrou: pessoas atendidas pela primeira vez, 9799; curativos, 561; injeções, 592; medicação contra verminose, 2120; medicação contra o paludismo, 2804; vacinas antivariolás, 563. Segundo o Recenseamento de 1940, conta a vila 178 prédios urbanos, 629 suburbanos, 680 rurais e a população: urbana, 606 habitantes; suburbana, 458; rural, 3 064. Alhandra formou-se de uma missão de Tabajaras fundada por jesuítas, entre os anos de 1748 e 1749.

— Rio perene, conhecido por Popoca entre os indígenas. Nasce na Popoca de Pecados, perto de Marcação, distrito de Pedras de Fogo, contando por afluentes o Cupiçura, o Saramago e o Tapirema. Banha a vila precedente e depois de receber o Cupiçura, correndo sempre de O. para L., despeja no Abiá.

Angelim (Voc. ind.: nome de uma árvore) — Povoado do município de Souza. Sua escola pública primária, em
1942, matriculou 63 alunos, tendo 30 de frequência média.

Angicos (Voc. ind.: nome de uma árvore) — Riacho de certa importância, do município de Monteiro, afluente do Paraíba.

Antas — Povoado do município de Umbuzeiro.

Antas Do Sono — Lugarejo do município de Sapé. Conta uma única escola primária, que registrou 41 matriculados, em 1942, obtendo 20 de frequência média.

Antenor Navarro — Município a N. O. do Estado nos limites com o Ceará e Rio Grande do Norte. Sua área territorial é de 1.418 quilômetros quadrados e uma população, segundo o Recenseamento de 1940, de 28.999 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 2.724 habitantes; suburbanas, 733; rurais, 25.542, acomodados em 827 prédios urbanos, 167 suburbanos, 5.553 rurais. Aqüadas — Além da barragem de Filões (V. Filões) e de vários açudes de pequena capacidade, notam-se o Canaã, o Canadá, o Exu e o Quixaba. Administração — Politicamente, é dirigido por um prefeito, de livre escolha do interventor federal, auxiliado por 15 funcionários permanentes. Judicialmente, é comarca de primeira espécie, tendo um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar responsáveis pelos interesses da Justiça local. Delegado de Polícia e subdelegados, o primeiro, nomeado pelo Interventor, os outros, pelo Secretário do Interior, escolhidos entre oficiais e inferiores da Força Policial, têm a seu cargo a segurança pública.

Agricultura — É o algodão a principal cultura do município, seguindo-se a de cereais: arroz, milho, feijão. Nas serras, nos lugares mais úmidos, faz-se o plantio da cana-de-açúcar, de mandioca. Aspecto físico — Excedendo-se partes ao N. e O., assenta o município em vastas planícies e tabuleiros levemente ondulados. Comércio — Bene apreciável é o movimento comercial do município, que se abastece nas praças de Campina Grande, Patos, Cajázéiras, e Portaleza, para onde exporta, especialmente, algodão. A sede conta 22 bons estabelecimentos comerciais, inclusive duas farmácias e dois hotéis. Clima — Está o município na zona das secas. É quente e seco, mas nos meses de abril a agosto suas noites são de rigorosas, refrescadas pelas brisas que sopram das costas cearenses. É sabore, não obstante, devido auxílio de cuidados na aquisição de água potável, durante o estio, aparecem casos de tifo. Curiosidades — A mais importante é a fonte termal. (V. Brejo das Freiras.) Distritos — A circunscrição se divide nos distritos Antenor Navarro, Uiraúna, e Brejo das Freiras. Demografia — Em 1941, verificaram-se no município 278 nascimentos, 76 casamentos e 782 óbitos. O movimento policial registrou 20 contravenções e 11 crimes, nenhum, porém, de homicídio. Etnografia — Os habitantes da região descendem de portugueses, de brasileiros, procedentes de Pernambuco, do Ceará, e dos índios da tribo Icos. Diminuto foi a percentagem do elemento negro. Petras — Petras abundantes se realizam: aos domingos, na sede, nas vilas e nas povoações de certo trato. Fazendas agrícolas e pastoris — São as principais: Cabaças, Ipeuiras, onde, em 1824, se feriu renhida peleja entre as tropas legais e as da República do Equador; Belém, Nova Aroeira, Quixaba, Malta. Em 1941, tiveram os seus rebanhos o seguinte cômputo: bovinos, 14.133; equínios, 744; ovinos, 10.008; mares, 980; lanegros, 9.500; caprinos, 4.960; suínos, 1.350; aves, 45.000. Fauna e flora — Há variedades em pombos bravos, aves de rapina, trepadoras, pássaros cantores, óli- dios, insetos e roedores. A flora se representa em gramíneas, restos de matas onde crescem o pedro, a aroeira, a aracipoca, o pau-d’arco, o cumaru, o angico. Hidrografia — É o rio do Peixe a principal corrente do município, re-
Antenor Navarro 95 800 kg de óleo de caroço de algodão, 419 270 kg de torta. Instrução — No município existe sómente a instrução pública primária, difundida por 9 escolas mistas, inclusive um grupo escolar, a cargo de 17 professores. Nos estabelecimentos enumerados se verificou, em 1942, a matrícula de 927 alunos e média de 549. Como se observa em todo o Estado, avultado é o número de crianças a que faltam escolas, principalmente na zona rural. Limites — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram os seguintes limites para o município de Antenor Navarro: — Com o Estado do Ceará (Município de Baixia), começando no pico do serrote do Orvalho, nos limites municipais com Caíazeiras. segue pela linha de cumeada conhecida por Serra do Padre, que separa as bacias hidrográficas dos rios do Peixe (Paraíba) e Salgado (Ceará) até alcançar o marco n.º 1, no lugar Lagoas, no contraforde da serra Luís Gomes conhecido por serra do Balanço, onde se estremam os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Com o Rio Grande do Norte (Municípios de São Miguel e Luís Gomes), começando no marco n.º 1, no lugar Lagoas, no contraforde da serra Luís Gomes conhecida por serra do Balanço, onde se estremam os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, prossegue pela linha de cumeada da serra Luís Gomes até alcançar o marco n.º 2, na nascente do riacho Umbelina, no Saco do Mamoeiro, onde se estrema com o município de Sousa. Com o município de Sousa, começando no marco n.º 2, em na nascente do riacho Umbelina, no lugar Saco do Mamoeiro, no divisor de águas da serra Luís Gomes, nos limites com o Rio Grande do Norte, segue pelo divisor de águas do contraforde conhecido por serra do Catolé, serra Branca, serra da Arara, serra da Quixaba e serra de São Diogo, serrotas do Mastruço e Jerimum até encontrar o boqueirão do.
Divisás interdistribuais

Distrito da Sede com Brejo das Freiras, começando no ponto onde a linha de limites intermunicipais com Cajázeiras corta o riacho Cacaré, desce pelo referido riacho até a sua foz no rio do Peixe; sobe pelo mesmo rio do Peixe até encontrar o marco n.º 13, e deste marco finalmente, por uma linha reta, até o marco n.º 14, na serra do Bondarra. Distrito da Sede com Uiratã, começando no marco n.º 14, na serra do Bondarra, segue pelo divisor de águas até alcançar o serrado Mastraço, nos limites municipais com Sousa. Distrito de Piões com Uiratã, começando no marco n.º 13, situado à margem do rio do Peixe, sobe por este até a foz do riacho da Serra; prossegue por este riacho até a sua nascente no divisor de águas da serra do Padre, nos limites com o Estado do Ceará.

Metosocial — O meio social, especialmente o da cidade, revela educação e regular instrução adquiridas por grande parte de seus habitantes em Fortaleza, Cajázeiras e Recife. Povoagens — Além das vilas, enumeram-se os povoados de Barra de Juá, Santa Helena, Triunfo e Umari. Religião — Predomina a religião católica apostólica romana, no município, que constitui uma só paróquia, criada por Lei provincial n.º 96, de 28 de novembro de 1863. Além da igreja-matriz, sob a invocação de N. S. do Rosário, existem as capelas filiais de N. S.ª da Conceição, em Juá; de Jesus, Maria e José, em Uiratã; do Menino Deus, em Triunfo. Na matriz desta cidade orou o patriota Frei Caenequa quando, prisioneiro, regressava do Ceará, em 1834. Rendas públicas — Em 1942, o município orçou sua receita em Cr$ 215.000,00; arrecadou Cr$ 117.248,40 e efetuou a despesa de Cr$ 117.453,90. Em 1941, a Coletoria Estadual arrecadou 305:275$350 e despendeu 160:648$800. Repartições públicas — Existem na sede: Prefeitura Municipal, o Fórum, Mercado Público, Estação ferroviária. Agência
Postal-Telegráﬁca, Grupo Escolar, Matadouro, Coletoria Estadual. Riquezas naturais — Consta existir uma jazida de cobre e uma de amianto, nos limites do município com o Estado do Ceará. *Sede* — A sede é a cidade de Antenor Navarro, outrora São João do Rio do Peixe, contando 1 avenida, 6 ruas, 6 ladeiras, 3 travessas e 2 praças, sendo uma ajardeada. Está bem situada, à margem esquerda do rio do Peixe, distando 467 quilômetros da capital, 22 de Cajazeiras e 330 de Campina Grande. É bem ediﬁcada, iluminada à luz elétrica, tendo sociedades religiosas e esportivas. A cidade fica a 12 quilômetros da fonte terminal de Brejo das Freiras. O Recenseamento de 1940 contou lhe 432 prédios urbanos, 92 suburbanos, 1893 rurais e a população: urbana, 1 302 habitantes; suburbana, 386; rural, 5 790. *Vias de comunicação* — É um dos poucos municípios paraibanos que reúnem mais largos meios de comunicação. Além de rodovias, conta o serviço da Viação Cearense, com uma estação na sede e outra em Poço Adão, distrito de Brejo das Freiras, ligando-a a Fortaleza, no Ceará, a Cajazeiras, Sousa, Pombal e Falésia, na Paraíba. Para uso de seus habitantes, havia no município: 6 automóveis, 2 motocicletas, 6 caminhões e 20 carros de bois.

*Aparecida* — Povoado do município de Sousa. Tem aula primária mista que matriculou 80 alunos em 1942, tendo 64 de frequência média.


*Araça* (Voc. ind.: época ou tempo de fruta) — (V. Mari.)


— Vila do município de Guarabira cortada pelo rio precedente, distando de sede para E. 15 quilômetros. E’ promissores e de regular edificação, tendo Agência Postal, Mercado Público, uma capela e duas aulas públicas primárias que ti­veram a matrícula de 189 alunos em 1942, com a frequência média de 102. Situada na caatinga, os seus arredores criam gado, produz algodão e cereais. O Recenseamento de 1942 computou-lhe 337 prédios urbanos, 63 suburbanos 3 800 rurais e a população — urbana, 1 228 habitantes; suburbana, 267; rural, 17 230.

*Araçás* — Lugarejo do município de Antenor Navarro; conta aula pública. Esta, de 1942, teve 50 matriculados e a média de frequência de 33.

*Arara* (Voc. ind.: nome de uma ave de plumagem verde, amarela e encarnada) — Povoação do município de Serraria, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1 164 de 15 de novembro de 1938. Está em bela situação no início da zona do Curimataú. A vila é pitoresca, bem ediﬁcada, contando Agência Postal-Telefônica, uma capela e três aulas públicas primárias com 154 matriculados, em 1942, e 102 de frequência média. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 145 prédios urbanos, 29 suburbanos, 939 rurais e a população: urbana, 493 habitantes; suburbana, 117; rural, 4 842.

*Araruna* (Voc. ind.: ara-una: papagaio prêto. Ave de linha conformação e linha plumagem azul-escura) — Município a N.O. do estado nos limites com o Estado do Rio Grande do Norte. Ocupa área territorial de 1 020 quilômetros quadrados. O Recenseamento de 1940 encontrou no município a população de 32 500 habitantes, assim distribuídos:
zonas urbanas, 3 196; suburbanas, 514; rurais, 28 790, acomodados em 992 prédios urbanos, 1 341 suburbanos e 5 768 rurais. 

Açudes — O município se ressente da falta de água potável; possui algumas dezenas de pequenos açudes particulares. Sem resultado compensador se tentou a perfuração de poços, trabalho difícil pelo formidável lençol de rocha granítica do subsolo. 

Administração — É, politicamente, dirigido por um prefeito, de livre escolha do Interventor Federal, auxiliado por 27 funcionários permanentes. Comarca de primeiro entrância, competem os interesses da Justiça local a um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar. 

Um delegado de polícia, na sede, e subdelegados, nas vilas, nomeados dentre oficiais inferiores da força policial do estado, se encarregam da segurança pública. 

Agricultura — Não obstante a secura do terreno, divide-se o município em zona agrícola e zona pastoril. Na primeira se cultivam algodão, cereais, e mesmo cana-de-açúcar. Pratica-se o pastoreio na outra. 

Aspecto físico — É montanhoso, na região serrana; ondulado na caatinga e plano nas imediações do vale do Curimumataú. A principal serra, a que deu nome ao município, pertence ao sistema da Borborema, tendo a direção de S.O. a S.E. Constitui parte do divortium aquarum do rio Curimumataú, ao S. e do seu tributário o Califabougu, ao N. Assinuva social — O município mantém um Pôsto Higiénico, dirigido por um médico. 

Comércio — Tem importância o movimento comercial da circunscrição. Exporta algodão, fumo, cereais, gado, artefatos de palha de canaúba. Importa tecidos, ferragens, miudezas, artigos secos e molhados, realizando suas transações com as praças de João Pessoa, Natal e Recife. 

Curiosidades — As cavernas da Serra do Califabougu, sobre as quais correm lendas interessantes. 

Clima — O clima é quente e úmido no verão, tornando-se mais ameno na estação das chuvas que, nos anos normais, se prolonga de março a agosto. 

A temperatura, nos tempos pluviosos, baixa a 15°C; no esto, sobe até 33°C, à sombra. Todo o município está sujeito ao flagelo periódico da seca, tendo escassez de água potável. 

Distritos — Divide-se o município em três distritos: o da sede, o de Cajimba de Dentro e o de Tucumã. 

Demografia — Em 1941, realizaram-se no município 68 casamentos, 290 nascimentos e 412 óbitos, dêstes, 6 natimortos. 


Etnografia — Na sede se realiza, semanalmente, boa feira; em escala menor, nas vilas e povoações. 

Fauna e flora — Ainda existem no município terrenos incultos e devolutos, porém tôdas as matas foram devastadas e apenas se destacam restos de capoeiras onde vegetam espécimes de arrece, ihilau, pau-d'arco. 

Nas avareadas, é abundante a carnaúba. Das árvores frutíferas tem destaque a pinha ou atá, as mais opulentas e saborosas que o estado produz. No reino animal enumera-se tatus, peças, raposas, veados, reptis, batráquios, insetos, aves de linha plumagem, pássaros cantores. 

Geologia — O engenheiro Sales Guimarães, que estudou a região, escreveu — ”Terreno arqueano — As rochas cristalofíllas são raramente encontradas sobre a coroa de Araruna; o terreno arqueano ocupa sobre a montanha pequena extensão. Pode-se mesmo dizer que jazem aí restos desses terrenos e quase sempre no fundo dos vales. Constatamos existência déle nas paredes de algumas cacimbas que examinamos para os lados de Guaribas e numa lagoa no lugar Cajimba de Dentro, quatro léguas distante do povoado Ara-runha. Consta de gnaisse, diversos es-
quisitos anfibólicos, micasquistas, etc., geralmente bastante trabalhados pela ação dos agentes de decomposição. Para o lado ocidental da serra esta formação ocupa maiores superfícies. Em Araruna o terreno granítico constitui o suporte natural de tôdas as outras formações aí existentes: é um gigantesco maciço de rocha plutônica que se ramifica ao planalto da Borborema e serve de ossatura à serra; estende-se inteiramente, muitas vezes em ondulações baixas, esparso, apresentando ao sul o grande sinclinal do Curimataú que corre, por assim dizer, num leito de granito. A raridade das rochas cristalofíllas na serra de Araruna e vale do Curimatau, destruídas com certeza, pela ação conjunta dos agentes naturais físicos e químicos e transportadas para paragens provavelmente longínquas, induz-nos a pensar na poderosa erosão de que foi teatro esta região no curso dos tempos geológicos. O terreno granítico de Araruna e Curimatau oferece magnífico campo de estudo, um Paraiso Geológico, para nos servirmos da expressão do Sr. Geltke, ilustre geólogo inglês. Essa formidável massa plutônica se apresenta inteiramente em tôda sua extensão; não se nota aí indício de deslocamentos ou dobramentos posteriores ao endurecimento completo da rocha. A abertura do vale do Curimatau e outros deveria ter-se realizado depois de haver o magma que aí orgu-se à rocha passada ao estado semelfuído ou viscoso.”

hidrografia — Além de vários córregos e riachos o município é banhado na estação chuvosa pelo rio Calabougo, que serve de limites da Paraíba com o rio Grande do Norte, pelo Curimatau a S. e L. e pelos rios Areia, Cachoeirinha e Riachão. histórico — Em 24 de outubro de 1788, o capitão Luís Ferreira da Soledade e Antônio Rodrigues da Costa, proprietários residentes no rio Grande do Norte, receberam três lêguas de terras sobre uma de largura "nas sobras da data de Tacima doada a Matias Nunes, ficando a terra pedida sobre uma serra que descobriram a sua custa". O governador Jerônimo de Melo Castro fêz a concessão, e esta data, com as outras de Tacima, constituíram o atual município, cuja sede assenta nas sesmarias dos mencionados proprietários norte-rio-grandenses. Por muito tempo, foi campo de criação e agricultura até que em 1845 Feliciano do Nascimento fundou a povoação de Araruna, elevada a paróquia por Lei provincial n° 25, de 4 de julho de 1854, e a vila por Lei provincial de 10 de julho de 1876, no seu artigo 2°. O Decreto-lei n° 1,164, de 15 de novembro de 1938, criou a cidade e sede de comarca. homens notáveis — Em Araruna nasceram os poetas A. J. Pereira da Silva e Perilo de Oliveira. o primeiro foi membro da Academia Brasileira de Letras e o segundo morreu muito moço deixando vários volumes de versos publicados, entre êstes -- "Canções que a vida me ensinou", de um lirismo muito delicado. Perilo de Oliveira é um dos patronos da Academia Paraibana de Letras. indústria — No município existe sômente, e por métodos antiquados, a indústria agrícola pasto-til. Em 1941 os seus rebanhos somavam 7.695 bovinos, 2.562 equinos, 2.200 assínicos, 1.630 muares, 4.375 caprinos. limites — Os Decretos-leis ns. 1.194 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, lhe determinaram os seguintes limites: — com cui-té. Começando na foz do rio do Damião, no rio Curimatau, no lugar Jaguaré, onde se estreiam os municípios de Araruna e Bananeiras, sobe pelo referido rio até a sua nascente no serra do Damião; prossegue pelo divisor de águas da referida serra até alcançar o marco n° 1, situado entre as lagoas Salgadas e Porro; dêste marco, prossegue em linha reta até encontrar o marco n° 2, colocado à margem do córrego que nasce na serra do Muquém, no lugar Baixa das Qui-
xabas, nos limites da Paraíba com o Rio Grande do Norte. Com o Rio Grande do Norte (Município de Nova Cruz), começando no marco n.º 2, colocado no lugar do antigo marco da data Forró, à margem do córrego Muquém, na Baixa das Quixabas, segue em linha reta até a nascente do rio Calabouço, na lagoa Pé-de-Pato; desce por esse rio até sua confluência com o rio Curimataú; dá, por uma pequena reta, vai ter ao cruzeiro existente à margem direita desse rio, no lugar Boqueirão, no marco n.º 4. Com Caçara, começando no marco n.º 4, situado à margem direita do rio Curimataú, no lugar Boqueirão, nos limites com o Rio Grande do Norte, sobe pelo referido rio até encontrar a foz do rio Dantas, no lugar Alagamar, onde se estremam os municípios de Caçara e Bananeiras. Com Bananeiras, começando na foz do rio Dantas, no rio Curimataú no lugar Alagamar, sobe pelo referido rio até alcançar a foz do rio, que nasce na serra da Boa Vista, no lugar Vossa; sobe pelo referido rio até o seu cruzamento com a estrada velha de Lagoa da Serra; prossegue por essa estrada até sua interseção com o caminho de tropa de Carnaubinha de Riacho; prossegue por esse caminho, que divide Carnaubinha para os dois municípios até cortar o rio da Areia, também chamado Salgadinho e Carnaubinha, no lugar Salgadinho; sobe por este rio até encontrar o marco n.º 3; deste marco, segue em linha reta até alcançar o pico do serrote Capitão; ainda por outra linha reta, segue até o marco n.º 2, situado à margem do rio Carnaubinha, no lugar Capivara; sobe pelo rio até a foz do rio Damião, no lugar Jaguaré.

DIVISAS INTERDISTRITAIS.

Distrito da Sede com Tacima, começando no marco n.º 5, situado à margem direita do rio Calabouço ou Curimataú-Mirim, na vertente norte da serra da Confusão, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 6, situado à margem esquerda do rio Tacima; deste marco prossegue em linha reta até alcançar o marco n.º 3 (de Bananeiras) situado à margem do rio Salgadinho ou Carnaubinha. Distrito da Sede com Cucumba de Dentro, começando no marco n.º 3 (de Bananeiras), situado à margem do rio Carnaubinha ou Salgadinho, sobe por ele até sua nascente na fazenda Boi Manso e prossegue, em seguida, por uma linha reta, até alcançar o marco n.º 1, nos limites com Cuité. Meio social — E' considerável a quantidade de analfabetos no município, mas não pequeno o número de pessoas educadas, tendo, na sede, havido ensaios de imprensa periódica, de sociedades literárias, artísticas, esportivas e religiosas. Necessidades locais — Araruna precisa de açudagem, de estradas e de aulas rurais. Povoações — Além das vilas, conta vários povoados, sendo os mais importantes: Bernardo, Cacheirinha, Carnaubinha, Fra-gata, Quiribas, Lagoa do Mato, Marapá, Riacho, Riacho dos Quatis e Várzea. Religião — A quase totalidade dos habitantes da região segue a religião católica apostólica romana, constituindo o município uma só freguesia de N. S.ª da Conceição, comandando dois templos na sede e as capelas filiais de Sant'Ana, em Tacima; de Santa Antônia, em Cacimba de Dentro; de São Gonçalo, em Riachão. Rendas públicas — A Coletoria Estadual, em 1941, rendeu 159:242$850 e despendeu 149:897$800. O município, para o exercício de 1942, orçou sua receita em Cr$ 145 000,00 e arrecadou Cr$ 174 239,30; fixou a despesa de Cr$ 145 000,00 e efetuou a de Cr$ 193 341,00. Repartições públicas — Existem na sede: Agência Postal-Telegráfica, Coletoria Estadual, Prefeitura, Fórum, Grupo Escolar, Mercado Público. Riquezas naturais — Ainda inexploradas, existem no município jazidas de ferro, ouro, pedras preciosas. Sede — A sede do
município é a cidade de Araruna, muito pitoresca, em magnífica situação, sobre a serra que lhe deu o nome, a 530 metros de altitude, com as seguintes coordenadas: Lat. S. 6°33'30" Long. W. Gr. 33°42'00". Conta 2 avenidas, 2 praças, 4 travessas e 11 ruas. Dista 52 quilômetros das estações ferroviárias de Bananeiras e Caçara e 183 quilômetros da capital do estado. É iluminada a luz elétrica, e o munícipio mantém uma biblioteca pública, um Pósto de Higiene e uma banda de música. O Recenseamento de 1940, contou-lhe: 536 prédios urbanos e 4.345 rurais e a população: urbana, 1.360 habitantes; rural, 13.008. Por sua posição e por suas possibilidades, Araruna é uma das promissoras cidades do estado. Vias de comunicação — Dispõe de mediocres estradas carroçáveis, em comunicação com a estrada de ferro, em Caçara e Bananeiras. Internamente, ou para outros municípios, conta uniquely caminhos de trânsito difícil, especialmente durante a estação das chuvas. Existem no município 3 automóveis, 2 auto-ônibus, 3 “side-car”, 6 caminhões e 5 carrros de bois.

Aratu — Barreta ao S. do pontal da Penha, a 70'11"-29" Lat. S. e 34°46'-52" Long. W. Gr.

Areia (V. Aripú) — Lugarejo nos limites sul do município de Tabajara.

Arédico (Voc. ind.) — Vila do município de São João do Cariri. O Decreto-lei n.º 1.164, de 15 de novembro de 1938, dando-lhe a categoria de vila, mudou-lhe o nome primitivo, São José dos Cordeiros, para Cordeiros; e o Decreto-lei estadual n.º 529, de 31 de dezembro de 1943, ainda lhe substituiu o nome pelo atual que é o de um riacho que corta o distrito. É prospera, iluminada a luz elétrica, tem uma aula pública mista que, em 1942, matriculou 45 alunos: Realiza, semanalmente, abundante feira, sendo bom mercado de peles de cabra e carneiro e de algodão. Segundo o Recenseamento de 1940, se arrolaram: 240 prédios urbanos, 5 suburbanos, 524 rurais e a população: urbana, 497 habitantes; suburbana, 27; rural, 3.460.

Areá — Riacho que nasce no município de Araruna e o limita com o de Bananeiras. Deságua á margem esquerda do rio Curimatá.

— Município central a O. da capital do estado, ocupando uma área de 548 quilômetros quadrados, tendo, segundo o Recenseamento de 1940, a população de 42.058 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 2.332; suburbanas, 1.916; rurais, 37.816, acomodados em 720 prédios urbanos, 542 suburbanos e 8.513 rurais. Acudes — Areia conta mais de 40 pequenos açudes e uma barragem de apreciável capacidade. (V. Vaca Brava.) Administração — É politicamente dirigido por um prefeito nomeado pelo interventor federal, auxiliado por 23 funcionários permanentes. Comarca da segunda entrada, estão os interesses da Justiça a cargo de um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar. Da segurança pública se encarregam: um delegado e vários subdelegados, escolhidos entre oficiais ou inferiores da Força Pública. Agricultura — Situada na zona do Brejo e pequena área no Agreste e Curimatá, o município é, por excelência, agrícola, contando terrírenos para todas as culturas tropicais e mesmo algumas de climas temperados. Por muito tempo se constituiu o celeiro dos sertões, produzindo rapaduras, cereais, farinha de mandioca, polvilho, aguardente, não estando sujeito ao flagelo da seca. Na faixa do Agreste e do Curimatá cultiva algodão, batalinha e cria gado. Aspecto físico — A leste está montanhoso, numa largura que pode atingir 30 quilômetros; a O. é plano ou ligeiramente ondulado. Assistência social — Conta um Pósto de Higiene mantido pelo estado o qual, em 1942, teve o seguinte movimento. Profilaxia — Pessoas atendidas pela primeira vez. Helmintoses, 677; paludis-
mo, 184; bouba, 582; sífilis, 357; gonorreia, 14; cancro mole, 2; outras doenças, 58. Vacinação: antivarivial, 1.370; antitética, 3.438; antim corrosiva, 3.438. O Pólo recebeu 15.093 consultas e fez 1.443 curativos. Comércio — Em virtude da penetração da estrada de ferro, das rodovias facilitando as comunicações do interior com as praias de Campina Grande, de João Pessoa, de Recife e de Natal; das exigências sempre crescentes do Fisco, o ativo movimento do comércio de Arca decaiu. Atualmente se mantém em situação promissora, graças a sua grande cultura de cana-de-açúcar, de fumo, de algodão e, últimamente, de aguac. Curiosidades — A mais notável é a caverna da serras do Algodão. (V. Algodão.) Cítrica — Ex- quente e úmido. A temperatura não desce de 18ºC nem excede de 30º à sombra. Como os demais municípios do Brejo, tem Arca duas estações: a das chuvas, e a do verão. Sendo muito regado de arroios perenes e por chuvas abundantes no período de março a agosto, grande é a evaporação que se observa. Do cafr da noite até dia alto, cobre-se o município de névoas azuladas. Demografia — Em 1942, registraram-se no município 66 casamentos, 237 nascimentos e 784 óbitos. Dêstes, 14 natimortos e 231 de 0 a 1 ano de idade. A delinquência constou de 60 contravenções e 6 crimes, sendo três homicídios. Distritos — Conta o da sede e o de Remigio. Etnografia — Foram os bru- xaxás, da família cariri, os primitivos habitantes da região. Mais tarde, portugueses e brasileiros, procedentes do litoral e do interior, ali se fixaram. Aos dois elementos, depois, se juntou, em menor proporção, o africano. Feiras — Semanalmente se realizam na sede do município e na vila de Remigio, feiras muito abundantes e concorridas. Fazendas agrícolas e pastoris — Embora não se verifiquem no município prolongadas estiagens, não se encontram grandes áreas de terrenos incultos. Não obstante, conta uma usina, mais de 100 engenhos e engenhocas para o fabrico de rapaduras e destilação de aguardente, umas 40 fazendas de criação. Dos seus estabelecimentos industriais se destacam os engenhos Bujari, Juçara, Pau-d'Arco, Usina Santa Maria, Vaca Brava e Várzea. Das suas fazendas, alíás pequenas, se arrolaram em 1941: 5.000 bovinos, 2.400 equinos, 1.900 asininos, 1.800 muças, 500 lanígeros, 4.000 caprinos, 2.000 suínos e 28.000 aves. Fauna e flora — No município existem variedades de insetos, batracídeos, reptis, pássaros canetores. Dentre os animais silvestres notam-se veados, coelhos, tatus, saguis, rapósas, etc. A flora apresenta plantas medicinais, e restos de matas onde crescem a areia, a bi- raúna, o cedro, a jurema, o angico e várias outras especírias. Hidrografia — O município é cortado pelos rios Curimatá, Jandaia e Salgado e pelos rioschos Arca, Bananeiras, Riahão, Ser- rinha e outros, em maioria tributários do Mamanguape e do Curimatáu. História — No meado do século XVII, já a região era conhecida pelo nome de Sertão dos Bruxaxás; índios da família cariri que ali habitavam. Um dos ca- minhos de boias do sertão para Ma- manguape, Pernambuco ou Paraíba, atravessava o monte onde agora está a cidade. No sopé ocidental, corria abundante, como em nossos dias, o riochão da Arca e o ponto de cruzeiro da estrada se tornou pouco obrigatório de tropeiros e boladeiros. Na expectativa de lucros, por ali surgiu um indivíduo de nome Pedro, que fez amizade com os nativos e construiu um albergue para viajantes no ponto mais elevado, sendo esta, ao que parece, a primeira casa ali edificada. O colono recebeu a alcunha de Bruxaxá. O movimento de viajantes pelo local atraiu outros habitantes e assim, tempos depois, havia ali uma novação chamada Brejo de Arca. Con- tinuou a prosperar. O alvará-régio de D. João VI, datado de 16 de maio de
1815, elevou-lhe a categoria, denominando-a Vila Real do Brejo de Areia. Através dos anos foi o nome se resumindo: Brejo de Areia e por Tim Areia. Pertencia então à comarca de Mamanguape. Em 9 de maio de 1933, foi criado município e a Lei provincial n.º 2, de 18 de maio de 1846, deu-lhe os foros de Cidade. O Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, e o Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, lhe determinaram os limites, conservando-lhe as categorias. Areia teve sempre papel importante em todos os movimentos políticos e sociais na Paraíba. Deu grande contingente à Revolução de 1817 e maior cooperação à República do Equador, partindo daquele que foi sede de governo temporário da província, as tropas do sargento-mor Félix Antônio Ferreira de Albuquerque para combater as forças legais, em Tabajara. A esta coluna, incorporaram-se remanescentes dos derrotados batalhões de Paes de Carvalho, sendo comandados pelo referido sargento-mor até o Ceará, onde foram aniquilados. A Revolução Praieira, vencida em Pernambuco, deu em Areia o seu último combate, em fevereiro de 1849, sendo para ali atraídos e auxiliados os revolucionários, pelo juiz municipal, Dr. Maximiano Lopes Machado, pelo coronel Joaquim dos Santos Leal e outros arenses. Entrinehiraram-se na cidade, sustentaram seis horas de combate, fugindo depois, dispersados para o interior da província. A campanha abolicionista foi ali muito profíquina, salientando-se a Emancipadora Arensense, tendo à frente o esforço Manuel da Silva. Tiveram a glória de libertar o último escravo do município no dia 3 de maio de 1838. Digno de nota é o esforço que fêz Areia em 1843 para repatriar os ossos do seu inolvidável filho Pedro Américo, por ocasião do centenário do nascimento do grande poeta. Foram honradas em sumptuosas, dignas de uma população edificada e patriota. Homens notáveis — Areia têm sido berço de homens que se distinguiram: nas letras, como o Dr. Cordeiro Sênior e Rodrigues de Carvalho; nas artes, como os irmãos Pedro Américo e Aurelio de Figueiredo; na política, como Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia, e general Dr. Álvaro Lopes Machado, e Dr. Coelho Lisboa; inventores na altura de Antônio Salviano de Figueiredo. A Igreja Católica orgulha-se do nome de D. Adauto Aurelio de Miranda Henriques, primeiro bispo e primeiro arcebispo da Paraíba; de Monsenhor Sales bispo residencial do Maranhão. Contou com mcios professores como Joaquim Henriques da Silva e os seus filhos Horácio e Abel da Silva. Indústria — Areia é município de incontestável futuro, dependendo apenas de maiores iniciativas dos seus habitantes. Conta uma fábrica de fiação e anilagem, uma usina para açúcar, avultado número de fábricas de farinha de mandioca, mais de 100 engenhos, uns 20 a vapor, para a produção de rapaduras. Juntem-se vários maquinismos para beneficiar algodão e agave, outros tantos para preparo de fumo em corda e umas quarenta fazendas de criação. Exportou o município em 1941: 85.640 kg de agave, 4.550 sacos de milho, 33 000 cachos de bananas, 75 toneladas de batalhas doces, 70 toneladas de batatinhas, 150 000 kg de algodão em carro, 130 000 toneladas de cana-de-açúcar, 142 000 kg de fumo em folha, 38 250 kg de bagas de mamona, 12 000 kg de cebolas, 12 000 sacos (de 60 kg) de açúcar de usina, 180 700 1 de aguardente, 170 000 sacos (de 60 kg) de farinha de mandioca, 160 000 kg de algodão em plano, 160 000 kg de fumo em corda, 40 000 kg de polvilho, 8 078 880 kg de rapaduras, 158 125 kg de fios de algodão. Limites — Os Decretos-leis ns. 1164 e 580, respectivamente, de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram para o município os seguintes limites: — Com Cuté, começando no Pico do Alto do Chapéu, na proprie-
dade Desterro, onde se estreparam os municípios de Cuité e Campina Grande segue, em linha reta, até encontrar o marco n.° 1, na propriedade Jandaira, que fica dividida para os dois municípios, no lugar do mesmo nome; prossegue, com a mesma direção, até alcançar o marco n.° 2, na propriedade Malhada da Caatingueira, que também fica dividida para os dois municípios, no lugar do mesmo nome; dêste marco, segue em linha reta, até o marco n.° 3, situado na Malhada do “Coculo”; ainda, por outra linha, segue até o marco n.° 4, na fazenda José Alves, que fica dividida para os dois municípios; ainda por outra linha reta, segue até alcançar o pico do Serrate Baixo, na propriedade Alfredo Silva, que também fica dividida para os dois municípios; finalmente dêste pico, segue, em linha reta, até alcançar a foz do rio Cabelo ou Urubu, no rio Curimataú; desce pelo rio até encontrar o marco n.° 5, no lugar Salgado, onde se estreparam os municípios de Cuité e Bananeiras. 

Com Bananeiras, começando no marco n.° 5, colocado à margem do rio Curimataú, no lugar Salgado; segue pelo caminho de tropa que passa na fazenda Baixa Larga, até encontrar a foz do rio Lajeado do Frade, no rio Jacaré, onde se estreparam os municípios de Serraria e Bananeiras. 

Com Serraria, começando na foz do rio Lajeado do Frade, no rio Jacaré; segue pelo caminho de tropa de São Bento, até encontrar o marco n.° 6, no lugar Malhada de Dentro; continua pelo referido caminho que corta o rio Lagoa dos Barros, o rio Ponta de Pedra ou Pirauá, até encontrar o riacho Guaribas; desce pelo referido riacho até a barra do Salgado; daí em linha reta sobe a serra do Salgado, até alcançar o marco n.° 7, colocado no lugar onde o caminho de tropa corta o divisor de águas; continuando pelo mesmo caminho corta o riacho Fechado de Baixo; dêste ponto, deixa o caminho de tropa e desce pelo mencionado riacho até a sua foz no rio riacho Caiana; desce ainda, pelo curso dêste riacho, até a sua foz no rio Manga do Frade, e pelo rio até o marco n.° 6, localizado na Gruta; dêste marco, segue em linha reta até alcançar o marco n.° 9, na Chã do Grutão, à margem do caminho de tropa de Almecega; dêste marco prossegue por aquêle caminho até encontrar o marco n.° 10, na propriedade Ouro Verde, onde se estreparam os municípios de Serraria e Guarabira. 

Com Guarabira, começando no marco n.° 10, colocado à margem do caminho de tropa de Almecega, na propriedade Ouro Verde; segue em linha reta até alcançar o marco n.° 11, na serra do Mófo; prossegue por outra linha reta até o marco n.° 12, na serra da Vaca Morta; dêste marco, prossegue ainda por outra linha reta até atingir o marco n.° 13, na propriedade Pê da Serra; descendo em linha reta atravessa o rio Tauá e gala pelo vertente oposta o divisor de águas da serra dos Bois; prossegue por ele até o marco n.° 6, (de Alagoa Grande), colocado à margem do caminho de tropa de Tauá, onde se estreparam os municípios de Guarabira e Alagoa Grande. 

Com Alagoa Grande, começando no marco n.° 6 (de Alagoa Grande), à margem do caminho de tropa Tauá, na serra dos Bois, prossegue pelo referido caminho até cortar o de Pindoba; desta intersecção, continua pelo caminho de Pindoba até alcançar a de Grutão, deixa aquêle e continua por este até atingir o caminho de tropa dos Corretores na Chã da Sapucaia; prossegue por ele até à propriedade Buraco de Cima, que fica dividida para os dois municípios, onde encontra o caminho de tropa do Buraco; prossegue por ele, até atingir o marco n.° 5, (de Alagoa Grande), colocado à margem do caminho de tropa Serra Grande, no lugar Carro, no divisor de águas da serra do Estraito; prossegue pelo referido divisor, até alcançar o marco n.° 4 (de Alagoa Grande), onde se es-
tremam os municípios de Alagoa Grande e Alagoa Nova. Com Alagoa Nova, começando no marco n.º 4 (de Alagoa Grande), no divisor de águas de serra do Estreito, segue em linha reta até o Riachão, onde cruza a estrada de rodagem Alagoa Nova — Areia; sobe pelo mesmo Riachão até a foz do rio do Boi, onde se estreiam os municípios de Alagoa Nova e Esperança. Com Esperança, começando na foz do rio do Boi, no Riachão, sobe por ele até a sua nascente; e por uma linha reta, até alcançar o marco n.º 5, na alaaria de Pedro Batista, à margem do rio do mesmo nome; desce pelo referido riacho até a sua foz no rio Araçajú; desce ainda esse rio até cortar o caminho carroçável que passa em Meiá-Pataca, Maniçoba, Umbu e 68, prossegue pelo referido caminho até encontrar o marco n.º 3 (de Esperança), colocado à margem do rio Cabeço, na fazenda do mesmo nome. Com Campina Grande, começando no marco n.º 3 (de Esperança), situado à margem do rio Cabeço, na fazenda do mesmo nome, desce por este rio até a foz do rio do Negro, sobe pelo referido riacho até a sua nascente, na linha de cumeada da serra da Timideira; prossegue por ela até o marco n.º 1; prossegue, então, em linha reta, até o pico Alto-do-Chapéu, na fazenda Destério.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Remígio, começando na confluência do rio do Boi com o Riachão, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 16, colocado à margem da estrada de rodagem de Remígio; prossegue pela mesma estrada até cortar o rio Capim-de-Cheiro; deixa a estrada e prossegue pelo referido rio até encontrar o caminho carroçável de Serrinha; continua por este caminho até alcançar a foz do rio Urubu ou Cabelo no rio Curimataú nos limites intermunicipais com Culté.

114 quilômetros e, segundo a Comissão Pimenta da Cunha, em 1922, na lat., S. a 6°.05'–11,98'" e na long. E. do Rio de Janeiro, 7°.31'07,65', em frente da matriz. O Recenseamento de 1940 arrolou-lhe 501 prédios urbanos, 461 suburbanos, 6.586 rurais e a população: urbana, 1.663 habitantes; suburbana, 1.096; rural, 29.287. Área impressiona agradavelmente a todos os que a visitam com a boa edificação, o calçamento das ruas, os seus sobrados, as suas praças, o monumento a Pedro Américo, o edifício dos Correios e Telégrafos, a Biblioteca, o museu ou Casa Pedro Américo, o teatro Minerva, o Colégio Santa Rita, o Grupo Escolar Álvaro Machado, a Escola de Agronomia do Nordeste, a iluminação elétrica, inaugurada em 1918. Por excelente rodovia de 17 quilômetros de extensão liga-se à estação de estrada de ferro de Alagoa Grande. Conta a cidade 25 ruas, 4 travessas, 7 praças e várias ladeiras. Na distância de mil metros, na fralda ocidental, se localiza um banheiro público. Vias de comunicação — Partem da cidade duas rodovias; uma para o sertão, outra, ligando-a a Alagoa Grande e à Capital do Estado. Uma linha de auto-ônibus entre Campina Grande e João Pessoa, serve a cidade de Areia. Para transporte de passageiros e mercadorias do município, existem neste: 27 automóveis, 1 auto-ônibus, 10 motociclos, 17 caminhões e 30 carros de bois.


— Lugarejo do município de Teixeira, tendo escola primária mista; esta, em 1942, matriculou 22 alunos.


— Povoado do município de Esperança, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1.164, de 15 de novembro de 1938. O Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, mudou-lhe para Aruís, o seu antigo nome Areal. Tem aula pública primária e o Recenseamento de 1940 arrolou-lhe: 63 prédios urbanos, 43 suburbanos, 352 rurais e a população: urbana, 194 habitantes; suburbaná, 155; rural, 2.419.

— Povoado do município de São João do Cariri; conta aula pública primária.


Arroz — Povoado do município de Pilar. Conta duas aulas públicas primárias, que matricularam em 1942, para uma média de 78 de freqüência, 144 alunos.

Arruda — Povoado do município de Pombal cuja aula pública primária teve, em 1942, a matrícula de 34 alunos e a freqüência média de 21.
ASSOBIO

— Povoado do município de Catolé do Rocha. Teve, em 1942, em sua aula primária, 33 matriculados.

Atéro — Localidade do município de Santa Rita, tendo aula pública primária com a matrícula, em 1942, de 29 alunos e média de 21.

B


Baía da Traição — Ampla enseada sobre o Atlântico. O Roteiro das Costas do Brasil, publicado pela Diretoria da Navegação, faz-lhe as seguintes referências: — “A baía tem a configuração de meia-lua e é em parte inutilizada por uma grande coroa que, começando na praia, vai até próximo ao recife, deixando um estreito canal com pouca água. Esta coroa descobre em parte, e divide a enseada, deixando ao norte dela fundos de 2,5 a 4,4 metros, pelo que não se deve passar do meio da baía para o sul. A Baía da Traição é um excelente e seguro abrigo dos ventos S. S. W. que sopram fortíssimo nesta costa; na premar há alguma agitação, porque o mar vence o recife, mas, com um teto de vauze, é muito manso. Só com as brisas frescas do N.E. entra alguma vaga, porém pequena. Há uma outra obstrução. Com 5,2 a 7 metros de água fundo de lama, está o ancoradouro; o melhor lugar para se fundar, é próximo ao recife e pouco ao sul da barreira de Fetticeira, pelo traves de uma pedra mais alta que tem sobre o recife e que se assemelha a um baú. Não convém afastar-se do recife para a terra porque em frente ao extremo das últimas barreras (do sul) e na distância de meio milha da praia, há um seco de pedras com 1,7 m e 2,2, de água por cima. Deverá guiar-se pelo farol da Traição (da barra). O farol da Traição é o da entrada da barra do mesmo nome. Numa torre de ferro pintada de branco e situada na lat. 6°40’42”; long. 34°55’12” W. Gr. que exibe, a 11,5 acima do mar, uma luz branca de relâmpagos que é visível a 11 milhas”. O engenheiro francês Jules Destord, há quarenta anos passados, projetou um grande pôrto nesta enseada que seria ponto inicial de uma estrada de ferro transcontinental, atravessando os Estados do Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Amazonas, Acre, Peru, terminando no Pacífico. Plantas, projetos, orçamentos para a organização de uma sociedade anônima, foram transferidos para o sul do país e por lá se ficaram em mãos ignoradas, devido a morte do retorno idealista. Este nem esqueceu a planta de uma cidade moderna que devia substituir a lendária vila.

— Vila pertencente ao município de Mamanguape, situada entre a enseada ou baía precedente e a lagoa Acutribúi. E’ muito pitoresca, tendo suas ruas à sombra de opulentos coqueirais. Conta, segundo o Recenseamento de 1940, 349 prédios urbanos, 141 rurais e a população: urbana, 961 habitantes; rural, 2436. Existe na vila uma escola pública mista que, no ano de 1942, matriculou 74 alunos, tendo 46 de frequência média. Contam-se na vila uma capela de N. S.ª da Penha e um oratório de N. S.ª do Belo Amor. A indústria local, além do feito de barcos e utensílios de pesca,
consiste na tecelagem das afamadas rãdes tapuaranas. Os seus habitantes se entregam à pesca e à agricultura. Dista a vila 36 quilômetros, a N.O. da sede do município e 109 a N.O. da Capital. Na vila se contam 96 casas cobertas de telhas, 253 de palha e 5 casas de negócios que mantém suas relações comerciais com Mamanguape e Rio Tinto. Sua população, principalmente a do distrito de São Miguel, revela, ainda puros, os traços característicos do potiguar, incólume a região no tempo da conquista. História — Baía da Traição é a vila histórica da Paraíba, primeiro ponto onde pisou o europeu. Gabriel Soares afirma que, no local, entre os anos de 1503 e 1505, os indígenas mataram, de surpresa, alguns portugueses e castelhanos que invadiram o nome que ainda agora conserva. Ali aportou a esquadra de Cristóvão Jaques e foi um dos pontos preferidos pelos franceses para o tráfico de pau-brasil. Em 1585, Martim Lofão, que de Pernambuco viera para colonizar a Paraíba, ali surgiu a frente de 260 homens, encontrando uma fortaleza e um forte guarnecido por franceses. Estes, depois de vivo combate, foram vencidos, fugindo numa embarcação que estava ancorada na Baía. Domado o gentio, levantaram os laços uma povoação constituída de potiguarares que, em 1625, se aliaram aos holandeses quando, naquele surgidouro, deu fundo a esquadra do Almirante Hendriksoon que teve de retirar-se antes a ênanga ofensiva de Francisco Coelho de Carvalho, governador da capitania da Paraíba. Após a Restauração, começou o povoador a florescer. Em 1762 recebeu a categoria de Vila de São Miguel, distinção que mais tarde perdeu para que não se confundisse com o burgo ocupado exclusivamente pelos potiguarares. Por Lei provincial n.º 3, de 11 de outubro de 1841, foi criada juizado de paz e por Lei n.º 670, de 6 de março de 1876, foi elevada a município. Decaindo, foi reunida ao município de Mamanguape. O Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, criou a vila.

Baixa Grande — Rio de pequeno curso do município de Calãzeiras.

Baixo — Nome que no sertão paraibano dão aos vales dos rios e ria-chos; nos baixos estão os terrenos feracissimos onde se pratica a agricultura.


Balânco — Povoado do município de Umbuzeiro.

Banabujé ou Banabuíé (Voc. Ind., talvez corr. de pan-abiu-é) — (V. Esperança.)

Bananeiras — Rio de pequeno curso, banhando o sopé do monte onde assenta a cidade de Areia.

— Rio perene de pequeno curso. Nasce a dois quilômetros da cidade do mesmo nome, a qual banha e, depois de despenhar-se pelas encostas da serru do Cedro, despeja no Araçagi.

— Município central a N.O. da Capital, ocupando uma área de 608 quilômetros quadrados, tendo, segundo o Recenseamento de 1940, a população de 54309 habitantes, assim distribuídos: nas zonas rurais, 3856 habitantes; nas zonas urbanas, 1572; nas rurais, 43875, acomodando-se em 1010 prédios urbanos, 418 suburbanos e 9658 rurais. Açudes — Conta o município poucos açudes e estes de pequena capacidade. Administração — É politicamente dirigido por um prefeito de livre escolha do Interventor Federal, auxiliado por vários funcionários permanentes. Cabe a distribuição da Justiça a um juiz de direito, e dois suplentes, pois Bananeiras é comarca de segunda entrada. A segurança pública compete a um Delegado de Polícia, na sede e subdelega-
dos nas vilas, escolhidos respetivamente pelo interventor e pelo Secretário da Justiça entre oficiais e inferiores da Força Pública. Agricultura — Bananeiras é um dos municípios de vasta possibilidade. Quase todo situado na zona do Brejo, está isento dos estádos prolongados. Em sua vasta zona umida, dispõe de terrenos férteis onde se podem praticar todas as culturas e muitas, das regiões temperadas. Produziu café já em quantidade suficiente para abastecer o Estado, mas uma praga, dentro de poucos anos, destruiu-lhe todos os caféses, desaparecendo a valiosa cultura, ali introduzida em princípios do século anterior pelo gaúcho Tomé Barbosa da Silva. Atualmente, alguns agricultores tentam, no município, a renascença da lavoura aluída, mostrando-se animados e esperançosos com a tentativa. Bananeiras produz fumo, cereais, algodão, rapaduras, frutas, particularmente a uva. Assistência social — Conta um Pósto de Higiene que, no seu Relatório referente ao ano de 1942, declara, como resultado de profilaxia: Pessoas atendidas pela primeira vez: helmíntoses, 2.077; paludismo, 176; bouba, 1.170; sífilis, 343; gonorréia, 15; câncro mole, 4; difteria, 3; coqueluche, 1; febres tifoíde e paratíphiode, 4; Vacinações: anti variólica, 232; anti tífica, 1.009. Houve 761 consultas e 1.917 atendimentos. No ano anterior, constatou o referido Pósto haver no município 7.752 pessoas atacadas de bouba. Clima — O clima de Bananeiras é quente e umido, sendo muito agradável durante o estio. Comércio — Bananeiras mantém animado comércio com os municípios de interior e com as praças de João Pessoa, Recife, Natal e outras do Norte do Brasil. Distritos — Conta os distritos da sede, de Solânea, Maia, Camucá e Dona Inês. Demografia — Durante o ano de 1942 se registraram no município 68 casamentos, 239 nascimentos, 184 óbitos, desfechos 1 matrício e 164 de 0 a 1 ano de idade. Petras — Aos sábados, realiza-se na sede uma feira muito abundante e em dias outros, as dos distritos. Fazendas Pastorais e agrícolas — Centenas de propriedades existem no município. Na zona do Curimataú se pratica o pastoreio. Os seus rebanhos, em 1941, somavam 8.930 bovinos, 3.560 equinos, 1.900 assininos, 1.030 muares, 2.500 lanígeros, 6.260 caprinos, 6.000 suínos e 25.000 aves. Fauna e flora — A fauna possui diversas de insetos, reptis, pássaros cantores; as matas foram totalmente devastadas e alguns capoeirões existentes revelam quanto foi opulent a flora nessa região. Hidrografia — Os rios principais são o Araçá, rega o S. do município; o Caná-fistula que forma o salto de Boa Vista (V. Camucá); o Caraça ou Salgado, o Mariana; mas o rio principal é o Curimataú, que atravessa o município de S. O. a N. História — A colonização de Bananeiras começou na segunda ou terceira década do século XVII, sendo, dentre os primitivos desbravadores, conhecidos os nomes de Domingos Vieira e Zacarias de Melo, moradores em Mambangué, os quais ali obtiveram sesmarias em 1716. Nas adjacências de uma lagoa situada ao fundo de um vale, crescia um bananal de espécie diferente, que produzia frutos minúsculos e improntáveis para a alimentação. Daí o nome dado ao local e à povoação que ali se formou. Até 1822, pertenceu à jurisdição da vila de João Miguel da Baía da Traição, passando em seguida a termo de Areia. Em 10 de outubro de 1833, por força do artigo 1º do Decreto de 13 de dezembro de 1832, que originou a resolução do Conselho da Provincia, tomada em sessão de 9 de maio, foi elevada a Vila e a Lei provincial n.º 690, de 16 de outubro de 1879, deu-lhe os foros de cidade. Indústria — Bananeiras é município essencialmente agrícola, excedendo-se estreita faixa na zona do Curimataú. Tornou-se notável a sua indústria de furos, cujo progresso a política partidária empeceu. Em 1941 a exportação constou de 15.600 sacos de milho (de 60 kg cada um); 15.000 abacates; 56.000 cachos de bananas; 25.000
urbanos, 215 suburbanos, 4.215 rurais e a população-urbana, 1.425 habitantes; suburbana, 2.277; rurais, 22.977. Na cidade se distinguem 2 avenidas, 10 ruas 5 ladeiras, 5 travessas, 3 praças, sendo uma ajardinada. Vias de comunicação — Bananeiras possui várias estradas que ligam a alguns municípios, mas a principal via é a estrada de ferro que lhe proporciona meio fácil e econômico de comunicar-se com a capital, com o Recife, com as praças de Campina Grande e Natal. Dentro da cidade está o ponto terminal ferroviário do ramal que se bifurca em Itamataú, da linha Guarabira-Nova Cruz. Para transporte de mercadorias e passageiros, conta o município 20 automóveis, 2 auto-ônibus, 3 motociclos, 8 caminhões e 18 carros de bois. Limites — Os decretos-leis ns. 1.164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1936 e 31 de dezembro de 1943, lhe determinaram os seguintes limites municipais: — Com Cuté, começando no marco n.º 5 (de Areia), colocado à margem do Curimataú, no lugar Salgado, onde se estremam os municípios de Areia e Cuté, desce pelo referido rio até alcançar o marco n.º 1, situado na fazenda Poço Verde; dêste marco, segue em linha reta até o marco n.º 16 (de Bananeiras), no rio Curimataú; desce por ele até a foz do rio Damião, no lugar Jaguari, onde se estremam os municípios de Araruna e Cuté. Com Araruna, começando na foz do rio Damião, no rio Curimataú, no lugar Jaguari, desce pelo referido rio até o marco n.º 2, situado no lugar Capivara; dêste marco, segue em linha reta até alcançar o pico do sertão Capitão; prossegue ainda em linha reta até o marco n.º 3, situado à margem do rio da Areia; desce por esse rio, que toma os nomes de Salgadinho e Carnaubinha, até cortar o caminho de tropa de Carnaubinha a Riahão, no lugar Salgadinho; dêste ponto, prossegue por esse caminho que divide Carnaubinha para os dois municípios até a sua interseção com a estrada velha de Lagoa da Serra; dêste ponto, prossegue por essa estrada até alcançar o riacho, que nasce na serra da Boa Vista no lugar Votia; desce pelo referido riacho até a sua foz no rio Curimataú; desce ainda pelo rio, até a foz do riacho Dantas, no lugar Alagamar. Com Caçara, começando na foz do riacho Dantas, no rio Curimataú, no lugar Alagamar sobre o referido riacho até alcançar o marco n.º 16 (de Caçara), situado à margem da estrada de rodagem de Curimataú à Cacheirinha; continua pela mesma até cortar o riacho Picada; dêste ponto, sobe por ela até a sua confunção com o riacho Gameleira; sobe por este até alcançar a estrada de rodagem de Curimataú à Pipiripuiba; prossegue pela mesma estrada até sua interseção com o caminho carroçável de Guarita, no lugar Ladeira de Pedra, onde se estremam os municípios de Caçara e Guarabira. Com Guarabira, começando na interseção da estrada de rodagem Curimataú à Pipiripuiba com o caminho carroçável de Guarita, no lugar Ladeira de Pedra, prossegue pelo referido caminho até alcançar o marco n.º 3, localizado na interseção dêste com a estrada de rodagem Pipiripuiba — Bananeiras; continua por esta até alcançar o marco n.º 4, situado na interseção dêste estrada com o caminho de tropa de Pacova, na fazenda do mesmo nome; dêste marco, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 5 localizado na linha de cuncheada da serra do Rebedouro; segue pela cuncheada desta serra e, em seguida, pela da serra da Samambaia, desce pela vertente ocidental, até alcançar o marco n.º 6, situado à margem do rio Poço Escuro, no ponto onde o mesmo é cortado pela antiga estrada carroçável de Bananeiras. Com Serraria, começando no marco n.º 6, localizado à margem do rio Poço Escuro, no ponto onde é cortado pela antiga estrada carroçável de Bananeiras, segue pela mesma até cortar o rio Araçaj-Mirim, continua por ele até alcançar o pontilhão da estrada de rodagem Serraria — Camuca; prossegue pela
BARRA DE CAMARATUBA

referida estrada até alcançar o marco n.º 7, situado na interseção desta com o caminho carroçável de Gamelas a Paulo Afonso; déste marco, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 8, localizado no divisor de águas da serra de Gamelas; prossegue pelo referido divisor até alcançar o marco n.º 9, situado na interseção dos caminhos carroçáveis de Gamelas com o de Serraria a Engenho Velho; déste marco, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 10, situado à margem direita do rio Engenho Velho; desce por êle até a sua foz no rio Jacaré; sobre este rio, que no lugar Baixa Larga toma o nome de Lajedo do Frade, até o ponto em que corta o caminho de tropa de Salgado. Com Areia, começando no ponto onde o río Lajedo do Frade, no lugar Baixa Larga, corta o caminho de tropa de Salgado, até alcançar o marco n.º 5 (de Areia), situado à margem do rio Curimataú, no lugar Salgado, onde se estremam os municípios de Cuité e Areia.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Maia, começando na foz do río Dantas, no rio Curimatauí, nos limites intermunicipais com Caçara e Araruna, sobe pelo referido rio até a sua nascente na lagoa Dantas; prossegue em linha reta até alcançar o Cruzado existente no Pico de Roma.

Distrito da Sede com Camucá, começando no Cruzado existente no Pico de Roma, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 11, localizado à margem direita do rio Bananeiras, um quilômetro a jusante da cidade; déste marco, prossegue em linha reta até alcançar o marco n.º 12, localizado a um quilômetro a leste da vila de Solânea.

Distrito da Sede com Solânea, começando no marco n.º 12, localizado a um quilômetro a leste da vila de Solânea, segue em linha reta até alcançar a nascente do rio Sombrio, desce por êle até a sua foz no rio Curimatauí, nos limites intermunicipais com Araruna.

Distrito de Curuçú com Maia, começando no Cruzado existente no Pico de Roma, segue em linha reta até alcançar o pontilhão da estrada de rodagem Curuçú — Serraria, sobre o riacho Araçajú-Mirim, nos limites intermunicipais com Serraria.

Distrito de Curuçú com Solânea, começando no marco n.º 12, localizado a um quilômetro a leste da vila de Solânea, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 13, situado a um quilômetro ao sul da mesma vila; déste marco, prossegue em linha reta até alcançar o marco n.º 14, localizado na fazenda Ramada; finalmente, por outra linha reta até atingir o marco n.º 15, na fazenda Timbauba, nos limites intermunicipais com Serraria.

Distrito da Sede com Dona Inês, começando na foz do rio Sombrio, no rio Curimatauí, desce pelo referido rio Curimatauí até a foz do corrego da Boa Vista, nos limites com Caçara.

Baraúna (Voc. ind., parece formar-se de ibira-una; pau ou madeira preta) — Futuroa povoação do município de Patos, à margem da rodovia que desce a serra da Viração para o vale do Pinharas. Tem algum trato comercial e escola pública primária.

Barra (V. Ibiapina) — Lugarejo do município de Thibinópolis. Conta uma escola pública mista.

— Lugarejo do município de Pilar. Em 1942 sua aula pública mista matriculou 41 alunos, tendo a frequência média de 25.

— Povoado do município de Sousa, com uma escola primária que matriculou 13 alunos em 1942.

Barra de Camaratuba — Povoado à margem do Atlântico, na foz do rio que lhe dá o nome. Os seus moradores se entregam à pesca e à agricultura. É do distrito de Bala da Traição, município de Mamanguape. Está na lat. S. 6º 38'-39'-40" e long. W. Gr. 34º 57'-44".
Barra de Cuiteji — Povoado do distrito de Cuiteji, município de Guarabira. Sua aula pública primária, em 1942, teve 40 matriculados e 39 de frequência média.

Barra de Mamanguape — Povoado à margem direta da foz do rio Mamanguape, no Atlântico. São pescadores, os seus habitantes. Suas coordenadas: lat. S. 6°47'12" e long. W. Gr. 34°57'45".


Barra de Santa Rosa — Vila do município de Cuité, à margem do rio Santa Rosa. É próspera. Sua população se engrena aos labores agrícolas-pastorais, sendo bem reputados os queijos que ali se fabricam, constituindo um dos principais ramos do seu comércio. Cúnta igreja de boa construção, aula pública mista, Agência Postal-Telefônica, iluminação elétrica e realiza semanalmente, feira abundante e concorrida. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 214 prédios urbanos, 72 suburbanos, 1.210 rurais e a população: urbana, 636 habitantes; suburbana, 249; rural, 5.720.

Barra de São Miguel — (V. São Miguel).

Barra do Xantú — Povoado do município de Capoeiras, a margem do açude construído pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Sécas. Tem a barragem 900.000 m³ de capacidade.

Barreira Rachada — Curiosa abertura numa barreira à margem do oceano, entre as pontes de Tambaba e Pitimbu.

Barreiras — Grande povoação pertencente ao município de Santa Rita e ao da Capital, ligando-se a esta por uma ponte sobre o Sanhauá. Distende-se ao longo da rodovia do interior, já em parte pavimentada a paralelepípedos, no trecho entre a margem esquerda do Sanhauá e a cidade de Santa Rita. A povoação, com as suas ruas transversais, as suas vilas, os seus pomares, é muito aprazível e conta população superior a 3.000 habitantes. Possui uma capela de São Sebastião, aulas públicas primárias, uma estação de expurgo de sementes, iluminação elétrica. Nota-se-lhe as seguintes seções: Baralho, Boa Vista, Parada da ferrovia Conde d’Eu e Tamhái. Ocupa a península formada pelos rios Paraíba ao N. e do Meio, Marês e Sanhauá a L. e S. O nome da povoação veio do engenho Barreiros, que ali existiu e na invasão holandesa pertence a Domingos Carneiro.

Barreiros — Povoado do município de São João do Cariri, tendo uma escola pública primária com 43 matriculados, em 1942, e 34 de frequência média.

Barríguda — Lugarejo do município de Alagoa Grande; tem aula pública que matriculou 53 alunos, em 1942.

Barros — Povoado do Município de Umbuzeiro; tem aula pública primária, com a matrícula, em 1942, de 32 alunos e a média, de 19.

Bastões — Povoado e parada no ramal da estrada de ferro de Mulungu a Alagoa Grande; pertence a este município.
Batalha — Lugarejo à margem esquerda do rio Paraíba, ao S. da ponte, e pertencente ao município de Maguari de cuja sede dista 6 quilômetros. É local histórico. No tempo da dominância holandesa, a guarnilha comandada pelo afamado Rebellino, atacou, de imprevisto, no dia 17 de novembro 1636, o engenho Espírito Santo, então propriedade de um batavo, lá estando o governador da Paraíba, Ippo Elsen, que morreu na ação. Cometida a façanha, recuou Rebellino para os lados da Capital e, à margem esquerda do Paraíba, foi alcançado por numeroso corpo inimigo. Aconselhado fortemente, atravessou o guerreiro o rio, com o intuito de alcançar a mata. O esforço positivava-se inútil, ante a superioridade numérica dos flamengos, quando, inesperadamente, surgiram os tergos de Sebastião Souto e Henrique Dias, sendo os holandeses desbaratados. O voto de um combatente perpetuou o acontecimento, edificando, depois da Restauração, uma capelinha dedicada a N. Sª da Batalha, à margem esquerda do rio, e outra, a uns dois quilômetros da margem direita do referido rio, justamente no lugar onde Rebellino recebeu o auxílio. (V. Socorro.)

Batalhão — Município nos limites S. O. do Estado, no planteio da Borborema e na transição Cariri, para a zona sertaneja. Ocupa uma área de 1 216 quilômetros quadrados, contando, segundo o Recenseamento de 1940, 670 prédios nas zonas urbanas, 51 nas suburbanas, 2 828 nas rurais e a população: urbana, 1 737 habitantes; suburbanas, 171; rural, 14 290. 

tórís — Existem no município umas cinqüenta fazendas de criação, que são também propriedades agrícolas. Entre elas se contam vários engenhos que fabricam rapaduras. Para estimular e auxiliar os agricultores, funcionam no município um Pósto do Fomento Agrícola, 30 campos experimentais e Cooperativa de Crédito. Não obstante a séca declarada na Paraíba, em 1941, arrojaram-se em Batalhão: 19 410 bovinos, 8 000 equinos, 3 530 asininos, 1 500 muares, 2 000 lanígeros, 3 000 caprinos, 3 500 suínos e 6 000 aves. Feiras — Na cidade e na vila se realizam, semanalmente, feiras muito animadas. Hidrografia — A bacia hidrográfica do município é a do rio Taperoá, que nasce no município de Teixeira, recebendo no município vários tributários, sendo os mais importantes o Bonito, o Carneiro e o Cosme Pinto ou Unebactus dos indígenas. História — Batalhão resultou do esforço religioso. Em 1703, o licenciado Francisco Tavares de Melo, o Capitão Gonçalo Pais, o ajudante Cosme Pinto requereram a primeira sesmaria ao lado da estrada que seguiu do Cariri a Piranhas. Situaram fazendas de criação. Até 1824 o local onde hoje é a cidade estava despovoado e nêle se deu uma batalha entre legalistas e republicanos da Confederação do Equador que se dirigiam ao Ceará. Os revolucionários foram vencidos após resistência pela cidade e, pegando ao local o nome Batalhão, grande Batalha, em memória ao acontecimento. Em 1865, pertencendo a São João do Cariri, existia ali uma fazenda de criação, vindo morar na respectiva casa de vivenda, Manuel de Farias Castro. Nas imediações ergueram-se outras moradias. Em 1874, o missionário Hermenegildo Herculano Vieira da Costa iniciou a construção de uma capela. O povoado aumentou com as posteriores missões do Padre Ibiapina, que concluiu a capela, dando-lhe Manuel de Farias Castro o indispensável patrimônio. A estada dos sacerdotes Custódio Luís de Araújo e Sousa, João Beneve-

nuto e Manuel da Costa Ramos, muito influiu no desenvolvimento da povoação que, em 1880, contava mais de 50 casas residenciais. Por Lei provincial de 6 de outubro de 1886, foi elevada a vila. Por ato do Govêrno Provisório de 14 de junho de 1890, foi criada comarca, sendo seu primeiro juiz de direito, o Dr. Félix Daltro Cavalcânti e primeiro Promotor Público o Dr. João Machado da Silva. Perdeu a categoria no ano seguinte, voltando à dependência da Comarca de São João do Cariri. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1918, restituiu-lhe a categoria de comarca e deu-lhe os foros de Cidadão. O Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, mudou-lhe para o atual, restabelecendo-lhe o nome primitivo, substituindo a denominação de Taperoá, que lhe fora aplicada por Lei municipal de 1909. Indústria — No município existe somente a indústria agrícola pastoril com o auxílio de 4 instalações de beneficiar algodão. Em 1941 o município exportou 12 000 sacos de milho (de 60 kg cada um); 25 toneladas de batatas doces, 1 000 sacos de feijão, 160 000 kg de algodão em caroço, 120 toneladas de cana-de-açúcar e 5 000 kg de rapaduras. Instrução — No município existe somente a instrução primária, distribuída por 13 escolas, inclusive um grupo escolar, a cargo de 14 professores. Esses estabelecimentos, em 1942, matricularam 594 alunos, resultando 418 de frequência média. Limites — Os Decreto-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1918 e 31 de dezembro de 1943, estabeleceram as seguintes linhas divisórias municipais: — Com Teixeira, começando na lagoa do Tabu, na serra dos Cariris Velhos, nos limites com Pernambuco, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 7, (de Teixeira) colocado no divisor de águas da serra do Meio; deste marco, prossegue pelo referido divisor e em seguida pelo da serra da Matinha até encontrar o Tanque dos Negros, na fazenda Bi-
zarro; daí, prossegue por uma linha reta até alcançar o marco n.º 6 (de Teixeira), situado na fazenda Juá; além por outra linha reta, prossegue até o marco n.º 5 (de Teixeira), na fazenda Fundamento; deste marco, finalmente, segue em linha reta até alcançar o pico da Pedra do Flamengo, à margem do riochô Mufumbo; finalmente, desce por ele até alcançar o marco n.º 1, onde se estremam os municípios de Patos e Teixeira. Com Patos, começando no marco n.º 1, colocado à margem direita do riochô Mufumbo, segue em linha reta até alcançar a linha de cumeada da serra da Borboera, prossegue por ela até encontrar o marco n.º 2, colocado na fazenda Sabino Pinho; deste marco, segue por outra linha reta até o marco n.º 3, colocado à margem da rodovia-tronco, no lugar Batentes, onde se estremam os municípios de Patos e Ibiaipinópolis. Com Ibiaipinópolis, começando no marco n.º 3, segue à margem da rodovia-tronco, no lugar Batentes, segue por ela até a ponte da Barra, sobre o rio da Barra, Mucuitu ou Poço dos Cavalos; daí, desce por ele até alcançar o marco n.º 4, colocado à sua margem esquerda, na fazenda Malhada Alegre, onde se estremam os municípios de São João do Cariri e Ibiaipinópolis. Com São João do Cariri, começando no marco n.º 4, colocado à margem do rio Mucuitu ou Poço dos Cavalos, na fazenda Malhada Alegre, segue em linha reta até o marco n.º 5, colocado na fazenda Caraca (que fica dividida para os dois municípios); deste marco, prossegue por outra linha reta que divide a lagoa Tapada para os dois municípios até atingir o marco n.º 6, colocado na fazenda Campo Grande de Cima; além por outra linha reta, prossegue até o marco n.º 7, na fazenda Serrote de Cima; finalmente, segue deste marco até atingir a linha de cumeada da serra de São Gonçalo; prossegue por ela e em seguida por outra linha reta até a lagoa do Fundão, nos limites com Pernambuco. Com Pernambuco — (Mu-

nicipio de São José do Egito), começando na lagoa do Fundão, na serra dos Cariris Velhos segue pela linha de cumeada desta serra até atingir a lagoa do Tabu, onde se estrema com o município de Teixeira.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Sarapó, começando no marco n.º 6 (de Teixeira), colocado na fazenda Juá, segue em linha reta até o marco n.º 8, situado na fazenda Campo Verde; deste marco, prossegue por outra linha reta até o marco n.º 9, colocado na fazenda Salgado; além por outra linha reta, prossegue até o marco n.º 10, situado na fazenda Parelhas; finalmente, por outra linha reta até o marco n.º 7, na fazenda Serrote de Cima, nos limites com São João do Cariri. Necessidades locais — Baftalhão precisa de estradas, de capitais para desenvolver suas indústrias e, sobretudo, de maior iniciativa dos seus habitantes. Meio social — Fecho menos na sede, o meio social revela adiantamento, possuindo sociedades esportivas, recreativas, e religiosas. Patrimônio municipal — Em 1942 o patrimônio do município somava Cr$ 226.236,10. Povoações — O município é pouco povoado; depois da Vila de Sarapó, os maiores agregados de habitações se encontram nas fazendas. Os principais são: Bonito, Quirimbas, Quixabas, São José e Suguaran. Religião — O município constitui a freguesia de N. S.ª da Conceição, criada por Decreto Diocesano de 11 de janeiro de 1904. Rendas públicas — Em 1941, a Coletoria Estadual arrecadou 235.3158150 e despendeu 97.902$600. A Coletoria Federal, no exercício de 1942, teve a receita de Cr$ 91.144,10. Para o exercício de 1942, a Prefeitura orçou sua receita em Cr$ 92.000,00; arrecadou Cr$ 81.297,40; fixou a despesa de Cr$ 128.000,00 e efetuou a de Cr$ 81.511,00. Repartição públicas — Existem na sede: Prefeitura Municipal, Fórum, Coletorías Federal e
Estadual, Grupo Escolar, Mercado Público, Agência Postal-Telegráphica. **Sede** — A sede é a cidade Batalhão, bem situada à margem direita do Taperóa, distando da Capital 257 quilômetros; de Campina Grande 120; de Patos, 80. É bem edificada e aprazível. Pelo Recenseamento de 1940 se verificou a existência de 544 prédios urbanos, 27 suburbanos, 1.981 rurais e a população: urbana, 1.406 habitantes; urbana, 90; rural, 10.137. A Comissão Geográfica Pimenta da Cunha, em 1922, determinou-lhe as coordenadas: lat. S. 7°-12'-23,93"; long. E. do Rio de Janeiro: 40°-25'-30"", em frente da matriz. **Vias de comunicação** — Conta estradas carroçáveis e, para transporte de mercadorias e passageiros, existem no município 4 automóveis, 4 motociclos, 5 caminhões e 18 carros de boi.

**Beatriz** — Serra a E. do município de Alagoa Nova, nos limites deste com o de Alagoa Grande. É muito agrícola, e seção da Copoaba pertencente à Borborema. O nome provém de sua antiga proprietária.

**Bebedouro** — Povoado do município de Guarabira, tendo aula pública primária que matriculou 64 alunos em 1942.

**Belém** — Vila de Caiçara. (V. Curi mataná.)


— Vila do município de Antenor Navarro. (V. Uirai na.)

— Vila do município de Brejo do Cruz. (V. Bom Jesus.)

**Belo Horizonte** — Lugarejo do município de Cajazeiras. Sua aula primária, de 1942, teve 52 alunos de matrícula e 28 de frequência média.

**Bernardo** — Lugarejo do município de Araruna; sua escola pública primária reuniu 46 matriculados em 1942, com a média de 37.

**Bessa** — Lugarejo de pescadores à margem do oceano e a L. do rio Jaguaribe. Pertence ao município da Capital; tem capela particular e serve de estação balneária. Deu-lhe o nome, seu primeiro proprietário, Manuel Bessa, que ali habitou em fins do século XVII.

**Bica de Maria Feia** — Monancial de boa água potável e de servidão pública, correndo do sopé da colina da Cruz do Peixe, arrabalde da Capital, para o rio Mandacaru.

**Bica do Gravatá** — Fonte pública na Capital do Estado, na cidade baixa no lado ocidental da rua Maciel Pinheiro. É de boa construção, internando-se no solo as suas quatro paredes laterais, de boa cantaria, tendo acima uma muralha de proteção. Internamente, das faces L. S. e N. jorrava por torneiras de bronze, a água que se colhia, sendo mais potável a que brotava do lado oriental. Duas escadarias laterais ao S. e ao N. davam acesso. O todo ocupava um retângulo, tendo o lado menor, calculadamente, oito metros. Foi edificada às expensas do povo em virtude das deliberações da Provedoria da Fazenda de 30 de outubro de 1764 e 28 de agosto de 1785. Em 3 de setembro de 1839, perante o Juiz do Cível da Cidade, foi avaliada em ... 2:500$000. Reconstituíram-na várias vezes, mas entre 1918 e 1921, foi soterada.

**Bica do Sapo** — Fonte que brotava de uma pedreira calcária na abaa da colina onde assenta o atual arrabalde do Roger.

**Bica dos Milagres** — Fonte pública, pertencente ao Estado, ao lado S. da ladeira de São Francisco.

**Bica do Tambaí** — Fonte pública da cidade de João Pessoa, no extremo E.N.E. De tôdas as fontes do capital paraibana, é a de melhor construção, acrescendo-lhe a circunstância de ser a mais abundante e de excelente água potável. Sua construção, por conta de subscrição popular, procedeu da deliberação da Provedoria da Fazenda, de 2 de março de
Boa Esperança — Povoado do município de Sousa. Tem aula pública primária que, em 1942, teve 31 matriculados e 14 de frequência média.

Boa Vista — Vila de Cabaceiras. (V. Lodo.)

— Vila de Bananeiras. (V. Camuçá.)

— Serra do município de Monteiro, onde dizem existir jazidas de várias espécies de gemas preciosas, como o topázio, o diamante.

— Povoado do município de Pombal, nas adjacências do açude que lhe deu nome. A barragem foi construída pelo município em colaboração com a Inspetoria Federal de Obras Contra as Sécas, tendo capacidade para reunir 800 000 m³ de água.

— Povoado do município de Monteiro, possuindo uma escola pública primária. Esta, em 1942, matriculou 40 alunos.

— Lugarejo do município de Sapé. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 31 alunos contra a média de 20.

— Lugarejo do município de Tabala- na, contando aula pública primária; 42 matriculados em 1942 e 24 de frequência média.

— Povoado do município de Brejo do Cruz. Tem aula pública. Em 1942, registrou 37 alunos, que lhe deram 24 de frequência média.

— Povoado do município de Conceição. Em 1942, matricularam-se 29 alunos em sua aula pública primária.

Bocaina — Serra do município de Sabuj, pertencente ao sistema da Borborema. É na extensão de alguns quilômetros formada de um verdadeiro monólitu, tendo em todo comprimento de seu cume um profundo sulco, levantando-se os lados com a maior regularidade, verticalmente e paralelos, numa largura de poucos metros. Consideram a curiosidade o resultado de um terremoto. Próximo da serra se ouvem, peridicamente, ruhamos subterrâneos.

Bôca da Mata — Povoação do distrito de Pedras de Fogo, município de Maguari. Suas casas estão à sombra de extenso pomar, donde conduzem para Golana e Recife grande quantidade de frutas; seu aastamento da Capital e da sede do município a que pertence e a falta de uma rodovia, têm-lhe estorvado o desenvolvimento. Dista 15 quilômetros do litoral. Conta iluminação pública, um Pósto de arrecadação e realiza uma feira semanal. Foi distinguida com uma agência postal, até agora não inaugurada. Funcionam na povoação duas aulas públicas que em 1942 tiveram 120 alunos, resultando 79 de frequência média.

Bodocongo (Voc. ind., talvez corr. de boi-to-cogot: muita fôlha comestível) — Antiga povoação do município de Cabaceiras, à margem esquerda do rio Paraíba. É de mediocre edificação,
tendo uma capela dedicada à Santa Ana. Foi duas vezes elevada à categoria de Vila e duas vezes a Perdido. Nela funcionam uma Agência Postal e uma escola pública. Também é conhecida pelo nome de Barra de Santana.

— Quase arrabalde de Campina Grande, à Margem da rodovia-estado, e do açude Bom Jesus, constituído pela Inspeção Federal das Obras Contra as Secas, tendo 1 000 000 de metros cúbicos de capacidade. Ao lado da barragem está uma fábrica de fiação. Duas aulas primárias funcionam na localidade, as quais, em 1942, matricularam 103 alunos, tendo 70 de frequência média.


Bois — Serra nos limites de Areia e Alagoa Grande.

Boi Velho — Povoação do município de Monteiro, ficando 35 quilômetros a N. da sede. Conta população superior a 150 habitantes, uma igreja de N. S. da Conceição. Os seus moradores se ocupam na criação de gado e na agricultura. Realiza animada feira aos domingos. É local de reputada salubridade.

Bon Conselho — Nome que teve a cidade de Princesa Isabel (V. Princesa Isabel).

Bon Jesus — Tinha o nome de Belém, mudado para o atual, pelo Decreto-lei n.º 1 104, de 15 de novembro de 1938, que lhe deu a categoria de vila. Pertence ao município de Brejo do Cruz. Tem Agência de Correios e uma pública primária. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 86 prédios urbanos, 43 suburbanos, 1 598 rurais e a população: urbana, 248 habitantes; suburban, 274; rural 6 485.


Bougá (Voc. ind., talvez curv. de botu-quad: muito curva) — Serra de 25 quilômetros, ao S. da sede do município de Jatobá, pertencente ao sistema Arraipé e serve de linha divisória entre Paraíba e Ceará. Na território paraibano toma diversos nomes e de suas friadas setentrionais e meridionais, nascem os rios Piranhas e Plancó.

Bonito de Santa Fé — Município nos limites ocidentais do Estado, ocupando a área territorial de 510 quilômetros quadrados, contando a população, segundo o Recenseamento de 1940, de 955 habitantes nas zonas urbanas, 405 nas suburbanas, 5 229 nas rurais, acomodados em 316 prédios urbanos, 54 suburbanos e 1 228 rurais. Águas — Conta vários açudes particulares que reservam água para os anos seguidos. Administração — Dirige o município, um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por 20 funcionários permanentes. Sede de comarca de primeira entrada, um juz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar, têm a responsabilidade dos interesses da Justiça. A segurança pública cabe a um delegado, na sede, a subdelegados, nas vilas nomeados, o primeiro, pelo Interventor Federal, os demais pelo Secretário da Justiça; existem ainda três suplentes para os referidos cargos, escolhidos pelo Chefe de Polícia do Estado. Agricultura — Não obstante fazer-se criação de gado, o município é pròpriamente agrícola, cultivando-se a mandioca, o milho, a cana-de-açúcar e o algodão. Aspecto físico — Grande porção do município está situada em terrenos accidentados, pois até ele chegam contrafortes das serras do Arraipé e da Borborema. Não obstante, conta também tabuleiros e avarzeados próprios para a criação. Comércio — Município novo ainda está em período de desenvolvimento e seu comércio, tendo a estor-va-lo a falta de estradas e de trans-
porto. **Clima** — É oxalante o clima do município e, apesar de isento de umidade, tem experimentado a queda de granizos, causando prejuízos à lavoura. **Distritos** — Conta o da Cidade e o da Vila de Monte Horebe. **Etnografia** — Os primitivos habitantes da região, foram indios da família cariri. A estes se juntaram colonos portugueses e brasileiros, provindos de Ceará e Pernambuco e mesmo da Paraíba, constituindo a base da população atual. **Feiras** — Na sede, na vila, se realizam, semanalmente feiras abundantes. **Fazendas agrícolas e pastoris** — Conta o município algumas dezenas de fazendas agrícolas ainda seguindo velhos métodos, o mesmo se observando em relação ao pastoreio. O arrolamento dos seus rebanhos em 1941, ano em que se positivou a seca no Estado, foi: bovinos, 6.000; equinos, 1.500; asininos, 600; muçucos, 1.600; lanígeros, 2.000; caipirinos, 3.000; suínos, 4.000; aves, 40.000. **Fauna e flora** — Conta animais de certo porte como a onça, o porco montês, o veado, a raposa e outros menores como o Tamanhã, o tatu, o mico. Há variedades de pássaros e de insetos. O município conta algumas matas que fornecem madeiras excelentes para a construção e marcenaria. **História** — Nos limites do município com o de Conceição, nasce o rio Pirahnas e os seus tributários, os rios Bonito, Cachoeirinha, e Pau-d'Arco. **História** — Bonito de Santa Fé, era distrito de Jatobá, antigo São José de Pirahnas. O Decreto-lei n.º 1.164, de 15 de novembro de 1938, criou o município, sob o nome de Bonito e elevou a sede a cidade e a comarca de primeira estrada. O Decreto-lei estadual número 520, de 31 de dezembro de 1943, fez voltar ao seu nome primitivo, — **Família de Santa Fé** e realmente foi este o nome que lhe deram os seus primeiros colonizadores. É corrente que, domando o genro Cariri, um membro da família Arruda Câmara, vindo de Pernambuco, situou-se, vendendo depois sua propriedade a Martim Lopes Diniz, Manucl José de Sousa e Francisco de Sousa, este balano. Tais foram os iniciadores do povoamento da região, que prosperou graças à agricultura pratica. O povoado se desenvolveu, mas experimentou certa decadência quando quiseram substituir, nas serras, a agricultura pelo pastoreio. Corrigiram o erro e o município está em franca prosperidade, não obstante ser de criação recente. **Indústria** — Sómente a agrícola e a pastoril. Em 1941 exportou 92.400 kg. de algodão em pina, 15.000 sacos de 60 kg de farinha de mandioca, e 60.000 kg de rapaduras. **Instrução pública** — Existe no município sómente a primária, distribuída por 6 aulas a cargo de 6 professores. Essas escolas, em 1942, matricularam 251 alunos, tendo a frequência média de 164. **Limites** — O Decreto-lei n.º 1.164, de 15 de novembro de 1938, e o n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, determinaram lhe os limites municipais seguintes: — **Conceição** (Município de Maurití), começando no marco n.º 1 (de Conceição), situado na linha de cumeada da serra da Arara, segue por ela e, em seguida, pelo seu contrafora conhecido pelo nome de serra do Braga, até alcançar o marco n.º 1, onde se estreiam Maurití (do Ceará) e Jatobá. **Jatobá**, começando no marco n.º 1, situado na linha de cumeada da serra do Braga, segue por uma linha reta até alcançar o marco n.º 2, situado no antigo cemitério do Braga; deste marco prossegue por uma linha reta que corta o rio dos Patos e atinge o pico do serrote Pinge; deste pico, prossegue pela linha de cumeada que separa as águas dos rios Patos e Pinge até o boqueirão conhecido por Cachoeira de Canoas; atravessa o boqueirão, gira a vertente oposta, sobre a linha de cumeada, prossegue por ela até atingir o marco n.º 3, situado à margem esquerda do rio Pirahnas, no lugar conhecido por Cachoeira do Cabral; deste marco, desce pelo dito rio até o marco n.º 4, situado no lugar Boqueirãozinho; e dai, sobe
pela vertente até alcançar a linha de cumeada que divide as águas dos ria-
chas Pascoal e da Corda até o marco n.º 5; deste marco, prossegue então em
linha reta até o de n.º 6, situado à margem do riochão da Corda; finalmen-
te, segue ainda em linha reta até o
marco n.º 7, situado na linha de cumea-
da que separa as águas do riochão da
Corda do Capim Verde. Com Miseri-
córdia, começando no marco n.º 7, colo-
cado na linha de cumeada que divide as
águas do riochão da Corda do riochão Cap-
im Verde, segue por ela que toma, em
seguida, o nome de serra Grande até o
marco n.º 2 (de Conceição), colocado
na garganta do Besouro, onde se estre-
jam os municípios de Miserícordia e
Conceição. Com Conceição, começando
no marco n.º 2 (de Conceição), situado
na garganta do Besouro, segue pela li-
nhã de cumeada que toma sucessiva-
mente os nomes de Bom Jesus, do Car-
raó, e de Queixada, até o serrote das
Piranhas; continua, ainda, pela linha de
cumeada do contraforte conhecido
por Balanço do Saco dos Bois, garganta
da Mata Fresca e Cacuê, até o marco
n.º 1 (de Conceição), situado na serra
da Arara.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Monte Horebe,
començando na nascente do riochão So-
lidão, na linha de cumeada da serra
do Braga, desce por ele até a sua foz,
na ria Piranhas, e por este até o marco
n.º 3, situado no boqueirão conhecido
pelo nome de Cachoeira do Cabral, nos
limites com Jatobá. Necessidades locais —
Município novo, distanciado dos maio-
res centros, necessita de rodovias que
lhe facilitem as comunicações, especial-
mente com a capital do Estado. Além
disto, fazem-se necessários as confruções
de barragens de maior capacidade, um
estabelecimento de crédito para auxiliar
os fazendeiros, e um certo número de
escolas rurais. Património municipal —

Em 1941 o patrimônio municipal somava
Cr$ 113.745,10. Povoações — Viana é e
povoado mais importante do município.
Religião — Constitui o município uma
só freguesia de Santo Antônio, criada
em 1918, tendo na sede a igreja-matriz,
templo de regular construção. Rendas
públicas — A receita do município para
o exercício de 1941, foi orçada em . . . .
57:500$000. Foi arrecadada a de . . . .
40:490$700; fixaram a despesa de . . . .
73:000$000 e efetuaram a de 40:490$700.
Repartições públicas — Agência Postal-
Telegráfica, Prefeitura e Fórum, Grupo
Escolar e Mercado Público. Sede — A
sede, a cidade Bonito de Santa Fé, ocupa posição excelente e alta, numa
esplanada com belíssima perspetiva.
Seu comércio é, relativamente, animado
e promissor. A edificação é regular, pos-
suindo a cidade iluminação elétrica, ser-
viço de remoção de lixo e três aulas
públicas primárias. O Recenseamento
de 1940 contou-lhe 259 prédios urbanos,
88 suburbanos, 758 rurais e população:
urbana, 805 habitantes; suburnana, 385;
rural, 5.929. No perímetro urbano da
sede estão: 11 ruas, 10 travessas, e 2
largos. Vias de comunicação — Por meio
de caminhos carroçáveis se liga aos mu-
nicípios vizinhos, sendo mais fácil co-
municar-se com Pernambuco ou Ceará
do que com a Capital do Estado. Para
esta, o itinerário mais conveniente, nos
tempos atuais, será: da sede a Monte
Horebe, 18 quilômetros; deste a Jatobá,
18 quilômetros; de Jatobá a Cajazeiras
onde passa a rodovia-tronco, 36 quil-
ômetros; de Cajazeiras a Sousa, 48; a
Pombal, 60, a Malta, 42; a Patos, 36; a
Juazeirinho, 86; a Campina, 86; a João
Pessoa, 120 ou seja um total de 550
quilômetros.

Boqueirão — (V. Carnoió.)

— Povoado do município de Caçara;
tem aula pública primária que matri-
culou 37 alunos em 1942.
— Povoado do município de Cajazeiras. Em 1942 sua aula pública registrou 59 matriculados e a frequência média de 31.
— Lugarejo do município de Guarabira, cuja escola primária registrou 46 alunos em 1942, com a frequência média de 28.

Boqueirão dos Coxos — Povoação do município de Plançô à margem do Rio dos Coxos. Tem uma capela de N. S. S. dos Milagres e uma aula pública mista. O distrito conta várias engenhocas que fabricam rapaduras.

Boqueirões — Soluções de continuidade nas serras, em consequência da ação das águas. Detrás os boqueirões na Paraíba, destacam-se: o da serra do Boqueirão onde assenta a Vila de Carnoiô, o qual, segundo o engenheiro suíço e geólogo H. Baudman, que fêz observações quando a serviço das Obras Contra às Sêcas, podia ser transformado num considerável reservatório, fazendo-se uma barragem de 12 metros de altura; o do Cabeçudo, formado pelo rio Curinativa na serra do Cabeçudo; o do Aguiar, o de Piranhas e o de Coremas, já fechados pelo Serviço Federal de Obras Contra às Sêcas, do Estado.

— Nome por que é também conhecida a serra do Cuitê.
— Vila do município de Bananeiras. (V. Camacuá.)

Braga — Lugarejo do município de Catagara, servido por uma aula pública primária que teve 46 matriculados e 28 de frequência média, em 1942.


Brejo das Freiras (Ex-Pilões). — Vila do município de Antenor Navarro. O Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, criou-a vila e o Decreto-lei estadual n.º 620, de 31 de dezembro de 1943, mudou-lhe o nome para o atual. Está a margem do açude Pilões, em terreno irregular (V. Pilões) e se formou com a construção da referida barragem. Tem aula pública primária e dista 2 quilômetros da estação ferroviária Poço Adão, da Viação Cearense. O Recensea-
mento de 1940 contou-lhe 80 prédios urbanos, 37 suburbanos, 1.866 rurais e a população: urbana, 203 habitantes; urbana, 167; rural, 8.582.

— Fonte terminal, um quilômetro distante da Vila precedente, a 4 quilômetros da estação de Poço Adão, e a 9 quilômetros da cidade de Antenor Navarro, a cujo município pertence. É propriedade do Estado e está transformando-a num balneário moderno. As fontes terminais ficam situadas à margem esquerda do rio do Peixe, numa altitude de 259 metros. As águas têm propriedades radioativas e os poços ali feitos para o uso de banhos foram, em 1922, analisados pelo Dr. Francisco Lafaixte Rodrigues Pereira que encontrou:

Temperatura da fonte n.º 1 35º,6C
Temperatura da fonte n.º 2 34º,4C
Temperatura da fonte n.º 3 32º,8C

A temperatura ambiente é variável entre 24 e 32,9 graus centígrados. Em 1933 o Interventor Federal, Gratuliano de Brito, se interessou pela construção de um verdadeiro balneário. Os trabalhos preliminares estiveram a cargo do engenheiro Andrade Júnior e do urbanista Nestor de Figueiredo, o primeiro encontrou:

Temperatura da fonte n.º 1 38ºC
Temperatura da fonte n.º 2 34º,8C.
Temperatura da fonte n.º 3 35º,2C.

Segundo a medição feita pelo Dr. Andrade Júnior, a produção de cada fonte em 24 horas, é:

Fonte n.º 1 16.000 litros
Fontes n.º 2 e 3 21.600 litros

Capacidade balneária — 115 banhos diários.

Naquele momento, não se realizou o projeto e os que procuraram as fontes mencionadas, são mediterraneamente instalados. Agora, neste fim de 1948, sob estímulo do Interventor Federal Rui Carneiro, estão construindo o balneário, que pode ser frequentado em qualquer época do ano, particularmente de julho a setembro. História — Três jesuítas, alcançados pela expulsão ordenada pelo Marquês de Pombal, tiveram de abandonar as terras Olho-d’Água dos Araújos, Ipueiras e Cajuí. Na primeira ficava uma fonte. Saindo da capitania, o Jesuíta proprietário de Olho-d’Água fez doação desta ao convento de Freiras da Glória, do Recife e daí passar a fonte a denominar-se Brejo das Freiras.

Brejo do Cruz — Município nos limites N. O. do Estado, no sertão. Ocupa a área territorial de 1.579 quilômetros quadrados, tendo, conforme o Recenseamento de 1940, a população de 18.241 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 885; suburbanas, 436; rurais, 16.920, acomodados em 287 prédios urbanos, 81 suburbanos, 3.949 rurais. Açudes — Conta o município uns dez açudes particulares, conservando água por dois anos. Administração — O município é dirigido, politicamente, por um prefeito nomeado pelo Interventor Federal, auxiliado por vários funcionários permanentes. Sede de comarca de primeira entrada, cabem os negócios da Justiça a um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar. A segurança pública está a cargo de um delegado de Polícia, nomeado pelo Interventor, subdelegados, nos distritos, de nomeação do Secretário da Justiça, de três suplentes, escolhidos pelo Chefe de Polícia. Tais cargos estão sendo exercidos por oficiais inferiores da Força Pública. Agriculture — Possui Brejo do Cruz excelentes terrenos para a cultura de forragejos, de algodão e de cana-de-açúcar. Aspecte físico — Todo o município assenta em belas planícies raramente alteradas por alguns contrafortes da Borborema. Assistência social — Não conta a região estabelecimento de assistência pública e quase sempre se resente de falta de médicos, recorrendo os doentes pobres aos práticos e curandeiros. Clima — É quente no verão, quando a temperatura se eleva a 32ºC
à sombra; muito ameno no período das chuvas, quando a temperatura desce a 20ºC. Normalmente é sempre bom o estado sanitário. Distritos — Compreende os da sede, São Bento e Bom Jesus. Etnografia — De portugueses e índios se formou a população do município. Feiras — Na sede e nas vilas se realizam, semanalmente, feiras de certo trato comercial. Fazendas pastoris e agrícolas — Possuindo os melhores campos de criação, existem no município dezenas de fazendas destinadas à criação e agricultura, pois contam terrenos ubérrimos. As mais importantes são: Boa Vista, Contendas, Pico de Onça, Santa Teresa, São Pedro e Várzea do Pico. Nestas existem aulas públicas primárias. Fauna e Flora — Em voláteis, insetos, ofídios, bataráquios e roedores, há variedades. Das antigas matas, dos seus arroios, dos seus terrenos úmidos, causa da denominação de Brejo, restam somente vestígios e alguns carnaubaís. Hidrografia — As principais correntes do município são os rioscho Alecrim, Jenipapo, Ipueira, Jandaia, Leite, Vinagre e o rio Tapera, todos tributários do Piranhas. História — No princípio do século XVII começou o território do atual município a ser povoado. A fertilidade do solo, as vastas pastagens, campos apropriados à multiplicação dos rebanhos, a abundância de mananciais, atrairam colonos do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, mesmo da Bahia. Um dos primeiros povoadores foi o português Antônio Barroso da Silva Pereira, procedente de Goiana, que em 1600 construiu casa de moradia e currais no lugar Olho-d’Água do Meio, onde morava com a família. Mais tarde, Francisco da Cruz Oliveira, descendente dos Oliveira Leno, casado com uma filha de Barroso, possuía o sítio Serra, do Brejo, depois denominado Brejo do Cruz. Em 1774, no dia 20 de abril, D.ª Maria Manuela Pereira da Silva, entregava ao Rev. Padre Dr. Manuel Joaquim Pereira Coimbra, a escritura de doação do patrimônio para ênse se construir a capela de N. S.ª dos Milagres. Nas adjacências do templo, surgiu a povoação. A Lei provincial n.º 721, de 8 de outubro de 1881, elevou-a a vila e o Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, elevou-a a cidade e sede de comarca. Anteriormente, era termo de Pombal. Indústria — A principal indústria do município é a pastoril; em seguida a agrícola, contando instalações para beneficiar algodão. Instrução — Há somente a instrução pública primária, distribuída em 14 escolas, a cargo de 15 professores, sendo insuficientes para alcançarem a população infantil disseminada nos campos. As escolas matricularam, em 1942, 615 alunos, obtendo 361 de frequência média. Limites — Os limites municipais foram determinados pelos Decretos-leis números 1164, de 15 de novembro de 1938, e 520, de 31 de dezembro de 1943. São os seguintes: — Com Catolé do Rocha, começando no marco n.º 1, localizado à margem do rio Piranhas, no ponto onde êle é cortado pelo caminho de tropa dos Hipólitos, na fazenda Curralinho de Baixo, segue pelo referido caminho até a sua interseção com o caminho carroçável dos Macacos, na fazenda Contendas; prossegue por êste até encontrar o marco n.º 2, na antiga estrada carroçável de Moçár, na fazenda Lagoa de Patos, no lugar Barro Branco, à margem da estrada de Brejo do Cruz a Catolé do Rocha; finalmente, continua por esta até alcançar o marco situado na fazenda Timbávia, no lugar do antigo marco de Pedra de Timbaúba, nos limites com o Rio Grande do Norte. Com o Rio Grande do Norte (Municípios de Patu, Augusto Severo, Tucuruí, Açú, Serra Negra e Cató), começando no marco situado na fazenda Timbávia, no lugar do antigo marco de Pedra de Timbaúba, nos limites com Catolé do Rocha, segue pela linha de cumeada que divide Paraíba do Rio Grande
do Norte até o serrote do Frade; prossegue ainda por ela até alcançar a da serra de João do Vale; deste ponto, continua por um traçado convencional que toca nos serrote: Prêto, do Peixe, da Batalha, dos Preás, Escondido e, finalmente, serrote Vermelho, paralelo ao curso do rio Piranhas ou Açu; corta este rio a 6° 30', aproximadamente, e prossegue pela linha de cumeado do serrote Passagem Funda, até alcançar o marco n.º 3, situado no lugar do antigo marco de Pedra d'Água, onde se estre- mam Pombal e Serra Negra (Rio Grande do Norte). Com Pombal, começando no marco n.º 3, situado no lugar do antigo marco da Pedra-d'Água, segue em linha reta até o marco n.º 4, situado à margem do rio Piranhas, na fazenda Josué Ribeiro; sobre pelo referido rio até alcançar o marco n.º 1, onde se estre- mam os municípios de Catolé do Rocha e Pombal.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Taitaqu, começando na nascente do rio Tapera, nos limites municipais com Catolé do Rocha, desce por ele até a sua confluência com o rio Jenipapeiro e por este continua até a sua foz no rio do Baixo, na fazenda Santo Antônio; continua descendo por ele até os limites com o município do Calço (Rio Grande do Norte). Poucações — Conta, além das Vilas São Bento e Taitaqu, antiga Bom Jesus, os povoados Boa Vista, Contendas, Cova da Onça, Poço, São José, Santa Teresinha, São Pedro. Relíquia — O município foi criado Paróquia de N. S.ª dos Milagres por Lei provincial n.º 572, de 1 de outubro de 1874, com as capelas filiais de São Bento e Bom Jesus Rendas Públicas — A Colegiatura Estadual, em 1941, arrecadou 228.928$000 e despendeu 140.596$200. O município, para o exercício de 1942, orgu sua receita em Cr$ 155.000,00; arrecadou Cr$…… 118.992,90; fixou a despesa de Cr$…… 155.000,00 e efetuou a de Cr$ 119.115,30. Repartições públicas — Prefeitura Municipal, o Fórum, Coletoria Estadual, Agência Postal-Telegráfica, Grupo Escolar, Mercado. Sede — A sede é a cidade de Brejo do Cruz, distando, a O.N.O. da Capital, 461 quilômetros. Está a 190 metros de altitude e a 6°-24'-00" lat. S. e 37°-28'-30" long. W. G. O Recenseamento de 1940 arrolou-lhe 181 prédios urbanos, 38 suburbanos, 2.356 rurais e a população: urbana, 637 habitantes; urbana, 162; rural, 10.465. Vias de comunicação — A falta de boas estradas tem retardado o progresso do município, que se comunica mais fá- cilmente com a cidade de Mossoró, do Rio Grande do Norte, para onde enca- minha a maior parte de seus produtos e de lá importa os principais artigos de seu consumo; relaciona-se também com Campina Grande, distante 324 quilôme- tres, especialmente para vender algodão.

Boçatu (Voc. ind., corr. de mboi-catu: cobra' grande) — Riacho perene do município da Capital. Nasce próximo das vertentes do Abaí e despeja no Atlântico, entre as pontas de Pitimbu e Tambaba.

Boniita — Nome de uma serra muito agrícola do município de Cabaceiras.

Botelho — Ilhota formada pelos rios, Sanhauá e Marés. Teve também os no- mes de Retumba, do Bispo. (V. índio Pirajibe.)


Bultrins (Voc. ind., nome de uma tribo da família cariri) — (V. Aldete Velha).

Branca — Nome de uma serra do município de São João do Cariri.

Bruscas — (V. Bruxas.

Bruxas — (V. Piancózinho.)
Bruxaxás (Voc. ind., parece onoma
topélico, imitando o canto de uma ci-
garra) — Tribo de nação potiguara ou
cariri que habitou o atual município de
Areia. (V. Areia.)

Caamirim (Voc. ind., caa-mirim; mato
pequeno) — Vila do município de Alagoa
Nova, elevada a esta categoria pelo De-
creto-lei n.º 1 184, do novembro de 1938.
O Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de
novembro de 1943, trocou-lhe o antigo
nome, Matinha, pelo atual. Possui uma
capaia de São Sebastião, uma escola
pública primária, Agência Postal e car-
tório do Registro Civil. Realiza semanal-
mente uma feira de pouco movimento
comercial. O Recenseamento de 1940
contou-lhe 68 prédios urbanos, 88 su-
burbanos, 1 203 rurais e a população:
urbana, 180 habitantes; suburban, 466;
rural, 6215.

Caapóá (Voc. ind., caa-poa; peque-
nã reuniao de árvores) — Antiga São
Jose do Sabuji. Criada vila e distrito
de paz em face do art. 15 do Decreto-
lei n.º 311, de 2 de março de 1938; foi
fundada por Manuel Pinto de Oliveira,
e 1937. E servida por Agência Postal-
Telefônica e uma capela dedicada a São
Jose. O Recenseamento de 1940 com-
putou-lhe 77 prédios urbanos, 5 subur-
banos, 697 rurais e a população: urbana,
303 habitantes; suburban, 31; rural,
5799. Suu aula pública primária, em
1942, matriculou 51 alunos, tendo a
frequência média de 35. A vila dista
19 quilômetros da sede, realiza boa
feira aos domingos, cultivando o dis-
trito, cereais e especialmente algodão
mocó.

Caatinga (Voc. ind., caa-tiga; mato
branco ou ralo) — Região entre o Brejo
e o Litoral. Caracteriza-se pelo terreno
sêco e podregoso, vegetação escassa,
azarzados argilosos e muita fertilidade
na estação das chuvas. E' zona exce-
lente para criação de gado e cultura de
algodão. Sua área é de 4 297 quilôme-
tros quadrados onde vivem 170 632 habi-
tantes. Nela estão os municípios de Ta-
balana, partes dos de Inga, Alagoa
Grande, Pilar, Maguari, Caiçara e Guar-
rabira.

Cabaças — Lugarejo do município de
Patos, à margem do riacho que lhe dá
o nome. E' distrito agrícola-pastoril.

Cabaceiras — Município nos limites
S.S.O. do estado. Ocupa, na zona do
Cariri, uma área de 2 527 quilômetros
quadrados. Sua população, segundo o
Recenseamento de 1940 é de 24 118 habi-
tantes, assim distribuídos: zonas urba-
nas, 1 690 habitantes; suburbanas, 476;
rurais, 21 954, residindo em 547 prédios
urbanos, 119 suburbanos e 1 530 rurais.
Agricultura — Conta o município pequena
quantidade de águas particulares que
mantenham água por mais de dois anos.
A Inspecria Federal das Obras Contra
as Sãcas construiu as represas Barra
do Xandu e Namorado. (V. Barra do
Xandu e Namorado.) Administração —
Dirige, politicamente, o município, um
prefeito nomeado pela Interventoria Fe-
deral, e 24 funcionários permanentes.
Sendo comarca de primeira entrada,
cabem os interesses da Justiça a um
juiz de direito, dois suplentes e demais
pessoal auxiliar. Um delegado de Po-
lícia, nomeado pelo Interventor; sub-
delegado, de indicação do Secretário
da Justiça, e suplente, da escolha do
Chefe de Polícia do Estado, têm a seu
cargo a segurança pública. Agricultura —
São os rios dos rios e rios, as
regiões serranas, os terrenos mais férteis
e destinados à agricultura de cereais e
algodão. Nos tabuleiros, estão se multi-
pliçando os campos de palma santa,
forrageiam para o gado, nos anos estivos.
Aspecto físico — O município apresenta
aspectos vários: extensões planas, tre-
chos ondulados, elevações de córreas.
Destas são as principais: Aldeia, Cor-
redor e Monte ao N. da Sede; no bar-
CABACEIRAS

46

rante esquerdo do Paraíba a serra do Façao e no direito a de Caruço, a de Caturité, notável pelo pico do mesmo nome, a do Boqueirão, cortada pelo Paraíba; Inácio Pereira, a do Cruz. São muito agrícolas as serras Verde, Fontainha e Bonita. Clima — Cabaceiras é o município mais seco do Paraíba, mas a temperatura, mesmo durante as mais extensas estiagens, não excede de 34ºC à sombra, não lhe faltando os ventos alísios, que lhe refrescam, principalmente, as noites. Não registra mudanças bruscas na temperatura, possuin- do as melhores condições de salubridade. Comércio — Não é muito animado o comércio do município e a indústria pasto- ral conta apenas umas 15 regulares fazendas de criação, não obstante outras tantas, de menores possibilidades. Sómente agora começam a cortar a região com estradas rodoviárias, uma compensação ao abandono em que a têm deixado os poderes públicos. Assim um surto de progresso irrompeu em certas localidades do município que, além dos misteres agrícola-pastoris, está incrementando a indústria do preparo de fi- bras. Exporta para Campina Grande: fibras, algodão, couros e peles de cabra. Importa tecidos, louças, ferragens, artí- gos de estivas, etc. Curiosidades — Na sua parte do Corredor, existe uma caverna que serviu de necrópole a uma raça talvez anterior à dos carris e em todo o município, nas cavernas obstruídas, se encontram restos fósseis de animais gigantescos. Numerosas são as pitorescas inscrições rupestres. Distritos — Alcan- til, Bodocongô, Caruço, Ledo, Potira, Riacho de Santo Antônio. Demografia — Em 1941 registraram-se no município 229 nascimentos, 118 casamentos e 268 óbitos. A delinquência constou de 17 contravenções e 15 crimes, nenhum de homicídios. Etnografia — A população do município formou-se com o português e com o índio cariri, sendo quase nula a contribuição do africano. Feiras — Na sede, nas vilas e nas principais po- 

voações do município, se realizam, semanalmente, feiras animadas. Fazendas agrícolas e pastoris — Pequeno, relati- vamente às possibilidades de Cabaceiras, é o número de boas fazendas agrícolas e pastoris. Em 1941 os seus rebanhos so- 
m haviam: bovinos, 20.000; equinos, 1.000; 
asinos, 2.000; mares, 8.000; caprinos, 

7.000; lanígeros, 5.000; suínos, 2.000; 
aves, 6.000. Fauna e flora — Do reino animal, encontram-se na região: onças, gatos bravos, maracajás, guaxinins, rap- pôsas, vedados; aves, como caracará, gavião, araçá, seriemas, papagaiaos, co- 

dornizes, pássaros cantores; insetos, etc. A flora é rica em cardos, cactos e bro- 
mélia, crescendo também, quase iso- 
lados, arvoredos, baradas, umbuzeiros etc. Hidrografia — Dois são os rios princi- 
pais que atravessam o município: o Pa- 

raíba, de O. a E., e o seu tributário, o Taperoa, de S.E. a L. Os mais impor- 
tantes rios são, que, no município des- 

pejam no Paraíba, são: Algodoais, Charneca, Ganganha, Igreja, Junco, Olho- 
d’Agua, Santa Rosa e Timbaíba. São 
asfluentes do Taperoa: Barra do Xandu, que alimenta a barragem do mesmo nome; Dento, Bodocongô, Bom Jesus, 

Bredo, Fondo, Irapuí, Otiteica, Olho- 
d’Agua, Paraíbinha, Santo Antônio e 

São Miguel. Não há lagos importantes. 

Historia — Cabaceiras é o município historico do Estado. Dêse partiu o des- 

bravamento do sertão paraibano. Em 

meados do século XVII chegaram no 

distrito os primeiros colonos, tendo à 

fronte o bandeirante baiano Antônio de 

Oliveria, vindo com os seus rebanhos 

das margens do São Francisco. Fundou 

Boqueirão, atual Caruço, primeiro agre- 
gado de habitações do atual município. 

Pouco depois se juntou ao primeiro, seu 
sobrinho bastardio Pascoal de Oliveira 

Ledo, foragido da Bahia para evitar a 

perseguição dos irmãos de uma jovem de boa linhagem, a qual raptara e com 

ela atravessou no mesmo cavalo o rio 

mencionado, vindo abrigar-se em Bo- 

queirão, donde saiu para fundar a fa-
zenda que originou a vila de Cabaceiras. O nome desses aventureros ainda confundido com o de um seu descendente, Pascálio de Oliveira. Maior tarde foi a propriedade adquirida por Domingo de Farias Castro e António Ferreira Guimarães, que em 1730 combinaram a edificação de uma capela, a igual distância das casas onde residiam. Em torno do templo, ergueu-se a povoação. Cabaceiras seria o arquivo da colonização do interior da Paraíba, se não sofosse as violências de assaltos vários. Os quebraduquillos, em 1874, queimaram-lhe os arquivos, arranjando num poço formado pelo Taperoa os destroços dos pesos e medidas do sistema métrico decimal.

Em 1824, sob o título — Patriotas —, reuniram-se os seus habitantes valesidos, comandados por Inácio de Barros, falando em consequência, de ferimentos recebidos em combate, e opuseram resistência aos republicanos apelidados — Caramboias. Os Patriotas recuaram até Boqueirão onde foram batidos à artilharia, continuando os republicanos sua marcha para o Ceará, sendo destroçados em Batalhão. O primeiro encontro entre Carambolas e Patriotas verificou-se em Serra Verde, dêste município, no ponto cortado pela estrada de Vertentes. Cabaceiras foi termo de Campina Grande, sendo sua categoria de vila confirmada por Lei provincial n.º 11 de 4 de junho de 1885. Antes, porém, pela Resolução de 24 de julho de 1834, foi elevada a vila sob a denominação de Vila Federal. Foi sede de comarca e perdeu esta categoria e assim permaneceu até que lhe foi restituída pelo Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, outorgando-lhe os foros de cidade. Homens notáveis — Entre os seus melhores nessa família Pereira Tejo e o Bacharel Faustino Cavalcânti de Albuquerque, agrotor e criador, publicista de trabalhos de merecimento, sobre a indústria agrícola-pastoral. Indústria — Além de 12 maquinismos para beneficiar algodão, existem no município pequenas fábricas para tecidos de roupas e preparo de fibras cruas. Instrução — Conta 18 escolas primárias com 22 docentes. Nelas se matricularam 896 alunos, em 1942, resultando 560 de frequência média. Limites — Os Decreto-leis ns. 1164 e 520, respectivamente da 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram-lhe os seguintes limites municipais: — Com Ibiapinópolis, começando no marco n.º 1 (de Ibiapinópolis), situado na fazenda do Estrito, que fica para São João do Cariri, segue em linha reta até o marco n.º 1, colocado à margem do rio Floriano ou Santa Rosa, na fazenda Malhadinha, onde se estreiam os municípios de Campina Grande e Ibiapinópolis. Com Campina Grande, começando no marco n.º 1, situado à margem do rio Floriano ou Santa Rosa, na fazenda Malhadinha, segue em linha reta até o marco n.º 3, situado à margem do antigo caminho carroçável de Ledo, na lagoa dos Mulungus; prossegue pelo referido caminho até o marco n.º 4, situado na fazenda Juá; finalmente, segue até alcançar o rio São Pedro, desce por ele até cortar o caminho carroçável do agreste Catolé; corta o referido rio, prossegue pelo aludido caminho até o marco n.º 5, situado no lugar Ramada; deste marco, segue ainda em linha reta até o pico do Caturité; prossegue pela sua cumeada e, em seguida, por uma reta até o marco n.º 6, situado à margem do caminho carroçável de Cedro a Congorerra, na fazenda Filomena: prossegue por este até cortar o rio da Dereira e desce por ele até alcançar a foz do rio Guaribas, na fazenda Pereira, onde se estreiam os municípios de Umbuzeiro e Campina Grande. Com Umbuzeiro, começando na foz do rio Guaribas, no rio Pereira, sobe pelo Guaribas até a sua nascente, e por uma reta corta o divisor de águas e atinge, na vertente oposta, a nascente do rio Salina;
CABACEIRAS

... desce por êle até a sua foz no rio Paraíba, sobe por êste até a foz do riacho da Cruz e por êste riacho até o ponto onde êle é cortado pelo caminho carroçável de Jucá a Vertentes; daí prossegue, então, pelo referido caminho até o marco n.º 2 (de Umbuzeiro), situado nos limites com Vertentes (Pernambuco), na serra da Boa Vista. Com Pernambuco — (Municípios de Surubim, Vertentes e Taquaretêngua), começando no divisor de águas da serra da Boa Vista, no ponto onde êle é cortado pelo caminho carroçável de Jucá a Vertentes, segue pelo referido divisor e, em seguida, pelo da serra dos Cariris até o marco n.º 7, situado na fazenda Jaques. Com São João do Cariri, começando no marco n.º 7, de Cabaceiras), situado no divisor de águas da serra dos Cariris, na fazenda Jaques, prossegue em linha reta até o marco n.º 8, situado à margem do rio Paraíba, na fazenda Porteiras; por outra linha reta, segue até o marco n.º 9, situado no divisor de águas da serra de São Domingos; ainda uma vez, segue em linha reta até o marco n.º 10, situado 500 metros ao poente do povoado de Algodoais; por outra linha reta, prossegue até o marco n.º 11, situado à margem do rio Taperoa, na fazenda Divisão; êste marco, prossegue ainda em linha reta até alcançar o pico do serrote dos Pombos; finalmente, segue por outra linha reta até alcançar o marco n.º 1 (de Itiapinópolis), situado na fazenda Estréito, onde se estreitam os municípios de São João do Cariri e Itiapinópolis.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Riacho de Santo Antônio, começando na confluência do rio Paraíba, sobe por êste até sua foz no riacho da Barra.

Distrito da Sede com Potira, começando na foz do riacho da Barra, no rio Paraíba, sobe por êste até o marco n.º 8, na fazenda Porteiras, nos limites com São João do Cariri.

Distrito da Sede com Leão, começando no marco n.º 8, situado à margem do rio Taperoa, na fazenda Divisão, desce por êsse rio até cortar o caminho carroçável de Cabaceiras à fazenda Juá; dêste ponto, prossegue pelo referido caminho até alcançar o marco n.º 4, na fazenda Juá, nos limites com Campina Grande.

Distrito da Sede com Carnoij, começando no ponto onde o caminho carroçável de Cabaceiras a Juá corta o rio Taperoa, desce pelo referido rio até a sua confluência.

Distrito de Riacho de Santo Antônio com Carnoij, começando na confluência dos rios Paraíba e Taperoa, desce pelo rio Paraíba até cortar a estrada de Vertentes a Carnoij.

Distrito de Potira com Riacho de Santo Antônio, começando na foz do rio Paraíba da Barra, no rio Paraíba, segue em linha reta até o marco n.º 12, situado na fazenda Angó; dêste marco, prossegue por outra linha reta, até o marco n.º 13, situado na fazenda Santanã; finalmente, prossegue por outra linha reta até alcançar o divisor de águas da serra dos Cariris, na fazenda Umbuzeiro.

Distrito de Bodocongô com Carnoij, começando no lugar onde o caminho carroçável de Vertentes corta o rio Paraíba, desce por êsse rio até o marco n.º 13, situado no povoado Várzea-Grande; dêste marco, prossegue em linha reta até alcançar o pico do Caturité, nos limites com Campina Grande.

Distrito de Bodocongô com Alcantil, começando na foz do riacho da Cruz, no rio Paraíba, sobe por êsse rio até a foz do riacho de Santo Antônio, e por êste até o marco n.º 14.

Distrito de Bodocongô com Riacho de Santo Antônio, começando no marco n.º 14, situado à margem do riacho Santo Antônio, segue em linha reta até o marco
n.º 15, situado à margem do caminho carroçável de Vertentes, na fazenda Tanques; prossegue por ele até cortar o rio Paraíba.

Distrito de Alcântil com o Riacho de Santo António, começando no marco n.º 14, situado à margem do riacho Santo António, sobe por ele até o marco n.º 15, situado à margem, na fazenda Tanques; dáste marco, prossegue, então, em linha reta até o marco n.º 16, situado no diviso de águas da serra dos Cariris, na fazenda Pororoca. Necessidades — Cabaceiras precisa de grandes açoites, de rodovias, de métodos mais racionais para a formação dos seus rebanhos e capitais para desenvolver as indústrias de fíbras, de laticínios, etc. Património municipal — O patrimônio municipal, em 1942, somava Cr$...... 212 040,00. Povoações — Além dos vilas, existem vários povoados, sendo principais: Riacho Fundo, São José, São Domingos e Vereda Grande. Religião — O município constitui uma só freguesia, de N. S.ª da Conceição, criada por Decreto provincial n.º 41, de 29 de agosto de 1835, contudo, além da igreja-matriz as capelas filiais de N. S.ª do Rosário, na sede; São Miguel, em Potiria; São José, em Alcântil; Santo António, em Barra de Santo António; N. S.ª da Conceição, em Assunção e em Jardim; Santa Ana em Rodocóngó; N. S.ª da Conceição, em Conceição; de N. S.ª do Destêrro, em Carnoió; São Sebastião, em Algodoais. Rendas Públicas — Para o exercício de 1942, orçou Cabaceiras a receita municipal em Cr$ 102 000,00; arrecadou Cr$ 106 718,70; fixou a despesa de Cr$ 112 000,00 e efetuou a de Cr$...... 106 429,00. A Coletoria Federal, em igual exercício, teve a receita de Cr$ 70 511,00. No exercício de 1941, a Coletoria Estadual arrecadou 188:2569000,00, tendo a despesa de 140:5962900. Repartição públicas — Existem na sede: Agência Postal—Telefónica, Prefeitura Municipal, Fórum, Mercado Público, Grupo Escolar, Coletorias Federal e Estadual. Riquezas naturais — Cabaceiras possui minérios de valor, cujas jazidas não foram convenientemente estudadas. Há no município várias plantas que produzem fíbras, estando sómente explorado o crauá. Sede — A sede é a cidade que dá nome ao município; está 196 quilômetros ao S.O. da Capital, numa altitude de 390 metros. A Comissão Pimenta da Cunha, em 1922 determinou-lhe as seguintes coordenadas: lat. S. 79° 29' 20,38" e long. E. do Rio de Janeiro 4° 26' 58.66" ao Sul da matriz. Distent-de-se à margem direita do Taperoa, apresentando 4 ruas, 3 travessas e 2 praças, uma destas, ajardinada. E iluminada à luz elétrica, tem uma biblioteca pública, um serviço de remoção de lixo. Dista 84 quilômetros da cidade de Câmpina Grande. Segundo o Recenseamento de 1940, existem no distrito: 153 prédios urbanos, 22 suburbanos, 470 rurais e a população urbana, 436 habitantes; suburbana, 72; rural, 2 372. Vias de comunicação — A falta de boas estradas tem retardado o progresso de Cabaceiras, que sómente agora está sendo beneficiada por uma rodovia que lhe facilitará a comunicação com outros municípios e com alguns dos seus distritos. Município histórico com a primazia de néle se ter fundado o núcleo que orientou a conquista e povoamento dos sertões paraibanos, constituir-se-ia um ponto de lumínibus, os possíveis meios fáceis de transportes e acomodações para os seus visitantes. No município existem 2 automóveis, 2 motociclos, 12 autocaminhões e 14 carros de bois.

Cabelelo — Vila populosa do município de João Pessoa, situada à margem direita do Paraíba, próximo da foz. E' subprefeitura, da Prefeitura da Capital, tendo sido várias vezes elevada a município e tendo várias vezes perdido essa categoria. E' sede de distrito, compreendendo reduzida área territorial onde aparece apenas a cultura de coqueiros. Seus moradores entregam-se a trabalhos marítimos e à pesca, de pro-
dução minguada. A população rural, pouco numerosa, é composta de pesca-
dores e jornaleiros. Parece que tudo conspíca contra o progresso da vila, cujos
fogos aumentam, apresentando uma po-
pulação superior à de várias cidades
do Estado. A ferrovia Conde d’Eu tinha
ali suas oficinas, depois retiradas, pela
“Great Western”, para Pernambuco.
Vários estabelecimentos também se des-
locaram para outros centros. Apontada
para ser pôrto livre do Nordeste, sendo
iniciados os primeiros movimentos, re-
train-se desanimada ao impulso da
guerra surda, do trabalho de sapa de
ambiciosos de outros Estados. Orlada
pelas águas do estuário do Paraiba, à
sombra de velhos coqueiros, tendo em
frente a ilha da Restinga, e o coqueiral
vigoroso que se estende da Costinha à
Ponta de Lucena, tem a vila aspecto
gracioso e o nome de Porta da Cidade,
porta quase sempre mal cuidada, mesmo
esquecida dos poderes públicos. Sua
população, segundo o Recenseamento de
1940, conta: na zona urbana 3 481 habita-
tantes; na suburbana, 2 069; na rural,
620, acomodados em 1 180 prédios urba-
nos, 649 suburbanos e 312 rurais. Assim
conta 48 ruas, 10 travessas, 52 becos,
2 praças e 82 casas comerciais. A po-
pulação, em maioria católica apostólica
romana, tem, para o serviço divino,
duas capelas e um oratório, filiais da
Paróquia de N. S.ª das Neves. O pro-
testantismo conta no distrito grande
número de adeptos. Funcionam no dis-
trito 9 aulas primárias, inclusive um
grup escolar na sede, as quais, em
1942, para uma freqüência média de
522, matricularam 738 alunos. Existem
na vila as seguintes repartições públicas:
Agência Postal-Telegráfica, Estação Fer-
roviária, Postos Fiscais da Alfândega e
do Estado, Repartição dos portos, Prati-
cagem do Pórtio, a Subprefeitura, cuja
A indústria local consta de prensas
para enfardamento de algodão e uma
fábrica para extração de óleo de coco,
aproveitamento de fibras. Na vila exis-
tem sociedades esportivas, recreativas e
operárias. Além da estrada de ferro e
do rio, Cabedelo liga-se à Capital por
uma rodovia com a extensão de 19 qui-
lômetros. História — Longa é a história
de Cabedelo, cujo nome derivou das
dunas de areia fina e branca que altera-
vam a orla de marinhos. Depois de Pôrto
da Casaria, da ilha da Camboa, de Forte
Velho, tentativas que não chegaram a
resultado, surgiu Cabedelo, quase no
mesmo tempo em que se edificava a
metrópole da capitania da Paraiba. Co-
meçou à sombra do forte construído
em 1585 a mandado de Martim Leitão,
entanto este dirigia e consolidava a
conquista da região. Frutuoso Barbosa,
empossando-se no cargo de Capitão-
Mor da Paraiba, na última década do
século XVI, desmontou o forte, empre-
gando a artilharia na defesa de seu en-
genho Inhobim. Os potiguaras, estimu-
lados por contrabandistas franceses,
arrasaram a fortificação e afugentaram
os habitantes do povoado. Reconstruído,
formou-se outro núcleo de moradores,
que progresso foi lento, por se con-
sevar sempre em estado de alarma,
a princípio com os indígenas, depois
com os piratas, por fim com os inva-
sores batavos. Nos seus arredores se
feriram sangrentos combates, principal-
mente durante a investida holandesesa.
O distrito — O distrito de Cabedelo
compreende uma ilha de uns doze qui-
lômetros de extensão por três mil me-
tros na maior largura, tendo a N. e L. o
Atlântico; a O. o rio Paraiba e ao S. o
Jaguaribe e o canal deste rio para o
Mandacaru e este próprio rio. Povoações
— Conta os povoados de Ponta de Matos,
verdadeiro arraiaide da Vila; Praia
Formosa e Pogo à beira-mar, e Jacaré,
à margem direita do Paraiba, de todos,
o mais importante, por sua população,
por suas salinas, por seus viveiros. Pósto
de Higiene — Existe na Vila um Pósto
de Higiene cujo boletim relativo a 1942,
registrou: nascimentos, 149; óbitos 145,
sendo natimortos, 2; óbitos de 0 a 1 ano, 52. Profilazia — Pessoas atendidas pela primeira vez: helmintoses, 539; paludismo, 419; sifilis, 386; gonorréia, 36; cancro mole, 27; difteria, 1; coqueluche, 16; febre tifoide e paratifoide, 1; disenterias, 6; outras doenças, 547. Vacinação: antivaríólica, 406; antítifica, 2862; antidisentérica, 2862; outras, 179.

O pôrto — O Pôrto de Cabedelo", disse o engenheiro Manuel Antônio Morais Rêgo, "que não me parece ouvindo afirmar ser o melhor pôrto natural da costa norte do País, a partir da Bahia." E um pôrto abrigado para todos os ventos, sem rebentação de vaga. Por largos anos, os debaute suas construções com os caprichos da política partidária. Ora queriam o pôrto principal da Paraíba na bacia do Sanhauá, ao pé da Capital; ora em Cabedelo. As vezes em Tamnai, na enseada do Bessa ou mesmo em Baia da Traíção. Os primeiros trabalhos começaram em 1862; em 1884, André Reboeças e Charles Neate apresentavam ao governo imperial o projeto de um pôrto na enseada de Cabedelo. Sómente em 1891, sob a chefia do engenheiro Emílio Autran, se instalava, no mês de junho, um Serviço de Melhoramento do Pôrto da Paraíba. Tal repartição, até 1931, as vezes se transferia para a Capital, às vezes retornava a Cabedelo. Em 1909, o referido engenheiro Morais Rêgo afirmava no seu Relatório ser haverem consumado créditos no valor de 33.673:285:274 "não direi em pura perda porque valor não pequeno representam as oficinas, edifícios e dependências que a Comissão possui em Cabedelo..."

(Pôrto da Paraíba, Sisnando Costa.) “De 1891 a 1931", diz Sisnando Costa, opúsculo citado, "despendeu o Governo com a construção do Pôrto da Paraíba 27.102:959:655 papel e £ 140 334-15-0, sem resultado. Finalmente, em 1931, sendo Interventor Federal Antenor Navarro, a Companhia de Obras e Construções, Sociedade Anônima “Geobra", contratou com o Estado a construção do Pôrto, iniciando-se os trabalhos no dia 17 de novembro do referido ano, e inaugurando-se em 23 de janeiro de 1933, ocupando a Interventoria Federal o Dr. Gratuliano de Brito. Constava o Pôrto de Cabedelo de 510 metros de cais de cortina de aço do tipo Larsen, 400 metros para águas mínimas de oito metros e o excedente para embarcações de pequeno calado. As obras complementares constam de dois armazens de estrutura metálica, cobertura de telhas tipo Marseilha, com 100 metros de comprimento e 20 metros de largura, assentamento de linhas férreas em ligação com a “Great Western", linhas de guindastes elétricos de pôrtico duplo, sendo quatro de tonelada e um de cinco toneladas". (Sisnando Costa, op. citado.) O surgidouro — Para alcançar o surgidouro (e aqui nos servimos das indicações do "Roteiro das Costas do Brasil", publicado pela Diretoria da Navegação) — deixando o fundeadouro externo, 10 metros de fundo, 6,50 S.W., um dispositivo de bóias indica o canal sinuoso e variável, exigindo sempre o uso de práticos, não obstante ser balizado, devido à influência dos ventos sobre as pontas dos bancos pela ação das vagas que eles levantam e das correntes locais. Passadas as indicações da velha fortaleza, pode a embarcação dar fundo em 10 metros de água. Trânsito de embarcações e mercadorias, renda portuária, movimento de passageiros — De 1938 a 1941 ancoraram no pôrto de Cabedelo 2.685, embarcações, sendo 2223 nacionais e 462 estrangeiros. Das primeiras, 193 eram à vela, excluindo-se esta cifra as que se destinaram ao pôrto da Capital. (V. Sanhauá.) Em igual período verificou-se a exportação de grande cabotagem de 290 750 toneladas de mercadorias, no valor oficial de 512 432:000:000 e para o estrangeiro 220 100 toneladas, no valor oficial de 389 769:000:000. Quanto à

Cabo Branco — Elevação de uns quinze metros de altitude, que faz parte de um sistema de barreiras que oriam o Atlântico, na região do nordeste, distando uns 15 quilômetros da capital. Avança para o mar, constituindo-se a parte mais oriental das Américas. Nas proximidades do cabo, o mar é muito aperfeiçado, sendo de escohos, pelo que as embarcações não podem ali ancorar e tudo indica que foi um promontório reduzido pela erosão das águas marinhas. Os últimos trabalhos realizados por uma Comissão do Ministério da Marinha, comprovaram ser o Cabo Branco o ponto mais oriental do continente. A respeito, escreveu o Capitão-de-Fregata Alfredo Salomé da Silva, Capitão dos Portos da Paraíba: “Por muitos anos Cabo Branco, em Paraíba e Ponta de Pedras, em Pernambuco, disputaram a categoria de ponto mais oriental das Américas. A dúvida foi dissipada o ano passado. Aproveitando a Comissão que chefiava em Natal, o Comandante Rangel julgou oportuno que de uma vez para todas fosse resolvida essa dúvida. Para isso obtendo permissão do Exm.º Sr. Diretor Geral da Navegação, desenhou os Capitães-Tenentes Newton Tornaghi e Rubens Figueirós para, correndo o litoral, próximo àqueles pontos, determinassem as coordenadas geográficas daqueles pontos extremos, tirando azimutes para todas as pontas circunjacentes de modo a apurar definitivamente aquêle fato. Assim feito: no dia 5 de setembro foi observada em Ponta de Pedras e no dia 12 em Cabo Branco, sendo as posições convenientemente transportadas para junto à água. A sorte sorriu à Paraíba pois que a ponta do Seixas, no Cabo Branco, é o ponto mais oriental do território nacional, sendo portanto, o mais oriental das duas Américas. Aquela ponta paraibanana avança galhardamente cerca de 1 683 metros para leste mais que a Ponta de Pedras. As coordenadas foram determinadas pelos processos de alturas iguais, emregendo-se um astrolábio de prisma tipo S.O.P. por 60° de distância zenital, utilizando-se 16 restas em cada observação. Os estádios absolutos do cronômetro utilizado foram controlados continuamente pela recepção dos sinais horários das estações P.P.E.-2 e N.A.A. Os resultados já transportados para a praia foram os seguintes: Cabo Branco: longitude 34° 47'-38,49” W. Gr.; Ponta de Pedras: Longitude 34° 48'-33,37” W. Gr. Quanto à Ponta de Pedras, não será mesmo eu o segundo lugar, pois que a ponta de Jacumã (oit milhas ao sul de Cabo Branco) tem éste privilégio, avançando mais que aquela Ponta, porém não tanto quanto o Cabo Branco. — João Pessoa, 26-11-1941.” No Cabo Branco e nas adjacências existem jazidas de vários minérios, sendo abundantes as das que produzem tintas, terras de Pullon. (V. Enseada.)
Cabrais — Lugarejo do município de Bonito de Santa Fé. Conta uma, aula pública mista que, em 1942, matriculou 57 alunos, obtendo 25 de frequência média.

Cacaré (Voc. ind., parece provir de ca-caré: o que é torto) — Rio de pouca importância do município de Antenor Navarro, afluentes do rio do Peixe.

Cachoeira — Lugarejo do município de Catolé do Rocha. Sua escola primária mista, em 1942, matriculou 22 alunos.

— Lugarejo do município de Bananeiras cuja escola primária, em 1942, matriculou 41 alunos, tendo 31 de frequência média.

— Lugarejo do município de Sapé, possuindo uma escola primária mista que, em 1942, teve 65 matriculados e 46 de frequência média. É centro de zona agrícola; alcançou certo desenvolvimento e decatou. Suas casas hoje, em maioria arruinadas, servem de abrigo aos jornaleiros do engenho Pacatuba, que lhe fica próximo.

— Povoação do município de Guaraíra. Segundo o Engenheiro Destord, está a 11 metros acima do nível do mar e a 0°53'0" de Lat. S. e 7°35'30" de Long. E. do Rio de Janeiro. Tem, ao pé, a estação de estrada de ferro Antônio Guedes, distando para L. da sede, 2 quilômetros. A princípio se chamava Cachoeira dos Guedes, por ter sido localizada nos terrenos da fazenda Cachoeira, pertencente à família Guedes. Está à margem direita de um riacho que tem o nome do povoado.

— Lugarejo do município de Miserópolis; sua aula pública, em 1942, registrou 26 matriculados e a frequência média de 17. Está à margem do riacho que lhe deu o nome. A localidade se tornou célebre pelo número de crimes ali perpetrados. Duas famílias importantes se inimizaram, abrindo luta à mão armada que produziu 200 vítimas, assassinadas a tiros e punhaladas. As últimas foram o deputado estadual Manuel Tomás e um seu companheiro, emboscados e espingardeados.

Cachoeira de Celulas (V. Itatiba.)

Cachoeira de Minas — Pequena povoação do município de Princesa Isabel, distando da sede para N. O. 20 quilômetros. Seu nome derivou das proximidades em que está de veios auríferos explorados antigamente, cujos concessionários abandonaram a empresa à falta de recursos, conservando porém o privilégio. Em fins da década de 1900, apresentou-se ao governo do Estado um engenheiro francês propondo-se a continuar a mineração, tendo, anteriormente, aberto um poço no local, donde extraíria água suficiente para a lavra. (V. Bruzas.) O Estado dispunha-se a fazer concessões, mas os herdeiros dos antigos proprietários opuseram embargos firmados no direito que lhes assistia. O distrito é pobre, contendo apenas ensaiado cultivo de cereais e algodão.


Cachoeira Grande — Lugarejo do município de Campina Grande, nela funcionando uma escola primária que matriculou 29 alunos, em 1942.

Cachoeirinha — Povoado do município de Araruna, à margem do rio que lhe deu o nome. É servida por uma estrada
de rodagem que a comunica com a sede e com a cidade de Calçara. O distrito é quente e séco, produzindo algodão e gado. A povoaçaõ tem apreciável movimento comercial, aula pública primária, vários maquinismos para beneficiar algodão; realiza, semanalmente, feira abundante.


CACIMBA DE DENTRO — Povoado do município de Araruna. Nêle funciona uma escola pública primária, que matriculou 60 alunos em 1942, tendo 39 de frequência média.

CACIMBA DO POVO — Fonte pública a S. O. da cidade de João Pesca. Pertence ao Estado e foi por êste construída.

CACIMBA NOVA — Povoado do Município de Campina Grande. Tem aula pública primária que matriculou 48 alunos em 1942, registrando a média de frequência de 29.

CACIMBAS — Lugarejo do município de Jatobá. Sua aula pública primária matriculou 36 alunos.

CAFULA — (Voc. ind.) — Agregado de casas à margem da antiga estrada que comunicava Ingá a Campina Grande, a meio declive da Borborema. Pertence ao município do Ingá.

CACANA — Serra nos limites de Alagoa Grande e Campina Grande. É muito agrícola.

CALÇARA — Estação ferroviária na estrada que liga Guarabira a Nova Cruz. (V. Logradouro.)

— (Voc. ind., significando cercado de emergência que se arranja trançando-se em estacas, ramos espinhosos. No litoral designa a choupãna onde os pescadores abrigam a jangada e os utensílios de pesca.) — Município situado quase todo na zona da caatinga, a N. O. do Estado, numa área de 532 quilômetros quadrados. Segundo o Recenseamento de 1940, conta a população de 31.234 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 2.892 habitantes; subúrbanas, 295; rurais, 28.047, ocupando 852 prédios urbanos, 66 suburbanos e 5.720 rurais. Açudes — Existem no município vários açudes em propriedade particular, todos porém de reduzida capacidade, não resistindo estiagens que se prolonguem por mais de dois anos. Administração — Politicamente é administrado por um prefeito, nomeado pelo Interventor Federal, auxiliado por 28 funcionários permanentes. A justiça local é distribuída por um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar, pois o município é comarca de primeira entrada. Um delegado de polícia na sede nomeado pelo Interventor, vários subdelegados, para os distritos, escolhidos pelo Secretário da Justiça, suplentes, de nomeação do Chefe de Polícia do Estado, têm a seu cargo a segurança pública. Agricultura — O município é essencialmente agrícola, criando gados na zona da caatinga. Produz milho, feijão, rapaduras, fumo. Aspecto físico — O município assenta em terrenos ondulados do Brejo, tendo uma faixa na caatinga. Suas serras são ramificações da Borborema, sendo a mais notável, a Serra da Raiz com a extensão de 24 quilômetros; segue-se a de Campo Alegre, de 9 quilômetros de comprimento. Ambas estão a leste da cidade e integram
a cordilheira Copauba. Assistência social — Caicara não possui qualquer instituto de assistência. A Prefeitura mantém um médico que, além de suas atribuições de funcionários, atende, quanto pode, às necessidades dos habitantes.

Comércio — O município tem notável movimento comercial, realizando suas transações com as praças de João Pessoa, Recife e Natal, contando, não só a cidade como as vilas, boas casas comerciais. Etnografia — Os primitivos habitantes da região foram os potiguaras, que depois se fundiram com os portugueses, recebendo certa parcela de sangue africano. Por fim predominou o elemento brasileiro. Feiras — Muito abundantes e concordadas são as feiras que se realizam, semanalmente, no município. Fazendas agrícolas e pastoria — Avulto é o número de fazendas agrícolas, sendo menor o de propriedades destinadas a criação. Os seus rebanhos em 1941 somavam 8 000 bovinos, 2 000 equinos, 2 000 assinos, 2 020 lanígeiros, 2 200 caprinos, 1 950 suínos, 12 000 aves. Fauna e Flora — A fauna fósil, no município, tem apresentado espécimes dignos de estudos, especialmente os encontrados numa lagoa distante da cidade uns trezentos metros. O primeiro esqueleto de animal gigantesco dela retirado quando tratavam de desobstruí-la em 1837, foi enviado à Exposição de Paris, não havendo notícia, de ter chegado ao seu destino. Caicara conta ainda restos de opulentas matas onde se encontram madeiras de construção e de marcenaria. Pelos tubuleiros e várzeas há variedades de plantas medicinais. O reino animal é representado por alguma espécies de roedores, desdentados, ofídios, insetos e pássaros, etc. Hidrografia — Os rios principais são: o Curimataú, que atravessa o município de O. a N. e o Camaratuba, que nasce no lugar Pirauá, distrito da Vila de Serra da Raiz. Depois de muitas curvas segue para L., corta o município de Mamanuape e entra no oceano. Vários rios nascem em Caicara e engrossam as águas dos rios mencionados. História — O primeiro morador da região foi José de Abreu Cordeiro que, em 1776, obteve uma carta de terra na Serra da Raiz. No ano de 1822, Luís Soares de Mendonça adquiriu a sesmaria onde agora assenta a Cidade, construindo casa e roçado. Em 1841, o terreno onde hoje é a sede do município cobria-se ainda de cactos e bromélias, quando Manuel Soares da Costa, Francisco da Costa, Gonçalves e José Vicente compraram a propriedade, construíram suas vivendas e cercados de ramos — caicaras — para abrigo do gado. Depois ergueram uma capela dedicada a N. S. do Rosário, dando 60 braças de terra para patrimônio. Ao lado do templo foi-se levantando a povoação e dentro de poucos anos tinha comércio animado. Proscindindo, começou a disputar as honras de vila com Serra da Raiz e triunfou. Assim, por Decreto n.º 308, de 7 de novembro de 1906, foi elevada a vila, instalando-se o município, judicialmente pertencente a Guarabira. O Decreto-lei n.º 1.164, de 15 de novembro de 1938, criou-a cidade e Comarca de primeira entrada. Indústria — O município possui vários engenhos para o fabrico de rapaduras, várias instalações e uma usina para o benefício de algodão. Em 1941 exportou: 35 000 cachos de bananas, 40 000 mangas, 29 759 l de aguardante, 452 853 kg de algodão em pluma, 16 000 sacos de 60 kg de farinha de mandioca, 20 000 kg de fumo em corda, 431 620 kg de rapaduras. Instrução — Conta somente a primária, distribuída por 20 escolas públicas confiadas a 25 professores. Em 1942, verificou-se a matrícula de 1 197 alunos e a frequência média de 826. Limites — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 530, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram para Caicara os seguintes limites municipais: — Com Araruna, começando na foz do rio Lagoa Danzas, no rio Curimataú, onde se estreiram os municípios de Araruna e Bananeiras, desce pelo referido rio até o
marco n.º 4 (de Araruna), situado no lugar Boqueirão, nos limites com o Rio Grande do Norte (município de Nova Cruz). Com o Rio Grande do Norte (Município de Nova Cruz), começando no Cruzeiro existente no lugar Boqueirão, à margem do rio Curimataú, segue em linha reta até alcançar o boeiro sob a ferrovia da “The Great Western of Brazil Railway Co. Ltd.”, localizado entre os postes quilométricos 299 e 300; desta obra de arte, prossegue em linha reta até encontrar o marco n.º 1, localizado à margem do caminho carroçável de Nova Cruz; ainda por outra linha reta, segue até encontrar o marco n.º 2, situado na lagoa de Carnaúba, à margem da antiga estrada de tropa do Espírito; finalmente, prossegue por outra linha reta até alcançar o marco n.º 3, localizado no lugar do antigo marco do Cajueiro, em Lagoa Verde. Com Mamanguape, começando no marco n.º 3, que substitui o antigo marco do Cajueiro, no lugar Lagoa Verde, segue em linha reta, até alcançar o pico da Pedra do Bico; prossegue por outra linha reta até o marco n.º 4, localizado na lagoa José Martins; ainda por outra linha reta continua até o marco n.º 5, localizado à margem do caminho carroçável do Catolé; deste marco, segue pelo referido caminho até cortar o rio Pirari, no lugar Cachoeira dos Coutinho; daí, prossegue pelo referido rio até sua confluência com o rio Pitomba, no lugar Jatobá; sobe pelo rio Pitomba até alcançar o marco n.º 6, colocado à sua margem direita; deste marco, segue em linha reta até alcançar o pico do morro Bico de Pedra; deste ponto, segue em linha reta até o pico do morro do Papa-gau; por outra linha reta, continua até atingir o marco n.º 7, situado no alto da Milhã; prossegue por outra linha reta até alcançar o pico do morro do Mulungu; deste pico, prossegue por outra linha reta, até alcançar o marco n.º 8, localizado à margem do rio Canto de Pedra; prossegue por outra linha reta até alcançar o marco n.º 9, localizado à margem do rio Camaratuba; deste marco, segue por outra linha reta até o marco n.º 10, localizado a leste do povoado Taumatá; prossegue por outra linha reta até o marco n.º 11, localizado à margem da lagoa do Mari; finalmente, por outra linha reta, segue até o marco n.º 12, situado na lagoa Forro; ainda por outra linha reta, segue até o marco n.º 13, situado no alto do morro Vermelho; e deste, por outra linha reta, até o marco n.º 14, localizado a S. O. do povoado de Estacada, à marssim de uma lagoa; deste marco, ainda continua em linha reta até o marco n.º 15, situado no ponto onde o caminho de tropa corta o rio Nascença, no lugar Cipoal. Com Guarabira, começando no ponto onde o caminho de tropa de Pir-pirípituca a Mamanguape corta o rio Nascença, onde está situado o marco n.º 15, prossegue por este caminho até o povoado Sertãozinho, que fica dividido para os dois municípios; ainda continua pelo mesmo caminho até a ponte da estrada de rodagem Belém-Pir-pirípituca; desta obra de arte, prossegue, pela estrada até a sua interseção com o caminho carroçável de Guarita, no lugar Ladeara de Pedra. Com Banaeiras, começando na interseção do caminho carroçável de Guarita com a estrada de rodagem Belém-Pir-pirípituca, no lugar Ladeara de Pedra, prossegue pela referida estrada até alcançar o pontilhão sobre o rio Gameleiro, desce por ele até a sua confluência com o rio Picada; desce ainda por este rio até alcançar a estrada de rodagem de Belém a Cachoeirinha; prossegue por ela até alcançar o marco n.º 16, situado à margem do rio Dantas; desce por este rio até a sua foz no rio Curimataú, onde se estremam os municípios de Bananeiras e Araruna.
DIVISAS INTERDISTRICTAIS

Distrito da Sede com Curimataú, começando na foz do rioacho Dantas, no Curimataú, prossegue em linha reta até o cruzamento do caminho carroçável de Caíçara a Duas Estradas.

Distrito da Sede com Duas Estradas, começando no cruzamento do caminho carroçável de Caíçara a Duas Estradas, vai ter em linha reta ao ponto em que o caminho carroçável de lagoa dos Martins cruza os limites de Caíçara mataú, começando no marco n.º 20, situado na fazenda Catalôe.

Distrito de Duas Estradas com Curimataú, começando no marco n.º 20, situado na fazenda Santo Antônio, em linha reta vai ter à lagoa da Serra, de onde prossegue ainda em linha reta até o pico do morro do Papagaio.

Distrito de Serra da Raiz com Curimataú, começando no marco n.º 20, situado na fazenda Santo Antônio, segue em linha reta até o marco n.º 41, situado na fazenda Mufumbo e daí, em linha reta, vai ter ao ponto em que a estrada de ferro da “The Great Western of Brazil Railway Co. Ltd.” cruza os limites de Caíçara com Guarabira, no lugar Sertãozinho. Meio social — O meio social é ainda acanhado, especialmente entre os campesinos, mas a educação de muitos de seus moradores, a instrução que a sua mocidade vai adquirindo nos centros adiantados, o pessoal do magistério vão levantando o nível mental dos habitantes da futura região. Patrimônio municipal — Em 1941 o patrimônio municipal era estimado em Cr$ 212 034,00. Povoações — Além das vilas, conta certo número de povoações e povoados, sendo mais promissores: Boqueirao, Braga, Flores, Jenipapo, Lagoa de Dentro, Logradouro, Macarranduba, Pitomba, Rua Nova, Rio Prêto e Serrinha. A povoação Sertãozinho, pertence parte a Caíçara, parte a Guarabira. Religião — A população do município, na sua quase totalidade, é católica apostólica romana. A sede da freguesia é na vila de Serra da Raiz, sob a invocação de N. S.ª do Bom Fim. Na sede do município está a matriz de N. S.ª do Rosário. A freguesia do Senhor do Bom Fim foi criada por Decreto n.º 361, de 30 de março de 1870. Rendas públicas — Para o exercício de 1942, orçou o município sua receita em Cr$ 127 000,00; arrecadou Cr$ 159 886,80; fixou a despesa de Cr$ 160.000,00 e efetuou a Cr$ 161 282,40. No referido exercício, a Coletoria Federal teve a receita de Cr$ 95 940,40. Em 1941, a Coletoria Estadual teve a renda de: 254:987$650 e a despesa de 178:297$100. Repartição públicas — Funcionam na sede do município: Coletorias Federal e Estadual, Prefeitura, Fórum, Grupo Escolar, Mercado Público, Agência Postal. Riquezas naturais — O engenheiro Francisco Retumba, num Relatório que apresentou ao Presidente da Paraíba em 1837, diz ter encontrado no município, no lugar Gameleira, uma jazida de ferro, cujo rendimento calculou em 70%. Sede — A sede é a cidade que tem o nome do município. Divide-se em alta e baixa, sendo esta a mais antiga e à margem direita do Curimataú. Está a 150 metros acima do nível do mar, distâncias da capital do Estado, a N. O., 144 quilômetros e 3 quilômetros da estação ferroviária de Logradouro. É iluminada a luz elétrica, tem serviço municipal de remoção de lixo, conta sociedades artísticas, esportivas e religiosas. A parte urbana está constituída por 5 ruas, 7 travessas e 1 praça. Segundo o Recenseamento de 1940, encontram-se na zona urbana, 262 prédios; na suburbana, 25; na rural, 1.359 e a população: urbana, 919 habitantes; suburbana: 118; rural, 6.734. Não obstante a situação, tem aspecto agradável. Vias de comunicação — Conta o município várias estradas carroçáveis entre a sede, os distritos e os municípios vizinhos de Araruna, Bananeiras, Guarabira, Nova Cruz, este no Rio Grande do Norte. A estrada de ferro
serve à sede, a Logradouro, à Serra da Raiz, a Duas Estradas e Sertãozinho.

Caiçózinho — Lugarejo do município de Jatobá.

Caiporãs (Voc. ind.: gênero das florestas, protetor da caça) — (V. Itacambá).

Caiurare (Voc. ind., acaiu-aré: caju temporão) — Rio do município de Ingá (V. Suruí).

Cajá (Voc. ind.: fruta de caroço) — Fovoação do município de Ingá; conta com uma escola pública que, para uma frequência de 33 alunos, em 1942, matriculou 42.

— Fovoado do município do Pilar. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 65 alunos, tendo 52 de frequência média.

Cajéas — Município a O. da Paraíba, nos limites com o Estado do Ceará. Ocupa a área territorial de 1 020 quilômetros quadrados, contando, segundo o Recenseamento de 1940, uma população de 6 693 habitantes, distribuídos: zonas urbanas, 8 255; suburbanas, 2 959; rurais, 17 779, ocupando 1 515 prédios urbanos, 819 suburbanos; 3 734 rurais. Águas — Além de vários açudes particulares, conta o município duas grandes represas: a de Cajéas, ao pé da cidade, e a de Piranhas, ambas construídas pela Inspetoria Federal das Obras Contra as Secas, tendo a primeira 2 000 000 metros cúbicos de capacidade e a segunda... 2 000 000. Administração — Política, é o município dirigido por um prefeito, nomeado pelo Interventor Federal, auxiliado por vários funcionários permanentes. Comarca de segunda entrança, os interesses da Justiça são confiados a um juiz do direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar. A segurança pública está na competência de um delegado de Polícia na sede, e subdelegados, nas vilas; o primeiro, de nomeação do Interventor Federal, os demais escolhidos pelo Secretário da Justiça. Vários suplentes para os cargos referidos, são nomeados pelo Chefe de Policia. Agricultura — Cajéas é município agrícola, contando, porém, certo número de fazendas pastoris. Possui terras férteis onde se cultivam milho, arroz, cana-de-açúcar, feijão e algodão. A rotina vai cedendo campo a cultura racional. Aspecto físico — O território é pouco acidentado não obstante a ondulação dos seus campos. As serras principais, tôdas pertencentes à Borborema, são: Amaro, Azevém, Balanço, Monte Belo, São Bento, Vermelha, do Vital, esta nos limites de Cajéas e Jatobá. Assistência social — Na sede do município se contam sociedades religiosas e artísticas que prestam assistência à pobreza. O Estado mantém um Pósto de Higiene e auxilia a manutenção de um hospital que está prestando inestimáveis serviços à população, não somente a de Cajéas como a dos municípios vizinhos. Comércio — Considerável é a cifra do movimento comercial de Cajéas e uma parte da cidade é exclusivamente ocupada por estabelecimentos de especulações mercantis. Suas transações de compra e venda se fazem com as praças de Campina Grande, Recife, Fortaleza e, em menor escala, João Pessoa. Clima — Situada no alto sertão, também sujeita ao flagelo periódico da seca, tem Cajéas clima seco e quente, de ordinário salubre. O Pósto de Higiene registrou em 1942: Profilaxia: Pessoas atendidas pela primeira vez: helmintoses, 412; paludismo, 5; bôbua, 3; sífilis, 520; gonorreia, 216; cancro mole, 56; lepra 1; tuberculose, 2; diarteria, 2; febres tifóides e paratifoïde, 2; disenterias, 18. Outras doenças, 986. Vacinação: antivarólica, 85; antitífica, 580; antidiarreica, 1 580. Demografia — Em 1942 registraram-se em Cajéas 90 casamentos, 601 nascimentos e 608 óbitos, sendo 25 natimortos e 296 óbitos de 0 a 1 ano de idade. Distritos — Conta o da sede, o de Cachoeira dos índios e Engenhão Ávidos. Etnografia — Os primiti-
vos habitantes da região foram indíos da família curiri, especialmente os icós, donados por bandeirantes paulistas, baianos e paraibanos, incorporando-se os remanescentes aos colonizadores. Tais elementos constituíram as bases da atual população, sendo mediocre a contribuição de africanos. Feiras — Na sede e nas vilas se realizam, semanalmente, feiras bem animadas, sendo mais importante, pelo vulto dos negócios, a da cidade. Fazendas agrícolas e pastoris — Além de várias fazendas para criação, existem no município 32 engenhos para o fabrico de rapaduras, servidos por 155 pequenos açudes. Os seus rebanhos, computados em 1941, somavam: 28 000 bovinos, 5 200 equinos, 3 200 suínos, 2 500 caprinos, 10 000 ovinos, 2 500 aves, 6 500 suínos e 26 000 aves. Fauna e flora — Cajazeiras ainda muito terreno coberto de capoeirões e restos de matas onde crescem boas espécies para madeiras de construção e de marcenaria, como pau-d’arco, areiro, culumê, pereiro, cambuíba. Sua fauna é composta de pequenos animais como tatus, preás, mocós, raposas, gatos bravos, maracaças; conta pássaros cantores, aves de rapina, pombos silvestres entre os quais avultam as aves-de-arriíbação. Há variedades de insetos, ofídios e quadrúpedes. Hidrografia — A principal corrente que atravessa o município é o Piranhas, hoje secionado pela barragem do mesmo nome, tendo por tributário o rio do Peixe e os rios afluente dêste: — Catolé, Esquirinho, Mata Fresca, Santo Antônio e Zé Días. As lagunas mais importantes são: Arroio, do Bé, Destêrro, Lajais, São-Francisco, as quais raramente conservam água por mais de um ano. História — Os primeiros exploradores da região foram José Rodrigues da Fonseca e o alferes Francisco Gomes de Brito; procedentes de Fernambuco, veio, depois, Luís Gomes de Albuquerque. Os dois primeiros obtiveram sesmarias em 14 de novembro de 1754; o último, em 7 de fevereiro de 1787. Em seguida, Vital Rolim, neto de um médico francês, deixou o vale do Jaguaribe e situou-se na serra que ainda hoje é conhecida pelo nome serra do Vital. Casou-se com uma filha de Luís Gomes de Albuquerque que, sob a denominação de Mão Aninhas, se eternizou na tradição do município, já pela grande descendência, já por sua bondade. Depois de casado, Vital Rolim deixou a serra, veio morar junto do sógro, fundando a fazenda Cajuzeiras. A esses moradores vieram juntar-se vários portugueses naturais da vila de Cartaxo, origem da grande família sertaneja deste nome. Do seu casamento, teve Vital Rolim os seguintes filhos: Manuel de Sousa Rolim, Joaquim de Sousa Rolim, Maria da Conceição de Jesus, Ana Maria de Sá, Antônia Teresa de Jesus, Maria Florencia das Virgens, Joana Francisco de Albuquerque, Maria Martiniana de Oliveira e Inácio Rolim. Este, tomando ordens sacras em Olinda, recebeu em doação, para seu patrimônio, uma parte do sitio Cajuzeiras, por escritura pública lavrada em 30 de dezembro de 1850. Antes, em outubro de 1842, foi o lugarejo considerado 2º Distrito de Paz da comarca de Sousa e o Padre Rolim, em outubro, fundava um estabelecimento de ensino, do qual disse Celso Mário: “A sua casa de ensino se fazia à proporção que chegavam os discípulos. Cada aluno esperava um turno, embora já encontrasse o seu livro”. Mas esse prédio obedeceu a um plano, de modo que os necessários acabemos não desviamos do conjunto, nem se afastavam dos preceitos higienicos. Embora remendado, ainda hoje servindo para estabelecimento educativo, conserva detalhes de sua primitiva argutetura. Foi esse colégio de ensino primário e secundário o propulsor do desenvolvimento de Cajuzeiras. Em torno do educandário espontou e cresceu a cidade que mantém o nome da antiga fazenda, apelido originado das cajazeiras que se alteram no local. O Padre Mestre e Comendador Inácio Rolim, versado em Matemáticas, Ciências Naturais, no Grego e no Latim, fé de sua
terra natal, durante muitos anos, o ponto preferido para a educação de jovens sertanejos. Assim, em pouco tempo tinha o local população considerável, formando-se a cidade, única na Paraíba, e talvez no Brasil, cujas bases sólidas se firmaram num estabelecimento particular de instrução. A Lei provincial de 23 de novembro de 1863, elevou a povoação a vila e criou o município; a de n.º 616, de 10 de julho de 1876, deu-lhe a categoria de cidade. A sede de comarca desde 5 de setembro de 1874; seu primeiro juiz de direito o Bacharel Manuel da Fonseca Xavier de Andrade. O Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, confirmou Cajazeiras como marca de segunda escala. *Homens notáveis* — Cajazeiras é o berço do sabio, Comendador, Padre Inácio de Sousa Rolim, do Dr. Couto Cartaxo, que representou a Paraíba na primeira Constituição republicana, o orador, político e agricultor, Bacharel Bonfábio Moura, de D. Moisés Coelho, primeiro bispo de Cajazeiras e segundo Arcebispo da Paraíba e vários outros. *Indústria* — Não obstante as sécas periódicas que o flagelam, é promissor o movimento industrial do município. Além de pequenos estabelecimentos manufatureiros, contava em 1941: 1 fábrica de vinagre, 5 instalações para beneficiar algodão, 2 usinas para extração de óleo de caroço de algodão, 1 para extração de óleo de *sítio* e 1 para beneficiar algodão. *Instrução* — É um dos municípios paraibanos bem aparelhados para educar e instruir, contando estabelecimentos de educação secundária para ambos os sexos, oficializados pelo Estado, ou equiparados pelo Governo da República. Em 1942 existiam no município 16 escolas para o ensino primário, inclusive um grupo escolar, com a matrícula de 1 004 alunos e 655 de frequência média. A ênfase cabia a 26 professores. O Bispo mantém um Seminário Episcopal e o Colégio Diocesano. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, estabeleceram-lhe os seguintes limites municipais: — Com o Ceará — (Município de Aurora), começando no pico do serrote do Cemitério, no lugar Marimbá, segue pela linha de cumeada que divide as águas dos rios Piranhas e Jaguaribe e que toma os nomes de serrote do Saco de Zé Leite, serras do Balanço, Tapi, da Arela e, finalmente, serrote do Orvalho, onde se estremam Antenor Navarro e Ceará. Com Antenor Navarro, começando no serrote de Orvalho, no ponto em que se divisa seu contraforte denominado do Saco, e pelo divisor hidrográfico até o Boqueirão Sentram, corta o riacho e, contornando a serra da Arra, prossegue pela vertente Norte até o sítio Felicão, continua em linha reta até o serrote Antônio Jerônimo, à margem esquerda do rio Escurinho, daí segue em linha reta até à margem esquerda do rio Piranhas, no sítio Balsamo. Com Sousa, começando no marco n.º 7 (de Antenor Navarro), situado à margem esquerda do rio Piranhas, no sítio Cajazeira Velha, segue em linha reta até o marco n.º 1, situado na linha de cumeada do contraforte da serra de Santa Catarina, prossegue por ela, até alcançar o terceiro pico da referida serra, onde se estremam os municípios de Jatobá e Sousa. Com Jatobá, começando no terceiro pico da serra de Santa Catarina, segue pela sua linha de cumeada, desce pela vertente e passa pela barragem do boqueirão de Piranhas, galga a vertente oposta da serra de São Bento e prossegue pela sua linha de cumeada que passa nos picos conhecidos por serrote do Miranda e serrote do Caboçol; deste pico, prossegue ainda pela linha de cumeada do contraforte conhecido por serra do Vital, até alcançar a linha de cumeada do seu contraforte secundário, formado pelos serrotes da Doida, São Bartolomeu e dos
Gatos, que divide as águas dos riachos Caatingueira e Garguelo, até alcançar o sertão do Cemitério, no lugar Marinhas, onde se estremam Jatobá e Aurora (Ceará).

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Engenheiro Ávidos, começando em a nascente do rio Santo Antônio, na serra do Vital, segue rio abaixo até o ponto sobre o mesmo rio, na rodovia central Cajazeiras-João Pessoa e daí pela referida rodovia até os limites com Antenor Navarro.

Distrito da Sede com Cachoeira dos índios, começando na rodovia central Cajazeiras-Fortaleza, nos limites com o Ceará, segue pela referida rodovia até a ponte sobre a mesma, no rio São José e daí, por esse rio, até sua confluência com o Marimbás, sobe pelo rio até sua nascente no sertão do Cemitério, no lugar Marinhas, nos limites com o Ceará. Meio social — O meio social de Cajazeiras apresenta uma sociedade educada e distinta, normalmente na cidade, sempre em contato com os centros elegantes de Fortaleza, Natal, Recife, João Pessoa. Uma grande parte da população rural é que se conserva ainda arraigada nos seus velhos hábitos, revelando-se, entretanto, ordeira e trabalhadora. Necessidades locais — O município está exigindo melhores estradas internas e mesmo exteriores, que lhe facilitem o trânsito, o movimento comercial com os municípios vizinhos. Ademais, a grande população infantil disseminada pelos campos, está pedindo alfabetização. Religião — Cajazeiras é sede de um Bispo criado pela bula "Majus Catholicae Religionis Incrementum", de 6 de fevereiro de 1914, sendo seu primeiro Antistite D. Moisés Cuello, depois elevado às funções de Arcebispo Metropolitano do Paraíba. Ocupou, em seguida, a Prefeitura de Cajazeiras, D. João da Mata Amaral, também promovido a Arcebispo do Amazonas, o qual, por seu esforço eficiente, por sua atividade, suas iniciativas incomuns, prestou tais serviços a Cajazeiras, e às demais freguesias de sua jurisdição, que inscreveu seu nome entre os dos grandes benfeitores do Estado. Conta a Diocese as seguintes freguesias: Antenor Navarro, Bonito de Santa Fé, Brejo do Cruz, Cajazeiras, Catoé do Rocha, Conceição, Garrote, Jatobá, Miserícordia, Patos, Piancó, Pom-bal, Princesa Isabel, Sabuji, Sousa, Uruá. Estas freguesias, em 1942, realizaram 1.257 casamentos e 18.349 batizados. O município constitui uma só paróquia de N. S. da Piedade, cuja igreja-matriz serve de Catedral, enquanto se conclui o templo respectivo. Capelas filiais: as do Coração de Jesus e a da extinta Casa de Caridade, remodelada para o atual Colégio Diocesano, ambas na sede, onde se desenvolvem várias associações religiosas. Rendas públicas — Para o exercício de 1942 orçou o município a receita em Cr$ 330.000,00; arrecadou Cr$ 345.020,10; ficou a despesa de Cr$ 400.000,00 e efetuou a de Cr$ 343.945,50. A Colônia Federal, também em 1942, teve a receita de Cr$ 295.349,50. A Colônia Estadual, em 1941, arrecadou 790.128,930 e despendeu 435.526,500. Repartições públicas — Na sede existem: Prefeitura Munici pal, o Fórum, Agência Postal-Telegráfica, Coletorias Estadual e Federal, Grupo Escolar, Aulas Públicas, Mercado Público, Matadouro, Agência do Banco do Brasil, Estação Ferroviária da Viação Cearense, inaugurada em 14 de novembro de 1922. Riquezas naturais — Se bem que não estejam estudadas, existem no município vários minérios, entre os quais calcários, cristal de rocha, mica, amianto, cobre e ferro. Sede — A sede é a cidade que liguou seu nome ao município. Está numa espécie de bacia, crescente, porém, para o planalto, numa altitude de 263 metros acima do nível do mar, a 488 quilômetros a O. do Capital do Estado e em lat. S. 6º-53'-13,23; long. E. do Rio de Janeiro,
4º-39'-41.25', de frente da antiga matriz, segundo a Comissão chefizada por Pimenta da Cunha, em 1922. Em população é a quarta cidade do Estado. Conta 41 ruas, 10 ladeiras, 5 travessas, 10 praças (2 a jardinares). É iluminada a luz elétrica, e possui serviço de remoção de lixo. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 1 509 prédios urbanos, 1 753 suburbanos, 2 381 rurais e a população: urbana 5 533 habitantes; urbana, 2 711; rural, 1 1037. Na cidade se localizam: o colégio salesiano Padre Rolim, equiparado ao Pedro II; colégio N. S.ª de Lourdes e Escola Normal oficializadas; um grupo escolar, 8 aulas públicas primárias, o Hospital Regional; 1 biblioteca pública, 1 diocesana e 1 comercial; Agência do Banco do Brasil, várias sociedades artísticas, entre as quais o Grêmio artístico Pedro América, o Círculo Católico, uma Escola Remington, Associação Comercial e um cinema comportando 640 espectadores. Vários monumentos ornam praças públicas, entre eles: o, do Padre Rolim e o do Cristo Redentor, comemorativo do Congresso Eucarístico ali realizado em 1937. Das ruas da cidade, 14 são calçadas a paralelepípedos reajuntadas a cimento. Movimentando o comércio; encontram-se na cidade de Cajazeiras: 7 pensões, 15 casas de postos, 1 hospedaria, 4 padarias, 8 bares, 140 casas comerciais, 3 curtemes, 4 oficinas mecânicas, 2 agências de automóvel, 1 fábrica de mosaicos e ladrilhos, 5 olarias, 1 serraria, 3 saboarias, 1 fundição, 2 fotografias, 8 alfaiatarias, 16 barbearias. Na cidade residem: 6 advogados, 6 médicos, 6 farmacêuticos, 3 agrônomos, 2 dentistas e 7 padres. Vias de comunicação — Cajazeiras conta um ramal de estrada de ferro pondo-a em comunicação com Fortaleza e com as sedes dos municípios paraibanos de Antenor Navarro, Sousa, Pombal e Patos. A rodovia central, construída pela Inspeção Federal das Obras Contra as Sécas, numa extensão de 490 quilômetros, estabelece excelente comunicação entre a cidade e a Capital do Estado, passando pelas sedes dos municípios de Sousa, Pombal, Patos, Ibiapinópolis, Campina Grande, Ingá, Tabajara, Pillar, Maguari, Santa Rita e João Pessoa. Desta a Cajazeiras pode o percurso ser vencido, por automóvel, num espaço de 10 horas. A mencionada rodovia-tronco liga também o município a Fortaleza, atravessando as seguintes localidades: Aingoinha, Ouro Branco, Icó, Jaguaribe, Russas, etc. Para transporte de passageiros e mercadorias, conta o município 37 auto-caminhões, 4 autocônsibus, 10 motociclos, 18 automóveis e 3 carros de bois.

— Lugarejo do município de Pombal. Tem escola pública primária que, em 1942, matriculou 21 alunos, tendo 15 de frequência média.

— Lugarejo do município de Catolé do Rocha. Sua aula pública primária, em 1942, matriculou 41 alunos, tendo a frequência média de 23.

— Ayuã construído pela Inspeição Federal de Obras contra as Sécas, para abastecer a cidade que lhe deu o nome. Tem 2 600 000 metros cúbicos de capacidade.

Cajueiro — Lugarejo do município de Mamanguape. Conta aula pública primária que, em 1942, matriculou 25 alunos, tendo 15 de frequência média.

Calabouço — Rio de pequeno curso, tributário do Curimataú; serve de limite entre o município de Araruama e o Estado do Rio Grande do Norte.

Caldeirão — Fonte hidromineral do município de Santa Rita, distando 15 quilômetros da sede.


Camalai (Voc. ind., corr. de camará-i u): rio ou água dos camarás — Povoação do município de Monteiro, criada distrito
de paz em 17 de março de 1906, tendo cartório de Registro Civil instalado em 27 de março de 1908. Está à margem direita do rio do Meio. Possui uma capela dedicada a São José e uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 31 alunos, tendo 22 de frequência média. É servida por uma agência postal.

Câmara — Lugarejo do município de Patos tendo uma aula primária mista que, em 1942, matriculou 29 alunos, conseguindo a média de 19.

Camaratuba (Voc. ind., vem de camará-tuba: abundância de camarás) — Rio de 85 quilômetros de curso. Nascem em Piruá, distrito de serra da Raiz. Sua foz no Atlântico, ao S. da ponta de Camaratuba e a 7 milhas de Guaju, sômente na premar permite a entrada de pequenos barcos, e com dificuldades, devido à retenção das vagas nos recifes e corais. É perene e navegável da barra até Pitombas, próximo de Jacarãú; daí para O. sômente no período das chuvas se revela torencial. Tem curso muito sinuoso, e o seu vale no município de Mamanguape é fertilíssimo, prestando-se a cultura de cereais, mandioca, algodão e, especialmente, caña-de-açúcar. No município de Mamanguape, recebe por sua margem esquerda os rios dos Açude, Água Clara, Água Fria, Barro Branco, Bitu, Brejinho, Cernambi, Cumaru, Cumbe, Gameleia, Gêmea, Geral, Gonzaga, Ilha, Imberibeira, Itaep, Jandaia, Jurema, Jardim, Maninbu, Maripitanga, Mataraquinhna, Pepina, Piabugu, Pitanga da Estrada, Pitanguinha, Rachiinho e São Bento.

— Povoado. (V. Barra de Camaratuba.)


Cambambe — Povoado do município de Mamanguape, no distrito de Jacarãú. É centro agrícola de alguma importância.

Camboa — Nome primitivo da atual ilha da Restinga. (V. Restinga.) Camboa significa armadiilha de varas, pequeno curral, para colher peixes no mar ou nas embocaduras dos rios. Designa também pequenos cursos d'água que experimentam a influência das marés.

Camboininha — Localidade à margem do Atlântico, pertencente ao distrito de
CABEDELO, a 8º-58’-32’’ lat. S. e 34º-53’-21’’ long. W. Gr.

CAMBUCÁ (Voc. ind., corr. de camucá) — Povoação do município de Alagoa Nova. Conta aula pública primária que, em 1942, matriculou 67 alunos, tendo 40 de frequência média.

CAMORIM (Voc. ind.: nome de quatro espécies de peixes marinhas) — Povoado do município de Tabalana. Com a média de frequência de 25, sua aula pública primária matriculou 38 alunos em 1942.

CAMPINA — Povoado do distrito de Jacaraú, município de Mamanguape. Povoado de pescadores e agricultores à margem do Atlântico, pertencente ao município de Mamanguape. Possui uma capela e está a 6º-0’-0’’ de lat. S. e 34º-57’-01’’ long. W. Gr.

CAMPINA GRANDE — Município central do Estado, a O. da Capital. Ocupa uma área territorial de 2 763 quilômetros quadrados, contendo, segundo o Recenseamento de 1940, uma população de 126 280 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 16 202 habitantes; suburbanas, 22 582; rurais, 87 496, acomodados em 4 357 prédios urbanos, 5 903 suburbanos e 18 057 rurais. É o mais populoso do Estado e o quarto em área territorial. \( \text{Aguedes} \) — Conta o município avultado número de açudes de pequena capacidade. A sede está entre dois açudes de velha construção, de águas muito carregadas de sais. A quatro quilômetros da cidade está o Bodocongô, repraça de 1 000 000 de metros cúbicos de capacidade. \( \text{Administração} \) — Politicamente, é dirigido por um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por algumas dezenas de funcionários permanentes. Sendo comarca de terceira entrada, com primeira vara e segunda, a distribuição da justiça cabe a dois juízes togados, vários suplentes e mais pessoal auxiliar. A segurança pública compete a delegados e subdelegados de Polícia, os primeiros, na sede, e de nomeação do Interventor Federal; os segundos, nas vilas, nomeados pelo Secretário da Justiça. Os suplentes para os cargos referidos, são da escolha do Chefe de Polícia da Paraíba. \( \text{Agricultura} \) — O município é mais agrícola de que pastoril. Nas proximidades da zona do Brejo se cultivam milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar; o mesmo acontece em alguns distritos serranos; no agreste, cultiva-se a batatinha e, em todo o município, o algodão. \( \text{Aspecto físico} \) — O município de Campina Grande está situada no planalto da Borboréma, no Cariri Velho. Seu território, em grande parte, é plano ou levemente ondulado. A L., ao N., ao S. erguem-se ramificações da Borboréma, como as serras Bodopitá, Catuama, Caturité, Fagundes, Velha. \( \text{Assistência social} \) — Conta Asilo de Mendicidade, Dispensário São Vicente de Paulo, Sociedade Deus e Caridade, o Hospital Pedro I, Casas de Saúde, Policlinica Infantil, Postos de Higiene, etc. \( \text{Comércio} \) — É Campina Grande a maior praça comercial do Estado e a mais importante do Nordeste brasileiro. Para ela convergem artigos de exportação — algodão, couros, peles — de municípios paraibanos, purnambucanos, cearense, rio-grandenses do norte, Piauienses e mesmo goianos, artigos conduzidos por autocaminhões. Mantém Campina Grande suas relações comerciais, especialmente com as praças de Recife, do Rio de Janeiro, de São Paulo e, em tempo de Paz, com os Estados Unidos e a Europa. Volumosa é a cifra de sua importação. \( \text{Curiosidades} \) — Em vários lugares do município se encontram fósseis de animais antediluvianos e inscrições rupestres. \( \text{Clima} \) — Campina é quente. No período das chuvas, os distritos vizinhos ao Brejo são úmidos. Nos demais, o ar é puro e seco, de renovação constante e abundante. Mesmo durante as grandes estiagens, as noites em Campina Grande são agradáveis. Em todo o
município a temperatura máxima pode atingir 30ºC à sombra, durante o es-
tio; no período das chuvas desce até 14ºC. **Distritos** — Além do da sede, conta os seguintes: Caturité, Fagundes, Galante, Ipaurana, Jófili, Maçaranduba, Puxinanã e Tataguacu. **Demografia** — Durante o ano de 1942, registra-
ram-se em Campina Grande 643 ase-
mentos, 2.879 nascimentos, 2.676 óbitos, sendo. natimortos, 139: óbitos de 0 a 1 ano de idade, 1.668. O Pósto de Higiene 
registrou, em 1942: Próflaxia: pessoas 
astendidas pela primeira vez: helminto-
ses, 2.185; paludismo, 420; buba, 224; sífilis, 3.779; gonorreia, 88; cancro 
mole, 82; tuberculose, 17; disenterias, 11; outras doenças, 1.038. Vacinações: 
antivariviólica, 1.054; antítifica, 1.013; an-
tidisentérica, 1.813. **Etnofagia** — Foram 
os Cariris, subdivididos em vários tribos, os primitivos habitantes da região. Ban-
deirantes baianos, a princípio, e depois 
pernambucanos e paraibanos, se fixa-
ram na região com os seus rebanhos. Os 
naturais que resistiram à invasão foram 
dominados, incorporando-se os rema-
nescentes aos colonizadores, formando 
estes dois elementos à base da atual po-
pulação campinense. O africano deu 
contribuição mediocre. **Feiras** — Na sede, 
além do movimento comercial cotidiano, 
realizam-se duas feiras semanais de gê-
neros alimentícios, as maiores do Esta-
dio. Às quintas-feiras se verifica anima-
da feira de gado. Nas vilas e povoações 
principais, também, semanalmente, há 
feiras muito abundantes. **Fazendas agrí-
colas e pastórias** — No município existem 
um 12 engenhos, a maioria a vapor, 
destinados ao fabrico de rapaduras; 
umas 30 fazendas de criação e centenas de 
propriedades agrícolas. **Fauna e flora** — A fauna fóssil é notável. Nos tanques ou 
cavernas, sob camadas de terra ve-
getal, se encontram ossadas de ani-
mais gigantescos mas êsse valioso ma-
terial está sendo completamente espra-
gado pelos habitantes locais. No reino 
animal, enumeram-se roedores, pombos 
silvestres, aves de rapina e trepadoras, 
insetos, hiratóquios e reptis. Nas pro-
ximidades do Brejo e nas serras, se en-
contram ainda restos de matas e a W. 
predominam cardos, cactos e bromélias. 
**Hidrograflia** — No distrito de Jófili, a 
N. O. da cidade, nascem os rios Araçají, 
Bodocongo, Curimataú, Mamanguape e 
Santo Rosa. Das lagoas, e tôdas secam 
pelo verão, se distinguem a da Telha e 
a Salgada, esta origem dos rios men-
cionados ou de rioscinhos seus afluentes. 
**História** — Em 1670, situando-se Antô-
nio de Oliveira em Carnoió, antigo Bo-
queirão, começou o devassamento da re-
ção, por ela atravessando a primitiva 
estra do serrão. No ano de 1697, Teo-
dósio de Oliveira Ledo, de volta de sua 
entrada às Piranhas, trunxe a tribu dos 
ariás ou urias e aldeou-a no lugar já 
então conhecido pelo nome de Campina 
Grande. Para catequizar os selvagens, o 
governador da Capitania da Paraíba, 
Manuel Soares de Albergaria, enviou ao 
local um missionário franciscano, que ali 
chegou no ano seguinte. Em torno da 
aideia, levantada à margem do cami-
nho do serrão, se acomodaram indivi-
duos civilizados. Em 1769 o núcleo era 
freguesia e a 20 de abril de 1790, subiu 
de categoria, sob o título: Vila Nova da 
Rainha, aventajando-se à sua vizinha, 
São João do Cariri, de existência mais 
antiga. A Lei provincial n.º 127, de 11 
de outubro de 1864, elevou-a a cidade 
e a de n.º 138, de 3 de agosto de 1865, 
criou-a comarca de primeira entrada, 
sendo atualmente de terceira. Campina 
Grande teve parte saiente nas revolu-
ções de 1817, 1824, 1848. Em 1874 reben-
tou ao município a insurreição dos Que-
bra-Quilos. Hordas de indivíduos assalt-
taram localidades do interior da então 
Provincia, destruindo pesos e medidas 
do Sistema Métrico Decimal, queimando 
cartórios, cometendo outras depreda-
ções. **Homens notáveis** — Campina 
Grande tem sido berço de homens que 
se distinguiram nas letras, nas artes, na 
ciência, na política. Dentre eles des-
tacou-se Irineu Cecílio Pereira Jôfili, luminar em Direito, jornalista, político, escritor. Deixou em livros, em artigos esparsos, inestimáveis trabalhos sobre a História e a Geografia da Paraíba. Campina Grande celebrou, em dezembro de 1943, o centenário do nascimento de seu grande filho. Também foi notável o jurista, professor e orador Alfonso Campos, falecido prematuramente. Indústrias — É um dos mais industriais municípios paraibanos. Conta usinas e 25 instalações para beneficiamento do algodão; duas fábricas de fitaço, Indústria Textil com 1 700 fusos e 70 teares, produzindo, no máximo, 900 000 sacos, tendo 3 funcionários de administração e 230 operários; Fiação e Tecidos de Campina Grande, com 1 944 fusos, 90 teares, a produção máxima de 1 500 000 sacos, registrando 9 funcionários da Administração e 120 operários. Crescido é o número de pequenas fábricas para o preparo de peles, couros e artefatos correlatos; fábricas de facas, ferramentas agrícolas, de lojaço etc. Os seus rebanhos, em 1942, não obstante a seca reinante, somavam 12 000 borívens, 3 000 eqüinos, 3 500 muares, 3 600 ovinos, e 7 000 caprinos. Instrução — Na sede há vários estabelecimentos de educação secundária, equiparados e oficializados, além de alguns cursos particulares. A instrução primária é ministrada em 82 escolas, inclusive vários grupos escolares, a cargo de 176 professores, 164 do sexo feminino e somente 66 normalistas. As matrículas em 1942, nas referidas escolas, somaram 6 109 alunos, resultando 4 208 de frequência média. Limites — Os limites municipais foram determinados pelos Decretos-Leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, como se verá em seguida: — Com Ibiapinarpolis, começando no marco n.º 1 (de Cabaceiras), situado à margem do rio Florianó ou Santa Rosa, fazenda Mauálinha, onde se estremam os municípios de Cabaceiras e Ibiapinarpolis, sobe por ele até a sua nascente e, daí, prossegue por uma linha reta até alcançar o marco n.º 7 (de Cuítea), situado no margem do rio Souto, na fazenda Pe dra Branca, onde se estremam os municípios de Ibiapinarpolis e Cuítea. Con Cuítea, começando no marco n.º 7, (de Cuítea), situado na nascente do rio Souto, na fazenda Pedro Branca, segue por uma linha reta até o Pico Alto do Chapéu, na fazenda Desetéu, onde se estremam os municípios de Areia e Cuítea. Com Areia, começando no Pico Alto do Chapéu, na fazenda Desetéu, segue por uma linha até alcançar o marco n.º 1, situado na linha de cumeada da serra da Tinineira, prossegue por ela até a nascente do rio do Negro; desce pelo referido rio até a sua foz no rio Cabeço: sobe por este rio até o marco n.º 3 (de Esperança), situado na fazenda Cardoêr. Com Esperança, começando no marco n.º 3 (de Esperança), situado na fazenda Cardoêr, segue por um caminho aí existente até encontrar a estrada carroçável que vem de Bananeiras; segue por esta estrada até a lagoa Salgada e daí, pelo caminho que conduz a Mari Prêto, em frente a uma casa veja situada à margem da estrada; daí, seguindo pela estrada que vai à lagoa do Açude, continuando até à lagoa da Marcela. Com Alagoa Nova, começando no marco n.º 3, (de Alagoa Nova), situado à margem do caminho carroçável de Aldeia Velha a Ariás na lagoa da Marcela, prossegue por esse caminho até o marco n.º 1 (de Alagoa Nova), situado à margem do caminho carroçável dos Pereiros a Furnas, na lagoa de Roça; deste marco, prossegue pelo caminho carroçável do Figueirêdo a Aldeia Velha até cortar o rio Mamanguape; desce por esse rio até a foz do rio Caiino ou C ABOUT; daí, sobe pelo referido rio até a sua nascente na linha de cumeada da serra da Calana; prossegue por ela até alcançar o marco n.º 24 (de Alagoa Grande), onde se estremam os municípios de Alagoa
Nova e Alagoa Grande. *Com Alagoa Grande*, começando no marco n.º 24 (de Alagoa Grande), situado na linha de cumeada da serra da Caiana, prossegue por ela e, em seguida, por uma reta, desce pela vertente, corta o rio Caiana e sobe pela vertente da serra da Jumbra até alcançar o marco n.º 23 (de Alagoa Grande), situado na sua linha de cumeada; prossegue por ela e, em seguida, desce em linha reta, corta o rio Marés no lugar Ciganó e galga a cumeada da serra do Juçá; prossegue por ela até o marco n.º 22 (de Alagoa Grande), onde se estremam os municípios de Alagoa Grande e Ingá. *Com Ingá*, começando no marco n.º 22 (de Alagoa Grande), no divisor de águas da serra do Juçá, onde se estremam os municípios de Ingá e Alagoa Grande, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 5 (de Ingá), colocado na lagoa do Cumbo; deste marco, prossegue em linha reta até o marco n.º 4 (de Ingá), situado na chã do Caçoa Queimado; ainda prossegue deste marco, em linha reta até o marco n.º 3 (de Ingá), situado na cumeada da serra do Tigre, pela qual prossegue até a nascente do rio do Tigre, desce por ela até a sua foz, no rio Cafula; corta esse rio em linha reta e segue até o marco n.º 2 (do Ingá), situado à margem do rio Convento, no lugar do mesmo nome; deste marco prossegue então em linha reta até o pico da Pedra da Tórre; mais uma vez, prossegue em linha reta até o pico da Pedra do Urubú; deste pico, segue então em linha reta até alcançar a linha de cumeada da serra da Catuaíma, prossegue por ela até o marco n.º 1 (do Ingá), situado no Oiu o’l’Agua das Freixeiras; finalmente, segue em linha reta até o marco n.º 1 (de Umbuzeiro), colocado à margem do rio Paraibinhá, na fazenda Curral Velho, onde se estremam os municípios de Umbuzeiro e Ingá. *Com Umbuzeiro*, começando no marco n.º 1 (de Umbuzeiro), situado à margem do rio Paraibinhá, na fazenda Curral Velho, sobe pelo referido rio até a foz do riochão Pereiro e por este, até a foz do riochão Guaribas, onde se estremam Cabaceiras e Umbuzeiro. *Com Cabaceiras*, começando na foz do riochão Guaribas, no riochão Pereiro, na fazenda Pereiro, sobe por esse riochão até cortar o caminho de tropeiro de Cedro a Gogo; desse ponto, continua pelo referido caminho até alcançar o marco n.º 6 (de Cabaceiras), situado na propriedade Pitombeira; deste marco, segue em linha reta até alcançar a linha de cumeada do pico do Caturité; prossegue por ela e, em seguida, por uma linha reta até o marco n.º 5 (de Cabaceiras), situado à margem do caminho de tropeiro do açude Catolé, no lugar Ramada; prossegue por esse caminho até cortar o rio São Pedro; sobe por esse rio até o marco n.º 4 (de Cabaceiras), situado à margem do caminho, carroçável de Ledo, na fazenda Juá; prossegue por este caminho até o marco n.º 3 (de Cabaceiras), situado na lagoa dos Mulungus; deste marco, prossegue em linha reta até o marco n.º 1 (de Cabaceiras), situado à margem do rio Floriano ou Santa Rosa, na fazenda Malhadinha.

**DIVISAS INTERDISTRITAIS**

**Distrito da Sede com Caturité**, começando na foz do rio Logradouro, no riochão Bodocongô, sobe por aquele riochão até a sua nascente e, daí, por uma linha reta, até o marco n.º 2, situado à margem da rodovia-tronco, na fazenda Tanques.

**Distrito da Sede com Puxinanã**, começando no marco n.º 2, situado à margem da rodovia-tronco, na fazenda Tanques, prossegue pela referida rodovia até o marco n.º 3; deste marco, segue em linha reta até encontrar o marco n.º 4, situado na fazenda Cuité.

**Distrito da Sede com Ipaquirana**, começando no marco n.º 4, situado na fazenda Cuité, segue por uma linha
reta até alcançar a nascente do Ria-
chão ou rio Marinho, e desce por éle até
cortar a estrada carroçável de Campina
Grande à Esperança.

_Distrito da Sede com Maçarandiba_,
comecando no ponto onde a estrada
carroçável de Campina Grande corta o
rio Marinho ou Riachão, desce pelo refe-
rido rio até o marco n.º 5, e daí por uma
linha reta, até alcançar o marco n.º 6,
situado à margem da estrada de rodag-
em Campina Grande — Ingá.

_Distrito da Sede com Galante_, co-
omeando no marco n.º 6, situado à
margem da estrada de rodagem Cam-
pina Grande — Ingá, segue por uma
linha reta até alcançar a ferrovia da
“The Great Western of Brazil Railway
Co. Ltd.”, no quilômetro 6.

_Distrito da Sede com Queimadas_, co-
omeando no marco n.º 6, situado à
margem da ferrovia da “Great Western”,
segue por uma linha reta até alcançar
o rio Bodocongo; desce por éle até a
fazenda Tanques, à margem da rodovia-tronco.

_Distrito de Fagundes com Queimadas_,
comecando na foz do rio Guaribas,
no rio Bodocongo, segue em linha reta
até alcançar o rio Muquém; sobe por
esse rio até a sua nascente e daí, por
uma linha reta, até o marco n.º 7, situ-
ado na linha de cumeada da serra de
Queimadas.

_Distrito de Fagundes com Galante_,
comecando no marco n.º 7, situado na
linha de cumeada da serra de Queima-
das, prossegue por ela e pela das serras
da Melancia, Quati e da Catuama até
os limites com Ingá.

_Distrito de Galante com Maçarandiba_,
comecando no marco n.º 6, situado à
margem da estrada de rodagem Cam-
pina Grande — Ingá, prossegue por ela
até os limites com Ingá.

_Distrito de Caturité com Jófili_, co-
omeando no marco n.º 2, situado à
margem da rodovia-tronco, na fazenda
Tanques, prossegue por ela até o rio
Florianópolis, nos limites com Ibiapinópolis.

_Distrito de Caturité com Queimadas_,
comecando na foz do rio Lagradouro,
o rio Bodocongo, desce por esse rio até cortar os limites com Cabaceiras.

_Distrito de Jófili com Puxinana_, co-
omeando no marco n.º 1 (de Esperança),
situado na Lagoa Rasa, segue pelo caminho carroçável de Lagoa Rasa
a Santo Antônio, até o marco n.º 0,
situado na fazenda Santo Antônio; deste
marco, prossegue por uma linha reta
até o marco n.º 2, situado na fazenda
Tanques, à margem da rodovia-tronco.

_Distrito de Jófili com Ipauarana_, co-
omeando na interseção do caminho
de troça Várzea Alegre com a estrada
carroçável dos Pereiros a Furnas,
sigue pelo caminho até alcançar o marco n.º 4,
situado na fazenda Cuité.

_Distrito de Ipauarana com Maçarande-
diba_, comecando no ponto onde a estrada
veinha das Cabaças corta o rio Marinho
ou Rinchão, prossegue por ela até a sua
interseção com o caminho de troça de
Alagoa Grande e por êste até o marco
n.º 24 (de Alagoa Grande), situado na
serra da Catuama. _Meio social — Campina
Grande é o maior Centro de cultura no
interior do Estado. Conta uma sociedade
instruída, elegante que mantém associa-
tações esportivas, artísticas, beneficentes,
literárias, religiosas, possuindo bibliote-
cas públicas, imprensa periódica, socie-
dade aeronáutica com um excelente cam-
po de aviação. Necessidades locais — O
município vai provendo suas necessidades
locais, sendo que o Estado, no governo
de Argeniro Figueiredo, dotou a cidade
com os serviços de esgoto e abasteci-
mento de água. Povoações — As prin-
cipais do município, são: Araçaj, Aréia,
Cachoeira Grande, Cambojova, Cachoei-
ra de São Miguel, Cuités, Lapa,
Jenipapo, Jacu, Logradouro, Marinho,
Malhadinha, Pedra-d'água, Surrão do
Amorim, São José da Mata e Teotônio.

Religião — Constitui o município uma só freguesia, de N. S.ª da Conceição, cuja igreja-mãe é um dos mais belos templos do Estado. Na sede notam-se ainda as capelas de São José e N. S.ª do Rosário. Capelas filiais: São João Batista, em Fagundes, N. S.ª da Guia, em Tataguarú; Bom Jesus dos Martírios, em Boa Vista; N. S.ª da Conceição, em Jófili e a de São José, em Mulungu de Cabaças. O Protestantismo conta apreciável número de adeptos, possuindo uns três templos, no município. Rendas públicas — O município orçou sua receita para o exercício de 1942 em Cr$...... 2.018.000,00; arrecadou Cr$ 2.724.830,70; fixou a despesa de Cr$ 2.188.000,00 e efetuou a de Cr$ 2.546.629,60. No mesmo exercício a Coletoria Federal arrecadou a receita de Cr$ 1.201.212,30. No exercício de 1943, a Mesa de Rendas teve a receita de Cr$ 14.102.550,20 e a despesa de Cr$ 3.971.813,00, verificando-se um saldo de Cr$ 10.130.737,20. Riquezas naturais — Não se estudaram ainda convenientemente as riquezas naturais do município, constando, entretanto, existir, no distrito de Logradouro, uma jazida de ferro. Sede — A sede é a cidade que tem o mesmo nome do município. Está situada à margem do rio Pia- bas, na altitude de 508 metros, distando 120 quilômetros da Capital. Sua topografia é excelente, sobretudo por estar no cruzamento das principais estradas do Estado. Tem plano de urbanização traçado por Nestor de Figueiredo. O Recenseamento de 1940 registrou-lhe 34.344 habitantes, sendo 12.988, na zona urbana e 21.356 na suburbana. A zona rural conta 13.735 habitantes. Quanto ao número de prédios verificou: urbanos, 3.379; suburbanos, 5.214; rurais, 2.977. A cidade enume 57 ruas, 8 avenidas, 10 travessas, 7 praças e 11 arraiais. É iluminada a luz elétrica; a maioria de suas ruas centrais são pavimentadas a paralelepípedos rejointados a cimento e várias de suas praças são ajeitadas, contendo monumentos, entre os quais o de João Pessoa. Possui belos edifícios públicos e particulares, entre os quais se destacam a Prefeitura Municipal, O Mercado Público, O Grande Hotel, dois cinemas, Repartição dos Correios e Telégrafos, Hospital Pedro I, Campinense Clube, Instituto Pedagógico, o Fórum, etc. Na cidade se localiza uma guarnição Federal e o segundo batalhão policial do Estado. O clima da cidade é sempre muito agradável. A Comissão chefiada por A. Pimenta da Cunha, determinou, em 1922, as seguintes coordenadas: Lat. S. 7°-13'11,40"; long. E. do Rio de Janeiro 7°-20'31" entre a igreja e o Paço Municipal. Vias de comunicação — Conta o município boas rodovias e estradas carroçáveis, tôdas muito transitadas. No perímetro urbano e no suburbano, existe um serviço de auto-ônibus, funcionando também o de telefone automático. Campina é ponto terminal de via férrea, ligando-se a respectiva estação a Recife e João Pessoa por meio de telefone. Linhas de auto-ônibus partem da cidade, diariamente, não só demandando as principais do sertão, como as do litoral de Paraíba e Pernambuco. Para transportes de passageiros e mercadorias existiam no município, em 1943: 225 caminhões, 146 automóveis, 109 bicicletas, 21 auto-ônibus, 20 motociclos, 37 carroças de tração animal e 35 carros de bois. Patrimônio municipal — o patrimônio do município de Campina Grande é oficialmente calculado em... Cr$ 3.791.077,60.

Campo Alegre — Povoado do município de Umbuzeiro; sua aula pública primária, em 1942, teve 31 matriculados.

— Serra muito agrícola do município de Caraça, separada da serra da raiz pela estrada de ferro Guarabira — Nova Cruz.

Campo Comprido — Povoado do município de São João do Cariri; tem aula primária que, em 1942, matriculou 34
alunos, resultando-lhe 21 de frequência média.

Campo Formoso — Localidade do município de Campina Grande, onde se têm encontrado restos de animais fossiliizados.

Campo Grande — Promissora povoa-
ção do município de Tabajana. Conta duas aulas públicas primárias que, em 1942, matricularam 127 alunos, obtendo 87 de frequência média.

Camucá (Voc. ind., corr. de caa-mucá: madeira forte) — Vila do município de Bananeiras. Teve primitivamente o nome de Boa Vista e depois o de Borborema, este mudado pelo Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, para o atual. Tem boa edificação assente em terreno escasso à margem do ramal ferroviário Itamatai-Bananeiras. Na vila encontra-se a queda d’água da Canafistula, movimentando a usina elétrica que fornece energia e luz à vila, à vila de Solâncio e às cidades Serraria e Bananeiras. É servida por uma estação ferroviária, por Agência Postal e por duas aulas públicas primárias que tiveram 160 matriculados em 1942 e uma frequência média de 102. Segundo o Recenseamento de 1940, tem a vila 312 prédios urbanos, 8 suburbanos, 1 750 rurais, e a população urbana, 1 202 habita-
tantes; suburbanas, 87; rural, 3 419.

Camutanga (Voc. ind., talvez corr. de acamitá: cabeça ou crista vermelha) — Estrada real que começa em Tabajana, corta o distrito de Pedras de Fogo e entra no Estado de Pernambuco.

Canaã — Ex-Belém (V. Uiraúna).

Canadá — Lugarejo do município de Areaia. Nela funciona uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 45 alunos.


Sua aula primária, em 1942, matriculou 48 alunos, tendo 24 de frequência média.

— Povoado do município do Pilar, distando 3 quilômetros da estação ferroviária de Aragá, atual Mari. Tem uma capela, aula pública primária e realiza semanalmente uma feira de algum movimento.

Canastras — Serra, contrafole da Borborema, nos limites do município de Areia e Campina Grande. No alto desta serra, de acesso difícil, vê-se uma caver-
na que foi necrópole de raça antiga e desconhecida. Nem a chuva nem o sol penetram no vasto recinto onde jaziam esqueletos denunciando tipos agigantados, cujos ossos por algum tempo serviram de divertimento a ignora-
entes que por ali apareciam, jogando-os pelas encostas escarpadas. O Dr. Irineu Júnior, que visitou a caverna, escreveu: “Dentro daquele imenso e singular ossário, o percorremos em todos os sen-
tídos, pisando o pó fino que os séculos tinham acumulado em seu solo granítico, procurando nas paredes cheias de riscos amarelecidos, um sinal que explicasse o mistério”. O citado escritor recolheu um crânio, enviando-o para o Museu Nacional.

Canindés — Nome de uma tribo cuja habitação primitiva não se soube até hoje precisar. Foi aldeada no Cariri pelo capitão-mor João Peixoto de Vasconce-
los, natural de Mamanguape.

Canoas — (V. Cubatí.)

Cantinho — Povoado do município de Miseriódia. Sua aula pública primária matriculou 28 alunos em 1942, reunindo a média de frequência de 23.

— Lugarejo do município de Piancó. Sua escola pública primária em 1942 matriculou 26 alunos, tendo 20 de fre-
quência média.

Canto — Povoado do município de Pombal, à margem da rodovia-tronco do Estado.
Canto Alegre — Lugarejo do município de Tabajana. Nêle funciona uma escola pública primária que teve em 1942 a matrícula de 34 alunos e a frequência média de 24.

Capim (Voc. ind., caa-pi; mato fino) — Lugarejo do município de Conceição, tendo uma escola pública que, em 1942, matriculou 41 alunos, tendo a frequência média de 22.

— Lugarejo do município de Mamanguape, à margem da rodovia que liga a cidade de Mamanguape à de Sapé.

Capim de eheiro — Lugarejo do município de Araiha. Conta uma aula primária mista com a matrícula de 44 alunos e a frequência média de 20, em 1942.

Capoeiras (Voc. ind., corr. de caa-poera; mata extinta que renasce) — Rio de pequeno curso do município de Jatobá.

Caracol — Lugarejo do município de Guarabira, centro de uma região muito agrícola. Sua aula primária mista matriculou 80 alunos em 1942, obtendo 41% de frequência média.

Carapebas (Voc. ind., cor. de car-a-peci; peixe que faz bulha com a boca) — Pequeno rio perene do município de Mamanguape, e afuente do rio dêste nome. Rega uma região muito agrícola. Em suas margens existem uns mistériosos subterrâneos, construídos em época anterior à da colonização, por um povo ignorado.

Carapebas (Voc. ind., cor. de car-a-peci; peixe que faz bulha com a boca) — (V. Carapebas).

Cariri (Voc. ind.: o tristonho) — Região central do Estado, formada pelo platô do Borborema. É também conhecida sob a denominação de Cariri Velho, para se distinguir de Cariri Novo, situado no Ceará. Ocupa uma área de 15 888 quilômetros quadrados, povoadas por 270 250 habitantes. Nem sempre plana, apresenta várias elevações, verdadeiras serras. As águas da região derivam para os rios Curimataú, ao N.; Mamanguape, no centro e Paraíba, ao S. A O. está a bacia do Piranhas. A região tem aspecto singular por sua vegetação de cardos, bromélias e cactos. Nas vastas planícies, nas abas e encostas das serras, avultam cerrados de macambira (crauá ou carob, de fibra muito valiosa; o crauá, e crauaco, tôdas fibrosas; o facheiro, espécie de cardo que fornece bela madeira para incrustações de móveis; o xiquexique; a cubeba, de cuja fécula se faz doce muito apreciado;
a coroa-de-trade; a palmatória, que alimenta a cochonilha. Dentre as árvores se destacam a favela e a quixaba, espinzosas; o umbuzeiro, a umburana, a ibirãna. E a região mais séca da Paraíba, contando municípios onde se tem registrado a ausência de chuva por cinco anos consecutivos. Mau grado sua elevação, de 350 a 600 metros acima do nível do mar, a água extraída do subsolo é carregada de cloreto de sódio, ou mineral que tenha iguais propriedades. Os seus campos criam muito bem os espécies muar, bovina e caprina e no período das chuvas prestam-se à cultura de cereais e de algodão.

— Nação indígena que tinha o nome da região precedente. Era constituída por numerosas tribos que ocupavam larga área do Nordeste brasileiro. Concluíram-se contra os colonizadores dos sete dias da Paraíba e Rio Grande do Norte, afirmando Irineu Júfili que essa concentração foi mais poderosa que a dos tamoios. Taunay, no seu livro *Guerra dos Bárbaros*, afirma que a luta entre Cariri e colonos durou perto de 30 anos. (V. a seção Origens, no artigo Paraíba.)

*Cariri de Fora* — Nome que, para distinguí-los dos cariris aldeados no Pilar, tiveram os índios da missão que originou a atual cidade de São João do Cariri.

*Carmo* — Povoado promissor do município de São João do Cariri. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 100 alunos, tendo 60 de frequência média.


*Carnaubal* — Antiga *Livramento.* (V. Sarapó.)

*Carnaubinha* — Povoado do município de Monteiro, tendo aula pública primária que matriculou, em 1942, 50 alunos, tendo a frequência média de 36.

— Povoado do município de Araruna. Suas aulas públicas primárias, em 1942 teve 40 matriculados e a frequência média de 36.

— Povoado do município de Planíco. Conta aula primária mista. Esta matriculou 42 alunos, em 1942, tendo a média de 33.

— Lugarejo do município de Sousa. Tendo aula primária mista que matriculou 30 alunos em 1942.

— Nome de uma serra muito agri-cola, contrafora do Borborema, entre os municípios de Sabuji e Ibiapinópolis.

*Carneiro* — Rio do município de Batalhão. Nasce nos limites deste com o Estado de Pernambuco; deságua à margem direita do Taperoa. O seu vale é muito fértil.

mido irmão ou tio de Paescoal e Teodoro de Oliveira Ledo, que ali chegaram procedentes da Bahia. Fundado o arraial, iniciada a indústria pastoril, ali se organizaram as bandeiras e entradas. Assim tôda a conquista do Cariri Velho, e de grande trecho do sertão paraibano, se deve a bandeirantes partidos do burgo referido. Do interior, foi a primeira localidade que teve capela regular e missionário capuchinho saldo de missões das margens do São Francisco, que, antes da capital da capitania, primeiro se comunicou com o nascente povoado. A tradição ainda recorda que, à missa de Natal ocorriam anualmente, moradores de Piranhas, Piancó, do sertão, distantes quarenta e cinquenta léguas. No local existem ainda vestígios de suas primitivas edificações.

Caroá (Voc. ind., craúd: nome de uma bromélia) — Antiga São Sebastião; vila do município de Monteiro. Teve o nome trocado pelo atual, por força do Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. Conta Agência Postal, uma capela, uma aula pública que matriculou 36 alunos, em 1942, e realiza boa feira semanal. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 161 prédios urbanos, 19 suburbanos, 947 rurais e a população: urbana, 457 habitantes; suburbana, 58; rural, 3 906.

Carrapateira — Povoação do município de Jatobá. Sua aula primária mista matriculou 20 alunos, em 1942.

Castelo — Lugarejo do município de Pombal, contando uma aula pública primária.

Catingueira — Vila do município de Piancó. Está no sopé da Serra que lhe dá o nome e é centro de zona agrícola e aurifera. Teve também o nome de Pedro Velho e Jucá. No distrito consta existir uma fonte termal e néle se pratica mineração de ouro. A vila, regularmente edificada, tem algum trato comercial e é cortada pela estrada Patos-Piancó. Conta Agência Postal e uma escola primária mista que matriculou 59 alunos, em 1942, obtendo 46 de frequência média. O Recenseamento de 1940 encontrou 136 prédios urbanos, 65 suburbanos, 1 273 rurais e a população: urbana, 338 habitantes; suburbana, 190; rural, 5 765. (Catingueira é nome de uma árvore cujas folhas têm cheiro docegradável.)


— Lugarejo do município de Ibiaipúnopolis; possui uma escola primária mista que, em 1942, matriculou 26 alunos, tendo 21 de frequência média.

— Lugarejo do município de João Pessoa, tendo uma escola mista que matriculou 49 alunos, em 1942, registrando 36 de frequência média.

— Lugarejo do município de Tabajara. Nêle, funciona uma aula pública mista que em 1942 recebeu 44 matriculados.

Catôlé de baixo — Localidade próxima da cidade precedente, possuindo escola primária mista que matriculou 34 alunos, em 1942, tendo a frequência média de 21.

Catôlé do Rocha — Município a N.O. do Estado, no alto sertão, ocupando uma área de 1 559 quilômetros quadra-
CATOÉ DO ROCHA

de Polícia, escolhido pelo interventor Federal, a subdelegados, nomeados pelo Secretário da Justiça. O primeiro localiza-se na cidade; os demais, nas vilas. Os referidos cargos têm suplentes indicados pelo Chefe de Polícia. **Agricultura** — O município vai aos poucos abandonando a rotina, empregando melhores métodos na agricultura e no pastoreio. Suas culturas principais são cereais, cana-de-açúcar e algodão. **Aspecto físico** — Em maioria, é o território do município plano ou levemente ondulado, formando vastos campos, próprios para a criação, os quais, no período das chuvas, adquirem belo aspecto. Ao N. da sede estendem-se a serra Branca e Serra Rajada e São Francisco, tôdas muito agrícolas. **Comércio** — E' apreciável o movimento comercial do município, que exporta algodão, peles, céra de carnaúba, rapaduras, importando tecidos, ferragens, artigos de estiva, drogas, etc. Suas transações são feitas com as praças de Campina Grande e Moçoró. **Clima** — O clima é quente, séco e muito salubre, tornando-se ameno no período das chuvas, quando a temperatura baixa a 20°C; no estado eleva-se às vezes a 33°C à sombra. Os alisios sopram constantes no município. **Distritos** — Conta os da sede, Mala e Itacambá, antigo Jericó. **Demografia** — Em 1941, registraram-se no município 540 nascimentos, 50 casamentos e 571 óbitos. **Etnografia** — Foram de nação cariri os primitivos habitantes que, dominados, se fundiram com os colonizadores de origem portuguesa, procedente de Bahia, Pernambuco e mesmo do sertão paraibano. A estes se juntou o elemento negro, que muito contribuiu para o desenvolvimento econômico da região. **Feiras** — Na sede, nas vilas e nos principais povoados se verificam, semanalmente, feiras movimentadas, principalmente as da sede. **Fazendas agrícolas e pastoris** — Há no município mais de 100 fazendas agrícolas e pastoris e uns 12 engenhos para o fabrico de rapaduras. O arrolta-

mento de seus rebanhos, em 1942, não obstante a seca, somou: 17.200 bovinos, 5450 equinos, 1.650 asininos, 1.600 mua-

res, 16.000 lanígeros, 13.000 caprinos, 5.350 suínos e 20.000 aves. **Fauna e flora** — A fauna é variada em pássaros, aves de pequeno porte, insetos, répteis. Não tem matas, mas pelos campos vegetam espécimes de angico, areceira, cumaru, bálsamo, plantas medicinais, forraginosas, e, nas várzeas, cresce a carnaúba. **Hidrografia** — Nenhum rio importante corta o município que é na estação chuvosa regado por muitos rios, muitos afluentes do Piranha. **História** — Do ano de 1700 data a fundação das primeiras fazendas na região. Em 1774, o coronel Francisco da Rocha Oliveira, descendente de Rocha Pita, e neto de Ana de Oliveira, Irmã de Teodósio de Oliveira Ledo, já residindo no sítio Catolé, de sua propriedade, instituiu à margem do rio Agon um patrónimo para a igreja que edificou em homenagem a N. S.ª do Rosário. A povoação formou-se em torno do templo, adotando o nome Catolé do Rocha em preito ou recordação, ao seu fundador. Não teve, a principio, grande prosperidade. Em 26 de março de 1835, por Decreto n.º 5, foi criado o município, passando o povoado à categoria de vila. O Decreto-

lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, confirmou a Comarca de Segunda en-

trância e deu-lhe os foros de cidade. Foi seu primeiro juiz de direito, o Ba-

charel José de Sá Cavalcânti. **Indústria** — A indústria no município limita-se ao preparo do algodão em pluma, para o que conta 19 instalações; ao fabrico de rapaduras, e laticíniios. Em 1942 exportou 354.000 kg de algodão em pluma e 180.000 kg de rapaduras. **Ins-

trução pública** — O município conta 17 escolas primárias, inclusive um grupo escolar, sob a docência de 22 professores. Esses estabelecimentos, em 1942, tiveram 223 matriculados e freqüência média de 470. Na sede, além das escolas, e do
Grupo Escolar Antônio Gomes, existe uma Escola Normal oficializada, sendo o recatious edificio construido e alicer-
tado pelo capitalista Antônio Mendes Ribeiro, que lhe deu o nome de sua
genitora, Francisca Henrique Mendes. Limites — Os Decretos-leis ns. 1.164 e
520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, esta-
beleceram para o município os seguintes limites: — Com Sousa, começando
no pico do sertão Serrinha, segue pela linha de cumeada que toma os
nomes de serra Verde, sertão Pelado, morro das Quatro Pedras, Alto do Marechal e
morro dos Caetanos, até alcançar o pico do morro dos Canudos, onde se estre-
Norte — (Municípios de Alexandria e Patu), começando no pico do morro dos
Canudos, segue pela linha de cumeada que divide Paraíba do Rio Grande do
Norte e que toma os seguintes nomes: serra da Barriguda, serra do Capim,
serra da Vassoura, Balanço do Pumati, serra Rajada, serra Nova, serra do
Prado, serra dos Cabeços, até alcançar o marco (de Brejo do Cruz), situado
no lugar do antigo marco de pedra de Timbaúba. Com Brejo do Cruz, come-
çando no marco (de Brejo do Cruz), situado no lugar do antigo marco de
pedra de Timbaúba, à margem da antiga estrada carroçável de Moçoró, prossegue
pela estrada até alcançar o caminho de trilha dos Macacos, na fazenda Lagoa
dos Patos; prossegue por esse caminho até a sua interseção com o dos Lúises,
a fazenda Contendas; dêste ponto, contínuo pelo referido caminho de trilha
até o marco n.º 1 (de Brejo do Cruz), situado no ponto onde o mesmo corta o
rio Piranhas, na fazenda Corredor dos Hipólios. Com Pombal, começando no
marco n.º 1 (de Brejo do Cruz), situado no ponto onde o caminho de trilha dos
Luíses corta o rio Piranhas, sobe pelo rio, até a foz do riacho da Onça; dêste
ponto, segue em linha reta até alcançar a linha de cumeada que toma os nomes
de serra da Arara, serra dos Olhos-
d’Água, serra Cabeluda, serra das Umburanas, sertão do João, serra da Cruz,
pico norte da serra do Moleque, sertão do Urubu, Catêngos dos Tinguizeiros, Ver-
tentes, serra da Macambira, até alcançar o pico do sertão Serrinha, onde se es-
tremam Pombal e Sousa.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Itacambá, co-
meçando no pico do sertão do Capim,
as limites com o Rio Grande do Norte
(Alexandria), segue pela linha de
Catoel do Rocha a Itacambá corta o
riacho Olho-d’Água; dêste marco, pros-
segue em linha reta até alcançar o
marco n.º 2, situado à margem do mes-
mo rio Olho-d’Água, na propriedade
Várzea Grande.

Distrito da Sede com Riacho dos
Cavalos, começando no ponto em que o
caminho carroçável que vai de Recanto
ato encontrar a rodovia de Riacho dos
Cavalos, corta o riacho da Onça; pros-
segue por uma linha reta em direção
evente até encontrar o ca-
ninho carroçável que vai de Catoel do
Rocha a Riacho dos Cavalos; sai, por
uma linha reta até o ponto culminante
da Serra Redonda e dêste ponto pro-
longando-se na mesma direção até o
marco n.º 3 nos limites com Brejo do
Cruz.

Distrito de Riacho dos Cavalos com
Itacambá, começando nos limites de
Pombal, no lugar Recanto, prossegue pelo
caminho que vai encontrar a rodovia
de Riacho dos Cavalos no ponto em
que ela corta o riacho da Onça.

Distrito da Sede com Coronel Maia,
começando na nascente do riacho Jeni-
papeiro, na linha de cumeada da serra
Negra, desce pelo referido riacho até
cortar os limites com Brejo do Cruz.
**Caturité**

**Meio social** — O meio social de Catolé do Rocha, na sede, revela certo adiantamento; o mesmo não sucede na região rural, onde se encontram poucas famílias de fazendeiros regularmente educadas. **Necessidades locais** — O município precisa de boas estradas internas e mesmo externas que lhe facilitem comunicação rápida com a estação ferroviária mais próxima. Também sua avultada população infantil, disseminada pelos campos, está reclamando a multiplicidade de escolas. **Patrimônio municipal** — Em 1942, o patrimônio municipal somava Cr$ 438 460,00. **Povoações** — As mais importantes são: Assomoto, Baixos, Buenos Aires, Cacheiriinha, Capim, Conceição, Malhadinha, Santa Maria e Serrinha. **Religião** — O município constitui uma só freguesia, de N. S.ª do Rosário, com as igrejas filiais de N. S.ª dos Remédios, em Itacambê; N. S.ª da Conceição, em Conceição. O primeiro vigário de Catolé do Rocha foi, de 1835 a 1843, o Padre José Gonçalves Ourique de Vasconcelos. A igreja-matriz foi reconstruída em 1874 pelo Padre Ibiapina. **Rendas Públicas** — Para o exercício de 1942, orçou o município sua receita em Cr$ 160 000,00; arrecadou Cr$ 129 227,60; fixou a despesa de Cr$ 195 000,00 e efetuou a de Cr$ 133 740,30. Em igual exercício, a Coletoria Federal arrecadou Cr$ 109 772,70. A Coletoria Estadual, em 1941, recebeu 333:541$50 e despendeu 138:494$100. **Repartições públicas** — Conta na sede Agência Postal-Telegráfica, Prefeitura Municipal, Mercado Público, Coletorias Federal e Estadual, Grupo Escolar, o Fórum, Cartório do Registro Civil instalado em 12 de fevereiro de 1889. **Sede** — A sede do município é a cidade que lhe deu o nome. Tem as seguintes coordenadas, levantamento da Comissão chefiada pelo engenheiro Pimenta da Cunha, em 1922: lat. S. 6°-20”-49,94”, long. E. do Rio de Janeiro 5°-28”-43,95”, lado norte da igreja do Rosário. Está situada às margens do rio ou Agomuna depressão do terreno, a 454 quilômetros da capital do Estado, contendo 20 ruas, 8 avenidas, e 7 travessas. É de bom aspecto, ruas niveladas, iluminada a luz elétrica. Tem serviço de remoção de lixo. Mantém a Prefeitura uma fonte pública que abastece a cidade. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 399 prédios urbanos, 156 suburbanos, 2.678 rurais e a população: urbana, 1.560 habitantes; suburbana, 618; rural, 12.375. **Vias de comunicação** — Conta o município uma rodovia ligando-o à rodovia-tronco e algumas estradas carroçáveis. Para transporte de mercadorias e passageiros, existem em Catolé do Rocha: 6 automóveis, 4 motociclos, 14 caminhões e 200 carros de bois.

**Caturité (Voc. ind., catu-etu: muito elevado)** — Serra do município de Ca-baceiras, à margem esquerda do Paraíba, a L. do Boqueirão. É notável o pico que lhe dá o nome, por sua elevação e pelo difícil acesso. Dêle tirou Irineu Jófili assunto para um belo conto.

— Vila do município de Campina Grande, situada numa colina à margem direita do Boducongú, possuindo o distrito bons terrenos para a indústria agrícola-pastoril, cultivando, especialmente, algodão. O local da vila era parte integrante da fazenda da criação Pogo da Água, propriedade de Manuel Nunes que, com os seus pais, iniciou a construção do povoado, edificando uma capela, depois um mercado e, por fim, algumas casas residenciais. Em 1890, os seus habitantes solicitaram do vigário da freguesia a mudança do nome do povoado, que recebeu o de Conceição. O Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, elevou-o à categoria de vila, dando-lhe a denominação atual, para evitar dualidade. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 47 prédios urbanos, 4 suburbanos, 937 rurais e a população, urbana, 159 habitantes; suburbana, 22; rural, 4.962.
Caxexa (Parece plebeismo, derivado de caqueúto, pois o vulgo lhe dá a significação de mirrado, definhal. Também o supõem têrno ind., corr. de ca-ce-ce: canto magoado) — Serra do município de Bananeiras, rica em minerais. Nela existem inscrições rupestres e uma necrópole indígena, apresentando-se curiosa, por seu aspecto, a Pedra do Altar.

Caxitu (Voc. ind., caa-ce-itu: mato da minha fonte) — Lugarejo do município da Capital, à margem do riochão que lhe dá nome. E' distrito muito agrícola, de terrenos úmidos. Nêle funciona uma aula primária mista que, em 1942, teve 52 matriculados; acusando uma frequência média de 42.

Cecília — Povoado do município de Umbuzeiro. Nêle funciona uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 65 alunos, tendo 51 de frequência média.

Cepilho — Lugarejo do município de Areia. Matriculou sua escola pública primária, em 1942, 50 alunos, tendo 48 de frequência média.

Châ do Azevém — Localidade do município de Umbuzeiro, onde funciona uma aula pública primária que matriculou 52 alunos, em 1942.

Châ do Esquecido — Lugarejo do município de Monteiro. Sua aula primária em 1942, matriculou 60 alunos, tendo 49 de frequência média.

Chaves — Povoação do município de Pilar. Nêle funciona uma escola pública primária que matriculou 74 alunos em 1942, com a média de frequência de 50.

Chupadouro — Lugarejo do município de Iná. Sua escola pública matriculou 43 alunos, em 1942, resultando a média de 30.


— Lugarejo do município de Cajazeiras, servido por uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 47 alunos, alcançando a média de 28.

— Serra do município de Monteiro, onde se encontram pedras preciosas.


Cochos — Lugarejo do município de Misericórdia. Tem aula pública primária.


Cojacu (Voc. ind. talvez corr. de Coacub: sombremo, cerrado) — Poço na Serra Branca, do município de Catolé do Rocha, onde nasce o riochão Agon. Éste, quando era sombremo por abundante arvoredo, corria perenemente e agora seca no verão.

Colônia — Povoado do município de Guarabira, tendo aula pública primária que, em 1942, matriculou 63 alunos, tendo a frequência média de 48.

Comissário — Serra que prinicipia no município de Pombal, toma a direção O. e interna-se no município de Sousa. É agrícola. Seu nome vem do Comissário Teodósio Dias de Figueiredo, que a obteve por sesmaria.

— Povoação médicr e sôbre a serra precedente, pertencente ao município de Sousa.

Conceição — Município do alto sertão paraibano nos limites S.O. do Estado. Ocupa uma área territorial de 3 377 quilômetros quadrados. Segundo o Recen-
semento de 1940, conta 16.369 habitantes, assim distribuídos: zonas urba-
nas, 1.022; suburbanas, 528; rurais, 14.819, acomodados em 241 prédios urbanos, 121
suburbanos e 3.115 rurais. Agües — Existem no município uns sessenta açu-
des particulares, todos de pequena ca-
pacidade. Administração — Políticamente é o município dirigido por um
prefeito, de nomeação do Interventor
Federal, auxiliado por 14 funcionários
permanentes. Sendo comarca de pri-
meira ordem, estão os interesses da
justiça local a cargo de um juiz de
direito, dois suplentes e demais órgãos
auxiliares. A segurança pública com-
pete a um delegado de Polícia, na sede,
a subdelegados, nas vilas. O primeiro
nomeado pelo Interventor Federal; os
outros pelo Secretário da Justiça. O
Chefe de Polícia do Estado designa os
suplentes para os referidos cargos. AGRÔ-
cULTURA — Não sofrendo tanto as sécas
períodicas, como as circunstâncias vi-
zinhias, possuindo terras úmidas, o mu-
icípio é mais agrícola do que pastoril,
podendo praticar as culturas do clima
tropical, com o mais completo êxito.
Os seus terrenos produzem cereais, al-
godão, cana-de-açúcar. Aspecto físico —
Situado nos acidentes da Borborema,
tem o município belas paisagens, sendo
o solo, de ordinário, acidentado e coberto
de vegetação. Seus pontos mais ele-
vados estão nas serras do Cachorro, Pico,
Pintada, Fofo e Vermelha. Conta alguns
trechos de várzeas e tabuleiros destina-
dos ao pastoreio. Clima — Excelente é o
clima de Conceição, onde às vezes cai
granizo. Saudável, quente e seco no
verão, ameno no período das chuvas,
de janeiro a maio. Comércio — Res-
trito é o movimento comercial do mu-
icípio, devido a seu afastamento dos
maiores centros e, sobretudo, à falta de
transportes. Exporta, especialmente
para o Ceará, algodão, peles, gados, ra-
paduras. Demografia — Em 1941 re-
gistraram-se no município 397 nasci-
mentos, 15 casamentos e 234 óbitos. A
delinquência constou de 56 contraven-
ções e 6 crimes, dois de estelionato e
domicílio. Distritos — Conta o da sede e o de
Ibiara, antiga Santa Maria. Etnografia —
Foram primitivos habitantes da re-
gião, os índios coremas e panatá da
família cariri. Domínados, incorpora-
ram ao os colonizadores provindos do
Ceará e municípios paraibanos. Fazen-
das agrícolas e pastoris — Há no munici-
pio umas doze fazendas de criação,
sendo as mais importantes: Lagoinha,
Figueira, Mata, Tabuleiro. Conta ainda
3 engenhos para o fabrico de rapaduras.
Os seus rebanhos, em 1942, somaram
4.700 bovinos, 1.100 equinos, 1.050 asi-
nos, 640 mares, 3.600 lanegros, 6.300
caprinos, 4.769 suínos e 9.000 aves. Feiras
— Na sede se realizam, semanalmente,
feiras muito movimentadas; em meno-
res proporções, em Ibiara. Hidrografia —
Os principais rios do município são:
Rio Grande, que depois toma o nome de
Piancó; o Serra Vermelha e o Riachão,
nos quais despejam vários rios. História —
A região pertencia à juris-
dição de Pombal, e nela se situaram
vários fazendeiros, a partir do mando
do século XVIII. Em comemoração do século
passado, João Rodrigues dos Santos
fundou o povoadó, dando-lhe o nome de
Conceição. Este em 1869 foi subdelega-
cia de polícia subordinada a Piancó,
constituindo-se distrito de paz de Mi-
sericórdia em 1870. Por Lei provincial
nº 727, de 8 de outubro de 1881, subiu
à categoria de vila, município e término,
sendo primeiro juiz municipal o Dr. Ve-
nância Neiva. Em 1890, instalou-se sede
de Comarca, suprimida dois anos de-
pois. O Decreto-lei nº 1164, de 15 de
novembro de 1936, elevou-a a Cidade e
restaurou-lhe a Comarca. Homens no-
táveis — No município nasceu o Dr. Luiz
Nicolaou dos Santos França Leite, político,
Deputado Geral, deputado em 1842. Era
filho do fundador da cidade. Indústria —
Conceição tem grandes possibilidades
para uma aprofitada indústria agrícola,
mas continua retraída. Conta 6 loco-
móveis para beneficiar algodão e 4 engenhos para o fabrico de rapaduras. Em 1842 exportou 88 400 sacos de milho, de 60 kg cada um; 96 000 cachos de bananas, 25 600 sacos de teljão, 2 800 000 kg de algodão em caroço e 380 000 kg de rapaduras. Instrução pública — Conta somente a primária, distribuída em 12 escolas, a cargo de 16 professores. Estas aulas, em 1942 matricularam 634 alunos, tendo 401 de frequência média. Limites — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943 lhes determinaram os seguintes limites municipais: — Com Bonito de Santa Fé, começando no marco n.º 1, situado na linha de cumeada da serra da Arara, nos limites com o Ceará (Município de Mauriti), segue pela referida linha e, em seguida, pelo do seu contraforte conhecido por Balanco do Saco dos Bois até a garganta de Mata Fresca e continua, ainda pela mesma, até o serrote das Piranhas, de onde prossegue até alcançar a linha cumeada da serra da Queixada, e desta pelo do Caroça e Bom Jesus até o marco n.º 2, situado na Garganta do Besouro, onde se estre-ram os municípios de Bonito de Santa Fé e Miserói. Com Miserói, começando no marco n.º 2, situado na Garganta do Besouro, na serra do Bom Jesus, desce pelo Riachão até a sua foz no rio Varante; atravessa este rio e sobe em linha reta pela vertente da serra dos Barreiros até alcançar o marco n.º 3, situado na sua linha de cumeada; prossegue por essa linha de cumeada e pela das serras Olho-d'Água, Fico e Espetos, até o marco n.º 4, deste marco, prossegue ainda em linha reta até o marco n.º 5, situado no Poço do Caboclo, onde se estre-ram os municípios de Miserói e Princesa Isabel. Com Princesa Isabel, começando no marco n.º 5, situado no Poço do Caboclo, segue em linha reta até o marco n.º 6, colocado na fazenda Poços; deste marco, prossegue por outra linha

reta até o marco n.º 7, situado na fazenda Caroça; finalmente, deste marco, segue até o marco n.º 8, à margem do riacho Grande; corta este riacho e sobe pela vertente até alcançar a linha de cumeada da serra Tamanduá; segue por ela e, em seguida, pela serra dos Padres até o marco n.º 9, nos limites com Pernambuco. Com Pernambuco — (Munícipios de Vila Bela e Belmonte), começando no marco n.º 9, na linha de cumeada da serra dos Padres, segue por ela e, em seguida, pela serra Pintada até alcançar o marco n.º 10, situado no divisor de águas dos rios Jaguaribe ou Salgado (Ceará) e Piancó (Paraíba) onde se estre-ram os estados de Pernambuco, Ceará e Paraíba. Com o Ceará — (Município de Mauriti), começando no marco n.º 10, situado no divisor de águas dos rios Jaguaribe ou Salgado (Ceará) e Piancó-Piranhas (Paraíba) segue pelo referido divisor que toma, em seguida, o nome de serra da Arara até alcançar o marco n.º 1, onde se estre-ram com o município de Bonito de Santa Fé.

DIVISAS INTERDISTRITAIAS
Distrito da Sede com Ibiara, começan- do no divisor de águas da serra dos Padres, onde tem nascente o riacho de Cabaças, desce por este até a sua foz no rio Piancó; atravessa este rio e sobe pela vertente oposta até alcançar a cumeada da serra do Pico; deste ponto, prossegue em linha reta até a nascente do riacho Freixeiras; desce por este até a sua foz do Riachão nos limites com Miserói. Necessidades locais — Afastada das grandes preços do Nor- deste, particularmente da capital do Estado, precisa de rodovias internas e externas que lhe incrementem a vida econômica e industrial. Além disto, pre- cisam os seus habitantes de iniciativa e de métodos de trabalho mais produtivo, menos afanoso. Patrimônio munici- pal — Em 1942, o patrimônio do
CONCEIÇÃO DE ALAGOAS

município valla Cr$ 80.528,80. **Povoações** — As principais são Boa Vista, Capim, Ingázeira, Mata, Monteviédu ou Bom Jesus, Santana e Umbuzeiro. **Rendas públicas** — Para o exercício de 1942, o município orçou sua receita em Cr$ 100.000,00; arrecadou Cr$ 65.821,30; fixou a despesa de Cr$ 120.000,00 e efetuou a de Cr$ 100.317,30. A Coletoria Federal, em igual período, teve a receita de Cr$ 33.249,69. Em 1941 a Coletoria Estadual arrecadou 162.405,350, efetuando a despesa de 120.325.000. **Repartições públicas** — A Prefeitura, o Fórum, a Coletoria Federal e a Estadual, Mercado Público, Cartório do Registro Civil, Porto Pluviométrico, aulas públicas, Agência Postal-Telegráficca. **Riquezas naturais** — Conceição guarda no subsolo minérios de valor e é um dos poucos municípios que ainda possuem reservas florestais. **Sede** — A Sede é a cidade de igual nome ao do município, a 516 quilômetros da capital do Estado, a 379 de Campina Grande e a 206 de Patos. Está nas abas da serra Vermelha, na confluência do rio d'ésse nome com o Piancó. É regularmente edificada, tendo um serviço de remoção do lixo. Conta 9 ruas e 1 praça. Está, segundo o levantamento feito em 1922 pela Comissão Pimenta da Cunha, em lat. S. 7° 35' - 37° 23'; long. E. do Rio de Janeiro 40° 42' - 50° 40''. Em frente à matriz. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 250 prédios urbanos, 91 suburbanos, 1.228 rurais e a população: urbana, 1.326 habitantes; suburban, 854; rural, 13.201. **Vias de comunicação** — Sua estrada principal se dirige à cidade de Catolé — da sede à cidade de Misericórdia, 50 quilômetros; desta à cidade de Piancó, 81; daí a Patos, por onde passa a rodovia-tronco do Estado, 75. As comunicações internas são feitas por estradas de trânsito penoso. Para transporte de mercadorias, dispõe o município do serviço de tropheiros e de 15 carros de bois.

— Nome de um povoado de município de Cabaceiras.

— Povoado do município de Pilar. Tem aula pública primária que matriculou 40 alunos em 1942, com 26 de frequência média.

— Povoado do município de Catolé do Rocha.

**Conceição de Alagoas** — Povoado com uma capela, do município de Mamanguape.

**Conceição de João Pereira** — Povoação do município de Mamanguape. Conta uma capela dedicada a São João Batista e uma escola primária mantida pela fábrica de Rio Tinto. O distrito é agrícola, fazendo-se grande cultura de arroz.

**Condado** — Povoação do município de Pombal, à margem do açude de igual nome e da rodovia central do Estado. Em 1942, sua escola pública primária matriculou 73 alunos, tendo a média de frequência de 31. A população pratica a agricultura, nas adjacências úmidas da barragem.

— Nome do açude construído sobre o rio que lhe deu o nome pela Inspetoria Federal das Obras Contra as Sécas, na Paraíba. Sua capacidade é de 35.000.000 de metros cúbicos e se alonga por um vale de belíssima perspectiva, irrigando vasta área onde se pratica apreciável policultura. Tomando por tema a construção da barragem, Pedro Paulo de Albuquerque escreveu interessante romance sob o título **Condado**.

**Conde** — (V. Jacoca.)

**Congo** — Outrora Santana do Congo. Vila florescente do município de São João do Cariri, próxima aos limites deste município com o de Monteiro. É distrito de paz por Lei n.º 480, de 17 de novembro de 1971. Está à margem do Paraíba. Tem escola pública primária e uma capela dedicada a Santa Ana. É vila por fórça do Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, o qual lhe alterou o nome antigo para o atual. O Recenseamento de 1940 computou-lhe
105 prédios urbanos, 50 suburbanos, 772 rurais e a população urbana, 222 habitantes; suburbana, 132; rural, 2.790.

Contendas — Povoado do município de Brejo do Cruz, na fazenda de que toma o nome. Ali funciona uma escola primária mista que teve 28 matriculados em 1942.

Copaíba — (Voc. ind. segundo uns significa que se estende, ou se alonga para longe; segundo outros: onde se planta a folha) — Serra do sistema da Bororema, separando a zona do Brejo da da Caatinga. É muito agrícola e recebe vários nomes em sua extensão.

— Povoação (V. Serra da Raiz.)


— Lugarejo à beira-mar, próximo dos limites S. do Estado.

Cordeiros — (V. Aredicó.)

Coronel Maiá — Vila do município de Catolé do Rocha. O nome lhe foi dado em homenagem à memória do Coronel Valdevino Lobo Ferreira Maiá, fazendeiro abastado e político prestigioso que muito concorreu para a prosperidade da circunscrição onde nasceu e viveu. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 20 prédios urbanos, 2 suburbanos, 688 rurais e a população: urbana 80 habitantes; suburbana, 8; rural, 3.124.

Cosme Pinto — Antigo Unebatucu dos selvagens. Rio que nasce no s elo de Abraão, município de Batalhão, corre de E. a O. e depois de 40 quilômetros de curso, despeja à margem direita do Taperoá. O seu vale é constituído de terrenos férteis.

Costa da Paraíba — O litoral paraibano, na direção de norte a sul, é muito recortado de pontas, pontais, enseadas, barras de riachos, de rios em maioria, torrenciais. Estende-se, segundo Vital de Oliveira, entre 6°-30’-54” e 7°-25’-36” lat. S. Isto é, do pontal da margem direita do rio Guajú, limite com o Rio Grande do Norte, e Ponta de Coqueiros, margem esquerda do rio Goiana, fronteira com o Estado de Pernambuco. O pontal do Guajú é delgado e baixo, contendo a povoação do mesmo nome. Continua rumo sul a praia baixa e adiante entre as fozes dos rios Guajú e Saji, se encontra o povoado Saji. Pouco além, no areal, nas proximidades de Camaratuba, orlada de pujante coqueiral, se encontra a lagoa Pavana, que, no período das chuvas, abre uma barreia para o mar. A 7 milhas de Guajú ergue-se a ponte de Camaratuba, grosso outeiro, ligando-se as pequenas barreiras que marginam o oceano. São estas de corés diferentes e de magnético efeito para quem as vê do mar, muito se destacando da costa. Aí deságua o Camaratuba, ficando-lhe ao N. da foz a povoação do mesmo nome. A uma milha e meia da ponte de Camaratuba, para o S., principiam altas barreiras vermelhas, tornando-se mais claras e amareladas ao findarem junto de um coqueiral. As barreiras do norte chamam-se Cardosas; as do sul, Fortinho, ficando entre elas mais destacadas, por ser redonda e de côr escura, a de Taubu. A partir do fim destas, a costa é um estreito istmo entre o mar e a lagoa de Acuajibiliro. Cinco milhas ao S. E. de Camaratuba, a ponta da Baia da Traição ou da Trincheira, situada a 6°-42” de lat. S. Neste ponto se encontra a vila da Baia da Traição e ao norte da ponta ergue-se o faróie, numa torre de ferro pintada de branco, situada aos 6°-40’-42” lat. S. e 34°-55’-12” long. W. Gr. Em distância de duas e meia milhas da ponta da Baia da Traição se vê o pontal de
COSTINHA

Coqueirinhos, à margem esquerda da foz do rio Mamanguape. Do lado posto, a 6°-47' lat. S. se acha a ponta de Mamanguape, baixa, coberta de arvoredo, em pleno areal, também com um povoado. Da foz do Mamanguape à do Paraíba, a costa é formada por uma linha de praias sombreadas por denso coqueiral, alterando-se com os oiteiros de Miriri que, com a povoação dêste nome, ficam à margem esquerda do rio dêste nome e mais as elevações de Bom sucesso a N. do rio Camaçari. As barreiras de Miriri são de cór vermelha, visíveis a 15 milhas e excelente ponto de reconhecimento da foz do Paraíba; 15 milhas ao S. de Baía da Traição, está a vila de Lucena, sob vasto coqueiral e três milhas ao S. da vila abre-se o estuário do Paraíba, entre Ponta de Lucena, ao N. e Ponta de Matos, ao S. Ambas são baixas e do areia. Daí até o Cabo Branco a sequência de barreiras afasta-se da praia para o interior. A praia é baixa, arenosa, coberta de coqueiros ou de mato, encontrando-se os seguintes aglomerados de casas: Ponta de Mato, Praia Formosa, Camboinhas, Pogo, Ponta de Campina, Bela Vista, Bessa, Gongalo, Tambau, e Enseada. De tôdas a mais importante é Tambau, considerada subúrbio da Capital. Entre Bela Vista e Bessa despeja o Jaguaribe. Ao pé do cabo Branco, lado S., fica o lugarejo Seixas e a uma milha do referido cabo, na direção S., logo após a barra do rio Cabelo, ao pé da colina onde se vé a ermita de N. S.ª da Penha, abriga-se, sob opulenta cultura de coqueiros, a povoação Penha, antiga Arraial. Adiante, ao S., alteiam-se as barreiras de Jacarapé. Além, deságua o Paratibe e mais ao S., junto de um pontal, se alarga a foz do Gramame, oferecendo a região lindo panorama. Entre o Cabo Branco e o Gramame deságua no Oceano os rios Paratibe e Jacumã, êste banhando a povoação de seu nome. Ao N. de Jacumã há umas pedras grupadas, formando uma espécie de abóboda e se chamam Pedras Furadas. Depois estão as barras dos riachos Gurují e Tabatinga com a povoação dêste nome, no centro de belíssima enseada, tendo por extremo S. o pontal de Carapibus. Avançam ao longo da costa várias barreiras, abrindo-se em seguida a enseada de Mato Grosso, entre as pontas de Tambara e Pitimibú. Nesta enseada deságua o rio Catu e o rio Abiá, estando entre êstes uma barreira que, por sua curiosa abertura, recebeu o nome de Barreira Rachada. Adiante se agrega a casaria da vila de Pitimibú, cortada pelo rio que lhe dá o nome e ali confunde suas águas com as do mar. A vila está quase na fáltea de extensa colina coberta de arvoredo, numa larga faixa arenosa sombreada de coqueiros. Prosseguido-se para o S. se encontram os lugarejos Acaú e, por último, Ponta do Coqueiros, no lado N. do rio Goiana, limite do Estado. Nos pontos referidos há ancoradouros para embarcações. (V. os títulos respectivos). As barreiras que perto ou afastadas da costa assinalam o litoral paraibano, correm paralelas ao cordão de recifes que ora se aproximam da costa, ora desta se afastam, oferecendo muitas soluções ou interrupções que são as barras e barretas por onde as embarcações entram e saem.

Costinha — Lugarejo do município de Santa Rita, defronte de Cabedelo, à margem ocidental do surgidouro. Nêle funcionam maquinismos e administração da Companhia de Pesca de Baía, bem como uma escola pública primária que teve 41 alunos matriculados em 1942.

Cova da Onça — Povoado do município de Brejo do Cruz, estando no centro de distrito agrícola-pastoril. Tem aula primária que em 1942 matriculou 78 alunos.

Covoadas — Lugarejo do município de Maguari, cujos habitantes se entregam à agricultura. Ali funciona uma
aula pública primária, que registraram 51 matriculados em 1942, tendo 29 de frequência média.

_Crauaçu_ (V. ind.: cran, grande) — Rio de pequeno curso do município de Mamanguape, tributário do rio deste nome.

_Cruzeiro —_ Ria da margem esquerda do Pinharas. Nasce no município de Telheira e nos 30 quilômetros de curso, rega terrenos muito férteis. Sua foz se encontra ao pé da cidade de Patos.

_Cruz das Armas —_ Arrabalde ao S. da Capital. Formou-se ao longo da antiga estrada que atingia os limites S. da capitania, no ponto onde uma grande cruz assinalava as fronteiras das capitâncias de Paraíba e Pernambuco tendo na face do norte as armas da Paraíba, e na do sul, as de Pernambuco.

_Cruzeiros —_ Povoado do município de Guarábira. Sua aula pública primária, em 1942, matriculou 34 alunos, tendo a frequência média de 26.

_Cruzinha —_ Nome antigo da vila de Passagem (V. Esquinharu).

_Curati (Voc. ind., corr. de cumati: nome de um fruto silvestre de sabor agradável) —_ Teve a denominação de Canoas, que lhe foi trocada pela atual por força do Decreto-lei estadual, n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. Pertence ao município de Ficuí e foi fadada em 1923. O Decreto-lei n.º 1.164, de 15 de novembro de 1938, deu-lhe a categoria de vila. E promissora, tendo certo trato comercial, contando para isto 16 estabelecimentos. Sua aula pública primária matriculou 51 alunos em 1942, tendo 22 de frequência média. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 82 prédios urbanos, 24 suburbanos, 539 rurais e a população urbana, 188 habitantes; suburbana, 95; rural 527.

_Cuíte (Voc. ind.: a cuia, o vaso de coibir água) —_ Município a N. O. do Estado, ocupando uma área de 1335 quilômetros quadrados. O Recenseamento de 1940 computou-lhe uma população de 21.986 habitantes assim distribuída: zonas urbanas, 1.064 habitantes; suburbanas, 1.103; rurais, 18.894, acemados em 675 prédios urbanos, 330 suburbanos e 4.120 rurais. Aguedas —_ Conta algumas dezenas de águas de reduzida capacidade, todos propriedade particular. Administração —_ Politicalmente, é administrada por um prefeito, nomeado pelo Interventor Federal, auxiliado por 14 funcionários permanentes. Sede de comarca de primeira estrutura, estão os interesses de justiça confiados a um juiz de direito, dois superiores e demais órgãos auxiliares. A segurança pública compete a um deputado de Polícia na sede e subdelegados, nas vilas. O primeiro, é nomeação do Interventor Federal, os demais são escolhidos pelo Secretário da Justiça. O Chefe de Polícia nomeia os suplentes. Agriculura —_ Cuíte prosperou ao impulso de sua agricultura, praticada em terrenos férteis. Decaíu, desde que utilizaram as serras, as extensões mais úmidas para a criação de rebanhos, erro que mais tarde corrigiram. Hoje se cultivam no município: aveia, cereais, algodão, mandioca, iniciando-se com as melhores esperanças da fruticultura. Aspecto físico —_ O território é, em grande parte, acidentado; o restante ocupa planícies do espinhaço da Borborema e constitui a zona pastoril. Sua principal serra é que liga o nome ao município. Nos limites com Bananeiras, ergue-se a serra da Caxexa, com o bequeirão formado pelo rio Curimataú. Também pertencem ao município as serras Bom Brocadinho, Canastra, Damião, Milagres e Maquém. Comércio —_ E' de certo vulto o movimento comercial de Cuíte, que mantém suas transações, especialmente com a Capital e Campina Grande. Na sede existem uma Cooperativa de Credito Agrícola e vários estabelecimentos comerciais importantes, praticando importação e exportação. Curiosidades —_
As de maior importância são as inscrições rupestres que se encontram nas paredes das cavernas e nas faces de alguns penedos. **Demografia** — Em 1941 registraram-se em Cuité 169 nascimentos, 23 casamentos e 610 óbitos, déstes, 18 natimortos. A delinquência constou de 6 contravenções e 83 crimes, 1 de homicídio. **Clima** — O clima é excelente, quente e seco, modificado pelos alisios. Não excede a temperatura de 32°C à sombra, nem idêntica aquém de 18°C. **Distritos** — Conta o da sede e o do da vila de Santa Rosa. **Etnografia** — Foram primeiros habitantes da região, selvagens da grande família cariri, mais tarde dominados por prepostos do Conde de Alvor e colonos provenientes de Bananeiras, que fica vizinha. **Feiras** — Na sede, na vila, nas povoações, se realizam, semanalmente, feiras abertas e fechadas. **Fazendas agrícolas e pastoris** — Conta o município centenas de fazendas agrícolas e pastoris, em maioria seguidos velhos métodos. **Vários proprietários estão empregando orientação moderna, não só relativa aos seus rebanhos como aos seus campos de cultura.**

Segundo arrolamento feito em 1941, contava o município 16.500 bovinos, 1.300 equinos, 720 muares, 9.000 lanígeros, 8.400 caprinos, 3.000 suínos e 15.000 aves. **Fauna e flora** — Restos de animais gigantescos são encontrados nas cavernas. Não obstante a perseguição continua dos homens, ainda existem no município espécimes de onças, gatos bravos, raposas, tatus, mocós. Grande é a variedade de pássaros e insetos. As matas foram quase todas devastadas, delas conservando, alguns proprietários cuidadosos, restos que fornecem madeira excelente de construção e marcenaria.

Na caatinga crescem cardos, bromélias e cactos. **Hidrografia** — O maior rio do município é o Curimataú, tendo por valioso tributário o Santa Rosa. Os principais rios do município, um despejando no primeiro rio outros no segundo, são o Cabelo, o Cachorro Pin-tado, o Damião, o Guandu, o Souto. Para o Rio Grande do Norte, corre o Juçu ou Japi, que forma o boqueirão do mesmo nome. **História** — Um caçador residente no então povoado de Bana-neiras dirigindo-se, no exercício de sua profissão, às serras Canastras e Bom Bocadinho, avistou, além, outra serra. Para lá se encaminhou, encontrando uma fonte abundante, apelidada Cuité pelo gentio. Por ali procurou fixar-se, estimulando um comêgo de povoação que recebeu o nome de Olho-d'Água do Cuité. O Conde do Alvor solicitou sessões no distrito em 1704 e em 31 de outubro de 1784, Caetano Dantas Correia requereu a data de terras Lagoas do Cuité, onde levantou casa de vivenda, edificou a igreja de N. S.ª das Mercês, dando maior incremento ao povoado, que foi criado distrito de paz por Lei n.º 15, de outubro de 1827. Por lei n.º 4, de 25 de maio de 1854, foi elevada a vila e termo judiciário. A Lei n.º 406, de 25 de junho de 1872, criou-a comarca, com o nome Borborema. Suprimida em 1879, restaurada em 1882; suprimida em 1891, para ser restaurada em 1900 e transferida para Piciú em 29 de outubro de 1924. Por Lei n.º 99, de 25 de janeiro de 1937, foi restaurada e nesta categoria a manteve o Decreto-lei n.º 1164 de 15 de novembro de 1938. Tornando-se independente, entrou o município em notável fase de prosperidade. **Indústria** — A indústria fabril no município é incipiente mas promissora, consistindo no preparo de fibras de agave e caxa. Para o beneficiamento do algodão funcionam dez maquinismos. São muito conhecidas as excelentes qualidades dos queijos fabricados no distrito de Santa Rosa. Em 1941 exportou o município 600.000 kg de algodão em plumas; 240.000 sacos de 60 kg de farinha de mandioca. **Instrução** — No município se pratica sómente a instrução primária, mantida pelo Estado, para a qual contribui o município, como todos os outros, com dez por cento de sua receita. Estão as aulas a
cargo de 9 professores, distribuídos por 9 escolas que, em 1942, matricularam 468 alunos, tendo 225 de frequência média.

**Limites** — Os Decretos-leis ns. 1.184 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, lhe estabeleceram os seguintes limites municipais: — *Com Picuí*, começando no marco n.º 1, situado na fazenda Massapé, onde se estream os municípios de Ibiapinópolis e Picuí, segue em linha reta até o marco n.º 2, situado a igual distância das antigas fazendas de Félix Pereira, na fazenda Campos Novos; prossegue em linha reta até o marco n.º 3, situado na fazenda Cabeça de Boi; prossegue ainda em linha reta até o marco n.º 4, colocado na sede da fazenda Canoa do Costa; por outra linha reta, prossegue, ainda, até o marco n.º 5, situado à margem da estrada de rodagem Picuí-Cuité; prossegue até alcançar o marco n.º 6, situado entre as fazendas Lagoa Cercada e Nova Floresta (ponto basal da linha divisória), nos limites com o Rio Grande do Norte (município de Santa Cruz). — *Com o Rio Grande do Norte* — (Município de Nova Cruz, Santa Cruz, Acãu e Parelhas), começando no marco n.º 6, situado entre as fazendas Lagoa Cercada e Nova Floresta, segue em linha reta até a lagoa de São Domingos, que forma o rio Caçorrro Pintado, desce por esse rio até o lugar Tamanduá, onde alcança a linha de cumeada das serras dos Milagres, da Piaba, Serrinha ou Japi; prossegue por essa linha de cumeada até o Boqueirão do Japi, por onde corre o rio Jacu ou Japi; desce por esse rio até o marco que fica na confrontação do lado norte do cemitério da povoação parabana de Malhada da Cruz; deste marco, segue em linha reta até o marco n.º 2 (de Araruna), colocado no lugar do antigo marco da data Poró, à margem do riacho Muquém, na Baixa das Quixabas.

*Com Araruna*, começando no marco n.º 1 (de Araruna), situado entre as lagoas Salgada e Poró, na linha de cumeada da serra do Damião; prossegue por ela até a nascente do riacho Damião e desce por ele até a sua foz no rio Curimataú, no lugar Jaguár. *Com Bananeiras*, começando na foz do riacho Damião, no rio Curimataú, no lugar Jaguár, sobe por esse rio até o marco n.º 16 (de Bananeiras); deste marco, segue em linha reta até o de n.º 1 (de Bananeiras), situado à margem do rio Curimataú, na fazenda Poço Verde; sobe ainda pelo rio Curimataú até o marco n.º 5 (de Areia), situado no lugar salgado. *Com Areia*, começando no marco n.º 5 (de Areia), situado à margem do rio Curimataú, no lugar Salgado, sobe pelo referido rio até a barra do riacho Cabelo ou Urubu; deste ponto, segue em linha reta até alcançar o pico do serrrote Baixo, na fazenda Alfredo Silva; ainda prossegue por outra linha reta até o marco n.º 4 (de Areia), situado na fazenda José Alves, que fica dividida para os dois municípios; deste marco, prossegue por outra linha reta até o marco n.º 3 (de Areia), situado na Malhada do Cuculo; por outra linha reta, prossegue até o marco n.º 2 (de Areia), situado na fazenda Malhada da Caatingueira; ainda uma vez, prossegue, deste marco até o marco n.º 1 (de Areia), situado na fazenda Jandaira, que fica dividida para os dois municípios; finalmente, prossegue deste marco até o pico Alto do Chapéu, na fazenda Destério. *Com Campina Grande*, começando no pico Alto do Chapéu, na fazenda Destério, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 7, situado na nascente do rio Souto, na fazenda Pedro Branca, onde se estream os municípios de Ibiapinópolis e Campina Grande. *Com Ibiapinópolis*, começando no marco n.º 7, situado na fazenda Pedro Branca, pros-
segue em linha reta até o marco n.º 8, situado na fazenda Campo de Balxo; deste marco, prossegue por outra linha reta até alcançar o marco n.º 1, situado na fazenda Massapé, onde se estremam os municípios de Picuí e Ibiapinópolis.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Barra de Santa Rosa, começando na foz do rio Guandu, no rio Curimataú, sobe por aquêle rio até a foz do rio Santa Rosa; deste ponto, prossegue por uma linha reta até o marco n.º 10, situado na linha da cumeada da serra da Canastra, prossegue por ela até o marco n.º 11, situado na sua vertente ocidental deste marco prossegue em linha reta até alcançar o marco n.º 12, situado à margem do rio Jacu, nos limites municipais com Picuí. Necessidades locais — As maiores necessidades do município são: estradas internas e externas facilitando as comunicações e os transportes, disseminação de escolas rurais, estabelecimentos de crédito que auxiliem o desenvolvimento das indústrias extrativas, agrícola e pastoril. Acrece que o município não é servido por um reservatório de água proporcional às necessidades. Meio social — Ainda se revela acanhado. Observa-se, entretanto um esforço dos seus habitantes no sentido de educar e instruir seus filhos, mandando-os cursar estabelecimentos de ensino nos centros mais adiantados. Patrimônio municipal — Em 1941, o patrimônio municipal valia Cr$ 47 800,00. Populações — As mais importantes são: Jacu, Nova Floresta e Telha. Religião — Excluindo-se pequeno número de protestantes, a população do município é católica apostólica romana, constituindo uma só freguesia, de N. S.ª das Mercês, criada em 1800, com igreja-matriz na sede, templo de boa construção e igrejas filiais, de São Severino, na Telha; de São Sebastião, em Jardim; de N. S.ª da Conceição, em Santa Rosa. Rendas públicas — Para o exercício de 1942, orçou o município sua receita em Cr$ 150 000,00; arrecadou Cr$ 101 258,80; fixou a despesa de Cr$ 130 000,00 e efetuou a de Cr$ 100 317,30. A Coletoria Estadual, em 1941, teve a receita de Cr$ 135 256,65 e teve a despesa de Cr$ 146 125,40. Repartições públicas — Agência Postal-Telefônica, Prefeitura, Coletoria Estadual, Mercado Público, Cartório do Registro Civil, Fórum, Grupo Escolar, Casa de Detenção. Riquezas naturais — Há indícios de que o município possui jazidas de minérios de valor, mas ainda não foram convenientemente estudadas. Sede — A cidade do Cuité está no chapadão da serra do mesmo nome, numa altitude de 600 metros acima do nível do mar e na distância de 228 quilômetros da Capital. É cidade florescente, com edificação regular, distribuída em 12 ruas. 2 travessas e uma praça. Contou-lhe o Recenseamento de 1940: 461 prédios urbanos, 258 suburbanos, 2 910 rurais e a população: urbana, 1 326 habitantes; suburban, 854; rural, 13 201. Existem na cidade grêmios artísticos, esportivos, corporações religiosas, serviço de remoção de lixo, iluminação elétrica, biblioteca pública municipal, inaugurada em 19 de abril de 1941, uma Cooperativa de Crédito Agrícola. A população se abastece numa fonte muito abundante e de excelente água, situada ao pé de um olheiro, na distância de um quilômetro da cidade. Vias de comunicação — Por meio de estradas carroçáveis e de uma rodovia comunica-se o município com as demais circunscrições do Estado. O itinerário da sede a João Pessoa, corta Santa Rosa, Remigio, Areia, Alagoa Grande, Alagoinha, Mulungu, Maril, Sapé, Maguari, Santa Rita e termina na Capital. Para o transporte de passageiros e mercadorias, se contam no município: 2 automóveis, 5 motociclos, 8 caminhões e 238 carros de bois.

— Lugarejo do município de Ingá, tendo uma escola pública primária que,
para uma frequência média de 27, matriculou, em 1942, 36 alunos.

Cuitê (Voc. ind., cuité-j-i: água ou rio da cuia) — Tinha o nome Cuitê, mas o Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, mudou-lhe o nome e elevou-a a vila. Assenta à margem esquerda do Araçájú distando 2 quilômetros da sede de Guarabira, a cujo município pertence. Segundo o engenheiro Destord, está a vila a 7º 38'-30'' long. E. do Rio de Janeiro e 6º 54'-00'' lat. S. É próspera, tem Agência Postal, iluminação elétrica, comércio animado, realizando movimentada feira semanal. No distrito existem maquinários para beneficiar algodão, 21 avilamentos para farinha de mandioca e polvilho, 4 engenhos a vapor para o fabrico de rapaduras e aguardente, uma instalação para beneficiar peles e couros. Sua capela, consagrada a N. S.ª do Ó, é filial da freguesia de N. S.ª da Luz, de Guarabira. Funcionam na vila duas aulas públicas primárias. Tiveram estas, em 1942, 133 matriculados e a frequência média de 77. O Recenseamento de 1940, computou-lhe 142 prédios urbanos, 22 suburbanos, 636 rurais e a população: urbana, 432 habitantes; suburbana, 95; rural, 2 468.

Cuités — Lugarejo do município de Campina Grande. Conta aula pública primária que, em 1942, matriculou 56 alunos para uma média de frequência de 33.

Cuitêzeira — Estação da ferrovia Conde e Eu, no trecho Encrencamento Pillar, a dois quilômetros da vila de Taipu, do município de Maguari.

Cunamu (Voc. ind., nome de uma árvore odorífera) — Povoado do município de Picuí.

Cupiçura (Voc. ind.,) — Povoado do município de Maguari, recebendo o nome do rio que corta o distrito. Está entre a rodovia que liga João Pessoa a Recife e a estrada carroçável de Bóca da Mata. Sua aula pública primária, em 1942, matriculou 77 alunos, obtendo 41 de frequência média.

Curemas — Antiga Boqueirão de Curemas. (Voc. ind., corr. de corêi-mbé; lábio inferior caldo) — Localidade à margem esquerda do rio Plançó, pertencente ao município deste nome. O Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, elevou-a à categoria de vila. Atualmente é próspera e de população avultada, graças à barragem que aí se faz. Tem uma capela dedicada a Santa Rita e 6 aulas públicas primárias que, em 1942, fizeram 203 matriculados, resultando-lhes a frequência média de 168. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 1 034 prédios, 217 suburbanos, 939 rurais e a população: urbana, 3 907 habitantes; suburbana, 870; rural, 4 449.

— Nome da barragem construída pela Inspetoria Federal das Obras Contra as Sécas, no boqueirão formado pelo Plançó na serra de Santa Catarina e a mais constatável do Estado, reunindo ... 720 000 000 de metros cúbicos de capacidade.

— Nome de numerosa tribo pertencente à nação cariri, ocupando vasta extensão ao S. O. da Paraíba. Resistiu bravamente aos bandeirantes, principalmente os arregimentados pelos Oliveira Ledo. Compreendendo, depois de três anos consecutivos de luta renhida, ser impossível dominá-la por meios violentos, o Coronel Manuel de Araújo Carvalho, para cumprir ordens do Governador-Geral, D. João de Alencastro, no fim do século XVII, num lance arriscado de coragem, em companhia de três prisioneiros daquela tribo, dos quais hábitualmente se fizera amigo, se dirigiu à taba do Carique e conseguiu negociar uma paz honrosa para ambos os beligerantes. Depois de tal acontecimento, é que Plançó pôde ser habitado com segurança pelos fazendeiros colonizadores.
Curimatás (Voc. ind., corr. de quirimátá: peixe de carne tenra) — Local de Campina Grande, onde, em cavernas, se têm encontrado restos fossilizados de animais antediluvianos.

Curimataú (Voc. ind.: rio das curimatás) — Rio que nasce no Estado e despeja no Rio Grande do Norte, na baía de Cunhãú, depois de uns 500 quilômetros de curso. Segundo estudos feitos pelo Padre Luis Santiago, tem o Curimatáu suas nascências no município de Campina Grande, ao S. W. da vila de Jofre, nos massapês que constituem um prolongamento do chapadão de Campos Novos, importante divisor de águas do Estado. Depois de 108 quilômetros de curso, corta a serra da Caxexa, formando o boqueirão de Jaguare, nos limites do município de Bananeiras com o de Cuité. No seu curso tem diversas denominações: — Cabeço, Catolé, Cobra, Inhani, Mocós, Salgado. Banha na Paraíba uma cidade, várias vilas e povoações. Sómente no período das chuvas, de março a agosto, conserva sua corrente. Os seus principais tributários na Paraíba, da margem direita, são: os riachos Anselmo, Belém, Bom Sucesso, Cabeço ou Caxexa, Cantinhos, Canepa ou 68, Cordeiro, Corredor, Espinheiro, Garatuba, Jandaira, Jirau, José Carlos e Salgado; da margem esquerda: Atipauá, Boqueirão, Calabouço ou Curimataú-mirim, que serve de limites com o Rio Grande do Norte, Cururu, Fogueira, Garrote, Lagoa Salgada, que vem da lagoa que lhe dá o nome, Massapê do Oliveira, Monte Pelado, Riacho de Arela, Riacho do Meio, Solidão, Tigre e o Tubíba e o rio Santa Rosa.

— Nome de um curso d’água do município do Pilar e afluentes da margem direita do Paraíba.


— Povoação do município de Caçapava elevada a vila pelo Decreto-Lei n.º 1.164 de 15 de novembro de 1935. O Decreto-Lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, mudou-lhe o nome Belém, para o atual Teve, em comêgo, a denominação Genibre. É próspera, situada na caatinga à margem esquerda do rioach Picada. Por sua posição constitui-se excelente ponto comercial e as suas feiras semanais, às segunda-feiras, são abundantes e concorridas. O distrito é algodoeiro. Na vila há uma capela de N. S.ª da Conceição, aulas públicas primárias. Agência Postal. A população se abastece num açude que lhe fica próximo ou, faltando água neste, nos mananciais existentes no sopé da Serra da Raiz, principalmente a fonte denominada Pê da Serra. O Recenseamento de 1944 contou-lhe 377 prédios urbanos, 26 suburbanos, 1.617 rurais e a população urbana, 1.211 habitantes; urbana 105; rural, 5.888.

Curral de Cima — Povoação do município de Mamanguape. Tem uma capela dedicada a São Miguel. Está no centro de uma zona agrícola-pastoril.

Curtume — Açude do município de Piancó; construído por Brazileiro Lopes Ferreira em cooperação com a Inspetoria Federal das Obras Contra as Secas. Tem a capacidade de 817.344 metros cúbicos.

Curuai (Voc. ind., talvez corr. de curuá-i: rio das cruana) — Nome primitivo do rio da Guia.

D


— Vila do município de Telê eire, sôbre a Borborema, distando da sede, para L., 20 quilômetros, aproximadamente.
Dona Inês — Pitosesca localidade do município de Bananeiras, na altitude de 400 metros acima do nível do mar. Está vizinha de grosso penedo, junto do qual existe um poço que se supõe cavado pelos índios seus primitivos habitantes. Realiza uma feira semanal, possui al-
localidade, disso resultando que o Decreto-lei n.º 520 elevou Dona Inês à categoria de vila e de distrito de paz.

— Serra onde assenta a vila precedente. É muito agrícola, tendo mais de 24 quilômetros de comprimento e seis na maior largura. É contraforte da Borborema.


E

Emas — Povoado do município de Piancó. É sede de distrito policial. Sua aula pública, em 1942, matriculou 62 alunos, tendo a média de 40.

Engenheiro Avidos — Localidade do município de Cajáceiras ao pé da barragem Piranhas, no boqueirão formado pelo rio na serra Santa Catarina. Do serviço de realização do açude, resultou o povoado que recebeu o nome em homenagem ao engenheiro que ali residiu, dirigindo e concluindo os trabalhos. O Decreto-lei n.º 1164, de 15 de dezembro de 1938, deu ao povoado a categoria de vila e distrito de paz. Funciona na via uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 36 alunos. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 273 predios urbanos, 27 suburbanos, 494 rurais e a população: urbana, 571 habitantes; rural, 2.301. A vila não tem ainda dois decênios, e se distingue por suas modernas construções.

Engenho Central — Nome popular da usina São João que originou o pitoresco povoação ali existente, avultando pelo número de fogos, pelas construções. Sua escola pública primária matriculou 171 alunos, em 1942, para uma frequência média de 154. (V. São João.)

Enseada — Pitoresca localidade à margem do oceano e ao N. do Cabo Branco, pertencente ao município da Capital. Nela funciona uma fábrica de tintas minerais, sendo a matéria-prima abundante no distrito. O nome está indicando o acidente marítimo que se recuva a partir do mencionado cabo para o norte. Existe no povoado uma aula pública primária com a matrícula de 22 alunos. A indústria foi iniciada, ali, e mantida pelo químico e proprietário Olindino de Macedo.

Entre Rios — (V. Pilões.)


Escrivão — Lugarejo do município de Guarabira, à margem da antiga estrada de Mamanguape. É centro de distrito agrícola-pastoril. Nêle funciona uma aula pública primária que, em 1942, teve 67 matriculados para a frequência média de 38.

Espalhada — Povoado do município de Alagoa Grande, no sopé da Borborema e à margem do rio Mamanguape. Tem uma aula pública primária que teve 40 matriculados, em 1942, e uma média de frequência de 36.

Esperança — Município central do Estado, ocupando uma área territorial de 351 quilômetros quadrados. O Recenseamento de 1940 encontrou no município
1 266 prédios urbanos, 235 suburbanos, 740 rurais e a população urbana, 4 108 habitantes; suburnana, 1 064; rural, 11 380. Açudes — O município conta algumas dezenas de açudes particulares, todos de reduzida capacidade. Administração — Dirige, politicamente, o município, um prefeito, nomeado pelo Interventor Federal, auxiliado por 19 funcionários permanentes. Comarca de primeira entrada, distribuem a justiça local um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A segurança pública compete a um delegado de Polícia, na sede, nomeado pelo Interventor Federal, e subdelegados, nas vilas, nomeados pelo Secretário da Justiça e a suplentes dos referidos cargos, escolhidos pelo Chefe de Polícia. Agricultura — Esperança, é município agrícola, contando uma zona onde se pratica a criação. Os seus terrenos produzem mandioca, batata, batata-mãe, milho, algodão, gergelim, etc. Aspecto físico — Situado na zona do Agreste e do Cariri, não apresenta elevações sensíveis. Assistência social — O município mantém um Fósto Médico e sociedades religiosas prestam auxílios aos necessitados. Comércio — Muito animado é o movimento comercial do município, que realiza suas transações de importação e exportação com as praças de João Pessoa, Recife e Campina Grande. Clima — Quente e seco é o clima de Esperança, mas frescado, continuamente, pelos alísios; suas noites são bem agradáveis. A temperatura não desce de 14ºC nem sobe além de 34ºC, à sombra. De ordinário, é muito salubre. Demografia — Em 1941 registraram-se no município 542 nascimentos, 71 casamentos e 743 óbitos. A delinquência constou de 80 contrações e 14 crimes, nenhum de homicídio. Distritos — Comunidade e de Aruã. Etnografia — Foram índios de nação Cariri os primitivos habitantes da região, caldeando-se depois com portugueses e brasileiros que passaram e transportaram de vários pontos da capitania da Paraíba. O elemento negro deu fraca contribuição. Feiras — Semanalmente, se realizam feiras na sede, na vila e nas povoações mais importantes. A da sede, é uma das mais movimentadas feiras da Paraíba, abastecendo vasta zona do Cariri e do alto sertão, principalmente nos períodos de seca. Fazendas agrícolas e pastórias — O município conta centenas de fazendas agrícolas e, não sendo extensos os seus campos, reduzido é o número de criadores. Em 1941, o arrolamento de seus rebanhos deu o seguinte resultado: 2 000 bovinos, 1 200 equinos, 2 300 asininos, 900 muares, 1 000 lanígeros, 1 020 caprinos e 25 000 aves. Fauna e flora — A fauna lóssil é notável: a atual não apresenta grande variação, não há matas e as extensões do agreste crescem espontaneamente as jatobáceas, constituindo os seus tratos, em determinada época do ano, um atrativo dos habitantes, mesmo de distritos afastados. Hidrografia — Os rios principais do município são Araçajú, Cabeço e Mamanguape. Das lagoas, destaca-se a Comprida, que atinge uns 4 000 metros na sua maior extensão. História — Um reservatório de água construído pelos índios, atraiu colonos que se apossaram da localidade, expulsando os primitivos moradores. Há uns oitenta anos passados, o local da cidade era ocupado pelos currais de uma fazenda chamada Banabute. Um agrupamento de vivendas ali se ergueu, sendo o ponto escolhido para uma feira semanal. Mais tarde o missionário Ibiapina substituiu-se antigo nome pelo de Esperança. Era a região parte componentes do município de Alagoa Nova. O Decreto n.º 624, de 7 de dezembro de 1925, criou o município, que se instalou no dia 31 do referido mês. A princípio foi último judiciário de Areia, depois foi elevada, a comarca de primeira entrada, instalando-a o seu primeiro juiz de direito, Bécharl Ademar Lázaro de Barros. O Decreto-lei n.º 184 de 10 de novembro de 1938, confirmou-
lhe as anteriores categorias, elevando esperança a cimeiras. Inaugura — A agrícola, é a principal indústria do município, que em 1941 exportou: 36 toneladas de batatas doces, 40 toneladas de batatinhas, 70 toneladas de mandioca, 30.000 sacos de 60 kg de farinha de mandioca, 50.000 kg de fumo em corda, 80.000 kg de fumo em folha e 500.000 kg de algodão em caroço. Instrução pública — O município conta um estabelecimento de instrução secundária e 20 escolas primárias, incluindo um grupo escolar, estando estas a cargo de 25 professores. Em 1942, houve nas aulas primárias do município 1.183 matriculados, com a frequência média de 815. No referido período, o município concorreu para o ensino público com a taxa de Cr$ 7.600,00. Limites — Os Decretos-leis n.ºs 1.164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, estabeleceram os seguintes limites municipais para Esperança: — Com Campina Grande, começando na lagoa da Marcela, prossegue pelo caminho que vai ter à lagoa do Açude, de onde continua até a frente de uma vila casa, situada na estrada que vem de Mari Prêto; daí pela mesma estrada, vem ter à lagoa Salgada, de onde continua pela estrada carroçável que vai a Bananeiras; prossegue por um caminho que vai ter ao marco n.º 3, situado na fazenda Cabeço. Com Areia, começando no marco n.º 3, localizado na fazenda Cabeço, segue pelo caminho 68, que passa nas propriedades Urubu, Municoba e Meia-Pataca até encontrar o rio Araçajú; sobe por este rio até a foz do seu afluentes, rico de Pedro Batista, deixando aquêle, sobe por este riacho até alcançar o marco n.º 5 (de Areia), colocado à margem da estrada de rodagem que vai de Areia a Esperança, na Olarca; daí, segue em linha reta até alcançar a nascente do rio do Boi, desce por esse riacho até sua embocadura, no Riachão, onde se estreiram os municípios de Alagoa Nova e Areia. Com Alagoinova, começando na toz do riacho do Boi, no Riachão, sobe por este, que passa a denominar-se riacho Amarelo, até sua nascente e, em linha reta até o marco n.º 2, situado à margem da lagoa da Marcela, ao lado do caminho carroçável de Aldêia Velha a Artiús, onde se estreiam Campina Grande e Alagoinova.

DIVISAS INTERDISTRITAIAS

Distrito da Sede com Aruís, começando no marco n.º 5, situado no caminho carroçável de Aldêia Velha a Aruís, segue por uma linha reta até alcançar o marco n.º 5, situado na bifurcação da estrada de Esperança a Aruís, com a que vai de Aruís à lagoa Comprida e Cardeiro, contínua por outra linha reta até o marco n.º 7, localizado à margem da lagoa Comprida; finalmente, prossegue por outra linha reta até alcançar o marco n.º 2, à margem do caminho carroçável de Cardeiro, na fazenda do mesmo nome, no lugar Bom Jesus. Meio social — É um dos municípios que, apesar de novo, muito tem evoluído, contendo uma sociedade polida, que mantém corporações literárias, artísticas, esportivas e religiosas. Necesidades locais — Precisa o município de grande reservatório de água, de estradas internas e de estabelecimentos de créditos que lhe estimul bem a agricultura e o aproveitamento de fibras. Patrimônio municipal — O patrimônio municipal, em 1942, era estimado em Cr$ 423.937,00. Poupações — Aldêia da vila de Urias se nomelam os povoados de Furnas, Laje-dão, Lagoa Verde, Lagoa dos Cavais, Lagoa de Pedra, Sitio Velho e Timbaubá. Religião — O município constitui uma só paróquia, de N. S.ª do Bom Conselho, criada em 1908, sendo seu primeiro vigário, o Padre Francisco de Almeida. Numa elevação do perímetro urbano se vê uma capela de N. S.ª do Perpétuo Socorro. Rendas Públicas — O município, para o exercício de 1942,
orçou sua receita em Cr$ 130 000,00 e arrecadou Cr$ 168 562,80; fixou a despesa de Cr$ 130 000,00 e efetuou a de Cr$… 146 125,40. A Coletoria Estadual, em 1941, teve a receita de Cr$ 360 036,9400 e despendeu Cr$ 125 9400. Repartições públicas — Funcionam na sede: Prefeitura Municipal, Coletoria Estadual, Grupo Escolar, Mercado Público, o Fórum, Agência Postal-Telegráfica, Inspeção Agrícola, Açougue, Cartório do Registro Civil. Sede — A sede tem o nome do município. Bem situada a 630 metros de altitude, distando 21 quilômetros de Campina Grande e 144 da Capital. É de edificação moderna, contendo várias associações, inclusive a dos Empregados no Comércio, um cinema, um bom hotel, boa iluminação elétrica, a igreja-matriz, um dos belos templos católicos do interior do Estado, um templo protestante, biblioteca pública municipal. A cidade se compõe de 4 avenidas, 10 ruas, 14 travessas e uma praça. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 1.202 prédios urbanos, 192 suburbanos, 182 rurais e a população: urbana, 3 222 habitantes; sub-urbana, 294; rural, 8 971. Vias de comunicação — Por meio de boas rodovias liga-se a Campina Grande, a João Pessoa e vários municipios do Estado. Para transporte de passageiros e mercadorias havia, em 1942 no município: 3 automóveis, 1 auto-ônibus, 14 caminhões e 14 carros de bois.

Espíritas (V. Pinharas.)
— Vila do município de Patos. Chamou-se primeiramente Cruzinha e depois Passagem, tendo-lhe o Decreto-lei n.º 320, de 31 de dezembro de 1943, mudado o nome para o atual. É vila pelo Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938. Está em belíssima situação, à margem esquerda do rio Farinha ou Pinharas, na abertura do ângulo formado pelas serras do Teixeira e Aba. Teve a singularidade de se formar de uma rua de valentões cangaceiros que obedeciam ao proprietário, também ali residente. Possui uma capela, realiza-se manancialmente feira mediocre. Na vila funciona uma aula pública primária. Está no centro de um distrito algodoeiro, distando uns dois quilômetros da rodovia-tronco. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 80 prédios urbanos, 12 suburbanos, 1 171 rurais e a população: urbana, 225 habitantes; suburnana, 69; rural, 9 538.

Espírito Santo — (V. Maguari.)
— Povoado na fazenda que lhe dá o nome, outrora engenho de açúcar açoilado por fórce hidráulica. Pertence ao distrito de Maguari. No local, atacou Rebêlho o governador holandês Tippo Eisen e o matou (V. Batalha). Funciona na localidade uma escola pública primária que matriculou 30 alunos em 1942, obtendo a frequência média de 25.

Estácada — Povoação do município de Mamanguape. É centro de zona agrícola. Conta uma capela de São Sebastião e uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 43 alunos.

Estação de Fruticultura — Pesto de mudas de plantas frutíferas e de hortaliças, mantido pelo Estado no antigo engenho Puxi, do município de Maguari.

Estreito — Nome de duas serras do Estado, uma nos limites do município de Alagoa Grande com o de Areia; outra, no município de Patos.

Fagundes — Vila do município de Campina Grande, na fralda meridional da serra de Bodómita. Começou por uma aldeia de índios Cariris, ali localizados na segunda metade do século XVII por missionários jesuítas. A fertilidade do solo regado por alguns manacais. atraiu

— Povoado do município de Santa Rita, à margem esquerda do estuário do Paraíba. Conta uma escola pública primária que teve 52 matriculados em 1942, conseguindo 20 de frequência média.


Federal — (V. Cabaceiras.)

Ferros — Lugarejo do município de Patos, distando da sede, para E. 50 quilômetros, aproximadamente. Está situado nos declives ocidentais da serra da Viração, no vértice formado por esta e a serra Aba. O distrito, apesar de muito seco, é agrícola. O topônimo veio do seu primeiro proprietário e sua fundação data de 1788. Um viajante, procedente de Caicó, ali chegando em 1784, acompanhou de um filho, vio este acometido de séria enfermidade. O local era deserto e, por sua posição, se denominava Estreito. O viajante fez um voto a N. S.ª da Conceição, de erguer-lhe uma capela naquele lugar, se o filho se curasse. Quatro anos depois iniciou a construção, que não foi concluída, e um século depois entrou em ruínas. Formou-se o povoado sem vislumbre de prosperidade, mesmo porque lá deixou de passar a estrada que comunica o sertão com o Cariri.

Fervedouro — Povoado do município de Umbuzeiro. Tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 45 alunos. Fica nas imediações da fazenda que lhe dá o nome e possui uma fonte de água mineral bastante visitada.

Filipéia — Nome por que ainda hoje, literariamente, se denomina a capital do Estado. Lembra a primitiva denominação da cidade: Filipéia de N. S.ª das Neves (V. João Pessoa).

Fior de Café — Povoado do município de Bananeiras. Sua escola pública primária matriculou 33 alunos, em 1942.

Flores — Povoado do município de Caicara. Em sua aula pública primária se matricularam 58 alunos, em 1942, obtendo 33 de frequência média.

Florianópolis — Nome dado ao rio Santa Rosa, afluentes do Paraíba.

Fogo — Serra do município de Monteiro, rica em minérios.

Formosa — Estação balnearia à margem do Atlântico, distando um quilômetro da estação ferroviária de Cabedelo; é servida pela rodovia que a liga à Capital. Deu-lhe o nome o Dr. João Américo de Carvalho que ali construiu casa de veraneio.

Fortaleza — Local a S. S. O. da capital, a cavaleiro de uma colina. Foi o vértice de um triângulo de fortificações ou trincheiras, levantadas a fim de resistirem à invasão holandesa, cobrindo a entrada do porto de Sana, a cidade alta e estradas que ligavam a Capital a Fernambuco e o interior da então capitania da Paraíba. Apesar de quase arrasadas, pois diversas ruas se estendem hoje pelas adjacências, são ainda visíveis os fossos e aterros. Na extremidade de sul, havia, até pouco tempo, uma casa para guardar pólvora, tôda em só-
lida cantaria, a qual foi vendida em hasta pública e demolida.


Frade — (V. Belém.)

Fragata — Povoado do município de Araruná, na fazenda que ao povoado deu o nome. Conta aula pública primária que matriculou 40 alunos em 1942.

Frederikstadt — Nome dado pelos holandeses à matrícula da Paraíba. (V. Paraíba).

Fundão — Povoado do município de Monteiro, sôbre a serra do Arabó, nos limites S. do Estado. É centro de distrito exclusivamente agrícola.

Furna dos Cabecios — Lugarejo do município de São João do Cariri. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 26 alunos.

Furnas — Povoado do município de Esperança, contando uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 52 alunos, tendo 41 de frequência média.

G

Gado Bravo — Lugarejo do município de Monteiro. Tem aula pública primária que matriculou 30 alunos, em 1942.


Gameleira — Lugarejo do município de Santa Rita, à margem esquerda da rota do Paraíba.

— Local do município de Caigara, onde o engenheiro Francisco Resumia afirmou existir abundante jazida de ferro.

— Povoado do município de Tabajana, contando uma aula pública primária que, em 1942 matriculou 37 alunos.

— Povoado do município de Guarabira. Sua escola pública primária, em 1946, matriculou 57 alunos, tendo 30 de frequência média.

Garaú (Voc. ind., garagá-ú: água ou rio do peixe-ro) — Rio que forma delta ao lançar-se à margem esquerda do Paraíba, originando várias ilhotas. Nasveu município de Santa Rita, banhando terrenos férteis, sendo parte de seu curso navegável por embarcações de pequena calado.

— Vila do município de Santa Rita. Teve primitivamente o nome de Livramento, mudado para Tabajaras pelo Decreto lei n.° 1.164, de 16 de novembro de 1938, que elevou o povoado à categoria de vila. O Decreto-lei n.° 520, de 31 de dezembro de 1943, substituiu-lhe o nome pelo de Garaú. Está à margem do rio de igual nome, conta uma capela que outrora chegou a ser freguesia. Decaindo, incorporou-se à paróquia de Santa Rita. Sua população entrega-se à pesca e à agricultura. Funcionam na Vila 2 aulas públicas primárias que, em 1942, matricularam 119 alunos, tendo 72 de frequência média. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 223 prédios urbanos, 1.843 rurais e a população: urbana, 886 habitantes; rural, 0.256.
Garrotes — Promissora localidade do município de São João do Cariri. Realiza aos sábados, uma tetra de apreciável movimento. O Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, deu-lhe a categoria de vila e distrito de paz, e mudou-lhe o antigo nome, Santa Ana dos Garrotes, para o atual. Conta uma capela de Santa Ana e duas aulas públicas primárias que, em 1942, matricularam 101 alunos, tendo 80 de frequência média. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 149 prédios urbanos, 20 suburbanos, 1 011 rurais e a população: urbana, 348 habitantes; suburban, 87; rural, 4 605.

Goiamunduba (Voc. ind.) — Lugarejo do município de Bananeiras. Sua aula primária, em 1942, matriculou 52 alunos.

Goiana (Voc. ind., guá iá: pörto do vale) — Rio do Estado de Pernambuco que, em sua foz, serve de limite entre o referido Estado e o de Paraíba.

Gonçalo — Estação balnearia, arrabalde de Tambau. Tem boa edificação e uma capela. O nome lhe veio do antigo proprietário que ali residiu.

Gramame (Voc. ind. Segundo Teodoro Sampaio de gará-mamó: a cerca, o curreal. Elas Hereckman, apoiando-se na lenda de uma índia apaixonada por um moço selvagem prisionheiro, de nome Gará. abracou-se com êste na ocasião em que o iam levar ao sacrifício, exclamando: "Gará-ma-ma": meu Gará, quem matar-te). — Rio de notável volume de água. Nasce na propriedade Gramame do Amaro, ao N. de Pedras do Fogo, banhando as propriedades Gramame dos Belhões, Gramame do Bentinho, Congo, Varzea, Caxitu, Ponte de Gramame, Mituacu. Recebe as águas de vários rios e ribeiras, entre os quais o Mombaba, o Praia, o Utinga, o São Bento. Rega terrenos ubérrimos, corta a rodovia que líca João Pessoa ao Recife; e, ao S. das barreiras de Japarapé, lança-se no Atlântico, depois de 75 quilômetros de curso, calculadamente. Seu navegável da foz até a ponte, mas quase todo seu álveo está obstruído pelos troncos de árvores que nêle tombaram. Outrora utilizavam o seu vale no cultivo da cana-de-açúcar, produto que era transportado em barcaças. Atualmente cogitam no saneamento do Gramame e na desobstrução de seu leito.

Grande — Rio. Nasce no município de Conceição e depois de alguns quilômetros toma o nome de Piancó (V. Piancó).

— Serra do município de Misericórdia.

Graú (Voc. ind., corr. de gará-ú: água ou rio do gará) — Rio que nasce no distrito de Jacoca, ao S. da Capital; e, depois de 30 quilômetros de curso, despeja na enseada de Tambara, no Atlântico. Tem pequeno trecho navegável por embarcações de pequeno calado.

Gravatá (Voc. ind., corr. de crauá-ata: crauá forte) — Povoado do município de Guarabira; tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 30 alunos.

— Povoado do município de Calçada, tendo aula pública primária que, em 1942, matriculou 59 alunos, obtendo a frequência média de 34.

— Lugarejo do município de Piancó; tem aula pública primária.

— Rio. Nasce na serra do Bom Conselho, município de Princesa Isabel, entra no de Piancó e de águas no rio dêste nome.

Gregório — Pequeno rio do município de Alagoa Grande e afluente do Mamanguape.

Grupiúna (Voc. ind., talvez corr. de guiri-pi-una: bagre fino e prêto) — Escoalduro da lagoa Acajutibór para a margem esquerda do rio Mamanguape.

Gruta funda — Riacho perene do município de Serraria.

Guaíra (Voc. ind.: lugar próximo do caranguejo) E' nome de uma planta silvestre que dá frutos comestíveis, de
bela cór violácea) — Povoação com uma capela, à margem esquerda do rio Goana, pertencendo ao distrito de Pitimbu, município da Capital. O pontal de Guajiru, à beira-mar, está a 7º-28'16" lat. S. e 34º-50'17" de long. W. Gr.

Guaju (Voc. ind., corr. de guaji-ú: rio da cabra montês, o veado) — Rio conhecido outrora pelos nomes de São Marcos e Guaramatá. Limita o Estado do Rio Grande do Norte com o de Paraíba. Tem aproximadamente, 50 quilômetros de curso. Sua foz é bordada por duas ordens de recifes; na preamar dá entradas a jangadas e barcaças. Passando a barra, que é sócia e de 200 metros de largura, tem o rio maior profundidade.


Guapaba ou Aguapaba (Voc. ind., talvez corr. de a-gua-apab: todo de pçnas listradas) — Lugarejo do município de Umbuzeiro, à margem esquerda do rio Paraíba. Originou-se de uma fazenda de criação fundada em 1740 por Luís da Costa Cabaceiras.


marca de segunda entrada, estão os negócios atinentes à Justiça local a cargo de um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A ordem pública, a segurança individual são da alçada de um delegado de Polícia na sede, de subdelegados, nas vilas. O primeiro, nomeado pelo Interventor Federal; os demais escolhidos pelo Secretário da Justiça. Ao Chefe de Polícia do Estado, compete a nomeação de suplentes para os referidos cargos. Agricultura — A principal riqueza do município está na sua agricultura, podendo afirmar-se que, à exceção de pequeno trecho de caatinga, não sofre o município o flagelo da seca. Os seus terrenos produzem tôdas as culturas tropicais e mesmo certas espécies dos climas temperados. Cultiva cereais, mandioca, cana-de-açúcar, café, algodão, pimenta da índia, sendo muito apreciadas as frutas dos seus pomares. Aspecto físico — A exceção de trechos planos na caatinga, é bem irregular o solo do município. Suas serras, contrafortes da Borborema, são as seguintes: Aldeia, Boi, Campineiro, Canastra, Capim, Cruzeiro, Espinho, Gameleira, Jurema, Labirinto, Pau-d'Arco, Poço Esmurro, Quati. Assistência social — Conta um Pós de Higiene, mantido pelo Estado, o qual registrou, em 1942, na profilaxia: Pessoas atendidas pela primeira vez — helmintoses, 613; paludismo, 447; sífilis, 113; outras doenças, 1 062. Vacinação: anti-variólica, 803; antítifica, 1 266; outras, 18. Comércio — O comércio comercial de Guarabira, que exporta algodão, couros, fibras, arroz, cereais, farinha de mandioca, rapaduras e frutas, importando tecidos, ferragens, gêneros de estiva, artigos de modas, de armariinhos, etc. Mantém relações comerciais com as praças de João Pessoa, Recife, Natal, Campina Grande, e outras do sul e do norte do País. Clima: — No período das chuvas, o município é quente e úmido; no verão é quente e seco, não excedendo a temperatura.
de 24°C a sombra, sem baixando mais de 18°C. Normalmente é salubre. Dis-
tritos — Guarábira está dividida em seis distritos: Araçajú, Cuité, Camará-
zai, antigo Mulungu, Pirpirituba, Taua-
tuba, antiga Alagoinha e o da sede. Demografia — Em 1942 registraram-se em Guarábira 705 inscritos, 276 cas-
samentos e 396 óbitos, dêses, 16 natu-
mortos e 20 de 0 a 1 ano de idade. Étnografia — Como na maioria dos munícipios paraibanos, a população de Guarábira está constituída por elemen-
tos das raças portuguesa, indígena e aç备nha, existindo em menor percentagem. No tempo da conquista era povoada por potiguaras. Feiras — Não somente na sede, mas em tôdas as vilas do munícipio e povoações principais, se rea-
lizam, semanalmente feiras abundan-
tes. Fazendas agrícolas e pastorais — Conta o município centenas de pro-
priedades agrícolas e algumas fazendas pastorais, entre as quais, se notam a in-
fluência de métodos modernos. Fauna 
e flora — A fauna apresenta variedades em voláteis, especialmente na ordem dos pássaros canores. Dentre os animais silvestres notam-se tatus, veados, gatos bravos, raposas, etc. A flora, além de plantas medicinais, conta restos de matas onde crescem o angico, a areia, o amarelo, o pitía-marfim, o cedro, a jurema, o pau-d'arco, etc. Hidrografia — Corta o município, o Mamanguape e o seu tributário o Araçajú, sendo afluentes deste, em Guarábira, os ria-
chos Curral Picado, Guarábira, Palmérea, Poções, Poço Esfuro, Quandu e Tauá ou Mari. Os afluentes principais do Ma-
manguape, no município, são: Boqueirão, Camarázai, Jenipapo, Mombuca, Padre, Piraúna, Quati, Tananduba, Tigre e Uruçu. História — Os terrenos que constituem o município, foram con-
hecidos desde fins do século XVI, em con-
seqüência de sua proximidade do Co-
pauba, ponto naquela época frequentado por contrabandistas franceses, a princi-
pio, depois pelos portugueses e até pelos flanqueiros. A poucos quilômetros da sede, ficam as terras do Morgado, ins-
tituição do Marquês da Copoaba, Duarte Gomes da Silveira. Os holandeses, sob a direção de Elias Herckman, subiram pelo Araçajú, em busca de ouro. Após a Restauração, o Padre Francisco Fer-
reirô obteve a doação de duas leguas em quadro e as vendeu ao português José Gonçalves da Costa Beiriz, natural do Concelho de Póvoa do Varzim, distrito do Porto. O comprador saíra de Por-
tugal apavorado com os efeitos do ter-
remoto de 1755, tendo feito voto a N. S.ª 
la Luz de mudar-se para outra terra onde lhe edificaria um templo. Real-
mente: adquirida a propriedade voltou ao reino e de lá trouxe quatro filhos e um sobrinho, dos quais ainda hoje se 
conhece a descendência. Levantou a capela, construíu habitações, formou o primitivo povoado no local chamado pelos indígenas guaraobira ou guarábira. A povoação floresceu e a Lei n.º 17, 
de 27 de abril de 1837, criou-a Vila de 
Independência e Freguesia de N. S.ª 
a Luz, ficando judicialmente perten-
cendo à Comarca de Areia. A Lei n.º 841, 
de 26 de novembro de 1887, elevou-a 
a categoria de cidade sob a denominação 
de Guarábira; por fim, a Lei n.º 8, 
de 15 de dezembro de 1892, criou-a co-
marca. Os Decretos-leis ns. 1164 e 520, 
respectivamente de 15 de novembro de 
1928 e 31 de dezembro de 1943, concer-
varam-lhe as categorias e lhe determi-
naram os limites. Em 1822 levantou-se 
em seu território grande motim como 
protesto à Constituição portuguesa ju-
rada por D. João VI. Os insurretos 
sairam do lugarejo Cuité, atacaram Ala-
goa Grande do Paó, avançaram contra 
Areia, onde foram desbaratados pelo 
povo e pelo destacamento local. Em 
1874, os Quebra-Quilos, cometaram de-
predações no município. Homenagens — Guarábira tem tido filhos que se 
distinguíram na política, nas letras, na 
indústria. Nas áreas salientam-se o pintor 
Antônio Peregrino de Castro, que residiu
e faleceu, em São Paulo, onde foi redator artístico da *Vila Paulista*. Em 1906, realizando, na capital do Estado referido, uma exposição dos seus melhores quadros, obteve grandes louvores a sua têra *Teso em Falso*. *Indústria* — Município particularmente agrícola, não experimentando períodos de prolongado estio, faz criação de gado bovino na caatinga e agricultura nos demais terrenos. Conta 940 aviamentos para o preparo de farinha de mandioca, 12 engenhos, a maioria a vapor, para o fabrico de rapaduras e aguardente, usinhas para beneficiar arroz e algodão.

Em 1941 exportou o município 90 000 kg de couros de boi, 12 000 sacos de 60 kg de arroz, 10 000 sacos de milho, 10 000 abacaxis, 80 000 laranjas, 6 000 cachos de bananas, 81 755 l de aguardente e 1 650 512 kg de rapaduras. *Instrução* — É um dos municípios paranaenses bem servidos de escolas públicas, contando a sede um estabelecimento de instrução secundária, uma Escola Normal. Somam 92, as escolas primárias do município, a cargo de 69 professores. Em 1942, essas escolas matricularam 3 320 alunos, com a frequência média de 2 048. O município concorreu em 1942 com a cota de Cr$ 39 560,06 para auxílio às despesas do Estado com a instrução pública primária. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram-lhe os seguintes limites: — *Com Areia*, começando pelo marco n.º 6 (de Alagoa Grande), situado à margem do caminho de tropa de Tauá, no ponto onde o mesmo corta a linha por ela, e, em seguida, direc. pela vertente e em linha reta atravessa o rio Tauá e alcança, na propriedade Pé da Serra, o marco n.º 13 (de Areia); deste marco, prossegue por outra linha reta até o marco n.º 12 (de Areia), situado na serra da Vaca Morta, ainda por outra linha reta, prossegue até o marco n.º 11 (de Areia), situado na serra do Mófo; finalmente, prossegue desse marco até o de n.º 10 (de Areia), situado à margem do caminho de tropa de Almecega, na propriedade Ouro Verde. *Com Serraria*, começando no marco n.º 10 (de Areia), situado à margem do caminho de tropa de Almecega, na propriedade Ouro Verde, segue em linha reta até alcançar a linha de cumeada da serra da Gameleira, prossegue por ela e, em seguida, por uma linha reta até alcançar o pico da serra do Capim; deste pico, segue por outra linha reta até alcançar o marco n.º 1, colocado no ponto onde o caminho de tropa do Espírito corta o riacho Pirwaú; deste marco, prossegue em linha reta até alcançar a pedra da Canastra, prosseguindo por outra linha reta até o marco n.º 3, à margem da estrada de rodagem de Cuiteji a Pilões, na antiga mangueria; deste marco, prossegue em linha reta até alcançar o pico da serra do Pau d’Arco do Laborinto; deste pico, segue em linha reta até o marco n.º 8, situado à margem do caminho carroçável que vai a Serraria; continua por ele a sua interseção com a antiga estrada carroçável de Bananeiras; dá, prossegue em linha reta até alcançar o ponto onde a referida estrada corta o riacho Pogo Escuro, na propriedade Cachoeira de Baixo, no marco n.º 4 (de Bananeiras). *Com Bananeiras*, começando no marco n.º 4, situado no ponto onde a estrada carroçável corta o riacho Pogo Escuro, na propriedade Cachoeira de Baixo, segue em linha reta até atingir o pico da serra da Samambaia; deste pico, prossegue por outra linha reta até o marco n.º 5, situado na linha de cumeada da serra do Bebedouro; prossegue por ela e, em seguida, por uma linha reta até alcançar o marco n.º 2, situado à margem da estrada de rodagem Piripirituba-Bananeiras, na propriedade Pacova; continuando pela referida estrada até a sua interseção com o caminho de tropa de Guarabira, no lugar Ladeira de Pedra. *Com Caçara*, co-
meçando na interseção do caminho carroçável de Guarita com a estrada de rodagem Belém–Piripirimuba, prossegue pela referida estrada até a ponte sobre o rio Piripirimuba, desce por esse rio até o ponto onde o mesmo é cortado pelo caminho de tropa de Piripirimuba a Mamanguape; prossegue por este caminho até o povoado de Sertãozinho, que fica dividido para os dois municípios; continua pelo referido caminho, passando pela Cova do Mascate até cortar o riacho da Nascença, no ponto onde está situado o marco n.º 1 (de Calçara), nos limites com Mamanguape. Com Mamanguape, começando no marco n.º 1 (de Calçara), situado no ponto onde o caminho de tropa de Piripirimuba a Mamanguape corta o riacho da Nascença, desce por esse riacho até cortar o caminho de tropa de Marmarail; prossegue pelo referido caminho até cortar o rio Guandu; desce por este rio até a sua foz, no rio Mamanguape; dêste ponto, prossegue em linha reta até alcançar, na margem oposta, o caminho de tropa de Lagoa Nova, continuando por este caminho até a sua interseção com o caminho carroçável de Araçaji a Lagoa do Félix; e prossegue por este caminho até o povoado Violeta, que fica dividido para os dois municípios, dêste ponto, prossegue em linha reta até alcançar o marco n.º 1 (de Mamanguape), situado na Lagoa do Félix, onde se estremai os municípios de Mamanguape e Sapé. Com Sapé, começando no marco n.º 1 (de Mamanguape), situado na Lagoa do Félix, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 5, situado na Lagoa do Taumata, a margem do caminho carroçável de Contendas a Araçaji; prossegue pelo referido caminho até alcançar a estrada de rodagem de Camarazal a Sapé, onde se estremam os municípios de Sapé e Pilar. Com Pilar, começando no ponto onde o caminho carroçável de Gurinhém à Lagoa de Taumata atinge a estrada de rodagem Camarazal-Sapé, na propriedade Umarri, prossegue pela referida estrada de rodagem até o marco n.º 6, situado entre as propriedades Cipoal e Primavera; dêste marco, prossegue em linha reta até alcançar o marco n.º 7, situado na propriedade N. S. da Aparecida, à margem da ferrovia da “The Great Western of Brazil Railway Co. Ltd.”; dai, segue em linha reta até o marco n.º 8, localizado na lagoa do Jundiá, à margem do caminho carroçável de Camarazal a Gurinhém; dêste, segue em linha reta até o marco n.º 1 (de Pilar), situado entre as propriedades Lagoa Nova e Sítio, nos limites com Alagoa Grande. Com Alagoa Grande, começando no marco n.º 1 (de Pilar), situado na barragem do açude particular Alagoa Nova, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 12 (de Alagoa Grande), situado na propriedade Alagoa Nova; por outra linha reta, prossegue até o marco n.º 11 (de Alagoa Grande), situado na lagoa do Russo; por outra linha reta até o marco n.º 10 (de Alagoa Grande), situado na lagoa dos Turcos, a margem da estrada carroçável Alagoa Grande-Camarazal, prossegue por ela até o seu cruzamento com o caminho de tropa do Gomes, continua por este caminho, corta a ferrovia da “Great Western” e o rio Mamanguape até o marco n.º 9 (de Alagoa Grande), situado na lagoa do Padre, dêste marco, em linha reta, até o marco n.º 8 (de Alagoa Grande), situado à margem do riacho Tanques, na propriedade do mesmo nome; dêste marco, prossegue pelo caminho de tropa que corta a serra do Sapo até o marco n.º 7 (de Alagoa Grande), situado na lagoa da Canafistula, à margem da estrada de rodagem Alagoa Grande-Taumatuba, continua pela referida estrada até o marco n.º 12, na interseção com o caminho de tropa de Monte Alégro, segue por
Divisões interdistritais

Distrito da Sede com Piripirimba, começando no ponto onde a estrada carroçável corta o riacho Poço Escuro, nos limites com Bananeiras; desce pelo referido riacho até a sua foz, no rio do Padre, desce ainda pelo rio do Padre até o primeiro ponto de interseção da estrada de rodagem Guarabira-Piripirimba com a ferrovia da "Great Western" (ramal de Bananeiras) e prossegue pela referida ferrovia até à estação Itamataí. Distrito da Sede com Araçají, começando na referida ferrovia, na estação de Itamataí, segue em linha reta até alcançar a nascente do rio Tananduba, desce por esse rio até a sua foz, no Araçají; daí, em linha reta até o ponto onde o caminho carroçável de Contendas à lagoa do Taumatá-Mirim corta o rio Mamanguape. Distrito da Sede com Tauatuba, começando no ponto onde o caminho carroçável de Contendas à lagoa do Taumatá-Mirim corta o rio Mamanguape, segue pelo referido caminho até o marco n.º 10, colocado nas proximidades da fazenda Cachoeira. Distrito da Sede com Cuitéji, começando no marco n.º 10, situado à margem do caminho carroçável de Contendas à lagoa do Taumatá-Mirim, nas proximidades da fazenda Cachoeira, prossegue por esse caminho até o marco n.º 14; daí, em linha reta até o marco n.º 15, situado à margem da ferrovia da "Great Western"; dêste, ainda em linha reta, até o marco n.º 16, situado no povoado de Roma, que fica para cuitéji; daí, prossegue pela estrada de rodagem de Cuitéji a Guarabira até o engenho Mara-bondão; dêste ponto, em linha reta, ao pico Pedra Rajada e dêste, ao marco n.º 2, situado nos limites com Serraria. Distrito de Piripirimba com Araçají, comegando na ferrovia da "Great Western", na estação de Itamataí, prossegue pela ferrovia do ramal do Rio Grande do Norte até cortar os limites municipais com Vaulara, na estação de Sertãozinho. Distrito de Araçají com Camarázal, começando no ponto onde o caminho carroçável Contendas-Lagoa Taumatá-Mirim corta o rio Mamanguape, sobe por este caminho até a lagoa Taumatá-Mirim, nos limites com Capé. Distrito de Camarázal com Tatuatuba, começando no ponto onde o caminho carroçável Contendas-Lagoa Taumatá-Mirim corta o rio Mamanguape, sobe pelo referido rio até o marco n.º 11, situado nas proximidades da fazenda Boa Vista: dêste marco, segue em linha reta até o marco n.º 12, colocado à margem da ferrovia da "Great Western"; ainda em linha reta até o marco n.º 13, colocado à margem da estrada Camarázal-Tatuatuba, no povoado Gravatá; ainda em linha reta até a lagoa da Canafistula, nos limites municipais com Alagoa Grande. Distrito da Sede com o de Contendas, começando na foz do riacho Mun-buca, no Araçají, desce por esse rio até a sua confluência com o Tananduba. Meio social — O meio social, especialmente o da sede e o das vilas, é adiantado, revelando a maioria dos seus moradores, costumes dos habitantes das metrópoles próximas. Na sede existem sociedades literárias, recreativas, esportivas, artísticas, religiosas, contando com uma empresa editória, tendo tido vários periódicos. Patrimônio municipal — O patrimônio municipal, em 1941, elevava-se a Cr$ 565 733,10. Povoações — Além das vilas, conta várias povoações, sendo as mais importantes: Bebedouro, Barra de Cuitéji, Colônia, Cachoeira, Gravatá, Itamataí, Lagoa da Telha, Maciel, Malhada, Paul, Santa Lúcia, São José e parte de Sertãozinho. Religião — O município forma uma só freguesia de N. S.ª da Luz, criada por Decreto Provincial n.º 17, de 27 de abril de 1837. Possui bela matriz, templo
de construção moderna e as capelas filiais de N. S.ª da Conceição, em Piripirituba; N. S.ª do O. em Cuijetej; de S. Sebastião, em Pilózeinhos. Rendas públicas — O município, para o exercício de 1942, orçou sua receita em Cr$ 354 000,00; arrecadou Cr$ 453 886,10; fixou a despesa de Cr$ 400 000,00 e efetuou a de Cr$ 433 220,90. Em igual exercício, a Coletoria Federal arrecadou Cr$. . . . . 256 391,90. Em 1941, a Coletoria Estadual teve a receita de 684 880 650 e a despesa de 427 134 200. Reparações públicas — Conta: a Prefeitura Municipal, Agência Postal-Telegráfica, Coletorias Estadual e Federal, Estação Ferroviária, o Fórum, Grupo Escolar, Cartório do Registro Civil, Mercado Público, etc. Sedes — A sede é a cidade de Guarabira, cortada pelo riacho deste nome, e ao pé da estação ferroviária, justamente no ponto onde termina a Conde d'Eu e começa o ramal de Nova Cruz. Fica a N.O. de 101 quilômetros. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 1 433 prédios urbanos, 361 suburbanos, 4 311 rurais e a população: urbana, 4 985 habitantes; urbana, 2 173; rural, 19 750. A cidade assenta em terreno muito irregular, tornando-se dispensada sua remodelação. Nela estão 2 avenidas, 4 ladeiras, 3 praças, 32 travessas e 22 ruas. Na sede funcionam sociedades literárias, artisticas e esportivas, estabelecimentos de diversões. Uma empreza de electricidade fornece luz e energia. Entre as obras de arte, apresenta um monumento comemorativo da fundação da cidade e uma herma do ex-presidente Getúlio Vargas. O município mantém uma biblioteca pública, uma banda de música, um Pólo de Higiene e um serviço de remoção de lixo. A edificação é boa, possuindo prédios públicos e particulares de boas linhas e amplas proporções. Vias de comunicação — Guarabira, como a maioria de suas vilas, é servida de regulares vias de comunicação, sendo a estrada de ferro a principal. Uma ro-
dovia estabelece também ligação entre o município e outros, do Estado, inclusive o da Capital. Linhas regulares de ônibus fazem o transporte de passageiros. Em 1941, o cadastro municipal enumerava 21 automóveis, 3 motociclos, 3 auto-ônibus, 16 caminhões e 36 carros de bois.

Guarani — Povoado do município precedente; conta a uma aula pública primária que teve 36 matriculados em 1942 e a frequência média de 25.

Guaribas (Voc. ind., guaar-ib: o uivador. Nome de uma espécie de símios que vivem em sociedade) — Serra do município de Umbueteiro, contrarredea da Borborema.

— Povoado do município de Araruna cuja aula pública primária, em 1942, matriculou 49 alunos, tendo a frequência média de 25.


— Lugarejo do município de Munhanguape, tendo uma capela dedicada a Santa Rita.

— Arrabalde da vila de Pitimbu, separada pelo riacho deste nome.

Guia — Lugarejo do município de Santa Rita, à margem esquerda do rio de nome igual ao do povoado, ao pé de um outeiro que defronta Cabelelo. No alto, em belíssima situação, mas em
adiantada ruina, cu vê um antigo covento, construído por frades da ordem Carmelitana e dedicado à N. S.ª da Guia. Para o local transportaram os holandeses os índios de Pontal e Jacuípe, que mais tarde abandonaram a povoação. Em 1877 transformaram Guia, numa colônia de retirados do sertão. Quase todos, porém, foram ali vitimados pela malária e pela varíola.

Gurinhém (Voc. Ind.) — Rio. Nasce no distrito de Serra Redonda, município de Inga, atravessa um distrito de Alagoa Grande e, no engenho Marañ, deságua à margem esquerda do Paraíba.


Gurjão — Tinha o nome de Timbaúba do Gurjão, mudou-o o Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. Pertence ao município de São João do Cariri e foi elevado a vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. Realiza uma feira semanal, e sua escola pública, em 1942, matriculou 68 alunos, tendo a frequência média de 32. O Recenseamento de 1940, contou-lhe 57 prédios urbanos, 21 suburbanos, 490 rurais e a população: urbana, 139 habitantes; urbana, 89; rural, 2 080. A vila assenta no local de antiga fazenda de criar, de cujo proprietário recebeu o nome.

Ibiapina — Antiga Barra (V. Jura).

Ibiapinópolis — Município a O. da capital do Estado, tendo pequeno trecho ao N. limitando-se com o Estado do Rio Grande do Norte. Assenta no Cariri, no plano alto Borborema, numa área territorial de 2.157 quilômetros quadrados, contando, segundo o Recenseamento de 1940, uma população de 15 901 habitantes, assim divididos: zonas urbanas, 2 574 habitantes; suburbanas, 322; rurais, 13 025, acomodados em 876 prédios urbanos, 47 suburbanos e 2 722 rurais. Águas — O município conta algumas dezenas de pequenos açudes particulares; em Juazeirinho existe um açude-público de regular capacidade e na vizinhança da sede se encontram dois outros reservatórios públicos. (V. Negrihanos e Soledade). Administração — Politicamente, dirige a comuna um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por 12 funcionários permanentes. Sede de Comarca de primeira entrada, um juiz de direito, dois suplentes e, demais órgãos auxiliares, têm a seu cargo os interesses da Justiça local. A segurança pública compete a um delegado de Polícia, na sede, e subdelegados, nas vilas, estes nomeados pelo Secretário da Justiça; o primeiro, pelo Interventor Federal. Os suplentes para tais cargos, são escolhidos pelo Chefe de Polícia. Agricultura — Município muito castigado pelas estiagens prolongadas, tem agricultura pouco desenvolvida. Cultiva algodão, cereais e se está interessando pela cultura do cana, plantada nativa que se ia extinguindo ao rigor das contínuas queimadas, providamente praticadas para beneficiar os rebanhos nos anos de seca. Aspecto físico — Ocupando na zona do Cariri, parte do vasto plano alto Borborema, o terreno do município é quase todo plano. Apresenta, entretanto algumas elevações como Remédio, Costa ou Fortuna que alcançam 850 metros de
IBIAPINÓPOLIS

altura. A serra do Borges é a principal do município. Clima — O clima é quente e seco, mas muito ameno durante a estação das chuvas, de março a agosto, quando a temperatura desce a 14°C. Durante o verão, nas horas mais quentes do dia, pode subir o termômetro até 34°C, à sombra. Mesmo nessas épocas as noites em Ibiaipinópolis são agradáveis, devido aos alisos. Comércio — Tem algum movimento comercial, mantendo suas transações, especialmente com a praça de Campina Grande. Demografia — Em 1942 registraram-se no município 219 nascimentos, 26 casamentos e 283 óbitos, 7 natimortos. A delinquência constou de 30 contravenções e 2 crimes, nenhum, porém, de homicídio. Distritos — O da sede, de Juazeirinho, Olvedos e Seridó. Fazendas agrícolas e pastoris — No município se relacionam mais de cinquenta fazendas de criação que são também agrícolas. Eis as mais importantes: Algodoá, Ana de Oliveira, Arapó, Aroeira, Arruda, Boiato, Bonito, Capim, Catolé, Coelho, Campos, Curalinho, Cachoeira, Espírito Santo, Faustino, Fortuna, Floriano, Grossos, José Nunes, João Fernandes, Lanchinha, Lívramento, Malhada, Malhadinha, Malhada da Areia, Messias, Mulungu, Mundo Novo, Navalha, Olho-d’Água do Tapuia, Pega, Pedra d’Água, Pedra de Fogo, Pedra Preta, Pendêndia, Quixodi, Remédio, Rialhão, Santa Luzia, Santa Teresa, São Brás, Seguro, São Gonçalo, Seridózinho, Vas de Zumbi. Em 1941, não obstante a seca, somavam os seus rebanhos: 6 000 bovinos, 800 equinos, 5 000 assinos, 3 000 lanígeros, 5 000 caprinos, 1 700 suínos e 10 000 aves. Feiras — Na sede de Juazeirinho, se realizam semanalmente feiras de apreciável movimento comercial. Em menor proporção, se verificam as das vilas de Olvedo e Seridó. Etnografia — Descende a população atual de famílias portuguesas que se estiveram no município, às quais se misturou o elemento indígena. Insignificante foi a contribuição do africano. Fauna e flora — O município está envolvido na região das cactáceas e bromélias, contando espécies florísticas que lhe recordam devastação das matas. Isolados, aqui e ali, crescem a aroeira, a ibiraiína ou braúna, o angico, o umbuzeiro, a umbrurança. A fauna é representada por aves de rapina e trepadeiras, pombos bravos, pássaros, insetos, animais de pequeno porte como o tatu, a rapós, o gato selvagem, o preá, etc. Hidrografia — Pouco importante é a hidrografia de Ibiaipinópolis; as correntes mais importantes, caudalosas somente na estação das chuvas, são: o rio Floriano ou Santa Rosa, os raios do Padre, o Quixodi. História — O município começou pelo núcleo de Soledade, hoje Ibiaipinópolis, primitivamente chamada Malhada Vermejina, parte componente de uma fazenda adquirida pelo português João de Gouveia e Sousa. Este se situava numa das datas de terra do Riacho do Padre, que comezava no Olho-d’Água do Tapuia-Pega e estende-se até Barra das Vacas. Os netos do primeiro proprietário, filhos do genro dêste, José Alves de Miranda, José de Gouveia e Sousa, fizeram doação do patrimônio para uma capela, mas a primeira construção foi um cemitério levantado pelo missionário Ibiaípina, para inumação de vítimas da segunda cólera, em 1864. Antes disto, os enterrados se faziam em São João do Cariri, numa distância de 70 quilômetros. No cemitério, edificou o referido missionário uma capelinha, a qual, depois de tempo, foi ainda pelo Padre Ibiaípina ampliada, ocupando toda a área do antigo Campo Santo. Em torno do templo surgiu e cresceu a povoação que, anos adiante, foi elevada a vila sob a denominação de Soledade, pelo Decreto n.° 791, de 24 de setembro de 1885. O início da fundação da vila, propriamente, se verificou em 1872, quando Manuel Maria, descendente dos primeiros colonizadores, ergueu a primeira casa de taipa, até pouco tempo existente. Por Lei n.° 538, de 23 de
juízo de 1890, foi sede de comarca, extinta em outubro de 1891. No governo do Dr. Argemiro de Figueiredo, mudaram a sede do município para Juazeirinho. O Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, faz voltar a sede a Soledade, mudando-lhe o nome, para evitar dúplice, e homenagear o Padre José de Maria Ibiapina. Instrução — Nos anos, não se praticou outra indústria no município, exceto a agro-indústria. A partir da década de 1940 se iniciou, muito rudimentarmente, a indústria extrativa. Em 1941 exportava o município 250.000 kg de algodão em caroço, 14.000 kg de algodão em puma, 1.360 sacos de 60 kg de feijão, 6.080 sacos de bagas de mamona, 40.000 kg de berilo, 12.000 kg de casca, 5.000 kg de colômbia.

Inspeção — No município há, sômente, a instrução pública primária, ministra-a em 12 escolas, dirigidas por 12 professores. Nesses estabelecimentos, as matrículas, em 1942, somaram 272 alunos, resultando 286 de frequência média. A cota do município para auxílio às despesas do Estado com a instrução primária, foi de CR$ 6.740,00, em 1941. Limites — O Decreto-lei n.º 1.164, de 15 de novembro de 1938, e o Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, estabeleceram os seguintes limites municipais: Com Patos, começando no marco n.º 3 (de Taperoá), situado à margem da rodovia-tronco, no lugar Batentes, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 7 (de Patos), situado na linha de cumeada da serra da Cajazeiras, no lugar Muquém. Com Sabuji, começando no marco n.º 7 (de Patos), situado na linha de cumeada da serra da Cajazeiras, no lugar Muquém, prossegue por ela e, em seguida pelo do seu contrafortes, conhecido por serra da Samambaia, até o marco n.º 1, situado na sua extremidade norte deste marco, prossegue por uma linha reta até alcançar a foz do último córrego da margem direita do rio Catolé; sobe pelo referido córrego até a sua nascente na linha de cumeada da serra da Carneira, onde se estremam os municípios de Sabuji e Parelhas (este do Rio Grande do Norte). Com Rio Grande do Norte — (Município de Parelhas), começando em a nascente do último córrego que deságua no rio soco Catolé, segue pela linha de cumeada da serra da Carneira, em seguida por uma linha reta até alcançar a ponta da serra das Queimadas, na fazenda Tanques. Com Picuí, começando na cachoeira da Caiobéia, no rio Seridó, sobe por este rio até a foz do rio das Cabras; ainda sobe pelo referido rio até cortar a estrada carroçável do Seridó; prossegue por ela até cortar a linha de cumeada e por esta linha, até o marco n.º 1 (de Cuité), situado na fazenda Massapê. Com Cuité, começando no marco n.º 1 (de Cuité), situado na fazenda Massapê, onde se estremam os municípios de Cuité e Picuí, segue em linha reta até o marco n.º 8 (de Cuité), situado na fazenda Campo de Baiao; ainda por outra linha reta, prossegue até o marco n.º 7 (de Cuité), situado na nascente do rio Souto, na fazenda Pedro Branca. Com Campanha Grande, começando no marco n.º 7 (de Cuité), situado em a nascente do rio Souto, na fazenda Pedro Branca, segue em linha reta até alcançar a nascente do rio Florianópolis; desce por esse rio, que toma o nome de Santa Rosa, até alcançar o marco n.º 1 (de Cabaceiras), situado na fazenda Malhadinha. Com Cabaceiras, começando no marco n.º 1 (de Cabaceiras), situado na fazenda Malhadinha, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 1 (de Ibiapinópolis), situado na fazenda Estreito. Com São João do Cariri, começando no marco n.º 1 (de Ibiapinópolis), situado na fazenda Estreito, segue em linha reta até o marco n.º 4 (de São João do Cariri), situado à margem do rio Malhada da Areia, na fazenda Mundo Novo; sobe pelo referido rio até o marco n.º 3 (de São João do Cariri), situado na fazenda Malhada da Areia; ainda por outra li-
nha, reta, prossegue até o marco n.º 1 (de São João do Cariri), situado na fazenda Simião; ainda uma vez, prossegue por outra linha reta, até o marco n.º 1 (de São João do Cariri), situado na fazenda Mucuitu; finalmente, prossegue por outra linha reta, até o marco n.º 4 (de Batalhão), situado à margem do rio Mucuitu ou Poço dos Cavalos, na fazenda Malhada Alegre, onde se estremam Batalhão e São João do Cariri. Com Batalhão, começando no marco n.º 4 (de Batalhão), situado à margem do rio Mucuitu ou Poço dos Cavalos, na fazenda Malhada Alegre, sobe pelo rio até a ponte da Barra; desta obra de arte, prossegue pela rodovia-tronco até o marco n.º 3 (de Taperosã), situado no lugar Batentes.

DIVISAS INTERDISTRAUTAIS

Distrito da Sede com Juazeirinho, começando no marco n.º 3, situado na linha de cunedada da serra do Cardeiro, prossegue por ela até a nascente do rio Malhada da Areia ou Limoeiro; desce pelo referido rio até o marco n.º 4 (de São João do Cariri), situado na fazenda Mundo Novo. Distrito da Sede com Seridó, começando no marco n.º 3, situado na linha de cunedada da serra do Cardeiro, prossegue por ela até o marco n.º 4, situado no caminho carroçável de Ibiapinópolis a Seridó. Distrito de Juazeirinho com Olivedos, começando na foz do rio Malhada Vermelha, no rio Florianó, prossegue em linha reta até a nascente do rio Lava-Pês. Distrito da Sede com Seridó, começando no marco n.º 3, situado na linha de cunedada da serra do Cardeiro, prossegue por ela e, em seguida, pelo seu contraforite, até alcançar a da serra da Carneira, na fazenda Riacho. Distrito da Sede com Olivedos, começando no marco n.º 4, situado no ponto onde o caminho carroçável de Ibiapinópolis a Seridó corta a linha de cunedada do Cardeiro, prossegue por ela e, em seguida, por uma linha reta corta o rio São José e alcança a foz do rio Malhada Vermelha, no rio Florianó, nos limites com Campina Grande. Distrito de Seridó com Olivedos, começando no marco n.º 4, situado no ponto onde o caminho carroçável de Ibiapinópolis a Seridó corta a linha de cunedada da serra do Cardeiro, prossegue por ela até o marco n.º 1 (de Cuité), situado na fazenda Massapê. Patrimônio municipal — Em 1942, o patrimônio municipal somava Cr$... 479.951,00. Distritos — Há os seguintes: o da sede, de Juazeirinho, Olivedos, São Francisco e Seridó. Povoações — Os povoados mais importantes são: Catolé, Ipueira, Espírito Santo, Maravilha e Zumbi. Relígio — O município constitui a freguesia de Sant’Ana, criada em 1885, sendo seu primeiro vigário o Padre José Betâmbé de Gouveia Nobrega. Reúne as capelas filiais de São José, em Juazeirinho; Santo Antônio, em Seridó; e São Francisco, em São Francisco, atual Olivedos. Rendas públicas — Para o exercício de 1942, orçou a Prefeitura a receita em Cr$ 120.000,00; arrecadou Cr$ 101.447,40; fixou a despesa de Cr$ 120.000,00 e efetuou a de Cr$ 134.879,80. Em 1941, a Coletoria Estadual teve a receita de 135:380,400 e a despesa de 105:800,00. Repartição públicas — A Prefeitura Municipal, o Fórum, a Coletoria Estadual, Grupo Escolar, Mercado Público, Estação Postal — Telegrafia, Cartório do Registro Civil, Regiões naturais — O município é rico em minérios, alguns deles em exploração. O Cruá é planta nativa e está sendo aproveitado para fibras. Sede — A sede é a cidade de Ibiapinópolis, nome que substituiu o de Soledade, por força do Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, que também lhe outorgou a categoria de cidade e de Comarca. Está bem situada, contendo regular edificação, ampla igreja-matriz, iluminação elétrica, escolas públicas, realizando, semanalmente, feira


Ibura (Voc. ind., corr. de ibur: a fonte, a nascente) — Povoado do município de Piancó, elevado a vila pelo Decreto-lei n.º 1.164, de 15 de dezembro de 1938. O Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, mudou-lhe, para o atual, sua antiga denominação Olho-d’Água. Está à margem esquerda do rio Jenipapo. Sua única aula pública primária, em 1942, matriculou 150 alunos, tendo uma frequência média de 32. É a prêmiosora. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 121 prédios urbanos, 20 suburbanos, 932 rurais e a população: urbana, 412 habitantes; suburbanos, 74, rural, 4.838.


Igaraci (Voc. ind.) — Povoado do município de Piancó. Realiza uma feira aos domingos.

Imaculada — Povoado do município de Teixeira, elevado a vila pelo Decreto-lei n.º 1.164, de 15 de novembro de 1938. Dista da sede para S.O. uma 40 quilômetros. Realiza boa feira semanal, conta aula pública primária e uma capela dedicada a N. S. da Conceição. A vila assenta sobre a Borborema e é centro de distrito produtor de algodão. Teve, a princípio, o nome de Queimadas do Silva, em homenagem ao seu fundador, que a começou no último séc. de sua propriedade em 1860, auxiliado por João Nunes Tavares, dono do patrimônio da capela, principalidade pelo Cônego Bernardo Carvalho e concluída pelo Padre José Fontes Rangel. O Recenseamento de 1940 arrolou-lhe 74 prédios urbanos, 48 suburbanos, 1.262 rurais e a população: urbana, 135 habitantes; suburbanas, 265; rural, 4.799.

Imbiribeira (Híbridismo) — Local à margem da antiga estrada da Capitãl — Também, onde o Governo do Estado, sem êxito, fundou em 1910 uma escola de agricultura.


Independência (V. Guarabira.)

Indiu Pirajibe — Povoação situada na ilha, onde o chefe tabajara Pirajibe
ergueu sua aldeia, desde os primeiros dias da colonização da Paraíba, a partir de 1585. Ali, depois de ter prestado serviços valiosos aos portugueses, morreu centenário. O núcleo, sem apresentar prosperidade, passou ao domínio particular, tendo as denominações de ilha do Botelho, do Retumba, do Bispo. Por Decreto municipal n.º 1154, de 4 de agosto de 1928, expedido pelo prefeito do município da Capital, Dr. João Maurício de Medeiros, teve o agrupamento de casas da ilha e a denominação de Povoação do Indoa Pirajibe. Uma ponte ligou a ilha à cidade de João Pessoa, tornando-a arraial da Capital. Nela instalaram a fábrica do cimento Portela e a usina de luz e energia elétrica que serve a Capital. Conta aulas públicas primárias, sociedades artísticas e esportivas, uma capela do Senhor do Bonfim, possuindo população superior a 2 000 habitantes.

Indoa (Voc. ind.) — (V. Pilões).

Ingá (Voc. ind.: cheio d'água) — Município central do Estado, tendo 550 quilômetros quadrados de superfície e uma população, segundo o Recenseamento de 1940 de 24 586 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 3 382 habitantes; subúrbias, 2 041; rurais, 18 664, ocupando 1 096 prédios urbanos. 393 subúrbias e 1 765 rurais. Águas — Conta vários águas particulares, pequenos reservatórios que conservam água no período de dois anos. Administração — Dirige o município um prefeito nomeado pelo Interventor Federal, auxiliado por 23 funcionários permanentes. Comarca de primeira estrada, está a Justiça a cargo de um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A segurança pública cabe a um delegado de Polícia, na sede. A subdelegado, nas vias. O primeiro e nomeado pelo Interventor Federal; os demais, pelo Secretário da Justiça. Os respectivos suplentes, são escolhidos pelo Chefe de Polícia. Agricultura — O município possui os melhores terrenos para a agricultura. Nessa parte úmida, de muita frescura, se cultivam cereais, mandioca, café, fumo, cana-de-açúcar, árvores frutíferas. Nos terrenos secos faz-se o plantio de algodão. Aspecto físico — Parte do município assenta em contrafortes da Borborema; o restante se compõe de terrenos ondulados ou planos da caatinga. Das serras, as mais notáveis são, a do Gentio, do Pontes, Serra Redonda, muito férteis, serra verde, serra veia, zabele. Cúma — O município, excetuando-se a zona mais aproximada do Brejo, é quente e úmido e sujeito a sécas periódicas. O clima é bom. O paludismo era desconhecido na região; foi para ali transportado por pessoas procedentes do Amazonas, acham fechadas de tal doença. A temperatura, no verão, sobe a 34°C à sombra; no período das chuvas, desce a 20°C. Comércio — Bem apreciável é o movimento comercial do Ingá, mantendo suas transações com as freguesias de Campina Grande, João Pessoa e Recife. Distritos — Conta o da sede, o de Itatuba, o de Riachão de Bacamarte e o de Serra Redonda. Demografia — Durante o ano de 1941, registraram-se no Ingá 183 nascimentos, 22 casamentos e 940 óbitos, destes, 6 natimortos. A delinquência contou 116 contravenções e 17 crimes, inclusive 2 homicides. Etnografia — De portugueses, de índios, de brasileiros se formou a população do município, para a qual contribuiu parcialmente o elemento negro. Fazendas agrícolas e pastoris — Conta o município centenas de propriedades agrícolas e pastoris, notando-se que alguns fazendeiros estão empregando métodos modernos no sentido de melhorarem seus rebanhos. Estes, em 1941, somavam: 12 000 bovinos, 700 equinos, e 14 000 aves. Fauna e flora — Não se distinguem a fauna e a flora do Ingá das dos municípios vizinhos existindo, porém, restos de matas onde se extraem boas madeiras para construção e marcenaria. Hidrografia —
Cortam o município os rios Bacamarte ou Ingá, o Caturité ou Guirá, o Gurinhém e outros menos importantes, engrossando todos a bacia do Paraíba. 

História — Existe uma lenda referente a uma bandeira organizada em 1599, pelo capitão-mor da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho, a qual esteve no distrito do atual município de Ingá. O certo é que no meado do século XVIII já moravam ou tinham sômente fazendas de criação no distrito, Francisco de Arruda Câmara, Gaspar Correia e Cosma Tavares Leitão, viúva de Teodósio de Oliveira Lado. Em 1778, Manuel Freitas, vindo do Curiú, descobriu o rio Calurará. Oeste nas suas margens uma dat de terra onde situou moradia e currais. No local se formou um poço que prosperou e foi criado Vila do Imparador por Lei provincial n.º 6, de 3 de novembro de 1840, e incorporada à comarca da Capital. Em 1846 passou a chamar-se Ingá. Foi várias vezes comarca e várias vezes perdeu esta categoria. O Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, criou o comarca de primeira entrância, desligando-o de Tabajana. 

Indústria — Existe no município a indústria agrícola-pastoril, contando uma usina e dez instalações para beneficiar algodão. Não obstante a séca, exportou em 1941, para outros municípios: 8 400 sacos do milho, 70 kg, 63 000 cachos de bananas, 300 sacos de café, 9 200 centos de laranjas, 640 toneladas de batatas doce, 23 000 sacos de farinha de mandioca e 944 470 kg de algodão em pluma. 

Instrução — Conta sômente a pública primária ministrada em 18 escolas, a cargo de 24 professores. Essas aulas, em 1942, matricularam 1 111 alunos, tendo 811 de frequência média. Para auxiliar o Estado nas despesas com a instrução primária, contribuiu o município, em 1941, com Cr$ 10 871,00. 

Limites — Os Decretos-leis ns. 1164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram-
riacho Tabocas ou Jerimum, no rio Paraíba, sobe por êste até a foz do rio Paraíba e pelo rio Paraíba até o marco n.º 1 (de Umbuzeiro), situado na fazenda Curral-Velho, na foz do riacho Mãe Joana, no rio Paraíba, onde se estreham os municípios de Umbuzeiro e Campina Grande. Com Campina Grande, começando no marco n.º 1 (de Umbuzeiro), situado à margem do rio Paraíba, na fazenda Curral-Velho, segue em linha reta até o marco n.º 1, situado na linha de cumeada da serra da Catuama, no lugar Olho-d’Água das Freixeiras; prossegue por esta linha de cumeada e, em seguida, por uma linha reta até o pico da Pedra do Urubu; dêste ponto, prossegue ainda em linha reta, até o pico da Pedra da Tôrre, de onde prossegue em linha reta até o marco n.º 2, situado à margem do rio Convento, no lugar do mesmo nome; dêste marco, prossegue por uma linha reta até alcançar a foz do riacho do Tigre, no Cafula, sobe por aquêle riacho até a sua nascente na cumeada da serra do mesmo nome; prossegue por ela até o marco n.º 3, situado na Chá do Caçoá Queimado; ainda em linha reta prossegue até o marco n.º 5, situado na lagoa do Cumbe, finalmente, dêste marco segue em linha reta até alcançar o marco n.º 22 (de Alagoa Grande), no divíssor de águas da serra do Jucá, onde se estreham os municípios de Campina Grande e Alagoa Grande.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Riachão, começando na lagoa da Tôrre, nos limites com Campina Grande, dêste ponto prossegue até alcançar a nascente do riacho João Pinto, desce por êle até o marco n.º 6, colocado na lagoa Rasa; dêste marco, prossegue em linha reta até encontrar a foz do riacho das Cúrias, no rio Ingá; dêste ponto, prossegue em linha reta até o pico da Pedra Caída, Distrito da Sede com Serra Redonda, começando no pico da Pedra Caída, segue em linha reta até alcançar o pico conhecido por Pinga ou Cacimba do Galo; dêste pico, prossegue em linha reta até o pico da Pedra Mouca, nos limites com Alagoa Grande. Distrito da Sede com Itatuba, começando no pico da Pedra-d’Água no lugar Macacos, nos limites com Tabajara, segue em linha reta até o pico do Urubu; dêste ponto continua até o Tanque do Angico; prossegue em linha reta até alcançar o divíssor de águas da serra dos Gentios; prossegue por êle e, em seguida, desce pela vertente até alcançar o marco n.º 7, colocado no riacho Surrão, no lugar Lajes; dêste marco, segue em linha reta até alcançar o pico da Serra Velha, prossegue pelo seu divíssor até o marco n.º 1, situado no Olho-d’Água das Freixeiras, nos limites com Campina Grande. Riachão com Serra Redonda, começando no marco do Imperador, colocado no lugar Cafula, segue, em linha reta até o marco n.º 8, colocado na cumeada da serra Catucá, no lugar Vêu; prossegue ainda em linha reta até alcançar a nascente do riacho das Cúrias; desce por êle até atingir o pico da Pedra Caída. *Meio social* — Na sede e nas vilas se encontra uma sociedade regularmente educada, lembrando um passado de certo realce. De fato: a cidade já possuía até imprensa periódica. Conta sociedades artísticas, esportivas, religiosas, recreativas. *Necessidades locais* — O município precisa de estradas internas, de reservatórios de água potável, de capitais que lhe auxiliem a indústria agrícola-pastoril e, sobretudo, a exploração da rica mina de ferro que possui. *Patrimônio municipal* — Em 1941, o patrimônio municipal somava Cr$ 85 087,50. *Povoações* — Além da vila, conta várias povoações, sendo as mais importantes: Cajã, Chapadouro, Cuités, Jurema, Riacho do Bacamarte, Serra Velha, Serra do Pontes, Surrão e Várzea. *Religião* — Constitui o município uma
só paróquia, de N. S.ª da Conceição, criada por Lei provincial n.º 2, de 5 de julho de 1841, tendo como primeiro vigário, o Padre Manuel José Fernandes. Além da igreja-matriz conta as capelas filiais: de São Francisco, em Serra do Pontes; de Santa Ana, em Bacoama; São Sebastião, em Riachão; São Pedro e N. S.ª do Rosário, em Serra Redonda. *Rendas públicas* — Para o exercício de 1942, orçou o município a receita em Cr$ 120 000,00; arrecadou Cr$ 451 202,40; fixou a despesa de Cr$ 140 000,00 e efetuou a de Cr$ 173 222,90. A Coletoria Estadual, no exercício de 1941 arrecadou 239:386$550 e dispenveu 138:230$500. *Repartições públicas* — Conta a Prefeitura, o Fórum, Mercado Público, Coletoria Estadual, Estação Postal—Telegráfica, grupo escoiar, Cartório do Registro Civil, etc. *Riquezas naturais* — Há mais de século, sabe-se que o município contém minérios de valor, inclusive ferro magnético, produzindo-o numa percentagem bem elevada. Nenhuma exploração tem sido feita; apenas o engenheiro Francisco Retumbá tentou organizar uma empresa; o que a morte não permitiu. *Sede* — A sede é a cidade do Ingá, cortada pelo rio dêste nome, situada entre prolongamentos das serras Velha, Verde e Zabelê, em boa situação, distando 102 quilômetros da Capital e a 7º.15’.26” de lat. S. e 35º.35’.15”, long. W. Gr. Próxima lhe fica a estação do ramal ferroviário Tabapuana-Campina Grande. Possui bons estabelecimentos comerciais, sociedades recreativas, religiosas e esportivas. E’ uma cida- de que renasce de sua decadência oriunda do banditismo e da politicagem. Conta 5 avenidas, 7 travessas, 2 praças e 14 ruas. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 512 prédios urbanos, 393 suburbanos, 4 327 rurais e a população: urbana, 1 682 habitantes; suburbana, 1 538; rural, 5 317. *Vias de comunicação* — O município é servido por estrada de ferro e pela rodovia central do Estado, a qual alcança de Cabedelo aos limites ocidentais da Paraíba. Para o transporte de passageiros, conta um serviço de ônibus de Campina Grande a João Pessoa. Para uso dos seus habitantes, há no município: 3 automóveis, 2 motociclos, 4 caminhões e 32 carros de bois.

— Rio que banha o município precedentemente. Também é conhecido pelo nome de Bacoama. Nasce no lugar Marinho, do município de Campina Grande, corre de N. O. a S. E., banha a cidade de seu nome e, depois de uns 70 quilômetros de curso, despeja á margem esquerda do Paraíba, no lugar Dois Riachos, município de Tabapuana. O rio Ingá seca durante o verão ou reduz-se a poços, a simples fio d’água muito carregada de salsas.

*Ingazeira* — *Povoado* do município de Conceição. Tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 29 alunos.

*Inhauá* (Voc. ind.) — Lugarejo do município de Mamanguape, tendo uma capela dedicada a S. João.

*Inhobim* (Voc. ind., i-obi: água azul ou verde) — Rio de pequeno curso do município de Santa Rita. Suas águas são excelentes, despêja à margem esquerda do Paraíba. Nas suas margens levantou o donatário da capitania, Frutuoso Barbosa, um forte para defender contra os potiguares e francenses, os engenhos de Duarte Gomes da Silveira e Antônio Lopes Brandão. Nos seus arredores fêram-se renhidos combates, a princípio entre portugueses e índios; depois entre portugueses e holandeses, estes, uma vez, guiados por Domingos Calabar. Ainda existem as ruínas do primeiro engenho ali construído.

*Ipaurana* (Voc. ind.) — Povoação do município de Campina Grande elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. Esta mesma lei mudou-lhe o antigo nome — Lagoa Séca — para o atual. E’ próxima e nela funcionam três aulas públicas primá-
rias que, em 1942, matricularam 122 alunos, obtendo 72 de frequência média. Segundo o Recenseamento de 1940, conta 150 prédios urbanos, 22 suburbanos, 2 617 rurais e a população: urbana, 508 habitantes; subúrbana, 150; rural, 12 928.

Ipioca (Voc. ind., talvez corr. de ipin-oca: morada enxuta) — Rio de pequeno curso do município de Mamanguape e aflúente do rio dêste nome. Também é conhecido pela denominação de Itapeceriquinha.

Ipopoca ou Popoca (Voc. ind., talvez corr. de ipo-popo-ca: onde se rebentam as mãos) — Nome indígena do rio Alhandra que, abaixo da confluença do Cupiúca, despeja no Abiá. E' perene; nasce na Popoca de Pecados, perto de Marcação, distrito de Pedras de Fogo. rega terrenos féteis, tendo como afluentes o Cupiúca, o Saramago e o Tapiuba.

Ipuíras — Povoado do município de São João do Cariri. Tem uma pública primária que, em 1942, matriculou 46 alunos, com a frequência média de 28.
— Povoado do município de Pombal. Sua aula pública primária, em 1942, matriculou 26 alunos.
— Povoado do município de Monteiro, cuja aula pública primária teve, em 1942, 43 matriculados.
— Povoado do município de Ibizipinópolis. Sua escola primária, em 1942, matriculou 39 alunos.

Ipuéirinha — Povoado do município de Areia, cuja escola pública primária, teve 14 matriculados em 1942, e 38 de frequência média.

Iriré (Voc. ind.) — Povoado do município de Piancó. Nêle funciona uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 38 alunos, resultando-lhe a frequência média de 27.

Itabaiana — (V. Tababaiana.)


Itamataí (Voc. ind.) — Estação de estrada de ferro no ramal Guarabira a Nova Cruz e ponto de partida do ramal de Bananeiras.


Itaporanga (V. Misericórdia).

Itatuba (Voc. ind., ita-tuba: pedra ou terro em abundância) — Povoação do município de Ituá, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1164 de 15 de novembro de 1938, que lhe trocou o nome antigo — Cachoeira de Cebolas — pelo atual. É lugar de tradições, tendo os seus habitantes auxiliado o movimento de 1817. No distrito existe abundante mina de ferro magnético, até agora inexplicada. É notável a sua indústria agrícola-pastoril. Sua capela é uma das boas construções religiosas do Estado. Sua escola primária, em 1942, matriculou 58 alunos, tendo a média de freqüência de 67. A vila está numa depressão do terreno à margem do Caliraré. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 218 predios urbanos, 33 suburbanos, 844 rurais e a opulação: urbana, 711 habitantes; suburbana, 136; rural, 3 583.

J

Jabitacá (Voc. ind., corr. de tab-taguá: onde raccha o barro vermelho; pode ser corr. de tapi-tacá: nascença fragorosa do rio) — Serra no limite do Estado com o de Pernambuco, separando o município de Monteiro da Ribeira do Paço. Nesta serra nasce o rio do Meio. (V. Río do Meio.)

Jabre — Serra do Município de Teixeira, 40 quilômetros a S.O. da cidade deste nome. F. sua ramificação da Borboleta e nela se destaca o ponto culminante do Estado — o Pico do Jabre — que calculam ter mais de 1 000 metros de altitude, segundo uns, ou 900 metros, segundo outros. O Jabre, colosal bloco de granito, é de acesso difícil mas prático. O mesmo dia alto apresenta completa visibilidade, devido à camada de névoa que o envolve ao amanhecer.

Jacaré (Voc. ind., corr. de jacaréa: semelhante ao jacaré) — Serra do município de Monteiro, 60 quilômetros ao S.E. da sede. Separa este município do de Madre Deus, e Pesqueira, ambos do Estado de Pernambuco. Nela tem o rio da Serra, um dos que formam o Paraíba, as suas nascências. (V. Paraíba.)

— Povoado do município de Monteiro, elevado a vila pelo Decreto-lei n.º 1164 de 15 de novembro de 1938. Tinha o nome Tigre, que lhe foi mudado para Jacaré, pelo Decreto-lei n.º 526, de 31 de dezembro de 1943. Está à margem do rio Chá Tigre, conta uma capela de São João Batista, uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 47 alunos, tendo a freqüência média de 31. Realiza aos domingos uma feira de algum movimento comercial. O Recenseamento de 1940 encontrou-lhe 57 predios urbanos, 27 suburbanos, 791 rurais e a população: urbana, 185 habitantes; suburbana, 125; rural, 2 249.

Jacaraúna (Voc. ind., jacaré prêto)  
Rio de pequeno curso do município de Mamanguape; é tributário do rio dêste nome.

Jacaré (Voc. ind., corr. de ia-caré: o que é curvo) — Povoado de pesca- dores à margem direita do Paraíba, pertencente ao município da Capital e distante três milhas de Cabecelo, de cujo distrito faz parte. A pesca de camarão é o principal mister de seus habitantes. Além da via fluvial, conta o povoado com uma estação da ferrovia. Em Jacaré está o aeroporto do Estado. Funciona no povoado uma aula pública primária que matriculou 41 alunos em 1942.

— Povoado do município de Pilar. Nêle se encontra uma escola pública primária que, em 1942, teve 37 matriculados e a frequência média de 24.

— Povoado do município de Serraria. Sua escola pública primária, em 1942, registrou 55 matriculados.

— Nome de pequeno rio do Município de Mamanguape e de vários riachos do Estado.

Jacoça (Voc. ind., corr. de juá-cog: roça de juá, segundo Teodoro Sam- paio. E. Herckman deriva o vocábulo de t-choa-coca: "abraça-me", em virtude de ser esta a expressão de uma selvagem apalhada em colôquio com o seu escolhido) — Vila do município da Capital, distando desta uns 20 quilômetros, para o S. Começou por uma aldeia de índios tabajaras. Em 1636, esta aldeia com a sua vizinha Pin- daúna, de ordem do governador holandês, veio alojar-se na Capital. Depois de algum tempo, os índios, já fundidos numa só tribo, obtiveram permissão para o regresso, mas estando suas aldeias muito arruinadas, combinaram que entre elas se fundasse novo povoado, o que sucedeu, recebendo o nome de Maurícia, em homenagem ao conde Maurício de Nassau, tendo como capitão, o inglês João Harrison. Após a restauração, diz Irineu Jófili, deram à aldeia a denominação de Conde. Parece, porém, que este era o nome popular da povoação, lembrando o referido príncipe flamengo, até 31 de dezembro de 1943, quando o Decreto lei estadual n.º 520 restituiu o povoado seu nome primitivo. Antes, porém, o Decreto-lei n.º 1.184, de 15 de novembro de 1939, lhe restituiu a categoria de vila. Em 1668 criaram-na freguesia de N. S.ª da Conceição e chegou a tal ponto de florescimento que ascendeu a vila e sede de cumarca. Uma luta de precedência entre esta e a povoação de Pitimbú, levou-a a rápida decadência, reduzindo-se a simples povoado, onxe preconizada a descendência de tabajaras e piquguaras. Como fre- guesia que ainda é, conta três capelas filiais, sendo a mais importante a de São João, em Jacuma. Seria ponto excelente para uma colonia se saneéessem os seus rios, focos de febres palustres. Na vila nasceu o parlamentar e orador paraibano, Manuel Pedro Car- doso Vieira. O Recenseamento de 1940, computou-lhe 48 prédios urbanos, 18 suburbanos, 2.010 rurais e a população: urbana, 162 habitantes; urbana, 42; rural, 5.115. A escola pública da vila, em 1942, matriculou 55 alunos, tendo 54 de frequência média.

Jaeu (Voc. ind.: nome de uma ave silvestre) — Povoado do município de Caiçara.


é a ponta oriental do continente, cabendo o terceiro lugar a Ponta de Pedras. (V. Cabo Branco.) A povoação assenta à margem do Atlântico, a 25 quilômetros da Capital, tendo ao N. a barra do rio Gramaré. Suas habitações ficam sob rigoroso coqueiral e os seus habitantes se entregam à pesca e à agricultura. Tem uma capela, algum movimento comercial e uma aula pública primária, que, em 1942, matriculou 42 alunos.

**Jaguaribe** (Voc. ind. derivado de jaguar-i-pe: rio das onças) — Banhado que começa ao S.E. da Capital, no lugar Alagoa Grande. Toma a direção de N.E. e despeja, após uns 10 quilômetros, ao N. da praia do Bessa, na enseada deste nome. Ali se deu, em 4 de dezembro de 1634, o desembarque do exército holandês, sob o comando do Coronel Sigismundo van Schkoppe que, depois de desfazer um contingente do capitão-mor António de Albuquerque, marchou para Cabedelo e sitiou o forte de Santa Catarina. A margem esquerda do Jaguaribe estão os poços de captação de água do abastecimento da Capital (V. Macacos). Do Jaguaribe, a uns 500 metros da vila de Tambara, derivaram um canal, a L. das colinas de Boiçó, comunicando-o com o Mandacaru.

**Jandaíra** (Voc. ind. corr. de manã-stra: mel cheiroso) — Nome de pequeno rio do município de Areia e de uma serra entre este município e o de Alagoa Nova.

**Japi** (Voc. ind. formado de in-pli: fruto seco) — Serra nos limites do município de Picuí com o Estado do Rio Grande do Norte.

**Jaráguá** (Voc. ind. talvez inversão de jagúaré: parecido com a onça) — Povoado à margem esquerda do Mamanguape, pertencente ao município deste nome, distando 12 quilômetros da sede. É um porto de alguma importâncias; seus habitantes se entregam à pesca e à agricultura.


**Jardim do Rio Peixe** — (V. Sousa.)

**Jatobá** (Voc. ind. corr. de i-atá-obá: o que tem casca rugosa, espessa) — Município do alto serrão do Estado, a O. das divisas com o Estado do Ceará. Ocupa uma área territorial de 676 quilômetros quadrados e, segundo o Recenseamento de 1940 contou 12 069 habitantes, assim distribuídos: nas zonas urbanas, 1 018; suburbanas, 277; rurais, 10 469, ocupando 294 prédios urbanos, 53 suburbanos e 1 980 rurais. Açudes — Conta o município vários açudes particulares, todos de reduzida capacidade. Administração — E' dirigido por um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, e 29 funcionários permanentes. A Justiça serve, como sede do comarca de primeira entrada, a um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A segurança pública compete a um Delegado de Polícia, na cidade e a subdelegados, nas vilas. O primeiro é de nomeação do Interventor Federal; os outros são escolhidos pelo Secretário da Justiça. O Chefe de Policia nomeia os suplentes para os referidos cargos. Agricultura — A agricultura ainda emprega velhos métodos, notando-se que alguns proprietários estão reagindo contra a rotina e ensaiando a pomicultura. A labuinha do município consta de arroz, milho, feijão e cana-de-açúcar. Aspecto físico — uma parte da região é acidentada pela serra do Bengá e suas rami ficações; a outra é constituída de tabuleiros e avaraceados onde cresce a carnaúba. Clima — O clima é quente e seco, mais agradável na região serrana. Algumas vezes tem caído granizo no município, como, vez por outra, experimentando flagelo da sêca. A temperatura, no estio, pode atingir 33°C à sombra; durante a estação pluviosa, desce a 20°C. E' muito salubre. Comércio — O mu-
alcipió tem movimento comercial e mantém suas transações com as praias parahianas de Campina Grande e Cajazeiras, e com outras do Estado do Ceará. Distritos — Conta-o da sede e o da vila de Carrapateira. Demografia — Em 1941, registraram-se no município 567 nascimentos, 30 casamentos e 272 óbitos. A delinqüência constou de 4 contrações e 2 crimes, um deles de homicídio. Etnografia — Sua população formou-se de elementos indígenas e dos civilizados moradores nos municípios vizinhos, que ali fundaram fazendas de criação, quase nula foi a contribuição do africano. Fazendas agrícolas e pastoris — Funcionam no município uns 30 engenhos para o fabrico de rapaduras e umas 21 fazendas de criação. Em 1941, somou o rolamento dos seus rebanhos: 11430 bovinos, 2673 equinos, 1451 suínos, 5940 suínos, 3096 lanígeros, 3220 carneiros, 4932 suínos e 45000 aves. Fauna e flora — A fauna e a flora de Jatobá são idênticas às dos municípios vizinhos, do Estado. Possui ainda restos de matas que produzem madeiras próprias para construção e marcenaria. Feiras — As melhores feiras do município são as semanalmente realizadas na sede e na vila de Carrapateira. Hidrografia — O Piranhas é o rio principal de Jatobá, o qual, além de outros menos importantes, recebe no município: os rios Bonfin, Curral, Rio da Corda e Tamanduá. História — Presume-se que o território do município se constituía por antigas sesmarias possuídas pela Casa da Torre e por fazendeiros do Piancó que ali se estabeleceram no começo do século XVIII. Por uma sesmaria requerida em 1764, vê-se que na região já existia uma fazenda, talvez doada para patrimônio de uma igreja. O que se deduz da expressão: “para o poente com terras de São José”. Em redor da referida fazenda, foi formado a povoação que pertencia à paróquia de Sousa. Por Lei provincial n.º 18, de 10 de novembro de 1810, foi elevada a freguesia, sob a denominação de São José de Piranhas. Em 23 de novembro de 1868, o art. 8.º da Lei n.º 92 incorporou-a a Cajazeiras e a Lei n.º 791, de 24 de setembro de 1885, elevou-a a vila. Após a proclamação da República, começou a desenvolver-se. O Serviço Federal, ou melhor, a Inspeção Federal de Obras Contra as Sécas, construindo a barragem no boqueirão de Piranhas, obrigou a sede a transferir-se para outro local, 12 quilômetros ao sul da primitiva situação, abotando o município e nome Jatobá, que ora o da antiga fazenda, onde se situou a nova sede da circunscrição. Presidiu a fundação da nova cidade uma planta levantada por profissional competente. A parte da antiga urbe, não alcançada pela repercussão da barragem, recebeu o nome popular de Piranhas Velha. O Decreto-lei n.º 1154 de 15 de novembro de 1938, destacando-lhe o distrito de Bonito de Santa Fé, para formar unidade municipal, deu-lhe a categoria de comarca. Indústria — Conta a agrícola-pastoril, 4 instalações para beneficiar algodão. Em 1941, além de outros produtos, exportou 680 000 kg de algodão em pluma e 60 000 kg de rapaduras, devendo levar-se em consideração que no período referido se declarou a séca no sertão, a qual ainda neste ano de 1943, está continuando. Instrução — No município existem, semelante, estabelecimentos de instrução primária, distribuída por 8 escolas, a cargo de 8 professores. As aulas, em 1942, matricularam 306 alunos, obtendo 201 de frequência média. Limites — Os Decretos-leis ns. 1154 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, lhe determinaram os seguintes limites municipais: — Com o Ceará — (Município de Mauriti e Aurora), começando no marco n.º 1 (de Donito de Santa Fé), situado na linha de cumeada da serra do Braga, segue por ela até alcançar o serrote do Co-
mitério, no lugar Marimbass, onde se estreham os municípios de Aurora (do Ceará) e de Cajazeiras. Com Cajazeiras, começando no serrote do Cemitério, no lugar Marimbass, segue pela linha de cumeada formada pelos serrotes dos Gatos, São Bartolomeu e da Doida, que divide as águas dos riachos Caatingueira e Garguelo até alcançar a linha de cumeada da serra do Vital; prossegue por ela e, em seguida, pelos serrotes do Cabuclo e do Miranda até a serra de São Bento; transpõe o boqueirão de Firanhas e gaixa, pela vertente oposta, a linha de cumeada da serra de Santa Catarina; prossegue por ela até o terceiro Pico, onde se estreham os municípios de Sousa e Cajazeiras. Com Sousa, começando no terceiro pico da serra de Santa Catarina, segue pela linha de cumeada do contraforter conhecido pelos nomes de serra Lajes, serrote do Saquinho e serrote do Caçangro até a garganta das Placas; de lá prossegue pela linha de cumeada da serra de Santa Catarina até o marco n.º 10 (de Sousa), colocado no lugar Serra Verde. Com Piaçanó, começando no marco n.º 10 (de Sousa), no lugar Serra Verde, segue pela linha de cumeada do contraforter da serra de Santa Catarina, formado pelo serrote das Guaribas e serra Chico de Aquino até o marco situado entre as propriedades José Roberto e Pedro Gomes; deste marco, prossegue por outra linha reta até a cachoeira do Elesbão, no riacho do mesmo nome, desce por ele até a sua faz no rio Aguilar e segue em linha reta até o marco n.º 1, situado à margem do rio Aguilar, na fazenda Jenipapeiro. Com Misericórdia, começando no marco n.º 1, situado à margem do rio Aguilar, na fazenda Jenipapeiro, sobe por esse rio até a faz do riacho que fica a 3.200 metros ao norte de Serra Grande; deste ponto, segue em linha reta até o marco n.º 7 (de Bonito de Santa Fé), colocado na linha de cumeada que separa as águas do riacho da Corda do riacho Verde. Com Bonito de Santa Fé, começando no marco n.º 7 (de Bonito de Santa Fé), colocado na linha de cumeada que separa as águas do riacho Corda do riacho Capim Verde, segue em linha reta até o marco n.º 6 (de Bonito de Santa Fé), situado à margem do riacho da Corda; deste marco, ainda, em linha reta, até o marco n.º 5 (de Bonito de Santa Fé), situado na linha de cumeada que divide as águas do riacho Passcoal e da Corda; prossegue por ela o desse, após, pela vertente, até o marco n.º 4 (de Bonito de Santa Fé), colocado à margem do rio Piranhass, no lugar Boqueirãozinho; sobe por esse rio até a cachoeira do Cabral, no marco n.º 3 (de Bonito de Santa Fé); deste marco sobe pela vertente até alcançar a linha de cumeada; prossegue por ela até a Cachoeira de Canoas, atravessa o Boqueirãozinho e gaixa a vertente oposta da linha de cumeada que separa as águas dos riachos dos Patos e Pinga até o serrote Pinga; deste pico, segue por uma linha reta que corta o riacho dos Patos e alcança o marco n.º 2 (de Bonito de Santa Fé), situado no antigo cemitério do Braga; afinal por uma linha reta até o marco n.º 1 (de Bonito de Santa Fé), na linha de cumeada da serra do Braga.

DIVISÕES INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Carrapateira, começando no pico do serrote Saquinho, nos limites municipais, segue por uma linha reta até o marco n.º 2, colocado à margem do caminho de tropa de Mangaço a Bonfim, no serrote Mangaço; prossegue por outra linha reta até a faz do riacho Leteleiro, no riacho Bonfim; sobe por aquêle até a sua nascente no divisor de águas do serrote denominado Serrinha; deste ponto, finalmente, segue por uma reta até atingir o marco n.º 7, entre as propriedades José Roberto e Pedro Gomes. Méio Social — Não obstante seu afastamento dos quarteirões adiante e a dificuldade de comunicações, a sede da comuna conta
uma sociedade polida e progressista. **Necessidades locais** — O município precisa de boas estradas, não somente internas como externas, facilitando-lhe a comunicação. Precisa de estabelecimentos de créditos que lhe estimulem a lavoura e o pastoreio, bem como de escolas primárias para a grande população infantil disseminada pelos campos. **Patrimônio municipal** — O inventário procedido em 1941 demonstrou que o patrimônio municipal somava... Cr$ 187 000,00. **Povoações** — Cacimbas, Pieda, Piranha Velha. **Religião** — O município constitui a freguesia de São José, criada em 10 de novembro de 1840, sendo o seu primeiro vigário o Padre Joaquim Ferreira da Silva. **Rendas públicas** — Para o exercício de 1942, orçou a Prefeitura a receita em Cr$ 82 000,00; arrecadou Cr$ 54 175,90; fixou a despesa de Cr$ 104 000,00 e efetuou a de Cr$ 54 337,70. A Coleitoria Federal, no exercício mencionado, teve a receita de Cr$ 48 914,80. A Coleitoria Estadual, em 1941, arrecadou 231 652 500 e dispenseu... 142 581 200. **Sede** — A sede é a cidade de Jabotá, de construção recente, tendo as ruas em xadrez. Estas são em número de 12, formando conjunto com 7 travesseis e 2 praças. Na cidade existem: a Prefeitura Municipal, Agência Postal-Telegráfica, Coleitórias rederais e Estadual, o Fórum, o Grupo Escolar, Cartório do Registro Civil, criado em 1894, Mercado Público, uma Caixa Rural, Serviço de remoção de Lixo. Está a 500 quilômetros da Capital, a 303 quilômetros de Campina Grande e a 30 de Cajázeiras. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 294 prédios urbanos, 53 suburbanos, 1 000 rurais e a população: urbana, 1 018 habitantes; suburban, 277; rural, 10 184.

**Jendiropó** (Voc. ind. *jeni-paba*: fruta que serve para pimentar) — Rio; nasce na serra Agua Branca do município de Planó, banhando a vila Ibaro do referido município e despeja no Planó.

— Lugarejo do município de Areia, tendo uma escola pública primária que matriculou 68 alunos em 1942.

— Lugarejo do município de Caçapara. Sua aula pública, em 1942, matriculou 37 alunos.

**Jeriô** (ex-Caïporas) (V. *Itacambá*).

**Junu** — Povoação do município de São João do Cariri, cuja aula pública primária, em 1942, matriculou 40 alunos.

**Jerimu** — Futuroso povoado do município de Patos, nas faldas da Borborema, a 24 quilômetros da sede. É distrito agrícola-pastoril e zona de minérios de valor. Nela funciona uma aula pública primária que em 1942, teve 65 matriculados e a freqüência média de 48.

**Jitó** (Voc. ind., nome de uma árvore) — Lugarejo do município de Areia. Tem aula pública primária que em 1942, matriculou 35 alunos.

**João Pessoa** — Principal município do Estado. Ocupa na zona litorânea a área territorial de 809 quilômetros quadrados, com uma população, segundo o Recenseamento de 1940, de 95 356 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 36 866; suburbanas, 44 107; rurais, 13 421, ocupando 8 386 prédios urbanos, 10 540 suburbanos, 4 872 rurais. **Açudes** — Conta o município alguns açudes de apreciável capacidade, como o da Graça, o de Tabu, etc. **Administração** — Politicamente é o município dirigido por um prefeito, de livre escolha e nomeação do Interventor Federal, auxiliado por vários funcionários permanentes. A Justiça é exercida por um Tribunal de Apelação e, como comarca de terceira jurisdição, três juízes de direito, ocupando as varas existentes, e auxiliados pelos órgãos respectivos. As funções poli-
ciais, tendo como autoridade superior o Chefe de Polícia, cabem a delegados, na Capital, e subdelegados, nas vilas, contando com elementos coercitivos, como a Fórça Policial, a Guarda Civil, o Corpo de Bombeiros e a Guarda Noturna.

(V. Paraíba.) Agricultura — A agricultura é a principal ocupação dos habitantes rurais de João Pessoa. Mesmo a que habita a orla marítima, divide sua atividade entre a pesca e o amanho do campo. Predomina ainda velhos métodos: a derribada das matas, as queimadas, sendo instrumentos principais a enxada e a foice. Cultivam a mandioca, milho, feijão, batata doce, abóbora ou jerimum, hortalícias, a pomo-cultura como a banana, a laranja, a manga, o abacate, o sapoti, a jaca, etc., escoando-se as frutas, em maioria, para mercados de Pernambuco. Aspecto físico — O município conta terrenos planos e arenosos na orla marítima; vastas extensões cobertas de algumas matas ou capoeiras, e, à semelhança da zona brejosa, de colinas, de vales fertilizados por muitos regatos. A beira-mar, erguem-se extensas barreiras. (V. Costa da Paraíba.) Assistência social — Notável desenvolvimento, apresenta a assistência social na cidade de João Pessoa, onde se encontram funcionando: o Asilo de Mendicidade “Carneiro da Cunha”, fundado pela Loia Macônica “Regeneração do Norte”; Instituto de Proteção e Assistência à Infância, instituição particular subvencionada pelo País e pelo Estado, mantendo uma Maternidade e a Casa de Saúde “São Vicente de Paulo”; Orfanato “D. Ulrico”, também auxilia do pelo governo e fundação particular; Abrigo de Menores “Jesus de Nazaré”, fundado pelo governo do Dr. Argemiro de Figueiredo; Assistência Municipal e Hospital de Pronto Socorro, mantidos pela Prefeitura; Hospital Colônia de alienados “Juliano Moreira”, Manicômio Judiciário; Maternidade “Darci Vargas”, fundação do governo do Dr. Rui Carneiro; hospitais de Santa Isabel mantidos pela Santa Casa de Misericórdia, fundada no século XVII por Duarte Gomes da Silveira; o asilo “Bom Pastor”, hospital da Força Pública, Enfermaria do Exército. A Diretoria Geral da Saúde Pública, com diversas seções, mantém uma cozinha dietética e orienta o hospital-colônia, leprosário, “Getúlio Vargas”, estabelecimento que se completa com o Preventório Enlice Weaver, instituição particular. Entre as realizações particulares, se contam as casas de saúde “Newton Lacerda”, “São Cristóvão” e “Frei Martinho”. Várias corporações religiosas prestam valiosos serviços às classes pobres, como a sociedade São Vicente de Paulo, e o Instituto São José.

Clima — É quente e úmido o clima do município. A temperatura sobe, às vezes, a 34°C à sombra, no período das chuvas, de março a agosto, desce até 18°C. Geralmente é salubre; o paludismo, porém, durante o inverno, acomete a população rural dos lugares úmidos. Comércio — O movimento da praça de João Pessoa vai diminuindo à proporção que se tornam mais fáceis e cómodas as comunicações dêste, e dos municípios do interior com a praça do Recife. Não obstante, conta algumas casas exportadoras e várias outras no gênero de estibas, de fazendas ou tecidos, etc., que importam do País ou do estrangeiro, artigos de modas, ferragens, quinquilharias, maquinismos, louças, vidros, vinhos, drogas, etc. Etnografia — Foram os tabajaras os primitivos habitantes, no tempo da conquista, habitando a região da margem direita do baixo do Paraíba. A estes se juntaram portugueses e naturais de Pernambuco. Em seguida, holandeses, franceses, ingleses, judeus, espanhóis, italianos e não pequena parcela de africanos.

Distribuição — Conta os da sede, Cabedelo, Alhandra, Jacoca e Pitimbú. Demografia — Durante o ano de 1942 verificaram-se no município de João Pessoa 643 casamentos, 2,047 nascimentos, 164 mortes, 2,205 óbitos, dêstes, 769 de 0
a 1 ano de idade. Segundo o Departamento Estadual de Estatística, o coeficiente por 1 000 habitantes é 28,41; casamentos 4,24; óbitos, 32,89. Subordinado à Diretoria Geral de Saúde Pública, o Centro de Saúde, na Capital, durante o ano de 1942, teve o seguinte movimento: carteiras de saúde expedidas, 1 303; carteiras de saúde revalidadas, 783; investigações diárias, 528. Higiene da criança: Seção pré-natal matriculas, 960; atendidos 11 495; lactentes: matriculas, 1 429; atendidos, 23 349. Cozinha Dietética: Inspeção, 280; atendidos, 105 828; litros de leite gastos, 85 217. Seção pré-escolar: matriculas, 668; atendidos 11 245. Clínica Dentária: consultas, 2 663. Profilaxia da Tuberculose: matriculas, 622; atendidos, 38 721. Profilaxia da sifilis e doenças venéreas: matriculas, 1 538; atendidos, 90 706, curativos 33 192. Dispensário noturno antivenéreo: matriculas, 120; consultas 1 904; curativos, 30 011. Profilaxia da lepra: matriculas, 1 822; atendidos, 23 587; curativos, 9 157. Profilaxia de endemias rurais: matriculas 2 923; atendidos 8 641; medicados contra o paludismo, 2 685; medicados contra verminose, 8 993. Além disto procedeu a 42 123 visitas domiciliares. Fazendas aéricolas e pastoris — Conta o município centenas de propriedades agrícolas e várias pastoris. De tôdas a mais importante, por sua feição educativa, é a Fazenda São Rafael, pertencente ao Estado, situada a três quilômetros da Capital Nela, com a horticultura, se desenvolve a criação de aves e certo animais domésticos. Fauna e flora — Muito variada era a fauna do município, hoje bem reduzida, com algumas espécies quase extintas, devido à perseguição contínua dos homens. Raros são agora os veados, as pacas, os quatis, as cutias, as capivaras, as lontras, os tamanduás e outras espécies de animais venatórios que se refugiaram, agora, nos tremedais ou nos remanescentes das matas secundárias, existentes ao sul do município. Há variedade de insetos, de pássaros de adorno e pombos silvestres. Toda a região, coberta de matas, foi em grande parte devastada, não pelas queimadas para as lavouras, mas para alimentar caldeiras de usinas, de locomóveis, dêste e do vizinho Estado do sul. Nas matas existentes se encontram boas espécies para construções, marcenaria, carpintaria, tinturaria. Nos tabuleiros crescem espontaneamente as mangabeiras que além do fruto muito apreciado, produzem látex empregado na obtenção da borracha. Abundantes são os cajujeiros e as maçarandubas, de fruto muito apreciado. Hidrografia — Todo o município é regado de rios, córregos, e arroios perenes, de vários rios, todos tributários do Atlântico. Os principais são: Abíá, Aratu, Cabelo, que banha o povoado da Penha, Camorupim, Carapeba, Goiana, em sua margem esquerda, Gramame, navegável, Grauí, Guirú, Jacarepá, Jaguaripe, Paratibe, formado pelo Mangabeira e Cuiá, Parnamirim, Pitanga e Pitiguinhos nos limites sul, e Pitimbú que corta a vila dêste nome. Lagos e lagoas — Boqueirão ou Tabu e Tio-Vira, que alimentam o Abíá, e são abundantes em camarões e juncos para espeleto. Perto da Capital está a Lagoa Grande, nascente do Jaguaripe. História — O território do município era, primitivamente, habitado pelos caetés, que eram expulsos pelos tabajara, vindos do interior, estes eram nextou suas aldeias a partir da margem esquerda do Paraíba, para o sul. Depois de vários anos de lutas com os portugueses, acabaram-se os, por meio de um tratado de paz e amizade, celebrado pelo escrivão da Câmara de Olinda, João Tavares e o chefe tabajara Pirajibe, a margem direita do Sãinhau, do dia 5 de agosto de 1885. Em 29 de outubro daquele ano, o ouvidor-geral Martin Leitão chegou ao local onde João Tavares o ficava, trazendo 30 famílias, animais domésticos, etc., e no dia 4 de novembro do ano referido iniciou a fun-
dação da cidade começando as primeiras edificações no local onde hoje se ergue o Colégio de N. S.ª das Neves. Querendo, ao mesmo tempo, homenagear N. S.ª das Neves e Filipe, rei de Espanha, denominou à nascente metrópole da capitania da Paraíba — Filipéia de N. S.ª das Neves. A cidade prosperou, depois que pôde indenizar ao comércio de Olin da o preço de sua conquista. Na segunda década do século XVII, era considerada a terceira do Brasil. Sua dependência, porém, à capitania do Pernambuco, o pouco interesse de alguns dos seus capitães-mores e, por fim, a dominação holandesa que se positivou em 24 de dezembro de 1694, levaram-na à decadência. Os batavos mudaram-lhe o nome para Frederikstadt e, depois, da Restauração passou a chamar-se simplesmente Paraíba. Com a Independência, adquiriu os fôrós de capital da Província da Paraíba do Norte, conservando o nome — Paraíba até quando o Decreto n.º 700, de 4 de setembro de 1930, o substituiu pelo de João Pessoa, lembrando o Presidente do Estado, morto no Recife por inimigos políticos. Centro revolucionário em 1930, nela se instalou o Governo Revolucionário do Norte do Brasil, sob a presidência do Dr. José Américo de Almeida. Homens notáveis — Na cidade de João Pessoa, outrora Paraíba, nasceram: Vidal de Negreiros, o herói da Restauração; Feliciano Quaresma Dourado, diplomata; José Peregrino de Carvalho, mártir de 1817; Mael Pinheiro, magistrado, jornalista e republicano; Padre João Francisco de Azevedo, inventor da máquina de escrever comercial; Eliseu César, poeta, jornalista e orador; José Manuel dos Anjos, poeta e orador; Randolfo Magalhães, professor e publicista; Sabino Magalhães, poeta; Jader de Carvalho, militar e escritor; Teodomiro Ferreira Neves Júnior, professor, poeta e jornalista; Dr. Cordeiro Júnior, médico militar, poeta e jornalista; políticos como os Padre Leonardo A. Meira Henriques e Lindolfo Correia, jornalista e agitador, Antônio Borges da Fonseca; jurista, professor e orador, Antônio Alfredo da Gama e Melo; intelectual, Caetano Filgueiras; o sábio, tenente-coronel Dr. Francisco Antônio Carneiro da Cunha. Inaugura — Com o aumento de sua população, vai a cidade de João Pessoa se desenvolvendo industrialmente; deixando à margem os pequenos estabelecimentos, se enumeram: uma usina de óleo de caroço de algodão que em 1941 produziu 104 890 kg, no valor de 3 184:000:857; três fábricas de vinhos de frutas com a produção de 601 000 l, no valor de 1 323:000:800; uma fábrica de cimento, que exportou, em 1941, 50 107 454 kg de cimento, na importância de 17 065:000:800, e em 1943 vendeu 42 903 280 kg no valor 19 250:000:800. Há várias prensas para enfardamento de algodão, sendo animada a produção de sal. A indústria de fumo conta uma grande fábrica de cigarros que vendeu, em 1941, somente dentro do Estado, 95 475 mil milheiros de cigarros, valendo 2 195:000:800. Instrução — Excetuando-se o Cemitério Arquiepiscopal, que ministra instrução religiosa superior, conta o município, somente, estabelecimentos de instrução primária, secundária e profissional. A primeira é ministrada em 8 grupos escolares, e 189 escolas primárias, a cargo de 800 professores. Ditas escolas matricularam, em 1942, segundo dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, 10 992 alunos, obtendo 9 343 de frequência média. Dos educandários de ensino secundário, destaca-se o Colégio Paraibano, antigo Liceu Paraibano, equiparado ao Pedro II, mantido pelo Estado, tendo 20 professores na docência. Sua matrícula, em 1942, atingiu 1 105 alunos de ambos os sexos. Em segundo lugar se coloca o Colégio Diocesano “Pio X”, a cargo de Ernâo Maristas. É também equiparado e conta uma matrícula superior a 300 alunos. Para o sexo feminino existe o colégio Nossa Senhora das Neves, equiparado,
com fiscalização federal, mantendo cursos primário, colegial e comercial, subindo sua matrícula a 350 alunos. Seguem o colégio das Lourdinhas e o da Sagrada Família, cabendo a religiosas o ensino nestes três últimos estabelecimentos. A instrução profissional é dada: na Escola Industrial, antiga Escola de Aprendizes Artifices, que anualmente conta uns 300 matriculados; e em quatro escolas de comércio, oficializadas. Limites — Os Decretos-leis ns. 1.164 e 550, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram os seguintes limites municipais: — Com o Oceano Atlântico, começando no ponto da linha, de limites das águas territoriais, em frente à barra do Paraíba, prossegue em direção ao sul até defrontar a barra do rio Goiana. Com Pernambuco — (Município de Goiana), começando nos limites das águas territoriais, em frente à barra do rio Goiana, vai ter a essa barra e sobe pelo rio Goiana até o pôrto de Miramar. Com Magauri, começando no pôrto de Miramar, prossegue em linha reta até a ponte sobre o rio Popoca, na estrada Alhandra-Camocim; continua por esse rio até sua foz, no rio Abiaí; sobe pelo referido rio Abiaí até sua nascente; sai, segue em linha reta até o marco n.º 3, situado na propriedade Várzea Cercada, de onde prossegue em linha reta até a foz do rio Camacho, no Imbiriabeira, nos limites de Magauri com Santa Rita. Com Santa Rita, começando na foz do rio Camacho, no Imbiriabeira, sobe pelo referido rio Camacho até sua nascente; sai, em linha reta, vai ter à nascente do rio Marés, pelo qual continua até sua foz, no rio Sanhauá; desce por este até o marco n.º 2 (de Santa Rita), situado à sua margem esquerda, na segunda curva; deste marco, em linha reta até o marco n.º 1 (de Santa Rita), situado à margem esquerda do rio Sanhauá, na primeira curva; deste ponto, segue pela margem esquerda do rio Sanhauá até a sua confluência com o rio Paraíba; prossegue pela margem esquerda deste rio até a sua foz, no Oceano Atlântico.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distritos da Sede com Jacoã, começando no ponto sobre o rio Gramame, na estrada de rodagem João Pessoa — Recife, desce por este rio até sua foz e daí continua em linha reta aos limites das águas territoriais.

Distrito de Jacoã com Alhandra, começando na foz do rio Acaiás, no Abiaí, sobe por este rio até seu cruzamento com a estrada João Pessoa-Recife; daí continua pela referida estrada até a ponte sobre o rio Gramame.

Distrito da Sede com Cabedelo, começando na foz do rio Mandacaru, no Paraíba, sobe pelo referido Mandacaru até seu canal de ligação com o Jaguaribe, pelo qual desce até sua foz.

Distrito de Pitimbu com Alhandra, começando no ponto em que o rio Acaiás corta a estrada João Pessoa a Recife, prossegue pelo referido rio Acaiás até a sua foz, no rio Abiaí, pelo qual continua, descendo até defrontar a foz do rio Camocim.

Distrito de Pitimbu com Jacoã, começando no ponto em que o rio Acaiás corta a estrada João Pessoa a Recife, prossegue em linha reta até a nascente do rio Grauí, pelo qual desce até a sua foz, no Oceano Atlântico.

Meio social — O meio social, principalmente o da sede, não é inferior ao dos centros progressistas do País. As culturas artística, recreativa, literária, científica, esportiva estão assinaladas nas sociedades existentes, contendo algumas mais de meio século de interrupção funcionamento. Quanto a usos e costumes, não diferem das outras grandes cidades do Nordeste brasileiro. Portos — O principal pôrto do município é o de Cabedelo (V. Cabedelo). Seguem
os de menor movimento: Abíá, Ane-
lim, Caixas e Cal, ambos formados pelo
Goiana; Gramame, Paraíbe, Pena,
Parnamirim, Pitimbu, Pitanga, Pitang-
guinha, Tabatinga todos, exceção do
penúltimo e antepenúltimo na margem
esquerda do Goiana, formados pelo
oceano Atlântico. Servindo a Capital
está o pôrto de João Pessoa (V. San-
hauá). Povoações — Além das vilas,
seas de distritos, conta o município vá-
rias povoações, em maioria a margem
do oceano, sendo as principais: Abíá, Acais,
Aúa, Barra de Gramame, Bessa, En-
seada, Formosa ou Praia Formosa, Gra-
mame, Jacaré, Jacumã, Mangabeira,
Mata Redonda, Muqu-Magro, Penha,
Pogo, Ponta de Coqueiros, Ponta de Ma-
tos, Tabu, Taquara. Religião — O Es-
piritismo, o Isoterismo contam núcleos
de praticantes; o Cristianismo ou Evan-
gelismo reúne apreciável número de
adeptos, contando uma dúzia de tem-
plos, a maioria na Capital. A Macoma-
ria é representada por uma Grande
Loja e quatro lojas, rito escocês antigo,
que a compõe, destacando-se a Loja
“Branca Dias” e a “Regeneração do Nor-
to”. A religião dominante, porém, é a
Católica Apostólica Romana, tendo na
Capital, a sede do Arci-bispado, que com-
preende a Paraíba e o Rio Grande do
Norte. O Município está dividido em seis
freguesias: N. S.ª das Neves, N. S.ª de
Lourdes, N. S.ª do Rosário, curato, tó-
das na Capital; N. S.ª da Assunção, em
Alhandra; N. S.ª da Conceição, em Ja-
coca e N. S.ª da Penha de França, em
Taquara. Para o ofício divino conta be-
lhos templos, alguns verdadeiras obras-
primas de arquitetura sacra. Em 1942
na matriz de N. S.ª das Neves, se regist-
iram 981 batizados, 177 casamentos,
169 confissões a enfermos e 78.397 co-
munhões; na matriz de Lourdes: 546
batizados, 106 casamentos, 182 confissões
a enfermos e 105.048 comunhões; no
Curato do Rosário; 1.257 batizados, 103
casamentos, 386 confissões a enfermos
e 127.257 comunhões; na matriz de
Alhandra: 105 batizados, 12 confissões
de enfermos e 508 comunhões; na ma-
triz de Jacoca, antiga Conde: 222 bau-
zados, 21 casamentos, 23 confissões a
enfermos e 2.103 comunhões; na ma-
triz de Taquara; 159 batizados, 15 ca-
sumentos, 16 confissões a enfermos e 1.234
comunhões. Rendas públicas — Para o
exercício de 1942, orçou o município sua
receita em Cr$ 2.200.000,00; arrecadou
Cr$ 2.355.051,20; fixou a despesa de Cr$ 2
250.000,00 e efetuou a de Cr$ 2.330
283,50. A Coletoria Federal, situada
no bairro Cruz das Armas, teve a re-
ceita de Cr$ 1.762.659,40, em igual exer-
cício. A Recebedoria de Rendas, em 1941,
teve a receita de 6.355.666,150 e a des-
pesa de 111.554,400. Riquezas Naturais:
O município possui as mais abundantes
jazidas de cálcio; no Cabo Branco e
barreiras marginais do oceano se en-
contram minérios de valor, entre os
quais os empregados na fabricação de
tintas, de sapólios, etc. As matas exis-
tentes fornecem excelente madeira para
construção, naval ou terrestre, para
marcenaria, para extração de tintas.
Sede — A sede do município, à Capital
do Estado, é a cidade de João Pessoa,
outrora Paraíba, situada segundo os tra-
balhos da comissão Pimenta da Cunha,
em 1929, na lat. S. 7º 08’-57,36” e na
long. E. do Rio de Janeiro, 8º 20’-5,85”
no lado oeste da Catedral. A cidade se
divide em alta, média e baixa, pois se
distende do sopé para o alto da colina
que, em semicírculo, margea a parte
oriental do rio Sanhauí. De sua feição
colonial, pouco resta, não somente de-
vido às remodelações, como ao seu de-
svolvimento, que se processa no pla-
nalto e avança para o litoral. A monó-
grafia do topógrafo-arquiteto Vicente
Gomes Jardim, publicada em 1889, re-
gistrava, na então cidade da Paraíba, 2
bairros, 62 ruas, 20 praças e 16 travessas.
Atualmente conta a Capital 125 ruas,
32 travessas, 26 praças arborizadas to-
das, e, em maioria, ajardinadas, 6 la-
deiras, 2 parques e 13 arrabaldes. Sua

Secretaria da Agricultura, Secretaria da Fazenda, Teatro Santa Rosa, Templos católicos: conventos São Bento, do Carmo, de Santo Antônio com a ordem terceira de São Francisco, São Frei Pedro Gonçalves e do Rosário; Igrejas: Concepção, Bonfim, N. S.ª de Lourdes, N. S.ª das Neves, Mãe dos Homens, N. S.ª das Mercês, São José, São Gonçalo e São Sebastião. Os evangélicos contam cinco templos. A cidade é iluminada a luz elétrica e possui regular serviço de transportes urbanos, feitos por auto-ônibus e bondes, além de uns cento e cinquenta carros de praça. Os viajantes dispõem de vários noturnos, sendo os principais o Paraíba Hotel, na cidade alta e o Globo, na cidade baixa. Nesta se localizam os estabelecimentos comerciais mais importantes, as casas bancárias, as agências de vãpos e de companhias de Seguros, despachantes, lócolos, casas de moda, etc. Por via férrea se comunica com Cabedelo, Recife e Natal e várias cidades do interior. Em João Pessoa começa a rodovia-tronco que atravessa todo o Estado, interligando-se no do Ceará.

Jófili — Antiga Pocinhas, Florestal vila do município de Campina Grande, situada no Cariri, entre penedos, cortada pela antiga estrada do sertão. Começou a progredir a partir de 1913. É iluminada a luz elétrica, servida por Agência Postal-Téléfônica, conta uma casa de caridade fundada pelo Padre Ibiapina, um hospital ou casa de saúde, esforço do vigário local, boa feirante semanalmente e duas aulas públicas primárias que, em 1942 matricularam 105 alunos, tendo 95 de freqüência média. É freguesia de N. S.ª da Conceção criada em 1908. Seu clima é quente e seco no verão, porém ameno na época das chuvas. A propósito do centenário de nascimento do escritor, jornalista, historiador, e político Irineu Jófili, nascido no distrito, em 13 de novembro de 1848, mudaram o antigo nome, Pocinhas, para
Jófili. A vila tem importância social, comercial e histórica. O referido escritor, num dos seus trabalhos, referiu o seguinte caso, de que foi testemunha ocular, ainda criança: — “Batizados em Areia, os rebeldes da revolução piaxeira, fugiram para o interior da Paraíba. Chegaram a Pocinhos vários grupos, e ali os chefes Borges da Fonseca, Santos Leal e outros, dispersaram seus soldados e fugiram disfarçados em vaqueiros. Mais tarde, em 1874 (ainda é narração de Irineu), num dia de domingo, por ocasião da missa, entrou na cidade um destaque comando pelo capitão Pirajibe, que andava em perseguição aos Quebra-Quilos. Postou sentinelas às portas do templo, formou sua tropa em círculo no pátio da igreja e para este mandou entrar os homens válidos que assistiam à missa e sem qualquer indagação, algemou-os e os conduziu como implicações na sedição”. A vila, segundo o Recenseamento de 1940, conta 162 prédios urbanos, 64 suburbanos, 1.566 rurais, e a população: urbana, 521 habitantes; suburbanas, 234; rural, 7.800.

Juá (Voc. ind., corr. de iú-á: fruto de espinhos) — Povoado do município de Guarabira; tem aula pública primária; esta, em 1942, matriculou 49 alunos, resultou 32 de média de freqüência.

— Povoado do município de Alagoa Nova. Sua escola pública matriculou 44 alunos, em 1942.

— Povoado do município de Umbuzeiro. A matrícula de sua escola pública primária, em 1942, foi de 30 alunos.

Juarez Távora — Vila do município de Alagoa Grande, quase nos limites do município de Ingrá, distando da sede para S. E. 25 quilômetros. É situada em terrenos secos, escassos de água potável, produzindo, porém, muito algodão. É sede de distrito, tem uma capela de regular construção e realiza, semanalmente, boa feira. Começa a florescer e conta três aulas públicas primárias que, no ano de 1942, matricularam 117 alunos, obtendo 110 de freqüência média. Tinha o nome de Água Doce, mudado para o atual, após a revolução de 1930. O Decreto-lei n.º 1.164, de 15 de novembro de 1933, deu-lhe a categoria de vila. O Recenseamento de 1940, verificou: 122 prédios urbanos, 36 suburbanos, 381 rurais e a população: urbana, 469 habitantes; suburbanas, 139; rural, 2.015.

Juazeirinho — Ex-cidade e atual vila do município de Ibiapinópolis, categoria dada pelo Decreto-lei n.º 1.164, de 15 de novembro de 1933. É mais próspera e populosa do que a atual sede do município (V. Ibiapinópolis). Está no cruzamento de várias estradas do interior da Paraíba, sendo notável o movimento de passageiros que diariamente se distribuem por seus hotéis. É bem situada e de agradável edificação, tendo ao pé um açude que a abastece. Na cidade, que é iluminada a luz elétrica, funcionam Agência Postal-Telegráfica, mercado público, uma aula primária que matriculou 82 alunos, em 1942. Está edificada em terrenos da antiga fazenda Juazeiro, no ponto, outrora, de pousos de tropeiros, onde o engenheiro José Ávila Lins plantou o abarraçamento dos trabalhadores, quando construiu um trecho da rodovia que passa pela cidade. Desenvolveu-se rapidamente. O governador do Estado para ela transferiu a sede de município. O Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, mudou-lhe o nome Juazeiro para Juazeirinho, e transferiu dali a sede do município para Ibiapinópolis. Conta Juazeirinho 3 ruas, 2 ladainhas, 2 praças, arrolando-lhe o Recenseamento de 1940 a população urbana de 1.991 habitantes, suburbanas, 35, rural 2.582, ocupando 590 prédios urbanos, 83 suburbanos e 1.271 rurais.

Jucá (Voc. ind., iuçá: matar). Vila de Piancó (V. Catingueira).

— Serra nos limites de Campina Grande e Alagoa Grande.

Jurema (Voc. ind., iu-rema: árvore espinhosa e de líquido mal cheiroso. Há duas espécies: uma que produz madeira aromática e excelente para a marcenaria; a outra de que se extrai o célebre licor). Povoado do município de Areia. É servido por uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 42 alunos.

Lagoa da Mata — Povoado do município de Araruna. Foi 69, o número de matriculados em sua aula pública, em 1942.

— Povoado no município de Areia. Possui aula pública primária que matriculou 33 alunos em 1942.

Lagoa da Telha — Local do município de Campina Grande onde se encontram cavernas abundantes em fósseis.

— Povoado do município de Guarabira. Tem aula pública primária que registrou 54 matriculados em 1942.

Lagoa de Cima — Fazenda do município de Cabaceiras, propriedade do Dr. Pedro Tavares de Melo que, com o auxílio da Inspetoria Federal de Obras contra as Sécas, construiu o açude que tem o nome da referida propriedade, reservatório com a capacidade de... 7 069 040 metros cúbicos.

Lagoa de Dentro — Povoação do município de Calçada. É promissora, conta uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 83 alunos, resultando 52 de frequência média.

Lagoa de Pedra — Povoado do município de Espiriranca. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 49 alunos.

Lagoa de Roça — (V. Aldeia Velha.)

Lagoa do Barro — Povoado do município de Areia. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 37 alunos.

Lagoa do Juçá — Povoado do município de Umbuzeiro. Sua escola primária, matriculou 46 alunos em 1942, tendo a frequência média de 35.

Lagoa do Perpíni — Antigo nome de Monteiro.

Lagoa do Remígio — (V. Remígio.)


Lagoa dos Cavares — Lugarejo do município de Esperança. Em 1942, sua aula pública primária matriculou 60 alunos.

Lagoa dos Marcos — Lugarejo do município de Umbuzeiro. Conta escola primária mista que, em 1942, matriculou 46 alunos, tendo a frequência média de 38.


Lagoa Salgada — Na estação chuvosa, no distrito de Jóii, município de Campina Grande, com a profundidade de pouco mais de metro, estende-se por vários quilômetros, a Lagoa Salgada, servindo de nascimento dos rios Araçai, Curumataú, Mamanguape, Santa Rosa e Bodocongo. O terreno arnogou, permeável, não permite se conservarem as águas por mais de seis meses.

Lagoa Sêca — (V. Ipuaúara.)
Nome de um lugar ao do município de Misericórdia, que conta uma escola pública primária.

**Lagoa Verde** — Lugarejo do município de Esperança. Sua aula pública primária, em 1942, matriculou 37 alunos.

**Laajéão** — Povoado do município de Esperança. Tem uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 37 alunos.

**Lapa** — Povoado do município de Campina Grande, servido por uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 48 alunos.

**Laranjeiras** — (V. Alagoa Nova.)

**Lucena** — Lugarejo do município de Mandaípe.

**Lastro** — Povoação do município de Sousa fundada em 1857 pelo Padre José Antônio Sarmento. Está no centro de um distrito que cultiva algodão cana-de-açúcar e cereais, tendo engenhos para o fabrico de rapaduras; conta uma capela e uma aula pública mista.

**Lauro Müller** — Nome de uma estação da "Great Western", no município de Tabajana. Representa uma home-nagem ao então Ministro de Viação e Obras Públicas que aprouve e contratou o prolongamento da ferrovia até Timbaúba, do Estado de Fernambuco.

**Ledo** — Povoação do município de Cabaceiras elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. Ficou à margem do rio Santa Rosa, tributário do Taperoá. Conta aula pública primária e uma igreja sob a invocação do Senhor Bom Jesus dos Martirios. Tem algum trato comercial e realiza, semanalmente, uma feira. Na sua capela existem quadros de algum valor artístico pintados pelo mestre Azevedo, irmão do inventor da máquina de escrever, Padre Francisco João de Azevedo. O Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, mudou-lhe o antigo nome, Boa Vista, para o atual. O Re-

censeamento de 1940 computou-lhe: 148 prédios urbanos, 42 suburbanos, 403 rurais, e a população: urbana, 363 habitantes; rural, 2029.

**Leitão** — Povoado do município de Umbuzeiro.

**Ligeiro** — Povoado do município de São João do Cariri; tem escola pública primária, que matriculou 42 alunos, em 1942.

**Lindaflor** — Povoado do município de Tabajana. Conta uma aula pública primária; nesta registrou 43 matriculados, em 1942, com a frequência média de 37.

**Lindolpho** — Povoado do município de Bananeiras, cuja aula pública primária matriculou, em 1942, 50 alunos.

**Livramento** — (V. Garçai.)

**Logradouro** — Lugarejo do município de Esperança. Conta uma escola pública primária, com a matrícula de 61 alunos, em 1942.

**Logradouro** — (Em linguagem sertaneja designa os lugares nos latifúndios das fazendas, onde a pastagem é mais abundante, servindo para neles se recolher o gado nos tempos de seca). Agregado de casas à margem da estrada velha de Ingá a Campina Grande.

— Povoado do município de Caçara, ao pé da estação ferroviária, contando uma usina para beneficiar algodão e uma aula pública que matriculou 71 alunos, em 1942.

**Loreto** — Lagoa nos limites dos municípios Paúba, Pombal e Pombal.

**Lucena** — Vila pertencente ao município de Santa Rita, à margem do Atlântico, na enseada que lhe dá o nome, a qual apesar de uns 7 metros de água de profundidade só oferece abrigo seguro às embarcações quando os ventos sopram do S. S. O. e S. S. E. Com estes ventos as embarcações à vela que
Ali se abrigam para demandar a barra do rio Paraíba, que lhe fica a três milhas, aproximadamente, têm de experimentar forte correntezas. É localidade antiga. Nela aportavam caravelas francesas traficando pau-brasil com os potiguaras. Por ali seguíram os portugueses para Baía da Traição e já em 1596 o governo da Capitania fazia doação de terras aos trados benevolos, no rio Miriri, c qui-lômetros ao N. de Lucena. Nesta fez o exército holandes um desembarque, na segunda tentativa para conquistar a Paraíba, sendo repelido. O nome lhe veio de um dos primeiros moradores, cuja profissão era transportar passageiros, do pontal para a outra margem do Paraíba. A localidade chegou a florescer muito, já por sua costa muito pícara, já por estar no centro de extenso coqueiral e de terrenos fértileis, regados por abundantes mananciais, produzindo cereais, legumes e frutas. Depois decalou, faltando-lhe uma rodovia para mais facilmente se comunicar com a Capital. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938 restitui-lhe a categoria de Vila. Possui templo católico, igreja protestante e escola pública primária. A via tem aspecto pitoresco, pois a casaria se abriga à sombra de vigoroso coqueiral. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 262 prédios urbanos, 734 rurais e a população urbana, 666 habitantes; rural, 1.932. Possui prédios de boa construção e vários estabelecimentos comerciais. Lucena é o lugar de nascimento do inspirado e saudoso poeta Américo Falcão. Também foi berço do poeta, patriota de 1817, Antônio Elias Pessoa e do seu neto, o professor e poeta de igual nome.

Luis Gomes — Ramificação da Borborema, separando o Estado do Rio Grande do Norte do município paraibano de Antenor Navarro. É serra de terrenos fértilíssimos e bem cultivados, tendo a direção de E. a O.

Macaco — Arrabalde da Capital do Estado, regado pelo Jaguaribe Rei, devindo a devastação das matas, reduziu-se a um riacho. Em sua margem ocidental se deu um projecto de captação de água para abastecimento da cidade de João Pessoa. O serviço adquiriu também o sitio Cumbe, utilizando-se de suas vertentes, tributárias do aludido Jaguaribe, onde também perfurou caçambões, estabelecendo a usina, tendo o local, o nomem Buruquinhiu.

— Nome de um rio e município de Ibiapinópolis. Tem também a denominação Quisodi e alimenta o açude assim chamado. Com o Cachoeirinha e o Gravatá, formam o rio Faustino, afluentes do Paraíba.

Macaíba (Voc. ind., corr. de baca-iba: árvore dos cocos; é uma palmeira) — Povoado do município de Areia. Tem aula pública primária que matriculou 50 alunos, em 1942.

Macapá (Voc. ind.: corte de macabas) — Açude público do município de Princesa Isabel, construído pela Inspeção Federal de Obras contra as Sécas. Sua capacidade é de 600.000 metros cúbicos.

— Nome de um povoado do município de Araruna. Nêle funciona uma aula pública primária, cuja matrícula, em 1942, somou 42 alunos.

Macaranduba (Voc. ind., nome de uma sapotácea) — Povoado do município de Caicara. Conta aula pública primária que em 1942 matriculou 54 alunos, tendo 34 de frequência média.

1940, arrolou-lhe: 63 predios urbanos, 33 suburbanos, 2.276 rurais e a população: urbana, 341 habitantes; suburbană, 163; rural, 11.382.

Maciel — Futurosa povoação do município de Guarabira; conta duas aulas públicas primárias que, em 1942, matricularam 37 alunos.

Mãe-d’água — Cataratas formadas por diversas seções da Borborema, no município de Teixeira, nas quais se origina o rio Cruz, afluentes do Pinharas.

— Povoação do município do Teixeira, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1.164, de 15 de novembro de 1938. É futurosa e de recente fundação. Realiza uma feira semanalmente e tem aula pública primária. O Recenseamento de 1940 encontrou-lhe 43 prédios urbanos. 21 suburbanos, 878 rurais e a população: urbana, 68 habitantes; suburbană, 01; rural, 3.588.

— Povoado do município de Sousa. Sua aula pública, em 1942, matriculou 44 alunos.

Maguari (Voc. ind., nome de uma ave pernaltá) — Município ao S. O. do Estado limitando-se com o Estado de Pernambuco. Em maior parte ocupa a várzea do baixo Paraíba. E de 764 quilômetros quadrados sua área territorial, segundo o Recenseamento de 1940, por 39.823 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 1.783; suburbanas, 7.760; rural, 26.280, ocupando 469 prédios urbanos, 685 suburbanos e 5.532 rurais. Administração — Politicamente, é administrado por um prefeito, nomeado pela Interventoria federal, auxiliado por 25 funcionários permanentes. Judicialmente, é comarca de primeira estrutura, tendo um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A segurança pública, cabe a um delegado de Polícia, na sede, nomeado pelo Interventor Federal, e subdelegados, nas vilas, escolhidos pelo Secretário do Interior. Os suplentes para os aludidos cargos são nomeados pelo Chefe de Polícia da Paraíba. Agricultura — O município é exclusivamente agrícola; não obstante, pratica-se também a indústria pastoril em pequena proporção. Possui terras excelentes para a policultura mas a cana-de-açúcar merece cultivo especial. O seu açúcar é de uma qualidade tão boa que Mauricio de Noronha deu três pães de açúcar para armas da capitania do Paraíba. Aspecto físico — O município, quase todo ocupam terrenos planos e argilosos do vale do Paraíba, tem pequena faixa na caatinga ou, na transição da várzea para a caatinga, apresenta, várzeas, tabuleiros arenosos e coirinhas cobertas de vegetação. Clima — Tem bom clima, quente e seco no verão. No período das chuvas, quando os rios transbordam e alagam, altera-se o estado sanitário, surgindo casos de paludismo, de febres de mau caráter. Comércio — Bem apreciável é a cifra do movimento comercial em Maguari, especialmente o exportador, mantendo suas transações com as praças de João Pessoa, Recife e outras do sul do País. Distritos — Conta somente o da sede e o da vila de Pedras de Fogo. Demografia — Em 1941, realizaram-se no município 24 casamentos, registraram-se 140 nascimentos e 397 óbitos ou seja o coeficiente de 12,24 por 1.000 habitantes. A delinquência constou de 146 contraventões e 37 crimes, destravou, 13 homicídios, um, praticado por mulher. Etnografia — Na formação, predominou o elemento português cruzado com o indígena, aos quais o africano deu boa contribuição. Feiras — Na sede, na vila e nas principais povoações do município se realizam feiras semanais abundantes e concorridas. Passeios agrícolas e pastoris — Conta o município 16 engenhos, sendo 5 no distrito de Pedras de Fogo. Centenas são as propriedades agrícolas; poucas, as pastoris. Em 1941 os seus rebanhos somavam: 6.600 bovinos, 2.620 equinos, 630 asininos, 1.460 mares, 4.000 caprinos, 2.550 suínos e 15.000 aves.
Fauna e flora — A fauna é rica em pássaros cantores. Entre os animais silvestres encontram-se: a lontra, a paca, o veado, a cutia. Existem restos de antigas matas donde se extraem boas madeiras de construção e mercancia, como o vinhático, o marfim, a gororoba, a embiriba, o pau-brasil, etc. Hidrografia — O Paraíba é o principal rio que atravessa o município e recebe as águas de inúmeros córregos e riachos perenes. Nos seus transbordamentos, alimenta o Paraíba, várias lagoas, das quais era a Fuxi a mais notável por sua extensão, por sua profundidade e pela abundância de peixes. História — Desde o princípio do século XVII, começaram as fundações de engenhos nos terrenos do atual município. Essas propriedades tornaram-se produtiva e importante pela extensão, o engenho Espírito Santo, cujo primeiro dono, Manuel Pires Correia, se retirou da Paraíba quando se deu a invasão holandesa. Foi o engenho confiscado e vendido a Joan van Olen que o revendeu a Mense Francen Aurenhaut. Ali se deu um combate entre a guilhina de Rebêlino e as do governador batavo. (V. Batailha). Os canaviais do dito engenho se estendiam também pela margem esquerda do Paraíba, onde, em 1789, já existindo um agiomerado de habitações, depositou uma cheia, grande cruz de madeira. Os moradores, vencendo-a, ergueram-na no ponto hoje ocupado pela matriz, pegando ao povoado a denominação Cruz do Espírito Santo. O lugarejo prosperou, não somente ao impulso do cultivo da cana a que se entregavam os seus habitantes, como por estar à margem da estrada real que seguia para o sertão. Pertenceu longos anos ao município de Santa Rita. Em 1896, por Lei n.º 40, foi elevado a vila e o distrito passou a termo judiciário de Pedras de Fogo. Mais tarde perdeu tal categoria, sendo reunido ao termo de Sapé. O Decreto-lei n.º 1164 de 15 de novembro de 1938, deu-lhe os foros de cidade e comarca de primeira entrada. O mesmo decreto reuniu-lhe o distrito de Pedras de Fogo que perdeu a categoria de município. O Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, para evitar duplicidade, mudou-lhe o nome Espírito Santo, para Maguari. Indústria — A extrativa, consiste no preparo de paralelepípedos ou calhaus empregados na pavimentação das ruas, dos quais em 1941 exportou 1 700 000 metros cúbicos. Notável, porém, é a sua indústria agrícola, que no período referido produziu e colocou: 280 000 abacaxis, 33 280 cachos de bananas, 60 000 laranjas, 4 000 toneladas de batatas doces, 22 000 sacos de açúcar banguê, 118 368 1 de aguardente, 42 950 kg de algodão em pluma, 45 000 sacos de 60 kg de farinha de mandioca. Instrução — Conta somente a instrução pública primária, distribuída por 20 escolas, a cargo de 24 professores. Em 1942, matricularam-se nas referidas escolas 1 291 alunos, alcançando a frequência média de 740. O município, em 1942, concorreu com Cr$ 12 219,00, cota destinada a auxiliar as despesas da instrução primária do Estado. Limites — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, estabeleceram, para Maguari, os seguintes limites municipais: — Com Santa Rita, começando no marco n.º 1 (de Sapé), situado no alagadiço de Curralinho, prossegue em linha reta até o marco n.º 2 (de Maguari), situado entre as propriedades Nossa Senhora do Patrocínio e Pindoba; daí até o marco n.º 3, situado entre as propriedades Pindoba e São José, à margem do rio Paraíba; desce por esse rio até a ponte da Batalha e em seguida pelo caminho carroçável da estação dos Reis até o marco n.º 4; desce marco em linha reta, vai ter ao marco n.º 5, situado na propriedade Venâncio do Nascimento no vale do rio Mumbaba; desce marco, continua até o de n.º 6, situado à margem do ca-
DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com São Miguel de Taipu, começando da Ponte sobre o rio Gurinhém, desce por esse rio até a foz no Paraíba; daí, em linha reta até a nascente do rio Caldeirão; deste ponto, prossegue em linha reta até a foz do rio Gruta Funda, no rio Mumbaba; daí, desce pelo referido rio até os limites com Santa Rita.

Distrito de Pedras de Fogo, com São Miguel de Taipu, começando nos limites municipais de Tabajana com Maguari, na estrada que vai de Pedras de Fogo a Santa Rita, continua por essa estrada até o ponto em que é cortada pelo Mumbaba, desce por esse rio até a foz do rio Gruta Funda.

Distrito de Pedras de Fogo com a Sede, começando da foz do rio Gruta Funda, no rio Mumbaba, desce pelo referido rio até os limites intermunicipais com Santa Rita.

Distrito de Caãmirim com Pedras de Fogo, começando nos limites interestaduais com Pernambuco na estrada João Pessoa-Recife, segue pela referida estrada até os limites intermunicipais com João Pessoa.

Meio social — Não é atrasado o meio social de Maguari, principalmente o da sede e o da vila, sempre em contato com os centros sociais de João Pessoa e Recife. Patrimônio municipal — Segundo o levantamento feito em 1941, o patrimônio municipal somava Cr$ 205 067,90. Povoações — As mais importantes são: Bôca de Mata, Cobé, Covoadas, Entroncamento, Itapôa, Oratório, Taipu e Unia. Religião — A população, excetuando pequeno número de evangélicos, segue a religião católica apostólica romana. Por longos anos pertenceu à freguesia de N. S.ª dos Anjos, de Taipu. Decaindo esta, passou Maguari, então Cruz do Espírito Santo, a sede de freguesia, sob a invocação do Espírito Santo, contando
crescido número de capelas filiais. Rendas públicas — Em 1942, a despesa do município foi orçada em Cr$ 103 000,00; arrecadou Cr$ 126 902,50 fixou a despesa de Cr$ 120 000,00 e efetuou a de Cr$ 123 398,40. A Coletor Federal, em 1942, teve a receita de Cr$ 802 760,60. Repartições públicas — Conta o Grupo Escolar, a Prefeitura, Estação da estrada de ferro, o Fórum, Coletor Federal, Agência Postal-Telegrafa, Mercado Público. Sede — A sede é a cidade de Maguari, distando 25 quilômetros da Capital. Está à margem esquerda do rio Paraíba, em local plano e baixo. A margem direita, se encontra a estação ferroviária, cuja comunicação com a cidade fica interrompida, durante as cheias do rio mencionado. A rodovia-tronco do Estado passa a alguns quilômetros da sede, mas a destinada aos municípios do N. da Paraíba corta a cidade, que assim dispõe de vários meios de comunicação. É salubre, iluminada a luz elétrica, conta ampla e bem construída matriz, um cinema com 200 localidades, serviço de remoção de lixo. Sua edificação é boa, seu aspecto é agradável. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 345 prédios urbanos, 293 suburbanos, 5 563 rurais e a população: urbana, 1 336 habitantes; suburbana, 1 427; rural, 17 590. A cidade se compõe de 14 ruas, 5 travessas e uma praça. Vias de comunicações — Conta a estrada de ferro, a rodovia e algumas estradas carreáveis. Para transporte de mercadorias e passageiros, havia no município, em 1942: 14 automóveis, 11 caminhões e 70 carros de bois.

Maia — Antiga Pilões do Maia. Povoação do município de Bananeiras, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938. Está no centro de um distrito agrícola que produz cana-de-açúcar, fumo, e cultivou café. Tem uma capela dedicada a São José, uma aula pública primária que matriculou 60 alunos em 1942. O Recenseamento de 1940 contou-lhe: 22 prédios urbanos, 8 suburbanos, 1 750 rurais e a população: urbana, 103 habitantes; suburbana, 34; rural, 8 923.

Moia Branca — Nome que o Dicionário Geográfico de Saint-Adolphe dá à atual Vila de Serra da Raiz. Não consta, porém, que a localidade tivesse um dia tal denominação.

Malhada — Povoado do município de Guarabira. Tem uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 45 alunos.

Malhada da Cruz — Povoação do município de Cuité, nos limites com o Estado do Rio Grande do Norte.

Malhada da Roça — Povoado do município de São João do Cariri, tendo uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 44 alunos.

Malhada de Arcia — Povoado do município de Iapiá, contando uma aula pública primária.

Malhadinha — Povoado do município de Campina Grande, cuja aula pública primária matriculou 40 alunos, em 1942.

— Povoado do município de Catolé do Rocha. Sua escola primária, em 1942, matriculou 62 alunos, tendo 37 de média de frequência.

Malta — Próxima povoação do município de Pombal, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938. Possui Agência Postal Telegráfica, é iluminada a luz elétrica, realiza abundante feira semanal. Entre os seus edifícios se destacam a Capela de N. S.ª da Conceição e o Mercado Público. Sua escola pública teve, em 1942, 47 matriculados, com a frequência média de 35. Tem boa edificação, agradável aspecto e boa situação, sendo cortada pela rodovia central e servida por estrada de ferro. Foi fundada em 1830 por João Fernandes de Freitas, que doou o patrimônio da capela. O distrito cria gado, produz algodão, cereais e cana de
 açúcar, aprovada na fábrica de rapaduras. O Recenseamento de 1940 encontrou-lhe: 318 prédios urbanos, 9 suburbanos, 1.742 rurais e a população: urbana 1.383 habitantes; suburnana, 71; rural, 8.082.

Mamanguape (Voc. ind. Elias Herckman aponta três etimologias, mas preferimos a de Teodoro Sampaio: mamanguape: no bebedouro) — Um dos principais rios do Estado. Corre de S. W. a N. E. Nasce no município de Campina Grande, na Lagoa Salgada, a L. da vila de Jofil. Desce a Borborema apertado entre penedos e alcantais, banha Espalhada, Alagoa Grande, Camastrina, Rapador, Mulungu, São João, a cidade de seu nome e lança-se no Atlântico após um curso de 150 quilômetros. Tem como principais afluentes: da margem direita, o Zumbi; da esquerda, o Mundoú, o Uruçu, o Guarabira, o Araçajú e o Pirituba. Quase tôdas as águas da acidentada região do Brejo se dirigem para este rio. Perto da faz, que está a 6º-47’-12” lat. S. e 34º-57’-45 long. W. Gr., recebe ainda os riachos Grupiúna e Jacaré, mais própiamente furos da lagoa Acajutibiró. A barra do Mamanguape, a umas quatro milhas ao sul da Bahia da Traição, está entre duas baixas: a de Coqueirinhos, ao norte, e a de Mamanguape, ao sul. Embaçarem de reduzido calado podem navegá-lo até o pôr do Solena, 23 quilômetros para dentro da faz. Vindo do mar o acesso "no rio é permitido por diversos rebatimentos na pedra do recife e na vizinhança de Coqueirinhos, e dos quais os mais acentuados são os denominados Barra Velha e Barreta do Sul ou Barra Nova. Sobre os recifes o mar arrebenta com ínima. A Barra Velha tem uns 165 metros de largura e 4,4 a 5,5 metros de água sobre a pedra, na baixa-mar. A Barreta do Sul ou Barra Nova, é preferida; tem uns 55 metros de largura e fundos de 3,7 a 4,4 metros de água em clima da pedra, lavando um colovelo no mesmo recife, para dentro mais, onde apenas se acham 2,6 metros de água. Passado o recife, se encontram fundos de 5 metros; costeando-se o recife para o sul, se acharão 8,5 a 17 metros de água em fundo de lama. O recife deve ser costeado, porque uma coroa séca se prolonga desde a praia quase à barreta. As águas crescem de 2,6 a 2,8 metros nas marés das sizigias, no ancoradouro de Mamanguape".

— Município na zona litorânea do Estado, a O. da Capital, ocupando uma área de 2631 quilômetros quadrados, contando uma população de 64.836 habitantes, distribuídos: 17.881 nas zonas urbanas: 3.727, nas suburbanas: 43.248, nas rurais, ocupando 3.415 prédios urbanos, 346 suburbanos e 10.370 rurais. Administração — Políticamente, é dirigido por um Prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por funcionários permanentes. Comarca de segunda entrada; tem os negócios da justiça a cargo de um Juiz de Direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A segurança pública, cabe a um delegado de Polícia, na sede, a subdelegados nas vilas. Os primeiros são nomeados pelo Interventor Federal; os demais pelo Secretário do Interior. Os respectivos suplentes são escolhidos pelo Chefe de Polícia. Aspecto físico — O município, diz com exatidão Mário Campeão na sua Corografia de Mamanguape, é geralmente plano, possuindo extensos tabuleiros e algumas elevações nas adjacências dos rios Mamanguape e Camaratuba. De par, extensos vales e várzeas de agradável aspecto e extensas praias à beira-mar, cobertas de coqueiros. Assistência social — Existe na sede um Pósto de Higiene, mantido pelo Estado. Em 1942, registrou esse departamento: Prophilia - Pessoas atendidas pela primeira vez: helminhos 638, paludismo, 291; boubá, 71; sifilis 441; gonorréia, 14; câncro mole, 22; tuberculose, 2; variola, 2; vacinação antívaroiólica, 205. Clima —
O clima é saudável, não sendo o munici-
pício alcançado peloflagelo da sêca. A
temperatura, no período das chuvas,
pode baixar a 19ºC e, no verão, elevar-se
a 30º à sombra. Comércio — Após o pro-
longamento da estrada de ferro para o
interior do Estado, o comércio de Ma-
manguape, que rivalizava com o da Ca-
pital, teve súbita decadência e a cidade,
tão cheia de animação e de gente, foi-
se despovoando, tendo, talvez, um dia,
graças às suas possibilidades agrícolas,
de erger-se não mais à margem do
Sertãozinho, mas em Rio Tinto. Curio-
sidades — Existem uns subterrâneos,
verdadeiros labirintos, que não foram
trabalho do potiguaru, habitante da re-
ção quando os portugueses começaram
a colonizá-la (V. Rio Vermelho e Ca-
rapuema). Demografia — Em 1942,
registraram-se no município 320 nasci-
mentos, 164 casamentos e 258 óbitos,
déstes, 5 natimortos e 112 crianças de
0 a 1 ano de idade. Distritos — Conta os
seguintes distritos de paz: o da sede,
Baía da Traição, Jacaraú, Mataraça e
Rio Tinto. Etnografia — Mário Cam-
pelo, na sua Corografia de Mamanguape,
obserque que cinco sextos da população
do município pertencem à raça branca,
caldeamento do português com o índio
ou outras raças européias que povoaram
a região. Sendo esta muito agrícola, pro-
dutora de açúcar, não foi pequena a per-
centagem do elemento africano. Fauna e
flora — A paleontologia terá alguma
cosa a estudar em Mamanguape, pois
apresenta interessantes espécimes de fós-
seis. A fauna conta ainda várias espé-
cies de animais de caça, de aves e pás-
saros. Dêstes, dentre os canhores, extin-
guin-se a patativa de Jacuípe, devido à
perseguição continua e brutal dos que
exploravam o comércio de pâssaros can-
tores. Possui variedade em insetos,
principalmente em abelhas indígenas.
Quanto à flora, é ainda um dos mais ri-
cos municípios do Estado, possuindo
matas onde crescem o vinhático, o pau-
brasil, o cedro, a gonoroba, o pau-de-aro,
o jítai, a sucupira, o angico e outras
espécies empregadas pela carpintaria,
pela marcenaria, em construções civis e
navais. Grande é a variedade de plan-
tas medicinais, e, nos tabuleiros, vege-
tam espontaneamente a mangabeira e o
batipucá, que produz óleo empregado na
culinária. Fazendas pastoris e agrícolas
— Mamanguape cria gado vacum, prin-
cipalmente na zona da caatinga, mas a
fórca econômica do município, todo o
seu futuro, assenta na agricultura, pois
são vastos e feracíssimos os seus terre-
nos, regados por numerosos riachos e
córregos, permanentes. Registra 320
boas propriedades e dentre estas so-
brasacam Águas Fria, Almécega, Gacho-
eira, Camaratuba, Capuaba, Jaguarema de
Cima, Jaguarema, Laranjeiras, Plabuçú,
Pindobal, Riacho Sêco, Riacho da Lagoa,
Salema, Santana, Santa Cruz, São Bento,
São João e Telha. Hidrografla — Os
principais rios que cortam a região são
o Mamanguape e o Camaratuba. O pri-
meiro recebe, no município, as águas dos
riachos Arrepia, Catolé, Caldeira, Curra-
linho, Grupiniana, Ipioca ou Itapeceriqui-
nha, Jacarauã, Jacaré, Jaraguá, Luís
Dias, Macacos, Maracujá, Neco Trigue-
iro, Passagem de Cobra, Patricio, Pregui-
ça, Rio da Pedra, Rio Vermelho, Sale-
ma, Sertãozinho e Silva. São afluentes
do Camaratuba, no município: os ria-
chos Açude, Água Clara, Água Fria,
Barro Branco, Biju, Brejinho, Cernam-
bi, Cumaru, Cumbe, Gameleira, Game-
leira, Geral, Gonzaga, Ilha, Imbiribeira,
Itape, Jandaia, Jurema, Jardim, Ma-
nimbu, Maripitanga, Matarquinhas, Pe-
pina, Plabuçú, Pitanga da Estrada, Pi-
tanguinha, Riachinho e São Bento. São
ainda do município os rios Guajú, o Mi-
riri e, tributários dêste, o Jacuípe, o Pa-
caré, o Quandu e o Urupeha. A lagoa
mais importante é Acajúibiró, onde de-
ságuam vários ríbeiros. (V. Acaju-
ibiró). São também de relativa import-
tância as lagoas Rua Vista, Bonita, Cam-
pinas, Capela, Cuité, Curral de Cima,
Engenho Novo, Espinho, Fêlha, Jacarau,
Jendiroba, Negro Félix. *Historia — A foz do rio Mamanguape e suas adjacências já eram frequentadas por navegantes franceses, antes de os portugueses iniciarem a colonização da Paraíba, em 1575. No fim do século XVI e começo do XVII, Mamanguape princi-
piou a ser colonizado, destacando-se o pernambucano Duarte Gomes da Sil-
veira, como o mais esforçado dos seus povoadores primitivos. Iniciavam os por-
tugueses o aldeamento dos potiguaras e o levantamento de engenhos na região,
quando se positivou a invasão holande-
sa, dando-se o abandono da aldeia que
seria a sede da região. Feita a Restaura-
ção, ali se estabeleceram os jesuítas e
reconstruíram a antiga aldeia de índios
que foi acrescida de colonos portugue-
ses. O orgulho destes suscitou serios
âtritos entre selvagens e civilizados, e
as autoridades locais julgaram pruden-
te separá-los. Os índios foram transferi-
dos para outra aldeia, situada num ou-
teiro, mais próxima do mar. A nova
povoação recebeu o nome de Monte-mor,
sob o patrocinio divino de N. S.ª dos
Prazeres. Na antiga aldeia ficaram re-
sidindo as autoridades e os portugueses.
Esta prosperou; a outra, porém, aban-
donada, alheia ao estímulo do trabalho
produtivo, em pouco anos recebia a al-
cunha de vila da Preguça, para salien-
tar a indulência dos seus moradores.
A alcunha pegou, e, hoje, a povoação está
quase extinta. Mamanguape continuou
a progredir, e, no século XIX já in-
fluiam seus habitantes na política da
Capitania. Mas o certo é que a sede da
via continuou muito tempo em Montem-
ror, perdendo esta a categoria, em fa-
vor da povoação de Mamanguape, em
1839. Pela Lei n.º 27, de 6 de julho de
1854, foi incorporada à Capital, mas a
Lei n.º 106 de 11 de dezembro de 1853,
elevou-a a sede de comarca. Teve ca-
tegoria de cidade por Lei n.º 1, de 25
de outubro de 1855. Em 1817, deu Ma-
manguape muitos combatentes à causa
da Liberdade e lá se feriu um encontro
entre legalistas e as forças comandadas
por Peregrino de Carvalho quando êste
regressava do Rio Grande do Norte. No
Distrito surgiu um levante contra o aço
de D. João VI jurando a Constituição
Portuguesa. Em 1874 escapou ao assalto
dos Quebra-Quilos, graças ao ardor do
delegado de polícia, natural e residente
na cidade. Sendo um dia de feira, tendo
chegado notícia de que os revoltosos se
aproximavam da cidade, o Delegado
mandou secretamente postar-se extra-
muros, no caminho da Capital, um in-
divíduo soprando numa corneta, dando
a ideia de fôrça pública se aproximando.
Os matutos, fugindo apressados, trans-
mitiram notícias de que um grande con-
tigente do exército ia entrando em Ma-
manguape, e os Quebra-Quilos retroce-
deram. Atualmente se observa um esfor-
ço para despertar Mamanguape e algu-
mas iniciativas vão se positivando. Ho-
mens notáveis — Mamanguape tem sido
berço de homens que se notabilizaram.
Em mecânica, apresenta Marcos Barbo-
sa, coevol de Bartolomeu Lourenço de
Gumsão e inventor de uma máquina,
individual, para voar; na política se
distinguiram o Senador Frederico de Al-
meida Albuquerque, o Barão de Mam-
anguape e Felizardo Toscano de Brito;
no jornalismo e na medicina, Eugénio Tos-
cano de Brito; na oratória, Castro Pinto
(João Pereira de), grande ilustração,
também jornalista emérito; nas letras,
Carlos Dias Fernandes, poeta, jornalista
e romancista; na pintura, Amélia Teoria
e Genésio de Andrade; no magistério,
Luís Aprigio Freire de Amorim. Genésio
pertence a uma família de desenhistas
e pintores espontâneos, como se vê em
túmulo do cemitério local. Indústria —
A maior indústria do município é repre-
sentada pela fábrica de tecidos Rio
Tinto, uma das mais importantes do
Nordeste Brasileiro (V. Rio Tinto). Além
da usina Monte Alegre, conta para a
fabricação de açúcar, álcool, aguarden-
te e rapadura, 14 engenhos, com 14 alam-
biques. No preparo de farinha de man-
dioca, funcionam no município mais de 500 aviamentos ou “Casas de farinha”. Para beneficiar algodão, funcionam em Mamanguape, 6 instalações. Instrução — Existe somente a primária, ministrada por 26 aulas públicas, inclusive um Grupo Escolar, todas a cargo de 51 professores. O Estado mantém, próximo da sede, a escola correccional para menores Presidente João Pessoa (V. Pin-dobô). Como os demais municípios, concorre Mamanguape com 10% de sua renda para auxiliar o Estado nas despesas com a instrução pública primária.

Limites — Os Decreto-leis ns. 1.184 e 520, respectivamente, de 15 de novembro de 1936 e 31 de dezembro de 1943, determinaram os seguintes limites municipais de Mamanguape: — *Com Caçara*, começando no marco n.º 15 (de Caçara), situado à margem esquerda do riochô Nascença, no lugar Cipóal, segue em linha reta até o marco n.º 14 (de Caçara), situado a S. E. do povoado de Estacada; segue por outra linha reta até o marco n.º 13 (de Caçara), situado no alto do morro Vermelho; continua por outra linha reta até o marco n.º 12 (de Caçara), situado na lagoa Umari; por outra linha reta até o marco n.º 11 (de Caçara), situado na lagoa do Forno; por outra linha reta, até o marco n.º 10 (de Caçara), situada a leste do povoado Taumátia; por outra linha reta até o marco n.º 9 (de Caçara), situado à margem do rio Camaráltua; por outra linha reta até o marco n.º 8 (de Caçara), situado à margem direita do riochô Canto de Pedra; daí, segue até alcançar o pico do morro do Mulungu, onde continua em linha reta até alcançar o marco n.º 7, situado no alto da Mihâ; ainda por outra linha reta, desce o marco até atingir o pico do morro do Papagaio; deste ponto, segue em linha reta até alcançar o pico do morro do Bico da Pedra e daí, em linha reta até o marco n.º 6, colocado à margem direita do rio Pitomba; desce por esse rio até a confluência do rio Pirari, no lugar Jatobá, seguindo por esse rio até o lugar Coutinhos, onde o caminho carroçável de Catolé curta o referido rio Pirari; prossegue por esse caminho até alcançar o marco n.º 5 (de Caçara); deste marco, segue por uma linha reta até alcançar o marco n.º 4, colocado à margem da lagoa José Martins; daí por outra linha reta, até alcançar o pico do Bico da Pedra e daí por outra linha reta até alcançar o marco n.º 3 (de Caçara), situado no local onde existiu o antigo marco do Cajuêiro, no lugar Lagoa Verde. *Com o Rio Grande do Norte* — (Município de Pedro Velho e Cangurejôma), começando no marco n.º 3 (de Caçara), situado no lugar do antigo marco do Cajuêiro, em Lagoa Verde, segue por uma linha reta para a lagoa Mata; daí, por outra linha reta, para o pico do serrote da lagoa Dantas; deste pico, em linha reta, vai ter à pedra do Navio ou Oratório; desta pedra, segue para a foz do rio Piaba; daí, para o marco de cima, até a nascente máter do rio Guaju; desce pelo talvegue deste rio até sua foz, no Oceano Atlântico e daí, em linha reta, até os limites das águas territoriais. *Com o Oceano Atlântico*, começando nos limites das águas territoriais, em frente à foz do rio Guaju, continuou em direção ao sul, pelos limites das águas territoriais, até defrontar a barranca do rio Miriri, onde se estrearam com o município de Santa Rita. *Com Santa Rita*, começando nos limites das águas territoriais, em frente à foz do rio Miriri, segue em linha reta para a boca deste rio, pelo qual sobe até o marco n.º 1, situado junto à ponte sobre o braço principal do rio Miriri, sobe por este rio até alcançar a foz do riochô Pau-Brasil, no lugar Curralinho. *Com Sapê*, começando na foz do riochô Pau-Brasil, no rio Miriri, sobe pelo referido rio até cortar a estrada de rodagem Sapê-Mamanguape; deste ponto, prossegue pelo caminho de tropa de Inhauá até alcançar o marco n.º 1, situado na lagoa do Félix. *Com Guarabira*, começando no
marco n.º 1, situado na lagoa do Félix, no caminho carroçável de Inhauá, segue em linha reta ao povoado violeta, que fica dividido para os dois municípios; dáste ponto, prossegue pelo caminho carroçável de Araçajú à lagoa do Félix até a sua interseção, no caminho de tropa de lagoa Grande; prossegue por este caminho até ao rio Mamanguape; dáste ponto, segue em linha reta até alcançar, na margem oposta, a foz do rio Guandu; sobe por este rio até cortar o caminho de tropa de Maramãui; prossegue por este caminho até cortar o riacho da Nascença; sobe pelo referido riacho até cortar o caminho de tropa Pipripítuba-Mamanguape, onde está situado o marco n.º 13 (de Caiçara).

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sedes com Rio Tinto, começando no marco n.º 4, situado na fazenda Varjota, segue pelo caminho de tropa que passa por Curral de Fora, Salma e Jaguara até a sua interseção com a estrada carroçável de Rio Tinto a Mararáca; prossegue por esta estrada até o marco n.º 2, situado na fazenda Marritanga. Distrito da Sedes com Jacaraiá, começando no rio Camaratuba, nos limites com Caiçara, desce pelo referido rio até o marco n.º 3, situado na propriedade Imbiribeira. Distrito de Rio Tinto com Baia da Traição, começando no marco n.º 2, situado em Maritanga, segue pelo caminho de tropa de Grupiá na até a nascente do riacho Silva; desce pelo referido riacho até a sua foz, na lagoa Acajutibiró; prossegue pela margem de oeste até o seu extremo sul; dáste ponto, por uma linha geográfica oeste a leste, até o Oceano Atlântico. Distrito de Baía da Traição com Mararáca, começando na foz do rio Camaratuba, sobe por este até cortar o caminho de Marritanga a Plabuçu. Distrito da Sedes com Baía da Traição, começando no marco n.º 2, situado em Maritanga, segue pelo caminho de tropa de Plabuçu até o marco n.º 4, situado na fazenda do mesmo nome e dá, por uma linha reta até alcançar o marco n.º 5, à margem do rio Camaratuba. Distrito de Mararáca com Jacaraiá, começando no marco n.º 3, situado na fazenda, Imbiribeira, segue por uma linha reta até alcançar a nascente do riacho Abreu; desce por este até a foz do riacho Piabas, nos limites com o Rio Grande do Norte (município de Pedro Velho). Distrito da Sedes com Mataraca, começando no marco n.º 3, situado à margem do rio Camaratuba, na fazenda Imbiribeira, desce por este rio até alcançar o marco n.º 5, à margem do mesmo rio. Distrito da Sedes com Itapororoca, começando no ponto em que o rio Tapeirimrs corta os limites com Caiçara, desce por este rio até o seu cruzamento, na estrada carroçável Itapororoca-Mamanguape; dá, prossegue em linha reta até o lugar Varjota nos limites com Sape.

Necessidades locais — Mamanguape necessita de boas estradas internas, de uma rodovia facilitando-lhe a comunicação com a Capital e o Rio Grande do Norte; precisa de escolas rurais, de recursos que incrementem a agricultura, a criação de gado e a piscicultura, bem como de iniciativa dos seus habitantes. Meio social — Conta Mamanguape uma sociedade educada, lembrando um passado brilhante, um meio cultural que mantinha boa imprensa periódica, sociedades literárias, artísticas, recreativas, econômicas. No seu teatro representaram as melhores companhias que excursiavam pelo norte do Brasil. Portos — Toda a região costeira do município conta portos, em maioria, destinados a embarcações de reduzido calado. Exceção se dá a Baía da Traição (V. Baía da Traição). O de maior movimento é o fluvial, de Rio Tinto, conhecido pelo nome de Pôrto Gonzaga; por este se movimenta o comércio de Rio Tinto e o da sede. O pôrto de Jaraguá, que outrora teve um Pôrto Fiscal da Alfândega, á
margem esquerda do Mamanguape, per-
deu tôda a sua importância e o de Sa-
lema está quase obstruído. Povoações —
As principais são: Barra de Camaratu-
ba, Barra de Mamanguape, Barra de Mi-
riri, Camaratuba, Cambambe, Campina,
Capim, Coqueirinhos, Curral de Cima,
Estacada, Guarita, Inhauá, João Pereira,
Lagoa do Saco, Marcação, Montemor,
Olho-d’Água do Serrão, Pindobal, Rialch
da Lagoa, São Francisco, São João, São
Miguel, São José do Rio Sêco, Tavares,
Timbó, Timbó de Jacaraiã, Tramaia e
Várzea Comprida. Religião — A Católica
Apostólica Romana é a religião domi-
nante, havendo no município alguns
núcleos de evangélicos. Há na comu-
da paróquias: a de São Miguel, na vila
desse nome, e a de São Pedro e São
Paulo, na cidade, com quatro capelas fi-
liais na cidade e 14 nas povoações. Os
tempos se destacam, por sua arquite-
tura e boa construção, a Matriz, o de
N. S. da Penha, na Baía da Traição,
e o de Santa Rita, em Rio Tinto. For-
ram os jesuítas que edificaram a Ma-
triz, depois de 1634, presumindo-se que
Mamanguape já era freguesia desde 1630.
Os que afirmaram Mamanguape criada
freguesia por Lei n.º I, de 15 de janeiro
de 1893, desconhecem o teor desta Lei,
que dizia, no seu art. 2: “Fica extinta a
Freguesia de N. S. dos Prazeres, de
Montemor, e seu território compreendido
na freguesia de São Pedro e São Paulo,
de Mamanguape.” Rendas públicas —
Para o exercício de 1942, orçou o mu-
icípio sua receita em Cr$ 291.008,00;
arrecadou Cr$ 398.554,40; fixou a despesa
de Cr$ 291.008,00 e efetuou a de Cr$...,
387.214,60. Em igual exercício, a Coletor-
ia Federal arrecadou Cr$ 1.132.310,40. A
Coletoria Estadual, no exercício de 1941,
teve a receita de 445.357.8200 e a despesa
de 355.716.5200. Repartições públicas —
Existem na sede: o Fórum, a Prefeitura
Municipal, a Coletoria Estadual, o Mer-
cado Público, Agência Postal-Telegráfi-
ca, Grupo Escolar. A Coletoria Federal é
sediada em Rio Tinto. Riquezas naturais
— Há indícios positivos de que o munici-
cípio é rico em minérios, mas nenhum
estudo a respeito foi realizado. Em ex-
ploração está uma jazida de calcário
greda branca e granito. Sedé — A sede
e a cidade que dá nome ao município;
está em terreno irregular à margem es-
querra do rio Mamanguape, do qual
dista meio quilômetro e 48 da respectiva
foz. Conta 18 ruas, 2 praças, diversas
travessas e ladeiras. O Recensense
mento de 1940 contou-lhe 792 prédios urbanos,
278 suburbanos, 4.196 rurais, e a popu-
lação: urbana, 2.770 habitantes; subur-
bana, 1.253; rural, 18.649. Dista 73 qui-
lômetros da Capital do Estado e 37 da
estação ferroviária de Sapé. Segundo a
Comissão Pimenta da Cunha, em 1922,
tem as seguintes coordenadas; lat. S.,
60º-51'—11,46"; long. E, do Rio de Ja-
neiro 70º-43'—59,06", entre a matriz e o
cruzeiro, Mamanguape não se pode or-
gulhar de sua topografia. Vários pré-
dios ainda lhe atestam a passada opu-
lência, conferindo sua decadência. Rio
Tinto, que lhe arrebatou o comércio e o
movimento, avança para a supremacia.
Ponto de atração da cidade é o Sertão-
zinho, ou bica do Sertãozinho, de águas
abundantes e excelentes, às lihargas
da cidade, com o seu banheiro público de
grande freqüência, modernizado pela
Prefeitura. Vias de comunicação — Além
da via marítima, conta algumas estras-
das carroçáveis, para comunicação in-
terna, e uma rodovia ligando a cidade
de a de Sapé, por onde passam a estrada
de ferro e a rodovia do Estado. Um ser-
vivo de auto-ônibus faz, diariamente,
viagens entre Rio Tinto e João Pessoa,
localizado em Mamanguape e localidades
intermediárias. Para transporte de pas-
sageiros e mercadorias, há no município
15 automóveis, um motociclo, 14 auto-
ônibus, 18 caminhões e 46 carros de
bois.

Mamuaba (Voc. ind., talvez corr. de
mamó-ib: nascer, ou brotar longe) —
Rio perene do município de Santa Rita,
afluente do Gramame. Rega terrenos muito agrícolas.

**Manaira** (Voc. ind., maná-eira; mel cheiroso) — Antiga Alagoa Nova. Pertence ao município de Princesa Isabel. O Decreto-Lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1936, mudou-lhe o antigo nome e deu-lhe categoria de vila. Está situada numa planície, à margem de uma lagoa que se formou ao pé de um contraforte da Borborema chamado Serrinha. Fica mais próxima da cidade Triunfo, do Estado de Pernambuco, do que da sede, distante 21 quilômetros, tendo entre ambas uma estrada carroçável. Conta uma igreja, 10 casas comerciais, uma aula pública primária, que, em 1942, matriculou 51 alunos. Aos domingos realiza feira animada. O distrito é mais agrícola do que pastoril, e cortado pelo riacho Fregnesia, que despeja suas águas no Piauí. A 12 quilômetros da vila, na Alagoa do Serrote, faz-se exploração de cristal de rocha. **História** — A vila foi fundada por Manuel Pereira da Silva, e ia prosperando. As lutas partidárias de 1930, entre políticos de Princesa e o Estado, visaram a destruição de Manaira. Ficaram em ruínas 266 prédios, foram destruídas três instalações para beneficiar algodão, e extinguiram-se o movimento comercial por alguns anos. Atualmente, está se reanimando, e é possível prosperar, pois o distrito tem vida própria, possuindo riquezas naturais, que estão à espera de quem as explore. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 90 prédios urbanos, 74 suburbanos, 1308 rurais e a população: urbana, 280 habitantes; suburnana, 305; rural, 5338.

**Mandacaru** (Voc. ind. cardo grande) — Nome de um cardo de regular crescimento, produzindo bom tabaco. Sua flor branca e campanulada despede perfume, e o seu fruto, alongado e violáceo, tem sabor agrável) — Rio de pequeno curso a N. E. da Capital. Nasce nas collinas do Boiçó e, depois duns 5 quilômetros de curso, deságua à margem direita do Paraíba. É navegável por pequenos barcos e, sobre ele, tem a ferrovia João Pessoa a Cabedelo uma ponte. Por este rio, chamado também Tamanduá Grande, subiram barcos holandeses, em 1634. Deram desembarque ao pé da colina e vieram, sem encontrar resistência, ocupar a sede da capitania da Paraíba. Por um canal, recebe este rio água do Jaguaribe.

**Mangabeira** — Localidade à margem do rio que lhe dá o nome, pertencente ao município da Capital e esta distanciada, para S. E. uns 12 quilômetros. Nela está a Penitenciária Agrícola do Estado. Na região se ensaia o reflorestamento. Também é conhecida pelo nome Fazenda Mangabeira, e lá se experimentam várias culturas. Para ocumar a infância local, funciona uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 23 alunos, alcançando 22 de frequência média.

**Manga do Frade** — Povoado do município de Serraria; tem aula pública primária que matriculou 28 alunos em 1942.

**Manitu** (Voc. ind., corr. de má-hu: salto ou cascaia das frutas) — Estação ferroviária no ramal de Bananeiras. Afirmam haver nesse imediato uma jazida de ferro.

**Manuelas** — Povoado do município de Umbuzeiro, tendo uma capela, de S. Sebastião.

**Manuel de Matos** — Povoado do município de Tabuleiro. Sua aula pública primária, em 1942, matriculou 55 alunos.

**Maracaipe** (Voc. ind., maracá-i-pe: rio dos maracás) — Povoado quase arraiba de da cidade de Tabuleiro. Nela lindurá uma aula pública primária que, em 1942, teve 40 matriculados e a frequentação média de 38.

**Marau** (Voc. ind.; segundo Mário Melo: rio dos maracujás) — Povoado do
município de Maguari, nas adjacências do engenho que lhe deu o nome e propriedade dos beneditinos. Tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 44 alunos.

Maravilha — Lugarejo do município de Itiapirúpolis. Tem aula primária cuja matrícula, em 1942, somou 26 alunos.

Marcação — Povoado à margem esquerda do rio Mamanguape, pertencendo ao município a este nome. Tem uma capela dedicada a Santa Rosa e uma aula pública primária com a matrícula de 41 alunos, em 1942.

— Povoado do município do Pilar. Tem aula pública primária que matriculou 24 alunos, em 1942.

Marcos — Nome dado ao rio Guajá, por estar próximo dos marcos divisórios entre Paraíba e Rio Grande do Norte.

Marés — Arruado pertencente ao município da Capital, à margem do rio que lhe dá o nome, e é afluentes do Sanhauá. Tem aula pública primária que matriculou 52 alunos, em 1942.


Margareth — Nome dado pelos holandeses à fortaleza de Santa Catarina, em homenagem à genitora do Conde Maurício de Nassau.

Mari — (Voc. ind., contr., de umari: fruta) — Vila, do município de Sapé, elevada a esta categoria pelo Decreto-lei n.º 1,164, de 15 de novembro de 1938. O Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, mudou-lhe para o atual, o antigo nome — Araçá. É floroscente e centro de um distrito que cultiva algodão, cereais e abacaxi, e cria gado. Seu grupo escolar, em 1942, teve 313 matriculados, e 275 de frequência média. O Re-
censeamento de 1940 encontrou-lhe 498 prédios urbanos, 70 suburbanos, 1.748 rurais e a população: urbana, 2.130 habitantes; suburbana, 326; rural, 7.841. A vila tem certo trato comercial, sendo servida pela via férrea que ali tem a estação de Araçá.

Maria de Melo — Povoação do município de Tabajara, nos limites com o Estado de Pernambuco. Tem posto fiscal e uma aula pública primária que teve, em 1942, a matrícula de 57 alunos e a média de 37. Na localidade existe um cruzellos de pedra, construção tóscana e antiga ao qual atribui o povo propriedades milagrosas.

Marinho — Povoado do município de Campina Grande.

Marititanga (Voc. ind., mbari-pitanga: fruta vermelha) — Povoado do município de Mamanguape. Tem uma capela de S. Sebastião.

Marizópolis — Povoação do município de Sousa. O nome lembra o clínico e político, Dr. Silva Mariz.

Marques — Ilha formada pelo Gargaú na confluência com o Paraíba. Pertence ao município de Santa Rita. Adquirida pelo sáudito italiano Félix di Deliti, foi por este arborizada e adaptada à fabricação de sal e à criação de peixes. Ali construíu tanques, viveiros, armazéns, casas para operários e um canal de 1.200 metros destinado a pequenas embarcações.

Mata — Povoado do município de Concelção; sua aula primária teve, em 1942, a matrícula de 20 alunos.

Mata de Varas — Lugarejo do município de Maguari, à margem da estrada Santa Rita — Pedras de Fogo.

Mata Fresca — Rio de pequeno curso do município de Jatobá, afurjente do Piranhas.

Mata Limpa — Povoado do município de Areia; tem aula pública primária que matriculou 21 alunos, em 1942.
Mata Virgem — Povoação do município de Umbuzeiro, elevada a Vila pelo Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938. É centro de distrito, grande produtor de algodão, e assenta sobre a serra nos limites deste com o Estado de Pernambuco. Possui a capela de N. S.ª da Conceição e uma aula pública primária que, para a matrícula de 51 alunos, em 1942, teve 36 de frequência média. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 32 prédios urbanos, 20 suburbanos, 1 178 rurais e a população: urbana, 118 habitantes; urbana, 3; rural, 5 351. Realiza semanalmente uma feira, tem uma capela de N. S.ª da Conceição e uma escola pública primária que em 1942 matriculou 52 alunos, tendo 36 de frequência média.

Mataraca (Voc. ind., corr. de mā-tarā-ğul; monte de formigas) — Povoação do município de Mamanguape elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1 164 de 15 de novembro de 1938. Assenta à margem esquerda do rio Camaratuba, conta uma capela do Senhor Bom Jesus, Agência Postal e uma escola pública primária que em 1942 matriculou 53 alunos. Realiza aos sábados uma feira regular e, por estradas carroçáveis, se liga à sede e a outras localidades do Estarão da Paraíba e do Rio Grande do Norte. O distrito é agrícola, contendo vários engenhos. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 74 prédios urbanos, 820 rurais e a população: urbana, 226 habitantes; rural, 2 816. O comércio da Vila foi animadíssimo mas a economia dos habitantes atraiu em 1907 a cubiga de um bando de malfeitores que, guiados pelo filho de um dos comerciantes ali residentes, saquearam o pequeno burgo. O filho desnutrindo, um tal José Inácio, exigiu dos assaltantes não só o roubo como o assassinato de seu próprio pai, delito cometido sob o maior requinte de perversidade.

Mata Redonda — Arruado do município da Capital, à margem da rodovia João Pessoa — Recife, tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 50 alunos.

Matinadas — Lugarejo do município de Umbuzeiro.

Matiluia (V. Caamirim.)

Maurícia — Nome de uma aldeia, há muito extinta, que os holandeses formaram com índios das aldeias Jacoca e Pindaúna, tendo como administrador e inglês John Harrison (V. Jacoca).

Mazagão — Povoado do município de Serraria. Sua escola pública primária teve 46 matriculados, em 1942, e 38 de frequência média.

Melado — Serra agrícola limitando os municípios de Pombal e Planco. É prolongamento da serra de Santa Catarina. Nela está o boqueirão Coremas, onde se ergueu a maior barragem da Paraíba (V. Coremas).

Mina — Serra do município de Monteiro, contendo jazidas de minérios de valor.

Minadouro — Lugarejo de Misericórdia. Tem uma capela de São José e uma escola pública primária. O nome desperta a suposição de existirem no local veios auríferos.

Miriri (Voc. ind., talvez corr. de mbi-ri-pe; que se alonga pouco) — Rio do município de Mamanguape, tendo uns 30 quilômetros de curso. Nasce no Albuquerqu, dois quilômetros acima do poçoado Rio Sêco. Da origem até o lugar Lagamar tem este nome; em seguida, v de Miriri. Recebe vários tributários, sendo os principais: Jacuípe, Pacaré e Ourupema. Lança-se no Atlântico, ao sul das barreiras Miriri, a 6º-51'–80” lat. S. e a 34º-56'–36” long. W. Gr. Dentro do rio podem navegar pequenos barcos até o lugar Tatu-bola, 10 quilômetros acima da foz, que é guarnecida de coroas e secos, medindo, aproximadamen-
te, 30 metros de largura, mas obstruída. Dentro da barra se encontram fundos de 2 a 4 metros.
— Povoado de pescadores, à margem esquerda do rio precedente, por trás de um oitelo.

Misericórdia — Município no alto sertão do Estado, a O., ocupando a área territorial de 1244 quilômetros quadrados, contando, segundo o Recenseamento de 1940, 1 156 prédios nas zonas urbanas, 266 nas subúrbias, 4 295 nas rurais e a população das zonas urbanas, 3 594 habitantes; subúrbias, 248; rurais, 20 224. Acudes — Conta algumas dezenas de pequenos acudes. Administração — É politicamente dirigido por um prefeito nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por vários funcionários permanentes. Sendo Comarca de primeira entrada, a aplicação da justiça cabe a um juiz de direito, dois suplentes e de mais auxiliares. A segurança pública é da competência de um delegado de Polícia, na sede, e subdelegados nas vilas. Os últimos nomeados pelo Secretário da Justiça, o primeiro pelo Interventor Federal. O Chefe de Polícia do Estado tem competência para nomear os suplentes dos ditos cargos. Agricultura — Seguindo ainda velhos métodos, cultiva o município cereais, algodão e cana de açúcar, notando-se que é mais agrícola do que pastoril. Aspecto físico — Situado no alto sertão paraibano, os seus terrenos ora são vastos tabuleiros cortados pelos vales férteis dos riachos, ora se alteram, se elevam, apresentando vegetação cerrada. As principais serras são: Serra Grande, Santa Rita, pertencentes ao sistema do Araripe; Baixa Verde, Branca e Roça de Dentro, ramiﬁcações da Borborema. Clima — Goza o município excelente clima, embora quente e seco. A temperatura não baixa de 22°C nem excede de 33°C, mas sopra constante, especialmente à noite, uma brisa deliciosa. Comércio — É de certo vulto o movimento comercial de Misericórdia, que mantém suas transações com as praias de Patos e Campana Grande. Distritos — Conta o da sede, e os de São Boa Ventura, Diamante, ex-São Raulo, Iturutu, ex-Serra Gran de. Demografia — Durante o ano de 1941, registraram-se no município 313 nascimentos, 73 casamentos e 368 óbitos. Etnografia — Além do elemento indígena, contou a população, para seu caldeamento, com o português e com o próprio paraibano, nascido em Pombal e Plancó. O elemento negro foi parcela muito reduzida. Feiras — Na sede, nas vilas e principais povoações se realizam semanalmente feiras animadas. Fazendas agrícolas e pastoris — No município existem 25 engenhos para o fabrico de rapaduras e mais de 50 fazendas de criação. Fauna e flora — A fauna é variada; a flora não é opulenta. Entretanto é dos poucos municípios do Estado onde a devastação das matas não foi completa. Hidrografia — O principal rio, que atravessa o município, é o Plancó, recebendo na região os riachos Bruxas, Cachoeira, Cantinho, Diamante, Gravataí, Quelmadas e Vazante, além de outros. História — A sede engue-se numa antiga data de terras da Casa da Torre, que a vendeu a Antônio Vilela de Carvalho, fazendeiro do distrito de Plancó, no ano de 1765. Longos anos, no local da sede permaneceu modesta vivenda. Em 1840, Alexandre Gomes da Silva, Joaquim Carneiro, João Madeira e um Padre Lourenço construíram no local casas de moradia e uma capela. Aumentou a edificação. Em 11 de julho de 1850 foi criada paróquia e a Lei n.º 104, de 11 de dezembro de 1862, elevou-a a vila, incorporada à curatela de Plancó. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, substituiu-lhe a antiga denominação — Misericórdia — pela de Itaporinga; e o Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, restituiu-lhe a denominação primitiva e manteve a categoria de comarca de primeira entrada que lhe foi outorgada pelo anterior de—
creto-lei. *Indústria* — Exercita sómente a agrícola pastoril, contando 5 instalações para beneficiar algodão. Prepara para exportação algodão, couros, gados e rapaduras. *Instrução* — Funcionam no município 13 escolas públicas primárias, a cargo de 17 professores. A matrícula, em 1943, soma 695 alunos, resultando a média de frequência de 470. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1.164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1933 e 31 de dezembro de 1943, determinaram os seguintes limites para o município: — *Com Jatobá*, começando no marco n.º 7 (de Bonito de Santa Fé), colocado na linha de cumeada que separa as águas do rio da Corda do Rio Grande do Capim verde, segue em linha reta até alcançar a foz do rio que fica a 3.200 metros ao norte de serra Grande, no rio Aguiar; desce por esse rio até o marco n.º 1 (de Jatobá), situado na fazenda Jenipapeiro. *Com Piancó*, começando no marco n.º 1 (de Jatobá), situado na fazenda Jenipapeiro, à margem do rio Aguiar, segue em linha reta até o marco n.º 1, situado na lagoa dos Pilões ou do Sapé, na ponta da serra de São Pedro; desse marco, em linha reta, gaiola a linha de cumeada da serra de São Pedro, pela qual prossegue até o serrote Pelado; desse ponto, em linha reta até a ponta da Pedra Comprida e também, por outra reta, até o pico do serrote Vermelho, na propriedade Olho-d'Água; desse ponto, ainda em linha reta até o marco n.º 2, situado na lagoa da Pedra e daí, em rumo certo ao marco n.º 3, situado no serrote do Tapuio e ao marco n.º 4, lugar Muquém; desse marco, contínua em linha reta até o n.º 5, na propriedade Cairara; por fim, até o marco n.º 6, situado à margem do rio Gravatá, no poço da Aróeira, na propriedade Aróeira, sobe pelo dito rio Gravatá até o marco n.º 6 (de Princesa Isabel), situado no boqueirão do Apertado da Urtiga. *Com Princesa Isabel*, começando no marco n.º 6 (de Princesa Isabel), no boqueirão do Apertado da Urtiga, segue em linha reta alcançar a cumeada da serra do Entre-Monte; prossegue por ela e depois por outra reta até o marco n.º 5 (de Princesa Isabel), no poço da Lavadeira, situado à margem do rio das Bruxas; desse marco, segue em linha reta até o marco n.º 4 (de Princesa Isabel), colocado no sitio Canoas; ainda por outra linha reta até o marco n.º 3 (de Princesa Isabel), no sitio Macacu, desse marco, também em linha reta até o marco n.º 2 (de Princesa Isabel), localizado no sitio Umbuiseiro, seguindo por fim em linha reta até o marco n.º 1 (de Princesa Isabel), na linha de cumeada que divide a águas dos rios Santana e das Bruxas, desce pela vertente ao marco n.º 5 (de Conceição) no poço do Cabocio. *Com Conceição*, começando no marco n.º 5 (de Conceição), no poço do Cabocio, segue em linha reta até o marco n.º 4 (de Conceição), situado na linha de cumeada da serra do Espé; prossegue por ela e pelas serras do Pico e Olho-d'Água até o marco n.º 3 (de Conceição), situado na linha de cumeada da serra dos Barreiros; desse marco, desce em linha reta até alcançar a foz do Rio Chão, no rio Vazantes, sobe por aquêle até a sua nascente na serra do Bom Jesus, e daí, por outra reta, até o marco n.º 2 (de Conceição), colocado na garganta do Besouro. *Com Bonito de Santa Fé*, começando no marco n.º 2 (de Conceição), situado na garganta do Besouro, segue pela linha de cumeada da serra Grande e, em seguida, pela que divide as águas do rio da Curva do rio Capim Verde, até o marco n.º 7 (de Bonito de Santa Fé).

**DIVISAS INTERDISTRITAIAS**

*Distrito da Sede com São Bonaventura*, começando no poço da Aróeira, no rio Gravatá, nas limites municipais segue em linha reta alcançar a cumeada da serra Branca; prossegue por ela e, em seguida, por outra linha reta alcançar
a nascente do rio de Eman; deste ponto, segue por outra linha reta até alcançar a foz do rio de Marcelo, no rio Plancó. Distrito da Sede com Itamarotinga, começando na lagoa dos Pilões, nos limites municipais, segue pela linha de cumeada que divide as águas do rio Aguar do rio da Barra até o ponto onde o caminho carroçável de Jamorotinga a Misericórdia corta o rio do Frade; deste ponto, segue em linha reta até alcançar a linha de cumeada que divide as águas do rio Umbuzeiro do rio Chatinha. Distrito da Sede com Diamante, começando na foz do rio Marcelo, no rio Plancó, sobe por esse rio até o marco n.º 7, situado à sua margem; deste marco, prossegue em linha reta até alcançar o rio de Marcelo, sobe pelo referido rio até cortar o caminho carroçável Misericórdia-Conceição; daí, prossegue por esse caminho até cortar o rio Chatinha; sobe pelo referido rio Chatinha até a sua nascente, na linha de cumeada que divide as águas deste rio e do rio Umbuzeiro. Distrito de Itamarotinga com Diamante, começando na linha de cumeada que divide as águas de dois rios Chatinha do rio Umbuzeiro, desce por esse rio até a sua foz no Vazantes, nos limites municipais com Conceição.

Necessidades locais — Misericórdia precisa de maior número de estradas que lhe facilitem, não sómente as comunicações internas, como as externas. Necessita de estabelecimentos de créditos que lhe auxiliem a agricultura e o pastoreio. Junte-se maior número de escolas rudimentares, para a infância rural. Povoações — Além das vilas São Boaventura, Diamante e Ibiturute, enumerate várias povoações, sendo as mais importantes: Cantinho, Cacheira, Cruais Velhos, Minadouro, Pianta de Fumo e Vazantes. Religião — Todo o município constitui a paróquia de N. S.ª da Misericórdia, fundada em janeiro de 1809, sendo a freguesia criada por Lei provincial n.º 5, de 11 de julho de 1860, contando as capelas filiais de N. S.ª da Conceição, em São Boaventura; de São José, em Cruais Velhos e Minadouro; São Sebastião, em Diamante. Rendas públicas — Para o exercício de 1942, oceu o município sua receita em... Cr$ 160.000,00; arrecadou Cr$ 112.186,20; fixou a despesa de Cr$ 130.000,00 e realizou a de Cr$ 190.271,10. A Coletora Federal, em 1942, teve a receita de Cr$ 52.051,10; a Coletoria Estadual, no exercício de 1941, arrecadou Cr$ 239.388,44 e efetuou a despesa de 138.208,00. Repartições públicas — Na sede existem as seguintes: a Prefeitura, o Fórum, as Coletorias Estadual e Federal. Agência Postal-Telefônica, Mercado Público, Cartório do Registro Civil. Sede — A sede é a cidade de Misericórdia, distante 466 quilômetros a O. da Capital. Suas coordenadas, segundo a Comissão Pimenta de Cunha, em 1922, são: long. S. 1° 10'-19,94", parte oecidental; da igreja. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 297 prédios urbanos, 16 suburbanos, 1.516 rurais e a população urbana, 2.265 habitantes; urbana, 64; rural, 9.553.

Viias de comunicação — Conta sómente estradas carroçáveis e alguns caminhos de trânsito penoso, usando ainda, na maioria dos casos, o cavalo ou o mear para transporte de passageiros e mercadorias, pois muito reduzido é, no município, o número de automóveis e caminhões.

Moças — Serra do município de Monteiro, separando-o do Estado de Pernambuco.

Moças — ou Riacho das Moças — Zona muito agrícola e habitada do município de Teixeira, onde se cultiva cana de açúcar, cereais e algodão. No tempo da conquista, os sucurus aldeados sobre a serra, num dos seus costumeiros assal-tos às fazendas de Pinhais, apoderaram-se de três jovens, filhas de fazendeiros, conduziram-nas para a taba e as incorporaram à tribo. Alguém tempo de-
pois, é que foram encontradas, porém: se recusaram a voltar para o seio da família. Como estavam habitando à margem de um riacho, denominaram este, Riacho das Moças.

**Moças de Cima** — Fovado do município de Planô. Tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 44 alunos.


**Monjereba** (Voc. ind.) — Afluente do rio da Guia. Rega terrenos muito férteis.

**Monte Alegre** — Lugarejo do município de São João do Cariri. Nêle funciona uma aula pública primária que matriculou 14 alunos em 1942.

**Monte Horobe** — Localidade do Município de Bonito de Santa Fé, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 57 prédios urbanos, 5 suburbanos, 470 rurais e a população: urbana, 154 habitantes; urbana, 20; rural, 2.164. Tem iluminação pública e aula pública primária, cuja matrícula, em 1942, foi de 50 alunos, com média de frequência de 25.

**Monteiro** — Ex-Alagoa do Monteiro. Município a S. E. do Estado, na zona do Cariri. É o mais amplo dos municípios paraibanos. Ocupa a área territorial de 3.957 quilômetros quadrados. Sua população, segundo o Recenseamento de 1940, é de 46.387 habitantes, distribuídos; 20.763 nas urbanas, 2.976; suburbanas, 2.182; rurais, 46.387, ocupando 1.013 prédios urbanos, 621 suburbanos, 8.634 rurais. Açudes — Existem no município mais de 300 açudes particulares de pequena capacidade. Nas imediações da sede estão os seis maiores reservatórios do município. **Administração** — Politicamente é administrado por um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, e 13 funcionários permanentes. Comarca de segunda câmbio, cabe à administração da Justiça a um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A segurança pública é da competência de um delegado de Polícia, na sede, e subdelegados nas vilas; o primeiro nomeado pelo Interventor Federal; os outros, pelo Secretário da Justiça; O Chefe da Polícia escolhe os suplentes para os referidos cargos. **Aspecto físico** — Situado parte no plató e parte nos acidentes das serras, apresenta a região dois aspectos: um, o dos Cariris, plano, de vegetação escassa; outro, irregular e fragoso com arvoredo opulento. Serras principais: Acaiá, Branca, Capitão-Mor, Fogo, Jabitacá, Jacarara, Moças, Pico da Tabaqueira e Santa Teresa. **Assistência social** — Funcionam na cidade um posto de Higiene, mantido pelo município e sociedades religiosas que prestam auxílios às classes pobres. Cogitam na edificação de um sanatório e o Estado
constroi um prédio para um Pósto de Assistência. Clima — O clima é quente e seco, sendo as noites bem agradáveis. As vêzes caem granizos no município, causando estragos à lavoura. A temperatura, mesmo nas estações prolongadas, não sobe de 32º C. À sombra nem no período das chuvas, que nos anos normais se estendem de janeiro a junho, desce abaixo de 20º C. Todo o município é muito saudável e muito preferido para o tratamento de afecções pulmonares.

Comércio — O município mantém comércio animado com as praças de Campina Grande e Recife. Exporta algodão, peles, couros, fibras, cereais, queijos e rapaduras e importa tecidos, artigos de modas e de estivas, ferragens, maquinismos, etc. Demografia — Em 1941 registraram-se no município 673 nascimentos, 261 casamentos e 790 óbitos, destes, 6 natimortos. O departamento das delinquências teve o seguinte movimento: 50 contravenções e 15 crimes, destes, 5 de homicídio. Distritos — Além da sede, existem os distritos de Camalaú, Prata, São Sebastião, São Tomé e Tigre. Etnografia — No passado, a região era ocupada pelos Sucurus, da grande família Cariri, a qual muito resistiu ao colono português, tendo em grande parte, devido à pressão feita por outras tribos, emigrado para o Açú. Os remanescentes se caldearam com os povoadores portugueses e brasileiros, procedentes de Pernambuco, Bahia e outros pontos da Capitania da Paraíba. Serra Branca foi o primeiro local que recebeu a colonização. Tempos depois é que lhe reuniram pequena parcela de africanos. Fauna e flora. — A fauna apresenta variedades em volátiles, batraquios e oídos. Dos animais silvestres, se encontram ainda a onça, o gato bravo, o porco montês, o veado, o tatu, o mocó, a preá, o tamaranduá, etc. A flora é rica em plantas medicinais, em cactos e bromélias e, nas serras, vegetam o angico, a aroeira, a babaúna, o cedro. Nos tabuleiros crescem o perere e a jurema; nos baixios a oiticica, o juazeiro. Fazendas agrícolas e pastoris — Excetuando-se as propriedades situadas nas serras, as demais, em número excedente de 300, são utilizadas na agricultura e no pastoreio. Monteiro é progressista e os proprietários, ali, em grande parte, empregam métodos modernos na pecuaria e nas lavouras. Entre estes se destacam os senhores das fazendas Firmezã, Jatobá, Feijão, Betânia e Olho-d’Água do Cunha. Na penúltima se faz, cientificamente, um plantio de algodão de fibra longa. No arrolamento feito em 1941, foram os seus rebanhos computados: 16 000 bovinos, 2 400 equinos, 2 250 mules, 2 000 lângeros, 15 000 caprinos, 2 100 suínos e 55 000 aves. Feiras — Na sede, nas vilas e nas principais povoações, semanalmente, se realizam feiras muito animadas. Geologia — Estudaram a região os profissionais Jules Detord e Júlio Lopes da Cruz. Do Relatório do último é o seguinte trecho: "O aspecto doce baía é ondulado, apresentando alguns pontos elevados, tais como a Serra Branca, a do Pogo, a do Salgado, etc. O terreno é composto, em geral, de argila silícea, de cor vermelha, coberta em quase toda a sua superfície de fragmentos de rochas cristalinas; granitos, quartzo, quartzitos, feldspatos, micas, grès e antracitos, os calcários e o ferro carbonatado são muito abundantes. Estas rochas e as ondações do terreno que se dirigem de preferência do S. E. para N. E., caracterizam perfeitamente os terrenos de transição com tôdas as suas quatro divisões. O quartzo, o quartzito, o feldspato, a mica, o esquisto e outras rochas ígneas, atestam ter sido aquela zona sujeita a grandes convulsões e até à ação vulcânica, como demonstra a formação da Serra Branca. Hidrografia — No município nasce o Paraiba (V. Paraíba) tendo como tributários, além de outros, os riachos Bom Jesus, Espinho, Santana. Serra, Tamanduá, Tingu e Umbuzeiro. Perto da sede existiu a lagoa do Periperi. História — Lutas entre os sucurus
de Monteiro e Teixeira com outras tribos, forçaram grande parte dos primitivos moradores da região a emigrar para o Açu, pondo-se sob a proteção e ordens do comandante do têrro dos Henríques, Luís Soares. Domado o gentio, já ali tinham, em fins do século XVIII, Custódio Alves Martins, João Ferreira de Melo e alguns outros, fazendas de criação. No ano de 1800, Manuel Monteiro do Nascimento e sua mulher desmembraram de sua fazenda Lagoa do Periperi, meia lêgua de terra em quadro para constituir o patrimônio de uma capela consagrada a N. S.ª das Dores, por êles edificada no pátio de sua casa de vivaenda, distante 300 metros da margem do rio do Melo. A excelência do local foi atraendo habitantes e, em pouco tempo, havia ali um povoado que, em 1840, já trocava o seu primitivo nome — Lagoa do Periperi — pelo de Povoação da Lagoa, contando naquele ano 20 casas de telha. Pouco tempo depois, em homenagem ao seu fundador, recebeu o nome de Alagoa do Monteiro. A Lei n.º 5, de 11 de outubro de 1838, elevou o povoado à distrito de paz; em 25 de junho de 1872, criaram-no vila. Por Decreto n.º 868, de 13 de novembro de 1917 foi erigida em comarca. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, conservou-lhe a organização municipal cabendo a sede manter os fôros de cidade, passando a denominar-se sômente — Monteiro. Indústria — Monteiro val-se interessando pelas indústrias locais. Conta 26 instalações para beneficiar algodão, oito destas funcionando na cidade, 2 usinas para o preparo de fibras de ceraú, uma exploração de atapita, aproveitamento de águas minerais, além do fabrico de laticínios e rapaduras. Em 1941 exportou: 250 000 kg de fibras de ceraú, 6 000 sacos de 60 kg de milho, 105 000 cachos de bananas, 2 370 310 kg de algodão em pluma, 2 500 1 de aguardente, 25 000 kg de bagas de mamona e 25 000 kg de rapaduras. Instrução — Conta sómente a instrução primária distribuída por 16 salas públicas e um grupo escolar, a cargo do 24 professores. Em 1942, êsses estabelecimentos matricularam 813 alunos, obtendo 643 de frequência média. Limites — Os Decreto-leis n.ºs 1 164 e 530, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram os seguintes limites para o município: — Com São João do Cariri, começando na linha de cumeada da serra dos Cariris Velhos nos limites com Pernambuco (São José do Egito), na nascente do riacho Cacimbinha, desce por êsse riacho até a sua confluência com o riacho das Flores; deste ponto prossegue em linha reta até o marco n.º 8 (de São João do Cariri), situado na fazenda Mulungu; daí prossegue pela linha de cumeada do contrafuste da serra de Súcursu, que passa ao norte de Olho-d'Água do Padre e, em seguida, pelo da mesma serra; daí prossegue em linha reta até o marco n.º 7, (de São João do Cariri), situado à margem do rio Súcursu, a 1 000 metros da vilá de Súcursu; ainda por outra linha reta, segue até o marco n.º 6 (de São João do Cariri), situado à margem do rio Melo, na fazenda Conceição; finalmente, segue em linha reta até o marco n.º 5 (de São João do Cariri), situado na fazenda Calçada, que fica dividida para os dois municípios; daí prossegue pelo caminho de tropa do Brejo da Madre Deus, que divide Pindurão para os dois municípios, até alcançar o marco n.º 4, na fazenda Jerimum, na serra de Jacarará. Com Pernambuco — (Município de Brejo da Madre Deus, Pesqueira, Rio Branco, Alagoas de Baixo, Afozados e São José do Egito), começando no marco n.º 4 (de São João do Cariri), situado à margem do caminho de tropa do Brejo da Madre Deus, no ponto onde êsse caminho corta a linha de cumeada da serra dos Cariris, que toma o nome de serra de Jacarará, segue pela linha de cumeada dessa serra e das Umburana, Quebrada, do Acai, das Moças, das Porteiras, do
Pau-d'arco, Jabitacá, Branca e finalmente o trecho conhecido por Cariris Velhos, até alcançar a nascente do rio de Cacimbinha.

**DIVISAS INTERDISTRITAIS**

*Distrito da Sede com Muquisi*, começando no nascente do rio Sítio do Melo, na fazenda de cumeada da serra Verde, desce por esse rio até o marco n.º 1, situado na fazenda Areal. *Distrito da Sede com Sumé*, começando no marco n.º 1, situado à margem do rio Sítio do Melo, na fazenda Areal, segue em linha reta até o marco n.º 2, situado na lagoa de Caraúba; anda por outra linha reta segue até o marco n.º 3, situado na fazenda Curupaiti. *Distrito da Sede com Camalári*, começando no marco n.º 3, situado na fazenda Curupaiti, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 4, situado na linha de cumeada da serra Rajada, na fazenda do mesmo nome; deste marco, prossegue ainda em linha reta até confluência dos rios Cacimba e Umbuzeiro ou Serra, na fazenda Ingá. *Distrito da Sede com Carorá*, começando na confluência dos rios Cacimba, Umbuzeiro ou Serra, sobe por esse rio até a foz do rio Mão Beliada e ainda por esse rio até a sua nascente na linha de cumeada que divide Paraíba de Pernambuco. *Distrito de Sumé com Muquisi*, começando no marco n.º 1, situado à margem do rio Sítio do Melo, na fazenda, desce por esse rio, que toma o nome de rio de Areia, até a foz do rio Olho-d'Água dos Cabrinos, sobe por este rio até a sua nascente, na linha de cumeada que divide São João do Cariri de Monteiro. *Distrito de Sumé com Camalári*, começando no marco n.º 6 (de São João do Cariri), situado à margem do rio do Melo, na fazenda Conceição, sobe por esse rio até a foz do rio Caraíbeiras; daí sobe pelo referido rio até a sua nascente e, por linha reta prossegue até o marco n.º 5, situado na fazenda Jermum; finalmente, prossegue por outra linha reta até o marco n.º 3, situado na fazenda Curupaiti. *Distrito de Camalári com Jacarará*, começando no marco n.º 4, situado à margem do ca-minho de tropa do Brejo da Mãe de Deus, nos limites com Pernambuco, segue em linha reta até alcançar a foz do rio da Raposa, no rio da Serra ou Umbuzeiro, na fazenda Raposa; sobe pelo referido rio até a foz do rio Cacimbias, na fazenda Ingá. *Distrito de Carorá com Jacarará*, começando na confluência do rio Cacimbias, com o rio Serra ou Umbuzeiro, na fazenda Ingá, sobe por aquele rio até a sua nascente, na linha de cumeada da serra das Porteiras, nos limites com Pernambuco.

**Necessidades locais** — Pratica Monteiro de maior soma de iniciativa dos seus habitantes, de estradas internas, de escolas, principalmente agrícolas, de melhor aperfeiçoamento de assistência social, de um sanatório ou estabelecimento que melhor aproveite suas águas minerais, comprovadamente magnesianas. O meio social — A sede do município conta uma sociedade educada e instruída que possui biblioteca, sociedades recreativas, artísticas, esportivas, inclusive um clube de aeronáutica, possuindo regular campo de aviação; possui, outrora, imprensa periódica. Povoações — De par com as vilas, sedes de distritos, conta várias povoações, sendo as mais importantes: Boa Vista, Boi Velho, Carnaúba, Fundão, Ipueiras, Santa Clara. Religião — A quase totalidade da população do município é católica apostólica romana, existindo duas freguesias: a de N. S.ª das Dores, na sede e a de S. Sebastião, em Carorá, antigo São Sebastião. A primeira tem oito capelas filiais nas vilas e povoações e reúne várias sociedades e confrarias. Eclesiasticamente, é da jurisdição de João Pessoa, do arcebispo. Rendas públicas — No exercício de 1942, foi a receita do muni-
cípio orga da em Cr$ 800 000,00 a cifra
da arrecadação atingiu Cr$ 257 449,10; foi fixada a despesa de Cr$ 250 000,00 e
efetuou a de Cr$ 234 534,50. Em igual
exercício, o Coletorio Federal arrecadou
Cr$ 82 646,00. No exercício de 1941, a
Coletoria Estadual teve receita de...
Cr$ 904 4910 e a despesa de Cr$ 250 1208100.
Repartições públicas — Prefeitura Mu-
unicipal, Estação Postal-Telegráphi, Es-
tação Meteorológica, Coletorías Federal e
Estadual, Grupo Escolar, Matadouro,
Mercado Público, Pósto de Higiene, es-
tabelecimentos de créditos: agências do
Banco do Brasil, Banco do Povo, Banco
Auxiliar do Comércio e Caixa Rural.
Riquezas minerais — Em minérios, é
Monteiro um dos ricos municípios do
Estado. Estudos feitos por vários pro-
fissionais revelam que as serras Minas,
Peru, Pogo, Cipó e Boa Vista contêm ja-
zidas de carvão de peleira, ferro, ouro,
ênfósse, salitre, cristal de rocha e pe-
dras preciosas. Atualmente se faz ex-
ploração de apatita, na fazenda Ónho-
d'Aqua do Cunha, propriedade dos ir-
mãos Maier. Foi notável também sua pos-
sante fente de água bicarbonatada-
cálica-magnesiana, que está atraindo
visitantes de estes, e dos estados vizinhos.
Sede — A cidade de Monteiro está a
580 metros de altitude e na distância de
306 quilômetros da Capital. A comissão
chefiada por Arnaldo Pimenta da Cunha
levantou-lhe as seguintes coordenadas:
latt. S. 7º 53' 37,33"; long. E. do Rio
de Janeiro, 6º 06' 01,90", em frente à ma-
triz. A cidade é bem situada à margem
esquerda do rio do Meio, de boa edifica-
çã, ruas largas, praças agradáveis,
nena das quais ergue-se um monumento
a João Pessoa. Reúne duas avenidas,
oito ruas, nove travessas e duas praças.
O Recenseamento de 1940 computou-lhe
771 prédios residenciais e 2 475 habitan-
tes. As construções mais notáveis são:
o Palácio da Prefeitura, o Grande Hotel
e a Igreja-Matriz, edificada pelo missio-
nário capucho, Frei Caetano de Medi-
na. Verificam-se ainda na cidade; boa
iluminação elétrica, um serviço de re-
moção de lixo e um pequeno serviço de
abastecimento de água, por meio de um
xarazir, cujo manancial tem, para 24
horas, a capacidade de 18 000 litros. Vias
de comunicação — Está a cidade, de
pouco tempo, ligada a Campina Grande
por excelente rodovia e também a Alag-
oss de Baixo, do Estado de Pernambuco,
localidade que fica a 30 quilômetros de
distância. Por essas rodovias passa reg-
ular serviço de auto-ônibus. Para trans-
porte de passageiros e mercadorias exis-
tiam no município, em 1942, 20 automó-
véis, 1 auto-ônibus, 14 motociclos, 27 ca-
mimões e 26 carros de bois.
Montemor — Povoação do município de
Mamanguape, distando da sede para L.
uns 10 quilômetros. Ainda hoje, sua
população é composta de descendentes
dos índios potiguaras. Foi vila e fre-
guesia de N. S.ª dos Prazeres. Decaís
agora e é mediocre povoado, e sua capela
filial da Paróquia de São Pedro e São
Paulo (V. Mamanguape). Está no ta-
buleiro, numa ponte elevada, a margem
esquerda do rio Vermelho, distante dois
quilômetros da vila de Rio Tinto. Mário
Campelo, em nota feita à sua Corografia
de Mamanguape, diz: “Confundem Mont-
emor com Preguica e Rio Tinto. Rio
Tinto foi construída no local à margem
direita do rio Vermelho, onde assentava
o aconchegante Preguica, portanto Montemor
e Rio Tinto são povoações distintas, dis-
tante 2 quilômetros uma da outra”.
Moreno (V. Solânea.)
Montevidéu — Povoado do município de
Conceição. Conta uma escola pú-
lica primária e uma capela de São Se-
bastião.
Mucuitu (Voc. ind., formado de mu-
cuín-itu: o salto ou cascata do mos-
quito) — Povo presumido insondável,
entre caldeirões da Borborema, no mu-
nicípio de Teixeira. Nêle tem origem o
rio do mesmo nome, afluente do Taperoá.

Muçu Magro — Lugarejo do município da Capital, cortado pela estrada carroçável Gramame — Barra de Gramame. Tem uma capela e uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 26 alunos, tendo 20 de frequência média.


Mucuta — Localidade do município de Santa Rita, nas imediações do engenhão que lhe deu o nome. Tem uma escola pública primária que, em 1942, teve 46 matriculados, com a frequência média de 30.

Mujiqui (Voc. ind., corr. de mon-jiqui: fazer armadilha para peixes) — Povoação de município de Monteiro, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. O Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, mudou-lhe o antigo nome — Prata — para o atual. Tem uma capela de N. S.ª da Conceição e uma Escola Pública; esta, em 1942, matriculou 51 alunos, tendo 39 de frequência média. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 65 prédios urbanos, 23 suburbanos, 1 527 rurais e a população: urbana, 228 habitantes; suburnana, 96; rural, 7 208.

Mulungu (V. Camarázal.)


Mumbaça (Voc. ind., corr. de nimbabá-ca: o que foi trazido) — Fazenda no município de Campina Grande onde, em cavernas e tanques naturais, se encontram fósseis.

Mundaú (Voc. ind. formado de mulda-u: rio dos montes) — Afluentes da margem esquerda do Mamanguape, tendo sua foz defronte da cidade de Alagoa Grande.

Mundo Novo — Lugarejo do município de Umbuzeiro. Possui escola pública primária que matriculou 46 alunos em 1942.

Mucém (Voc. ind.: o assado) — Povoado do município de Areia. Conta uma escola pública primária que matriculou 39 alunos, em 1942.

Muros — Povoado do município de Tabalana. Em 1942, sua aula primária matriculou 45 alunos, tendo 34 de frequência média.

N

Namorado — Asfleo construído pela Inspeção Federal das Obras contra as Sécas, no município de Cabaceiras. Tem a capacidade de 2 118 980 metros cúbicos.

Natuba (Voc. ind. corr. de ia-tiba: frutos ou cocos em abundância) — Vila do município de Umbuzeiro. Segundo o Recenseamento de 1940, conta 62 pré-
dios urbanos, 21 suburbanos, 1.462 rurais e a população: urbana, 190 habitantes; subúrbana, 78; rural, 4.985. É centro de distrito agrícola, cultivando e exportando café. Foi muito próspera, mas uma cheia do Paraíba e do seu tributário o riochão Natuba, entre os quais situou-se a vila, quase a destruiu. Perdeu sua importância e até a categoria de Paróquia de N. S.ª da Conceição, sendo em 21 de outubro de 1902, anexada à da sede. Natuba é servida por uma Agência Postal e por três aulas públicas primárias que, em 1942, matricularam 141 alunos, obtendo 108 de frequência média.

Natuba Velha — Lugarejo do município de Umbuzeiro. Tem uma capela de N. S.ª do Rosário e uma escola pública primária.

Navalha — Local do município de Campina Grande onde, numa caverna, encontrou o Dr. Irineu Jófili, restos de um animal fossilizado. Ao Instituto Histórico Pernambucano, remeteu um dos ossos encontrados, optando a dita corporação ser o maxilar de um megatério.

Nazaré — Nome por que é também conhecido o povoado Pogo (V. Pogo).


Negra — Serra a O. do município de Paços. Muitos a confundem com a de igual nome no Rio Grande do Norte.

Negrinhos — Açude construído pela Inspeção Federal das Obras contra as Sêcas. Tem a capacidade de 600 000 metros cúbicos. Abastece a cidade de Ibitapina-polis.


Nova Olinda — Vila do município de Piancó cuja categoria lhe foi dada pelo Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, que lhe mudou o nome para Andresa que é o atual. Tem uma capela de N. S.ª dos Remédios, uma escola pública primária que, em 1942, teve 50 matriculados e 26 de frequência média.


O

Oiticicatuba (Voc. ind.: abundância de oítica) — Povoação do município de Sousa, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1.164, de 15 de novembro de 1933. O referido decreto substituiu-lhe o antigo nome — São José de Lagoa Tapada — pelo de Oiticica, e o Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, deu-lhe o nome atual. O Recenseamento de 1940 encontrou-lhe: 112 prédios urbanos, 84 suburbanos, 744 rurais e a população: urbana, 311 habitantes; subúrbana, 300;
rural, 3 685. É florescente, produzindo o distrito algodão, cereais, e rapaduras. Realiza boa feira semanal, conta uma capela e uma escola primária, cuja matrícula foi, em 1942, de 71 alunos, com a frequência média de 43.

Olho-d'Água — Local do município de Campina Grande onde se encontram restos de animais fossilizados.

— Povoação florescente do município de Piancó. (V. Ibar.)

— Povoado promissor do município de Umbuzeiro, onde funcionam duas aulas públicas primárias. Nestas, em 1942, se matricularam 38 alunos, resultando a média de frequência de 73.

Olho-d'Água do Frade — Fonte que surge no flanco da serra de Santa Catária, no município de Sousa. Corre entre penhas, mas, antes de atingir o sopé, desaparece completamente.

Olho d'Água do Pedro — Interessante fonte do município de Batalhão. Jorra duma gruta ampla ornada de estalactites e estalagnites que se refletem nas águas. Estas, às vêzes, sofrem revoluções, ouvindo-se ruímes subterrâneos. É crença popular existir na gruta uma fada que estimula boas estações chuvas.

Olho d'Água dos Canudos — (V. Teixeira.)

Olho d'Água do Serrão — Povoado próspero do município de Mamanguape, 20 quilômetros a S. E. da sede. É centro de zona agrícola, tem uma capela dedicada a S. José e uma aula pública primária.

Olivedos — Povoação do município de Ibiapinópolis, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938; tinha o nome São Francisco, mudado para o atual pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. Possui uma capela e realiza feira semanal. Sua aula pública primária, matriculou, em 1942, para uma frequência média de 18, o total de 25 alunos. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 40 prédios urbanos, 5 suburbânes, 348 rurais e a população: urbana, 70 habitantes; suburbana, 27; rural, 1 554.

Oratório — Povoação do município de Umbuzeiro, nos limites com o Estado de Pernambuco. É centro agrícola e sua escola pública primária teve 48 matriculados, em 1942, e uma frequência média de 31.

— Povoado do município de Maguari, no distrito de Pedras de Fogo. Está na bifurcação das estradas de Santa Rita e Serrinha, atual Juripiranga. Tem Pós-to Fiscal, uma capela e uma escola pública primária que matriculou 45 alunos em 1942.

Ourique — Povoado do município de Alagoa Nova. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 48 alunos, tendo 34 de frequência média.

Pacheco — Lugarejo do município de Guarabira, no distrito de Araçajú. É centro agrícola-pastoril. Tem escola pública primária que, em 1942, matriculou 61 alunos.

Paço — Povoado do município de Alagoa Nova. Nele funciona uma escola pública primária que teve 42 matriculados, em 1942.

Padre Antônio — Ribeiro que nasce a L. da Capital, nas fraîdes da colina da Cruz do Peixe e se lança à margem direita do Paraíba, com o nome Tambiâzinho, depois de receber outros râchos.

Padre Azevedo — Açude do município de Sapé, construído pelos industriais e agricultores J. Uruãlo & Irnâos, sob a fiscalização da Inspeção Federal das Obras contra as Secas. Sua capacidade é de 11 500 000 metros cúbicos.

Palnatória — Riacho de certo volume de água, do município de Monteiro, afluentes do Paraíba.

Palmeiras — Povoado do município de Bananeiras. Na sua aula pública primária matricularam-se 42 alunos, em 1942.

Paú (Voc. ind., parecendo indicar terrâno em declive) — Lagoa que se estende alguns quilômetros, a partir do lado S. da zona urbana de Alagoa Grande. Outrora dava a lagoa nome à região, conhecida primitivamente por Sertão do Paú.

Papamela — Povoado do município de Caiázeiras. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 34 alunos, tendo a frequência média de 25.

Paraíba (Voc. ind. Para alguns escritores, é formado de pará-iba, a que Elías Herckman atribuiu a significação de rio mau; Loreto Couto a de — rio caudaloso; Teodoro Sampalo, seguindo Herckman, a de — rio mau — rio impraticável; outros autores dizem significar — braço do mar ou braço que vem do mar — e esta parece ter os elementos essenciais para ser aceita. Quem conhece o rio Paraíba do Norte, até 15 quilhas, alguém de sua foz, sabe que é ne mão, revelando-se verdadeiramente praticável até onde chega a ação da maré. Daí por diante é simples escoadouro, derivando de planalto, sem saídos ou quedas, conservando água somente durante a estação das chuvas. Além disto tinha nomes diversos no seu curso, na língua dos selvagens) — Rio de 330 quilômetros de curso que, a princípio à Capitania, depois à Provincia e, por fim, ao Estado, deu seu nome. Rio de planalto, atravessando regiões de solo pouco permeável na quase totalidade de seu curso. Só no período das chuvas se revela torrentoso. No verão apenas conserva água em poços não muito próximos uns dos outros. Na época inverno, especialmente na várzea, chega a cobrir o campo numa extensão de 5 quilômetros, causando estragos consideráveis nos canaviais e, às vezes, esterilizando os terrenos, cobrindo-os de espessa camada de areia grossa que impede a vida vegetal. A inundação dura de 3 a 15 dias; às vezes se repete, mas, ordinariamente, após o terceiro ou quarto dia da enchente, o rio dá vau. O leito ora se alarga, ora se restringe, tendo assim profundidade variável, mesmo onde está recebendo o influxo da maré. Começa por três rios distintos: o da Serra, o do Meio, e o Sucuru. Na serra de Jabitacá, limite do município de Monteiro com o Estado de Pernambuco, nasce o rio do Meio que, engrossado por diversos tributários, vem banhar a cidade de Monteiro; avança pelo município de São João do Cariri e, entre as vilas de Congo e Caraúbas, se reúne aos rios da Serra e Sucuru, ambos originários das linhas divisórias de Monteiro com o Estado de Pernambuco. Após o ponto de junção, toma o nome de Paraíba. O rio da Serra é o mais volumoso, porém o do Meio é mais extenso 10 quilômetros e, por isto, o consideram o verdadeiro Paraíba. Tem este, mau grado as similitudes, a direção de S. E. a N. O. O seu leito se distende entre serras, acompanhando a linha divisória de Paraíba e Pernambuco, afastando-se para o centro do Estado depois de Pirauá, provação do município de Ubajaze. Sua foz se abre quase no meio do litoral paraibano a 6°-57'-20" lat. S. e 34°-48'-45" de long. W. Gr. Seus principais afluentes, a começar do planalto da Borborema: da margem esquerda, o Taperoá, o Santa Rosa, o Bodocongô, o Paraibinho, o Cauraré ou
Surrão, o Ingá, o Gurinhém, o Curimataú, o Gargá, e o Guia: da margem di-reita: os riachos Santo Antônio e Aguapava, o Una, o Tiberi, o Sanhauá, o Tam-biásinho, o Mandacaru, todos perenes. O nome do rio do Melo resultou de estar entre o da Serra e o Sucuru, estes de igual importância. O Paraíba banha a cidade de Monteiro, as Vilas de Caraúba e Congo, de São João do Cariri; atravessa o mu-nicipio de Cabaceiras, passando a 5 quilômetros da cidade; 20 quilômetros abaixo corta a serra do Boqueirão e banha a histórica vila de Carnoí, entra no município de Umbuzeiro, onde estão, à sua margem, Natuba e Aguapava; pene-ntra no município de Tabuana, ban-huando os povoados Dois Riachos, as vi-las de Salgado e Guarita, a cidade de Ti-mbaúba; em seguida tem na margem esquerda a cidade de Pilar, onde começa a varzea. alcança o município de Maguari, banhando a vila de Taipu e a sede. Corta o município de Santa Rita, tendo a cidade deste nome à sua mar-gem direita; banha o povoados de Jacaré e a vila de Cacédeio, do município da Capital, começando ai o seu estuário. Por um lastimável erro, ainda hoje os compêndios de geografia ensinam que a capital do Estado está à margem do Paraíba, quando assenta no lado oriental da Sanhauá. (V. Sanhauá e Cacé- deio.) Tem a denominação de Paraíba do Norte, para distinguir-se de Paraíba do Melo, rio de Alagoas e Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro.

— Estado do Brasil norte-oriental, na região prôprio chamada do Norde-este, entre 6º-50'-49" e 7º-25'-38" lat. S. e 34º-47'-38,48" e 36º-50' long. W. Gr. (V. Cabo Branco). Ocupa uma área ter-ritorial de 55 020 quilômetros quadrados, tendo a população, segundo o Recensea-menho de 1940, ainda não publicado, de 1 432 618 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 199 396 habitantes; su-burbana, 118 877 e rurais, 1 114 465. Açudes — Milhares de pequenos açudes contra o Estado, necessitando porém que esse número se multiplique. Os de gran-de capacidade, de comprovada eficiên-cia, são os seguintes, construídos pelos Inspetoría Federal das Obras contra a Sécas: Barra de Xandu, Bodocongo, Cajiareiras, Condado, Corema, Macapã, Ne-grinhos, Pilões, Piranhas, Riacho dos Cavais, Santa Luzia, São Gonçalo e Soledade. Também a referida Repartição auxiliou a construção dos seguintes barragens: de propriedade particular: Albinó, Boa Vista, Cuntume, Lagoa de Cima, Namorado, Padre Azevedo, Santa Emília e Vaca Brava. (V. os artigos re-lativos) Administração — Politicamente, é o Estado dirigido por um Interventor Federal, nomeado pelo Presidente da República. Conta a Interventoria com um secretário, um oficial de Gabinete um ajudante de ordens, todos de sua escolha, e do pessoal permanente da respectiva Secretaria. Como órgãos de colaboração, existem três Secretarias: Interior, Justiça e Segurança Pública; Agricultura, Viação e Obras Públicas e as Finanças, tôdas dirigidas por um Secretário, nomeados pelo Poder Cen-tral do País. A primeira conta os de-partamentos: Justiça, Saúde Pública, Educação, Estatística, Negócios Munici-pais, Segurança Pública compreendendo a Polícia Civil e a Militar; Escola Corre-cional Presidente João Pessoa; Serviços de Arquivo e Biblioteca Pública; Assistência Social, Abrigo dos Menores Jesus de Nazaré. A segunda se deslobra em Obras Públicas, Fomento da Produção, Colônia Agrícola de Camaratuba, Coope-rativismo, Serviços Elétricos, Serviços Portuários, Saneamento Urbano; Escola de Agronomia do Nordeste; Comissão Central de Abastecimento; Junta Com-mercial e Pólo de Combustível. A ter-cieira conta as seguintes seções: Gabinete do Secretário, Contadoria Geral, Tesouro, Procuradoria da Fazenda, Ins-petoria de Vendas e ConSIGNações, Pa-trímônio do Estado, Recebedoria do Ren-das da Capital, Recebedoria de Rendas de Campina Grande, Coletorias nas se-
des dos municípios. Como órgão consultivo, funciona o Conselho Administrativo; independente, constituído de três membros nomeados pelos altos Poderes da República. Os negócios atinentes à Justiça competem a uma Corte de Apelação ou Tribunal de Apelação, composto de sete desembargadores, um procurador geral, um secretário dirigente do pessoal administrativo. A ação judiciária cabe a um corredeiro e aos juízes de direito e seus suplentes, nas 41 comarcas do Estado. Em 1942, o Tribunal de Apelação realizou 228 sessões, destas, 4 extraordinárias, tendo entrado 998 feitos e julgado 990. A Segurança Pública tem por órgãos principais: o Chefe de Polícia, os delegados e subdelegados, os primeiros na Capital e nas sete dos municípios; os outros nas vilas. Aspecto físico — O território paraibano, é a beiramar, a espaços, alterado por outeiros e colinas formando barreiras, sendo a mais notável a do Cabo Branco. (V. Cabo Branco e Costa da Paraíba.) Do litoral para O, o terreno é mais ou menos plano até alcançar a caatinga, de tabuleiros ondulados. Segue-se o Brejo, todo montanhoso e, depois, o chapadão da Borborema, ao qual sucede o Sertão, ora ligeralmente acidentado, ora plano, em longos avarzeados. Pela vegetação e natureza do terreno, se observam na Paraíba diversas zonas. A primeira é a das praias, arenosas, cobertas de vegetação abundante em alguns pontos, neutros distendendo-se em tabuleiros onde cresce a mangabeira, indo terminar nos vales dos rios Abiá, Gramame, Paraíba, Mamanguape e Camarátuha. Esta zona é úmida e própria para as culturas de climas tropicais. A várzea, sucede a Caatinga que se assinala pela aspera do solo e porte mais apocado da vegetação, aparecendo plantas xerófilas. Região seca de tabuleiros pedregosos e escassa em água potável, presta-se à criação do gado e à lavoura do algodão. Sua largura não excede de 25 quilômetros, indo limitar-se com a cordilheira.

Nas fraldas orientais aparece a descoberto a rocha de granito mas à proporção que as transponemos, vê-se a distensão de mil curvas, de gargantas e vales apertados, enfim o Brejo não sujeito às sécas. com as suas ladeiras, os seus terrenos argilosos, ora vermelhos, ora roxos, ora esbranquiçados, próprios para as atividades agrícolas. Regatos perenes, fontes inextauríveis abastecem a região que, no lado ocidental, sem declínio, dá com o Agreste, estreita faixa arenosa, muito agrícola e notável pelas jabuticabeiras nativas que a pontilham. Ali se encontram os terrenos que, na Paraíba, melhor produzem a batatinha. Sucedem agora os Cariris Velhos, o verdadeiro planalto com uns 100 quilômetros de largura. É a região dos cardos, das bromélias, amenizando a monotonia da paisagem a copa ampla dos umbuzeiros, de fruto muito apreciado. Esta, a região mais seca do Estado, raríssimos mananciais; impressiona val que a água que se extrai do subsolo. Conta distritos onde se observa, cinco anos consecutivos, a ausência de chuvas. Apesar de seca, é região excelente para o pastoreio e, caldo chuvas, produz algodão e cereais. Val limitar-se com a serranha e, nas fraldas ocidentais, começa propriamente o Sertão, de solo ondulado, de tabuleiros pedregosos que fazem lembrar a Caatinga, vegetação enfezada, falha, várzeas e descampados onde, com as chuvas, cresce o panasco, graminea forrageira. No estio, a região desnuda tem aspecto desolador, mas na estação pluviosa transforma-se completamente. O tabuleiro cobre-se de gramineas; o baixo, que é o vale dos rios, riachos e córregos, entre o amparo dos cercados, o milhoal atinge três metros de altura. Dos alagados, emerge o arrozal e nas orlas dos roçados casula o algodão, cujo plantio se renova de oito ou dez anos. Oficialmente, porém, existe a seguinte divisão geográfica do Estado: Litoral, 4506 quilômetros quadrados e 235 457 habitan-
tes; Cuatinga, 4 297 quilômetros quadrados e 258 257 habitantes; Cariri, 18 833 quilômetros quadrados e 270 250 habitantes; Sertão, 25 633 quilômetros quadrados e 442 091 habitantes. Como se vê, é a Borborema que orienta o relêvo do solo paraibano, constituindo o sistema principal, não esquecendo-se de que nos limites ocidentais chegam extremidades de contrafortes da serra do Araripe, alcançando os municípios de Bonito de Santa Fé e Conceição. A Borborema, atravessando o Estado de N. O. a S. O., se dilata em contrafortes ou ramificações que recebem os nomes de serras de: Arraruna, Branca, Bonita, Boqueirão, Canasstras, Cuitê, Carnoã, Caturité, Comissário, Enxófre, Espinhó, Formigueiro, Jabre, Jatobã, Melado, Múquilo, Pico, Pinharas, Santa Catarina, Serra do Raiz, Verde, Vermelha e outras.


Do interior, é Campina Grande a cidade que mais se tem interessado pelo problema de assistência social (V. Cam-

Comércio — Até agora
não se pode precisamente calcular a cifra do movimento importador e exportador do Estado, que se distende entre Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, distando os limites cearenses 460 quilômetros do litoral paraibano. O interior da Paraíba movimenta grande parte de seu comércio, pelas fronteiras e a Seção de Estatística do Estado, de recente instalação, somente agora estabeleceu suas agências nas sedes dos municípios, para a coleta do material necessário. Assim a verdade das cifras, é inofensível quando referente aos portos de Cabedelo e Sanhauá ou João Pessoa. Vejamos o movimento comercial e o marítimo do porto de Cabedelo, no período de 1936 a 1941.

EMBARCAÇÕES ENTRADAS E SAÍDAS, SEGUNDO A FISCALIZAÇÃO DO PORTO DA PARAÍBA

<table>
<thead>
<tr>
<th>ANOS</th>
<th>NACIONAIS</th>
<th></th>
<th></th>
<th>ESTRANGEIROS</th>
<th></th>
<th></th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>A MOTOR</td>
<td>À VELA</td>
<td>A MOTOR</td>
<td>À VELA</td>
<td>A MOTOR</td>
<td>À VELA</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1936</td>
<td>465</td>
<td>3</td>
<td>120</td>
<td>3</td>
<td>585</td>
<td>3</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1937</td>
<td>388</td>
<td>5</td>
<td>169</td>
<td>2</td>
<td>557</td>
<td>7</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1938</td>
<td>361</td>
<td>30</td>
<td>88</td>
<td>10</td>
<td>449</td>
<td>20</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1939</td>
<td>378</td>
<td>40</td>
<td>65</td>
<td>48</td>
<td>438</td>
<td>40</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1940</td>
<td>379</td>
<td>40</td>
<td>36</td>
<td>43</td>
<td>415</td>
<td>49</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1941</td>
<td>317</td>
<td>75</td>
<td>22</td>
<td>30</td>
<td>339</td>
<td>75</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>2223</td>
<td>193</td>
<td>440</td>
<td>265</td>
<td>2683</td>
<td>193</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

No porto de João Pessoa ou Sanhauá, o movimento de entradas e saídas de embarcações, no período de 1936 a 1941 foi o seguinte:

<table>
<thead>
<tr>
<th>ANOS</th>
<th>GRANDE CABOTAGEM NACIONAL</th>
<th>PEQUENA CABOTAGEM NACIONAL</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>A MOTOR</td>
<td>À VELA</td>
<td>A MOTOR</td>
</tr>
<tr>
<td>1936</td>
<td>1</td>
<td>182</td>
<td>123</td>
</tr>
<tr>
<td>1937</td>
<td></td>
<td>77</td>
<td>73</td>
</tr>
<tr>
<td>1938</td>
<td></td>
<td>84</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1939</td>
<td></td>
<td>127</td>
<td>46</td>
</tr>
<tr>
<td>1940</td>
<td></td>
<td>175</td>
<td>42</td>
</tr>
<tr>
<td>1941</td>
<td></td>
<td>191</td>
<td>20</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>1</td>
<td>506</td>
<td>370</td>
</tr>
</tbody>
</table>

O movimento de importação, no porto de João Pessoa, de 1936 a 1941, foi o seguinte:

<table>
<thead>
<tr>
<th>ANOS</th>
<th>GRANDE CABOTAGEM</th>
<th>PEQUENA CABOTAGEM</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>PÊSO EM TONELADAS</td>
<td>VALOR OFICIAL CONT. BIS</td>
<td>PÊSO EM TONELADAS</td>
</tr>
<tr>
<td>1936</td>
<td>5 353</td>
<td>4 135</td>
<td>775</td>
</tr>
<tr>
<td>1937</td>
<td>3 461</td>
<td>3 615</td>
<td>570</td>
</tr>
<tr>
<td>1938</td>
<td>4 219</td>
<td>4 780</td>
<td>N/A</td>
</tr>
<tr>
<td>1939</td>
<td>4 478</td>
<td>5 690</td>
<td>822</td>
</tr>
<tr>
<td>1940</td>
<td>6 415</td>
<td>8 396</td>
<td>2 355</td>
</tr>
<tr>
<td>1941</td>
<td>8 606</td>
<td>9 953</td>
<td>377</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>30 289</td>
<td>41 526</td>
<td>4 564</td>
</tr>
</tbody>
</table>
A Exportação realizada pelo pôrto de João Pessoa de 1936 a 1941 poderá ser examinada no seguinte quadro:

<table>
<thead>
<tr>
<th>ANOS</th>
<th>GRANDE CAROTAGEM</th>
<th>PEQUENA CAROTAGEM</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>PÊO EM TONELADAS</td>
<td>VALOR OPT. CONT. RÊS</td>
<td>PÊO EM TONELADAS</td>
</tr>
<tr>
<td>1936</td>
<td>1.371</td>
<td>1.307</td>
<td>1.347</td>
</tr>
<tr>
<td>1937</td>
<td>1.222</td>
<td>1.494</td>
<td>890</td>
</tr>
<tr>
<td>1938</td>
<td>3.243</td>
<td>1.560</td>
<td>408</td>
</tr>
<tr>
<td>1939</td>
<td>4.255</td>
<td>1.681</td>
<td>1.150</td>
</tr>
<tr>
<td>1940</td>
<td>3.083</td>
<td>3.379</td>
<td>526</td>
</tr>
<tr>
<td>1941</td>
<td>6.713</td>
<td>3.191</td>
<td>128</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>24.000</td>
<td>12.118</td>
<td>4.895</td>
</tr>
</tbody>
</table>

No referido período de 1936 a 1941, teve o pôrto de Cabedelo o seguinte movimento de exportação:

<table>
<thead>
<tr>
<th>ANOS</th>
<th>GRANDE CAROTAGEM</th>
<th>ESTRANGEIRO</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>PÊO EM TONELADAS</td>
<td>VALOR OPT. CONT. RÊS</td>
<td>PÊO EM TONELADAS</td>
</tr>
<tr>
<td>1936</td>
<td>24.518</td>
<td>84.064</td>
<td>17.870</td>
</tr>
<tr>
<td>1937</td>
<td>39.037</td>
<td>85.025</td>
<td>52.310</td>
</tr>
<tr>
<td>1938</td>
<td>46.513</td>
<td>78.869</td>
<td>44.688</td>
</tr>
<tr>
<td>1939</td>
<td>47.020</td>
<td>85.255</td>
<td>21.455</td>
</tr>
<tr>
<td>1940</td>
<td>53.985</td>
<td>90.962</td>
<td>28.329</td>
</tr>
<tr>
<td>1941</td>
<td>67.961</td>
<td>32.016</td>
<td>17.273</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>230.744</td>
<td>462.433</td>
<td>228.104</td>
</tr>
</tbody>
</table>

As cifras da importação pelo pôrto de Cabedelo, aos anos de 1936 a 1941, estão indicadas no quadro seguinte:

<table>
<thead>
<tr>
<th>ANOS</th>
<th>GRANDE CAROTAGEM</th>
<th>ESTRANGEIRO</th>
<th>TOTAL</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>PÊO EM TONELADAS</td>
<td>VALOR OPT. CONT. RÊS</td>
<td>PÊO EM TONELADAS</td>
</tr>
<tr>
<td>1936</td>
<td>38.384</td>
<td>61.021</td>
<td>47.978</td>
</tr>
<tr>
<td>1937</td>
<td>44.953</td>
<td>61.423</td>
<td>40.037</td>
</tr>
<tr>
<td>1938</td>
<td>24.833</td>
<td>46.994</td>
<td>16.974</td>
</tr>
<tr>
<td>1939</td>
<td>26.884</td>
<td>47.149</td>
<td>4.480</td>
</tr>
<tr>
<td>1940</td>
<td>39.582</td>
<td>46.052</td>
<td>2.033</td>
</tr>
<tr>
<td>1941</td>
<td>37.066</td>
<td>48.940</td>
<td>9.692</td>
</tr>
<tr>
<td>TOTAL</td>
<td>198.849</td>
<td>307.121</td>
<td>12.511</td>
</tr>
</tbody>
</table>

No que disser respeito a cifras informativas deste livro, deve-se ter presente que o Estado sofre grande seca desde 1940, e a guerra mundial empeceu as atividades comerciais. E o alugão o factor principal da economia do Estado, va-
riando sua produção de acôrdo com o regime das chuvas, como se poderá observar em seguida:

Safra de 1935-36 44 831 toneladas
  "  1936-37 35 514  "  
  "  1937-38 37 900  "  
  "  1938-39 36 782  "  
  "  1939-40 39 269  "  
  "  1940-41 40 550  "  
  "  1941-42 25 761  "

Depois do algodão e do açúcar, cuja safra para 1941-42 foi calculada em 720 000 sacos de 60 kg, muito avultaram os algarismos da exportação os seguintes produtos: batatinha, couros de boi, farinha de mandioca, feijão, fibras, mamona, peles de animais silvestres, de cabras, cabritos e carneiros. Não obstante os dados da Fiscalização do Porto, no livro do Interventor Rui Carneiro. “Atividades do Governo da Paraíba em 1942”, se encontra: “A exportação para o exterior, através do porto de Cabedelo, que em 1941 havia sido de 17 690 702 kg, baixou no exercício relativo (1942) para ....... 7 579 802. O Movimento de cabotagem pelo referido porto foi, em 1942, de .... 52 630 702 kg de mercadorias diversas que, confrontando com o do ano antecedente, acusa uma diferença para menos de 16 077 777 kg. Por sua vez o porto de João Pessoa movimentou para o interior do país, durante o exercício passado, 13 160 240 kg de mercadorias exportadas, ao mesmo tempo que importava 7 493 513 kg. Conseguiu-se no ano findo vender para o país e para o exterior 73 370 744 kg de nossa produção exportável no valor oficial de Cr$ 79 980 531,20 e importamos apenas — 41 857 512 kg, no valor oficial de Cr$ 46 290 914,50.”

Culinária — Não obstante a nomenclatura francesa dos cardápios apresentados nos hotéis, nos restaurantes, nos banquetes, a arte culinária na Paraíba não é profusa em receitas. O prato principal das refeições diárias é a feijoada, que se usa do litoral ao sertão. O almôço, de ordinário, consta de assados, bifes, ovos, arroz, preparados de milho, pães, biscoitos, café. A ceia se compõe de chá ou café com torradas, e bolos. Nas sobremesas figuram queijo e doces. O vinho não é, geralmente, elemento indispensável nas refeições, principalmente entre as classes menos abastadas. Juntam-se algumas frutas e se terá uma ideia da refeição dos paraibanos, que ingerem pouco peixe, pouco crustáceo e mexilhões, e maior quantidade de carne de boi. Curiosidades — Quem viaja pelo interior do Estado encontra, ora em cavernês, ora em penhascos elevados ou lâjes nos leitos dos rios, à tinta vermelha alaranjada quando não se apresenta em baixo relévo, pitorescas inscrições que, até hoje, não foram decifradas. Uma cópia da existente em Pedra Lavrada, foi submetida à apreciação de Renan, que declarou de origem medieval, e que se caracteriza como sendo obra de um artista de primeira categoria. Observando-os, se pode concluir que esses hieróglifos não têm origens várias, pois ao lado de uma inscrição permanece outra em estilo mais firme, de aspecto diferente, porém muitas vezes, reproduzindo o mesmo sinal gráfico. Não é cabível fósses elas simples brevidades dos selvagens brasileiros, pois se patenteiam numerosas nas necrópoles, cujos esqueletos revelam uma raça do estatura mais elevada que a do índio existente na Paraíba no tempo da conquista. Tais inscrições se encontram a partir do litoral, nos municípios de Cabaceiras, Caicara, Cuité, Picuí, Sabuju, Sousa, Teixeira, principalmente. Em Sousa é notável o Olho d’Água do Frade, na serra de Santa Catarina. Nasce num alçal, corre abundante e desaparece, por completo, a meia encosta. Em Batalhão, brota o Mucuito de uma gruta eriçada de estalactites e estalagmites. Em alguns pontos do Paraíba existem pedras de sino, blocos de granito que, percutidos, têm som metálico. Democracia — Segundo o Recenseamento de 1940, conta o Estado 1 432 618 habitantes, para uma área ter-
territorial de 55 920 quilômetros quadrados, correspondendo a 29,81 habitantes por quilômetro quadrado. É a Paraíba o nono Estado brasileiro em população e o décimo sexto em território. Quanto a densidade demográfica, ocupa o Estado o 6.º lugar. Durante o ano de 1941 registraram-se no Estado 19 082 nascimentos, 3 173 casamentos, 29 329 óbitos. Os coeficientes relativos foram, por 1 000 habitantes: nascimentos, 12,96; casamentos, 2,15; óbitos, 19,93. Sendo a receita total dos municípios, em 1942, CR$ 12 080 899,90, a receita per capita corresponde a 8,19. Se compararmos, porém, o número de casamentos realizados pela Igreja com os do Registro Civil, encontraremos diferença bem sensível a favor da primeira, o que demonstra não estarem os algarismos do segundo próximos da exatidão. Distritos. Divisão Judiciária e Administrativa — De acordo com o estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, o Estado se divide em 166 distritos de paz, 41 comarcas e 41 municípios, ou sejam 41 cidades e 125 vilas. Étnografia — Os maiores fatores da formação do paraibano foram o português, o índio e o africano, este, considerável somente no litoral, nas várias zonas desviadas ao cultivo da cana-de-açúcar, e no Brejo. Também na Capitania e nas zonas açucareiras foi o judeu parcela importante procurando a Capitania para escapar à Inquisição. Na Capital não são poucas as famílias a que se vincularam ingleses, franceses, espanhóis, alemães e italianos. Fauna e flora — Um dos mais completos estudos a respeito, é o que nos deixou o engenheiro militar Beaurepaire Rohan, na Corografia da Paraíba, da qual se extraiu o que se segue. Classes dos mamíferos, ordem dos quadrúpedes: a guariba, o macaco e o saguçu. Ordem dos carnívoros, quirópteros, várias espécies de morcegos; carnívoros: o guaxinim, o quati, o furão, a lontra, a rapôsa, o gato e três espécies de onças. Ordem dos roedores: o quati-mirim, o rato, o quadrú, o coelho, a capivara, o micozinho, a güaçú, a cutia, a paca. Desdentados: a pique, três espécies de tatus, três de tamanduá. A ordem dos marsúpios é representada pelo timbu; a dos paquidérmes pelos porcos calitu e queixada. A dos Cetáceos pelo bôo e peixe-boi. Ordem das rapaces: urubu, cauá, caracara, gaviões. Pássaros: andorinha, arapongá, azulão, banquim, bem-te-vi, bico-do-cará, caboclinho, canário, casaca-de-couro, curiu, corrupião ou concili, encontro, frecha-peixe, furar-barreira, gaio de campina, grauão, guriatá, lavadeira, maria-de-barro, maria-já-a-dia, papa-arroz, papamassa, papa-capim, papa-sebo, patativa (três espécies), peitica, pintassilgo, peiguei, rouxinol, sabiá (várias espécies), sangue-de-bói, sanhaçu, sarrador, vem-vem, verdilhão, xexéu. Ordem dos zagódáctilos: picapau, anum, alma-de-gato, tucano, arara, papagaio, maracana, jandaia, periquito. Ordem dos galináceos: além dos domesticos, todos exóticos, se encontram o jacu, a araúqu, o inhambú (várias espécies), o uru, e vários espécies de pombos, destacando-se dentre estes a ave de arriabação, originária do alto sertão. "Esta espécie, por sua carne, saborosa, por seus ovos, pedia ser matéria-prima de uma grande indústria. Põe a grã santo, no solo, nos lugares ermos, nos desfiladeiros, dos vasos profundos, onde se tem a possibilidade, de, em época determinada, coberherem toneladas de ovos. A ave de arriabação é muito perseguida, não só pelo alimento que oferece ao homem e às aves de preza, mas pela circunstância de inutilizarem as águas dos poços e dos açudes com a abundância de suas deações." Ribeirinhos: a ema, a seriena, o tetéu, o carão, a garça, o soco, o ara-papá, a colheira, a jaçanã, o macário, a cara-cara, o tamatião, o joão-pobre. Palmípedes: Pato, patu, marreca, alcatraz. Reptis: ordem dos quelônios, ofídios e batráquios: a tartaruga, o cá-
gado, o jacaré, o tejuaçu, o camaleão, o papa-vento, lagartixas, caïangros. Cobras, como a caninana, a cascavel, a de veado, a goipeba, a jararaca, jararacaçu, surucucu, chumbo, salamandra, cipó, havendo, de cada uma destas, duas e três espécies diferentes. Peixes: são conhecidas 143 espécies de água salgada a 15 de água doce. Entre os anelados é mais notável a sanguesuga. Crustáceos: caranguejos como o uacã, o golamu, guardar, guajá, espécies de aratus, de síris, de camarões, lagostas. Aracnídeos —: a aranha caranguejeira, e várias outras, o escorpião, o carrapato. Dos mirmópodes se aponta a centopeia e o ambuá. Classes dos insetos: abelhas-arapuá, amarelê, bôca-de-moça, cupira, bôca-de-barro, canudo, jati, jandaia, moça-branca, mosquito, manel-de-abreu, papa-terra, mombuca, pimenta, lúbula, urucu, vau-mos-embora. As vespas se encontram marimbondos, o enxão, o enxú e o capuzu, tôdas as três produzindo mel saboroso. Existem variedades de formigas e na ordem dos coleópteros, lepidópteros, hemipteros, afanópteros, dipteróps, dos anopluros, dos tisáuros, dos cefalópodes, dos gasterópodes, dos acéfalos. No reino vegetal se encontram 74 espécies de madeiras para construção. Em aditamento a esta parte, colhemo no Departamento de Estatística do Estado os seguintes dados referentes a algumas das principais essências da flora paraibana:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nome vulgar</th>
<th>Pêlo espec.</th>
<th>Resistência do congelamento Kg/cm²</th>
<th>Nome científico</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Angatir</td>
<td>1,682</td>
<td>648</td>
<td>Andira spectabilis</td>
</tr>
<tr>
<td>Angico</td>
<td>1,207</td>
<td>755</td>
<td>Piptadenia rigidica</td>
</tr>
<tr>
<td>Araça-piranga</td>
<td>0,997</td>
<td>735</td>
<td>Psidium acutangulhus</td>
</tr>
<tr>
<td>Arceira</td>
<td>1,319</td>
<td>1005</td>
<td>Schinus terebinthi-rousus</td>
</tr>
<tr>
<td>Barbatião</td>
<td>1,273</td>
<td>1,013</td>
<td>Strypnodendron barbatianum</td>
</tr>
<tr>
<td>Barunhém</td>
<td>0,069</td>
<td>619</td>
<td>Cryosophyllum gili-sial</td>
</tr>
<tr>
<td>Carnaubeira</td>
<td>592</td>
<td>578</td>
<td>Cepocenia cerifera</td>
</tr>
<tr>
<td>Cedro</td>
<td>594</td>
<td>469</td>
<td>Cabraria levis</td>
</tr>
<tr>
<td>Coixibá</td>
<td>1,078</td>
<td>388</td>
<td>Copaifera guianensis</td>
</tr>
<tr>
<td>Freijo</td>
<td>0,650</td>
<td>1,047</td>
<td>Cordia goeldiana</td>
</tr>
<tr>
<td>Ingá-agui</td>
<td>0,647</td>
<td>565</td>
<td>Inga edulis</td>
</tr>
<tr>
<td>Jatai</td>
<td>0,502</td>
<td>310</td>
<td>Hymenaea courbari</td>
</tr>
<tr>
<td>Louro</td>
<td>0,823</td>
<td>681</td>
<td>Cordia alliodora</td>
</tr>
<tr>
<td>Mançaranduba</td>
<td>1,079</td>
<td>760</td>
<td>Mimusoca elata</td>
</tr>
<tr>
<td>Pau-teiro</td>
<td>1,270</td>
<td>961</td>
<td>Cassapinna terrea</td>
</tr>
<tr>
<td>Pêroba amarela</td>
<td>0,724</td>
<td>698</td>
<td>Aspidosperma poly-neuron</td>
</tr>
<tr>
<td>Sapucaia</td>
<td>0,853</td>
<td>658</td>
<td>Lecythis grandiflora</td>
</tr>
<tr>
<td>Sucupira</td>
<td>0,944</td>
<td>294</td>
<td>Howthedia rutila</td>
</tr>
<tr>
<td>Ubatinga</td>
<td>1,004</td>
<td>859</td>
<td>Eugenia durissima</td>
</tr>
</tbody>
</table>

tras. É avultadíssimo o número de plantas medicinais." *Geologia* — Neste ramo não há estudos completos e o que existe se deve aos poucos engenheiros de minas que visitaram o Estado. Em 1910, Rodolfo Crandall escreveu substanciosas observações, mas relativas a uma parte do sertão paraibano. Para ter-se uma ideia aproximada da geologia da Paraíba, acompanhe-se o itinerário do engenheiro inglês E. Williamson que, em 1866 seguiu do litoral até Cacheira de Minas, ou seja um percurso de quatrocentos quilômetros. — "A linha de perfil foi tomada de Tambau, pequena povoação de peixeadores na costa do Atlântico e através da cidade da Paraíba até as minas de Cacheira do Plançô, na extremidade sudoeste da província da Paraíba; é quase uma reta de 360 milhas de comprimento, através da direção dos estratos. Os estratos examinados pertencem à rochas de idades muito diferentes, como ao terciário, cretáceo, laureniano. Os pós-terciários são representados pelos recifes de coral da costa e os peculiares depósitos de conglomerados ferralíticos e de margens arenosas que capelam as colinas baixas da costa e revestem os flancos das montanhas do interior. Os detritos ferralíticos são mais interessantes, tendo muitas vezes sido erroneamente tomados por viajantes como portando ao neogênio vermelho, com que se parecem tanto que, à primeira vista, assim também supus. Do Tambaú (Tambau) à Paraíba, a superfície do solo acha-se coberta por espessas jazidas de conglomerados ferralíticos, destroços acumulados das rochas gnaissicas e esquistosas do interior; em alguns lugares os conglomerados se tornam tão grosseiros que são inteiramente compostos de seixos rolados de quartzo, gnaiss e as rochas esquistosas mais duras cimentadas por péridos de ferro. As dimensões dos seixos variam de de uma pequena noz à de blocos pesando de quatro a cinco libras; esta classe acha-se bem representada abaixo de Paraíba, mas ao passo que se aproxima do rio em direção à Paraíba, misturam-se com jazidas mais finas e mais argilosas, até que por fim, em Santa Rita, algumas miles além da Paraíba (Capital) se apresentam divididas em faixas regulares de margas, areias, conglomerados. No interior estas margas e areias ocorrem sempre onde as rochas gnaissicas e granítoides se acham largamente desenvolvidas, como em Teixeira, onde abandam rochas granítoides e grande quantidade de conglomerados brechados, areias e margas são encontradas revestindo os flancos das montanhas e cobrindo os vales. Imediatamente subjacentes aos conglomerados ferralíticos da Paraíba, ocorrem jazidas de cálcio terciário, tendo uma direção quase de noroeste a sudeste. A maior parte destes cálcios e sílicos, conquanto por vezes se encontram jazidas de cálcio quase puro e faixas argilosas; os cálcios desta natureza são comuns em todo o Brasil e sempre inconformáveis às rochas às quais subjazem. Os cálcios da Paraíba são fossilíferos, conquanto lograsse apenas obter o molde de um déstes, de peixe, e alguns conquanto por vezes se encontram jazidas de cálcio similar ao da Paraíba e abundantes em restos de peixes cerca de setenta milhas, ao sudoeste da Tambaú, nas minas de Cacheira. — *Laureniana* — Estas rochas, que ocupam a maior parte da província, existem em tão grande escala em ambas as províncias (Pernambuco e Paraíba) são tão distintas nos seus caracteres que só pode haver uma opinião quanto a sua idade. A partir da Paraíba o primeiro afloramento vêlido das rochas ocorre em Batalha, no rio Paraíba; é uma rocha de hornblenda com numerosas pequenas cintas de quartzo e de feldspato muito colorido. Entre o rio Paraíba e o Pilar ocorre um gnaiss muito grosso com grandes cristais de feldspato branco e mica preta. Em Pi-
lar o gnaisse acha-se interessatificado com micasquistos geralmente de contextura fina; em Mendonça, Mogeiro, Ingá Velho ocorrem de novo jazidas de caráter similar interessatificadas com gnaisse; no último dêste lugares, as jazidas esquistosas se tornam mais freqüentes, até que em Ingá o conjunto das jazidas de esquisto é de esquisto calcário e hornblêndico seguido de uma longa série de micasquistos flácidos. Em Carnaiba sucedem a esta faixa de granito duro, densamente granulado, que em Teixeira revestem os flancos da montanha (rocha de caráter similar ocorre em Queimadas na encosta oposta); as rochas das montanhas de Teixeira têm tamanahe semelhança com as de Logradouro que suponho são apenas uma mesma repetição das mesmas jazidas. Entre Queimadas e as minas de Cachoeira ocorre outra larga série da mesma classe; o resto das rochas na seção são gnaisse alternando com faixas de micasquistos. Em pontos da seção se encontram jazidas de quartzo, de quartzo com placas de mica interessatificadas com as rochas mais duras; as jazidas variam na espessura de dois a duzentos pés; as faixas mais delgadas eram com frequência belamente opalescentes e as maiores, granulosas ou amorfas; sempre as acompanham minérios de ferro titânico e hemalítico. Durante minha viagem da Paraíba às minas não logrei observar jazidas de calcários interessatificados com as rochas em outros lugares onde calcários não se acham ocultos pelo revestimento de detritos ferruginosos. As rochas das Minas de Cachoeira e a posição dos velos auríferos serão mais bem compreendidos a vista da seção anexa que lhe rematou a orla do rio das Brucas, numa extensão de quase seis milhas. Na extremidade meridional, dividida por uma faixa de rochas mais frias, se encontram duas largas e bem proporcionadas faixas de gnaisse sienítico, uma das quais forma o leito da bonita cachoeira do Bruscas; subjacente a estas há uma série de gnaisse esquistosos e uma delgada faixa de siemito; é uma rocha cristalina cinzento-azulada e tem grande semelhança com algumas das rochas de feldspato de cambriano-superior.
de Gales. Seguem-se-lhes as séries auríferas que consistem quase inteiramente de gnaisses micáceo de granulação fina passando imperceptivelmente para os micasquitos. Atravessando a curva do rio, pouco antes de chegar ao veio do Lima, ocorre uma estreita faixa de rocha de feldspato bruno-cinzento escuro que é subtransluzente, em alguns lugares apresenta côres cambiantes; um pouco mais adiante há uma faixa de calcário cristalino branco, contendo cristais hexagonais de biotite; no leito do rio é estreita, mas cerca de uma milha mais para leste déste ponto, num lugar chamado Piaç, constata uma milha de largura no afloramento. Um pouco a leste do ponto em que o veio descobridor atravessa o rio, ocorrem algumas jazidas de esquistos, arenosos, plumbaginosos, nos quais se observam dois veios lenticulares de grafa; parecem ser de pequena extensão e de qualidade inferior. Em Cacimbínas, poucas milhas do veio da Boa Esperança, ocorre outra faixa larga e bem pronunciada de gnaisse sienítico, do tamanho da de Cachoeira. Os veios auríferos que cruzam estas rochas são muito numerosos, aparecem como massas lenticulares irregulares, correndo paralelos à orientação, mergulhando com frequência entre as jazidas, mas raras vezes atravessando-as. A matriz dos veios é um quartzito grosseiro, branco, semi-opaco, contendo pequena quantidade de arsenito e sulfitos de ferro, sulfito de cobre, chumbo e zinco. A maior parte das galerias contém antimônio. A variedade de minerais resultante da decomposição destes minérios é muito numerosa: carbonato de zinco, carbonato de cloro, fosfato de chumbo, fosfato, arseniato e carbonato de cobre, óxido de antimônio e enxofre nativo são muito comuns em alguns veios; sulfato de cobre, sulfato de cromato de chumbo são mais raros; ouro nativo acha-se escassamente espalhado em todos os veios e no da Boa Esperança se encontram grãos de platina. A carreira das rochas no vale do Bruscás é muito aurífera e os veios de quartzo são abundantes, e, enquanto as rochas estão muito contorcidas, nenhum vestígio de uma falha verdadeira se encontra em qualquer parte de todo o distrito; esta singularidade parece pertencer a tôdas as rochas alteradas que examinel na Paraíba e em Pernambuco, porquanto, no decorso de minha viagem, a cavallo, de 1 000 milhas, não notei uma só; é à falta de fraturas verdadeiras que atribuo a pobreza dos veios de quartzo, nada favorecendo a concentração de um dos minérios, o outro distribuição igualmente por todos os veios..."

_Hidrografia_


— Grande parte do território da Paraíba integrava a capitania de Itamaracá, doada em 1534 a Pero Lopes de Sousa, que não cogitou de núcleo colonial na Paraíba, voltando o território desta ao domínio da Coroa. O principal rio da região, denominado São Domingos pelos primeiros exploradores, era frequentado por traficantes franceses e portugueses, que clandestinamente faziam o comércio de pau-brasil, conseguindo os primeiros melhores relações de amizades com os selvagens. Pelo interior, no resgate de prisioneiros, andavam mameluços de Olinda e um déste, com o rapto
da filha de poderoso chefe potiguar residente na serra da Copaobia, atraiu o ódio do silvícola contra engenhos e moradores ao norte de Olinda. Culminou em ferocidade a destruição completa de um engenho em Tracunhanhém, com o exterminio de todos os seus moradores. Tais assaltos cumularam de prejuízos o comércio de Pernambuco, que teve quase paralisada a colheita de pau-brasil. D. Sebastião ordenou que se erguesse uma cidade à margem do Paraíba, uma espécie de sentinela avançada defendendo os interesses dos comerciantes de Olinda. O Governador Geral, Luís de Brito de Almeida, teve ordem de fundar a sede da capitania, vindo porém, em 1574, em seu lugar o Ouvidor de Pernambuco, Dr. Fernão da Silva. O insucesso deste obrigou a Luís de Brito a vir pessoalmente fundar a capitania do Paraíba. Aprestou uma esquadra de 12 veias e partiu, da Bahia em setembro de 1578. Sofrendo ventos contrários, arribou para a Bahia e deixou no olvido a conquista. Em 1578, o Governador-Geral Loureno da Veiga, sem resultados, tentou a empresa. Subindo o Cardeal D. Henrique ao trono português, estava em Lisboa Frutuoso Barbosa, que muito conhecia o rio Paraíba, por nêle haver traficado pau-brasil, sendo proprietário em Pernambuco. A este português, encarregou o monarca a fundação da capitania, que, realizando-a, seria propriedade do colonizador durante dez anos. Em 1579 estava Frutuoso Barbosa de volta a Pernambuco, com uma poderosa frota, não querendo, porém, entrar em acórdio com os de terra. Uma tempestade desviou-lhe as embarcações e o donatário foi arrastado à Índia pelo temporal, onde perdeu a mulher e onde partiu para Portugal já sob o domínio espanhol. Nesse interím, João Tavares, escrivão da Câmara de Olinda, levantou, para logo abandonar, à falta de auxílios, primeiro, um povoado à margem do Santuário, a que chamou Porto da Caxaria; depois um fortim na ilha da Camboa, que foi destruído pelos selvagens e franceses. Returnou Frutuoso Barbosa a Pernambuco e com o auxílio de Simão Rodrigues Cardoso se aventurou à conquista da Paraíba, onde apri- sionou cinco naufradeses de sete que, no Paraíba, estavam carregando pau-brasil. No dia seguinte, uma emboscada de selvagens e franceses lhe matou 40 homens, inclusive um filho do próprio donatário, que, pelo acontecimento, tomou horror ao local. Simão Cardoso via a vida por terra, tendo revelado sérias regretas dos naturais. Ao chegar a Cabeçedo, encontrou o chefe da expedição desanimadíssimo, regressando todos, imediatamente. Para Pernambuco, mandando pedir auxílios ao Governador-Geral, que lhe mandou Diogo Flores Valdês, com o resto de uma esquadra. Esta trouxe o Ouvidor Martim Leitão. Chegaram a Pernambuco no dia 20 de março de 1584. Organizaram uma expedição por mar e por terra, tendo nesta o Capitão-mor Frutuoso Barbosa. Valdês, contra as recomendações da metrópole, resolveu construir defronte da ponta da ilha, da parte de elma, onde o rio se começa a dividir, um forte que recebeu o nome de São Filipe e São Tiago. Neste ficou uma guarnição de espanhóis e portugueses. As rivalidades, a fome, os repetidos assaltos de selvagens auxiliados pelos contrabandistas franceses, fizeram, dentro de pouco tempo, ser o forte abandonado, retirando-se a guarnição para Olinda. Os selvagens destruíram, arrasaram a fortificação, que recebeu o nome, ainda dos nossos dias, de Forte Velho. Em março de 1585 chegou à Paraíba uma expedição comandada por Martim Leitão, o verdadeiro conquistador da Paraíba. Bateu os índios de Pirajibe em Tiberi, fez uma excursão a Mamanguape e Baía da Traição, vencendo os selvagens e expelindo os franceses, voltando a Pernambuco sem ter fundado a cidade. Nesse mesmo ano, os tabajaras aliados dos potiguaras se inimizaram e ofereceram aos portugueses aliança e amizade.
Efetivamente, no dia 5 de agosto de 1585, João Tavares, representando o governo rei-nor, celebrava na margem direita do Sanhauá, com o chefe tabajara Pirajibe, um tratado de paz, uma aliança ofensiva e defensiva. No local, o cavaleiro do rio, protegido por um forte que ele construiu, aguardou João Tavares a chegada de Martim Leitão, o que se verificou no dia 23 de outubro daquele ano. O ouvidor trouxe famílias, animais domésticos, materiais, enfim o necessário para edificação de uma cidade. No alto da colina que está à margem oriental do Sanhauá, começou no dia 4 de novembro do ano referido, sob a direção do engenheiro alemão Cristóvão Lintz e execução do mestre de obras Manuel Fernandes, as primeiras fundações da cidade que recebeu a denominação de Filipe de N. S.ª das Índias, em homenagem à data de 5 de agosto e a Filipe II de Espanha. Enquanto andavam os trabalhos das construções, Martim Leitão organizou uma expedição que expulsou os franceses, bateu os potiguaras em Mambuquape, Baia da Traição e Copacab, tendo como principais auxiliares, João Tavares, Duarte Gomes da Silveira e o chefe tabajara Pirajibe. Homem de grande energia e máxima atividade, deixou na cidade mais de 50 famílias, assegurando a conquista levantando um forte no Tibiri, para garantir a aldeia de um chefe tabajara e o primeiro engenho de açúcar, que teve a Paraíba, e se denominou São Sebastião, e a entrada da barra da Paraíba, levantou o forte Santa Catarina, centro de heroísmo que encheu largas páginas da história paraibana. Em fins de janeiro de 1587, deixou a capitania, tendo designado João Tavares, como seu Capitão-Mor. Teve a capitania de voltar à desastrada direção de Frutuoso Barbosa, e cessando esta entrou em franca prosperidade, sendo na segunda década do século XVII a terceira do Brasil, segundo a afirmação do autor do Diálogo das Grandesas do Brasil. Mas a Paraíba tinha de pagar a comerciantes de Pernambuco a importância da conquista e da colonização e assim as suas primeiras energias se escoaram, trazendo-lhe tal despau-reamento que o rico proprietário Duarte Gomes da Silveira oferecia prêmios, em dinheiro, aos que quisessem construir casas na capital. Em 1625, quando os holandeses dirigiram suas armas contra o Brasil, a faz da Paraíba era defendida por um triângulo de fortificações, tendo seus vértices em Cabedelo, Restinga e Santo Antônio. Os batalhas fizeram sua primeira investida em 5 de dezembro de 1631, com um corpo de 1,600 soldados sob o comando do coronel Callenfels a segunda, em fevereiro de 1634, constava de 20 navios com 1,500 homens de desembarque, sob o comando do Almirante Lichthardt e do Coronel Sigismundo van Schkoppe. Deu desembarque na enseada de Lucena, sendo forçados a se retirar. Em 4 de novembro do ano aludido, voltaram os mesmos comandos com 29 navios e 2,354 homens de desembarque. Aportaram na enseada do Jaguaripe, bateram a trincheira de Antônio de Albuquerque, marcharam para Caculê, a fim de, com o auxílio da esquadra, vencer o forte de Santa Catarina. Apossaram-se primeiro do forte de Restinga e 19 de dezembro, rendia-se o forte de Santa Catarina: a 23 o Santo Antônio. No dia 24 entrava o exército flamengo na capital, encontrando-a evacuada, incendiada e saqueada pelas tropas de Bagmuolo, que via a auxiliar a resistência e não se aproximara do teatro da luta. O Capitão-Mor Antônio de Albuquerque, reunindo o elemento válido e crescendo número de famílias, retirou-se para Pernambuco, indo engrossar a resistência que Matias de Albuquerque organizara ao aíralal do Bom Jesus. Os conquistadores mudaram o nome da cidade para Frederickstad e o do forte de Cabedelo para Margareth. Os invasores encontraram na Paraíba, 16 bons engenhos e se
apuasam dos melhores dêses. Neulam
benefício deixaram os holandeses na Pa-
raíba, talvez devido a luta continua que
se seguiu. André Vidal de Negreiros aní-
mou o movimento de expulsão, voltando
a capitania ao domínio português, em 1646,
sendo seu primeiro Governador, de-
pois da Restauração, o memorável João
Fernandes Vieira. O povoamento come-
çou a expandir-se, constatando-se a co-
lonização do interior. Antônio de Olivei-
ra, seus filhos e vários sobrinhos, todos
da família Oliveira Ledo e procedentes
da Bahia, situaram-se em Boqueirão,
hóe Carnoi, e dali moveram entradas
e bandeiras desabravando o sertão paral-
bano, de maneira que, em 1689, já Teo-
dósio de Oliveira Ledo era Capitão-Mor
de Franço e Fianças. Com a indepen-
dência, lentamente caminhou a Paraíba
na estrada do progresso, batida pelo de-
samparo dos poderes públicos e pela
ingratidão climática, além da falta de
iniciativa dos seus moradores. Veio a
República e o desânimo se patenteou
imenso. Nos primeiros dias do regime
democrático, se acentuou a convicção de
que o pequeno Estado não reunia re-
cursos garantidores de sua autonomia.
Enleado nas mais possantes dificulta-
des financeiras, sob os rigores de estes
prolongados ou de invernos excessivos,
atingiu a penúria, tendo seu funciona-
simo sido alcançado pelo tortura de mais
de dois anos de atraso nas seus venci-
mentos, recusando-se os agiotas a com-
prar-lhes os honorários, mesmo na taxa
de cinqüenta por cento. Mas comple-
tando o quatriênio administrativo de
1904 a 1908, o Vice-Presidente do Es-
tado, Monsenhor Valfredo Leal, demos-
trou que a Paraíba tinha vida própria.
Pagou as dívidas, inclusive os vencimen-
tos atrasados dos empregados públicos,
e, ao sair da administração, deixou estu-
dos completos para realização dos ser-
viços de esgoto e abastecimento de água
da Capital. Estabeleceu o "regime dos
saldos", entregando ao seu sucessor o
suficiente para manter em dia os com-

Capitão-Mor Alexandre de Sousa Azevedo, possuía em 1678; 27º Capitão-Mor interino, António da Silva Barbosa, possuía em agosto de 1684; 28º Capitão-Mor Amaro Velho Cerqueira, possuía em setembro de 1687; 29º Capitão-Mor Manuel Nunes Leitão, possuía em junho de 1692; 30º Capitão-Mor Manuel Soares de Albuquerque, possuía em setembro de 1697; 31º Capitão-Mor Francisco de Alves Pereira, possuía em novembro de 1700; 32º Capitão-Mor Fernando de Barros Vasconcelos, possuía em junho de 1703; 33º Capitão-Mor João da Maia da Gama, possuía em junho de 1708; 34º Capitão-Mor António Velho Coelho, possuía em maio de 1717; 35º Junta Governativa composta dos Oficiais da Câmara, João de Moraes Valcacer, Jerónimo Coelho de Alvarenga, Diogo Vandernes e Eugênio Caivacánti de Albuquerque, possuía em 14 de agosto de 1719; 36º Capitão-Mor António Fernão Castelo Branco, possuía em janeiro de 1720; 37º Capitão-Mor João de Areu Casteleiro, possuía, janeiro de 1722; 38º Capitão-Mor Francisco Pedro Mendonça Gurgjão, possuía em março de 1729; 39º Capitão-Mor Pedro Monteiro de Macedo, possuía, junho de 1734; 40º Junta dos Oficiais da Câmara João de Almeida de Gouveia, Manuel da Rocha, André Dias de Figueiredo, Domingos dos Santos de Oliveira e Cosme Ribeiro da Costa, possuía em 1744; 41º Capitão-Mor interino João Lobo de Lacerda, possuía em agosto de 1744; 42º Governador António Borges da Fonseca, possuía em agosto de 1745; 43º Capitão-Mor Luís António de Lemos de Brito, possuía em 19 de novembro de 1753; 44º Capitão-Mor interino José Henriques de Carvalho, possuía em abril de 1755; 45º Capitão-Mor Francisco Xavier de Miranda Henriques, possuía em janeiro de 1761; 46º Capitão-Mor Jerónimo José de Melo Castro, possuía em 20 de abril de 1764; 47º Triunvirato — Ouvidor-Geral António Filipe Soares de Andrade Brederodes, Sargento-Mor João Ribeiro Pesso de Lacerda, Vereador da Câmara Luís Alves da Nóbrega, possuía em 12 de maio de 1797; 49º Governador Fernando Delgado Freire de Castilho, possuía em 23 de março de 1798; 49º Governador Luís da Mota Feio, possuía em 15 de setembro de 1802; 50º Governador Amaro Joaquim Raposo de Albuquerque, possuía em 24 de julho de 1805; 51º Governador António Caetano Pereira, possuía em 30 de agosto de 1809; 52º Triunvirato — Ouvidor-Geral André Alves Pereira Ribeiro Cirne, Tenente-Coronel Francisco José da Silva, Vereador Manuel José Coelho, possuía em 12 de dezembro de 1815; 53º Governo Revolucionário — Tenente-Coronel Amaro Gomes Coelho, Tenente Coronel Estêvão José Carneiro da Cunha, possuía em 13 de março de 1817; 54º Governo Provisorio—Republicano — Padre António Pereira de Albuquerque, Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, Francisco José da Silva e Francisco Xavier Monteiro da Franca, possuía em 16 de março de 1817; 55º Triunvirato—realista—interino Ouvidor-Geral interino, Gregório José da Silva Coelho, Capitão Soares Neiva, Vereador Manuel José Ribeiro de Almeida, possuía em 7 de maio de 1817; 56º Triunvirato legal — André Alves Pereira Ribeiro Cirne, Coronel Matias da Gama Cabral e Vasconcelos, Vereador Manuel José Ribeiro de Almeida, possuía em 12 de junho de 1817; 57º Governador Tomás de Sousa Mafra, possuía em junho de 1817; 58º Governador Francisco Rebelo da Fonseca Rosado, possuía em 25 de agosto de 1819; seguiram-se três juntas provisórias e proclamada a Independência vieram para dirigir a Província da Paraíba do Norte os seguintes Presidentes: 63º Filipe de Néri Ferreira, possuía em 9 de abril de 1824; 64º Alexandre Franco de Seixas Machado, possuía interina; os revolucionários de Areia proclamaram um Governo Temporário para a Província, sendo Presidente o Sargento-Mor Félix António Ferreira de Albuquerque que se empossou, em Areia, no dia 9 de abril de 1824; Seixas Machado passou
o governo legal a Francisco de Assis Pereira Rocha, posse em maio de 1827; 64º Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, posse em 12 de fevereiro de 1828; passou o governo ao Vice-Presidente Dr. Francisco José Meira em 21 de março de 1830; 65º Dr. Manuel Joaquim Pereira da Silva, posse em 6 de agosto de 1830; 66º Dr. José Tomás Nabuco de Araújo, posse em 18 de novembro de 1831; passou o governo ao Vice-Presidente Francisco José Meira em 14 de agosto do mesmo ano; 67º Galdino da Costa Vilar, posse em 16 de janeiro de 1832 e em 21 de setembro passou o exercício ao Vice-Presidente Francisco José Meira; 69º Antônio Joaquim de Melo, posse em 16 de março de 1833; em 7 de janeiro de 1834 passou o exercício ao Vice-Presidente Afonso de Albuquerque Maranhão que, a 26 de abril, entregou ao Vice-Presidente Bento Correia Lima, substituído pelo Vice-Presidente Luís Lopes Basto, que entregou a Bento Correia Lima, substituído no dia 14 pelo Vice-Presidente Manuel Maria Carneiro da Cunha que o entregou, em 12 de julho ao Vice-Presidente Luís Alves de Carvalho, substituído em 10 de setembro pelo Vice-Presidente Francisco José Meira que o entregou ao Vice-Presidente Manuel Maria Carneiro da Cunha em 1 de fevereiro de 1836; 70º Basílio Quaresma Torreão, posse em 18 de abril de 1836; em 11 de Março de 1837 passou o exercício ao Vice-Presidente Manuel Lóbo de Miranda Henriques; 71º Joaquim Teixeira Peixoto de Albuquerque, posse em 14 de abril de 1838; 72º Dr. João José de Moura Magalhães, posse em 12 de dezembro de 1838; em 17 de março de 1839 passou o exercício ao Vice-Presidente Manuel Lóbo de Miranda Henriques, que o transmitiu a 7 de abril ao Vice-Presidente Trajano de Holanda Chacom; este, em 22 de fevereiro de 1840, entregou ao Vice-Presidente Antônio José Henriques; 73º Dr. Agostinho da Silva Neves, posse em 7 de abril de 1840, passou o governo ao Vice-Presidente Antônio José Henriques em 7 de setembro do mesmo ano; 74º Francisco Xavier Monteiro da Franca, posse em 7 de setembro de 1840; 75º Dr. Pedro Rodrigues Chaves, posse em 4 de maio de 1841, transmitindo o governo ao Vice-Presidente André de Albuquerque Maranhão, em 4 de fevereiro de 1843; 76º Ricardo José Gomes Jardim, posse em 14 de maio de 1843; 77º Agostinho da Silva Neves, posse em 2 de dezembro de 1843; 78º Dr. Joaquim Francisco de Sá, posse em 22 de julho de 1844, em 2 de agosto entregou a administração ao Vice-Presidente José da Costa Machado Sénior; em 9 de novembro assumiu a Presidência, o Vice-Presidente, André de Albuquerque Maranhão Júnior que, por sua vez, a transmitiu, em 14 do mesmo mês, ao Vice-Presidente Dr. Francisco de Sá; 79º Coronel Dr. Frederico Carneiro de Campos, posse em 18 de dezembro de 1844 e em 18 de março de 1848 passou o exercício ao Vice-Presidente João de Albuquerque Maranhão; 80º Dr. João Antônio de Vasconcelos, posse em 11 de maio de 1848; 81º José Vicente de Amorim Rezende, posse em 23 de janeiro de 1850; 82º Agostinho da Silva Neves, posse em 30 de setembro de 1850; em 4 de abril de 1851 passou o exercício ao Vice-Presidente Dr. Francisco Antônio de Almeida Albuquerque; 83º Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, posse em 3 de julho de 1851, passou o governo em 29 de abril de 1853 ao Vice-Presidente Dr. Flávio Clementino da Silva Freire que, em 7 de outubro, o entregou ao Vice-Presidente Frederico de Almeida e Albuquerque; 84º João Capistrano Bandeira de Melo, posse em 22 de outubro de 1853, passou o governo em 6 de junho de 1854, ao Vice-Presidente, Dr. Flávio Clementino da Silva Freire, que o entregou ao Vice-Presidente, Dr. Frederico de Almeida e Albuquerque em 26 de setembro do mesmo ano; 85º Dr. Francisco Xavier Pais Barreto, posse em 23 de outubro de 1854 e em 16 de abril de 1855 entregou o exercício ao Vice-Presidente Dr. Flávio Clementino da
Silva Pereira; 38º Dr. Antônio da Costa Pinto e Silva, posse em 28 de novembro de 1855; passou a administração ao Vice-Presidente Manuel Clementino Carneiro da Cunha; 37º Tenente Coronel de Engenheiros Henrique Beaurepaire Rohn, posse em 10 de dezembro de 1857; 38º Antônio Leitão da Cunha, posse em 1º de julho de 1859; em 24 de dezembro do mesmo ano, recebeu a visita do Imperador D. Pedro II; em 16 de abril de 1860 passou o governo ao Vice-Presidente Barão de Mamanguape; 39º Francisco de Aranjo Lima, posse em 19 de maio de 1861; em 17 de fevereiro de 1864 passou o exercício ao Vice-Presidente Dr. Felizardo Toscano de Brito; 40º Dr. Sinval Odorico de Moura, posse em 18 de maio de 1864, em 22 de julho de 1865 passou o exercício ao Vice-Presidente Dr. Felizardo Toscano de Brito que, em 4 de agosto de 1866 o transmitiu ao terceiro Vice-Presidente Comendador João José Inocêncio Poggi; 42º Dr. Américo Brasiliense de Almeida Melo, posse em 4 de novembro de 1866 e em 20 de abril de 1867 o entregou ao Vice-Presidente Barão de Maraú; 43º Dr. Inocêncio de Assis Carvalho, posse em 1 de novembro de 1867, passando o exercício ao segundo Vice-Presidente, Padre Francisco Pinto Pessoa que o entregou, em 16 de abril de 1869, ao Vice-Presidente, Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha; 45º Dr. Vasco José de Oliveira Lisboa, posse em 11 de junho de 1869; 50º Senador Frederico de Almeida e Albuquerque, posse em 24 de outubro de 1870; passou a administração ao terceiro Vice-Presidente, Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia, em 13 de abril de 1871, este entregou ao mesmo residente, em 16 de outubro que lá tornou a passar em 23 de abril de 1872; 97º Dr. Herácil de Alencastro Pereira Graça, posse em 26 de junho de 1872; 98º Dr. Francisco Ferreira de Sá, posse em 11 de novembro de 1872, em 17 de setembro de 1873 passou o governo ao segundo Vice-Presidente, Comendador João Inocêncio Poggi, que o entregou ao terceiro Vice-Presidente, Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia, em 20 de setembro de 1873; 99º Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, posse em 17 de outubro de 1873: 100º Barão de Mamanguape, posse em 10 de abril de 1875; passou a administração em 9 de janeiro de 1877 ao segundo Vice-Presidente, Dr. João de M. Correia Lima, que a entregou ao primeiro Vice-Presidente, Dr. José Paulino de Figueiredo em 9 de março de 1877; 101º Dr. Esmerino Gomes Parente, posse em 24 de abril de 1877; passou o governo, em 2 de março de 1878 ao primeiro Vice-Presidente, Dr. José Paulino de Figueiredo; 102º Dr. Ulisses Machado Ferreira Viana, posse em 11 de março de 1878, passou o exercício ao segundo Vice-Presidente Padre Filipê Benício da Fonseca Galvão, em 20 de fevereiro de 1879; 103º Dr. José Rodrigues Pereira Júnior, posse em 12 de junho de 1879, passou o exercício ao segundo Vice-Presidente Padre Filipê Benício da Fonseca Galvão, em 30 de abril de 1880, que a entregou ao Vice-Presidente, Dr. Antônio Alfredo da Gama e Melo, em 15 de maio do mesmo ano; 104º Dr. Gregório José de Oliveira Costa, posse em 10 de Junho de 1880 e em 3 de setembro do mesmo ano passou o exercício ao primeiro Vice-Presidente, Dr. Antônio Alfredo da Gama e Melo; 105º Dr. Justino Pereira Carneiro, posse em 20 de outubro de 1880 e em 4 de março de 1882 passou o governo ao Vice-Presidente, Dr. Antônio Alfredo da Gama e Melo; 106º Dr. Manuel Ventura B. Leite Sampaio, posse em 21 de maio de 1882 e em 2 de novembro, entregou o governo ao primeiro Vice-Presidente, Dr. Antônio Alfredo da Gama e Melo; 107º Dr. José Basson de Miranda Osório, posse em 5 de novembro de 1882 e passou o governo ao Vice-Presidente, Dr. Antônio Alfredo da Gama e Melo, em 17 de abril de 1883; 108º Dr. José Aires do Nascimento, posse em 7 de agosto de 1883; 109º Dr. Antônio Sabino do Monte, posse em 31 de agosto de
1884; 110.º Dr. Pedro da Cunha Beltrão, posse em 8 de julho de 1885; 111.º Dr. Antônio Hereuclano de Souza Bandeira, posse em 20 de setembro de 1885; 112.º Dr. Geminiano Brasil de Oliveira, posse em 11 de novembro de 1886; 113.º Dr. Francisco de Paula Oliveira Borges, posse em 10 de outubro de 1887; 114.º Dr. Pedro Francisco Correia de Oliveira, posse em 9 de agosto de 1888, passou o exercício ao primeiro Vice-Presidente, Dr. Silvino Evídio Carneiro da Cunha, em 14 de janeiro de 1889; reassumiu em 4 de fevereiro, transmitindo-o novamente ao referido Vice-Presidente, em 17 do referido mês e a 22 de junho do mesmo ano o entregou ao primeiro Vice-Presidente Dr. Manuel Dantas Correia de Góis; 115.º Dr. Francisco Luís da Gama Rosa, posse em 8 de junho de 1889; deixou o cargo em virtude da proclamação da República em 15 de novembro; 116.º Governo Provisório formado no dia 19 de novembro de 1889: Tenente-Coronel Honorato Cândido Ferreira Caídas, Dr. Antônio da Cruz Cordeiro Sênior, Capitão de Engenheiros João Claudino de Oliveira Cruz, Primeiro-Tenente da Armada Artur José dos Reis Lisboa, Comendador Tomás de Aguiro Mindaio, Capitão Manuel de Alcântara Couceiro e Dr. Manuel Carlos de Gouveia, sob a Presidência do primeiro; 117.º Capitão de Engenheiros João Claudino de Oliveira Cruz, posse em 2 de dezembro de 1889; 118.º Dr. Venâncio Augusto de Magalhães Netva, posse em 6 de dezembro de 1899, tendo deposto em 31 de dezembro de 1891; 120.º Junta Governativa: Coronel Cláudio do Amaral Sevaget, Dr. Eugênio Toscano de Brito e o bacharel Joaquim Fernandes de Carvalho; 121.º Capitão de Engenheiros Álvaro Lopes Machado, posse por aclamação, em 19 de fevereiro de 1892; em 4 de abril do mesmo ano passou o exercício ao primeiro Vice-Presidente, Padre Valfredo Soares dos Santos Leal, re-assumindo em 25 de julho, transmitiu novamente a administração ao referido Vice-Presidente em 17 de maio de 1896, renunciando o cargo em 28 de julho do mesmo ano; 122.º Dr. Antônio Alfredo da Gama e Melo, posse em 22 de outubro de 1896; 123.º — José Peregrino de Araújo, posse em 22 de outubro de 1900; 124.º Major de Engenheiros, Dr. Alvaro Lopes Machado, posse em 22 de outubro de 1904, passou o governo a primeiro Vice-Presidente, Dr. Francisco Seráfico da Nóbrega, re-assumiu, passou o exercício ao segundo Vice-Presidente, Padre Valfredo Leal, que completou o quatriênio presidencial; 125.º Dr. João Lopes Machado, posse em 22 de outubro de 1908; 126.º Dr. João Pereira de Castro Pinto, posse em 22 de outubro de 1912, passou o exercício ao primeiro Vice-Presidente, Coronel Antônio da Silva Pessoa em 25 de julho de 1915 que passou o exercício ao Dr. Sólon de Lucena, em 24 de julho de 1916; 127.º Dr. Francisco Camilo de Holanda, posse em 22 de outubro de 1916; 127.º Dr. Sólon Barbosa de Lucena, posse em 22 de outubro de 1920; 129.º Dr. João Siqueira, posse em 22 de outubro de 1924; 130.º Dr. João Pessoa Cavalcânti de Albuquerque, posse em 22 de outubro de 1928; passou o exercício ao Vice-Presidente, Dr. Alvaro de Carvalho, a 19 de outubro de 1929, re-assumindo em 22 de mesmo mês, passou novamente o exercício ao referido Vice-Presidente no dia 16 de fevereiro do referido ano, re-assumindo em 3 de março, passando-o novamente em 11 deste mês e re-assumindo no dia 14, transmitindo-o mais uma vez ao mencionado Vice-Presidente em 25 de julho de 1930, sendo no dia seguinte assassinado no Recife; 131.º Dr. José Américo de Almeida, no caráter de chefe revolucionário, assumiu a administração do Estado, no dia 4 de outubro de 1930 e, cumulativamente, o de Chefe do Governo Revolucionário do Norte do Brasil, no dia 9 do mês de outubro referido; 132.º Dr. Antenor Navarro, empossou-se no dia 10 de novembro de 1930 no cargo de Interventor Federal; passou o exercício ao Dr. Odom
Bezerra em 28 de maio de 1931, reasuminho no dia 11 de julho do mesmo ano; 133.º Dr. Gratuliano Brito, eventualmente assumiu o exercício e, por falecimento do Dr. Antenor Navarro, por nomeação do Governo Provisório da República, se empossou no cargo de Interventor Federal, em 30 de junho de 1932; 134.º Dr. José Mariz, eventualmente, em 26 de dezembro de 1934; 135.º Dr. Argemiro de Figueiredo; eleito Governador, assumiu o exercício no dia 26 de janeiro de 1935, passou o exercício ao Presidente da Assembleia Legislativa, Dr. José Ma- ciel, em 11 de abril de 1936, reasumindo em 16 de junho do mesmo ano; dado o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, foi no dia 27 investido das funções de Interventor Federal; passou o exercício ao Secretário de Internor, Dr. José Mariz, em 10 de setembro de 1938, reasumindo em 18 de novembro, passando novamente o governo ao referido Secretário no dia 30 de outubro de 1939, reasumindo em 7 de março de 1940; 136.º Dr. Rui Carneiro, posse em 16 de agosto de 1940. Homens notáveis — Em vários departamentos das atividades, dos conhecimentos humanos, tem a Paraíba filhos notáveis. Referimo-nos sómente aos que se acolheram à eternidade: Abdón Milanez Sénior, médico, político e parlamentar; Abdón Milanez Júnior, engenheiro e músico notável; D. Adon- to Aurélio de Miranda Henriques, pri- meiro Bispo e primeiro Arcebispo da Paraíba; Adolfo Tasso da Costa Cirne, advogado e professor de Direito na Faculdade do Recife; Albino Gonçalves Meira de Vasconcelos, advogado, orador, professor e propagandista da República; Alcides Ferreira Baltar, bacharel em Direito, funcionário público e poeta; Afonso Campos, advogado, professor e político; Américo de Sousa Falcão, bacharel em Direito e poeta; Antônio Elias Pessoa, poeta e revolucionário de 1817; Antônio Elías Pessoa, neto do precedente, poeta, professor e jornalista; Álvaro Lopes Machado, engenheiro mi- litar, administrador e parlamentar; Andreás Vidal de Negreiros, militar, admini- nistrador e herói da guerra holandesa; Antônio da Cruz Cordeiro Sénior, mé- dico, político, poeta e publicista; Antô- nio da Cruz Cordeiro Júnior, filho do precedente, médico militar, poeta, jornalista; Antônio Peregrino de Castro, pintor e professor; Antônio Alfredo da Gama e Melo, advogado, orador, jornalista, professor e parlamentar; Antônio Camilo de Holanda, funcionário público e jornalista; Antônio Pereira de Albuquerque Melo, sacerdote ilustre, cabeça pensante dos revolucionários paraibanos de 1827, garroteado no Recife; Argemiro de Sousa, bacharel em Direito e jornalista; Aristides da Silveira Lobo, advogado e propagandista da República; Artur Aquiles dos Santos, jornalista; A- gusto Vaz, advogado e lênte da Facul- dade de Direito do Recife; August de Carvalho Rodrigues dos Anjos, bacharel em Direito, professor e poeta; Aurélio de Figueiredo, pintor e publicista; Barão de Abaiá (Silvino Elvidio Carneiro da Cunha), bacharel em Direito, político e administrador; Barão de Mamanguape (Flávio Clementino da Silva Freire), po- lítico, administrador e parlamentar; Borges da Fonseca (Antônio), bacharel em Direito, agitador, jornalista, revolu- cionário, propagandista da República; Caetano Alves de Sousa Filgueiras, dou- tor em Direito, jornalista e poeta; Carlos Dias Fernandes, bacharel em Direito, jornalista, poeta e romancista; Cardoso Vieira (Manuel Pedro), advogado, orador, político, parlamentar e bacharel em Direito; Coelho Lisboa (João Goncal- ves), bacharel em Direito, professor, parlamentar, propagandista da República; Eugénio Toscano de Brito, médico, professor e jornalista; Eliseu Elías Cé- sar, poeta, orador, jornalista e bacha- rel em Direito; Epitácio da Silva Pessoa, doutor em Direito, político, orador, parlamentar, jurista, professor e estadista; Feliciano Quaresma Dourado, doutor pela Universidade de Coimbra e diplo-
mata no século XVII; Félix Antônio Ferreira de Albuquerque (Sargento-Mor), chefe revolucionário e presidente provisório da Paraíba, em 1824; Felizardo do Toscano de Brito, bacharel em Direito, jornalista, político e advogado; Francisco Antônio Carneiro da Cunha, militar, cientista, professor e herói da Guerra do Paraguai; Francisco Pedro Carneiro da Cunha Sénior, funcionário público, jornalista e poeta; Francisco João de Azevedo, padre, professor, mecânico e inventor da máquina de escrever comercial; Francisco Soares da Silva Retumba, engenheiro civil, percorreu a Paraíba e deixou importantes observações e estudos valiosos; Vital Marla Gonçalves de Oliveira, capucho, bispo de Pernambuco, notabilizou-se na questão religiosa; Genésio de Andrade, pintor e professor; Irineu Ceciliano Ferreira Júnior, bacharel em Direito, jornalista, historiador e publicista; Irineu Ferreira Pinto, funcionário público, historiador e publicista; João Florentino Meira de Vasconcelos, magistrado, político e parlamentar; João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, bacharel em Direito, político e administrador; João da Silva Retumba, ilustre oficial de Marinha representando a Paraíba na primeira Constituinte republicana; João José Rodrigues Chaves, magistrado, administrador e Conselheiro da Coroa; Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, revolucionário de 1817 e parlamentar; José Peregrino de Carvalho, tenente-de-linha, revolucionário de 1817 enforcado no Recife em 21 de agosto de 1817; José Rodrigues de Carvalho, bacharel em Direito, advogado, jornalista, poeta e publicista; José de Almeida Barreto, militar, fêz campanhas no Piauí, no Paraguai; morreu marechal do Exército e senador pelo seu Estado; Lindolfo José Correia das Neves, (Comendador), político, orador, jornalista, parlamentar e orador sacro da capela imperial; Luís Ferreira Maciel Pinheiro, magistrado, jornalista e republicano histórico; Manuel de Aranda Câmara, médico e naturalista, fundador do Areópago de També; Marcos Barbosa, professor, músico e mecânico inventor de um aparelho de voar; era cego de Bartolomeu de Gusmão; Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite, grande inteligência, representou a Paraíba na Câmara dos Deputados, foi um dos deportados de 1845; era formado em Direito; Pedro Américo de Figueiredo Melo, insígnis pintor, escritor e cientista; Pereira da Silva, bacharel em Direito, poeta e jornalista; Pedro Batista, comerciante, historiador e publicista; Santos Estanislau Pessoa de Vasconcelos, magistrado e publicista; Piragibe, indíio tabajara que muito se distinguia na colonização da Paraíba; Teodoro Ferreira Neves Filho, poeta e jornalista. Esta, uma lista apressada de alguns paraibanos notáveis, podendo quem se interessar pelo assunto consultar o livro Paraibanos Ilustres, do Dr. Liberato Bitencourt e as coleções de jornais do Estado. Indústria -- Consta a Paraíba sobejos elementos materiais para desenvolver várias indústrias, mas até agora, em relação às suas possibilidades, pouco tem feito. A agricultura e o pastoreio são as mais antigas, a primeira representada pelo açúcar e pelo algodão. Duas principais circunstâncias têm retardado o desenvolvimento industrial no Estado: a falta de numerário, e ausência de iniciativa. Atualmente se contam na Paraíba várias centenas de pequenas fábricas de rapaduras, algumas desenas de bangüês e as seguintes usinas que, na safra 1939 a 1940, produziram 326 412 sacos de 60 kg de açúcar cristal, a saber: 4 no município de Santa Rita, uma no de Sapé, uma no de Alagoa Grande, uma no de Mamanguape e uma no de Areia. Os bangüês produziram 29 327 sacos de 60 kg de açúcar e a produção, de rapaduras, em 1942, soum 16 880 000 kg. A indústria têxtil de fios de algodão, conta no Estado sob o capital invertido de Cr$ 43 900 000,00, cinco estabelecimentos:
2 em Campina Grande, 1 em Areia, 1 em Mamanguape e 1 em Santa Rita, com o total de 2.768 teares, 32.900 fusos, ocupando 6.776 operários e, com a capacidade para produzir, anualmente, 268.600 kg de fio, 28.000.000 m de tecidos e 2.400.000 sacos. A fabricação de óleos se processa em 9 usinas: uma em Antenor Navarro, 3 em Cajazeiras, uma em Pombal, uma em Patos, 2 em Sapé e uma na Capital. Produziram em 1941, informação do Departamento de Estatística, 42.978.731 de óleo de caroço de algodão e 3.124.272 kg de óleo de olítica. Em 1942, houve no Estado a seguinte produção de tecidos de algodão: crus. 10.836.067 m; algodão alvejado, 10.780 m; algodão tinto, 17.191.882 m; 132 dúzias de toalhas; 39.031 colchas; 507 dúzias de guardanapos. Para a fabricação de vinhos de frutas e gasosas, além de outras de pequena importância, funcionam 9 fábricas: 4 em Campina Grande, uma em Cajazeiras, uma em Sapé e 3 em João Pessoa, as quais, em 1941, venderam 1.116.381 de bebidas. Em manipulação de fumos contas, digna de menção, uma fábrica de cigarros. Esta, em 1942, vendeu 45.475 mil milhões de cigarros. Recentemente a indústria do sal, localizando-se 2 salinas no município de Santa Rita e três no de João Pessoa. Estas salinas exportaram, em 1942, para diversos Estados. Em 1942, o valor do produto, valendo Cr$ 221.230,00. Uma das mais importantes empreendimentos no Estado é a da fábrica de cimento, situada na Fazenda do Índio Piraguibe, arrabalde da Capital. Começou a funcionar em 7 de setembro de 1936. E' uma sociedade anônima — Companhia Parahiana de Cimento Portland S. A. Seu capital redéve Cr$ 12.000.000,00; nela trabalham 413 operários e 34 funcionários da administração. Em 1941 produziram 50.145.444 kg de cimento, no valor de Cr$ 17.065.600,00 e em 1942 fabricou 42.902.280 kg, no valor de .............. Cr$ 19.526.000,60. Procurou-se a indústria extrativa de fibras. Esta atividade está sendo praticada sob moldes atrasados e com minguados capitais nos municípios de Cabaceiras, Picuí, Culité, Ibirâpolis, Sabuá, Teixeira, Planão. Nestes dois últimos municípios, faz-se a mineração de ouro desde o ano de 1941. A quantidade não se podia precisar, mas uma informação publicada no Jornal Oficial do Estado e procedente do Ministério da Agricultura, diz que o município de Planão está produzindo, anualmente, 1.500 kg de ouro. Quanto aos outros minérios explorados na Paraíba, temos os seguintes dados referentes à exportação no ano de 1942: 19.252 kg de berilo, 162.125 kg de cascicterita, 463.150 kg de columbita, 10.000 kg de mica, 304.600 kg de barita e 41.652 kg de florita; juntando também: 2.000.000 kg de fibras de cravã, para revelar-se que a indústria extrativa, excetuando o ouro, vendem para fora do Estado ....... Cr$ 7.931.156,00. Instrução pública — A instrução no Estado divide-se em primária, secundária e superior, esta ministrada por uma Escola de Agronomia, funcionando no município de Areia. As demais contam estabelecimentos públicos, em grande maioria, e particulares que representam uns 3% no total das escolas existentes. Apesar do estúpido dos governos, o número de escolas primárias é déficiente e a frequência média é positiva bem desalentadora. A diversidade das causas atribuem a origem do mal, e entre elas: — as consecutivas remoções de professores e a ignorância de avultado número de pais de alunos. As alegações sobrepõem-se ao minguado vencimento do professorado, especialmente o das vias e povoações, e a falta de pessoal habilitado, estando quase todas as escolas rurais, e mesmo as das vilas sob a direção de pessoas que jamais fizeram estagiarem estabelecimentos educacionais. Um resumo colhido no Departamento de Estatística confirmará a proposta. Em 1942, entre aulas públicas primárias do Estado, se contavam 1.082 estabelecimentos com... a matrícula de
65.920 alunos e a frequência média de 43.386. A docência constava de 1.710 professores; 1.470 femininos e 240 masculinos. Dos docentes, 855 são normalistas, ou seja 50% do professorado. O ensino secundário é ministrado no Colégio Paralíbano com a matrícula de 1.103 estudantes e uma docência de 50 professores; o Colégio Diocesano “Pio X”, equiparado e dirigido por irmãs maristas, matrícula 350 alunos; o Colégio de Nossa Senhora das Neves, para o sexo feminino, também equiparado, sob a direção de religiosas, registra umas 400 matriculados. Na Capital funcionam vários cursos particulares oficializados, para o ensino de datilografia, auxiliares do comércio, mantendo o Estado uma Escola de Comércio. Nas cidades de Campina Grande, Areia, Alagoa Grande, Bananeiras, Guarabira, Paúls, Princesa, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Sousa, se contam estabelecimentos oficializados, de instrução secundária. Arrolam-se no Estado, 45 grupos escolares. O serviço educacional na Paraíba e a fiscalização do ensino público e particular, está a cargo do Departamento de Educação, constituído de duas seções: uma, de Estatística Educacional e Serviços Auxiliares, quatro divisões: a do Ensino Primário Normal, a do Ensino Médio e Superior e Difusão Cultural; Educação Física, Educação Artística. Limites — O Estado da Paraíba limita-se a L. com o oceano Atlântico; ao S. com o Estado de Pernambuco; a O. com o Estado do Ceará e a N. com o Estado do Rio Grande do Norte. Não obstante os esforços de vários administradores da Paraíba, a partir do Coronel de Engenheiros Beaujard Rohan, ncm, memos, às diligências dos funcionários e das Leis relativas à divisão territorial, as divisas do Estado continuam quase indefinidas em certos pontos. A partir das barras do Golana ao sul e do Guajuí ao Norte, as dúvidas se sucedem. De tal modo avançaram ao Norte e ao Sul do Estado que dos 280 quilômetros de largura, ficou o território paraibano reduzido a menos de 120. Quase o estrangulam pelos municípios de Sabuí, Patos e Teixeira. Reporremo-nos à ação do inolvidável Henrique de Beaurepaire Rohan. Na sua gestão, de 1857 a 1858, se dirigiu aos presidentes de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. O do Ceará não respondeu; o de Pernambuco disse que nada constava na Secretaria; o do Rio Grande do Norte enviou as seguintes informações: — “As duas Províncias se dividem no litoral pela barra do rio Guajuí, seguindo dêste as linhas divisórias aos marcos de cima, ao Riachão, Boqueirão e dêste ponto ao rio Calabouço, no município de São Bento. Dêste município, segue a linha divisória ao do Acari, se define pela fazenda Bonifácio compreendendo esta a da do Fórum da Serra, Bico de Arara, Bermó, Riacho Fundo, Coba, todo o saco da serra do Boqueirão, até a fazenda Tanques, na serra da Borborema (servindo esta de limites) a serra das Queimadas até Carenha, e a fazendas Quiñó, Caraçú, Pau dos Ferros, São Bento e Santana. Dêste Município segue a linha divisória para o do Princesa, discriminadas pela parte do sul na distância de 5 a 10 léguas do município de Pombal com quem confina e pelo poente, em distância de 7 1/2 léguas, além do rio Pirahnas, confina com o Catolé do Rocha. A divisão das duas freguesias acha-se autorizada pelo Decreto de 25 de outubro de 1831. Quanto ao município de Águas, corre a linha divisória pela ponta da serra do João do Vale, no lugar denominado Serra do Cipó, que pertence ao município de Catolé do Rocha, pelas fazendas Trincheiras e Macanaã, com uma distância mais ou menos de quatro léguas; de sul a norte, com as fazendas Jatobá e Mulungu, pertencentes ao referido município de Catolé do Rocha. Do município de Apodi segue a linha para o de Pau dos Ferros correndo além da povoação da serra de Luís Gomes, meia légua, mais ou menos; éste mu-
micipício divide-se com o de Sousa." Tais limites foram regulados pela Lei de 25 de outubro de 1831 que não é mais positiva, mais clara do que as informações citadas. A opinião corrente foi que a vizinha unidade do norte estava exorbitando e o prefalado Presidente Rohan convidou-a a uma demarcação que infelizmente não foi levada a termo, por não ter o Governo Imperial concedido um engenheiro. Não desanimou o grande administrador da Paraíba daqueles dias e contratou os engenheiros prussianos Carlos Bress e David Polemann para o levantamento das coordenadas da Paraíba, trabalho que não pode concluir por ter sido designado para administrar outra Província. Ao Sul, apesar da linha limitrofe corre pelo divertium aquarum, nem por isso deixa de haver pontos duvidosos, muito especialmente onde a serra desaparece, como no distrito de Pedras de Fogo, em cujas fronteiras se têm verificado atritos entre o Fisco das duas unidades da Federação. Apenas se afirma que o litoral paraiban tem 150 quilômetros de costa e a linha divisória começa na foz do Goiana, deixando-o logo, seguindo em direção à vila de Pedras de Fogo ligada à cidade de També, as quais, sendo um só núcleo de população, pertencem, a primeira à Paraíba e a segunda a Pernambuco. Prosseguindo, segue a linha pela estrada geral até a vila de Jurupiranga, outrora Serrinha, também comum aos dois Estados. Continua sempre com o rumo de leste a oeste, tendo passado na povoação de Pirauá, na cidade de Umbuzeiro e a partir de Cabaceiras toma a direção de sudoeste e depois de sul, formando o lado do ângulo que se distende para o lado de Pernambuco, característico do município de Monteiro, sendo os limites aí assinalados pelas serras Moças, Jacaraará e Jabitacá, que dividem as águas do Rio Paraíba das do Capibaribe, Moxotó e Pajeú. Tomando a direção de oeste, aproxima-se do município de Teixeira, passando então o raio de 280 quilômetros de largura do Estado, para menos de 120. Contínua a linha pela divisão das águas dos rios Paraíba, Plancó e Piranhas das do Pajeú, afluentes do São Francisco; inclina-se para o sudoeste, passando próxima da cidade de Princesa Isabel, que está a 20 quilômetros da cidade de Triunfo do Estado de Pernambuco. Os limites com o Ceará são formados pela serra do Bongá, que divide as águas do Piranhas das do Jaguaribe. Nesse ponto torna o Estado a adquirir grande largura, medindo entre Princesa Isabel e Catão do Rocha, aproximadamente, 250 quilômetros. Geograficamente, Paraíba e Rio Grande do Norte constituem uma só região. Nos tempos coloniais foram divididos por uma linha quase reta de leste a oeste de maneira que pertenceram à Paraíba, sem se conhecer o motivo plausível da mutação, tódia a ribeira do Seridó e territórios dos atuais municípios norte-riograndenses de Acari, Jardim, Caiçá e Serra Negra. Literatura histórica e geográfica — Não sendo opulenta, já se revela bem considerável a literatura histórica, geográfica e mesmo econômica da Paraíba. Nos tempos coloniais, pela segunda década do século XVII, foi escrito o Diálogo das Grandezas do Brasil, por um habitante da Paraíba. Os melhores trabalhos, após a Independência, são de paraibanos ou de homens residentes na Paraíba. Em primeiro piano estão Irineu Jófili Sénior, e Maximiano Lopes Machado. O primeiro deixou Sinopéis das Sesmarias e Notas Sôbre a Paraíba; o segundo, além de sua refutação A Paraíba e o Atlas do Senhor Cândido Mendes, escreveu, em dois volumes a História da Província da Paraíba, editada em um só volume, muitos anos depois da morte do autor, tendo-se extraviado parte do original. Boas informações se encontram no Almanaque do Estado, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, no boletim do Gabinete de Estudos da Geografia e História da Paraíba. O co-

<table>
<thead>
<tr>
<th>Receita discriminada</th>
<th>1940</th>
<th>1941</th>
<th>1942</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Receita ordinária</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1 — Receita tributária</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>a) Impostos</td>
<td>25 258 493,00</td>
<td>27 708 264,00</td>
<td>27 988 353,00</td>
</tr>
<tr>
<td>b) Taxas</td>
<td>1 097 801,00</td>
<td>777 351,00</td>
<td>827 188,00</td>
</tr>
<tr>
<td>2 — Receita patrimonial</td>
<td>32 255 065,00</td>
<td>232 419,00</td>
<td>74 356,00</td>
</tr>
<tr>
<td>3 — Receita industrial</td>
<td>8 025 537,00</td>
<td>8 419 973,00</td>
<td>7 792 297,00</td>
</tr>
<tr>
<td>4 — Receitas diversas</td>
<td>1 307 394,00</td>
<td>7 792 297,00</td>
<td>7 792 297,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Receita extraordinária</strong></td>
<td>2 266 974,00</td>
<td>5 614 027,00</td>
<td>3 421 583,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td>37 381 003,00</td>
<td>43 195 225,00</td>
<td>39 079 237,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**DESPESA EFETUADA, EM CRUZEIROS**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Despesa discriminada</th>
<th>1940</th>
<th>1941</th>
<th>1942</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Despesa ordinária</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Administração geral</td>
<td>4 424 392,00</td>
<td>3 677 042,00</td>
<td>3 777 090,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Eng. e Fiscalismo</td>
<td>3 515 635,00</td>
<td>3 446 365,00</td>
<td>3 468 462,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Segurança pública</td>
<td>6 052 287,10</td>
<td>5 272 656,30</td>
<td>4 420 301,90</td>
</tr>
<tr>
<td>Educação pública</td>
<td>5 075 119,00</td>
<td>4 950 015,00</td>
<td>5 850 142,70</td>
</tr>
<tr>
<td>Vencimento</td>
<td>1 604 533,50</td>
<td>2 053 348,30</td>
<td>2 790 841,00</td>
</tr>
<tr>
<td>Serviços industriais</td>
<td>4 078 620,50</td>
<td>2 429 451,40</td>
<td>2 808 322,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Despesa pública</strong></td>
<td>5 677 697,10</td>
<td>1 654 176,70</td>
<td>929 524,30</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Despesas milit. pública</strong></td>
<td>3 234 300,20</td>
<td>3 033 052,20</td>
<td>3 170 138,90</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Despesas diversas</strong></td>
<td>1 350 554,80</td>
<td>2 859 746,03</td>
<td>3 435 322,00</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td>26 046 638,20</td>
<td>20 462 285,00</td>
<td>41 146 354,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Para o exercício de 1944, orçou o Estado sua receita em Cr$ 42 000 000,00 e a despesa em Cr$ 45 000 000,00, justificando-se o excesso, com a majoração dos vencimentos dos funcionários. Revoluções — Depois da luta contra os holandeses, os mais notáveis movimentos armados, dentro da Paraíba, foram: o de 1817, cujos chefes principais, José Peregrino de Carvalho, Amaro Gomes Coitinho, Padre Antônio Pereira de Albuquerque, paraibanos, Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, río-grandense do norte e Francisco José da Silveira, mineiro, enforcados no Recife, os seus membros decapados, salgados e enviados para a Paraíba, onde foram expostos em lugares públicos; o levante de 1820 em Mamanguape e Guarabira, contra a Constituição Portuguesa jurada por D. João VI; os motimadores foram batizados às portas de Areia. Nesta localidade, em 1924, houve um levante contra o governo do primeiro Presidente da Paraíba, Filipe de Neri Ferreira, suspeito de lusitanismo. A causa interessou os municípios de Areia, Campina Grande e Pilar. Escolheram para o cargo de Presidente Temporário da Província e Comandante das forças revolucionárias, o Sargento-Mor Félix Antônio Ferreira de Albuquerque. Rebentando no Recife a revolução que implantou a efêmera Confederação do Equador, os insurretos da Paraíba a ela aderiram e foram batizados no Ceará. Em 10 de setembro de 1923 o então Tenente José Antônio da Fonseca Galvão, sublevou-se uma parte da Guarnição. Entranchei-se no convento de Santo Antônio com uma bôca de fogo e a Companhia de Fuzileiros, ressintindo durante três horas, fugindo para bordo de um navio estrangeiro, assilando-se, em seguida, no Rio Grande do Norte. Em Areia, se verificou o último combate da Revolução Praieira. A revolta dos Quebra-Quilos, genuinamente paraibana, visando menos o sistema métrico decimal do que uma desafronta ao clero, em virtude da prisão dos bispos de Pará e Pernambuco, explodiu, em 1874, no município de Campina Grande, estendendo-se as hordas por vários outros municípios, incendiando arquivos, depredando, destruindo as unidades de pesos do sistema métrico decimal. Foram batizados por tropas comandadas pelo General Severiano da Fonseca, em princípios de 1875. A Paraíba auxiliou a conquista do Rio Grande do Norte, do Ceará e do Maranhão e enviou contingentes para a luta da Independência na Bahia. Não economizou esforços para a desafronta contra o Faragáu, concorrendo, além de muitos filhos incorporados a outras guarnições, com 2 954 homens para o Exército e 365 para a Armada, cujas que representavam 10% da população paraibana em 1864. O primeiro batalhão de Voluntários da Pátria, organizado na Província, embarcou para o sul do País no dia 10 de abril de 1865, sob o comando do patriota paraibano, o bacharel Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, morto gloriosamente nas célebres Linhas Negras. Na revolução republicana de 1930, foi a Capital do Estado a sede do Governo Revolucionário do Norte do Brasil, sob a Presidência do Dr. José Américo de Almeida. Na Paraíba, para todo o Norte do País, se organizou a República Nova. Riquezas naturais — Reduzida está a riqueza florestal do Estado, contando algumas matas na região do litoral e das serras. Também sofrem considerável decréscimo as espécies do reino animal, principalmente as de caça, as aves, os pássaros de adorno. Em compensação, vai a Paraíba revelando grandes possibilidades no reino mineral. A região costeira, segundo o engenheiro Luciano Jacques de Moraes está na “Província Petrolífera do Nordeste Brasileiro” e toda a zona adjacente à zona de maringas é inesgotável jazida de calcário, como se verifica nos municípios da Capital e Mamanguape. Jules Destord, organizando uma carta corográfica da Paraíba, assinalou a área dos minérios.
Na zona do litoral, da foz do Paraíba à do Mamanguape, segundo Destord, estende-se um lençol de petróleo. No distrito de Ingá, a partir do lado meridional da via férrea, até Fagundes, estende-se a primeira área; da foz do Santa Rosa, no Curimá, compreendendo o distrito de Arara, se localiza a segunda. Em Cabaceiras, a seguir da margem esquerda do Paraíba, tem assento a terceira. O quarto distrito, chega aos limites da Paraíba com o Rio Grande do Norte, compreendendo Picuí, Ibiapinópolis, parte de Batalhão, alongando-se às imediações de Destério. O quinto, em forma de triângulo, com a base as margens do Paraíba, ocupa quase toda a região de Monteiro. No município de Sabuji está o sexto distrito e em Princesa Isabel, Planópolis e Misericórdia, assinalou o sétimo. Últimamente, Léon Clerot, depois de percorrer o Estado, escreveu a seguinte distribuição de minérios: argilas coloridas em Cabo Branco, município de Paraíba; asbesto em Picuí e Sabuji; bauxita em Patos; berilo em Picuí, Joazeirinho e Sabuji; bismuto em Picuí; cassiterita em Picuí, Ibiapinópolis e Sabuji; ferro em Bananeiras, Brejo do Cruz, Cabaceiras, Campina Grande, Caiolé do Rocha, Ingá, Monteiro e Batalhão; giz em João Pessoa; grafita em Batalhão e São João do Cariri; mármore em Tababiana e Umbuzeiro; mica em Areia, Cuité, Ibiapinópolis, Picuí, Planópolis, Sabuji, Teixeira e Princesa Isabel; polcrássio, em Picuí; rutilo em Princesa Isabel e Planópolis; smarquita em Picuí; tantala, também em Picuí. Ibiapinópolis e Sabuji. Pratica-se mineração em Patos, Planópolis, Picuí, Ibiapinópolis, Sabuji e Teixeira. Na região costeira estão começando a explorar as jazidas de argilas coloridas, numa usina montada ao N. do Cabo Branco. 

Segurança pública — A segurança pública está a cargo da Polícia Civil e da Militar. A primeira, compreende uma Chefatura de Polícia, 44 Delegacias e 165 Subdelegacias. Na Capital existem duas Delegacias especializadas, entregues a bacharelis em Direito: — a de Ordem Política e Social e a de Investigações e Capturas. A Chefatura de Polícia, departamento da Secretaria da Justiça, subordinam-se as seguintes repartições: Instituto de Identificação Médico-Legal, Inspetoria do Tráfego Público, a Guarda Civil, a Guarda Noturna, a Casa de Detenção e as cadeias públicas do interior. A Força Policial do Estado constitui reserva do Exército Nacional, podendo sua organização ser melhor apreciada nos arts. 1.º, 2.º e 3.º do Decreto-lei estadual n.º 542, de 4 de fevereiro de 1944: "Art. 1.º A Força Policial do Estado terá, no ano de 1944, o efetivo de 71 oficiais e 1238 praças, distribuídos do seguinte modo e de acordo com os quadros anexos (1 a 7): — Estado Maior; Cia. Extranumerária; Serviço de Intendência; Serviço de Saúde; Pelotão de Metralhadoras; Dois Batalhões de Infantaria; Quadro Suplementar. Art. 2.º Terão sua sede: a) nesta Capital, o I Batalhão, o Serviço de Intendência, o Serviço de Saúde, a Companhia de Bombeiros, o Pelotão de Metralhadoras e a Companhia Extranumerária; b) na cidade de Campina Grande, o II Batalhão. Art. 3.º O efetivo da Companhia de Bombeiros será de 4 oficiais e 77 praças, de conformidade com o quadro número 6, anexo, e subordinada diretamente ao Comando Geral, constituindo uma unidade da Força Policial". — E’ comandada por um oficial do Exército e tem o pêso de coronel. Vias de comunicação — Além da via marítima, com o excelente pôrto de Cabedelo, conta o Estado boas rodovias nas quais, o automóvel pode desenvolver, sem recuos, em todo o percurso, a velocidade de 80 a 90 quilômetros horários, especialmente no planalto da Borborema e no alto serrão. Os trilhos da Viação Cearense chegam até a cidade de Patos, tendo o ramal Antenor Navar—
chão dos Cavalos, Santo André, atual Mucubutu, São Francisco de Sousa, São João do Mamanguape, São Miguel, São Paulo, atual Diamante, São Miguel de Taipu, São Sebastião, Sucuru, Tavares, Timbaúba, atual Gurjão, Uísna São João. Movimento da Década — Durante 1942 foram despachados pelo Correio 241 vapores, recebidas 9304 malas nacionais e 67 estrangeiras, sendo expedidas para o País, 902. Correspondência postada: cartas e cartas-bilhetes, 366 681, bilhetes postais, 9 806; amostras, 12 964; manuscrito, impressos e jornais, 516 034; expressos, 18 463; não e insuficientemente franqueada, 3 190; reclamadas, 184 382; ou seja o total de 1 113 590. A correspondência oficial somou 246 153 ofícios. Correspondência oficial, ordinária distribuída e expedida, 246 153; correspondência oficial em trânsito, 285 836; correspondência ordinária em trânsito, 313 071; correspondência expedida: particular, 396 953; oficial, 97 080; em trânsito, 150 958; oficial em trânsito, 150 370; correspondência com valor declarado: 31 183 ofícios e cartas no valor de Cr$ 19 565 836,90; encomendas com valor declarado, 31 334 no valor de Cr$ 10 283 775,50; correspondência em trânsito, com valor 39 141, no valor de Cr$ 11 960 687,50. Na Capital foram, a domicílio, entregues 2 087 140 cartas. Conta o Correio no Estado, 21 caixas para coleta de correspondência: 8 na Capital, 5 em Cambira Grande, uma em Alagoa Grande, uma em Tabainha, uma em Mamanguape, uma em Patos, uma em Santa Rita, uma em Rio Tinto, uma em Sabuji e uma em Cabeçudo. A expedição de malas para o interior e exterior do Estado, somou 36 003, recebendo, em trânsito, 57 478. Funcionam no Estado 86 linhas postais: 50 de condutores a cavalo; 21 de condutores a pé; 7 por automóvel e 8 por estrada de ferro. A zona de João Pessoa se divide em 21 distritos para distribuição de correspondência a domicílio. O movimento aéreo foi, em 1942: correspondência ordinária recebida, 306 658; expedida 109 897; registrada recebida, 134 795; expedida, 36 722.


Pararé (Voc. ind., nome de um pombo silvestre.) — Antiga povoação do município de São João do Cariri. O Decreto-lei n.o. 164, de 15 de novembro de 1938, mudou-lhe o antigo nome — São José das Pombas — para o atual e deu-lhe a categoria de vila. Tem uma capela de São José e uma escola pública primária que lêe 38 matriculados, em 1942, e 23 de frequência média. Realiza uma feira semanal. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 58 prédios urbanos, 14 suburbanos, 466 rurais e a população: urbana, 98 habitantes; suburbana, 80; rural, 2 103.


Passagem — (V. Espinharas.)

Patamuté (Voc. ind.) — Lugarejo do município de Cajazeiras. Tem aula pública primária que matriculou 23 alunos, em 1942.

Patos — Município do alto sertão a N.O. da Capital. Ocupa 2 491 quilômetros quadrados de área territorial. O Recenseamento de 1940 encontrou no município: 42 211 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 7 969; suburbanas, 335; rurais, 33 556, ocupando 2 206 prédios urbanos, 223 suburbanos e 9 224 rurais. Aedes — Há no município dezenas de pequenos açudes, cogitando o Governo do Estado, com a colaboração da Inspetoria Federal das Obras Contra as Sécas, da construção de uma barragem destinada ao abastecimento da sede. E' pena que interesses
de proprietários não permitem a construção noutra ponto, resultando um reservatório em condições de atender o serviço de água, o que fôsse também suficiente para o de esgoto. As barragens existentes são de domínio privado, estimando-se as principais: por conservarem água em bom estado, por mais de dois anos: Campo Comprido, Toméras, Maria Paz, Mocambo, Suéla e Tubaçal. Administração — Politicamente, é o município circunrado por um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por 25 funcionários permanentes. Comarca de segunda entrada, estão os interesses da Justiça local afetados a um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A segurança pública compete a um delegado de Polícia, na sede, e subdelegados nas vilas, o primeiro nomeado pelo Interventor Federal; os outros, pelo Secretário da Justiça. Os suplentes, para os referidos cargos são escolhidos pelo Chefe de Polícia. Agricultura — A circunscrição é agrícola-pastoril, praticando, ainda por velhos métodos, a cultura de cereais e, especialmente de algodão, sendo o maior produtor, no Estado, da referida malvacácea. Aspecto físico — O município, como quase todos os municípios do alto sertão parnabiano, está circunscrito de serras. Seu território, em geral, é plano ou ligeiramente ondulado, apresentando bosques e serrotas que definem ligações entre contrafortes da Borborema. Dois boqueirões importantes se notam: o Apertada Hora, na estrada de Patos a Terezinha e o Aba, na serra deste nome. Assistência Social — Consta a cidade um Pósto Higiênico misto, instalado em prédio de construção recente, erguido pelo Estado e pela Prefeitura. O Bole- tim relativo ao ano de 1942, registrou o seguinte movimento: Pessoas atendidas pela primeira vez: helmintoses, 128; paludismo, 8; buba, 7; sífilis, 76; gonorréia, 51; cangrejo mole, 54; linfangiólomatoses, 21; tracoma, 1; tuberculose, 10; difteria, 3; coqueluche, 28; disenterias, 48; outras doenças, 1. 312. Aplicou 1.120 vacinações antiariana e 144 anti-tefísicas. Na cidade funcionam regularmente: o Círculo da Ação Católica, Congregação de Artistas, União de Artistas e Operários, tódas benfeitoras, a casa de saúde São Geraldo, instituição particular e a Casa dos Pobres, fundada pelo então Vigário da Freguesia e hoje Bispo de Penedo, D. Fernando Gomes. Clima — O município é quente e seco, estando na zona das sécas periódicas. A temperatura, durante a estiagem de julho a janeiro, atinge às vezes, 36º C, à sombra; na estação chuvosa, desce a 24º C. De ordinário, é bom o estado sanitário do município, sempre amenizado pelos ventos alísios. Comércio — Patos é, talvez, a segunda circunscrição comercial do interior do Estado. Sua sede, no cruzamento de estradas que divergem para outros municípios, inclusive alguns do vizinho Estado do norte, atrai negociantes e mercadores, produtos de importação e exportação. Suas transac- ções são feitas com as praças de Cam- pina Grande, João Pessoa, Natal, Fortalece, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, e Porto Alegre. Demografia — Em 1942, registraram-se no município 138 casamen- tos, 422 nascimentos, 754 óbitos, dê- tes 22 natimortos e 471 da 0 a 1 ano de idade. Distritos — Divide-se o município em quatro distritos de Paz e Policial: o da sede, Espinhosas, Cacimba de Arela e Mucunã. Etnografia — Os índios pegas e os panatis, da família cariri, foram os primeiros habitantes da região e operaram longa resistência aos portugueses vindos das margens do São Francisco e mesmo brasileiros, procedentes de Cariri. Por fim, foram vencidos, e colonos com os seus rebanhos se fixaram, a princípio, à margem do Pinharas, depois, nos vales do afluentes dêste rio. Entre os primeiros povoadores estão os Oliveira Ledo, Dias Antunes, Figueiredos, aos quais, posteriormente se reuniram os Gomes, Nóbregas, Cabral, Vanderlei, Medeiros, Sátiros, Vieira, Azevedo, Xa-
vier e Fernandes. O elemento africano deu pequena contribuição. *Fauna e flora* — Bem reduzida está a fauna do município, tendo desaparecido, talvez totalmente extintas, certas espécies como a ema, a arara, o papagaio, oinhambu, veado. Ainda é abundante a ave-de-arribação, como há variedades de pássaros cantores. Também estão reduzidas as espécies melíflas, não só de abelhas como de vespas. A flora sofreu completa devastação. Das essências florestais, encontram-se esparzidos alguns espécimes de aroeira, pau-d’arco, angico, jucá, pequenos souts de marmeleiros, e, nos tabuleiros, vegetam a jurema-preta e a favela. *Fazendas agrícolas e pastoril* — Anteriormente se disse exercitarem-se no município a indústria agrícola e a pastoril, pois a segunda, não prescinde da outra. Cultiva milho, feijão, arroz, batatas doces, abóbora e principalmente algodão. De pir, faz criação de gados. Além de cincuenta fazendas situadas às margens de rios, podem-se enumerar, à margem do rio Farinha: Anis, Bocalha, Caçara, Carnaúba, Craibeira, Emas, Estreito, Farinha, Ferros, Juá, Liberadade, Maranga, Preatas, Reiro, Saco da Onça, Seio de Abraão, Santa Teresa e Serraria; às margens do rio Mares: Antonica, Ipueiras, Jatobá, Mares, Mutuca, São Vicente e Vaca Morta; às margens do rio Cruz: Apertado, Barbad, Boi do Brito, Boi Raposo, Boa Vista, Cabaças, Campo Comprido, Carnaúba, Cipó, Cruz, Espinho Branco, Machado, Malhada, Santana, São Bento, Santo Estêvão, Urtiga e Várzea Comprida; às margens do Pinharas se encontram: Itatinga, Juá-Doce, Mamanguape, Pau-Pique, Pedra Branca, Salgadinho, Santo Antônio, São Sebastião, São José, Suécia, Travesseia, Trapié e Trincheiras. Apesar da seca, contavam os seus rebanhos, em 1942, 26 990 bovinos, 2 526 eqüinos, 3 210 ovinos, 2 000 suínos, 23 900 lanegiros, 6 830 caprinos, 7 440 suínos e 50 000 aves. *Feiras* — Boas feiras se realizam no município: às segun-
das-feiras, na sede; aos sábados, em Cacimba de Areia, em Santa Teresinha; aos domingos, em Espinharas. *Hidro-grafia* — E o Pinharas que constitui a bacia hidrográfica de Patos. E tributário do Piranhas ou Açu, no qual despeja suas águas já no Estado do Rio Grande do Norte. E formado pelos rios Farinha, o verdadeiro Pinharas, o Mares e o Cruz. O primeiro nasce a leste do município na serra da Viração; os outros vêm das serras do município do Teixeira. Reú- nem-se os três, numa só confluentes, nas proximidades do sul da sede do município. Do ponto de junção em diante, tem o rio o nome de Pinharas: Os seus afluentes mais importantes são: da margem direita, o Lameirão, o Logradouro, o Pau-d’Arco, e o Pilões; os da margem esquerda: Aguiliada, o Calcu, o Prang, o Trapié e o Santa Gertrudes. Das lagoas, a mais importante é a do Loreto; serve de limites entre Patos, Piancó e Pombal. Seguem-se-lhe: Cabo- cio, Escondida, Favela e Torrão. *História* — Desde metade do século XVII, era o território do atual município de Patos, conhecido e explorado por alguns membros da família Oliveira Ledo, procedentes das margens do São Francisco. Assim em 1670, João Pereira de Oliveira, era proprietário e morador, da data de terras Farinha, que depois vendeu ao Tenente-Coronel Domingos Dias Antunes. Coevo daquele colono foi o Sargento-Mor José Gomes de Farias, proprietário da fazenda Itatinga ou Pedra Branca, vizinho de Patos, tanto que foi comprado pelo referido Dias Antunes que, com os seus rebanhos, viera de Pernambuco. Por falecimento de Dias Antunes, foi sua extensa propriedade dividida entre os seus dois herdeiros: Uma parte coube à sua filha Mariana Dias Antunes, esposa do Alferes João Gomes de Melo e a outra ao seu filho Antônio Dias Antunes, que a vendeu a seu cunhado Paulo Mendes de Figueiredo, já morador na fazenda Pa-
tos, encravada nas partes que adquiriu.
Neste local, começou a surgir a povoação em torno da capela de Nossa Senhora da Guia, cujo patrimônio foi instituído, conforme se lê no seguinte trecho de uma escritura: — "Saibam quantos éste público instrumento de Escritura e ratificação de doação e consentimento, ou como em direito melhor nome haja, verem, que no ano de nascimento de Nossa Senhora Jesus Cristo, de mil setecentos e sessenta e cito, aos vinte e oito dias de mês de novembro do dito ano, neste sítio da Pedra Branca, lugar chamado dos Patos, ribeira das Espinharras, tórno da povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, capitania da Paraíba do Norte, onde eu tabelião adianto nomeado vim, e sendo aí, perante mim apareceram Simão Gomes de Melo e sua mulher Josefa Faustina Barreto, Domingues Dias Antunes e sua mulher Ana Teresa de Figueiredo, João Gomes de Melo, Filipe Gomes de Melo, Ana Maria, Rosa Maria, filhos de maior do Alferes João Gomes de Melo e de sua mulher Mariana Dias Antunes, moradores neste sítio dos Patos, desta Ribeira, pessoas de mim conhecidas pelas próprias de que se trata de que dou fé, e por elas tôdes juntas e cada um in solidum me foi dito em presença das testemunhas abaixo nomeadas que os ditos seus pais e sogros igualmente com o seu cunhado e irmão, o Capitão Paulo Mendes de Figueiredo e sua mulher Maria Teixeira de Melo, haviam feito escritura de patrimônio à capela que se pretende erigir neste sítio dos Patos e Pedra Branca, de cento e sessenta mil réis no valor do dito sítio, etc.". Em 1772 começou a edificação da capela e, nos seus arredores a povoação que se incorporou à freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, de Pombal. Em 6 de outubro de 1788, por provisão régia, foi criada Paróquia. Florescendo a vila do Teixeira, a esta foi Patos incorporada, devendo mencionar-se que antes de ser paróquia estêve judicialmente dependente da Vila do Príncipe, da capitania norte-rio-grandense. Em 1883 foi elevada à vila, para ela voltando a sede da Comarca, pelo Decreto n.º 5, de 22 de janeiro de 1890. Em 1901, a esforços de um seu filho, o Coronel Leônico Vanderlei, então deputado à Assembleia Legislativa Estadual, foi elevada à categoria de cidade. Para observar o eclipse total do sol, em 1 de outubro de 1940, estêve em Patos a Expedição Científica Americana de Estudos de Ecluses, assim constituída: Dr. Irvine Gardner, Chefe da Missão; Dr. Rele Rieses, espetrocopista; Dr. Theodoro Guililand, rádio-engenheiro; Dr. Edward G. Hulburt, investigador físico; Padre A. Mac Nall, diretor do observatório da universidade de Georgetown e Richard H. Stewart, da National Geographic Society, Homens notáveis — No povoamento e colonização: João Pereira de Oliveira, Domingos Dias Antunes, Paulo Mendes de Figueiredo, João Gomes de Melo; na política: Apolônio Zenaides, Sizenaundo Sátiro de Sousa, Antônio Alves da Nóbrega, José Vicente Rodrigues, José Jerônimo da Nóbrega, Cônego Joaquim Alves Machado, Honório Horácio de Figueiredo, Pedro Firmino da Costa Neto, Leônico Vanderlei, Miguel Sátiro de Sousa, e outros; nas armas distinguem-se Porfirio Higinio da Costa, herói da Guerra do Paraguai. Indústria — Val o município se desenvolvendo industrialmente. Conta uma grande fábrica de óleo e sabão, três grandes usinas e 14 maquinismos destinados ao beneficiamento do algodão, uma usina para o preparo do óleo da oitícia. Em 1942 exportou: 569 468 kg de óleo de caroço de algodão; 1 529 789 kg de óleo de oitícia; 122 482 kg de caroços de oitícia; 28 000 sacos de 60 kg de arroz em casca; 125 000 sacos de milho; 16 400 sacos de feijão macassá; 149 000 kg de rapaduras, tudo no valor de Cr$ 11 329 675,80. Do algodão exportado no referido exercício, não se colheu informação. Instrução — Conta o município estabelecimentos de instrução primária e secun-
dária. A primeira é ministrada em 23 escolas, inclusive um Grupo Escolar, com a docência de 35 professores. A matrícula, em 1942, foi de 1 799 alunos, resul-
tando a média de frequência de 914. A secundária se realiza no ginásio Dioce-
sano de Patos, equiparado ao Pedro II e no Curso Normal, oficializado, do colé-
gio Cristo Rei, sob a direção de religio-
sas da Congregação Filhas do Amor Di-
vino. Limites — Os Decretos-leis núme-
ros 1.164, de 15 de novembro de 1938 e
520, de 31 de dezembro de 1943, estabe-
leceram os seguintes limites municipais
para a circunscrição: — Com Pomral,
começando no marco n.º 1, situado na
lagoa do Loreto, que fica dividida para
os municípios de Patos, Plançô e Pom-
bal, segue pela cumeada do contraforte
que passa no Bairro do Logradouro,
no pico do Fernando, até alcançar a
linha de cumeada da serra do rei-ão;
prosegue por esta linha de cumeada e,
em seguida, pelas das serras Mucunã,
do Negro e João Ferreira, até o marco
n.º 2, situado no lugar Olho d'Água
Branca, onde se estreia Pombal com
Serra Negra (Rio Grande do Norte). —
Com Rio Grande do Norte — (Municí-
pio de Serra Negra), começando no mar-
co n.º 2, situado na cumeada da serra
João Ferreira, no lugar Olho d'Água
Branca, segue por uma linha reta que
corta Olho d'Água, Cambo e Ponta do
serrano Bandarra, até alcançar o marco
n.º 3, situado no poço do Trapão, entre
as propriedades Serra Negra e Traves-
sia, deste marco segue por outra linha
reta, até o marco n.º 4, localizado entre
as propriedades Travesseia e Dinamarca,
na cumeada que divide as águas dos rios
Espinharas e Sabuji, prossegue por ela
e, em seguida, pela da serra das Melan-
cias, até alcançar o marco n.º 5, situado
no lugar Balanço na Pedra Vermelha,
da Serra das Melancias. — Com Sabuji,
começando no marco n.º 5, no lugar
Balanço, na linha de cumeada da Serra
das Melancias, prossegue por essa linha
de cumeada até o marco n.º 6, situado
no lugar Malhada da Umburana, dêste
ponto ao marco n.º 1 (de Sabuji), si-
tuado nas proximidades da fazenda
Olho d'Água dos Anísios, à margem do
riacho que passa na referida proprie-
tude; dêste marco ao de n.º 2 (de Sa-
buji), situado na linha de cumeada da
Serra Olho d'Água, prossegue por ela
e, em seguida, pela dos Serrotas Pinhão
e Branco, até alcançar a Serra da Bo-
neca, continua por esta serra e pela
serra da Batalha até encontrar a
cumeada da Serra da Cajazeira, conti-
nuando por ela até o marco n.º 7, situado
no Munquém, onde se estreia Ibiapin-
ápolis e Sabuji. — Com Ibiapinápolis,
começando no marco n.º 7, situado no
lugar Munquém, na linha de cumeada da
serra da Cajazeira, segue em linha reta
até alcançar o marco n.º 3 (de Bata-
lhão), situado à margem da rodovia-
tronco, no lugar Batentes, onde se es-
tremam os municípios de Batalhão e
Ibiapinápolis. — Com Batalhão, come-
çando no marco n.º 3 (de Batalhão),
situado à margem da rodovia-tronco,
no lugar Batentes, segue por uma linha
reta até o marco n.º 2 (de Batalhão),
situado na fazenda Sabino Pinho, na
cumeada da Serra da Borborema; pros-
segue pela referida linha de cumeada
até defrontar o marco n.º 1 (de Bata-
lhão) colocado à margem do riacho Mu-
fumbo; deste ponto desce então pela
vertente em linha reta até o mencio-
nado marco, onde se estreiam os mu-
nicipios de Teixeira e Batalhão. — Com
Teixeira, começando no marco n.º 1
(de Batalhão), situado à margem do ri-
acho Mufoombo, segue em linha reta até
alcançar a linha de cumeada da serra
da Borborema, prossegue por ela e, em
seguida, pela da serra do Logradouro,
até o marco n.º 4 (de Teixeira); dêste
marco, continua pela linha de cumeada
do seu contraforte até o marco n.º 3
(de Teixeira), na serra do Caricó; pros-
segue ainda por ela até o marco n.º 2
(de Teixeira), situado na fazenda Car-
ícé; dêste marco, prossegue, então, pela
linha de cumeada do contraforte da serra da Imaculada, até o marco n.º 1 (de Teixeira), localizado no alto do Bonito, onde se estremam os municípios de Teixeira e Piancó. — *Com Piancó*, começando no marco n.º 1 (de Teixeira), situado no alto do Bonito, na linha de cumeada do contraforte da serra da Imaculada, segue em linha reta até o marco n.º 3, situado no lugar Olho d’Água dos Cavais; deste marco prossegue ainda em linha reta até o marco n.º 9, situado no lugar Olho d’Água de Santa Rita; finalmente, ainda em linha reta, segue até o marco n.º 1, situado na lagoa do Loreto, que fica dividida para os municípios de Piancó, Pombal e Patos.

**DIVISAS INTERDISTRITAIAS**

— *Distrito da Sede com Mucunã*, começando na linha de cumeada da serra do Olho d’Água, nos limites com Sabuji, segue por ela até o marco n.º 10; deste marco, continua em linha reta até o marco n.º 11, situado à margem do rio Espinharas, no lugar Carnaúba, ainda em linha reta prossegue até o marco n.º 12, situado na linha de cumeada da serra do Ligeiro; prossegue por ela, que toma em seguida o nome de Jacu, até o marco n.º 13; deste marco, continua ainda em linha reta até a interseção da rodovia-tronco com a ferrovia de Pombal a Patos; daí, prossegue por essa rodovia até cortar a linha de cumeada da serra do Logradouro, no lugar Balanço, nos limites com Pombal. — *Distrito da Sede com Espinharas*, começando no ponto onde o caminho carroçável da fazenda Areósia corta os limites municipais, segue por ele até a sua interseção com a rodovia-tronco; deste ponto, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 14, colocado à margem do rio Espinharas ou Farinha; ainda por outra linha reta, prossegue até o marco n.º 15, situado na fazenda Liberdade; finalmente, segue deste marco até alcançar o divisor de águas da serra da Borborema, nos limites com Teixeira. — *Distrito da Sede com Cacimba de Areia*, começando no divisor de águas da serra da Borborema, no marco n.º 13, segue em linha reta até a foz do riaho da Vista, no rio Espinharas ou Farinha, sobre pelo rio caro até as suas nascentes e, em seguida à serra das Preças ou Boa Vista, prossegue pela linha de cumeada dessa serra até os limites municipais com Sabuji. *Necessidades locais* — A maior necessidade de Patos é uma grande barração, com abastecendo a cidade, possa garantir-lhe um saneamento eficiente. *O meio social* — Patos, especialmente na sede, conta uma sociedade culta, educada, que possui sociedades artísticas, esportivas, filantrópicas, e cínicas. Suas reuniões familiares primam pela gentileza e pela distinção. As oficinas tipo-gráficas ali existentes, têm saído livros e jornais redigidos com habilidade. **Povoações** — A L. da sede: Baraúna, Salgadinho, Espinharas, antiga Passagem; ao S. Cacimba de Areia, São José do Bom Fim, antiga Jerimu; ao N. Mucunã, ex-São José de Pinharas; a O. Santa Teresinha; a N.O. Santa Gertrudes. **Religião** — Religião dominante é a católica apostólica romana, sob a fre-guesia de Nossa Senhora da Guia, criada em 6 de outubro de 1788, e hoje pertencente ao Bispo de Cajazeiras, contando capelas filiais nas vilas e povoações do município. Na sede existem dois templos católicos; a antiga igreja, de sólida construção, e a matriz, iniciada pelo Cônego Joaquim Machado e inteiramente reformada, transformada num templo de amplas proporções e boa arquitetura, pelo então vigário de Patos, atual Bispo de Penedo, D. Fernando Gomes. Também se vê na cidade um templo protestante, não sendo numerosos os seus adeptos. Em 1942 realizaram-se na matriz 127 casamentos, e 1719 batizados. **Rendas públicas** — Em 1941, a Coletoria Estadual arrecadou 945:834:850
e despendeu 412.270$200. A Coletoria Federal, em 1942, teve a receita de Cr$ 286.338,70. A Prefeitura, para o exercício de 1942, orçou sua receita em Cr$ 375.000,00; arrecadou Cr$ 414.721,30; fixou a despesa em Cr$ 500.000,00 e efetuou a de Cr$ 429.800,80. A agência postal-telegráﬁca, em 1942, teve a receita de Cr$ 57.000,00. Repartições públicas — Existem na cidade: Coletorias Estadual e Federal, Prefeitura, Fórum, Matadouro, Mercado Público, Grupo Escolar, Cartório do Registo Civil, Estação Postal, Telegráﬁca, Pólo de Veículos, Pólo de Higiene, Agência do Banco do Brasil. Riquezas naturais — Ligeiras explorações, empregando processos muito rudimentares, revelaram possuir a circunscricção, pelo menos, ouro e scheelita; mas a presunção é que o município é tão rico no reino mineral quanto os de Teixeira e Piancó seus vizinhos. Sede — A sede é a cidade que dá nome ao município, quase tôda à margem esquerda do rio Pinharaes, próxima da confluência dos rios Farinha, Mares e Cruz, em boa situação e segundo os trabalhos da comissão Pimenta da Cunha, realizados em 1922, aos 7°01‘41,18’ de lat. S. e 5°56‘45,60’ long. E. Rio de Janeiro, em frente da Matriz. As linhas de habitações estão se estendendo também pela margem esquerda do rio, fazendo-se a comunicação, por meio de uma ponte, imponente construção em cimento armado. A cidade conta a parte central e os quatro arrabaldes, Prado a O.; Castelhano ao S.; São Sebastião ao N. e Belo Horizonte a N.O. O distrito da sede, conforme o Recenseamento de 1940, conta 1.395 prédios urbanos, 195 suburbanos, 3.405 rurais e a população urbana, 7.155 habitantes; urbana, 749; rural, 16.575. A cidade é de aspecto agradável, ostentando belos edifícios públicos e particulares, praças aﬁnadas, ruas arborizadas, boa iluminação elétrica, um cinema com 400 localidades. A Prefeitura mantém os serviços de transporte de carne verde e de lixo, por meio de caminhões. É notável o movimento diário da cidade, atual ponto terminal da Viação Cearense. Distâncias — 310 quilômetros da Capital e 173 de Campina Grande. Vias de comunicação — Conta boa rodovia para comunicar-se com os principais municípios da Paraíba e mesmo com os Estados vizinhos. É servida por uma linha de auto-ônibus e pela Viação Cearense, estrada de ferro que liga Patos a Pombal, Sousa, Antenor Navarro, Cajazeiras e a Fortaleza, no Ceará. Para transporte de passageiros e mercadorias, existiam no município, em 1942, 31 automóveis, 7 moto-ciclos; 77 caminhões e 50 carros de boi.

— Povoação do município de Princesa Isabel, ao pé da serra Baixa Verde a 20 quilômetros a O. da sede. É futurosa, realiza uma feira semanal, possui uma capela de São Sebastião e uma aula pública primária.

Pau-a-Pique — Lugarejo do município de Pilar.

Pau-D’Areco — Povoação do município de Santa Rita; sua aula pública primária, em 1942, matriculou 63 alunos.

— Povoado do município de Tabalana. Conta aula pública primária que, em 1942, matriculou 42 alunos, tendo 34 de frequência média.

— Povoado do município de Guarabira; possui aula pública primária que, em 1942, matriculou 61 alunos, tendo 41 de frequência média.


Paul — Povoado do município de Guarabira, onde funciona uma escola primária que, em 1942, teve 74 matriculados, com a frequência média de 41.

Paulista — (V. Piranhas.)

— Rio de pequeno curso no município de Cuité.
Pá-Virada — Lugarejo do município de Umbuzeiro.

Pedra Branca — (V. Patos.)

Pedras de Fogo — Ex-município, classificado como vila e distrito de Maguari pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. Está nos limites da Paraíba com o Estado de Pernambuco e, com a cidade de També, forma um só núcleo de habitações. A linha divisória passa no centro de uma rua cujo lado N. pertence à Paraíba e integra a vila de Pedras de Fogo, que está a 7º-24'—15,77” lat. S. e em long. E. do Rio de Janeiro a 8º-06'—15,30”, linha divisória, em frente à igreja da Conceição, segundo o levantamento da Comissão Pimenta da Cunha, em 1922. O Recenseamento de 1940 arrolou-lhe 121 prédios urbanos; 327 suburbanos, 2 397 rurais e a população: urbana, 447 habitantes; suburban, 1 335; rural, 8 690. Dista a vila 60 quilômetros, a O. da Capital. Aspecto físico — A O. é o distrito constituído de terrenos irregulares e de vegetação mais escassa; a L. é ondulado, com algumas varzeas e colinas, cobertas de vegetação, regadas de abundantes mananciais. Também lhe pertence uma parte da tabuleiros, arenosos onde cresce a mangabeira. Clima — Tem o distrito clima saudável e muito recomendado para as afeções hepáticas e estomacais. Entretanto, nas proximidades do litoral e no vale dos rios grassa o paludismo. Comércio e indústria — Por sua posição e pelo abandono em que as administrações a deixaram, pela falta de iniciativa dos seus habitantes mais propensos a favorecer o comércio de Pernambuco; junto-se a ausência de comunicação fácil, e cômoda com a Capital, Pedras de Fogo decai. Perdeu primeiro, sua feira de gados, depois a de cavalos, arrancando-lhe. També a vida comercial. Possui ótimos terrenos para agricultura, principalmente cana-de-açúcar, mandioca e cereais. Os seus bangüês, para lisaram, diminuída sua produção agrícola e os seus pombos, que podiam abastecer a Capital, estão mal cuidados e que produzem-se destina ao Estado vizinho. Um desânimo completo abateu-se sobre a região, mau grado os seus indiscretos recursos. Curiosidades — O plano aonde assenta a vila, é cortado a meio por um grande sulco estreito e profundo que chamam Corisco, sendo impratável para qualquer cultura. E opinião de pessoas estudiosas que o acidente foi há milênios, a cratera de um vulcão. História — Em 23 de dezembro de 1680, o Capitão-Geral Andrê Vital de Negreiros, em virtude de um codicilo, doou à Nossa Senhora do Desterro, de També o engenho Novo, de Golana com as suas terras que se estendiam a Paraíba, para que se criasse uma colegiada, nomeando três testemunhos, em cujo numero entrava a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa. Esta, por falecimento dos outros dois, simulou cumprir a vontade do testador e mandou um cura que se locupletou com os rendimentos, reveiando tal desleixo que deixou cair a capela, sendo as imagens recolhidas a um telheiro. Foi em torno da capela que se formou uma povoação, depois abandonada. As ruínas, distantes dois e meio quilômetros de Pedras de Fogo, lá estão, e, em 15 de agosto de 1941, sob iniciativa do Clube Astrália, da capital paraibana, uma grande comitiva constituída por membros do referido Clube e dos Rótários-Clubes, Campina Grande, João Pessoa e Recife, famílias, jornalistas, fotógrafos, num total superior a 150 pessoas, visitaram as ruínas e lá se após, na ocasião, uma placa em bronze, recordando-o passado histórico. Para Pedras de Fogo, que se originou de uma feira de Gados, pois era o fim da estrada das boiadas que atingia o Piauí, e para També se dividiram os moradores de Desterro. Ativos policiais e de ordem administrativa, perturbaram o desenvolvimento de Pedras de Fogo e a anormalia subiu tanto que os moradores de Pedras de Fogo pediram ao Governo Ge-
rul que incorporasse a vila à Tambaú e depois declarasse a qual das duas Províncias pertencia o núcleo assim formado. A lei provincial n.º 179, de 20 de maio de 1867, criando o município, deu à povoação a categoria de vila e a política partidária ora a fazia depender de Espirito Santo, ora de Tabainha, ora de Pilas. Em Pedras de Fogo, no sítio Jaqueira, do engenho Aurora, nasceu em 1844, D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira. Instrução — Na sede do distrito, funcionam três salas públicas primárias que, em 1942, matricularam 59 alunos, tendo 41 de frequência média. Rios — Regando uma região, em parte coberta de matas, nascem no distrito os rios Una, Abiaí, Gramame e os afluentes deste, o Mumbaba, o Praça, o São Bentó e o Utinga. Todos são perenes. Sedes — A sede do distrito, a vila de Pedras de Fogo, conta Agência Postal e Pólo de Arrecadação. Teve certa prosperidade, decaiu, e atualmente parece querer reanimar-se com valorização dos produtos agrícolas. Seu edifício mais importante é a igreja-matriz, templo de boa construção, de linhas arquitetônicas agradáveis, e que se está arruinhando.

Pedra Lavrada — Povoação do município de Pêcuia, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1154, de 15 de novembro de 1938. Teve alguma prosperidade, decaiu e agora se reúne com a mineração que se está praticando no distrito, que é também agrícola-pastoril. Em 1942, sua aula pública primária matriculou 61 alunos, tendo 48 de frequência média. Foi-freguesia de Nossa Senhora da Luz, por Decreto provincial n.º 3, de 19 de agosto de 1559. Excelente construção, o templo que lhe serve de Matriz: O Recenseamento de 1940 apurou: 140 prédios urbanos; 6 subúrbios; 170 rurais; e a população: urbana, 392 habitantes; subúrbia, 15; rural, 473. O nome lhe veio de uma inscrição na face de um rochedo de granito, a margem do rio, da qual há diversas cópias.

Uma costas foi apreciada pelo sabio orientalista Renan, que a julgou do origem fenícia.

Pedra Sêca — Parque colocado na foz do Paraíba, na Pedra Sêca, a 60-57° de lat. S. e 34°-48° long. W. Gr. E uma torre de ferro forjado de 16 metros de altura, de forma octogonal, pintada de branco, projetando uma luz branca em refletângos, sendo visível até a distância de 12 milhas e meia. Assenta numa base de alvenaria.

Pedro Velho — Povoação do município de Umbuzeiro, à margem do rio Paraíba. É centro de distrito algodoeiro. Conta uma capela dedicada a São Pedro e uma escola pública primária que teve em 1942, a matrícula de 48 alunos e a média de frequência de 33.

Serra de município de Plançao, ramificação da Borboeira.

Pélagos (Voc. ind., derivado de ipog: o pato, o que bate náguas.) — Nome de uma tribo, pertencente à nação Cariri, quase exterminada cruelmente depois de intensa luta, pôr Teodósio de Oliveira: Leda. Ocupava terras dos atuais municípios de Patos e Pombal.


Pela Simão — Povoação do município de Princesa Isabel.

Fendência — Local do município de Ibiapinópolis; onde o Estado mantém uma fazenda experimental de criação.
Penha — Povoado de pescadores, um quilômetro ao S. do Cabo Branco e à margem do oceano. Pertence ao município da Capital, onde está na distância de 15 quilômetros. Assenta à margem direita do rio Cabeço, permanente e de boa água. A O. da povoação, sobre grosso ouvir, ergue-se, com agradável perspectiva para o mar, a ermida de Nossa Senhora da Penha, muito venerada e visitada por inúmeros romeiros. A inscrição Ave Maria Stela, gravada no frontal da capela, disse Irienei Jonii, indica o resultado de um voto de marinhiero. A povoação teve outrora o nome de Arraial.

Perdição — (V. Princesa Isabel.)

Pereiros — Povoado do município de Sousa; tem aula pública primária que matriculou 45 alunos, em 1942.

Pernambiquinho — Nome dado à parte da vila de Araçagi, separada pelo rio que a atravessa.

Peru — Serra do município de Monteiro, rica em minérios.

Piancó (Voc. ind., contrac. de pi-ang-ecó; o que produz tristeza, desolação. É tradicional que “Piancó” foi o nome de um valente chefe corema.) — Rio que, na estação chuvosa, tem considerável volume de água. Seu curso é superior a 100 quilômetros. Nasce na fração oriental da serra do Bongá, município de Conceição, com o nome Rio Grande, tomando depois o de Piancó. Corta o município de Misericôrdia, banhando-lhe a sede, bem como as vilas deste município: São Boaventura e Paulo Mendes; entra no município de Piranhas, banhando-lhe a sede e vai desaguar à margem esquerda do Piranhos. Os seus tributários principais são: os rios Aguia, Jenipapo e Gravatá. Piancó é o rio surfero da Paraíba.

— Município central no alto setor paraibano. Ocupa uma área territorial de 2 763 quilômetros quadrados, povoados, segundo o Recenseamento de 1940, por 41 440 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 6 752; suburbanos, 1 550; rurais, 33 138. Ocupam: 4 958 prédios urbanos, 399 suburbanos e 7 863 rurais. Açudes — No município há dezenas de açudes, destacando-se os seguintes que podem conservar água por mais de dois anos: o Piancó, ao pé da cidade, de antiga construção; os das fazendas Curtume, Estela e Pitombeira. Sobrepulsando tôdas as barragens do Estado, está no município o Corema, construído pela Inspetoria Federal de Obras contra as Sécas. (V. Coremas.)

Administração — Politicamente, é o município administrado por um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por 25 empregados permanentes. Comarca de primeira entrada, estão os interesses da Justiça a cargo de um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar. A segurança pública compete a um delegado de Polícia, na sede, e subdelegados, nas vilas. Os primeiros são nomeados pelo Interventor Federal, os outros pelo Secretário da Justiça. Os suplentes para os referidos cargos são escolhidos pelo Chefe de Polícia.

Aspecia Física — Bem acidentados, os terrenos do município; ora apresenta avarrecados férteis, abundantes de água; ora elevações áridas, sem habitan tes, ora vastas chapadas ou tabuleiros, criadores de forragem excelente para os rebanhos. Das serras, são mais importantes: Santa Catarina, a O.; Catingueira, a L.; Serra Branca, a E.E.; Santo Antônio, próxima da cidade; a dos Dol dos, a N.E. Vários boqueirões se contam na cidade e deles se destacam: Car doso, Mão-d’Água ou Corema e Nova Olinda, conhecido também sob a denominação de Serra Furada. Clima — Durante a estação chuvosa, o clima é ameno; no verão é quente e seco, mesmo assim muito agradável na região serrana. A temperatura não desce de 21°C, nem excede de 34°C à sombra, predominando o inverno ou estação chuvosa de janeiro...
a junho. De ordinário é muito salubre, sendo rara a irrupção de qualquer epidemia. Comércio — Não obstante suas possibilidades, ainda é acanhado o comércio de Plançó, à falta de rodovias que lhe facilitem o transporte de mercadorias, e de iniciativa para fomentação de indústrias extrativas e mesmo agrícolas e pastoris. Curiosidades — Há várias inscrições rupestres na região, especialmente em Bom Jesus e serra da Catinegueira. Sem nenhum estudo ou análise de qualquer espécie, existem duas fontes hidrominerais: uma, na fazenda João Alves; outra, em Catinegueira. Demografia — Em 1941 registraram-se em Plançó 253 nascimentos, 18 casamentos, 880 óbitos. A delinquência constou de 53 crimes, dentes, 7 de homicídio, entre os quais um praticado por mulher. Distritos — Além da sede, conta os distritos de Aguilar, Coremas, Catinegueira, Garrotes e Ibura, ex-Olho d’Água. Etnografia — Os primitivos habitantes de Plançó foram índios cariris, subdivididos em várias tribos, entre estas a dos Coremas, que resistiram aos invasores, e não foram vencidos. Colônicos vindos das margens do São Francisco, constituíam com os remanescentes indígenas os troncos da população do município, onde foi quase nulo o elemento africano. Fauna e flora — A fauna sertaneja, diz o Padre Manuel Otaviano, está muito reduzida, graças às sécas. Quase extintos estão certas espécies como a ema selvagem, tamanduá bandeira, arara, veado galheiro, a-anta. Ainda se encontram, embora muito perseguidos pelo homem, o gato maracajá, gato vermelho, o préto, onca pintada, lombo préto, suquaranã e canguçu, mocó, cutia, preá, rapôs, guará, e várias espécies de lagartos. Variada é a parte ornitológica. Os rios são piscíneos, criando várias espécies de curimatãs, piaus, sardinhas, cari e três espécies de piranha. Nos açudes públicos se têm adaptado algumas espécies amazônicas como o tucunaré, o pirarucu. Plançó possui ainda nos seus latifúndios algumas matas onde se extraem madeiras excelentes para construção e marcenaria. Fazendas agrícolas e pastoris — A rotina ainda não foi banida do município. Não obstante, com exceções raras, na zona rural todo homem é agricultor e criador. Cultivam algodão, cana-de-açúcar, milho, feijão, batata doce, arroz e fumo. De par, se faz o pastoreio. Há centenas de pequenas propriedades e dezenas de propriedades de grandes áreas. Destas são as mais notáveis: Barrento, Bela Vista, Cabeca de Boi, Curtume, Estreito, Jenipapeiro, Passarinho e Fitombeira. Não obstante a sesta iniciada em 1941, existiam, em 1942, no município: 26 000 bovinos, 8 600 equinos, 5 400 asinus, 5 800 muares, 12 000 lanígeros, 9 000 caprinos, 12 100 suínos e 300 000 aves. Feiras — Bem regulares são as feiras do município, realizadas nos dias seguintes: às quintas-feiras, na sede; às quintas, em Itajubatiba, ex-São Vicente; às sextas, em Coremas e Ibura, ex-Olho d’Água; aos sábados, em Aguilar e Garrotes; aos domingos, em Catinegueira e Igaraci. Hidrografia — Os principais rios do município são o Aguilar, o Jenipapo e Portos e muitos riachos, todos tributários do Plançó, que corta o município e lhe dá o nome. História — O território do município foi, outrora, um dos mais populosos do sertão paraibano. Ocupavam-no os tribos dos coremas e panatis, ousados e belicosos. Opuseram-se, longos anos, a que ali se fixassem colonos. Embora em 1655 fôsse Teodósio de Oliveira Ledo, Capitão-Mor de Plançó e Piranhãs, sômente no comêgo do século XVIII conseguiram ali situar as primeiras fazendas de Criação, quando o Capitão-Mor Manuel de Araújo Carvalho, depois de três anos consecutivos de lutas com os coremas, conseguiu realizar com êstes um tratado de Paz e amizade. Comoções posteriores, ardilosamente estimuladas pelos colonos, levaram a ferro e a fogo os índios que tiveram a ingenuidade de acreditar na palavra dos civilizados. Foi Manuel de Araújo um dos primeiros
povoadores do Piancó e primeiro administrador, conforme autorização do Governador da Capitanía, João da Mala da Gama, formando-se um núcleo de habitações na fazenda Santo Antônio, elevada à freguesia em 1739. Pertenceu largos anos à jurisdição de Pombal, até que, por Lei de 11 de novembro de 1831, foi criada vila, instalada em 2 de maio de 1832. Em 6 de julho de 1854, a Lei provincial n.º 27 incorporou Piancó à comarca de Sousa. Em 9 de outubro de 1860, a Lei n.º 250 a constituiu sede de comarca, depois suprimida pelo Decreto de 17 de abril de 1890 e restaurada pela Lei n.º 3, de 15 de dezembro de 1892. Piancó ofereceu as tropas revolucionárias comandadas pelo Capitão Prestes, assimilada resistência. As 8 horas do dia 9 de fevereiro de 1926, foi a então vila do Piancó invadida pelos revolucionários. A defesa contava com o destacamento de 60 punhais do Corpo Policial do Estado, comandadas pelo sargento Manuel Arruda de Assis, hoje capitão do referido corpo, de com paisanos entre cangaceiros e pessoas de responsabilidade, comandadas pelo Padre Arístides, deputado à Assembleia Legislativa do Parai ba. A luta prolongou-se até às 15 horas, sendo o referido Padre e uns 15 amigos que o acompanhavam, presos e sangrados pelos rebeldes. O Decreto-lei n.º 1.164, de 15 de novembro de 1938, deu à vila do Piancó a categoria de Cidade. Homens notáveis — São filhos do Piancó: Manoel de Arruda e Câmaras, naturalista, nascido em 1752, quando Piancó pertencia à jurisdição de Pombal; João Leite Ferreira, que foi diretor da Istrução Pública, da Paraíba e representante nesta na Câmara Geral; Francisco de Paula e Silva Primo, chefe político de real prestígio e deputado geral em várias legislaturas. Indústria — O município conta apenas a indústria agrícola-pastoral, ainda muito rudimentar. Registra 17 instalações para beneficiar algodão, e várias engenhocas que fabricam rapaduras. Em 1941, o município produziu 47.000 sacos de 60 kg de arroz; 172.000 sacos de milho; 3.227 sacos de feijão; 2.829.000 kg de algodão. Instrução — Existe sómente a instrução pública primária, a cargo de 26 escolas dirigidas por 20 professores. Em 1942, essas escolas matricularam 1.143 alunos, obtendo 800 de frequência média. Limites — Os Decretos-leis ns. 1.164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, estabeleceram, para Piancó, os seguintes limites municipais: — Com Jatobá, começando no marco n.º 1 (de Jatobá), situado à margem do rio Aguilar, na fazenda Jenipepe, segue em linha reta até alcançar a 102°40′ de longitude, 03°28′ de latitude, situado a 102°40′ de longitude, 03°28′ de latitude; sobe por aquêle rioche até a cachoeira do mesmo nome; daí, em linha reta, segue até alcançar o marco, existente entre as propriedades José Roberto e Pedro Gomes, na serra Chico de Aquino; dêste marco, prossegue pela linha de cumeada formada por essa serra, e serrote das Guaráias, até alcançar o marco n.º 10 (de Sousa), situado na serra Verde. — Com Sousa, começando no marco n.º 10 (de Sousa), situado na serra Verde, segue pela linha de cumeada da serra de Santa Catarina até o boqueirão do, o Pê Branco; dêste ponto, continua a linha que atravessa o rioche Serfaria, situado na cruz Grande, dêste ponto, ainda pela linha de cumeada até o marco n.º 9 (de Sousa), situado na fazenda Escurinho. — Com Pombal, começando no marco n.º 9 (de Sousa), situado na fazenda Escurinho, segue em linha reta até o marco n.º 1, situado no lugar do antigo marco do Caldas; dêste marco, ainda em linha reta para o n.º 2, situado no lugar do antigo marco do Curema; dêste marco, em linha reta, para o marco n.º 4, situado no boqueirão do Rancho dos Homens; dêste marco, continua pela linha de cumeada formada pelas serras do Melelo, São Miguel e Fuxuí, até o
marco n.º 1 (de Patos), situado na lagoa do Loreto. — Com Patos, começando no marco n.º 1 (de Patos), situado na lagoa de Lovo, segue em linha reta, até o marco n.º 9 (de Patos), situado no lugar Olho de Água de Santa Rita; deste marco, ainda em linha reta, até o marco n.º 8 (de Patos), situado no Olho d’Água dos Cavalo; deste marco, em linha reta até o marco n.º 1 (de Teixeira), situado no Alto do Bonito, na linha de cumeada do contraforte da serra de Imaculada. — Com Teixeira, começando no marco n.º 1 (de Teixeira), situado no Alto do Bonito, na linha de cumeada do contraforte da serra da Imaculada, prossegue por eia e em seguida pela serra da Imaculada; depois, por uma linha reta até alcançar o rio Condado, desce por essa rio até a sua confluência com o rioach Santa Maria. — Com Princesa Isabel, começando na foz do rioach San- ta Maria, no rio Condado, segue em linha reta até alcançar a linha de cumeada da serra do Vento; prossegue por esta serra, corta o rio Mosquito, na Ca- choeira dos Cavalo e alcança, na vertente quostia, a linha de cumeada da serra do Pingo; continua por esta até o pico da serra da Corda; deste pico, segue em linha reta até o marco n.º 3 (de Princesa Isabel), situado no poço da Flombéia; deste marco, ainda em linha reta até o marco n.º 7 (de Princesa Isabel), situado no poço da Canoa, no rio do Prade; daí, em linha reta até alcançar a linha de cumeada da serra José Góis, segue por ela e em seguida desce pela vertente até o marco n.º 6 (de Princesa Isabel), situado no boqueirão do Apertado da Urtiga, no rio Gra- vatá. — Com Misericórdia, começando no marco n.º 6 (de Princesa Isabel), situado no boqueirão do Apertado da Urtiga, no rio Gravatá, desce pelo refere- fido rio até o marco n.º 6 (de Miseri- córdia), situado à margem do rio Gra- vatá, no poço da Arcóia; deste marco, segue em linha reta até o marco n.º 8 (de Misericórdia), situado na proprie- dade de Calçada; deste marco, em linha reta ao marco n.º 4 (de Misericórdia), situado no lugar Muqué; daí, em linha reta até o marco n.º 3 (de Misericórdia), situado no serro do Tapuio; deste marco, em rumo certo ao marco n.º 2, situado na lagoa da Pedra; por outra linha reta vai ter ao pico do serroto Vermelho, na propriedade Olho d’Água; deste pico, em linha reta até a ponta da pedra de pedra; continua até o serroto Pelado; deste, prossegue pela linha de cumeada da serra de São Pedro até o marco n.º 1 (de Misericórdia), situado na lagoa dos Pilões; deste marco, em linha reta até o marco n.º 1 (de Jacó), situado à margem do rio Aguiar, na fa- zenda Jenipapeiro.

DIVISAS INTERDISTRICTAIS

Distrito da Sede com Caratinga, começando na confluência do rio Je- nipapo com o rio de Porcos, prossegue em linha reta até o pico do serroto Pereira. — Distrito de Curema com Itajubita, começando no marco n.º 10, situado na linha de cumeada da serra dos Dois, prossegue por esta cumeada até o ponto em que o rio Aguiar atravessa os limites com Pombal. — Distrito de Catulina com Itajubita, começando no Olho d`Água dos Cavalo, nos limites com Patos, no marco n.º 3 (de Patos), prossegue em linha reta até o marco n.º 10; situado na linha de cumeada da serra dos Dois. — Distrito da Sede com Garrotes, começando no poço da Pedra Branca, na linha de cumeada da serra dos Pilões, segue por essa linha de cumeada e em seguida pela que divide as águas dos rios de Santana e Pilões até alcançar o rio Gravatá, no poço da Madeira Cortada. — Distrito da Sede com Itabaia, começando na foz do rio Ibituruna, no rio Je- nipapo, segue em linha reta para o serroto Pereira; deste serroto, em linha reta para o pico do serroto do Baião; deste pico,
em linha reta até a Pedra Branca, na linha de cumeada da serra dos Piões.

— Distrito da Sede com Curema, começando na foz do riacho Caíçara, no rio Aguiar, segue em linha reta até alcançar a linha de cumeada que divide as águas dos rios Aguiar e Piancó, prossegue por essa linha, corta o rio Piancó e alcança, na vertente oposta, a que separa as águas dos riachos do Boi e Jenipapo, continua por ela até a foz do rio dos Porcos, no rio Jenipapo. — Distrito de Curema com Catingueira, começando na foz do rio dos Porcos, no rio Jenipapo, segue em linha reta até alcançar a linha de cumeada da serra dos Doidos. — Distrito de Catingueira com Ibura, começando no marco n.º 5, situado à margem do rio Condado, segue em linha reta até a linha de cumeada da serra do Condado, prossegue por ela até alcançar a nascente do riacho Curume, desce por esse riacho até o marco n.º 8; deste marco segue em linha reta até alcançar o pico do serrote Pereiro. — Distrito de Garrote com Ibura, começando na Pedra Branca, na linha de cumeada da serra dos Piões, prossegue por ela e em seguida por uma linha reta até o marco n.º 6, situado na lagoa dos Campos; desse marco, ainda em linha reta até o marco n.º 7, situado na linha de cumeada da serra do Cedro, prossegue por ela até os limites intermunicipais com Princesa Isabel. — Distrito de Aguiar com Curema, começando no Boqueirão Pé Branco, segue em linha reta até alcançar a foz do riacho Caíçara, no rio Aguiar. — Distrito da Sede com Boqueirão dos Cochos, começando no marco situado na cumeada do morro do Garrote, segue em linha reta até alcançar a nascente do riacho Caíçara, e desce por ele até a sua confluência com o rio Aguiar. — Distrito de Boqueirão dos Cochos com Aguiar, começando na confluência do rio Caíçara, no rio Aguiar, sobe pelo rio Aguiar até a foz do rio da Laje, sobe por este riacho até às suas nascentes e daí, em linha reta, ao marco situado no ponto culminante do serrote Pelado, nos limites intermunicipais com Misericórdia.

Necessidades locais — O maior, talvez o único estôrvio do progresso de Piancó, foi muito tempo a politica em e, atualmente, é a falta de transportes, de boas estradas entravando as relações comerciais. Piancó precisa de estradas internas e externas que lhe facilitem o intercâmbio de produtos. O meio social — A exceção da sede e da vila de Coremas, o meio social é atrasado, salientando-se que 70% da população infantil do município não frequentam escolas. Patrimônio municipal — Em 1942, o patrimônio municipal valia Cr$ 215 500,00. Povoações — Além das vilas, as povoações mais importantes são: Belo Horizonte, Boqueirão, Cantinho, Carnaubinha, Emaus, Igaraci, Moça de Cima, Pitombeira de Dentro. Reação — A população, na sua quase totalidade, é católica apostólica romana. O patrimônio de sua primeira capela, hoje matriz, foi doado por Francisco Dias d’Ávila, neto do primeiro dono da Casa da Tôrre, o seu mulher D. Carolina Francisca Correia de Aragão, em data de 8 de novembro de 1748, sendo procurador do referido Garcia d’Ávila, o Capitão Pedro Alves de Araújo. A matriz é de boas proporções e bem construída, contando as capelas filiais de São João, em Ibura; São Sebastião, em Catingueira, e Aguiar; Santa Rita, em Coremas; Nossa Senhora dos Milagres, em Igaraci; Nossa Senhora dos Remédios, em Andrelândia e São Vicente, em Itapituba. Conta ainda o município a freguesia de Santana, em Garrotes. No espiritual, pertence Piancó ao Bispado de Cajazeiras. Rendas Públicas — Para o exercício de 1942, a Prefeitura orçou a receita do município em Cr$ 215 500,00; arrecadou Cr$ 155 678,10; fixou a despesa de Cr$ 215 500,00 e efetuou a de Cr$ 191 920,00. No mesmo exercício, a Colônia Federal, arrecadou Cr$ 94 965,70.

Piancózinho — Rio de pequeno curso, afluente do Piancó. É o mesmo Bruxas.

Picadas — Povoação do município de Umbuzeiro; tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 38 alunos, tendo 27 de frequência média.

— Povoado do município de Jatobá. Em 1942, sua escola primária matriculou 26 alunos, tendo 25 de frequência média.


Picuí (Voc. ind., corr. de pocuí, nome de uma espécie de rôlas.) — Rio. (V. Acaud.)

— Município nos limites N.O. do Estado, ocupando uma área territorial de 1 747 quilômetros quadrados, com a população de 20 037 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 1 787 habitantes; suburbanas, 415; rurais, 17 835, ocupando 755 prédios urbanos, 150 suburbanos e 3 972 rurais. Açudes — Conta o município uma centena de açudes particulares, todos de pequena capacidade. Administração — E político, dirigido por um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por 22 funcionários permanentes. Comarca de segunda entrada, cabem os interesses da Justiça local a um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares, A segurança pública compete a um delegado de Polícia, na Cidade e sub-
delegados, nas vilas; estes, de nomeação do Secretário da Justiça, o primeiro é nomeado pelo Interventor Federal. Estes cargos têm suplentes que são escolhidos pelo Chefe de Polícia da Paraíba. 

**Aspecto físico** — Ao N. e O. assenta o município em terrenos montanhosos; ao S. e L. nos campos do Cariri e do Curimataú. A primeira zona é agrícola e a segunda é seca, apropriada ao pastoreio. As principais serras de Picuí são: Branca, Brandão, Coruja, Fogo, Forte, Manicoba, Muaí, Preta, Retiro, Tabuada, Timbauba e Umbuzeiro. Todas fazem parte do sistema da Borborema. 

**Assistência social** — conta apenas um Ponto Médico municipal e algumas societades religiosas que, na proporção de minguados recursos, distribuem auxílios aos necessitados. 

**Clima** — O clima é quente e seco no verão e mais ameno na estação das chuvas, de março a julho. Nos pontos elevados, a temperatura desce a 18º C e, nas solneías, especialmente nos terrenos baixos, pode elevar-se a 33º C à sombra. Todo o município é muito saudável, alterando-se, às vêzes, o estado sanitário, no começo das chuvas, quando aparecem casos de tifo. 

**Comércio** — É apreciável o movimento comercial do município, considerado um dos mais ricos do Estado, por suas várias possibilidades. Mantém suas transações comerciais com as praças de Campina Grande, João Pessoa, Natal e Recife. 

**Demografia** — Durante o ano de 1941, registram-se em Picuí 367 nascimentos, 73 casamentos e 429 óbitos, destes, 19 natimortos. A delinquência arrolou 71 crimes, não havendo homicídios. 

**Distritos** — Picuí, além da sede, conta os distritos de paz de Cubatá, ex-Canoas, e Pedro Lavrada. 

**Etnografia** — Foram selvagens da família cariri os primeiros habitantes da região. Lutaram contra a dominação portuguesa; dominaram, constituíram colonos as bases da atual geração do município, sendo muito reduzida a cota fornecida pelo elemento negro. 

**Fauna e flora** — Apresenta variedades em plantas medicinais. Nas zonas de Cariri e Curimataú, predominam cardos, bromélias e cactos; na região serrana há restos de matas onde crescem o pereiro, pau-d’aro, cedro, angico, ibirapuia, a manicoba, etc. A fauna é variada em aves, pássaros e insetos. Dentre os animais, se encontram o onça, a raposa, o tatu, o gato bravo, a jeriaceca, e várias espécies de ofídios. Nas cavernas jazem restos de animais antediluvianos. 

**Fazendas pastoris e agrícolas** — Picuí possui centenas de propriedades agrícolas e pastoris, sendo as mais importantes: Baraúna, Boa Sorte, Camarús, Damião, Jandaira, Pedra d’Água, Pedra Branca, Quixaba, Timbauba, Votia do Rio. Em 1942, não obstante a seca reinante na Paraíba, os rebanhos do município somavam: 14.300 bovinos, 2.240 equinos, 2.600 suínos, 560 muares, 11.400 lanheros, 9.450 caprinos, 3.120 suínos, 20.000 aves. 

**Geologia** — A região tem sido estudada por vários especialistas nacionais e estrangeiros, mas a maioria desses estudos e pesquisas, continuam ignorados. Em 1890, Jules Destord, por conta do Estado, fez demorado estágio na região e do seu Relatório são as seguintes expressões: “O terrreno do distrito de Picuí, no cimo das montanhas, é formado de rochas ígneas dispostas em massas irregulares e não estratificadas. A matéria de que se compõe é de estrutura vitrea e cristalina, que indica perfeitamente a origem dessas rochas. O terreno sedimentar ou de antigos aluviões, que se acaba em contato com essas rochas de origem plutónica, tais como gnaiss, micasquisto e talcosquisto, tem sofrido uma certa transformação que, em Geologia, se chama metamorfismo. O primeiro terreno que explorei nas minhas excursões pelo distrito de Picuí foi a colina do Chapéu. Nesta colina, a parte superior, que é completamente despida de vegetação, se compõe de mi-
casquistas, de talcosquistas e, coisa rara em tais terrenos, de gêsson. Como mineral metálico encontrei ali o mercúrio e um sulfato de ferro que lhe comunica uma cór morena, tirando-lhe assim o colorido vermelho, característico, que lhe faz dar o nome de vermelhão da China. O mercúrio também se acha discriminado no glóbulo microscópico nos talcosquistas e nos grés. No andar inferior desta colina também encontrei o terreno siluriano superior, composto de rochas arenosas, de argilas, de esquistos e de calcário semicristalino. Nesta parte encontrei cobre-vitreo e manganes, conhecido em mineralogia pelo nome de haussmannita. A colina do Chapéu, bem como as duas vizinhas que a ela se ligam, é de origem vulcânica, como demonstra perfeitamente a parte cônica superior. As rochas encaixantes, bem como os minerais encontrados nelas, fazem supor a existência de grandes riquezas minerais como a prata, o chumbo, o arsênio, que são próprios desses terrenos. Os outros terrenos que examinou são os de Maracacheta, Urubu, Umbuzeiro e Cabeludo. São cristalizados no cimo das colinas; esses elementos cristalizados formam, às vezes, massas enormes sem disposição regular por camadas e são compostos de sílica associada a alumínio, aos álcalis e às terras alcalinas. Os minerais que se encontram como base fundamental são: os feldspatos, a granada, o quartzo, a mica, o anfibólio, a turmalina, etc. No andar inferior dessas colinas encontrei os terrenos sedimentares da camada siluriana que se acham nas mesmas condições de metamorfismo daquelas que notei na colina do Chapéu. Nesses terrenos os calcários se tornaram cristalizados e são impregnados de minerais tais como as granadas, que também encontrei na colina da Volta do Rio; do mesmo modo as rochas que parecem ser de origem argílosa e transformadas em esquistos penetrados de granada e de distênio. Estes terrenos são ricos em minerais; também descobri o ferro magnético, o estanho oxidado, na serra da Maracacheta; o estanho, a mica, a turmalina, a apatita, na colina do Urubu; o estanho, o manganês, o níquel e a granada, no alto do Umbuzeiro e Cabeludo. O estanho é de todos esses minerais o menos importante. O próprio terreno o demonstra à primeira vista, a existência do minério. Creio que as jazidas, cuja existência real verifiquei nesta parte que denominei bacia do Acauá, se encontram a pouca distância da cordilheira da Borborema, em cuja vizinhança as ações mecânicas, devido ao resfriamento da crosta da terra e à contracção que foi a consequência dêle, produziram fendas, algumas vezes muito extensas, outras vezes muito pequenas e por essa razão a mina aparece em diversos lugares na superfície da terra.” E concluiu sua exposição: “As granadas, as gemas e o ferro oligisto que encontrei me fazem crer a existência de outro nessas paragens em que a natureza do terreno permite encontrar tôda a família das pedras preciosas, principalmente o topázio, que sempre acompanha o estanho nas suas jazidas. Terminei dizendo que o manganês que ali abunda tanto é chamado a representar um papel importante na indústria mineira parahana…” Hidrografia — Cortam o município os seguintes rios: o Acauá ou Picuí, o mais importante do município; nasce com o nome Cotovelo, na fazenda, de onde cerca recebe as águas dos rios cachoeirinho, Camarás, Casa de Pedra ou Provedor, Cavalo Morro, Cumaro, Damião, Malhada de Dentro e Tanque; o rio Seridó que tem nascente na fazenda Belo Monte, recebe os rios Poldrinho, Olho d’Água e Tamanduá; o rio Quinturará tem origem em Serrinha, recebe os rios Cágado, Calca, Formilha, Saco do Campo e Timbaúba. Todos esses rios entram no Rio Grande do Norte e se lançam no Pianhas ou Açu. Também o Curimataú banha uma parte do município. O
Acauã, embora não seja perene, é considerado o Nilo da região História — Se bem que o povoamento do território de Picuí comece no fim do século XVII, a fundação da cidade é de data relativamente recente. Havendo estabelecido fazendas de criação diversos colonos, inclusive prepostos da Casa da Torre, em 1704, D. Isabel Câmara, da família Arruda Câmara; Antônio Mendonça de Vasconcelos e Antônio de Carvalho obtiveram por sesmaria três lêguas de terras no “rischo chamado na língua do gentio — Picuí, o qual corre de sul para o norte e faz barra no Cauã”, sendo estes os primeiros povoadores do distrito. Por estar à margem da estrada e por ter água excelente, no local se formou um povoado que pertencia ao distrito de Cuité. Por Lei n.º 3, de 11 de outubro de 1841, foi sede de um juízo de paz; a Lei n.º 440, de 18 de dezembro de 1871, criou a freguesia com o nome de Trinjaf, em homenagem às últimas vitórias do exército brasileiro no Paraguai, porém, mesmo naqueles tempos, a denominação mal transpunha o estreito âmbito da correspondência oficial. Mais tarde passou a pertencer à comarca de Bananeiras. Por Lei n.º 876, de 27 de novembro de 1888, foi elevada à vila sob o nome de Picuí, incorporando-se à comarca de Borborema, sediada em Cuité. Atualmente é sede de Comarca de segurança entrancada, como ficou dito anteriormente, e o Decreto-lei n.º 164, de 15 de novembro de 1943, deu-lhe os foros de cidade. Seu primeiro juiz municipal, no ano de 1904, foi o Bacharel Salustino Efigêneo Carneiro da Cunha e o seu primeiro juiz de direito, o Dr. Abdias da Costa Ramos. Indústria — Picuí é um dos mais promissores municípios da Paraíba. Nas indústrias agrícola, pastoril e extrativa tem abundantes elementos que, nos dias presentes, começam a ser explorados com a necessária atenção. Durante o ano de 1941 exportou o município: 40 000 kg de mica, 3 000 kg de estanho, 100 000 kg de fibras de canaã, 3 000 sacos de arroz de 60 kg, 20 000 sacos de milho, 12 000 cachos de bananas, 5 000 toneladas de batatas doces, 30 000 toneladas de mandioca, 20 000 sacos de fava, 350 000 kg de bagas de mamona, 15 000 kg de cebolas, 700 000 kg de algodão em piuma, 3 800 000 kg de algodão em caroço, 60 000 sacos de farinha de mandioca e 40 000 kg de polvilho. Instrução — O município conta somente a instrução primária, distribuída por 10 escolas, a cargo de 14 professores. Esses estabelecimentos, em 1943, matricularam 733 alunos, tendo 355 de frequência média. Limites — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, estabeleceram os seguintes limites municipais para Picuí: — Com o Rio Grande do Norte — (Municípios de Parelhas, Acari, Currais Novos e Santa Cruz), começando na ponta da Serra de Queima-das, na barra das Craieiras, segue por uma linha reta até alcançar a serra da Cobra; prossegue pela linha de cumeada dessa serra e, em seguida, por uma linha reta até o Bico da Arara; daí, prossegue pela linha de cumeada das serras Umburanas, Timbaúba ou Puridade, Vermelho, do Fogo dos Milagres e Santa Quitéria até o marco n.º 6 (de Cuité), situado entre as propriedades Lagoa Cercada e Nova Floresta. — Com Cuité, começando no marco n.º 5 (de Cuité), situado entre as fazendas Lagoa Cercada e Nova Floresta (ponto basilar da linha divisória), nos limites com o Rio Grande do Norte (município de Santa Cruz), segue em linha reta até alcançar o marco n.º 5 (de Cuité), situado à margem da estrada de rodagem Picuí-Cuité; prossegue em linha reta até o marco n.º 4 (de Cuité), situado na sede da fazenda Canoa; deste marco, prossegue em linha reta até o marco n.º 3 (de Cuité), si-
tuado na fazenda Cabeça de Bol; prossegue por outra linha reta até alcançar o marco n.º 2 (de Cuité), situado a igual distância das antigas fazendas de Félix Pereira, na posse Campos Novos; finalmente, prossegue em linha reta até o marco n.º 1 (de Cuité), situado na fazenda Massapê, onde se estrejam os municípios de Cuité e Ibiapinópolis. — Com Ibiapinópolis, começando no marco n.º 1 (de Cuité), situado na fazenda Massapê, segue pela linha de cumenda até alcançar a estrada carroçável de Seridó; prossegue pela mesma estrada até cortar o rio das Cabras; desce por este rio até a sua foz no rio Seridó e por este rio até a cachoeira da Cralbeira, nos limites com Rio Grande do Norte (município de Parelhas).

**DIVISAS INTERDISTRITAIS**

*Distrito da Sede com Pedra Lavrada*, começando no marco n.º 3 (de Cuité), situado na fazenda Cabeça de Bol, segue em linha reta até alcançar o pico do serrate da Lanoinha; dêste pico prossegue por outra linha até alcançar a confluen-

cia do rio da Boa Fé com o rio Coto-
vêlo; daí, gaiga a linha de cumenda que divide as águas do rio Gravatá do rio

Passagem, prossegue por ela e, em seguida, por uma linha reta até alcançar a foz do riacho Cacimbinha, no rio riacho Passagem; sobe por aquele rio até a sua nascente na serra Baixa; daí, prossegue pela linha de cumenda desta serra até o pico do serrate Nova Sorte; finalmente, prossegue em linha reta até alcançar o pico da serra da Coruja, nos limites com o Rio Grande do Norte (município de Parelhas). — *Distrito de Pe-

dra Lavrada com Cubati*, começando na foz do riacho das Cabras, no rio Seridó, sobe por esse rio até o marco n.º 1; deste marco prossegue em linha reta até alcançar o marco n.º 2 (de Cuité), situado na fazenda Campos Novos.

PILAR

202

Pilar — Município a S.O. da Capital, ocupando a área territorial de 676 quilômetros quadrados e, conforme o Recenseamento de 1940, tendo uma população de 32 694 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 4 250, suburbanas, 679; rurais, 27 765, ocupando 1 152 prédios urbanos, 189 suburbanos e 6 030 rurais. Águas — Pilar conta vários pequenos açudes, em maioria particulares, na zona do pastoreio. Administração — Foi politicamente dirigido por um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal no Estado, auxiliado por 22 funcionários permanentes. Sendo comarca de primeira entrada, tem os interesses da Justiça local confiados a um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar. A segurança pública compete a um delegado de Polícia, na sede, e subdelegados, nas vilas; o primeiro, nomeado pelo Interventor Federal; os demais pelo Secretário da Justiça, cabendo ao Chefe de Polícia nomear os suplentes para os referidos cargos. Aspecto físico — Parte do município assenta nos terrenos planos da várzea do Paraíba e parte nos campos ligeiramente ondulados da caatinga. Clima — Na várzea, como na caatinga, é o município quente e seco no verão; e úmido durante a estação chuvosa; mas, não obstante, se revela salubre, normalmente. Comércio — Tem o município apreciável movimento comercial, concertando suas transações com as praças de João Pessoa, Campina Grande, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, estando os seus principais estabelecimentos comerciais na sede e nas vilas, e mesmo nos povoados mais importantes, Demografia — Em 1941 registraram-se em Pilar 394 nascimentos, 23 casamentos e 751 óbitos. A delinquência constou de 38 contravenções e 7 crimes, sendo 2 de homicídios. Distritos — Além do da sede, se contam: o de Jurupiranga, antiga Serrinha, Gurinhém e Acaú. Etologia — A primitiva população era constituída por selvagens tabajaras e potiguaras, aos quais mais tarde se juntaram portugueses, cariris e africanos, iniciando-se a colonização a partir da última década do século XVI. Zona açúcarreira, o elemento negro foi nela considerável. Fauna e Flora — A fauna é variada em pássaros cantores, aves de rapina, roedores, desdentados, insetos e batrânicos. As matas foram devastadas, existindo alguns capoeireiros, onde crescem várias espécies provenientes à mata e às construções. Fazendas agrícolas e pastoris — No município existem dezenas de propriedades agrícolas e outras tantas agrícola-pastoris. Cultivam cereais, algodão, e, as das várzeas, plantam cana-de-açúcar. A influência das usinas anulou a ação dos bangôis, bem numerosos no município e hoje reduzidos em maioria à inatividade. Conta uma das grandes fazendas de criação, sendo Pilar, o município do Estado que possui o maior rebanho bovino. Em princípio de 1842, os seus rebanhos somavam: 37 750 bovinos, 3 416 equinos, 491 asininos, 6 200 mares, 1 758 lângeros, 7 5/3 caprinos, 5 866 suínos e 30 000 aves. Feiras — Na sede, nas vilas e nas povoações mais importantes, se realizam, semanalmente, feiras bem movimentadas. Hidrografia — Cortam o município o Paraíba e os afluentes desê, o Curimatau, o Gurinhém, o Una, etc.
perene, regando vasta área de terrenos agrícolas. História. — Pelos trabalhos de Elias Herckmann se conclui que o território do atual município de Pilar já era povoado desde fins do século XVI, pois os holandeses, em 1630, ali encontraram fazendas de criação, distando a última delas, “a de Jerônimo Cavalcânti, 3 léguas de Itaipu”. Em 1670 os jesuítas retiraram sua missão da serra de Fagundes e vieram com os índios cariris aldear-se no Pilar, onde fundaram colégio para ensinar e doutrinar. A preferência dos jesuítas foi motivada pela facilidade do sustento que o local lhes oferecia, pela proximidade do litoral e, sobretudo, pela segurança de conversão do índio que ali não estava em contato com os selvagens não catequizados. Em torno da missão, se agregaram outros indivíduos civilizados, atraídos pela lavra do ouro então ali praticada, indústria que continuou até 1758, quando o governo da metrópole mando suspendê-la, em consequência da falta de braços nos trabalhos agrícolas, particularmente nos da cana-de-açúcar, naquela época de máximo proveito para o reino. Em 1762 tinha o povoado atingido certo adiantamento e foi distinguido com a criação da freguesia de Nossa Senhora do Pilar. A lei n.º 9, de 17 de dezembro de 1892, criou o município e por Decreto n.º 3, de 10 de dezembro do mesmo ano, foi considerada têrmo da Comarca de Tabuleiro. O desenvolvimento desta cidade arrematou tôda importância de Pilar, especialmente quando a sede deixou de ser ponto terminal da estrada de ferro. Pilar foi núcleo importante nos movimentos de 1817 e 1824. Nas crônicas régias era tratado pelo nome — Comarca de Nossa Senhora do Pilar do Baixo Cariri. O Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, fez-lo sede de comarca e deu-lhe a categoria de cidade. Homens notáveis — São filhos do município de Pilar: Padre Antônio Pereira de Albuquerque, mártir de 1817; Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, chefe revolucionário do movimento, na Paraíba, de 1823–34, Visconde de Cavalcânti, e do inolvidável clínico Flávio Maroja. Indústria — E’ a agrícola-pastoril a principal indústria do município, onde vários agricultores e fazendeiros estão empregando métodos modernos, aperfeiçoando a indústria que praticam. Bem iniciada está a fabricação de lactícios, distinguindo-se, já pela quantidade, já pela qualidade, em condições de equipar-se aos produtos similares do sul do País. Além de manteiga e queijos, exportados para o próprio Estado, para o Recife e Natal, vendeu o município, em 1941, 25 toneladas de fibras de abacaxí, 175 000 cachos de bananas, 483 364 toneladas de batatas doces, 5 135 toneladas de mandioca, 20 080 sacos de feijão, 15 000 kg de bagas de mamona, 8 530 sacos de 60 kg de açúcar bagaçu, 22 200 1 de açafrão, 164 400 kg de aipim em plumas, 10 250 sacos de farinha de mandioca, 5 400 kg de fumo em corda e 3 210 kg de rapaduras. Instrução — Conta sômente a primária, distribuída por 24 escolas, inclusive um grupo escolar, sob a docência de 29 professores. Nos referidos estabelecimentos, em 1942, houve 1 181 matriculados, com a frequência média de 694. O município contribuiu, como os demais municípios do Estado, com 10% de suas receitas em 1941, para auxiliar o custeio da Instrução Pública, na Paraíba, importando sua cota em Cr$ 3 461,20. Limites — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram os seguintes limites municipais para o Pilar: — Com Alagoa Grande, começando na foz do rio do Riacho Verde ou Manipamba, no rio Cantagalo ou Gurinhém, segue em linha reta até o marco n.º 17 (de Alagoa Grande), à margem do rio Riacho Catuçau, situado entre as propriedades Quirino e Capítulo, na serra do Qui-rino; desce por esse rio atingindo o marco n.º 16 (de Alagoa Grande); 'situated no
ponto onde o rio corta a estrada carro-
çável de Alagoa Grande a Camucá; daí,
prosseguem por esta estrada até o marco
n.º 15 (de Alagoa Grande), situado na
barragem do açude do Gomes; desce
pelo riacho Agude do Gomes, até cruzar
com o caminho carroçável Gurinhêni-
nio do Deserto a Camucá; prossegue por
esse caminho, até o marco n.º 14 (de
Alagoa Grande), situado na interseção
déste com o caminho carroçável de Pe-
dra Furada, no lugar Poço de Pedra;
continua por este caminho até a sua
interseção com a estrada carroçável da
propriedade Lagoa Nova; daí, continua
por esta estrada até o marco n.º 13 (de
Alagoa Grande), situado entre as prop-
riedades Lagoa Nova e Sítio Novo; dés-
te marco, segue em linha reta até o
marco n.º 1, situado na barragem do
açude Lagoa Nova. — Com Guarabira,
começando no marco n.º 1, situado na
barragem do açude Lagoa Nova, entre
as propriedades Lagoa Nova e Sítio Novo,
segue em linha reta até alcançar o mar-
co n.º 8 (de Guarabira), situado à mar-
gem do caminho carroçável de Camar-
ázal a Gurinhém, na lagoa de Jundiá,
aíra por outra linha reta prossegue
até o marco n.º 7 (de Guarabira), situa-
do na propriedade Jardim; finalmente
segue em linha reta até o marco n.º 6
(de Guarabira), situado entre as pro-
priedades Cipoal e Primavera, à mar-
gem da estrada de rodagem Camarázal-
Sapé; prossegue por essa estrada até
alcançar o caminho carroçável de Con-
tendas a Araçajú. — Com Sapé, come-
çando do cruzamento da estrada de roda-
gem Camarázal-Sapé com o caminho
carroçável de Contendas a Araçajú, se-
gue pela estrada até alcançar o marco
n.º 5 (de Sapé), situado entre as pro-
priedades Bonito e Matrona, nas proxi-
midades da lagoa do Jenipapo; deste
marco segue em linha reta, até o marco
n.º 4 (de Sapé), situado à margem do
rio Gurinhém, entre as mesmas proprie-
dades; desce pelo rio até cortar o cami-
nho de tropa de Alfavaca de Cima e
Curimataú: daí, prossegue por esse cam-
inho até cortar o riacho do Caldas;
Patu; deste marco, segue pelo caminho
carroçável de Cajá a Curimataú; pros-
segue por esse caminho até cortar o rio
Curimataú, no povoado do mesmo nome;
daí, desce por esse rio até a ponta grande
da estrada de rodagem João Pessoa-Pilar;
— Com Maguari, começando na ponte
grande sobre o rio Curimataú, na es-
trada de rodagem Pilar-João Pessoa,
prossegue pela estrada até a sua inter-
seção com o caminho carroçável de Tai-
pu, continua por esse caminho até o
marco n.º 1, situado no povoado Punte
Grande entre as propriedades Corredor
Maravilha; deste marco, segue em li-
nha reta até o marco n.º 2, situado à
margem do rio Paraíba e ainda entre
as mesmas propriedades até alcançar o
marco n.º 3, situado à margem do cami-
nho carroçável Itaipu-Oratório; conti-
nua por esse caminho até o marco n.º 4,
situado à margem da estrada carroça-
vél Tabajara-També, no povoado Or-
tório. — Com Pernambuco — (Munici-
pio de També), começando no marco
n.º 4, situado na estrada carroçável Ta-
bajara-També, no povoado Oratório, se-
gue por essa estrada até a sua interse-
cão com a estrada velha Tabajara-Tam-
bé, na propriedade Ançoso; prossegue
por essa estrada e pelo beco do Roque,
na vila de Jurupiranga e em seguida
por essa linha reta até o sangradouro
do açude do Roque; desce ponto segue
em linha reta até gaçar a linha de
cumedeira da serra do Pirauá, no trecho
conhecido por serra de Gaspar Alves;
continua por essa linha até o marco
n.º 9 (de Tabajara), situado à margem
do caminho carroçável Tabajara-Ca-
mutanga. — Com Tabajara, começando
no marco n.º 9 (de Tabajara), situado
no divisor de águas da serra Gaspar Al-
ves e à margem do caminho carroçável
Tabajara-Camutanga, prossegue por
esse caminho até cortar o rio Paralhinha,
desce pelo rio até o ponto de cruzamen-
to da estrada carroçável Serrinha-Ta-
baiana; deste ponto segue em linha reta, até o marco n.º 8 (de Tabaiiana), situado no lagoa da Cruz, à margem da estrada carroçável Tabaiiana-Pilar; prossegue por esta estrada até o marco n.º 7 (de Tabaiiana), situado na fazenda Curtume; desde marco segue em linha reta, até alcançar o pico do serrote Maracaipe, na fazenda do mesmo nome; desde pico continua em linha reta, até o marco n.º 6 (de Tabaiiana), situado na lagoa Dantas, na fazenda São Sebastião; desde marco, em linha reta, até o marco n.º 5, situado à margem da estrada carroçável São José-Tabaiiana, na fazenda Nova Veneza, prossegue por esta estrada até cruzar com o caminho Curimataú-Mirim, sobre pelo riaço até o marco n.º 4 (de Tabaiiana), situado na barragem do Açude Mendonça e à margem do caminho carroçável Juarez Tavares-Voltaia; desde marco continua pelo caminho até cortar o riaço Verde ou Maniepeia; sobre pelo riaço até a sua foz no rio Gurinhém ou Cantagalo.

DIVISAS INTERDISTRAITAIS

**Distrito da Sede com Jurupiranga**, começando na foz do rio Una, no rio Paraíba, sobre pelo rio Una até a foz do rio Paraíbinha, pelo qual sobre os limites municipais com Tabaiiana. — **Distrito da Sede com Gurinhém**, começando no marco n.º 4 (de Tabaiiana), segue em linha reta até encontrar o caminho de tropa que, da serra de Uruguaçu, segue a este caminho até a sua interseção com o caminho de tropa da serra do Catoié, prossegue por este caminho até cortar o riaço Rancharia na propriedade Santa Inês, desce pelo riaço até a sua foz no riaço Santana e pelo riaço Santana até cruzar com o caminho de tropa de Queimadas a Ipueira Cerca; prossegue pelo referido caminho até cortar o rio Caijá. — **Distrito da Sede com Acuá**, começando no ponto onde o caminho de tropa de Queimadas a Ipueira corta o rio Caijá, desce pelo rio até cortar o caminho de tropa de Curimataú a Caijá e prossegue pelo caminho até alcançar o rio Curimataú, na povoação do mesmo nome. — **Distrito de Acuá com Gurinhém**, começando no ponto em que o caminho de tropa de Queimadas a Ipueira corta o rio Caijá, prossegue por este e em seguida pelo caminho de tropa de Barro Velhinho a Arroz, até a sua interseção com o caminho de tropa de Arroz a Morcêgo, segue por este até o marco n.º 5 (de Sapé), nos limites municipais. **Meio social** — Pilar sempre teve uma sociedade educada, salvo os camponeses, que estão reclamando escolas e assistência social. **Povoações** — As principais, além das vilas, são: Arroz, Caijá, Chaves, Conceição, Gurinhém, Jacaré, Marcação, Prazeres, Parima, Ponte Grande. **Religião** — A católica apostólica romana e a dominante no município, existindo duas freguesias, a de Nossa Senhora do Pilar, criada em 1765, contando a igreja-matriz e as capelas filiais de Nossa Senhora da Conceição de Pedras de Fogo e a de Nossa Senhora da Soledade, em Jurupiranga; a freguesia de Nossa Senhora da Conceição, em Gurinhém, criada por Lei n.º 501, de 30 de outubro de 1875. **Rendas públicas** — no exercício de 1941 a Coletoria Estadual teve a receita de 245.440$450 e a despesa de 165.465$300. O orçamento municipal para o exercício de 1942, previu a receita de Cr$ 119.400,00; arrecadou Cr$ 142.902,80; fixou a despesa de Cr$ 119.400,00 e realizou a de 1.379 295,30. **Repartições públicas** — Conta a Prefeitura, o Fórum, a Coletoria Estadual, Mercado Público, Agência Postal-Telegráfica, Estação Ferroviária, Cartório do Registro Civil, Caixa Rural, Grupo Escolar, prédio oferecido pelo industrial Veloso Borges. **Sede** — A cidade do Pilar assenta à margem esquerda do Paraíba, que corre entre a cidade e a estação ferroviária. Está a S.O. da capital, distante 50 quilômetros. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 242 prédios urbanos, 121 suburbanos, 1 518
rurais e a população urbana, 971 habitantes; suburbaná, 494; rural, 5.202. Tem aspecto agradável, ocupa uma planície, tem regular edificação e conta 10 ruas, 2 ladeiras, 8 travessas e um largo. Viás de comunicação — Pilar, de todos os municípios paraibanos é o que dispõe de melhores vias de comunicações e transportes. Pode utilizar-se da linha férrea Entroncamento-Natal, ou de João Pessoa-Recife ou Pilar-Campina Grande. Fê servida, por algumas rodovias e estradas carroçáveis. Para transporte de passageiros e mercadorias existiam no município, em 1942: 16 automóveis, 1 auto-ônibus, 4 motociclos, 11 caminhões e 39 carros de bois.

Pilões — (V. Brejo das Freiras;)

— Açude público, construído sobre o Rio do Peixe, pela Inspeção Federal das Obras contra as Sécas, ao pé da Vila de Brejo das Freiras. Tem a capacidade de 13.000.000 de metros cúbicos.


Pilões do Maia — (V. Maia.)

Pilôezinhos — Povoado do município de Guaraíba. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 67 alunos, tendo 21 de frequência média.

Pimentel — Futurosa povoação do município de Alagoa Grande. Nela funcionam duas escolas públicas primárias que, em 1942, matricularam 93 alunos, resultando a frequência média de 64.

Findobal — Antiga propriedade agrícola do município de Mamanguape, adquirida pelo Governo do Estado, e nela instalada a escola correccional para menores, intitulada "Presidente João Pessoa".

Pinharas — (Voc. ind., pin-ar-a: o raspador de cabelos.) — Nome que no passado designava a região atualmente ocupada pelo município de Patos.

— Rio do alto sertão. Nasce na serra da Viração, a L. da cidade de Patos, tendo o nome Farinha. Recebe, além de outros tributários de menor regime, os rios Mares e Cruz, verificando-se a confluência na adjacência da referida cidade. Daí em diante toma o nome de Pinharas. A princípio corre na direção de L. a O.; entra no Estado do Rio Grande do Norte. Inclina-se para O., na direção do município paraibano de Brejo do Cruz e, depois de uns cem quilômetros de curso, deságua na margem direita do Pianhas.

Pintado — Lugarejo do município de Tabajara. Tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 44 alunos, tendo 25 de frequência média.

Piranhas — (Voc. ind., corr. de pirá-i: que corta a pele. Nome de uma espécie de peixes muito vorazes). Rio que tem suas origens no lugar Cabrals, na serra do Bongá, do município paraibano de Bonito de Santa Fé, nos limites deste com o Estado do Ceará. Tem quase sempre a direção de S.O. a N.E. Corta os municípios de Jatobá, Cajazeiras, Souza, onde o rio do Peixe se lhe reúne e Pombal, onde recebe o rio Plançô, de maior volume de água. Entra no Rio Grande do Norte, e, depois de engrossando, com as águas do Pinharas e Seridó,
toma o nome de Açu. Banha, calculadamente, 200 quilômetros de território pararibano.

— Antiga Paulista, cujo nome lhe foi mudado para o atual, pelo Decreto-lei n.º 528, de 31 de dezembro de 1942. Vila do município de Pombal, distando da sede para o N. 30 quilômetros, assentando à margem direita do Piranhas. Tem algum trato comercial e recebe a categoria de vila pelo Decreto-Lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. Seu antigo nome recordava o paulista Morais Navarro, que esteve no distrito em fins do século XVII e começo do XVIII. Sua aula pública primária, em 1942, teve 31 matriculados. O Recenseamento de 1940 encontrou: 30 prédios urbanos, 10 suburbanos, 1 196 rurais e a população: urbana, 88 habitantes; suburbana, 28; rural, 6 175.

— Barragem feita pela Inspeção Federal das Obras contra as Serras, no boqueirão da serra de Santa Catarina, reservatório alimentado pelo rio Piranhas, cuja presença alcançou do município de Cajuzeiras, da vila Engenheiro Ávila, a primitiva sede do município de Jato- ba. Tem 255 000 000 de metros cúbicos de capacidade.

— Vila do município de Cajuzeiras. (V. Engenheiro Ávila.)

Pirauá (Voc. ind., Mário Melo o derivado de píra-tura: o que come peixe.) — Rio perene e pouco caudaloso do município de Mambanguape.

Piraguá (Voc. ind., Mário Melo o derivado de píra-tura: o que come peixe.) — Pitoresca povoação do município de Umbuzeiro sobre a serra dos Cariris Velhos, nos limites, sendo a povoação comum aos Estados de Paraíba e Pernambuco. Tem algum trato comercial, conta uma capela e uma aula pública primária.

Piriná — Povoado do município de Pilber. Nêle funciona uma escola pública primária que matriculou 36 alunos em 1942, resultando-lhe 27 de freqüência média.

Pirirituba (Voc. ind., contr. de peri-peritu: onde nasce a junca.) — Rio pouco volumoso; nasce no município de Bananeiras, incide para E. desaguando à margem esquerda do Araçai.

Florescente povoação do município de Guarabira, à margem do rio precedente, elevada à vila pelo Decreto-Lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. E' servida por via férrea, ramal Itamaeti a Bananeiras. Tem avultado movimento comercial, realizando aos domingos uma feira movimentada. Consta uma Cooperativa para auxílio à cultura do arroz, havendo no distrito a pomicultura, salientando-se a excelência das laranjas. A vila é pitoresca e de boa edificação, servida por Agência Postal-Telegráfica, um grupo escolar que matriculou 423 alunos em 1942, e teve 264 de freqüência média. Começou a ser edificada ao pé de um cemitério, até poucos anos existe bem no centro da rua principal da vila. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 697 prédios urbanos. 127 suburbanos, 1 166 rurais e a população: urbana, 2 012 habitantes; suburbana, 472; rural, 5 257. Não sômente na vila como no seu distrito há vários maquinismos para beneficiar aigôdão. E' iluminada à luz elétrica, tendo um bem construído e amplo mercado público.


— Antiga vila pertencente ao município da Capital e situada à margem do Atlântico. Antes da colonização da Paraíba, o seu pôrto era freqüentado por navios franceses. Estes montaram no local uma feitoria que abarrotava suas naus, com artigos da região, especialmente o pau-brasil, tendo os tabajara como auxiliares e amigos. Dado o domínio e a colonização portuguesa, desenvolveu-se o povoado. Após a Indepen—
dência do Brasil, continuou a prosperar, chegando a município e sede de comarca. Perdeu esta categoria a favor da Vila do Conde e, decaindo esta, pôs-se a incorporar-se ao município da Capital. O distrito conta uns 1 300 prédios urbanos, sendo 250 na vila e os demais nos povoados dos distritos e na zona rural. A população pode ser estimada em 3 500 habitantes, ocupados na pesca e na agricultura. Distando uns 60 quilômetros da Capital do Estado, sem possuir, para ligação com esta, ao menos uma bem cuidada estrada carroçável. Pitimbu permanece esquecida, sem receber auxílio de qualquer espécie dos poderes públicos. Entretanto o Pósto de Arrecadação que o estação an mantém, ainda em 1942 teve a receita de Cr$ 90 000,00. O rio Pitimbu divide a vila em dois bairros: Pitimbu e Guarita, não havendo sobre ele nem mesmo uma pequena ponte que possa facilitar a comunicação entre os bairros. A sua igreja demonstra ainda hoje, apesar do lastimável descuido por sua conservação, o grau de prosperidade a que o povoado atingiu. Ainda lá estão interessantes oleografias em madeira, que fazem lembrar o estilo das do convento de Santo Antônio da cidade de João Pessoa. Nas velhas crônicas, Pitimbu é denominado Póto Franças. Suas coordenadas são: 7º-22°-34' de lat. S. e 34º-19°-15' de long. W. Gr. Tratando de seu pôrto, diz o Rotério das Costas do Brasil: "Entre a praia e os recifes podem fundar pequenas embarcações; quando o tempo soprare fresco do sueste o mar galear os recifes e nenhum abrigo será encontrado. Fundeadouro, cujo acesso é permitido por uma cobertura de cerca de 40 metros, nos recifes, com 6 a 7 metros de fundo. O ancoradouro é cheio de bancos de areia; próximo ao canal de entrada se encontram 5,5 m de água e junto à praia 1,8 m, onde o fundo é de areia fina, para ser de lama um pouco além e de cascalho e pedra (coral) jun-

to aos recifes. Uma saliência formada por um outeiro e coberta de mato, é chamada Ponta de Pitimbu".

Pitombas — Povoado do município de Caiaçara. Tem aula pública primária que em 1942, matriculou 67 alunos, tendo a frequência média de 43.

Pitomerica — Serra na fazenda de Santa Clara, município de Monteiro, na qual existem veios auríferos.

Planta de Capim — Povoado do município de Misericórdia. Sua aula pública teve, em 1942, 45 matriculados e 35 de frequência média.

Poção — Povoado do município de São João do Cariri, nêle existindo uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 50 alunos, tendo a média de 38.

Poínhos — (V. Jôfili.)

Poço — Povoado do município de Brejo do Cruz. Nêle funciona uma escola pública primária cuja matrícula, em 1942, foi de 24 alunos.

—— Povoado de proscendoria, à margem do Atlântico e próximo da parada do ramal João Pessoa—Cabadelo, e da rodovia que liga as duas localidades, Serve de estação balneária a habitantes da Capital. Tem uma canela de Nossa Senhora de Nazaré e uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 30 alunos.

Poço de Pedra — Local do município de Sabují onde existem inscrições rupestres.

Poço Escurvo — Povoado do município de Bananeiras tendo uma aula primária que, em 1942, teve a matrícula de 46 alunos.

—— Rio de pequeno curso, do município de Antenor Navarro.

Poços — Local a L. da cidade de Telheira, onde se vê uma represa de água concluída em 1877, sob a direção do Cônego Bernardo de Carvalho. O lençol d'água estende-se por mais de 6 quilô-
metros e uma centena de famílias aí encontram meios de subsistência. Na adiacência está o povoado de igual nome, com uma escola pública primária que reuniu 40 matriculados em 1942, obtendo a frequência média de 24.

**Poços de Baixo** — Povoado do município de Teixeira; sua aula pública primária matriculou 50 alunos, em 1942, para uma frequência média de 29.

**Pombal** — Município do alto serrão, a N.O. do Estado, ocupando a área territorial de 2 491 quilômetros quadrados, contando, segundo o Recenseamento de 1940, 42 341 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 4 556 habitantes; suburbanas, 945; rural, 38 840, habitando 1 125 prédios urbanos, 246 suburbanos e 7 460 rurais. **Aguadas** — Pombal conta algumas dezenas de águas particulares de pequena capacidade; os mais importantes são o Condado e Boa Vista (V. Condado e Boa Vista). **Administração** E' dirigido por um prefeito, nomeação da Interventoria Federal, auxiliado por funcionários permanentes. Sendo comarca de segunda entrada, estão os interesses da Justiça local na alçada de um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A segurança pública compete a um delegado de Polícia, na sede, e subdelegados, nas vilas. O primeiro é nomeado pelo Interventor Federal os demais pelo Secretário da Justiça, cabendo ao Chefe de Polícia a nomeação de suplentes para os referidos cargos. **Aspecto físico** — As maiores extensões territoriais de Pombal são avarzeados e tabuleiros próprios para a criação de gado, alterando-os, espaçadamente, contraforças da Borborema, ou modificando-se em restos de antigas matas, ao longo de algum vales ou nos acidentes de serras. Destas, são principais as seguintes: Aba, Areia, Arara, Cabeludo, Comissário, Cruz, Espinho, Melado, Moque, Micunã Negra, Ólho d’Água, Saco dos Cavais, São Miguel, São Benito, Urubu e Vermelha. **Clima** — E' muito sainável, embora quente e seco no estio, que decorre de julho a janeiro. A temperatura não desce de 20º C nem excede de 33º C à sombra. Periodicamente, experimenta os rigores de seca prolongada. **Comércio** — O município mantém animadas transações comerciais com as praças de Cajãeiras, Campina Grande e João Pessoa. Exporta algodão, cereais, rapaduras, gados, importados tecidos, ferragens, miudezas, géneros de estiva. **Demografia** — Durante 1941, registraram-se no município 469 nascimentos, 67 casamentos e 368 óbitos, destes 2 natimortos. **Distritos** — O da sede e os de Malha, Nhandu e Piranhas. **Etnografia** — Várias tribos da família cariri habitavam a região quando as bandeiras de Teodósio de Oliveira Leno e os paulistas começaram a sujeitá-los. Remanescentes destes com os colonos procedentes da Bahia e de Pernambuco, constituíram os fundamentos da atual população do município. Mais tarde se lhe juntou pequena parcela do elemento africano. **Fauna e flora** — Existem no município restos de matas donde se extrai boa madeira para construção e marcenaria. Nos avarzeados, são abundantes as carnaubeiras. A fauna ainda apresenta capelinhos de oveja, veados, porcos monteses, gatos bravos, raposas, mocos. A maior variedade é a dos pássaros, dos insetos, dos ofídios e batrâquios. **Fazendas agrícolas e pastores** — O município dispõe de vastos campos para a criação e bons terrenos agrícolas. Assim conta mais de 50 boas fazendas de gado e aproximadamente 10 engenhos para o fabrico de rapaduras, 3 instalações e vários maquinismos para beneficiar algodão, funcionando regularmente. **Feiras** — Semanalmente se realizam na sede, nas vilas e nas povoações mais importantes, animadas feiras. **Hidrografia** — Dois grandes rios — o Piancó e o Piranhas — cortam o município e se reúnem 6 quilômetros abaixo da sede. Os rios mais importantes do município tributários do Piranhas são:
Águas Belas, Camacho, Jatobá, Riachão, São Domingos e São Lourenço; afluen-
tos do Piancó: o André, Barroquinha, Bode, Brandão, Caçara, Cipó, Condado, Exu, Jatobá, Malhada da Areia, Matombos, Pai João, Pedra d’Água, Ronceador, Saco, Santana, Taquaru, Várzea Cumprida dos Leites e Vertentes. *História* — Os paulistas do Agu conheciam a territó-
rio de Pombal ao mesmo tempo que os Oliveira Leda. Em 1696 ainda não ti-
nham domado o gentio e, sendo governo-
ador da Capitanía, Manuel Soares de Albu-
querque, fez Teodósio de Oliveira Leda uma entrada ao Piranhas, venceu cruella mente os índios pegas e com os índios mansos fundou uma aldeia a que
denominou Piranhas. Este núcleo colo-
rial ainda muito reduzido, em 1719 foi atacado por numeroso corpo de selvage-
gen revoltados. O desespero levou os
sítiados a fazer um voto a Nossa Senho-
ra do Bom Sucesso. A crença deu fôrças
de ânimo aos colonos; os assaltantes
foram rechaçados com grandes perdas
em vidas. A povoação recebeu então o
nome de Nossa Senhora do Bom Su-
cesso. Em 24 de fevereiro de 1721, con-
forme escritura lavrada pelo escrivão Alvaro de Oliveira, o pedreiro Simão Bar-
bosa Moreira, obrigou-se a construir a igreja no período de três anos, pela
quantia de seiscentos mil réis, para em
três prestações de duzentos mil réis por
uma confraria que, para o fim, se
constituíu. Por carta régia de 22 de
julho de 1766, trocando o nome pelo de
Pombal, foi elevada à vila, dando-se a
instalação em 4 de maio de 1773. A
substituição de nome visou homenagear
o grande ministro de D. José. Nessa
epoca a jurisdição de Pombal estendia-
-se por todo o alto sertão paraibano, pelo
Seridó e Patu, da capitania do Rio Gran-
do do Norte. A Lei Provincial de 9 de
maio de 1833, os Decretos ns. 687, de
26 de julho de 1850; 5 079, de 4 de se-
tembro de 1872, e a Lei n.º 27, de 6 de
julho de 1854, criaram-no comarca, ca-
tegória que ainda conserva. A Lei n.º 68,
de 21 de julho de 1862 elevou-a a cidade. Os arquivos de Pombal contêm documen-
tos valiosos para a História da civilisa-
zação da zona sertaneja. Em 1817 orga-
nizou-se no município um grande exér-
eito de patriotas que, reunidos aos do
Sousa, constituíram o Exército do Rio
do Peixe, destinado a auxiliar a implanta-
tação da República no Ceará. *Homens
notáveis* — Em Pombal nasceu o jor-
nalista e advogado Argemiro de Sousa
e Padre Aristides, sacrificado em Piancó
pelos rebeldes comandados por Carlos
Prustes. *Indústria* — A indústria do mu-
nicipio diz respeito ao beneficiamento
e cultura do algodão, ao fabrico de ra-
paduras e taiscimhos, empregando mé-
todos antigos. Moderna, propriamente,
és a sua usina para extração de
óleo de oiticica, tendo em 1941 exporta-
tado 1 444 483 1 do referido produto,
no valor de 5 344:587$100. *Instrução* —
Conta sómente a instrução pública pri-
mária, ministrada em 24 escolas, inclu-
sive um Grupo Escolar, a cargo de 29
professores. Em 1942, a matrícula nesses
estabelecimentos somou 1 119 alunos,
resultando 651% de frequência média.
*Limites* — O Decreto-lei n.º 1.164, de 15
de novembro de 1833, e o de n.º 520, de
31 de dezembro de 1943, tragaram para
Pombal os seguintes limites municipais:
— *Com Sousa, começando no marco
n.º 9, situado na fazenda Escurinha, al-
cança a linha de cumeada da serra dos
Pocos dos Cavalos até o pico do serrote
do Jiqui; dêste pico segue em linha reta
até o marco n.º 3 (de Sousa), situado à
margem do rio Piranhas, na propriedade
Extrema; dêste marco, por outra linha
reta até o marco n.º 7 (de Sousa), sítu-
ado na lagoa dos Barreiros, na pro-
prriedade São Lourenço; dêste marco,
também em linha reta até o marco n.º 6
(de Sousa), situado entre as proprieda-
des São Lourenço e Aba; contínua em
linha reta até o marco n.º 5 (de Sousa),
situado no lugar Saco Rôto; dêste mar-
co em linha reta até o marco n.º 4 (de
Sousa), situado no lugar dos antigos

*POMBAL* 210
marcos gêmeos, entre as propriedades Aba e Catolê; continua deste ponto em linha reta até o marco n.º 3 (de Sousa), situado no lugar Umburana dos Caceites; deste marco, por outra linha reta, até o marco n.º 5 (de Sousa), situado entre as propriedades Olho d'Água e Duas Lagos; finalmente segue em linha reta até o marco n.º 1 (de Sousa), situado na fazenda Duas Lagos, e daí em linha reta ao cabeço do Brás, de onde segue até alcançar a linha de cumeada da serra do Comissário, prossegue por ela pelas serras Verde e Saco das Carrapateiras até o pico da Serrinha, Com Catolê do Rocha, começando no pico da Serrinha, segue pela linha de cumeada formada pelas serras da Macambira, Vertentes, Caatinga dos Tinguieiros, serrote do Urubu, Pico norte da Serra do Moleque, Serra da Cruz, Serrote do João, Serras das Umburanas, Cabeluda, Olho d'Água e da Arara e em seguida, em linha reta até alcançar a foz do rio do Cachoeira da Onça, no rio Piranhas, desce pelo rio até o marco n.º 1 (de Brejo do Cruz), situado no ponto onde o caminho de tropa dos Luíses corta o referido rio. Com Brejo do Cruz, começando no marco n.º 1 (de Brejo do Cruz), situado no lugar onde o caminho de tropa dos Luíses corta o rio Piranhas, desce pelo rio até alcançar o marco n.º 4 (de Brejo do Cruz), situado na fazenda José Ribeiro; deste marco, segue em linha reta até o marco n.º 3 (de Brejo do Cruz), situado no lugar do antigo marco da Pedra d'Água. Com o Rio Grande do Norte — (Município de Serra Negra), começando no marco n.º 3 (de Brejo do Cruz), situado no lugar do antigo marco da Pedra d'Água, segue pela linha de cumeada que divide Paraíba do Rio Grande do Norte até o marco n.º 2 (de Patos), situado no lugar Olho d'Água Branca. Com Patos, começando no marco n.º 2 (de Patos), situado no lugar Olho d'Água Branca, segue pela linha de cumeada formada pelas serras João Ferreira, do Negro e Mucunã, em segui-

da pela linha de cumeada da Serra do Peitião, Pico do Fernando, Balança do Logradouro até o marco n.º 1 (de Patos), situado na lagoa do Loreto. Com Piancó, começando no marco n.º 1 (de Patos), situado na lagoa do Loreto, segue pela linha de cumeada formada pelas serras Puxu, São Miguel e Melado e em seguida por uma linha reta até o marco n.º 4 (de Piancó), situado no boqueirão do Rancho dos Homens; deste marco, ainda em linha reta até o marco n.º 3 (de Piancó), situado na lagoa do Curema, continua por outra linha reta até o marco n.º 2 (de Piancó), situado no lugar do antigo marco da Jurema; por outra linha reta vai ao marco n.º 1 (de Piancó), situado no lugar do antigo marco do Caldas; finalmente, segue daí em diante até o marco n.º 9 (de Sousa), situado na fazenda Escurinho.

DIVISAS INTERDISTRICTAIS

Distrito da Sede com Malta, começando na foz do rio Gado Bravo, no rio Cachoeira Caçara, sobe por este rio até a foz do rio Várzea do Denti pelo qual sobe até a foz do rio São Vicente; sobe por este até sua nascente na linha de cumeada da serra de São Miguel; deste ponto, em linha reta até a serra Mata-fome e daí para a serra de São Miguel, nos limites com Piancó. Distrito da Sede com Piranha, começando na foz do rio Gado Bravo, no rio Cachoeira Caçara, segue em linha reta até o pico da serra do Moleque. Distrito da Sede com Nhandu, começando no pico da serra do Moleque, segue em linha reta até alcançar a linha de cumeada da serra do Comissário, segue por esta linha até os limites municipais com Sousa. Distrito de Piranha com Nhandu, começando no pico da serra do Moleque, segue pela sua linha de cumeada até alcançar os limites com Catolê do Rocha. Distrito de Piranha com Malta, começando na foz do rio Cachoeira Caçara, no rio Gado Bra-
vo, segue em linha reta até alcançar o pico do Serrote dos Pilões, ainda por outra linha reta até alcançar os limites com o Rio Grande do Norte.

Necessidades locais — Pombal precisa de escolas rurais, de estradas internas que facilitem a comunicação da sede com os distritos; e também da iniciativa dos seus habitantes, no sentido de se aplicarem melhores métodos às suas indústrias. O meio social — Excetuando-se a maioria da população rural, a sociedade apresenta certa educação, mantendo grêmios artísticos, recreativos, esportivos, religiosos. Povoações — Depois das vilas, conta várias povoações, sendo as mais importantes: Arruda, Condado, Cajazeiras, Canto, Imburanimba, Ipueiras, São João, Talismã, Várzea Comprida e Várzea de Dentro. Religião — Constitui o município a freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, cuja igreja matriz é de recente construção. São capelas filiais: a de Nossa Senhora do Rosário, a igreja mais antiga do alto sertão paraibano; a de Nossa Senhora da Conceição, em Malta; Várzea Comprida e Nhandu, a de São José, em Piranhas. Rendas Públicas — Em 1941, a Coletoria Estadual teve a receita de 481.256$00 e despendeu 242.585$00. A Coletoria Federal, no exercício de 1942, arrecadou Cr$ 147.958,00. Para o referido exercício de 1942, a Prefeitura Municipal orçou sua receita em Cr$ 272 000,00; arrecadou Cr$ 182 794,60; fixou a despesa em Cr$ 290 000,00 e efetuou a de ....... Cr$ 183 140,00. Repartições Públicas — Na sede existem: Prefeitura Municipal, o Fórum, Matadouro, Mercado Público, Coletorias Federal e Estadual, Agência Postal-Telegráfica, Pólo de Higiene, Grupo Escolar, Estação Ferroviária, Cartório do Registro Civil. Riquezas naturais — Se bem que não estejam estudadas, há indícios de possuir o município jazidas de minérios de valor. Sede — A sede é a cidade de Pombal, a mais antiga do sertão da Paraíba. Assenta à margem direita do Piancó, em boa situação, distando da Capital para O. 381 quilômetros e 244 de Campina Grande. A comissão Pimenta da Cunha, em 1922, determinou-lhe as seguintes coordenadas: lat. S. 6º-46’-13,19’’; long. E. do Rio de Janeiro: 5º-25’-07,60’’, defronte da matriz. Segundo o Recenseamento de 1940, reúne 749 prédios urbanos, 218 suburbanos, 3 738 rurais e a população: urbana, 3 022 habitantes; subúrbana, 803; rural, 18 942. A cidade é bem edificada, tem iluminação elétrica, serviço de transporte de lixo. Viñas de comunicação — Além da via férrea, ligando-a a Patos, a outros municípios e a Fortaleza, é cortada pela rodovia-tronco do Estado.

Ponta de Campina — Lugarejo à beira-mar pertencente ao distrito de Cabedelo, distando dois quilômetros da praia ferroviária do Poco. Nos tempos da colonização tinha o nome de Almagre e os jesuítas aí fundaram uma missão e edificaram, em boa arquitetura, um templo amplo, dedicado a Nossa Senhora de Nazaré. Ainda em nossos dias, lá estão as ruínas atestando o valor artístico do trabalho, do que foi aquêle trecho, hoje propriedade particular.

Ponta de Coqueiros — Povoado de pescadores à margem do Atlântico, pertence ao município da Capital. Está a 7º-25’-30’’ de lat. S. e 34º-49’15’’ long. W. Gr.

Ponta de Lucena — Povoado de pescadores à margem esquerda do estuário do Paraíba. Pertence ao município de Santa Rita. Tem uma capela de Nossa Senhora da Conceição. O povoado data do comércio do século XVII e o seu nome provêe de um dos primeiros moradores da região, cujo mister era atravessar passageiros de uma a outra margem, numa pequena embarcação. A ponta está a 6º-53’-48’’ de lat. S. e 34º-54’-05’’ de long. W. Gr.

Ponta de Matos — Estação balneária e hoje arrabaide da vila de Cabedelo. Tem uma escola pública primária que,

Pontinha — Pontal baixo, de areia, entre Lucena e Ponta de Lucena.

Ponte Grande — Lugarejo do município de Pilar.

Porcos — Rio pouco volumoso, subterrâneo do Piaçaba; despeja no Jenipapo.
— Nome de vários riachos do Estado.

Pórtio Francês — (V. Pitimbu.)

Poste Sinal — Povoado do município de Santa Rita; sua escola pública primária, em 1942, matriculou 60 alunos, tendo 37 de frequência médica.


Potira (Voc. ind. Nome da personagem principal de um conto escrito por Irineu Jôfili, sob o título Caturité.) — Povoado do município de Cabaceiras. Teve o nome de Barra de São Miguel, por fim traiçado em São Miguel. O Decreto-lei n.º 1 104, de 15 de novembro de 1938, deu-lhe os foros de vila. O Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, mudou-lhe o nome para a atual, E’ florescente, conta uma capela de São Miguel, Agência Postal-Telefônica e uma escola primária que, em 1942, matriculou 53 alunos, resultando a frequência média de 42. Foi uma fazenda de criação, propriedade de uns famigerados Tavares que ali constituíram o primeiro agregado de habitantes e traziam o município em sobressalto com as suas constantes tropezões, quase sempre em desafio às autoridades policiais. O povoado era então a cidadezinha desses valentões, que foram por fim extintos em 1878. Um destacamento do 14.º Batalhão de Infantaria, comandado pelo alferes Serafim José da Silva, prendeu o último dêles, o célebre facínora Manuel José Barraca. O Recenseamento de 1940 encontrou na vila: 38 prédios urbanos, 4 suburbanos, 535 rurais e a população: urbana, 263 habitantes; urbana, 17; rural, 2 675.

Prado — Local do município de Patos. Sua escola pública primária matriculou, em 1942, 40 alunos, tendo a frequência média de 31.

Praia — Ilha formada pelo Oregaú ao lançar-se à margem esquerda do Paraíba, Prênde-se à do Stuart. E’ muito pitoresca com o seu coqueiral e as habitações rústicas de pescadores.

Prata — (V. Mujiqué.)

Pravor — Povoado do município de Pilar. Em 1942, sua escola pública matriculou 42 alunos, tendo a frequência média de 23.

Preguica — Antigo engenho do município de Mamanguape; em seus terreiros assenta hoje a Vila de Rio Tinto.
— Nome dado por ironia à vila de Montemor. (V. Montemor.)

Princesa Isabel — Município do alto sertão paraibano, nos limites S.O. do Estado. Ocupa 1 775 quilômetros quadrados de área territorial. O Recenseamento de 1940, encontrou no município 32 439 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 3 390 habitantes; suburbanas, 1 933; rurais, 27 116, ocupando 1 005 prédios urbanos, 379 suburbanos e 5 833 rurais. Agües — Disseminados pelo município, se contam uns 40 açudes particulares, todos de pequena capacidade. A Inspetoria Federal de Obras
contrário às Sécias construiu o Macapá, com a capacidade de 2 600 000 metros cúbicos. Administração — Politicamente é dirigido por um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por diversos funcionários permanentes. Comarca de segunda entrada, estão os interesses da Justiça local entregues a um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A segurança pública compete a um delegado de Polícia, na sede e subdelegados, nas vilas; o primeiro nomeado pelo Interventor Federal, os demais pelo Secretário da Justiça. Os suplentes para os aludidos cargos são nomeados pelo Chefe de Polícia. Aspecto físico — O município assenta na região acidentada da Borobrana, salientando-se algumas contrarreizes que têm o nome de Bernarda, Cachoeira, Gavião, Pau Ferrado, Poço do Cachorro, Verde. O mais destacado é a serra do Pau Ferrado, que alcança a altitude de 780 metros sobre o nível do mar, distando-se 30 quilômetros a O. da sede. Clima — Normalmente é saudável a região e o seu clima, especialmente no período das chuvas, de janeiro a junho, é ameno. Entretanto o estado sanitário tem-se alterado algumas vezes pela irrupção violenta de febres de mau caráter, não diagnosticada, reduzindo espantosamente a população. Crença geral é que tal flagelo proveu de localidades vizinhanças do Estado de Pernambuco. A partir de 1906 não se registrou mais a invasão de tal epidemia. Comércio — Não é desenvolvido. Mantêm suas transações comerciais com as praças de Pernambuco, pela facilidade de comunicação, e com a de Campina Grande. Demografia — Em 1942, registraram-se em Princesa Isabel, 526 nascimentos, 47 casamentos e 431 óbitos. Distritos — Conta o da sede e os de Imorotí, Juru, Manaira e Tavares. Etnografia — A população do município, em maioria, descendente de cariris, portugueses e brasileiros, éstes naturais de Paraíba, Pernambuco e Ceará. Fauna e flora — Variada é a fauna do muni-

zendeiro abastado, falecido em 1905. Também muito deve a cidade ao Coronel Manuel Rodrigues Florentino que construiu mais de 50 casas residenciais. A circunscrição pertencia a comarca de Planó, sendo desta desigada por Lei provincial n.º 596, de 26 de novembro de 1875; a de n.º 597, de igual data, elevou Princesa Isabel à vila e freguesia de Nossa Senhora do Bom Conselho, tomando então o nome de Princesa, em homenagem à Condesa d'Eu. Ambas as leis foram revogadas em 5 de fevereiro de 1879, restaurando a paróquia, e a vila, a Lei n.º 705, de 3 de novembro de 1880, sendo o município instalado em 1883. Em 1883 foi comarca classificada pelo Decreto n.º 76, de 21 de dezembro de 1889. Provada em 1890, suprimida em 1892, restaurada em 1900, suprimida em 1905, passando a termo de Planó. O Decreto-lei n.º 1 164, do 15 de novembro de 1938, outorgou-lhe os fóruns de cidade, restabeleceu-lhe a comarca, e deu-lhe a denominação atual. Em 1930, sob a chefia do Coronel José Pereira, proclamou-se independente, originando-se uma luta armada de efeitos desastrosos para o Estado, epilogando-se com a sequência de mortes de paraibanos, inclusive a do Dr. João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, então Presidente da Paraíba. A respeito da luta armada contra Princesa, tem o Dr. João Lélis de Luna Freire, que acompanhou como repórter, as fôrças do Estado, um livro a publicar. Indústria — Pequenas indústrias, incipientes, se mantêm no município. A mais importante é da cultura e beneficiamento do algodão, existindo uma usina na sede. Município que reúne grandes possibilidades na agricultura e na indústria extrativa, aguarda a iniciativa dos seus moradores. Instrução — No município existe um estabelecimento de educação secundária, uma Escola Normal oficializada, a cargo de religiosos. Funcionam 15 escolas públicas primárias, inclusive um Grupo Escolar, com a docência de 22 professores. Estas escolas, em 1942, matricularam 706 alunos, tendo 505 de frequência média. Limites — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respetivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram os seguintes limites municipais para Princesa Isabel: — Com Misericórdia, começando no marco n.º 5 (de Conceição), situado no Poço do Caboclo, onde se estreiram os municípios de Pontais e Conceição, sobe pela vertente até alcançar o marco n.º 1, colocado na linha de cumeada que divide as águas dos rios Chuí Santana e Brucas; dêste marco, prossegue em linha reta até o marco n.º 2, colocado no sítio Umbuzeiro; por outra linha reta, continua até o marco n.º 3, colocado no sítio Macacos; ainda prossegue em linha reta até o marco n.º 4, situado no sítio Canoa, finalmente, segue dêste marco em linha reta até o marco n.º 5, colocado no Poço da Lavadeira, à margem do rio Brucas; dêste marco, sobe pela vertente até alcançar a linha de cumeada da serra do Monte Ente; prossegue por ela até alcançar o marco n.º 6, situado no boqueirão do Apertado da Urtiga, no rio Gravatá, onde se estreram Pontais e Planó. Com Planó, começando no marco n.º 6, situado no boqueirão do Apertado da Urtiga, no rio Gravatá, sobe pela vertente até alcançar o divisor de águas da serra José Gomes; prossegue por ele até alcançar o marco n.º 7, situado no Poço da Canoa, no rio do Frade; dêste marco continua em linha reta até o marco n.º 8, colocado no Poço da Pitombeira; dêste marco prossegue em linha reta até alcançar o pico da serra da Corda, prossegue pela linha de cumeada desta e da serra do Figueira, descendo pela vertente, atravessa o rio Mosquito, na Caçueira dos Cavais e segue pelo divisor de águas da serra do Vento até alcançar a foz do rio Santa Maria no rio Condado. Com Telêzita, começando na foz do rio Santa Maria, no rio Condado, segue em linha reta até alcançar a cumeada da serra da Pal-
meira; prossegue por ela até o lugar Mereco; deste ponto, segue em linha reta até o marco n.º 10 (de Teixeira), localizado entre as propriedades Glória e Cachoeira, nos limites com Pernambuco. Com Pernambuco — (Municípios de Afogados de Ingazeira, Flores, Triunfo e Vila Bela), começando no marco n.º 10 (de Teixeira), situado entre as propriedades Glória e Cachoeira, segue pelo divisor de águas da serra da Baixa Verde, que toma os nomes de serra da Colônia e da Bernarda até alcançar o marco n.º 9 (de Conceição), situado no contraforte conhecido por serra do Padre. Com Conceição, começando no marco n.º 9 (de Conceição), situado na linha de cumeada da serra do Padre, segue por ela e em seguida pela da serra do Tamanduá; desce pela vertente, corta o riosho Grande e segue entre as montanhas até o marco n.º 8 (de Conceição), deste marco prossegue em linha reta até o marco n.º 7 (de Conceição), situado na fazenda Caracol; ainda prossegue até o marco n.º 6 (de Conceição), colocado na fazenda Poços; finalmente segue deste até o marco n.º 5 (de Conceição), situado no Pico do Caboclo, à margem do rioço Santana, nos limites com Pontais.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Tavares, começando na interseção da estrada de rodagem Princesa Isabel-Tavares, com o caminho carroçável de Afogados de Ingazeira, prossegue por aquela estrada até o marco n.º 9, colocado à sua margem; deste marco continua em linha reta até o marco n.º 10, situado no sitio Carnaíba, à margem do caminho de tropeiro Princesa Isabel a Piancó; daí prossegue por esse caminho até o marco n.º 7, colocado no Poço da Canoa, à margem do rio do Frade, nos limites com Piancó. Tavares com Juruj, começando no marco n.º 11, colocado à margem do caminho de tropeiro Afogados de Ingazeira, no sitio Cajueiro, segue por elle até encontrar o marco n.º 12, colocado no sitio Pau-Ferro; deste marco, prossegue pelo caminho de tropeiro do sitio Cedro dos Ferreiros até o marco n.º 13, colocado no mesmo sitio; deste, prossegue em linha reta até encontrar o marco n.º 14, colocado no divisor de águas da serra do Pinga, nos limites com Piancó. Utinga com Juruj, começando no marco n.º 15, colocado no sitio Bom Jesus, segue em linha reta até o marco n.º 16, situado no sitio Canudos; deste, prossegue até o marco n.º 17, colocado no sitio Gomes; deste, ainda em linha reta, segue para o marco n.º 18, situado no sitio Exu de Baixo; ainda prossegue até o marco n.º 19, colocado no sitio Porteiras; deste, para o marco n.º 20, colocado no sitio Glória; afinal, prossegue deeste para o marco n.º 21, situado no sitio Bola, nos limites com Pernambuco. Distrito da Sede com Manuiga, começando no Pico do Pau-Ferro, segue por uma linha reta até alcançar o marco n.º 22, colocado no sitio São Bento; deste marco, prossegue ainda em linha reta até alcançar o ponto onde a estrada carroçável de Princesa Isabel a Manuiga atravessa o riosho do Piancósoinho; desce por este riosho até a sua foz no riosho Brucas; continua descendo por este até o poço da Lavadeira, nos limites municipais com Miseriódia.

Necessidades locais — Princesa Isabel precisa de estradas internas, facilitando a comunicação entre a sede e os distritos; necessita de rodovias entre a sede e Patos e Campina Grande. Em maioria, os habitantes da região conhecem o Recife e nunca visitaram a capital de seu Estado; tal a dificuldade de transportes. Povoações — As mais importantes povoações do município são: Belém, Cachoeira de Minas, Patos, Pelo-Sinal, São José. Religião — Constitui o município uma só paróquia, de Nossa Senhora do Bom Conselho, que, além da igreja-matriz, na sede, conta capelas filiais em Belém, Cachoeira de Minas, Tavares.
Rendas públicas — Em 1941 a Coletoria Estadual arrecadou 309:945$850 e despendeu 210:374$700. Em 1942, a Coletoria Federal teve a receita de …………
Cr$ 93 036,00. A Prefeitura Municipal orçou, para o exercício de 1942, sua receita em Cr$ 205 000,00; arrecadou Cr$ 145 392,30; fixou a despesa de …………
Cr$ 257 000,00 e efetuou a de …………
Cr$ 145 781,20. Repartições públicas — Na sede existem: a Prefeitura, o Fórum, as Coletorias Federal e Estadual, Mercado Público, Agência Postal-Telegráfi ca, Grupo Escolar, Cartório do Registro Civil. Riquezas naturais — Além de uns restos de matas que fornecem boas madeiras de construção e marcenaria, há em Princesa Isabel jazidas de minérios de valor, inclusive ouro. Fica no município grande parte dos filões auríferos de Cachoeira de Minas, das Bruxas. (V. Geologia, no artigo Paraíba.) Tais jazidas, desde os tempos coloniais, foram conhecidas por flamengos e portuguës; Em 1881, José Jácomo Tasso, na forma do Decreto n.º 2 444, de 27 de agosto de 1899, adquiriu 36 datas na sceneria de Cachoeira. Foi à Europa e incorporou uma Companhia da qual não se pode afirmar lhe sobejasse capitais. Começou a exploração, sendo suspensa, consorte alegação do interessado, à falta de água, de transporte e segurança individual. Muitos anos depois, sendo governador do Estado o Desembargador José Peregrino de Araújo, um cidadão francês solicitou uma concessão para lavrar ouro em Cachoeira, dizendo ter ali aberto um poço. O Governo ia atender a solicitação, quando os herdeiros de Jácomo Tasso opuseram embargos. Ninguém pensou mais no assunto, mesmo porque os herdeiros continuam no gêzo de seus direitos para entравir qualquer iniciativa. 

Fuxi (Voc. ind.: o parente.) — Nome do local onde outrora safrejava o engenho São Tiago Maior, que ficava à beira de uma lagoa. Aí se localizaram, mais tarde os engenhos Fuxi de Cima e Fuxi de Baixo, do atual município de Maguari. O engenho São Tiago Maior sofreu, certa noite, no tempo da invasão holandesa, um assalto de potiguara, do qual somente uma filha do proprietário escapou com vida, sendo pelos índios respeitosamente levada para a fortaleza de Cabedelo.

Querra — Nome de duas ladeiras de rampa forássima: uma ao O. da cidade de Arcia; outra, ao N. da cidade de João Pessoa.

Quebra-Pé — Localidade do município de Esperança, onde existe uma escola pública primária que teve 41 matriculados em 1942.

Queimadas — (V. Tatuquá.)

Quipauá (Voc. ind., parece provir de caa-pauá: entre nesgas de mato.) — Rio afuente do Seridó; banha a cidade de Sabuí, onde uma barragem o transformou em linda e opulenta represa. E' formado por três rios que nascem na Borborema: São Gonçalo, Chafariz e Sao; depois de receber o último é que toma o nome Quipauá. Entra no Rio Grande do Norte, recebendo o nome de Barra Nova, e deságua no Seridó.

Quixaba (Voc. ind.: árvore espinhosa, muito copada, produzindo um fruto comestível.) — Povoados do município de Passos, 24 quilômetros a L. da sede. Nêle funciona uma aula pública primária.

Quixudi (Voc. ind.) — (V. Macacos.)

R

Raiz — Serra na extremitude oriental da serra da Copoaba, estabelecendo a transição entre a Catinga e o Brejo. E' de bela perspectiva, muito fértil, distendendo-se no município de Calçada. Seu nome derivou-se de uma raiz de propriedades medicinais, muito conhecida e usada no passado, pelos silvícolas e hoje desconhecida.

Rapador — Lugarejo do município de Alagoa Grande, situado nas terras do antigo engenho que lhe deu o nome e hoje está em ruínas.

Raso — Povoados do município de Cabaceiras onde existe uma aula pública primária que, em 1942, teve 28 matriculados.

Redinha — Povoados do município de Sabuí, nos primeiros declives da serra, à margem da rodovia que liga Sabuí ao Cariri. Sua aula primária, em 1942, teve a matrícula de 23 alunos.

Reivas — Povoados do município de Cabaceiras. Foi 40, o número de alunos matriculados em sua escola pública, no ano de 1942, resultando 22 de frequência média.

Remigio — Antigamente Lagoa do Remigio, nome devido substituído pelo atual, pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, que elevou o povoados à categoria de vila. E' bem edificada e de aspecto agradável, tendo considerável movimento comercial. Situada na transição do Brejo para o Agreste, torna-se centro de um distrito muito agrícola. O Recenseamento de 1940 encontrou em Remigio: 219 prédios urbanos, 31 suburbanos, 1 927 rurais e a população: urbana, 669 habitantes; suburnana, 289; rural, 9 593. Conta 4 aulas públicas primárias que, em 1942, tiveram 161 matriculados, com a frequência média de 88. Na vila existem Açougues e Mercado Público, Agência Postal-Telefônica e uma Capela. O distrito exporta cereais, farinha de mandioca, fumo e algodão. Distante a vila, 13 quilômetros da sede do município, 142 da Capital e 31 da estação ferroviária de Alagoa Grande, História — Por sua proximidade a cinco lagoas, teve o local, a princípio, o nome de Lagoas. Foi primeiro descobridor do torreno, Luís Barbosa da Silva Freire, que permitiu por esta uma data de terras, denominada Barro Branco, do Rio Grande do Norte, com a singularidade de servirem de documentos, substituindo escrituras, fios das barras, trocados entre os dois proprietários. Tempos depois. Remigio, genro de Luís Barbosa, iniciava a povoação próxima de uma das lagoas e daí o nome Lagoa do Remigio. As outras tiveram os nomes de Lagoa do Frei-
tas, do Jenipapo, do Mato, etc., e são hoje reduzidos agregados de casas.

Restinga — Ilha no estuário do Paraíba, defronte de Cabedelo, tendo uns 6 000 metros de comprimento por uns 300 na maior largura. Está fronteira à harra, sendo excelente ponto estratégico. Em 1579 nela estabeleceu João Tavares um fortín que logo abandonou, tangido pelo desamparo em que o deixaram as autoridades de Olinda. Formou depois o vértice do triângulo de fortificações contra os batavos, sendo o primeiro a cair em poder dêstes, a 6 de dezembro de 1634. Fôra esta ilha doada por sesmaria assinada pelo capitão-mor da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho, em 16 de maio de 1595, a favor de Isabel Caldeira, viúva de Manuel de Azevedo, que, anos antes, fundara no local um fortín e uma cambra para coletar peixes, dai resultando o primitivo nome — ilha da Cambra. Ali os potiguaras o atacaram e o mataram, bem como a seu filho Manuel Homem de Melo, casado com uma filha de sua madrasta Isabel Caldeira. Esta vendeu a ilha aos frades de São Bento, tomando a ilha este nome, não obstante terem-na os frades apelidado Conceição. Após a Independência, o Governo Geral a comprou por cinco contos de réis em anúncios da dívida pública e nela montou um lazareto, que se arruinou. Possua a ilha densa mata com excelentes espécies para construção e marcenaria, mas, devido ao longo período de abandono, sofreu lastimável devastação. Atualmente, grande parte da ilha está aferada a um particular que ali desenvolveu grande plantio de coqueiros.

Retiro — Agregado de habitações à margem do rio Retiro, do município de Conceição.

— Povoação do município de Mamanguape.

Riachão — Rio que limita os municípios de Alagoa Nova e Areia. É afluentes do Mamanguape.

— Lugarejo do município de Ingá; tem uma capela de São Sebastião.

— Povoado do município de Araruna. E promissor, efetua boa feira semanal; tem uma capela de São Gonçalo e uma aula pública que matriculou, em 1942, 63 alunos, resultando 44 de frequência média. Dista da sede para L, 8 quilômetros.

— Rio de pequeno curso do município de Conception.

— Povoado do município de Alagoa Grande. E promissor. Em 1942, sua escola pública primária matriculou 76 alunos, tendo 54 de frequência média.

Riachão do Bacamarte — Povoado do município de Ingá. Sua aula pública, em 1942, teve 92 matriculados e 54 de frequência média.

Riacho — Povoado do município de Cabaceiras. A matrícula em sua aula pública primária, em 1942, foi de 41 alunos, a frequência média, 28.

Riacho da Cruz — Povoado do município de Umbaíba, cuja aula pública primária teve 36 matriculados e a frequência de 28, em 1942.

Riacho Fundo — Lugarejo do município de Sabuí.

Riacho da Serra — Povoado do município de Sabuí. Tem aula pública primária, com a matrícula de 17 alunos em 1942.

Riacho das Moças — Lugarejo em zona agrícola do município de Tanque, cortado pelo rio che que dá nome à localidade. É tradicional que nos tempos de colonização os índios ali residentes as saltaram uma fazenda na ribeira de Piñharras e plantaram três moças que se estavam para sua taba. Tempos depois dada a pacificação, os seus parentes ali encontraram, porém se recusaram voltar para a casa paterna. Daí a denominação de Riacho das Moças.


Rio das Cavalo — Povoado do município de Catolé do Rocha, nas imediações do açude construído pela Inspeção Federal das Obras contra as Secas. Tendo 770 000 metros cúbicos de capacidade, aproveitando as águas do rio de que a localidade adotou o nome, aliás derivado da circunstância de ter ali existido um poço, onde os cavais da região bebiam. O Governo Federal doou o açude ao Estado. Este ali fundou, em 1943, uma fazenda experimental de criação. O Decreto n.° 530, de 31 de dezembro de 1943, elevou o povoado à vila e distrito de paz.

Rio da Sogra — Povoado do município de Guaraíba.

Rio Fundo — Lugarejo do município de Sabuí.

Ribeira — Povoado do município de Santa Rita, situado na foz do Guaí. No local funciona uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 75 alunos, tendo a frequência média de 43. Sua população se ocupa na pesca e na agricultura.


Rio do Meio — Afuente do Paraíba. (V. Paraíba.)

Afluente do Sanhauá. (V. Sanhauá.) A sua margem está o povoado do mesmo nome. Sua aula pública primária, em 1942, matriculou 78 alunos, registrando 50 de frequência média. No distrito estão o leprosário ou Colônia Getúlio Vargas e o Preventório, éste fundação particular, aquelle criação do Estado. Out- trora as águas do rio acionavam o desaparecido engenho Barreiros.

Rio Pitombe — Povoado do município de Caçara; tem uma pública primária que matriculou 63 alunos, em 1942.


Rio Sêco ou São José do Rio Sêco — Povoado do município de Sapé, um quilômetro afastado da rodovia Mamanguape-Sapé. Tem uma capela de São José.

Rio Tinto — Populosa vila do município de Mamanguape. De vila operária está se transformando em grande núcleo de habitações. O Recenseamento de 1940, computou-lhe: 1 974 prédios urbanos, 283 suburbanos, 1 231 rurais, e a população, urbana, 13 236 habitantes; suburbanas, 1 234; rural, 5 834. A vila é formada por 18 ruas, 3 praças e várias travessas. Dista, 6 quilômetros da sede do município. Tem serviço de abastecimento de água e se comunica, diariamente, com Mamanguape e a Capital, por intermédio de um regular serviço de auto-ônibus. Conta estabelecimentos comerciais importantes, casas de diversões, e um cais no pôto Gonzaga, na confluência dos rios Vermelho e Mamanguape, ficando a vila entre ambos. Rio Tinto tem uma capela de Santa Rita e pertence à freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres, transferida para a de São Pedro e São Paulo. A prosperidade da vila deriva da grande fábrica de tecidos que ali funciona com 2 096 teares, 36 500 fusos, 600 funcionários da administração e 6 900 operários. Na vila se localiza a Coletoria Federal de Mamanguape. Rio Tinto, cujo nome se deriva das águas do rio Vermelho, assenta nas terras do desaparecido engenho Frei- guia. O local era paludoso, mas os irmãos Lundgren, proprietários da fábrica, sanaram o terreno, drenando-o, aten-
rando-o, inaugurando a indústria ali, a menos de duas décadas, atraindo para as imediações todo o comércio da cidade de Mamanguape que, fatalmente terá de ceder a Rio Tinto a supremacia da direção municipal, a menos que se entie as perspectivas da fábrica. A vila conta dez aulas públicas primárias, algumas mantidas pela fábrica. A matrícula em tais educandários, em 1942, foi de 914 alunos, com a frequência média de 617. A fábrica mantém um cinema e uma banda musical.

Rio Verde — Povoado do município de Teixeira. Sua escola primária, em 1942, matriculou 44 alunos, tendo a frequência média de 29.

Rodeador — Povoado do município de Tabajara. Tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 44 alunos, tendo a frequência de 25, na frequência.

Roma — Povoado do município de Bananeiras; sua escola pública, em 1942, teve 47 matriculados e 25 de frequência média.

Roncador — Riacho e povoação do município de Serraria. Existe na povoação uma escola primária que teve 23 matriculados em 1942.

Rua Nova — Florescente povoação do município de Calçoene. E’ centro de zona agrícola, produtora de cereais, algodão e cana-de-açúcar. Sua escola pública primária, teve, em 1942, a matrícula de 52 alunos.

S

Saboeiro — Povoado do município de Serraria. Tem aula pública primária, com a matrícula, em 1942, de 62 alunos e frequência média de 39.


— Nome atual do município paraibano Santa Luzia do Sabuji, mudado pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. Está no alto setor do Estado, ocupando a área territorial de 1 463 quilômetros quadrados, contando, segundo o Recenseamento de 1940, a população de 22 193 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 3 400; suburbanas, 339; rurais, 18 454, ocupando 1 037 prédios urbanos, 87 suburbanos e 3 836 rurais. Açudes — Conta o município algumas dezenas de açudes de pequena capacidade e particulares; o mais importante é o Santa Luzia, ao pé da cidade, construído pela Inspeção Federal de Obras contra as Secas, com a capacidade de 7 700 000 metros cúbicos. Do lado oposto está o Ibiapina, com a capacidade de 7 100 000 metros cúbicos. O mais importante açude particular do município é o Albino, tendo 1 886 400 metros cúbicos de capacidade. Administração — E’, politicamente, dirigido por um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por 22 funcionários permanentes. Comarca de primeira jurisdição, um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar, têm a seu cargo os interesses da Justiça local. A ordem, a segurança pública, competem a um delegado de Polícia, na sede, e subdelegados nas vilas. O primeiro nomeado pelo Interventor Federal; os demais, pelo Secretário da Justiça. Das atribuições do Chefe de Polícia é a nomeação dos suplentes para os cargos referidos. Aspecto físico — Muito irregular o solo do município: ora se revela montanhoso, ora extensos baixios e avançados, ora tabuleiros típicos do sertão.
A Borborema e vários contrafortes atravessam o município de Norte a Sul. Assim, a iniciada no ano anterior, somavam 6.000 bovinos, 1.000 equinos, 1.200 onças, 800 porcos, 1.200 carneiros, 110 caprinos e 10.000 aves. As terras e propriedades de certo trato, realizam-se, semanalmente, feiras animadas. 

A flâmulas, mas, de ordinário, salubre. Nas regiões baixas, tabuleiros e várzeas, a temperatura desce a 23°C à sombra e sobe a 34°C; na região serrana, é de 18°C a temperatura mínima e de 30°C a máxima. Comércio - Sabuji tem comércio movimentado e de certo volume, mantendo relações comerciais com as praças de João Pessoa, Recife, Campina Grande e Natal. Curiosidades - No lugar Poço de Pedra, nas serras Cabaço, Cedro, Saco e São Domingos, existem verdadeiros abrigos de pedra e várias inscrições rupestres. E, notável a Violá, desenho estranho à mão do homem, saindo, na superfície da tétra, a configuração nítida de uma viola com quatro cordas. Também desperta atenção dos estudiosos o grande sino da serra da Bocaina, formado numa rocha de granito de grande extensão e volume. 

Demografia - Em 1942 registraram-se no município 227 nascimentos, 42 casamentos e 42 óbitos. A derrubação constou de 2 contravenções e 35 crimes, sendo 1 de homicídio. Etnografia - Os antepassados da atual população de Sabuji foram portugueses, brasileiros e índios cariris, sendo nula a contribuição do elemento negro. Fauna e Flora - Reduzidas têm sido a flora e a fauna do município. Várias espécies florestais como freijol, cedro, ibiruá, cumaru, jatobá, bálsamo, foram extintas, bem como: a rama, a onça pintada ou macaco, os macacos, o tatu verdadeiro, o jacu, a arara, o tucano, a ema. Fazendas agrícolas e pastoreio - Pela maioria dos habitantes do município, são praticados, ainda por métodos antigos, a agricultura e o pastorio. Da primeira, o mais notável é o cultivo do algodão, produzindo o célebre mocó. Conta o município 1.594 propriedades rurais, cadastradas, e os seus rebanhos, em 1942, não obstante a sela iniciada no ano anterior, somavam 6.000 bovinos, 1.000 equinos, 1.200 onças, 800 porcos, 1.200 carneiros, 110 caprinos e 10.000 aves. Petras - Na sede, nas vias e propriedades de certo trato, realizam-se, semanalmente, feiras animadas. Hidrografia - O sistema hidrográfico do município pertence aos rios Quipuã e Sabuji (V. Quipuã e Sabuji), ambos afluentes do Seridó. As lagoas principais: João Alves, Santo Antônio, São Domingos, Serrote, Picotes, Tamanduá; tôdas, porém, secaem no verão. História - No princípio do século XVIII, começaram as fundações de fazendas de criar na região que, mais tarde, constituiu o município de Sabuji. Dentre os primeiros habitantes civilizados, nomeia-se o português Geraldo Ferreira Neves, a quem depois veio juntar-se seu sobrinho de igual nome, natural de Mamanguape, da Capitania da Paraíba, e filho do português Pedro Ferreira Neves, conhecido por Pedro Velho. Morrendo o tio, ficou Geraldo de posse das terras. Com outras sesmarias que obteve, tornou-se opulento. Em 1773, destinando no lugar São Domingos meia lêgua de terras para patrimônio, erigiu a igreja de Santo Luzia, templo substituído no século seguinte pelo da atual Matriz. Em torno da igreja primitiva, começou o povoado, por longos anos, pertencente à jurisdição de Patos. Em 6 de outubro de 1857, por Lei provincial n.º 14, foi criada a paróquia e a Lei n.º 410, de 24 de novembro de 1871 deu-lhe a categoria de vila, instalada em 27 de junho de 1872. Por largo tempo, foi termo de Patos. O decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938 deu-lhe fóros de cidade, constituindo-o sede de comarca de primeira grandeza. Homens notáveis - Nascem no município: Alcindo de Medeiros Leite, bacharel de Direito, autor do livro Santa Luzia e sua evolução; Francisco Seráfico da Nóbrega, advogado e político; Abdon Nóbrega, Francisco Antônio da Nóbrega e Manuel Alexandre de Araújo
Guerra, políticos; Padre Jovino da Costa Machado. Não esquece Sabuji o nome do construtor Francisco Brandão Cavalcânti, que muito contribuiu para a prosperidade e a formoseamento da sede. **Indústria** — A parte pequenas indústrias de artefatos de couro, existem no município uma usina, na cidade, e 10 instalações destinadas ao beneficiamento do algodão. A exportação do município, em 1942, constou de 1 956 911 kg de algodão, 141 185 kg de schelita, 304 500 kg de bauxita, 416 688 kg de fluorita, 2 322 kg de berilo, 1 215 kg de colombita e 500 toneladas de batatas doce. **Instrução** — Conta uma escola normal agrícola, de fundação recente e o ensino primário se distribui por 14 escolas, o Grupo Escolar Coelho Lisboa, todos sob a docência de 19 professores. A matrícula, nas escolas primárias, em 1942, somou 764 alunos, resultando 460 de frequência média. **Limites** — Os Decretos-leis n. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram os seguintes limites municipais para Sabuji: **Com Patos**, começando no marco n.° 7, de Patos, situado no lugar Muquém, na linha de cumeada da serra da Cajazeira, prossegue por ela e pela das serras da Batalha e da Boneca até alcançar os setores Pinhão e Dranço; prossegue ainda por ela até o marco n.° 2, situado na serra Olho d’Água, dente marco em linha reta até o marco n.° 1, situado nas proximidades da fazenda Olho d’Água dos Anisios, à margem do rioque passa na referida propriedade; dente marco, em linha reta, até o marco n.° 6 (de Patos), situado no lugar Malhada da Umburana, na linha de cumeada da Serra das Melâncias, prossegue por ela até o marco n.° 5 (de Patos), situado no lugar Balanço **Com o Rio Grande do Norte** — (municípios de Serra Negra, Cació e Jardim do Seridó), começando no marco n.° 5 (de Patos), situado na Pedra Vermelha, no lugar Balanço, da serra das Melâncias, prossegue pela linha de cumeada desta serra e, em seguida, pelas serras do Povoação e dos Picos ou Formosa, das Quintas e da Carneira, onde se estremam com Ibiapinópolis. **Com Ibiapinópolis**, começando na linha de cumeada da serra da Carneira, nascente do último córrego afluenza pela margem direita do rio Catolé, desce por ele até a sua foz neste último rio; daí, em linha reta, até o marco n.° 1, de Ibiapinópolis, situado na linha de cumeada da serra de Samambaia, na sua extremidade norte; segue por essa linha de cumeada até o marco n.° 7 (de Patos), situado na linha de cumeada da serra de Cajazeira, no lugar Muquém.

**DIVISAS INTERDISTRITAIS**

**Distrito da Sede com Caaporã**, começando na linha de cumeada do contraforde que separa as águas do riacho do Serrote do riacho Santo Antônio, segue por ela até a serra das Cabaças, pela qual prossegue e em seguida por uma linha reta até o marco n.° 3, situado na estrada de rodagem Campina Grande-Sabuji; prossegue por essa estrada até o marco n.° 4; daí, por uma linha reta, até o marco n.° 5, situado na linha de cumeada da serra dos Quintos, **Distrito da Sede com Sabugira**, começando no ponto onde o rioquá Quipauá corta os limites da Paraíba com o Rio Grande do Norte, sobe por esse rioquá até o marco n.° 6, situado na fazenda Zumbi; dente marco em linha reta até o marco n.° 7, situado na Fazenda Navio; finalmente, em linha reta para o marco n.° 8, situado à margem do caminho de tropa Sabuji-São Mamede, na garganta da serra dos Velhacos. **Distrito da Sede com São Mamede**, começando no marco n.° 8, situado à margem do caminho de tropa Sabuji-São Mamede, na garganta da serra dos Velhacos, segue pela sua linha de cumeada e em seguida, por uma linha reta até o pico do Iaiú; dente pico,
prossegue pela linha de cumeada do contraforte da serra da Batalha, até atingir a desta serra, na fazenda Bana-
neiras. *Distrito de São Mamede com Sabujirana,* começando no marco n.º 3, situado à margem do caminho do troca
Sabuji-São Mamede, na garganta da serra dos Velhocos, segue pela linha de cumeada dessa serra até alcançar a da
serra da Mandioca; daí, prossegue pela linha de cumeada que divide as águas do rio Sabuji com o das Varzeas, até o serra
de Tapajó, nos limites com o Rio Grande do Norte.

*Necessidades locais* — Ao município faltam estradas internas; precisa de uma rodovia ligando-o a Paes, de di-
versas pontes, inclusive uma que deve vingar o Quipauá, ao pé da cidade. Seria utilizável uma rodovia, ligando a sede
aos municípios rio-grandenses do Norte, São João e Serra Negra, enfim servindo a grande parte da zona do Seridó. *O meio social* — A sede do município, con-
ta uma sociedade educada que mantém grêmios artísticos, recreativos, esporti-
vos e centros religiosos de beneficência. *Patrimônio municipal* — Em 1949, o p.o.: trimônio municipal somava . . . . .

Cr$ 368 931,60. *Povoações* — As povoa-
gões mais importantes, depois das vilas,
são: Junco, Picotes e Keunha. *Betgido* — O município forma uma só freguesia de Santa Luzia, pertencente ao Bispado de Caiçarés. São capelas filiais: São Miguel e São Sebastião, na sede; São Mamede, na vila deste nome; bem como as capelas de Sabujirana, Caapóa, Jun-
co, Picotes, Redinha e São José. *Rendas públicas* — Em 1941, a Coletoria Esta-
dual teve a receita de 424:872$200 e a despesa de 164:189$700. Em 1942, a Co-
letoria Federal arrecadou Cr$ 75 257,96. Também para o último exercício referi-
vido, a Prefeitura Municipal orçou sua receita em Cr$ 165 000,00; arrecadou Cr$ 148 702,40; ixou a despesa em .
.

Cr$ 165 000,00 e efetuou a de . . . . . .

Cr$ 149 655,40. *Repartições públicas* —

A Prefeitura Municipal, o Fórum, Agên-
cia Postal-Telegráfica, Mercado Público, Grupo Escolar, Coletorias Estadual e Federal, Cartório do Registro Civil, Usi-
na Municipal de Luz Elétrica. *Riquezas naturais* — Conta o município, em ex-
ploração, jazidas de scheelita, fluorita, bariita, berilo, cobalita, apatita, amian-
ço, cassiterita, bismuto, citrina, cristal de rocha, platina... A mineração, neste perodo de seta, tem amparado cente-
nas de famílias, fornecendo trabalho e a consequente manutenção. *Sede* — A sede é a cidade de Sabuji, aprazivel,
bem edificada, tendo dois grandes açu-
des para abastecê-la. Está a 12 quilôme-
tros da fronte ocidental da Borborema; a 200 metros acima do nível do mar, dis-
tando 50 quilômetros de Patos, 140 de 
Campina Grande e 250 da Capital. A municipalidade mantém uma biblioteca pública e a Filarmônica 23 de Maio, lem-
brando o dia natalício de Epitácio Pess-
s. Um Pósto de Higiene e um serviço de remoção de ixos são realizações mun-
iciais. Em 1924 o então prefeito Silvi-
no Cabral da Nóbrega, em cooperação
com o engenheiro pernambucano Bran-
dão Cavalcanti, iluminou a cidade à luz
eletrica, sendo a primeira, do alto ser-
tão paraibano, que teve tal benefício.

Conta bem construída igreja-matriz, um cinema e 22 bons estabelecimentos co-
merciais. A Comissão Pimenta da Cunha, em 1922, determinou-lhe as seguintes coodenados: lat. 6° 23' 16" S, long:
E. do Rio de Janeiro: 6° 17' 52,50", em frente da matriz. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 568 prédios urbanos, 48 subur-
banos, 1 514 rurais e a popu-
lação: urbana, 1 314 habitantes; subur-
banas, 209; rural, 6 954. *Viãs de comu-
nicação* — Conta o município uma ro-
dovia ligando a sede à Campina Grande e várias estradas carroçáveis internas.

*Sabujirana* — Povoação do município de Sabuji, a margem do rio Varzela, nome primitivo do burgo, mudado para o atual pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15

Sacramento — Povoado do município de São João do Cariri, cuja aula pública primária teve 31 matriculados, em 1942, com a frequência média de 22.

Salamandra — Povoado do município de Pombal. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 48 alunos.


Salgadoinho — Povoação do município de Patos, 70 quilômetros L. da sede, margem da rodovia central do Estado. Sua aula pública primária, em 1942, matriculou 46 alunos, tendo a frequência média de 30.

— Lugarejo do município de Umbuzeiro.

Salgado — Rio de pequeno curso do município de Areia.

— Rio do município de Sousa, afluentes do Piranhas.

— Vila do município de Tabainha. (V. Aburá.)

Samambaiá (Voc. ind., parece formar-se de sam-abaia: pêlos que prendem.) — Lugarejo do município de Cabaceiras. Tem uma capela.

Sanhauá (Voc. ind., nome de uma espécie de peixe.) — Rio afluentes da margem direita do Paraíba, banhando a fala occidental da colina onde assenta a cidade de João Pessoa e forma a bacia ou pôrto de João Pessoa ou Varadouro. É alimentado por diversos ríbeiros e riachos, sendo os principais: o do Meio e o Marés, que nascem no município de Santa Rita. Do surgidouro para as nascentes, é navegável por pequenos barcos até onde chega a influência das marés. Sobre o rio se distende uma ponte ligando a cidade ao subúrbio Barreiras e à rodovia-tronco do Estado. A baria de Sanhauá constitui o pôrto da Capital. (V. João Pessoa.)

pública retirou-lhe os canhões de bronze e está condenada a arrasamento para ampliar-se o pórtio de Cabelelo.

Santa Celina — Povoado do município de Cuité. Conta uma capela e uma escola púnica primária que, em 1942, teve 33 matriculados e a média de 29.

Santa Cruz — Promissora povoação do município de Sousa. Conta uma capela e três aulas públicas primárias que, em 1942, matricularam 103 alunos, com a frequência média de 74.

Santa Emilia — Povoado do município de Sousa, ao lado do açude que ine dá o nome, derivado da fazenda, cujo proprietário, Dr. Antônio Mariz, o construiu. A barragem tem 528 854 metros cúbicos de capacidade.

Santa Fé — Localidade do município de Bananeiras, 26 quilômetros a O. da sede e a margem direita de um riacho que separa o referido município do de Serraria. E' uma região pirotecá, muito elevada, e sêca da zona do Curimataú. Ar puro e saudável. Aí fundou o missionário Ibiapina uma casa de Caridade e um colégio para internos e externos, funcionando largos anos, visando especialmente à educação das meninas da região interior da Paraíba. Desapareceu quando deixou de existir o indivíduo benevolente, cujos restos estão num tóseo mausoléu no cemitério, de Santa Fé, ainda hoje abriga de irmãs de caridade. Coelho Maris, sob o título Ibiapina, decereveu a vida do formidável missionário.
— Povoado decadente do município de Jatobá.

Santa Gertrudes — Povoado do município de Patos, 18 quilômetros a N.O. da sede, à margem da rodovia-tronco do Estado. E' iluminado a luz elétrica. Tem uma usina para beneficiar algodão e uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 44 alunos.

Santa Helena — Povoação do município de Antenor Navarro, possuindo uma escola pública primária que, em 1942 matriculou 40 alunos.
— Povoação e usina do município de Sapé. Suas aulas públicas primárias, em 1942, matricularam 248 alunos, tendo 126 de frequência média.

Santa Inês — Localidade do município de Conceição. E' centro de zona agrícola, produtora de cereais, algodão e cana-de-açúcar.


Santa Luzia — Povoado do município de São João do Cariri. Sua escola pública primária, em 1942, recebeu 23 matriculados.

Santa Luzia do Sabuji — (V. Sabuji.)

Santa Maria — Vila do município de Conceição. (V. Ibiara.)

Santana — Povoado do município de Conceição, tendo uma capela e uma escola pública primária. Esta, em 1942 matriculou 53 alunos, tendo 31 de frequência média.
— Povoado do município de Maguari, no engenho Santana, Tem escola pública primária que, em 1942, registrou 73 matriculados.
— Povoado de São João do Cariri; sua escola primária, em 1942, matriculou 81 alunos.
— Povoado no antigo engenho do município de Santa Rita. Tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 88 alunos, resultando a frequência média de 54.

Santana do Congo — (V. Congo.)

Santana dos Garrotes — (V. Garrotes.)
Santa Rita — Municipio do litoral paraibano, o mais industrial do Estado. Ocupa a área territorial de 902 quilômetros quadrados. O Recenseamento de 1940 encontrou no município 1,168 prédios urbanos, 1,912 suburbanos, 6,176 rurais e a população de 34,396 habitantes, assim distribuídos: Zonas urbanas, 4,225; suburbanas, 8,193; rural, 21,981. Administração — Politicamente, é dirigido por um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por 28 funcionários permanentes. Comarca de segunda entrada, estão os interesses da Justiça local afronta a um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A segurança pública é da competência de um delegado de Polícia, na sede; subdelegados, nas vilas. Os primeiros são nomeados pelo Interventor Federal; os outros pelo Secretário do Interior. Cabe ao Chefe de Polícia a nomeação de suplentes para os referidos cargos. Aspecto físico — O município assenta quase todo em terrenos planos ora argilosos, como os da Várzea do Paraíba; ora arenosos, como marginais do Atlântico e os tabuleiros. Nos outeiros que limitam os vales, ainda se conservam algumas matas. Assistência social — Na sede se encontram algumas sociedades religiosas de assistência aos necessitados. A fábrica de Tecidos Tiberi e a usina São João possuem serviço médico e hospitalar para os seus operários e respectivas famílias. O governo do Estado mantém a defesa contra a lepra e um hospital-colônia para os doentes; uma sociedade particular custeia um Preventório para filhos de leprosos. O município e o comércio local mantêm um serviço de assistência aos desvalidos. Clima — O clima do município é quente e úmido, mas saudável. Nas faixas costeiras e nos vales dos rios, reinam febres palustres durante a estação das chuvas, de março a agosto. A temperatura não excede de 34°C à sombra nem baixa de 18°C. Comércio — Bem considerável é o movimento comercial do município, principalmente o exportador. Mantêm relações comerciais com as praças de João Pessoa, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e outras do Norte do país. Demografia — Em 1941 registraram-se no município 389 nascimentos, 82 casamentos e 741 óbitos, sendo 23 natalimentos. A delinquência consta de 51 contravenções e 175 crimes, inclusive 8 homicídios. Distritos — O município está dividido em três distritos: o da sede, o de Garça e o de Lucena. Etnografia — Foram potiguaras e tabajaras os primitivos habitantes da região. Dada a conquista, juntou-se o português. Contribuição apreciável trouxe o judeu, fugindo à inquisição portuguesa e entregando-se ao cultivo da cana-de-açúcar. Mais tarde, se reuniu o elemento negro, que integrava a senzala dos engenhos, no século XVIII e parte do XIX. Fauna e flora — Muito reduzida está a fauna pela perseguição constante movida pelo homem, principalmente aos animais de caça. O município conta ainda algumas matas que produzem madeiras excelentes para construção e marcenaria. Fazendas agrícolas e pastoris — Na agricultura, fundase, especialmente, a fórça econômica do município. Entretanto o pastoreio e a piscicultura merecem atenção de um certo número dos seus habitantes. Existem os seguintes engenhos, cuja atividade foi absorvida pelas usinas, mas ainda são excelentes propriedades agrícolas: Alecrim, Canaã, Campelo, Capelinha Carapeba, Engenho do Meio, Engenho Novo, Engenho dos Reis, Garça, Jitó, Inhobim, Jaburu, Nossa Senhora do Patrocínio, Mamaba, Outeiro, Pau d'Arco, Rio Prêto, Santa Amaro, Santo André, Santa Isabel, São Bento, Tiberí, Torresinha. Segundo arrolamento feito em princípios de 1942, se contavam no município: 5.200 bovinos, 2.300 equinos, 2.400 asininos, 2.000 mules, 1.000 lanígeiros, 1.200 caprinos, 3.000 suínos e 28.000 aves. Feiras — As principais feiras realizadas aos domingos, na sede, são abundantes e concorridas. Hidro-
SANTA RITA

_ógraça — O município é regado por um crescido número de rios, riachos, ribeirros, todos permanentes, uns engrossando as águas do Gramame, outros o Paraíba, alguns despejando no Sanhauá e vários no Atlântico. Os mais importantes são: Água Turva, Gramame, Garçau, Guia, Inhobim, Marés, Melo, Miriri, Mombaba, Monjercba, Muçuré e Tiberi. _História —
A várzea do Paraíba começou a ser aproveitada logo que os portugueses fundaram a cidade da Filipeia de Nossa Senhora das Neves. Os terrenos do atual município, foram os primeiros conhecidos pelos colonizadores. Na região, se deram violentos encontros entre portugueses e potiguaras, tabajaras, auxiliados pelos franceses. Nas margens do Tiberi, foi o chefe tabajara Piragibe batido pelos conquistadores que, partindo de Olinda, demandavam a foz do Paraíba. Em 1587, Martim Leitão fundou em Tiberi o forte São Sebastião e o primeiro engenho de cana de açúcar da Paraíba, destinado a aumentar a fortuna do rei de Portugal. Uma aldeia de tabajaras, localizou-se à sombra da fortificação, sendo esse núcleo, provavelmente, a base da atual sede do município. Quando os holandeses senhorearam a Paraíba, funcionavam dois engenhos em Tiberi, pertencentes a dois irmãos que, segundo a tradição, após contínuas altercações, caíram lutando no rio, pecrendo afogados. Santa Rita, se desenvolveu rápida não somente por estar no centro de distrito açucareiro, como por ficar à margem da estrada que ligava a Capital ao sertão. O povoado foi erguido Paroquía, em 20 de fevereiro de 1839, por Lei provincial n.º 2. O Decreto n.º 21, de 14 de junho de 1890, criou a comarca, classificada pelo Decreto n.º 540, do mesmo mês. Tal categoria perdeu e recuperou algumas vezes até que no governo do Dr. Gratuliano Brito, foi novamente comarca pelo Decreto n.º 591, de 30 de outubro de 1934, sendo seu primeiro juiz o bacharel Otávio Celso de Novais. Na administração do Dr. João Suacuna, por Lei estadual n.º 613, de 3 de dezembro de 1924, teve os fóruns de cidade. _Indústria — É Santa Rita o município de maior força industrial do Estado. Além das suas usinas, dos seus engenhos para o fabrico de açúcar, de álcool, de aguardente; além da sua fábrica de tecidos; de sua instalação para o preparo de óleo de baleia; de suas manufaturas de doces e confeitos; de seus viveiros; de suas salinas; conta centenas de aviaimentos para o preparo da farinha de mandioca, várias instalações para o benefício do algodão e uma fonte de água mineral — O Caldeirão —, produto que está sendo, vantajosamente, colocado na Paraíba e fora desta (V. Caldeirão). Em 1941 exportou o município: 30 000 litros de água mineral, 4 906 sacos de sal de 60 kg; 2 198 000 1 de óleo de baleia, 50 000 abacaxis, 4 000 cachos de bananas, 25 000 mangas, 72 toneladas de batatas doce, 33 000 kg de doces de frutas, 8 825 kg de bombons, 800 toneladas de mandioca, 48 000 kg de algodão em caroço, 60 000 cócios, 350 000 toneladas de cana-de-açúcar, 257 273 sacos de 60 kg de açúcar de usinas, 1 076 sacos de açúcar bagaço, 35 385 1 de aguardente, 242 946 1 de álcool, a que podemos reunir 9 000 000 de m de tecidos do fábrica Tiberi (V. Tiberi). Promissora é a extração de látex da mangabeira. _Instrução — O município conta somente a instrução primária, distribuída por 35 escolas públicas; em 1942, matricularam 2 539 alunos, obtendo 1 563 de frequência média. Na sede funcionam vários cursos particulares, diurnos e noturnos de instrução primária e secundária. _Limites — Os Decretos-leis n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, e 520, de 31 de dezembro de 1943, determinaram para Santa Rita os seguintes limites municipais: — _Com Sapé, começando no marco n.º 1 (de Sapé), situado
no alagadiço denominado Curralinho, segue em linha reta até alcançar a nascente no riacho Pau-Brasil e desce por ele até a sua foz, no rio Miriri. **Com Mamanguape**, começando na foz do riacho Pau-Brasil, no rio Miriri, desce por este até a sua desembocadura, no Oceano Atlântico. **Com o Oceano Atlântico**, começando na foz do rio Miriri, segue em linha reta até a linha de limites das águas territoriais, e continua por esta linha até defrontar a barra do Paraíba. **Com João Pessoa**, começando na foz do rio Paraíba, no Oceano Atlântico, segue pela margem desse rio até à sua confluência com o Sanhauá e por esse até o marco n.º 1, situado à sua margem esquerda (primeira curva); dêste marco, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 2, situado à margem esquerda do referido rio (na segunda curva); dêste marco, sobe pelo dito rio à foz do rio marés; sobe ainda por esse rio até à sua nascente e daí, segue em linha reta até alcançar a nascente do rio Camacho, desce pelo referido rio até a sua foz, no rio Imbiribeira. **Com Maguari**, começando no ponto onde o caminho de tropa da Imbiribeira corta o rio do mesmo nome, segue pelo referido caminho até o marco n.º 6 (de Maguari); dêste marco, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 5 (de Maguari), situado na propriedade Venâncio do Nascimento, no vale do rio Mumbaba; ainda prossegue em linha reta até o marco n.º 4 (de Maguari), situado à margem do caminho carroçável da estação dos Reis, entre os engenhos Reis e São João; segue por esse caminho até alcançar a estrada de rodagem João Pessoa-Pilar, pela qual prossegue até a ponte da Batalha, sobre o rio Paraíba; desce por este até o marco n.º 3 (de Maguari), situado entre as propriedades Pindoba e São José; dêste marco, segue em linha reta até o marco n.º 2 (de Maguari), situado entre as propriedades Nossa Senhora do Patrocínio e Pindoba; ainda em linha reta, segue até alcançar o marco n.º 1 (de Maguari), situado entre as propriedades São Filipe e Nossa Senhora do Patrocínio; continua ainda em linha reta até o marco n.º 1 (de Sapé), situado no alagadiço denominado Curralinho.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

**Distrito da Sede com Garguí**, começando na nascente do rio Pau-Brasil, segue em linha reta até alcançar a estrada do rio; prossegue por ela até cortar o rio Paraíba e por este até a sua confluência, com o rio Sanhauá. **Distrito de Garguí com Lucena**, começando no marco n.º 3, situado à margem do rio Miriri, na propriedade Geraldo, segue em linha reta até alcançar a nascente do rio da Guia e desce por ele até a sua foz, no rio Paraíba.

**Necessidades locais** — O município necessita de estradas com as respectivas obras de arte, facilitando as comunicações da sede com as vilas e povoações situadas à margem do Paraíba e do Atlântico, numa distância de 30 a 50 quilómetros. Necessita de escolas para sua população rural. **Meio social** — Consta o município, especialmente na sede, uma sociedade educada que mantém gêneros literários, recreativos, artísticos, religiosos. Vários periódicos têm sido publicados em Santa Rita e até um excelente Anuário, repleto de informações sobre a vida social, agrícola, literária, artística, industrial, religiosa e econômica do município. **Patrimônio municipal** — Em 1941, o patrimônio municipal somava Cr$ 234 468,70. **Portos** — Conta o município vários portos de alguma importância nos rios Sanhauá, Guia, Garguí, Miriri, Paraíba e no Atlântico, sendo o mais amplo, o da enseada de Lucena. **Povoações** — Barreiras, Boa Vista, Costinha, Engenho Central, Fagundes, Forte Velho, Guia, Marés, Ponte de Lucena, Socorro, Tiberi, Várzea Nova, Viração,
além das vilas Lucena, e Gargáu. Religião — O município constitui uma só freguesia, de Santa Rita, com igrejas filiais na sede, Barreiras, Capelinha, Fagundes, Forte Velho, Gargáu, Guia, Jitó, Lucena, Mumbaba, Monjereba, Munguengue, Ponta de Lucena, Ribeira, Santana, Santo André, Santo Antônio, São Gonçalo, São João, Santa Rita (usina), Socorro, Tapira, Tiberi e Zumbi. Outrora existiu a freguesia de Nossa Senhora do Livramento, na povoação desse nome, e atual vila de Gargáu. Decaindo, foi incorporada à freguesia de Santa Rita.

Rendas públicas — No exercício de 1941, a Coletoria Estadual teve a receita de 434:281.950 e a despesa de 241.942.400. A Coletoria Federal, em 1942, arrecadou Cr$ 1 168 930,30. A Prefeitura, para o exercício de 1942, orçou sua receita em Cr$ 335 000,00; arrecadou Cr$ 447 102,40; fixou a despesa de Cr$ 385 000,00 e efetuou a de Cr$ 445 504,00. Riquezas naturais — Conta o município jazidas de calcário e matas com as melhores essências florestais, Acrescentam-se vastos tabuleiros onde espontaneamente vegeta a manzateira, cujo látex produz borracha de boa qualidade. Sede — A sede do município é a cidade de Santa Rita, assentada à margem direita do Paraíba e cortada pelo Tiberi e pelo rodoviário do Estado. A Capital lhe fica a E. numa distância de 12 quilômetros, metade dos quais está pavimentada a paralelepípedos rejuntados a cimento. A edificação é boa, distendendo-se em 9 avenidas, 18 ruas, 10 travessas, 5 praças, algumas agradadas; uma destas, com uma harma de João Pessoa e lindo corredor, conta algumas ruas bem pavimentadas. É servida pela via férrea, regular serviço de auto-ônibus entre a sede e a Capital, salientando-se o obrigação da parada dos ônibus das linhas de Campina Grande, Guarabira, Sapé, Mamanguape, etc. Na sede funcionam: Agência Postal-Télégrafica, Coletoria Estadual, Coletoria Federal, Prefeitura Municipal, Mercado Público, Matadouro.

Estação de Estrada de Ferro, Grupo Escolar, o Fórum, Serviço de Remoção de Lixo, Usina de Luz Elétrica, Edifício da Viação de Auto-ônibus de Santa Rita, Cinema e 12 escolas públicas primárias. O Recenseamento de 1940, computou-lhe 685 prédios urbanos, 1 912 suburbanos, 3 599 rurais e a população urbana, 2 674 habitantes; suburbana, 8 193; rural, 13 792. Vias de comunicação — A sede e uma parte leste do município, são servidas pela rodovia-tronco, pelo Sanhauá, pela via férrea e pelo baixo Paraíba. Para os outros distritos conta apenas caminhos de trânsito pedonal. No serviço de transportes de passageiros e mercadorias, havia no município em princípio de 1942: 8 auto-ônibus, 17 automóveis, 2 motociclos, 55 caminhões e 16 carros de bois.

Santa Rosa — (V. Barra de Santa Rosa.)

— Nome de um povoado do município de Serraria. Tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 23 alunos, alcançando 22 de frequência média.

— Nome de um rio afluentes do Curimatã, em cuja margem está a vila Barra de Santa Rosa.

Santa Teresa — Povoado do município de Brejo do Cruz. Em 1942, sua escola pública matriculou 29 alunos.

Santa Teresinha — Futuroso povoado do município de Patos, 25 quilômetros a O. da sede. Realiza, aos sábados, feiras de movimento apreciável. Conta uma capela e uma aula pública; esta, em 1942, matriculou 42 alunos.

— Povoado do município de Brejo do Cruz. Sua escola primária, em 1942, matriculou 36 alunos.

Santo Amaro — Arruado do município de Santa Rita. Conta uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 62 alunos.

Santo André — (V. Murutu.)
Santo Antônio — Povoado de Ibiapinópolis. (V. Seridó.)

— Povoado do município de Sousa; sua escola pública primária, em 1942, matriculou 36 alunos.


— Povoação do município de Princesa Isabel; em 1942, sua escola primária matriculou 29 alunos.

— Povoado do município de Areia, cuja escola pública primária, em 1942, matriculou 32 alunos.

— Localidade à margem esquerda do estuário do Paraíba, celebre pela resistência do seu fortim, durante a invasão holandesa. Na Paraíba foi a última fortificação a capitular.

— Lugarejo do município de Conceição.

— Rio de pequeno curso do município de Cachoeiras.

São Benito — Futurosa povoação do município de Brejo do Cruz. Tem uma capela, duas aulas públicas primárias; estas, em 1942, tiveram 92 matriculados e 69 de frequência média.

São Boaventura — Povoado do município de Mísericórdia, elevado à vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. Tem uma capela de Nossa Senhora da Conceição e realiza semanalmente, abundante feira. Em 1942, sua escola pública primária teve 59 matriculados e 34 de frequência média. O Recenseamento de 1940, contou-lhe 157 prédios urbanos, 12 suburbanos, 1 204 rurais e a população: urbana, 436 habitantes; suburnana, 50; rural, 5 820. E distrito agrícola-pastoril.

São Domingos — Nome que os portugueses, na época das primeiras explorações da costa do Brasil, deram ao rio Paraíba do Norte.

São Francisco — Povoado do município de Areia. Sua escola pública primária, teve 56 matriculados, em 1942, e 29 de frequência média.

— Vila do município de Ibiapinópolis. (V. Olivedos.)

— Povoado do município de Mamanguape, 10 quilômetros a N.O. de Baía da Traição. Está no vale da lagoa Acajutibirá. No povoado e nas imediações moram uns 1 900 habitantes, em maioria descendentes puros dos potiguaras. Conta uma capela e uma aula pública primária.

São Francisco de Aguiar — (V. Aguiar.)

São Geraldo — Povoado do município de Alagoa Nova; conta aula pública primária que, em 1942, matriculou 53 alunos.


São João — Povoado do município de Pombal, tendo aula pública primária que matriculou 26 alunos em 1942.

— Próximo povoado de Mamanguape. (V. Itapororoca.)

— Local na várzea do Paraíba, no município de Santa Rita, à margem do Paraíba e da via férrea. Também é conhecido pelo nome de Engenho Central, em virtude da usina que ali montou a Companhia Açucareira Paraíba-Sergipe. Desaparecendo esta, passou à propriedade particular. Em torno da usina avultou pitoresca povoação de operários, funcionários da usina, agricultores, etc., que contam com assistência médica e hospitalar do estabelecimento,
sociedades esportivas, escolas primárias gratuitas. A fábrica e o povoado assentam nos terrenos do engenho São João Batista que, antes da invasão holandesa, pertencia ao colono português Accioli de Vasconcelos.

São João do Cariri — Município sobre o planalto da Borborema, nos limites S.O. do Estado, ocupando área territorial de 3 454 quilômetros quadrados. Segundo o Recenseamento de 1940, conta 30 739 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 2 690; suburbanas, 542; rurais, 27 507, ocupando 1 028 prédios urbanos, 164 suburbanos e 5 758 rurais. Acudes — Conta algumas dezenas de açudes, quase todos particulares e de reduzida capacidade. Administração — Políticamente, é dirigido por um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por funcionários permanentes. Sendo comarca de segunda ordem, são os interesses da Justiça local da alçada de um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar. A segurança pública compete a um delegado de Polícia, na sede e subdelegados nas vilas; os primeiros de nomeação da Interventoria; os outros do Secretário do Interior e Justiça. O Chefe de Polícia do Estado escolhe os suplentes para os referidos cargos. Aspecto físico — O município assenta no platô da Borborema, na zona das bromélias, castáceas e cardos, numa altitude de 450 a 500 metros. As suas principais serras, tôdas pertencentes à Borborema, são: Alagoa de Roça, Aldiodão, Barriguda, Coroa Branca, Jacarará, Juazeiro e Serra Branca. Clima — É quente e seco, não baixando a temperatura a menos de 20º C, subindo até 34º C à sombra. É um dos municípios que têm experimentado três e quatro anos consecutivos de estiagem, mas, pelo menos à noite, os alíssos lhe modificam o calor. Comércio — Tem comércio regular, principalmente nas vilas, mantendo suas transações com as praças de Campina Grande e João Pessoa. Demografia — Em 1941 registraram-se no município 325 nascimentos, 65 casamentos, 444 óbitos. Distritos — São João do Cariri é dividido nos seguintes distritos de Pau: Aredicio, Caraíbeira, Congo, Cochichola, Gurjão, Itamarotinga, Mucuitu, Parari, a Sede e Sucuru. Etnografia — De remanescentes de Cariri, de colonos portugueses e brasileiros procedentes de Pernambuco, descendem a atual população do município, sendo insignificante o elemento negro. Fauna e flora — A fauna apresenta variedades em volatéis, reptis, insetos, entre estes a cochonilha. A flora monótona e triste caracteriza a região dos cardos, das bromélias, dos cardos, pontilhada, a espaços, pela fronde dos umbuzeiros, da quixabeira, da libraíma, etc. Nas serras ainda se encontram restos de matas. Fazendas agrícolas e pastoris — O município é propriamente pastoril, mantendo, porém, uma agricultura que, nos anos chuvosos, é suficiente para abastecer a população da comuna e produzir regular quantidade de algodão. Não obstante a seca que se positivou em 1940, os rebanhos do município, em começo de 1942, somavam: 20 000 bovinos, 1 000 equinos, 900 muletas, 3 000 carneiros, 2 500 ovinos e 15 000 aves. Feiras — Semanalmente, na sede, nas vilas e nas principais povoações, se realizam feiras bem concorridas. Hidrografia — No município se reúnem os rios do Mear, da Serra e Sucuru, tomando o nome de Paraíba, daí em diante. Um pouco além da junção, deixa o município, entrando no de Cabeceiras. São afluentes do Paraíba, regando o município, os rios Paraíba, Rio de Fora, Santana ou Timbaúba, Santa Clara, São José, Serra Branca e Serrote, e os rios Alagamiara, Balanço, Cacimbas, Jirau, Poreiras da Roça, Taquarí e Velha Antônia. História — Os colonizadores do atual município de São João do Cariri se fixaram na região no fim do século XVIII. E o que se deduz de uma sesmaria concedida em 17 de dezembro.
de 1669: — “O Alferes Custódio Alves Martins diz que, sendo morador na capitania de Pernambuco, etc., descobriu alguma terra, etc., nas cabecceiras do Paraíba, em cujas terras ele suplicante situou-se e deu o nome de sitio São João, etc., com efeito está de posse da terra há mais de três anos...” Com os índios cariris, formou-se uma aldeia denominada Travesoa, de rápido desenvolvimento, sendo criada freguesia em 3 de abril de 1750 e, pelo alvará de 17 de abril de 1778, foi elevada a povoado, sob o nome de Cariris de Fora, para distinguir-se de outra aldeia de Cariris localizada em Fagundes, posteriormente transferida para Pilar. Campina Grande, reunindo melhores vantagens, disputou-lhe a supremacia. No entanto, em 3 de abril de 1798, foi elevada a vila, sob a denominação de São Pedro, em homenagem ao regente. Depois que o Sargento-Mor José Fernandes da Silva Pequeno dou o patrímônio, verificou-se a instalação no dia 5 de maio de 1803, estando presente o Ouvidor-Geral da Capitania, recebendo nova denominação, a de Vila Real de São João, também homenageando o príncipe regente D. João. Começou a progredir, elevando-se à comarca por Lei provincial n.º 27, de 6 de julho de 1854 e classificada pelos Decretos ns. 1 648, de 29 de setembro de 1855, e 5 099, de 4 de dezembro de 1872. O Decreto-Lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, conservou-lhe as categorias de comarca e cidade. Indústria — É a pecuária a principal indústria do município. Iniciou, sob auspícios bons, a extração das fibras de cravão, contudo, para estímulo, um banco agrícola, de pequeno capital. É um município que procura amparar suas indústrias em novos métodos e assim, possui dois departamentos de assistência à lavoura, um campo agrícola municipal e vários outros nos distritos, e mais: 18 instalações para beneficiar a cagodão. Instrução — Possui unicamente a primária, distribuída em 32 escolas a cargo de 32 professores. A matrícula, em 1942, nos referidos estabelecimentos, somou 1 372 alunos, resultando 918 de frequência média. Limites — Os Decretos-leis ns. 1 164, de 15 de novembro de 1858, e 520, de 31 de dezembro de 1943, determinaram para São João do Cariri os seguintes limites municipais: — Com Batalhão, começando na lagoa do Fundão, na serra dos Cariris Velhos, nos limites com Pernambuco, segue em linha reta até alcançar a curvatura da serra de São Gonçalo, prossegue por ela e, em seguida, por uma linha reta até alcançar o marco n.º 7 (de Batalhão), situado na fazenda Serrote de Cima; — este marco, prossegue por outra linha reta até o marco n.º 5 (de Batalhão), situado na fazenda Campo Grande de Cima; — ainda prossegue por outra linha reta que divide Lagoa Tapada para os dois municípios até o marco n.º 5 (de Batalhão), situado na fazenda Caraça; — também fica dividida para os dois municípios: — este marco, prossegue, finalmente, até alcançar o marco n.º 4 (de Batalhão), situado à margem do rio Mucutu ou Poço dos Cavaleiros, na fazenda Malhada Alegre, onde se estremam os municípios de Ibiapinópolis e Batalhão. Com Ibiapinópolis, começando no marco n.º 4 (de Batalhão), situado à margem do rio Mucutu ou Poço dos Cavaleiros, segue em linha reta até o marco n.º 1, situado na fazenda Mucutu; — este marco prossegue por outra linha reta até o marco n.º 2, situado na fazenda Simeão, que fica dividida para os dois municípios; — finalmente, segue por outra linha reta, até o marco n.º 3, situado na fazenda Malhada da Areia, que fica dividida para os dois municípios e à margem do rio do mesmo nome; desce pelo rio até o marco n.º 4, situado na fazenda Mundo Novo; — finalmente, prossegue por outra linha reta até o marco n.º 1 (de Ibiapinópolis), situado na fazenda do Estreito, onde se estremam os municípios de Ibiapinópolis e Cabaceiras. Com Cabaceiras, começando no marco n.º 1 (de Ibiapinópolis), situado na fazenda
Estreito, segue em linha reta até alcançar o pico do Serrote dos Pombos; daí, prossegue por outra linha reta até o marco n.º 11 (de Cabaceiras), situado à margem do rio Tapeora, na fazenda Divisão; deste marco, prossegue ainda em linha reta até o marco n.º 10 (de Cabaceiras), situado a 500 metros ao poente de Algodoais; ainda uma vez prossegue em linha reta até alcançar o marco n.º 9 (de Cabaceiras), situado no divisor de águas da serra de São Domingos; deste marco ainda prossegue em linha reta até o marco n.º 8 (de Cabaceiras), situado à margem do rio Paraíba, na fazenda Porteiras; finalmente, prossegue por outra linha reta até o marco n.º 7 (de Cabaceiras), situado no divisor de águas da serra dos Cariris, na fazenda Jaques, Com Pernambuco — (Município de Tapuaretanga), começou no marco n.º 7 (de Cabaceiras), situado no divisor de águas da serra dos Cariris, que toma os nomes de serras da Cachemira e das Umburanas, prossegue por ele até alcançar o marco n.º 4, situado à margem do caminho de trota do Brejo da Madre Deus, na fazenda Jerimum, nos limites com Monteiro, Com Monteiro, começando no marco n.º 4, situado à margem do caminho de trota de Brejo da Madre Deus, na fazenda Jerimum, prossegue por este caminho, que divide Pindurão para os dois municípios, até alcançar o marco n.º 6, situado na fazenda Caiçara, que também fica dividida para os dois municípios; deste marco, prossegue em linha reta até o marco n.º 6, situado à margem do rio do Meio, na fazenda Concepção; ainda por outra linha reta prossegue até o marco n.º 7, situado à margem do rio Sucuru, a 1.900 metros da vila de Sucuru, deste marco segue em linha reta até alcançar a linha de cumeada da serra de Sucuru, prossegue por ela e pela do seu contraforte que passa ao norte de Oiho d’Água do Padre até o marco n.º 8, situado na fazenda Manungu; daí, prossegue em linha reta, até atingir a foz do rio Camucim, do rio das Flores; sobe por aquele rio-chão até a sua nascente na linha de cumeada da Serra dos Cariris. Com Pernambuco — (Município de São José do Egito), começando na nascente do rio-chão Cacimbinha, na linha de cumeada da serra dos Cariris Velhos, prossegue por ela até a lagoinha do Fundão, onde se estremam Batalhão e Pernambuco (São José do Egito).

DIVISAS INTERDISTRIBUTAS

Distrito da Sede com Itamarotinga, começando no marco n.º 9, situado na linha de cumeada da serra dos Mares, onde se estremam o distrito da sede com os distritos de Cochinhol e Itamarotinga segue por uma linha reta até atingir a desembocadura do riochão Balaço, no rio Serra Branca na fazenda Velos; prossegue daí em linha reta até encontrar o marco n.º 10, situado na fazenda Tanques, no ponto onde se encontram os distritos Itamarotinga e Parari. Distrito da Sede com Parari, começando no marco n.º 10, situado na fazenda Tanques, segue por uma linha reta até atingir o marco n.º 12, situado na fazenda Poço do Rancho, onde se estremam os distritos da Sede, Nucuitu e Gurjão. Distrito da Sede com Gurjão, começando no marco n.º 12, situado na fazenda Poço do Rancho, segue por uma linha reta até o marco n.º 13, situado à margem do riochão Namorado; ainda por outra linha reta prossegue até este marco n.º 14, situado à margem do riochão Oiho d’Água, desce por ele até cortar a estrada de rodagem de São João; deste ponto prossegue então pela referida estrada até o serróte dos Pombos, nos limites com Cabaceiras. Distrito de Timbaúba com Mucuitu, começando no marco n.º 12 situando na fazenda Poço do Rancho, prossegue pela linha de cumeada que divide as águas entre o riochão Escuro e rio Mucuitu até o marco n.º 14, situado na mesma linha de cumeada; deste marco, prossegue então em linha reta até o
marco n.º 3, situado à margem do rio Malhada da Areia, na fazenda do mesmo nome. Distrito de Mucuitu com Parari, começando no marco n.º 12, situado na fazenda Póço do Rancho, segue em linha reta até alcançar a foz do rio Mucuitu, no rio Taperoá; sobe pelo rio até a foz do rio Jerimalha e por este rio até a sua nascente; daí, segue então em linha reta até o marco n.º 5 (de Batalhões), situado na fazenda Caraça. Distrito de Parari com Aredicó, começando no marco n.º 15, situado nas proximidades da confluência do rio Canela de Ema, com o rio São José, na fazenda Algodão, segue em linha reta até o marco n.º 16, situado na linha de cumeada da serra do Algodoão; deste marco prossegue ainda em linha reta até alcançar o marco n.º 7 (de Batalhões), situado na fazenda Serrote de Cima. Distrito de Aredicó com Sucuru, começando no marco n.º 8, situado na fazenda Mulungu, nos limites com Monteiro, segue em linha reta até encontrar o marco n.º 17, situado na fazenda da Pedra Lavrada; deste até alcançar o marco n.º 18, situado na linha de cumeada da serra da Conceição, onde se estremam os distritos de Sucuru e Serra Itamarotínga. Distrito de Aredicó com Itamarotínga, começando no marco n.º 18, situado na cumeada da serra da Conceição, segue em linha reta até alcançar a nascente do rio Canela de Ema, na fazenda Varzea do Franco; desce pelo rio até a sua foz no rio São José e por uma linha reta até o marco n.º 15, situado nas proximidades desta confluência. Distrito de Itamarotínga com Parari, começando no marco n.º 10, situado na fazenda Tanques, segue por uma linha reta até encontrar o marco n.º 19, situado à margem do rio São José dos Cordeiros, na fazenda Tanques, sobe por este rio até alcançar o marco n.º 20, situado nas proximidades da confluência do rio Canela de Ema com o rio São José. Distrito de Itamarotínga com Sucuru, começando na foz do ria-

sidade do rio Meio, na fazenda Conceição, seguida por uma linha reta até alcançar a foz do rio Algodão, no rio Sucuru. Distrito de Sucuru com o de Congo, começando no marco n.º 19, situado na linha de cumeada da Serra Itamarotínga; prossegue por ela e em seguida por uma linha reta até alcançar o marco n.º 18, situado na linha de cumeada da serra da Conceição. Distrito de Congo com Caraíbas, começando no marco n.º 21, situado na linha de cumeada da serra dos Cariris, segue por uma linha reta até atingir o marco n.º 22, situado na fazenda Curimatas; daí prossegue por outra linha reta até alcançar a nascente do Riação, desce por este até a sua foz no rio da Velha Antônia e por este até o marco n.º 23, situado na fazenda PeRALVILHOS; deste prossegue até atingir a confluência do rio do Meio com o Sucuru. Distrito de Cochichola com Itamarotínga, começando na confluência do rio Algodão com o rio Sucuru, segue em linha reta até o marco n.º 24, situado na fazenda Espinheiro, prossegue por outra linha reta, até alcançar o marco n.º 25, situado na fazenda Lagoa de Cima; ainda prossegue por outra linha reta até o marco n.º 26, situado na fazenda Coroa Branca; finalmente, segue ainda em linha reta até o marco n.º 9, situado na linha de cumeada da serra dos Mares. Distrito de Cochichola com Caraíbas, começando no marco n.º 8, (de Cabaceiras), situado à margem do rio Paraíba, na fazenda Porteiras, segue em linha reta até atingir a confluência dos rios do Meio e Sucuru, na fazenda São Joãozinho. Distrito de Cochichola com o de Sede, começando no marco n.º 9, situado na linha de cumeada da serra dos Mares, segue por ela até alcançar os limites municipais, nas proximidades do povoado Algodoais.
Necessidades locais — O município precisa de escolas rurais, de estradas e, especialmente para o desenvolvimento de suas indústrias, de capitais e de maior iniciativa dos seus habitantes. Meio social — São João do Cariri foi, no século passado, apreciável centro de cultura, contando estabelecimentos de instrução secundária, escolas para a difusão de ensino primário, sob iniciativa particular de espíritos esclarecidos, apóstolos convencidos do progresso, da civilização. Depois, as eadas, o desaparecimento dos homens mais interessados pelo adiantamento da comunidade, a politicagem dissolvente, impeliram o município para a decadência, da qual somente agora se vai libertando e é possível conseguir pois a região é dotada de grandes possibilidades. Povoações — Município de vasta área territorial, conta crescido número de povoados e lugares, sendo as principais povoações: Badalo, Barreiras, Campo Comprido, Carmo, Farlas, Itaipu, Jureminha, Malhada da Roça, Monte Algre, Santana e São Joaquim.

Religião — Constitui o município uma só freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, criada a 3 de abril de 1752. A primeira igreja-mãe foi construída pelos jesuítas à margem do Taperoá, 12 quilômetros distante da sede atual. Arrostando-se o templo, fizeram outra construção no lugar onde agora se acha, integrando a cidade. Conta várias capelas filiais nas vilas e povoações, pertencentes à Arquidiocese da Paraíba.

Kandas públicas — Em 1941, a Coletoria Estadual teve a receita de 234.989,90 e a despesa de 149.836,80. A Coletoria Federal, no exercício de 1942, fez a arrecadação de Cr$ 76.287,90. A Prefeitura Municipal, para o exercício de 1942, orçou sua receita em Cr$ 133.000,00; arrecadou Cr$ 128.106,30; fixou a despesa em Cr$ 210.000,00 e realizou a de Cr$ 127.668,10. Repartição públicas — Conta a Prefeitura, o Fórum, Coletorias Federal e Estadual, Agência Postal-Telegráfica, Grupo Escolar, Mercado Público, Cartório do Registro Civil. Riquezas naturais — Possui o município zonas de minérios de valor. Nos seus campos crescem, espontaneamente, cacau e outras plantas fibrosas. Possui também uma fonte termal cuja temperatura excede de 31º C. Sede — A sede é a cidade de São João do Cariri, depois de Caririó, a localidade mais antiga de Cariris Velhos. Está a 225 quilômetros da Capital, a 88 de Campina Grande e segundo os trabalhos da Comissão geográfica chefiada por A. Pimenta de Cunha, a 7º-23'34,10" de lat. S. e 60º-41'28,65" long. W. Gr., em frente da Matriz. Sua edificação, em matéria, é antiga. Possui serviço de luz elétrica, desde 1935. O Recenseamento de 1940, computou-lhe 157 prédios urbanos, 29 suburbano, 475 rurais e a população: urbana, 484 habitantes; suburbana, 84; rural, 2119. Vias de comunicação — O município está servido por uma rodovia, de construção recente, ligando-o a Monteiro e Campina Grande, transatando por ela uma linha de auto-ônibus. Internamente dispõe de estradas carroçáveis, nem sempre bem conservadas.

São João do Rio do Peixe — (V. Antenor Navarro.)

São Joaquim — Povoado do município de São João do Cariri. Néle funciona uma escola pública primária que matriculou 43 alunos em 1942, tendo 34 de frequência média.

São José — Povoado do município de Guarabira, sua escola primária teve 43 matriculados, em 1942.

— Povoado do município de Princesa Isabel. Tem uma capela construída pelo Padre Francisco Arcorde, auxiliado pela família Bezerra. Sua escola pública primária, em 1942, registrou 53 matriculados e a frequência média de 34.

— Povoado do município de Cabaceiras, tendo uma escola pública primária que, em 1942, registrou 36 matrículas.
— Povoado do município de Brejo do Cruz. Foi 46, o número de matriculadas em sua aula pública, em 1942.

— Vila do município de Patos. (V. Mucuna.)


— Povoação do município de Pilar. Tem uma capela de Jesus, Maria e José. Realiza uma feira semanal, e sua escola primária matriculou 67 alunos em 1942, tendo 35 de frequência média.

— Povoado do município de Mamanguape.

São José das Pombas — (V. Parari.)

São José de Lagoa Tapada — (V. Oiticicaba.)

Santo José dos Cordeiros — (V. Areçó.)

São Mamede — Vila protêrpa e bem situada à margem esquerda do rio Sabugi e pertencente ao município deste nome. Tem boa edificação e é muito apreciável. Entre os seus edifícios se destaca suntuoso templo católico, de construção recente, dirigido pelo franciscano Frei Martinho. E' centro de distrito agrícola-pastoril, existindo na vila várias pequenas indústrias de artefatos de couro, de metais. Seu comércio é movimentado. Por uma estrada carroçável, ligase à sede, que lhe fica a 25 quilômetros a L., e a Patos, a O., numa distância de 30 quilômetros. O Recenseamento de 1940, encontrou: 332 prédios urbanos, 25 suburbanos, 1 268 rurais e a população: urbana, 1 129 habitantes; suburbana, 77; rural, 6 301. Cunha Agência Postal-Telegráphica, uma escola primária noturna, com a matrícula de 41 alunos; duas aulas primárias diurnas, que, em 1942, matricularam 160 alunos, tendo 72 de frequência média. História — São Mamede, em 1762, era fazenda pastoril, pertencente aos irmãos Nóbrega, de Soledade, hoje Ibibiporãpolis, tendo, respectivamente, como procurador e vaqueiro, Manuel Augusto de Araújo e Manuel Francelino da Costa. O primeirão deu início ao povoado que, em 1906, apresentava três casas e uma grande latada de folhas de oitica, sob a qual se realizava uma feira bem animada. Compreendendo a importância do local para transações comerciais, José Paulo de Souto deu lhe grande incremento. Adquiriu quase todo o terreno e nele edificou crescendo número de casas, estimulou várias indústrias, inclusive o plantio de algodão. Atraiu habitantes e, em cooperação com o Prefeito Municipal, Silvino Cabral da Nóbrega, iluminou a vila à luz elétrica. Os primeiros prédios residenciais, modernos foram ali construídos, em 1930, pelo negociante e industrial sírio, Salomão.

São Manuel — Povoado do município de Guarabira. Tem aula pública primária que inscreveu 54 matriculados, em 1942.

São Miguel — (V. Patra.)

— Povoação do município de Mamanguape, no distrito de Baia da Traição, situada num outeiro à margem ocidental da lagoa de Acajutibirí. Sua população é constituída por descendentes pueros dos potiguaras, não obstante suas relações com os demais habitantes vizinhos, de quem adotaram usos e costumes. Não afrouxaram, porém, aquela característica desconfiança dos seus antepassados. A população, que outrora teve categoria de vila e sede de freguesia, conta uma capela de São Miguel e está agora sob o amparo do Serviço de Proteção aos índios, cuja repartição está localizada, não em São Miguel, mas na Baia da Traição. O paludismo reina ali intensamente. Foi um dos primeiros lugares da Paraíba, onde pisou o europeu. Em 1585, ali encontrou Martim Leitão uma feitoria de franceses que traficavam pau-brasil.

São Miguel do Taipu (Taipu, voc. ind.: Ita-ipu: fonte da pedra.) — Vila do município de Maguari. E' de fundação an-
tiga. Dista 1 200 metros da estação ferroviária de Coitzeira. Em meado do sécu-lo X VI, via um engenho de fabricar açúcar e, nas suas imediações estabeleceu-se uma aldeia de índios cariris, tendo o seu chefe o nome de Pedro Val-
cacer. Em 3 de fevereiro de 1745 o bispo
de Pernambuco, Frei Luiz de Santa Te-
resa, elevou-a a freguesia de Nossa Se-
hora dos Anjos. Foi próspera, mas de-
caiu, passando a paróquia a incorporar-
se à de Maguari. Nela funcionam duas
escolas públicas primárias cuja matri-
culía, em 1942, somou 157 alunos, resul-
tando 90 de frequência média.

São Paulo — (V. Diamante.)

São Pedro — (V. São João do Cariri.)
— Povoado do município de Brejo do
Cruz. Tem aula pública primária que
matriculou 44 alunos, em 1942.

São Rafael — Fazenda do Estado na
antiga propriedade Macacos, à margem
direita do Jaguaribe e a três quilôme-
tros da Capital. Nela estéve uma colô-
nia de japoneses e, antes destes, ali se
ensaiou a sericicultura. Atualmente aí
se pratica a horticultura e a criação de
aves e suínos.

São Salvador — Povoado do munici-
pio de Sape. Néle existe um campo ex-
perimental. Sua escola pública, em 1942,
matriculou 89 alunos, tendo 64 de fre-
quência média.

São Sebastião — Vila do município de
Monteiro. (V. Caribá.)
— Povoado do município de Umbu-
zeiro. Tem escola pública primária.
— Povoado do município de Jatobá;
tem aula pública primária.
— Povoado do município de Patos,
tendo aula pública primária que, em
1942, matriculou 53 alunos, com a fre-
quência média de 27.

São Tomé — Vila de Monteiro.
(V. Sumé.)

São Vicente — (V. Itajubatiba.)

Sapé (Voc. ind., corr. de eçapé: o que
alumia.) — Município central do Estado,
instituído recentemente. Ocupa uma
área territorial de 433 quilômetros qua-
drados. Sua população, segundo o Re-
censamento de 1940 é de 39 601 habi-
tantes, assim distribuídos: zonas urba-
nas, 6 708; suburbanas, 541; rurais,
32 251, ocupando: 1 752 prédios urba-
nos, 127 suburbanos e 7 025 rurais.
Açudes — Conta vários açudes, mas o
principal é o do Padre Azevedo, proprie-
dade particular, tendo a capacidade de
1 150 000 metros cúbicos. Administração
— E' políticamente dirigido por um pre-
feito municipal, nomeado pela Interven-
toria Federal, auxiliado por 32 funcio-
nários permanentes. Comarca de prí-
meira estrutura, competem os negócios
da Justiça local a um juiz de direito,
dois suplentes e demais órgãos auxilia-
res. A cargo de um delegado de Polícia,
sua sede, e subdelegados, nas vilas, está
a segurança pública. O primeiro é no-
meado pelo Interventor Federal; os ou-
tros, pelo Secretário do Interior e Jus-
tiça. O Chefe da Polícia nomeia os su-
plentes para os referidos cargos. Aspecto
físico — O município assenta parte na
catinga e parte na transição desta para
as várzeas do Mamanguape e Paraíba.
Os terrenos são planos ou levemente
ondulados, nêles se encontrando avar-
zeados, trechos cobertos de matas, ta-
buleiros, e vales de rios e riachos. Assis-
tência social — Embora de recente cria-
ção, é um dos municípios paraibanos
aparelhados no que concerne à assistên-
cia social. O seu hospital regional —
Sá Andrade — mantém, auxiliado pela
Prefeitura e pelo Estado, os principais
departamentos para auxiliar a popula-
ção: Póstio Higiénico, Maternidade, Po-
líclinica, etc. Clima — E' quente e úmi-
do, nas proximidades da várzea; mais
seco na catinga. O estado sanitário é,
normalmente, bom. A temperatura, du-
rante o estado, pode elevar-se a 24°C à
sombra; na estação chuvosa, desce a
18°C, nos meses de março a agosto.
Comércio — Bem apreciável é a cifra comercial do município, especialmente a referente à exportação. Mantêm transações mercantis com outros municípios, com a Capital, com outros Estados brasileiros e, nos tempos normais, com alguns países estrangeiros. Demografia — Em 1941 registraram-se no município 505 nascimentos, 56 casamentos, 751 óbitos, déstes, 17 natimortos. A delinquência constou de 20 contravencções e 80 crimes, entre os quais 13 homicídios. Distritos — Conta o da sede e o de mari, antiga Aracá. Etnografia — A população atual de Sapé é um caldeamento de portugues com o índio e boa dosagem de sangue africano. Fauna e flora — Não obstante a constante perseguição, existem no município animais de caça como: veados, cutias, pacas, inhambús, perdizes, jacus, tatus; variedades em pásaros cantores e insetos. Há restos de matas, bem conservadas, que fornecem excelentes madeiras para construção e marcenaria. Fazendas agrícolas e pastoris — Conta o município centenas de propriedades agrícolas e várias pastoris. Das primeiras, a mais importante é a usina Santa Helena. No município se cultivam cereais, algodão, cana-de-açúcar, sendo de vulto a cultura do abacaxi, produzindo os melhores do Nordeste, pesando cada fruto de 1 500 a 3 000 g. Os seus rebanhos, em 1941, consumavam: 12 000 bovinos, 2 200 equinos, 500 assininos, 900 muares, 6 000 caprinos e 5 700 suínos. Feiras — Na sede, na vila e nas povoações de certo trato, se realizam, semanalmente, feiras animadas. Hidrografia — Os principais rios que cortam o município são o Gurimbeú, o Riachão, o Una, o Patu e vários riachos, seus tributários. História — Em 1899 começaram a edificar as primeiras casas, exigidas pelos trabalhos da ferrovia “Conde d’Eu”, construindo-se a estação na propriedade Monteiro, onde agora assenta a cidade, que tomou o nome de Sapé, talvez pelo extenso campo dessa gramínea ali existente naquela época. Os capitães Manuel Antônio Fernandes, Urbano Guedes, Galvíndio e Simplicio Coelho e Gentil Lins, agricultores e comerciantes, muito contribuíram para o desenvolvimento do povoado, que pertencia ao município de Espírito Santo. O Decreto n.º 627, de 12 de dezembro de 1935, criou o município, instalado em 31 de dezembro do mesmo ano, sendo o capitalista e agricultor Gentil Lins seu primeiro prefeito municipal. Foi elevado a comarca de primeira jurisdição, pelo Decreto-lei estadual n.º 39, de 11 de abril de 1949. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, confirmou-lhe as prerrogativas anteriores. Instalou a Comarca o Bacharel Manuel Lira, primeiro juiz de direito de Sapé. Indústria — Sapé se revela um dos mais futuros municípios do Estado. Além de usinas para açúcar, conta duas poderosas instalações para extração de óleo e uma para o beneficiamento de algodão; juntam-se cinco outros maquinismos também destinados ao beneficiamento da preciosa malfévea. Também possui instalações para o preparo de fibras, em 1941, exportou o município: 3 770 kg de agave, 54 000 kg de fibras de abacaxi, 4 000 cachos de bananas, 120 toneladas de batatas doces. 7 900 toneladas de mandioca, 675 000 kg de algodão, em caroço, 72 377 sacos de 60 kg de açúcar de usina, 4 108 sacos de açúcar bagatê, 371 651 1 de aguardente, 52 800 litros de álcool, 309 098 kg de algodão em pluma e 126 395 kg de rapaduras. Para auxiliar a lavoura há, na sede uma Cooperativa de Crédito Agrícola. Instrução — É a primária e a distribuída pelo governo, no município, em 27 escolas, inclusive um Grupo Escolar, com a docência total de 37 professores. O número de matriculados nas aludidas escolas foi, em 1942, de 1 978 alunos e 1 283 de frequência média. Para auxiliar o Estado na despesa de instrução primária, contribuiu o município com Cr$ 17 719,50, dez por cento de sua receita em 1941. Limites — Os Decretos-leis ns. 1 164, de 15 de novembro de 1938 e 520, de 31 de
dezembro de 1943, determinaram os seguintes limites municipais para Sapé:
— Com Guarabira, começando no ponto onde o caminho carroçável de Cachoeira e Araçajú alcança a estrada de rodagem de Mulungu a Sapé, prossegue pelo referido caminho até o marco n.º 5 (de Guarabira), situado na lagoa de Taumátá; dêste marco, segue em linha reta até o marco n.º 1 (de Mamanguape), situado na lagoa do Félix. Com Mamanguape, começando no marco n.º 1 (de Mamanguape), situado na lagoa do Félix, à margem do caminho de tropa de Inhauá, prossegue por esse caminho até alcançar a estrada de rodagem Sapé a Mamanguape, segue por ela até cortar o rio Miriri, pelo qual desce até a voz do riacho formado pelos alagadiços de Curralinho. Com Santa Rita, começando na voz do riacho formado pelos alagadiços de Curralinho, no rio Miriri, sobe por esse riacho até a sua nascente e daí, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 1, situado no alagadiço denominado Curralinho. Com Maguari, começando no marco n.º 1, situado no alagadiço denominado Curralinho, segue em linha reta até o marco n.º 2, situado entre as propriedades Santa Helena e Tubocas no Carrasco do Padre; dêste marco, segue em linha reta até o de n.º 3, situado na estrada de rodagem Cobé a Sapé: prossegue por essa estrada de rodagem até Cobé; daí, segue pela estrada de rodagem de Pilar a João Pessoa, até a ponte sobre o rio Curimatáu. Com Pilar, começando na ponte grande de estrada de rodagem João Pessoa-Pilar, sobre o rio Curimatáu, sobe pelo rio até cortar o caminho carroçável Caja-Curimatáu, nas proximidades da povoação do mesmo nome; daí, prossegue por esse caminho e em seguida por uma linha reta até alcançar o marco n.º 5 (de Pilar), situado na fazenda Patu; dêste marco, desce pelo riacho Patu até cortar o caminho de tropa de Alfaiacá de Cima a Curimatáu; prossegue por esse caminho até cortar o rio Gurinhém; sobe pelo rio até o marco n.º 4 (de Sapé), situado à sua margem; dêste marco, segue em linha reta até o marco n.º 5 (de Sapé), situado entre as propriedades Bonito e Matrona, nas proximidades da lagoa do Jenipapo; daí, prossegue pela estrada de rodagem Mulungu-Sapé, até a sua interseção com o caminho carroçável de Contendas a Araçajú.

DIVISAS INTERDISTRICTAIS

Município da Sede com Mari, começando no ponto onde o riacho de Caldas corta o caminho de tropa do Fundo do Vale à lagoa do Félix, nos limites municipais, segue por esse caminho que passa em Jacarequara, Várzea Grande, sítio do Rocha e Fundo do Vale até alcançar finalmente o marco n.º 1 (de Mamanguape), situado na lagoa do Félix.

Necessidades locais — O município precisa de estradas internas, de escolas rurais, de maior iniciativa na vida agrícola. Meio social — Bem adiantada é a sociedade na sede e na vila, contando núcleos religiosos de beneficência, grêmios recreativos, artísticos, esportivos, reuniões cívicas e sociais de apreciável realce. Patrimônio municipal — Em 1942, o patrimônio do município de Sapé somava Cr$ 490.643,70. Pecuárias — Além da vila, de Mari, tem os seguintes povosados: Açude do Mato, Anta do Sono, Cachoeira, Jendirosa, Santa Helena, Sobrado e Una. Religião — Sapé constitui a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, criada em 1919, sendo o Padre Florentino Barbosa o seu primeiro vigário. Rendas públicas — Em 1941, a Coletoría Estadual teve a receita de ... 560:566:050 e despesa de 310:719:100. Para o exercício de 1942, orçou a Prefeitura Municipal sua receita em ... Cr$ 175.000,00; arrecadou Cr$ 286.793,30; fixou a despesa de Cr$ 210.000,00, efetuando a de Cr$ 282.299,50. Repartições públicas — Existem na sede: a Prefeitura, o Fórum, Estação ferroviária,
Agência Postal-Telegráfica, Mercado Pública, Matadouro, Pôsto de Higiene, Grupo Escolar, Coletoria Estadual, Cartório do Registro Civil, Casa de Detenção. A Coletoria Federal é localizada em Maguari. Seção — A sede, a cidade de Sapé, bem situada em elevada e extensa planície, cruzada pela via férrea Entroncamento a Nova Cruz, impressiona agradavelmente ao visitante, por sua edificação, suas ruas largas, suas praças pavimentadas, seu templo católico, seu cinema, seu hospital regional, suas usinas. Está a 126 metros de altitude e a 40 quilômetros distante da Capital. Segundo o Recenseamento de 1940, conta 1 254 prédios urbanos, 54 suburbanos, 5 277 rurais e a população: urbana, 4 579 habitantes; suburbanas, 213; rural, 24 340. Contam-se na cidade 4 aventais, 19 ruas, uma travessa e 3 praças. Vias de comunicação — As principais: estrada de ferro, duas rodovias, uma que liga a sede à Capital e ao interior; outra estabelecendo comunicação com Manguape e Rio Tinto. Várias linhas de auto-ônibus cruzam a cidade. Para transportes de passageiros e mercadorias, existiam no município, em 1942: 16 automóveis, 26 caminhões e 18 carros de bois.

Sarapó (Voc. ind.) — Vila, ex-Carnaubal, do município de Batalhão. Primeiramente, chamava-se Livramento. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1933, deu-lhe a categoria de vila e mudou-lhe o nome para Carnaubal; o Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, conservou-lhe a categoria, mas deu-lhe a denominação que ora usa. Tem uma capela e uma aula pública primária. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 125 prédios urbanos, 22 suburbanos, 847 rurais e a população: urbana, 331 habitantes; suburbanas, 81; rural, 4 153.

Seio de Abraão — Depressão suave na serra da Borborema comunicando o município de Batalhão com o de Patos.


— Nome atual da ex-vila de Santo Antônio, do município de Ibiapinópolis, elevada à vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1933, mudando-lhe o nome para o atual o Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. Tem algum trato comercial, conta uma capela e uma aula pública primária. Esta, em 1942, matriculou 31 alunos. O Recenseamento de 1940, encontrou-lhe: 107 prédios urbanos, 12 suburbanos, 730 rurais e a população: urbana, 201 habitantes; suburbanas, 94; rural, 3 558.

Serra — Rio também conhecido pelo nome Espinho. Nasce na serra do Jacaraípe, no município de Monteiro, banha a povoação Umbuzeiro, entra no município de São João do Cariri, onde se reúne com o Sucuru e o do Meio, formando o principal rio do Estado. (V. Paraíba.)


Serra Bonita — (V. Alcantil.)

Serra Branca — (V. Itamarotinga.)


— Nome de uma povoação do município de Sousa. Nela funcionam duas aulas públicas primárias que, em 1942, matricularam 84 alunos, tendo 41 de frequência média.
Serra Grande — Vila do município de Misericórdia. (V. Itituruçu.)

Serra da Raiz — Vila do município de Caçará, situada na serra do mesmo nome, tendo a L., no sopé, a estação ferroviária de Duas Estradas. Da vila se descortina belíssimo panorama. É muito saudável e sede da freguesia de Nosso Senhor do Bom Fim. Teve grande importância comercial mas decaiu. Conta uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 100 alunos, tendo a frequência média de 97. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 213 prédios urbanos, 16 suburbana rurais, 2 rurais, 3 147 rurais e a população: urbana, 862 habitantes; sub-burana, 72; rural, 15 425. História — É povoação antiga. Antes da conquista da Paraíba pelos portugueses, já franceses e mamelucos de Olinda visitavam a região, os primeiros, colhendo pau-brasil; os outros resgatando prisioneiros. Mar-tim Leitão, entre novembro de 1585 e princípios de 1586, combatendo os habitantes potiguaras, ali queimou mais de 40 aldeias. Dos remanescentes é que se formou o primeiro núcleo, isto depois da Restauração. Tradicionalmente, sabe-se ter sido o pernambucano Bento Costa o iniciador da povoação. Este, por desgosto com a família, abandonou a povoação, deixando como continuadores os seus descendentes Antônio José da Costa Umburana e Antônio José da Costa. Confirmou-se o caso, com a sesmaria pedida por Bento Antônio da Costa, em 18 de fevereiro de 1739, “entre o Araçají e o Curimataú”, sendo o aludido reque- rente, o proprietário do sitio embiguida, ribeira do Curimataú, onde havia uma lagoa. Em 21 de julho de 1822, foi a povoação considerada distrito de paz, suprimido no ano seguinte, restabelecido em 30 de setembro de 1865. Pertencem longos anos ao município de Guarabira e hoje integra o de Caçará. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, deu-lhe a categoria de vila sob o nome de Copoaba. O Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, conservou-lhe a categoria, fazendo-a voltar à sua primitiva denominação.


Serraria — Município central do Estado, na região do Brejo, com uma estreita faixa a O. na zona do Curimataú. Ocupa a área territorial de 444 quilômetros quadrados, contando, segundo o Recenseamento de 1940, a população de 24 434 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 6 706; suburbana, 341; rurais, 17 184, ocupando 3 752 prédios urbanos, 127 suburbanos e 7 025 rurais. Águas — Conta alguns pequenos águas particulares, principalmente no distrito do Curimataú. Administração — E' politicamente, dirigido por um prefeito municipal, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por 13 funcionários permanentes. Sendo comarca de primeira entrada, os interesses da Justiça
local estão afetos a um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar. A segurança pública compete a um delegado de Polícia, na sede, e subdelegados, nos vilas, ou últimos nomeados pelo Secretário do Interior e Justiça; o primeiro, pelo Interventor Federal. O Chefe de Polícia nomeia os suplentes para os referidos cargos. Aspecto físico — O município, excetuando-se pequeno trecho plano a N.O., é montanhoso, sulcado de vales estreitos, regado de ribeiros e córregos. Clima — E' quente e úmido, excetuando-se o trecho sêco do Curimataú, muito agradável no período das chuvas, ao contrário da outra parte, muito amena na estação calmosa. E', de ordinário, salubre. A boa e o paludismo flagravam as classes pobres. No inverno, a temperatura pode descer até 18° C e no verão subir até 33° C à sombra. Comércio — Embora pequeno, é um dos mais ricos municípios do Estado, mantendo comércio de certa importância com as praças de João Pessoa, Recife e outras do interior e exterior do Estado. Demografia — Em 1941 registraram-se no município 76 nascimentos, 39 casamentos e 766 óbitos. A delinquência constou de 43 crimes, sendo um de homicídio. Distritos — Conta o da Sede, o de Arara e o de Pilões. Etnografia — A população atual é o resultado do caldeamento do índio e do português ao qual se juntou, em pequena parcela, o africano. Fauna e flora — A fauna apresenta variedades em pássaros, aves, pequenos animais, roedores, insetos e reptis. Das opulentas matas de outrora pouco resta, e os minúcios bosques existentes produzem ainda boa madeira de construção e marcenaria. No trecho N.O. aparecem o marmoleiro, a macambira, o facheiro e algumas espécies xerófilas. Fazendas agrícolas e pastoris — O município conta centenas de propriedades agrícolas e pequena quantidade de fazendas de criação. Em 1941, o arrolamento de seus rebanhos reuniu: 1 200 bovinos, 400 equinos, 500 asininos, 650 muares, 700 lanígeros, 2 500 caprinos, 1 200 suínos e 15 000 aves. Feiras — Semanalmente se realizam, na sede e nas vilas, feiras movimentadas e abundantes. Hidrografia — A principal bacia é a do Araçajú e seu afuínte o Araçajurim que recebem no município a contribuição de abundantes e numerosos mananciais. (V. Araçajú.) História — Os primeiros colonos que se estabeleceram em territórios do atual município, chegaram em começo do século XVIII, quando se formou a missão de Santo Antônio de Boa Vista. O distrito de Pilões foi o primeiro que, de Mamanguape, recebeu o civilizado, aí fundando fazendas agrícolas. Em 1850, o agricultor José Maria Fernandes, da varzea do Paraiba, ali fundou o primeiro engenho para rapaduras. Ainda em 1851, existindo no atual perímetro da sede abundantes matas, nos terrenos da fazenda agrícola de propriedade do coronel Antônio Bento Duarte dos Santos, montaram uma serraria, oxetamente no local onde agora se ergue a igreja-matriz. O aparelhamento que se resumia numa serra braçal, algumas peças, enxós e machados, atraiu operários e moradores que ali iam construindo suas habitações, formando um povoado que recebeu a denominação popular de Serraria. O local onde está a cidade pertence a Manuel Birindiba, que permitiu a edificação, sendo uma das primeiras casas cobertas de telhas, a construída, aproximadamente em 1880, por Faustino Antônio do Rosário. Outras habitações se agregaram às primeiras e assim, em 1883, Serraria era povoação da freguesia de Pilões. Crescendo de importância, começou a disputar a supremacia com a referida vila de Pilões, conseguindo também eliciar-se à categoria de vila por determinação da Lei n.º 80, de 13 de outubro de 1895. Serraria prosperou, ao passo que a sua rival, Pilões, decaiu e foi a ela subordinada. O Decreto-lei n.º 1 184, de 15 de novembro de 1938, deu-lhe a categoria de comarca e de cidade, situações con-
firmadas pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. **Indústria** — Na agricultura, funda-se a vida econômica de Serraria. Conta diversos engenhos para o fabrico de rapaduras, 4 instalações de beneficiar algodão e iniciou, com maquinismos de produção reduzida, o preparo de fibras. A exportação do município, em 1941, constou do seguinte: 20 000 kg de fibras de agave, 7 500 kg de óleo de mamona, 225 sacos de arroz em casca, 4 000 sacos de milho, 80 000 abacates, 75 000 cachos de bananas, 300 000 laranjas, 1 000 toneladas de batatas doce, 30 000 toneladas de mandioca, 350 000 litros de aguardente, 720 sacos de arroz beneficiado, 100 000 sacos de 60 kg de farinha de mandioca, 75 000 kg de polvilho, 90 000 kg de fumo em corda, e 3 760 000 kg de rapaduras. **Instrução** — Conta o município sômente a instrução pública primária, ministrada em 16 escolas, sob a docência de 23 professores. Em 1942, tais estabelecimentos tiveram 791 matriculados e 516 de frequência média. **Limites** — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1898 e 31 de dezembro de 1943, estabeleceram os seguintes limites municipais para Serraria: — **Com Bananeiras**, começando no ponto onde o caminho de tropa de Aburá corta a confluentes do rio Lajedo do Frade com o rio Jacaré, no lugar Baixa Larga, sobe por este rio até a foz do rio Engenho Velho; sobe por este rio até o marco n.º 10 (de Bananeiras), dêste marco, prossegue em linha reta até o marco n.º 9 (de Bananeiras), situado na interseção dos caminhos carroçáveis de Gamelas com o de Serraria a Engenho Velho, na linha de cumeada da serra de Gamelas; prossegue por ela até o marco n.º 8 (de Bananeiras); dêste marco, segue em linha reta até o marco n.º 7 (de Bananeiras), situado na interseção da estrada de rodagem Serraria-Camucá com o caminho carroçável de Gamelas a Paulo Afonso; prossegue pela estrada até alcançar o pontilhão sôbre o riochio Araçajimirim; desce por ele até cortar a antiga estrada carroçável de Bananeiras; prossegue por ela até o marco n.º 6 (de Bananeiras), situado no ponto onde ela corta o riochio Poço Escuro. **Com Guarabira**, começando no marco n.º 6 (de Bananeiras), situado no ponto onde a antiga estrada de Bananeiras corta o riochio Poço Escuro, segue em linha reta até o cruzamento da antiga estrada carroçável de Bananeiras com o caminho carroçável que vai a Serraria; dêste ponto, segue em linha reta até alcançar o pico da serra Pau-d’Arco do Labirinto; dêste pico segue em linha reta até o marco n.º 2 (de Guarabira) situado à margem da estrada de rodagem Cuiteji-Pilões entre as propriedades Gameleira e Cachoeira do Espinho; ainda prossegue em linha reta até a pedra da Canastra; dêste ponto, continua em linha reta até o marco n.º 1 (de Guarabira), situado no ponto em que o caminho de tropa do Espinho corta o riochio Piranã; dêste marco segue em linha reta até o pico da serra do Capim; ainda em linha reta prossegue até alcançar a linha de cumeada da serra da Gameleira, prossegue por ela e em seguida por essa linha reta até alcançar o marco n.º 10 (de Areia), situado à margem do caminho de tropa de Almêcega, na propriedade Ouro Verde. **Com Areia**, começando no marco n.º 10 (de Areia), situado à margem do caminho de tropa de Almêcega, na propriedade Ouro Verde, prossegue por este caminho até o marco n.º 9 (de Areia), situado na Chã do Rotão; dêste marco segue em linha reta até o marco n.º 8, localizado à margem do rio Manga de Frade, no lugar Gruta; sobe por este, que toma os nomes de Calana e Fechado de Baixo até cortar o caminho de tropa; prossegue por esse caminho até o marco n.º 7 (de Areia), situado no divisor de águas da serra do Salgado; dêste marco segue em linha reta até a foz do riochio Guaribas, no rio Salgado, sobe por esse rio até
cortar o caminho de tropa de São Bento; prossegue por ele, que corta os riachos Pirauá ou Ponta de Pedra e Lagoa dos Barros até o marco n.º 6 (de Areia); ainda pelo mesmo caminho até a foz do rio Lajedo do Frade, no rio Jacaré.

**DIVISAS INTERDISTRICTAIS**

**Distrito da Sede com Pilões, começando no ponto onde o caminho carroçável de Areia a Serraria corta o rio Fechado, prossegue por esse caminho até alcançar a estrada carroçável Pilões-Serraria; continua por essa estrada até a estrada de rodagem Serraria-Camurça, pela qual prossegue até os limites municipais com Bananeiras. Distrito do Sede com Arara, começando na foz do rio Guaribas, no rio Salgado, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 1, situado na linha de cumeada que divide as águas do rio Araçajú e Araçajirim; prossegue por ela até alcançar o marco n.º 2, situado à margem do rio Araçajirim; sobe por esse rio até cortar a estrada carroçável de Arara a Santa Fé. Patrimônio Municipal — Em princípio de 1942 o patrimônio municipal somava Cr$ 448 004,20. Povoações — Além das vilas de Pilões e Arara, existem as seguintes povoações no município: Jacaré, Saboeiro, Tapuio. Quedas d’água — No rio Araçajirim há duas quedas d’água, no distrito de Pilões, bem próximas do engenho Veneza, as quais ainda não foram aproveitadas. Religião — O município constitui a freguesia do SS. Coração de Jesus, criada em 3 de dezembro de 1906, a qual até agora, tem sede em Pilões. Foi seu primeiro vigário o Padre João de Albuquerque Maranhão. O atual templo católico da cidade é construção em belo estilo e de regulares proporções, tendo sido concluído na década de 1900 a 1910. Rendas públicas — Em 1941, a Coletoria Estadual, arrecadou 151.465$350 e dispensou 134:510$700. A Prefeitura, para o exercício de 1942, orçou sua receita em Cr$ 105 000,00 e teve a de Cr$ 102 425,00; fixou a despesa de Cr$ 138 650,00 e realizou a de Cr$ 100 709,20. Repartição pública — Na seda estão a Prefeitura Municipal, o Fórum, a Coletoria Estadual, Agência Postal-Telegráflca, uma Caixa Rural, o Mercado Público. Das 16 escolas existentes no município — a cargo de 23 professores, com a matrícula, em 1942, de 791 alunos e 516 de frequência média — 5, inclusive um grupo escolar, funcionam na sede. Sede — A sede é a cidade que dá nome ao município, distando 5 quilômetros da estação ferroviária do ramal de Bana- neiras e 129quilômetros da Capital. Está em belíssima situação sobre a Borborema, contando 4 ruas, uma ladeira, 4 travessas e uma praça, sendo, em maloria, boas as suas construções. Conta uma sociedade educada que mantém grêmios recreativos artísticos e esportivos, religiosos, beneficentes. O desaparecimento da cultura do café afetou-lhe o movimento comercial, que agora está procurando outras fontes promissoras. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 233 prédios urbanos, 82 suburbanos, 2181 rurais e a população urbana, 806 habitantes; suburbana, 358; rural, 10 054. A cidade é iluminada a luz elétrica e conta com um serviço de autoônibus que a liga às cidades de Bananeiras e Guarabira. Vias de comunicação — E’ o município beneficiado pela estrada de ferro e por estradas reais. Estas, devido à natureza do terreno argiloso e arenoso, sofreram de trânsito difícil no período das chuvas. Para o transporte de mercadorias e passageiros, existiam no município, em 1942, 13 automóveis, 5 caminhões e 35 carros de bois.

**Serra Velha** — Promissora povoação do município de Inga; nela funcionam duas escolas públicas primárias que, em 1942, matricularam 105 alunos, resultando 92 de frequência média.

— Povoado do município de Tabaitana. Sua escola pública primária teve, em 1942, 53 matriculados e a média de 41.

Serra Vermelha — Rio de pequeno curso do município Conceição. No seu vale se cultiva cana-de-açúcar.

Serrinha — Vila do Pilar. (V. Juripiranga.)

— Povoado do município de Areia. Nêle funciona uma escola pública que teve 38 matriculados em 1942.

— Povoado do município de Caicara. Em 1942, sua escola pública matriculou 46 alunos, tendo 24 de frequência média.


Serrute — Lugarejo do município de Sabuji onde funciona uma escola pública que registrou 30 matrículas em 1942.

Sertãozinho — Povoação à margem da via férrea Guarabira-Nova Cruz na linha internuclear de Guarabira e Caicara, sendo comum aos dois municípios. Foi fundada em 1903. Tem uma capela do Coração de Jesus, cuja imagem foi oferida pela esposa do engenheiro Bonchon, que trabalhava na construção da linha férrea. Funciona na vila uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 76 alunos, tendo 57 de frequência média.

— Riacho perene e abundante, de águas excelsas, que atravessa a cidade de Mamanguape. E' afamado banheiro público, protegido pela espessura de pujante arvoredo, desde a fundação da cidade. infelizmente o desejo de modernizar levou um prefeito a tirar ao pitoresco manancial sua originalidade primitiva, transformando-o numa espécie de piscina, com instalações para troca de roupas, e permanência de vigias.

Silva — Rio de pequeno curso do município de Mamanguape; deságua na lagoa Acajutibiró.

Sinimbu (Voc. ind., corr. de cin-kambu; perdiz listrada) — Rio do município de Mamanguape e tributário da lagoa Acajutibiró.

Sipauha (Voc. ind., derivado de sipóuha: sipó-pau) — Povoado do município de Umbuzeiro; conta aula pública primária que, em 1942, matriculou 41 candidatos tendo 29 de frequência média.

Sítio Velho — Povoado do município de Esperança; sua escola pública primária, em 1942, matriculou 58 alunos, com a frequência média de 49.

Sobrado — Povoação do município de Sapé, distando da sede 5 quilômetros. Realisa uma feira semanal, tem uma capela e uma escola primária cuja matrícula em 1942, foi de 72 alunos, tendo a média de 49.

Socorro — Povoado histórico do município de Santa Rita, à margem da estrada que segue para Maguari, dois quilômetros da margem direita do Paraíba. No tempo da dominação holandesa, a guerrilha de Robolinho vinha sendo violentamente rechaçada da margem esquerda do mencionado rio, quando atendeu socorro das guerrilhas de Sebastião Souto e Henrique Dias, sendo então os contrários vencidos. (V. Batalha). No local, o voto de um dos combatentes se positivou numa ermida à N. S.ª do Socorro.

Solânea — Pitoresca e florescente vila do município de Banaúereas, bom aterado sobre a Borborema, cujo antigo nome — Moreno — foi substituído pelo atual pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. Seu rápido desenvolvimento estimulou a rivalidade de poderosos habitantes da sede que,
amparando-se no partidarismo político, empreeceram o progredir da vila, deten-
do-lhe o avanço social e econômico, forçando a retirada dos entusiastas pelo progresso de Moreno. A vila que tinha um Banco, uma Caixa Agrícola, incre-
mentando a lavoura, estimulando especialmente para o norte do país, a exportação de rumos, animando o com-
ércio do algodão, decaiu. Não obstante, o seu comércio ainda é animado e é bem possível que alcance o floresci-
mento de outrora. Tem boa edificação e ruas bem traçadas. Conta uma igreja, duas aulas públicas primárias, em 1942,
para uma frequência média de 140 alunos, tiveram a matrícula de 169. O Recenseamento de 1940 computou-lhe:
305 prédios urbanos, 177 suburbanos,
3 164 rurais e a população: urbana, 1 086 habitantes; urbana, 634; rural, 15 804. O nome Solânea prende-se à classificação da planta que constitui a principal riqueza agrícola do distrito.

Soledade — (V. Ibiapinópolis.)

Nome do agude público que abastece a cidade de Ibiapinópolis, construído
pela Inspeção Federal das Obras Con-
tra as Sécas; tem 27 000 000 de metros
cúbicos de capacidade e, sobre a bar-
ragem, passa a rodovia central do Es-
tado.

Sousa — Município do alto sertão do
Estado, nos limites N.O. E' de 1928
quilômetros quadrados sua área territo-
rial. A população, segundo o Recensea-
mento de 1940, é de 38 440 habitantes
assim distribuídos: zonas urbanas, 1 816
habitantes; suburbanas, 1 718; rurais,
34 906; ocupando 523 prédios urbanos,
424 suburbanos, 7 218 rurais. AÇudes —
Conta uns 50 açudes particulares de
reduzida capacidade e a grande bar-
ragem São Gonçalo (V. São Gonçalo).

Aspecto físico — O município, com
as suas várzeas onde cresce a carnaíba,
os seus tabuleiros a espaços suculentos
pelos raios e córregos, os seus terrenos
desnudos e às vezes alterados por con-
trafortes da Borborema, tem aspecto
agradável e mereceu no passado o nome
de Jardim do Rio do Peixe. As principais
serras do município são Comissário a
N.E. da sede; a Branca ao N. e Santa
Catarina, ao Sul. Administração — Po-
liticamente é dirigido por um prefeito
municipal, nomeado pela Interventoria
Federal, auxiliado por vários funciona-
rios permanentes. Comarca de segunda
entrança, cabe a administração da Jus-
tiça local a um juiz de direito, dois
suplentes e demais órgãos auxiliares.
A segurança pública é da competência
de um delegado de Polícia, 1º, sede e
subdelegados, nas vilm, estes, de nom-
ecção do Secretário do Interior e
Justiça; o primeiro é nomeado pelo
Interventor Federal. O Chefe de Poli-
cia do Estado nomeia os suplentes para
os referidos cargos. Assistência social
— Conta um posto de Higiene Munic-
pal e várias associações religiosas de
beneficência. Clima — O município é
quente e séco no verão que se estende de
julho a dezembro, ordinariamente. No
período das chuvas é ameno. A tem-
peratura pode subir a 34°C à sombra e
descer a 20°C. E' muito salubre, reve-
lando-se imune à cólera morbo, quando
esta, há mais de oitenta anos, assolou a
Paraíba. Comércio — Bom ativo, o co-
mércio do município, principalmente o
de exportação. Mantém transações com
prasias de Campina Grande, João Pessoa, Recife, e várias
 outras do País, e mesmo do estrangeiro, nos tempos normais. Curiosidades
— Na serra Branca se encontram várias
inscrições rupestres e, uma lápida de
grano muito polida, na qual estão nitidamente impressas pegadas de todos
os pãssaros comuns à região. Na serra
de Santa Catarina vê-se o Olho-d'Água
do Frade; começa por um riacho cor-
tando a serra, formando um boqueirão;
despenha-se, precipitando-se num poço
profundíssimo, cuja circunferência tem
o diâmetro aproximado de dois metros
A água transbordante continua a cor-
rente e 20 metros além, desaparece completamente num areal. O que torna o poço mais singular é que aumenta o volume de suas águas no verão e o diminui na estação pluviosa. *Demografia* — No exercício de 1941 registram-se no município de Sousa: 711 nascimentos, 134 casamentos, e 492 óbitos. A delinquência constou de 43 crimes, sendo um de homicídio. *Distributos* — Conta o da sede, o de Nazarézinho e o de Olíci-catuba. *Etnografia* — As origens da população de Sousa prendem-se aos cariris, ao colonos portugueses, vindo da Bahia e Pernambuco, São Paulo, e mesmo de outras regiões da Paraíba; muito restrito foi o elemento negro. *Fauna e flora* — Como nos outros municípios sertanejos, a fauna apresenta variedades em aves aquáticas, pássaros cantores, pombos silvestres, como a ave-de-arribeiro. Entre os animais de caças várias espécies estão quase extintas pela perseguição humana e pelas sécas, existindo ainda espécime de veados, onças, mocós, raposas, tatus, etc. Nos restos das matas devastadas se encontram algumas espécies produtoras de boas madeiras para construção e mercenaria. *Fazendas agrícolas e pastoris* — Sousa abriga a indústria agrícola à pastoril, existindo no município umas 50 grandes fazendas de criação, e centenas de pequenas propriedades. Em 1941 os rebanhos do município somavam: 15 600 bovinos, 1 380 equinos, 800 asininos, 400 suínos, 8 540 lanígeros, 8 000 caprinos, 2 000 suínos e 15 000 aves. *Feiras* — Na sede, nas vilas e povoações principais, se realizam, semanalmente, feiras animadas. *hidrografia* — As correntes d'água que têm sua origem no município são tributárias de dois rios: o Piranhas, que atravessa o município de O. a N. e o Peixe que, correndo de O. vem juntar-se ao primeiro, no lugar Barra, 20 quilômetros a S.E. da sede. Estes rios, porém, ficam estancados no verão, conservando água nos poços e caldeirões. *História* — Dos bandeirantes que iniciaram o povoamento do atual município de Sousa, nomeia-se o Capitão-Mor Francisco de Oliveira Leda, filho do desbravador Teófilo de Oliveira Leda e nascido no Cariri. Sucedeu a seu pai como capitão-mór das Piranhas e Piancó em 1723, já estando fundada nesse tempo a aldeia dos Icos, base da atual sede do município. Com o bandeirante referido, o seu parente, Gonçalo de Oliveira Leda e a casa da Torre, começou no fim do século XVII, a colonização do distrito, tendo os paulistas ocupado alguns trechos limitrofes com a capitanaria do Rio Grande do Norte. Pela fertilidade do terreno, exuberância de sua vegetação, recebeu o nome de *Jardim do Rio do Peixe*. Uma sessessaria de 1774 revela que o local onde agora está a cidade, naquela época se chamava Jardim de N. S.ª dos Remédios. A fundação da freguesia, deve-se a Bento Freire de Sousa, que solicitou da Casa da Torre, desde 1731, o respectivo patrimônio, obtendo-o em 1741, depois de repetidas viagens à Bahia. Com a cooperação do Capitão-Mor José Gomes de Sá, lançou os fundamentos da nova povoação, construindo a capela, de cujo patrimônio foi administrador corretísimo, até 1783, quando cegou. E' em homenagem àquele homem, de vontade e ação, que o município trocou o seu nome primitivo, pitoresco e expressivo. O burgo progrediu e por carta régia de 22 de julho de 1776 foi elevado à vila. Em 10 de julho de 1854, a Lei provincial n.º 28 deu-lhe os fôrmos de cidade. E' sede de comarca por Lei provincial n.º 27, de 6 de julho de 1854, e classificada pelos Decretos 1645 e 5 079, respectivamente de 20 de setembro de 1855 e 4 de setembro de 1872. O Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938 e o de n.º 590, de 31 de dezembro de 1943, dizem respeito a sua organização política e judiciária. *Homenes notáveis* — São filhos do município: o Marechal José de Almeida Barreto, o jurista e orador Benedito de Acauã Ribeiro, o
general Brás Abrantes, o médico e político Silva Mariz, Monsenhor Sabino Coelho.

**Indústria** — E' a agricultura-pastoril a principal indústria do município, assim, em 1941 exportou: 1 604 354 kg de frutos de erva-doce, 5 706 kg de queijos e manteiga, 57 820 kg de sêda de carnaúba, 6 800 000 kg de pântana de carnaúba, 10 833 sacos de milho de 60 kg, 45 000 cachos de bananas, 1 657 970 kg de algodão em pluma, 270 000 kg de arroz em casca, 117 299 kg de rapaduras. Para beneficiar algodão, funcionam no município 10 maquinismos. **Instrução** — O município conta a instrução secundária, dada numa escola normal agrícola e a primária, pública, distribuída em 27 escolas, inclusive um grupo escolar, todos a cargo de 32 professores. As aulas primárias, em 1942, matricularam 1 310 alunos e tiveram 934 de frequência média. **Limites** — Os Decretos-lesis ns. 1 164 de 15 de novembro de 1938, e 520, de 31 de dezembro de 1943, determinaram os seguintes limites municipais para Sousa:

**Com Antenor Navarro**, começando no marco n.º 7 (de Antenor Navarro), situado à margem do rio Piranhas, desce por esse rio até o serrateiro Cipó deixa o rio e sobe pela vertente até alcançar o seu divisor de águas, prossegue por esse divisor até o marco n.º 6 (de Antenor Navarro), situado entre as propriedades Santo Antônio do Bé e Sáo Gonçalo; daí, segue em linha reta até o marco n.º 5 (de Antenor Navarro), situado à margem do rio Piranhas, na propriedade Barra do Bé; desce pelo rio Piranhas até o marco n.º 4 (de Antenor Navarro); desse marco, prossegue por uma linha reta até alcançar o de n.º 3 (de Antenor Navarro), situado à margem do rio dos Buracos, entre as propriedades Piedade e Alagoa do Melo; sobe por esse rio até o boqueirão dos Buracos; daí, segue pelo divisor de águas do contraforte conhecido por serratos do Jerimum e Mastruço, serras de São Diogo, Quixaba, Arara, Branca e Catolé, até alcançar o marco n.º 2 (de Antenor Navarro), situado na nascente do rio da Umbelina, na lugar Saco do Mamoeiro, na serra Luís Gomes, nos limites com o Rio Grande do Norte. **Com o Rio Grande do Norte** — (Município de Luís Gomes), começando no marco n.º 2, situado na nascente do rio da Umbelina, no lugar Saco do Mamoeiro, na linha de cuneta de Serra Luís Gomes, nos limites com o Rio Grande do Norte, segue por essa linha e depois pela Serra Negra, Serra da Inveja e morro dos Canudos, onde se estremam Catolé do Rocha e Alexandra (Rio Grande do Norte). **Com Catolé do Rocha**, começando no morro dos Canudos, segue pela linha de cuneta que toma os nomes de morro dos Caetanos, alto do Marechal, morro das Quatro Pedras, Serrato Pelado, Serra Verde, até o Pico da Serrinha, onde se estremam Catolé do Rocha e Pombal. **Com Pomba**, começando no pico da Serrinha, segue pela linha de cuneta que toma os nomes de Saco da Carrapateira e Serra Verde até a linha de cuneta da Serra do Comissário; deste ponto, segue em linha reta até o cabeço do Brás; contínuas em linha reta até o marco n.º 1, situado na fazenda Duas Lagoas; daí, em linha reta até o marco n.º 2, situado entre as propriedade Olho-d’Água e Duas Lagoas; ainda por outra linha reta até o marco n.º 3, situado no lugar Umburana dos Catete, entre as propriedades Aba e Catolé; deste ponto, também em linha reta, até o marco n.º 4, situado no lugar dos antigos marcos "Gemeos", também entre as propriedades Aba e Catolé, na malhada do Pereiro; prossegue em linha reta até o marco n.º 5, localizado no lugar Saco Roto; daí, ainda em linha reta, até o marco n.º 6, entre as propriedades São Lourenço e Aba; deste marco vai ter ao marco n.º 7, na lagoa dos Barreiros propriedade São Lourenço, deste marco, segue por uma linha reta até o marco n.º 8, à margem do rio Piranhas, propriedade Estrema, daí prossegue ao
serrote do Jiguí, de onde prossegue pela sua linha de cumedeada e da serra dos Puxos dos Cavalos até o marco n.º 9, na propriedade onde se estremam Pombal e Plancó. Com Plancó, começando no marco n.º 9, situado na fazenda Escurinho, segue pela linha de cumedeada até o lugar Cruz Grande, onde atravessa o riacho da Serraria; prossegue pela mesma linha até o boqueirão do Pê Branco; prossegue daí, pela linha de cumedeada da Serra de Santa Catarina até o marco n.º 10, situado no lugar Serra Verde, onde se estremam os municípios de Jatobá e Plancó. Com Jatobá, começando no marco n.º 10, situado na linha de cumedeada da Serra de Santa Catarina, no lugar Serra Vordo, segue por essa linha até a garganta das Fiabas; daí, prossegue pela linha de cumedeada do contraforte conhecido por Serrote do Calangro, Serrote do Saquinho, Serra Lajes até o terceiro pico onde se estremam Jatobá e Cajázeiras. Sousa com Cajázeiras, começando no terceiro pico da linha de cumedeada da Serra de Santa Catarina, no lugar Serra Lajes, prossegue por ela e em seguida pelo seu contraforte até o marco n.º 1 (de Cajázeiras); deste marco, segue em linha reta até o marco n.º 7 (de Antenor Navarro), situado à margem do rio Piranhas, no sitio Ca-

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Oiticicatuba, começando na linha de cumedeada da serra de Santa Catarina, no ponto em que confronta com a extremidade ocidental da serra da Cascavel, segue em linha reta até alcançar a linha de cumedeada da mesma, seguindo seu divisor até atingir o marco n.º 16 no lugar Boqueirão, à margem da estrada de rodagem São Gonçalo-Curema, prossegue ainda pelo divisor de águas da referida serra e, em seguida pela serra dos Poços dos Cavalos até atingir os limites com Pombal. Distrito de Nazarézinho com Oiticicatuba, começando no cruzamento do caminho carroçável de São Gonçalo com a linha de cumedeada da serra de Santa Emília, prossegue por essa cumedeada até defrontar a fazenda Caíçara; continua em linha reta passando por essa fazenda até alcançar o marco n.º 9, situado na serra Santa Catarina, nos limites com Plancó. Distrito da Sede com Nazarézinho, começando no ponto em que o caminho carroçável de São Gonçalo a Oiticicatuba corta os limites com Antenor Navarro, prossegue por esse caminho até seu cruzamento com a linha de cumedeada da serra Santa Emília. Distrito de Oiticicatuba com a Sede, começando no cruzamento do caminho carroçável de São Gonçalo com a linha de cumedeada da serra de Santa Emília, prossegue pela cumedeada dessa serra e em seguida pela serra Cascavel até o Poço dos Cavalos nos limites com Plancó. Necessidades locais — O município precisa de estradas internas, de maior iniciativa dos seus habitantes no que respeita a métodos adiantados referentes a agricultura e a pecuária. Também os habitantes rurais estão reclamando escolas para a infância. O meio social — Sousa foi a mais adiantado centro social do sertão paratiba. Causas diversas fizeram-nos estacionar. A estrada de ferro, a rodovia central, o açude São Gonçalo estão animando os seus habitantes imprimindo uma diretriz promissora. A sede se movimenta, com as suas sociedades recreativas, artísticas, esportivas e a vizinhança de um campo de aviação, sempre visitado por aparelhos aéreos. Patrimônio municipal — em 1942, o patrimônio municipal valia Cr$ 445 094,36. Povoações — Além das vilas, conta as seguintes povoações: Aparecida, Angelim, Boa Esperança, Carneubinha, Lastro, Marizópolis, Re
eiro, Santa Cruz e São Gonçalo. Reli

ção — Eclesiasticamente, Sousa pertence ao bispado de Cajázeiras e constitui a freguesia de N. S.ª dos Remédios, sendo a capela primitiva construída por
Bento Freire de Sousa e erigida em matriz no ano de 1800. Hoje é um dos belos templos católicos do sertão. Conta as capelas filiais de Aparecida, Bom Jesus, e N. S.ª do Rosário, na sede; São Sebastião em Nazaré e Lastro; N. S.ª da Conceição em Campo Alegre; e a de São José dos Remédios, de São Vicente de Paulo e a de N. S.ª do Loreto. Rendas Públicas — Em 1941, a Coletoria Estadual arrecadou 596.063$900 e teve a despesa de 207.062$700. A Coletoria Federal, em 1942, teve a receita de Cr$ 222.416,20. A Prefeitura Municipal, para o exercício de 1942, orçou sua receita em Cr$ 260.000,00 e teve a de Cr$ 269.999,60; fixou a despesa de Cr$ 310.000,00 e realizou a de Cr$... 260.550,30. Repartições públicas — A estação ferroviária, a Prefeitura, o Fórum, a Coletoria Federal e a Estadual, Agência Postal-Telegráfica, o Matadouro, o Mercado Público, o Grupo Escolar, a Escola Normal Rural, o Cartório do Registro Civil, o Pôsto Agrícola, em São Gonçalo. Sede — A sede é a cidade de Sousa que, por meio da via férrea e da rodovia central, se comunica com as mais importantes cidades do Estado e com a Capital do Ceará. Conta 14 ruas, 12 travesseiras, 3 praças. E bem situada e de boa edificação, distando 459 quilômetros da Capital do Estado e 302 de Campina Grande. Suas coordenadas, segundo os trabalhos da Comissão Planejadora da Cunha, em 1922, são: lat. S. 6°45'55"; long. E. do Rio de Janeiro 40°59'27"", em frente da igreja. Sua altitude é de 225 metros sobre o nível do mar. Pelo Recenseamento de 1940, verificou-se possuir 416 prédios urbanos, 340 suburbanos, 6.474 rurais e a população urbana, 1.503 habitantes; suburbana, 1.418; rural, 31.223. Vias de Comunicação — O município é servido pela Viação Cearense, cujos trilhos chegam a Patos, e pela rodovia central, por onde se faz um regular serviço de ônibus que alcança do Ceará a Campina Grande. Internamente dispõe de estra-

das carroçáveis. Para transporte de passageiros e mercadorias existiam no município, em começo de 1942: 8 automóveis, 12 motociclos, 18 caminhões e 42 carros de bois.

Stuart — Nome de três ilhotas nas bocas do Gargai sobre o Paraíba. O nome lhe veio de um dos seus proprietários, o inglês Jordão Stuart, célébre por sua amizade aos revolucionários de 1817, tendo mandado roubar a cabeça de Amaro Gomes Coutinho, exposta no Zumbi, sepultando a em lugar conveniente e secreto, somente conhecido muitos anos depois. Na ilha construiu Stuart um cemitério para inumação de ingleses finados, e de estrangeiros protestantes, os quais a igreja católica não permitia fossem sepultados no cemitério da Capital. Jordão era rico comerciante exportador e residia na ilha que, antes dêle, foi propriedade do português, pal do Padre Azvedo, o inventor da máquina de escrever comercial. Pertence ao município de Santa Rita.

Sucuru (Voc. Ind., talvez contracção de euçu-curú; olhar de cobra) — Nome de numerosa tribo da família cariri. Habitava a região hoje ocupada pelos municípios de Monteiro, São João, Teixeira e largo trecho da capitania de Pernambuco. Confedurou-se com os ca-

ril, conhece os portugueses, mas desaparece-se os sucurus dos atuais distritos de Teixeira com os de São João, passaram os paulíncios para o partido dos cu-

los, indo servir sob as ordens de Luís Soares, no Açú que, depois de vencida a confederação, os aldeou no rio Ara-

caí. .

— Rio que nasce 5 quilômetros acima da povoação de Boi Velho, do município de Monteiro, na chapada divisória deste município com o Estado de Pernambuco. Corre de O. a L.; banha a vila de Sumé e, depois de 35 quilômetros de curso, reune-se com o do Meio e o do Serra, formando o Paraíba. (V. Paraíba).
SUMÉ

— Povoação do município de São João do Cariri, elevada à vila pelo Decreto-lei n.º 1 104, de 13 de novembro de 1938. Está à margem do rio precedente. Tem aula pública primária. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 25 prédios urbanos, 11 suburbanos, 628 rurais e a população urbana, 102 habitantes; sub-
urbanana, 30, rural 3 504.

Sumé, Ex-São Tomé — Teve o nome mudado para o atual pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943 e a categoria de vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. Está no sopé de uma colina, na confluência do rio São Tomé com Rio Sucuru e distando para O. da sede do município de Monteiro, ao qual pertence, 60 quilômetros. E' florescente, de agradável aspecto e ponto excelente para comércio, principalmente de peles e algodão. Foi fundada em 1903 por Manuel Augusto de Araújo. Em 1762 era fazenda de criação pertencente a Manuel Tavares Baía. Conta uma cas-
pela e duas escolas públicas primárias. Estas, em 1942, tiveram 78 matriculados e 94 de frequência média. O Recensea-
mento de 1940 computou-lhe 212 prédios urbanos, 175 suburbanos, 1 443 rurais e a população urbana, 614 habitantes; sub-
urbanana, 628, rural, 7 100.

Surrão — Povoado no vale do rio do mesmo nome, do município de Ingá. Conta aula pública primária que, em 1942, matriculou 77 alunos, tendo a média de frequência de 34.

T

Tabalana (Piebiasme que substituiu o antigo nome Itabalana) — Munici-
pio ao S.O. do Estado, ocupando uma área territorial de 613 quilômetros qua-
drados. Sua população, segundo o Re-
censeamento de 1940, é de 37 774 habi-
tantes, assim divididos: zonas urbanas, 7 055; suburbanas, 3 218; rurais, 27 501, ocupando 2 117 prédios urbanos, 821 subur-
banos, e 6 122 rurais. Aqüedutos — Ta-
balana conta vários aqüedutos públicos e particulares, todos de reduzida capaci-
dade. Administração — Politicamente,
 e dirigido por um prefeito municipal,
 nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por 15 funcionários permanentes. Comarca de seguida entrânci-
a, um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar, têm a seu cargo os interesses da Justiça local. A segu-
rança pública é mantida por um delega-
gado de Polícia, na sede, e subdelegados, nas vilas. O primeiro é nomeado pelo Interventor; os demais, pelo Secretário do Interior e Justiça. Os suplentes para os referidos cargos, são escolhidos pelo Chefe de Polícia da Paraíba. Aspecto físico — Situado quase todo na zona da caatinga, são os seus terrenos ora planos ora levemente ondulados, ora apresenta trechos situados nos pontos extremos de contrafortes da Borborema, como as serras: Verde e Volta, a O.; Aburá, Campos, Capim e São José, ao S. Assistência social — Funcionam na sede do município: um hospital regional, de propriedade particular, algumas socie-
dades beneficentes e um Pôsto de Higiene, cujo Boletim referente a 1942, menciona: — Profilaxia — Pessoas aten-
didas pela primeira vez: helmintoses, 1 358; paludismo, 522; bovina, 518; sifo-
filis, 239; gonorréia, 1; tuberculose, 2; disenterias, 12; outras doenças, 592. Vaccinações: antivenórica, 816; antiti-
fícas, 1 114; antídisentéricas, 1 114. Clima — E' quente e seco no verão; agradável no período das chuvas, de março a agosto. De comprovada salubri-
idade, é o município preferido por quantos, habitando nas vizinhanças, desejam reconstituir-se. Comércio —
Tabalana é reputado centro comercial de exportação e importação, mantendo animadas transações comerciais com as praças de João Pessoa, Recife e otras do sul do País. Demografia — Em 1942, registaram-se no município 270 casa-
mentos, 584 nascimentos e 422 óbitos, destes, 20 natimortos e 39 de 0 a 1 ano de idade. A delinquência, em 1941, cons- tou de 215 contravenções e 5 crimes, entre os quais um de homicídio. Distritos — Conta o da Sede, o de Aburá (ex-Salgado), o de Guarita e o de Mogeiro. Fauna e flora — A fauna revela várias espécies de pássaros, insetos, rodores, batrâquios, e a flora, nos restos de matas devastadas, apresentam essências de real utilidade na marcenaria e nas construções. Feiras — Na sede realiza-se, às têrças-feiras, movimentada feira de gados e, às quartas-feiras, a de gêneros alimentícios. Nas vilas e povoa- ções principais, há feiras semanalmente. Hidrografia — O principal rio do munici-
pio é o Paraíba, que recebe em Tabai-
ana vários raios. História — Os pri-
meiros colonos se fixaram na região em princípio do século XVIII, ou fins do XVII, depois que os jesuítas fundaram a missão do Pilar. A tradição diz que foi um Padre Fidelis o fundador do povoado de Tabaiana, fato histórico contestado. O certo é que no comício do século XIX, aparece Tabaiana no cenário político, desenvolvendo ação meritosa. Os seus habitantes deram grandes contingentes aos revolucionários de 1817, 1824 e 1846. Em torno da atual cidade, ferraram-se renhidos combates, sendo o mais célebre o de 24 de maio de 1824, entre as forças do Sargento-mor Félix Antônio Ferreira de Albuquerque e os legalistas coman-
dados pelo Coronel Estêvão Carneiro da Cunha. Tabaiana pertenceu ao munici-
pio de Pilar até 1890, quando foi elevado à vila e sede de comarca, pelo Decreto n.º 14, de 23 de setembro. O Decreto n.º 63, de 26 de março de 1891, elevou a vila a cidade. O De-
creto-lei n.º 1.104, de 10 de novembro de 1938, conservou-lhe as prerrogativas. Homens notáveis — Na região têm nasci- do homens que se tornaram dignos pelo valor mental e moral, destacan- do-se o Dr. João Florentino Meira de Vasconcelos, parlamentar e Conselheiro do Império. Indústria — O município conta uma grande fábrica para o preparo de peles e couros e desenvolve suas indústrias agrícolas e pastoril. Em prin-
cípios de 1942 os seus rebanhos soma-
vam: 25 000 bovinos, 3 000 equinos, 2 500 assíninos, 2 500 suínos, 2 500 mares, 1 500 lanígeros, 2 000 caprinos, 2 800 suínos e 150 000 aves. A exportação, em 1941, constou de 26 000 sacos de milho de 60 kg; 60 000 abacaxis; 40 000 cachos de bananas; 150 000 laranjas, 60 000 sacos de farinha de mandioca, 180 000 kg de polvilho, 1 000 000 de pés de vaqueta, 1 000 000 de pés de vaqueta-cromo; 800 000 pés de rapsa envernizadas; 200 000 de ras-
pas branqueadas. A exportação de gado, foi estimada em 25 000 bois. Instrução — Existe no município a instrução pú-
lica primária, mantida pelo Estado e ministrada por 46 escolas, inclusive um grupo escolar, sob a docência de 60 pro-
fessores. Nesses estabelecimentos, ma-
tricularam-se, em 1942, segundo registro na repartição de Estatística, 2 701 alunos, resultando 1 987 de frequência média. Na sede existem cursos particulares de instrução secundária e profissional. Limites — Os Decretos-leis n.º 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, deter-
miram para Tabaiana os seguintes limites municipais: — Com Ingá, co-
meçando na foz do rioch Jerimum ou Tabocas, no rio Paraíba, onde se es-
tremam os municípios de Ingá e Umbuzeiro, desce pelo referido rio até a foz do seu afluentes, rioch Poço Verde, na fazenda Juá; daí, prossegue por outra linha reta até o marco n.º 1, localizado na fazenda Lagoa de Velho; por outra linha reta, continua até o marco n.º 2, na fazenda Aca; ainda prossegue por outra linha reta até o marco n.º 3, situado á margem da ferrovia da “The Great Western of Brazil Railway Com-
pny Ltd.”, na fazenda Gameleira; dêste ponto, ainda prossegue, por outra linha reta, até alcançar a nascente do rioch Caldeirão, Matão ou Pedra
d'Água, na fazenda Sítio Novo, desce por éle até a sua foz, no rio Gurinhém ou Cantagalo. Com Alagoa Grande, começando na foz do riochá Pedra d'Água, Matão ou Caldeirão, no rio Gurinhém ou Cantagalo, desce por éste rio até encontrar a foz do riochá Verde ou Manipeba. Com Pilar, começando na foz do riochá Verde ou Manipeba, no rio Gurinhém ou Cantagalo, sobe por éste riochá até cortar o caminho carroçável Juarez Távora-Volta; deixa o referido riochá e prossegue pelo mencionado caminho até o marco n.º 4, localizado na barragem do açude Mendonça; dêste marco, desce pelo riochá Curimataú-Mirim até cortar a estrada carroçável São José-Tabaiana; prossegue por esta estrada até o marco n.º 5, colocado na fazenda Nova Veneza; e, por uma linha reta, prossegue até o marco n.º 6, situado na lagoa Dantas, na fazenda São Sebastião; dêste marco, prossegue, ainda, por outra linha reta, até o pico do serroto Maracaípe, na fazenda do mesmo nome; finalmente, por outra linha reta, segue até o marco n.º 7, situado à margem da estrada carroçável Tabaiana-Pilar, na fazenda Curtume: continua por esta estrada até o marco n.º 8, situado na lagoa da Cruz; dêste marco, prossegue, então, em linha reta, até alcançar o rio Parábinha, no ponto onde é cortado pela estrada carroçável Jurupiranga-Tabaiana; sobe por éle até encontrar o caminho carroçável Tabaiana-Camutanga; finalmente, deixa o rio e prossegue pelo caminho até o marco n.º 9, colocado na linha de cumeada da serra do Piraú, no trecho conhecido por serra Gaspar Alves. Com Pernambuco — (Município de Timbbaúba), começando no marco n.º 9, situado na linha de cumeada da serra do Piraú, no trecho conhecido por serra Gaspar Alves, prossegue por ela e pela das serras do Caldeirão, Manuel de Matos, Alagamar e, finalmente, Pirauá, até encontrar o marco n.º 10, onde se estremam os municípios de Umbuzeiro e Ingá.

**DIVISAS INTERDISTRITAIS**

_Distrito da Sede com Mojeiro, começando do ponto onde a estrada carroçável São José-Tabaiana corta o riochá Curimataú-Mirim, segue por ela até a sua interseção com a estrada de rodagem Tabaiana-Campina Grande e por esta, até o marco n.º 11. Distrito da Sede com Guarita, começando no marco n.º 11, à margem da estrada de rodagem Tabaiana-Campina Grande, segue em linha reta até encontrar a foz do riochá Cabeça de Negro, no rio Paraíba; sobe por éle até a sua nascente na serra Caldeirão, nos limites com Pernambuco. Distrito do Guarita com Mojeiro, começando no marco n.º 11, colocado à margem da estrada de rodagem Tabaiana-Campina Grande, segue por ela até alcançar a nascente do riochá do Açude, desce por éle até ser cortado pelo ferrovia da "Great Western", no km 12. Distrito de Aburú com Guarita, começando no marco n.º 12, colocado à margem do caminho carroçável Maria de Melo-Timbbaúba, no divisor de águas da Serra do Piraú, segue por éle até cortar o riochá Teju; deixa o caminho carroçável e sobe pelo referido riochá até a sua nascente na serra Margarida; dêste ponto, prossegue por uma linha reta até alcançar, na vertente oposta, a nascente do riochá Canudos, desce por éle até a sua foz, no rio Paraíba; desce ainda, por éste rio, até a foz do riochá do Açude; sobe por éle, até o km 12, da ferrovia da "Great Western". Distrito de Mojeiro com Aburú, começando no km 12, da "Great Western", segue por éle até..."

**Tabajaras, Ex-Livramento. (V. Gargai.)**


**Taberaba (Voc. ind. corr. de tabe-abai: que se chama aldeia)** — Rio de pequeno curso do município de Mamanguape e affluent do rio déste nome.

**Taboca — Povoação do município de Guarabira; tem escola pública primária.**
que registrou 41 matriculados em 1942, e frequência média de 27.

Tabu — Lugarejo e antigo engenho do distrito de Pitimbu, à margem da lagoa do Boqueirão. Nas imediações existem boas matas e um açude de média capacidade.


Talisma — Povoado do município de Pombal. Sua escola pública primária. Em 1942, matriculou 17 alunos.

Tambaba (Voc. ind., corr. de tamba-ba: detritos de ostras) — As mais altas barreiras da costa paraibana, orlando ampla enseada ao S. da foz do Gramame e ao N. do pontal de Pitimbu. Tem cór vermelha e o mar são vistas da distância de 20 milhas. Projeta-se a colocação de um farol nessas barreiras para facilitar a atracção da costa brasileira, as embarcações procedentes do hominóbio boreal.


Tambai (Voc. ind., corr. de *tambá-ub*: onde se apanham ostras ou conchas) — Piresco arrabalde do Capital do Estado, à margem do Atlântico, 6 quilômetros a L. da zona urbana, a estada ligada por uma avenida por onde transitam bondes e automóveis. É estação balnear, tendo uma colônia de férias para os alunos das escolas públicas primárias do Estado. Tem boa edificação e ocupa grande extensão na enseada ao N. do Cabo Branco. No seu pôrto, pouco abrigado, podem ancorar embarcações de pequeno calado. A Inspeção de Fortos, Rio e Canais acusa: “Estabelecimento do Porto de Tambai — 4H-27m-43s1 1/2 e amplitude máxima 1,52; unidade de altura, 1,16m”. Vital de Oliveira, considerou perigoso o porto de Tambai pela grande quantidade de rochas e baixios nêle dissemelhados. As primeiras, em maioria, submersas.

Tambaiúna — Lugarejo à margem esquerda do braço do Paraíba que banha o lado ocidental da ilha Restinga. Na povoação funciona uma escola primária que, em 1942, registrou 44 matrículas e a frequência média de 35.

Tambia (Voc. ind.: a centopeia) — Arrabalde salubre e pitoresco a N. E. da cidade de João Pessoa, cujo nome lhe veio da fonte pública, muito celebrada pela excelência e abundância de suas águas. O Prefeito Guedes Pereira remodelou a fonte, aproveitando o excesso de suas águas para alimentar pequenos lagos e banheiros públicos; enfim trans-
formou a fonte e o bosque que a circunda, no atraente parque Arruda Câmara.

— Nome de um rio que nasce nas colinas do Boiçó e deságua na margem direita do Paraíba. E' conhecido também pelo nome de Mandacaru.

Tambaiá — Pequeno rio que se origina nas colinas a N.E. da Capital e despeja na margem direita do Paraíba.

Taperoá — (V. Batalhão.)

Tapira — (Voc. ind.: a anta) — Povoado do município de Santa Rita. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 40 alunos, tendo 28 de frequência média.


Taquerituba — (Voc. ind.: abundância de taquari) — Nome primitivo da atual cidade de Brejo do Cruz.

Tataguacu — (Denominação ind., tata-guaçu: fogo grande) — Nome que em virtude do Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, tomou a vila de Queimadas, do município de Campina Grande. Está bem situada, tem iluminação elétrica, bom comércio e entre os seus edifícios se destaca o do Grupo Escolar. Dista 20 quilômetros ao S. da sede. Foi primeiramente fazenda de criar do Capitão Pascávio de Oliveira Leda, por éste obtida na sesmaria que lhe foi doada em 1 de dezembro de 1712 —

“cujas terras povoou metendo-lhe gado de criar, beneficiando-lhe e fazendo largar fogo por ser inculta e muito fechada e pelas muitas queimadas que fêz resultou-lhe ficar por nome o sitio das Queimadas”. O Recenseamento de 1940 computou-lhe: 97 prédios urbanos, 97 suburbanos, 2 746 rurais e a população: urbana, 293 habitantes; urbana, 345; rural, 14 755.

Tatu — (Voc. ind.: o casco grosso) — Povoado do município de Cabaceiras, cuja escola pública, em 1942, matriculou 31 alunos.

Tautá — (Voc. ind.: o barro vermelho) — Povoado do município de Areia, tendo uma escola primária que matriculou 49 alunos em 1942, tendo 28 de frequência média. No distrito nasceu a poetisa e escritora José Rodrigues de Carvalho.

local, ali edificou casa para vivenda e comércio. Secundou-o o Tenente José de Moura, proporcionando maior incremento ao nascente povoado, não só fundando grande casa comercial como edificando 18 prédios. Em auxílio desses esforços veio o Capitão Firmino Alves Pequeno. Uma feira ali estabelecida, atraiu mais cinco negociantes que, com as suas famílias, vieram residir no local. Alguns anos mais tarde Francisco de Paula Pereira e José Luís Beltrão lançaram os fundamentos de uma capela, concluída sob a direção do seu primeiro Vigário, Padre Antônio Ramalho. Por decreto eclesiástico da diocese da Paraiá, de 21 de novembro de 1909, foi elevada à categoria de paróquia, inaugurada em 8 de dezembro do mesmo ano.


Tecidos — Nome por que é também conhecida a fábrica de tecidos de Tiberi. (V. Tiberi.)

Teixeira — Município sobre a Borborema, nos limites S.O. do Estado. Ocupa uma área territorial de 1.305 quilômetros quadrados, e conta, segundo o Recenseamento de 1940, a população de 23.698 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 1.541 habitantes; suburbanas, 463; rurais, 21.694, ocupando 570 prédios urbanos, 120 suburbanos e 5.484 rurais. Açudes — Conta quatro açudes de regular capacidade, sendo o mais importante o Poços, construído em 1877 pelo Cônego Bernardo de Carvalho. Administração — Políticamente, é dirigido por um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por dois funcionários permanentes. Sendo comarca da primeira entrada, estão os interesses da Justiça local confiados a um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. Cabe a um delegado de Polícia, na sede, a subdelegados, nas vilas, a manutenção da ordem e a segurança pública. O primeiro é nomeado pelo Interventor Federal; os demais pelo Secretário do Interior e Justiça. Os suplentes para os referidos cargos são escolhidos pelo Chefe de Polícia. Aspecto físico — O município fica sobre a Borborema: parte ocupa uma chapada que se estende para O. até o município de Princesa Isabel; parte se distende pelas gargantas, desfiladeiros, bequeiros e penedas que se inclinam para o sertão das Pinharas e Piaçú. O ponto culminante do Estado está no Pico do Jabre, na serra désto nome, alcançando a altitude de 900 metros; perto da cidade ergue-se o Tendó. (V. Tendó e Jabre.) Clima — O clima é quente e seco mas, devido à altitude, todo o município recebe continua modificações dos ventos alienis. No verão, a temperatura pode subir até 28ºC, à sombra; e na estação das chuvas, de janeiro a junho, baixar a 18ºC. E' muito salubre; foi um dos poucos munícipios da Paraiá que não foram atingidos pela cólera-mórbo, em 1856. Comércio — Não é desenvolvido o comércio do município, devido às dificuldades de transportes. Suas relações comerciais são mantidas com as praças de Patos, Campina Grande, João Pessoa e Recife. Curiosidades — Inúmeras são as inscrições rupestres, no município, especialmente nas proximidades do pico do Jabre, onde também se encontra a Casa do Caboclo, singular gruta aberta no granito, espécie de ampla sala, tendo, internamente, as...
paredes cobertas de inscrições e várias cavidades semelhantes a nichos. Demografia — Em 1941, registraram-se no município, 47 nascimentos, 40 casamentos e 253 óbitos. A delinquência constou de 146 contravenções e 40 crimes, nemhum, porém, de homicídio. Distritos — Além da Sede, são distritos de paz: Destrêro, Imaculada e Mãe-d’Água. Etnografia — Constituindo a população primitiva do município, predominaram portugueses e índios, sendo de pequena importância o elemento africano. Fauna e flora — A fauna vai se reduzindo na proporção do esforço incessante que empregam para destruí-la, havendo várias espécies extintas. Dos animais, existem ainda a onça, o porco montês, o gato bravo, a raposa, roedores, e oifídios. Ainda se encontram variedades de pásaros e insetos. Da sua rica flora, pouco resta; a devastação quase se completou e agora, para prescrever uns restos de matas, funciona no município uma Delegacia Florestal, de vigilância das matas e reflorestamento. Fazendas agrícolas e pastoris — O município, excetuando-se parte dos distritos de Destrêro, Imaculada e Mãe-d’Água, é agrícola. No chapadão do Pau, de uns 200 quilômetros quadrados, se faz grande cultura de mandioca. Contam-se em Teixeira, 1.248 propriedades rurais. Em 1941 os seus rebanhos somavam 1.800 l-evinos, 950 eqüinos, 1.100 asininos, 500 muares, 1.300 laniangos, 1.400 caprinos, 3.800 suínos e 8.000 aves. Feiras — Boas feiras se realizam, aos sábados, na sede; aos domingos, em Santo Aleixo; às segundas, em Destrêro; às terças, em Mãe-d’Água; às quartas, em Maturéia e Palmeira; às sextas-feiras, em Imaculada. Hidrografia — No município nascem vários rios: o Taperoá e o seu afluente, o Destrêro; o Mãe-d’Água ou Cruz, e o Guerra, afluente do Piancó. História — Pelas sesmarias se verifica que em 1761 se havia estabelecido na região um senhor Teixeira que se supõe ser o Capitão Francisco da Costa Teixeira, proprietário em Mamanguape. Este fazendeiro deu nome à serra. Entretanto o principal fundador do povoado foi Manuel Lopes Romeu, ou Romeira, proprietário em Natuba, o qual se passou com a família a Sabiú em meados do século XVIII. Homem dado a caçadas, foi à serra, em aprêço onde encontrou o manancial hoje conhecido pelo nome de Cacimba de Baixo, ao pé da atual cidade. Sombreava a fonte, altaneiro e ansoso angico, no qual zumbiam três colmeias de uma espécie de abelhas denominadas Canudos, dando o caçador ao local a expressiva denominação Olho-d’Água dos Canudos, depois abreviado em Canudos. Conservou a tradição que tendo Romeu se demorado na excursão, sua mulher, Verônica Lins, tomada de receios, com uma filha e vários servaiais, demandaram a serra, abrindo uma vereda que atingiu o platô. Dormiram a meia noite. Alta noite apareceu uma onça que foi morta a golpes de facão pelas duas mulheres. A trilha se transformou numa estrada, ainda hoje conhecida pela antiga denominação: ladeira da Onça. Encontrando-se com o espôso, manifestou-lhe êste o desejo de para ali se transportar com a família e logo o fez, começando a situar-se. Notando que precisava de um caminho por onde mais rápido o local se comunicasse com o sertão, a N.E., foi ainda a mulher, auxiliada pela filha, quem imaginou o traçado e o executou, conservando até os nossos dias a denominação de estrada da Verônica. Esta via, vingando socorros, vencendo asperzezas, colando a serra até alcançar os campos sertanejos, perpetuou uma vocação raríssima entre mulheres. Manuel Lopes e seu irmão João Leitão compraram a sesmaria e iniciaram a povoação de Canudos, nome que não pôde sobrepuser ao da serra de Teixeira, finalmente Teixeira. Pertenceu à freguesia de Patos até 19 de agosto de 1859, ano em que o Lel provincial n.º 4, lhe deu a categoria de vila. Estêve
anexa à Comarca de São João do Cariri e, depois, à de Pombal, sendo por fim criada comarca, por Lei provincial n.º 159, de 20 de outubro de 1864. Pertencendo desta categoria, foi incorporada à Comarca de Patos e depois à de Monteiro. O Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1933, restabeleceu-lhe a comarca e deu-lhe os foros de cidade. Sobre a História do município de Teixeira, há vários trabalhos e muitas controvérsias, publicadas, sendo mais importantes os de Inácio Dantas, Antônio Xavier de Farias, Alirio Vanderlei e Pedro Batista. **Homens notáveis** — O Cônego Bernardo de Carvalho, Dr. Manuel Dantas Correia de Góis, político; Dr. Antônio Xavier de Farias, historiador e poeta; Pedro Batista, historiador e publicista e um irmão deste, Sabino Batista, poeta. **Indústria** — O município vai se iniciando na indústria. Conta três fábricas preparando fibras de agave, cultura que muito se tem desenvolvido na região, verificando-se fibras de 1,90 m de comprimento. Além destas, se contam no município 10 engenhocas para o fabrico de rapaduras e 6 instalações para o benefício de algodão. A região produziu e exportou em 1941: 41.259 sacos de milho de 60 kg, 11.800 sacos de feijão, 2.400.000 kg de algodão em caroço, 290.000 kg de algodão em pluma. No município pratica-se a mineração do ouro, na qual estão ocupadas centenas de pessoas, e dando em resultado a futura povoação Santo Aleixo do Ouro. **Instrução** — Conta sómente a primária, distribuída por 13 escolas, a cargo de 14 professores. A matrícula nesses estabelecimentos, no ano de 1942, registrou 555 alunos, resultando 347 de frequência média. **Limites** — Os Decretos-leis n.ºs 1164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram os seguintes limites municipais para Teixeira: — **Com Piancó**, começando na confluência do rio da Imaculada, deixa o rio e segue pela vertente desta serra até alcançar o seu divisor de águas; prossegue por ele até o marco n.º 1, colocado no alto do Bonito, onde se estremam os municípios de Piancó e Patos. **Com Patos**, começando no marco n.º 1, no Alto do Bonito, no ponto onde se estremam os municípios de Patos e Piancó, segue pelo divisor de águas do contraforte da serra da Imaculada até encontrar o marco n.º 2, situado na fazenda Cariri; prossegue daí pela cumedade da serra do Cariri até o marco n.º 3, e pelo seu contraforte até o marco n.º 4, na serra do Logradouro; deixa esta e segue pelo divisor de águas da serra da Borborema até defender o riacho Mufumbo; prossegue em linha reta até alcançar o marco n.º 1 (de Batalhão), colocado à margem deste riacho, onde se estremam os municípios de Batalhão e Patos. **Com Batalhão**, começando no marco n.º 1 (de Batalhão), colocado à margem do riacho Mufumbo, no ponto onde se estremam Patos e Batalhão, sobe pelo referido riacho até a Pedra do Flamengo; daí segue em linha reta até alcançar o marco n.º 5, na fazenda Fundamento; prossegue por outra linha reta, alcançando o marco n.º 6, na fazenda Juá; ainda por outra linha reta, segue até o Tanque dos Negros, na fazenda Bizarro, na serra da Matinha; deixa ponto; prossegue pelo divisor de águas do contraforte da serra do Melo até o marco n.º 7 e afinal, por outra linha reta, segue até a lagoa Tabu, na serra dos Cariris Velhos, nos limites com Pernambuco. **Com Pernambuco** — (São José do Egito), começando na lagoa do Tabu, na serra dos Cariris Velhos, segue pelo seu divisor de águas e o da serra do Balanço até o marco n.º 9, à margem da estrada carroçável Viração-Clarinha, prossegue pelo divisor de águas das serras Piedade e Ólio-d’Água até alcançar o marco n.º 10, entre as fazendas Glória e Cacheira. **Com Princesa Isabel**, começando no marco n.º 10, localizado entre
as propriedades Glória e Cachoeira, segue em linha reta para alcançar, no lugar Mercos, a linha de cumeada da serra da Palmeira, prossegue por ela até alcançar a nascente do rio Cachoeira Santa Maria e desce por ele, até a conflúencia deste rio com o rio Condado.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

_Distrito da Sede com Destério_, começando no marco n.º 8, nos limites com Patos, prossegue pela estrada carroçável de Viração a Clarinhas até atingir o marco n.º 9, nos limites com Pernambuco. _Distrito da Sede com Imaculada_, começando na conflúencia do rio Maceió da Lua com o rio das Caraíbeiras, sobe pelo referido rio até encontrar a foz do rio Cachoeira, deixa o rio Maceió da Lua e sobe pelo Maracajá até sua nascente nos limites com Pernambuco, na fazenda Santo Aleixo. _Distrito da Sede com Mãe-d'Água_, começando no ponto onde se estreiam os distritos de Maceió-d'Água e Imaculada, na conflúencia do rio Maceió da Lua com o rio das Caraíbeiras, segue por uma reta até alcançar a crista das Duas Serras; daí segue passando pela linha de cumeada das serras das Porteiras, Velha, Jabe e Vera Cruz até alcançar o marco n.º 4, colocado na serra do Logradouro, nos limites com o município de Patos. _Imaculada com Mãe-d'Água_, começando no marco n.º 1, situado no Alto do Bonito, segue por uma linha reta até alcançar o Pico das Covas, prossegue por outra linha até encontrar a conflúencia do rio Maceió da Lua com o rio Caraíbeiras. _Necessidades locais_ — _Falta tudo a Teixeira_, disse o seu prefeito Delfino Costa. Não tem rodovias, quase não pode dizer que possuía estradas carroçáveis, não tem comunicação fácil com os outros municípios do Estado. Somente agora trabalham morosamente na construção da rodovia Teixeira-Patos.

_Patrimônio municipal_ — O patrimônio do município em 1942, somava Cr$... 173.217,70. _Povoações_ — As mais importantes são: Maturéia, Palmeira, Santo Aleixo do Ouro e São Sebastião. _Religião_ — Constitui o município a freguesia de Santa Maria Madalena, criada por Lei provincial n.º 14, de 6 de outubro de 1857. Conta as capelas filiais de N. S.ª da Conceição, em Imaculada; de N. S.ª do Destério, em Destério; Pertence a freguesia à arquidiocese da Paraíba. _Rendas públicas_ — Em 1941, a Coletoria Estadual teve a receita de 185:315.850 e a despesa de 106.316.930. Para o exercício de 1942, a Prefeitura fixou sua receita em Cr$ 98.000,00 e teve a de Cr$ 90.000,00; fixou a despesa em Cr$ 120.000,00 e realizou a de Cr$ 91.979,80. _Repartições públicas_ — A Prefeitura Municipal, Coletoria Estadual, Aulas Públicas, Mercado, Agência Postal-Telegráfica, Delegacia Florestal, Cartório do Registro Civil. _Riquezas naturais_ — No município há jazidas de ferro, cristal de rocha, pedras finas e ouro, estando este sendo rudimentarmente explorado.

_Sede_ — A Sede, a cidade de Teixeira contendo 11 ruas, uma ladeira 4 travesseiras e uma praça, está situada no alto da serra que lhe dá o nome. Devido aos recursos agrícolas do município, atingiu certo grau de prosperidade, chegando a preponderar sobre Patos, que lhe esteve judicialmente sujeita. Lutas políticas, repetidos assaltos de cangaceiros, impeliram a localidade para a decadência de que, atualmente, vai tentando libertar-se. Dista 332 quilômetros da Capital, 195 de Campina Grande e 36 de Patos. A comissão geográfica chefiada por A. Pimentel da Cunha, encontrou-lhe as seguintes coordenadas: Lat. S. 7o-15'-13,75"; Long. E. do Rio de Janeiro 5o-58'-07,35", em frente da matriz. O Recenseamento de 1940 verificou-lhe 378 predios urbanos, 41 suburbanos, 2.321 rurais e a população urbana, 1.155 habitantes; suburbana, 122; rural, 8.856. A cidade é abastecida por um pouco que produz, diariamente, no
máximo, 14 metros cúbicos de água; no mínimo, 6,500 metros cúbicos. Vias de comunicação — Conta apenas estradas carroçáveis e caminho de trânsito penoso. Para transporte de passageiros e mercadorias, existiam no munícipio, em 1942: 3 automóveis, 2 motociclos, 4 caminhões e 11 carros de bois.

Telila — Povoado do município de Cuité; tem uma capela, e uma aula pública, primária. Esta, em 1942, matriculou 32 alunos resultando-lhe 28 de frequência média.

Tendó (Voc. ind., talvez corr. de te-endó: para estar na frente) — Bloco maciço de granito, elevando-se 600 metros acima do nível do mar, a 3 quilômetros da Cidade de Teixeira. E' de fácil acesso e do alto se observam belíssimos panoramas. Nesta rocha existe um tanque natural que recebe água pluvial e abastece a população vizinha. Diz a tradição ser — Tendó o nome de um indivíduo que morava ou estacionava no cimo do formidável bloco.


Tiberi (Voc. ind., segundo Elías Herckman, significa água do pecado. Teod. Sampaio decomposto: tibe-r-i: rio das sepulturas) — Riacho perene e abundante que banha a cidade de Santa Rita e despeja à margem direita do Paraíba, após uns três quilômetros de curso. Em suas margens levantou Martim Leitão, em janeiro de 1587, o forte de São Sebastião, e um engenho de açúcar para el-rei, o primeiro que funcionou na Capitania da Paraíba. Ao pé do forte, situou uma aldeia de tabajaras, talvez a origem da cidade mencionada. Hoje, à margem direita do aludido riacho, está a povoação Tiberi, arrabalde de Santa Rita, a qual avultou sob o influxo da fábrica de Tecidos que ali se instalou a 27 de maio de 1891 e conta 512 teares, 12 364 fusos.

Tiberi é um local rico de tradições. Por ali se feriram rios embates entre portugueses e selvagens, nos tempos da conquista. Em 1817, Amaro Gomes Coitinho ali tentou o último esforço para salvar a democracia.

Tigre — Vila do município de Monteiro. (V. Jacarará.)

Timbaúba (Voc. ind., timbó-iba: árvore branca) — Povoado de Misericórdia. (V. Serra Grande.)

— Povoado do município de Esperança. Sua escola primária matriculou 34 alunos, em 1942.

— Lugarejo do município de Serraria.

— Serra do município de Picuí; é ramificação da Borborema.

Timbaúba do Gurjão — (V. Gurjão.)


Tiriri (Voc. ind., significando, para uns, água escassa; para outras, terra que treme) — Ilhota de oito quilômetros quadrados de superfície, 12 metros de altitude, pertencente ao município de Santa Rita e formada pelo rio Gargai, ao deitar-se à margem esquerda do Paraíba. A ilha, parece, foi um pedaço destacado do continente, pois o solo é fertilíssimo, e a sua flora, tão variada, que o sábio botânico Luetzeburg, visitando o local, colheu assunto para um artigo, dizendo estar ali um verdadeiro jardim botânico. Em fins de 1887, ou princípio de 1888, o comerciante português Antônio Varandas de Carvalho, radicado à família paraibana, se transportou àquela ilha acompanhado de um capitão-de-nave, de nacionalidade inglesa, com o fim de atrair às gargás, então muito abundantes em toda a região alagada do Paraíba. O comandante britânico disse ao seu com-
panheiro possuir a ilha excelente e abundante material para o fabrico de cimento — a lama do mangue e muita pedra calcária. Varandas, em 1888, foi ao Rio de Janeiro, onde obteve o privilégio para a montagem de uma fábrica de cimento na Paraíba, e, logo após vendeu a concessão a uma sociedade anônima, que, em 1902, iniciou a fabricação, suspendendo os trabalhos depois de ter produzido 6.000 barricas do artigo, reputado de qualidade superior. Defeitos diversos na maquinaria fizeram a emprêsa fracassar; e da imponente construção resta, hoje, menos do que ruínas.

Tórres — Povoado do município de Umbuzeiro. A matrícula em sua escola pública primária, em 1942, foi de 50 alunos, tendo 37 de frequência média.

Tramataia (Voc. ind.) — Pequena aldeia de pescadores, à margem do baixo Macunaguaré.

Travessa — (V. São João do Cariri.)

Trece de Maio — Ilhota formada pelos rios Guia e Paraíba. Está defronte do pontal N. E. da Restinga. Foi desbravada por Carlos Mauri, que ali edificou, no começo do século atual, uma casa de vivenda.

Trincheiras — Arrabalde da cidade de João Pessoa, ao pé das trincheiras segundo uns, levantadas para reprimir a invasão holandesa; segundo outros, parecendo inverossímil, erguidas em 1710 pelo Capitão-Mor João da Maia da Gama, com o intuito de defender os Macatecas.

Triunfo — Povoação do município de Antenor Navarro, ao pé da serra de Gameiras. No local se deu, em 1824, um combate entre as tropas de Maxi Rodrigues, 100 patriotas cearenses da Confederação do Equador e legalistas ao mando de Dantas Rotela. Os primeiros vitoriaram e ficaram no campo, descultados, celebrando a façanha, quando os contrários, se reorganizando, recebendo reforços, investiram furiosamente. A resistência foi desesperada, conseguindo somente cinco dos seus fugir, embora feridos. Maxi e os demais morreram na ação. O lugar, que se chamava Picadas, passou a denominar-se Triunfo. É mediocre. Tem uma capela e uma escola primária pública. Esta, em 1942, matriculou 44 alunos.

— Nome que teve a atual cidade de Picuí. (V. Picuí.)

Uiráuina (Voc. ind., corr. de guirá-uina: pásaro prêto) — Tinha o nome de Canaã, mudado pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. Sua denominação primitiva, era Belém, trocado pela de Canaã por força do Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, que elevou a povoação a categoria de Vila. É prospera, iluminada a luz elétrica, tem Agência Postal-Telegráfica e 2 aulas públicas primárias que, em 1942, matricularam 264 alunos, obtendo a frequência média de 184. A vila está ao pé de um açude que a abastece. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 315 prédios urbanos, 56 suburbanos, 1.792 rurais e a população: urbana, 1.159 habitantes; subúrbica 178; rural, 3.170.

Umari (Voc. ind., corr. de u-mari: água do mari. Mari é árvore espinhosa, cresce à margem dos lugares alagados e frutifica uma amêndoa que comem cozida) — Povoado do município de Areia, tendo aula pública primária que matriculou 45 alunos, em 1942.

— Povoado do município de Guarabira. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 41 alunos.

— Povoado do município de Bananeiras, cuja escola primária teve 29 matriculados em 1942.

Umari do Pordeus — Povoado do município de Antenor Navarro. E' hoje o distrito de Brejo das Freiras.
Umbus (Voc. ind., corr. de imb-u: árvore que dá água) — Povoado do município de Areia. Sua escola pública registrou 28 matriculas, em 1942.


Umbuzeiro — Município nos limites S.O. do Estado. Ocupa a área territorial de 1190 quilômetros quadrados. O Recenseamento de 1940 computou-lhe: 479 prédios nas zonas urbanas, 134 nas subzona, 523 nas rurais e a população: urbanas, 153 habitantes; suburbanas, 1113; rurais, 5408 ou seja, o total de 9006 prédios e 3352 habitantes. Acudes — Há no município vários acudes de pequena capacidade pertencentes a particulares. O mais importante é o Presidente João Pessoa, construído pelo Estado, no distrito de Arco-iris, tendo a capacidade de 20 000 000 metros cúbicos. Administração — Políticamente, é dirigido por um prefeito municipal, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por funcionários permanentes. E’ sede de comarca de segunda entrada, estando a cargo de um juiz de Direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar, os interesses da Justiça local. A segurança pública compete a um delegado de Polícia, na cidade, e subdelegados, nas vilas, o primeiro nomeado pela Interventoria, os outros pelo Secretário do Interior e Justiça. Da alcada do Chefe de Polícia é a nomeação de suplentes para os referidos cargos. Aspecto físico — Tem o município grande trecho acidentado, lembrando a região do Brejo, e larga faixa de caatinga com o colo levemente ondulado, transição para o Cariri. As principais serras, bôdas pertencentes ao sistema da Borborema, são: Cascavel, Cachoeira Grande, Juá, Jucá, Mata Virgem, Oratório e Uruçu. Assis-tência social — Conta um Pósto de Higiene mantido pelo município e socieda-des religiosas que praticam a caridade. Clima — Diz o professor Emílio Chaves, na sua pequme "Cenografia de Umbuzeiro", — ser o “clima sabubre, variando a temperatura entre 13ºC no rigor do frio e 29º, a máxima, no calor do verão”. E’ normalmente, salubre; quente e umido na região serrana; quente e seco, na caatinga. Comércio — Tem importância o comércio do município, que mantém suas transições com as praças de Campina Grande, Tabajara e Limoeiro, esta do Estado de Pernambuco.

feiras abundantes. **Hidrografia** — O principal rio do município é o Paraíba do Norte que o atravessa de O. a L., num percurso aproximado de oitenta quilômetros. Na região, é alimentado pelos seguintes afluentes: Abreu, Barris, Dois Riachos, Fervedouro, Leitão, Município, Natuba, Quixaba, Riacho da Cruz, Sanharó e Tabocas, tributários da margem direita; Chã Grande, o rio Paraíba, Pedro Velho, Riachão, Salinas, São Bento, Tamanduá, Tanque do Chaves, da margem esquerda. O Paraíba no é formado pelos rios Agua Fría, Aroeiras, Amarelinha, Cajá e Tavares. As lagos mais importantes: Casados, Jardim, Marcos e a próxima da sede. **História** — Um copado umbuzeiro, poio de almoceiros, deu nome ao local e esta circunstância atraiu os primeiros moradores com o fim de pequenos lucros obtidos com hospedagem a viajantes e tropeiros. O movimento avultou e com ele o número de habitantes medíocres. A partir de 1850, se interessaram pela formação de um povoado regular, agricultores abastados, entre eles o alagoano José da Silva Pessoa, Gervásio Travassos Sarinho, Cel. Assunção Calafange, vindos respectivamente de Bon Jardim e Golana; Cel. Calafange Santiago, procedente do Ingá. Sob os esforços destes, o povoado floresceu, com o nome Umbuzeiro, que o missionário Ibiapina Inítia mente tentou mudar para o de Pio IX. Por Decreto n.o 15, de 2 de maio de 1890, foi elevado a vila, tendo porém seu cartório civil desde 1889. Por Decreto n.o 25, de 19 de maio de 1892, foi a sede da vila transferida para Natuba, voltando a Umbuzeiro pelo Decreto n.o 205, de 19 de novembro de 1994. Como termo, pertenceu a Ingá e foi cabeça de Comarca em 1.o de novembro de 1917. Os Decretos-leis ns. 1164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, conservaram-lhe as anterior prerrogativas. **Homens notáveis** — Nasceram no município: Epitácio da Silva Pessoa e João Pessoa Cavalcânti de Albuquerque. **Indústria** — No município existem 3 instalações para beneficiar algodão e vários maquinismos para o preparo de fibras. Calcula-se que o município produz, anualmente, 4 000 000 de quilogramas de algodão em rama e 1 100 000 de café. **Instrução** — Conta a primária, difundida por 38 escolas, inclusive um Grupo Escolar, sob a docência de 47 professores. A matrícula, em 1942, registrou 2 019 alunos, verificando-se 1 364 de frequência média. **Limites** — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, estabeleceram os seguintes limites municipais para Umbuzeiro: — **Com Campina Grande**, começando na foz do rio Guaribas, no rio Pereiro, desce por este até a sua foz no rio Paraíba, desce ainda por este até o marco n.o 1, situado à sua margem, na fazenda Curral Velho, onde se estremam os municípios de Campina Grande e Ingá. **Com Ingá**, começando no marco n.o 1, localizado à margem do rio Paraíba, na fazenda Curral Velho, desce por este até a sua foz no rio Paraíba e por este até a foz do rio Tabocas ou Jerimum, onde se estremam os municípios de Ingá e Tabalana. **Com Tabalana**, começando na foz do rio Jerimum ou Tabocas, no rio Paraíba, sobe por este até a sua nascente, na cumeada do contraforte Quicuí e daí até o marco n.o 10 (de Tabalana), na cumeada da serra de Pirauá, nos limites com Pernambuco (município de São Vicente). **Com Pernambuco** — (Municípios de São Vicente, Queimadas, Surubim e Vertentes), começando no marco n.o 10, (de Tabalana), situado na linha de cumeada da serra Pirauá, segue por ela e pela dos contrafortes denominados serra Verde, serra do Oratório, serra Cachoeira e serra da Boa Vista até o marco n.o 2, situado à margem do caminho carroçável de Vertentes a Jucá, onde se estremam Cabaceiras com Vertentes (Pernambuco). **Com Cabaceiras**, começando no marco n.o 2, situado às
margem do caminho carroçável de vententes a Jucá, segue por ele até cortar o riochu da Cruz, desce por este rio, até a sua foz no rio Paraíba e por este rio até a foz do rio Salinas; sobe por este rio até a sua nascente e, por cerca da nascente do rio Guariças, na fazenda Guariças de Cima: desce por ele até a sua foz no riochê Pereira, na fazenda do mesmo nome, onde se estremam os municípios de Cacuzeiras e Campina Grande.

**DIVISAS INTERDISTRICTAIS**

**Distrito da Sede com Natuba**, começando na foz do riochê Umbuzeiro, no rio Paraíba, sobe por este rio até o marco n.º 2, situado à sua margem e, deste marco, segue em linha reta até o marco n.º 3, situado na fazenda Matinadas, na linha de cumeada que separa Pernambuco do Paraíba. **Distrito da Sede com Aroeiras**, começando no marco n.º 4, situado à margem do rio Paraíba e no ponto onde ele é cortado pelo caminho carroçável de Alercrim, desse rio Paraíba até a foz do riochê Umbuzeiro. **Distrito da Sede com Mata Virgem**, começando no marco n.º 5, situado na linha de cumeada da serra do Oratório, no povoado de mesmo nome, segue pela estrada carroçável de Mata Virgem, até a sua interseção com o caminho de tropa do Aleixo; prossegue por este caminho de tropa até alcançar o de Alercrim, pelo qual segue até o marco n.º 4, situado à margem do rio Paraíba. **Aguapaba com Aroeiras**, começando na foz do riochê Natuba, no rio Paraíba, desce por este rio até a foz do riochê Paraíba, nos limites com Ingá. **Natuba com Aguapaba**, começando na foz do riochê Natuba, no rio Paraíba, sobe por este rio até o ponto onde ele é cortado pelo caminho carroçável de Fervedouro, prossegue por este caminho até alcançar a linha de cumeada da serra de Pirauá, que divide Paraíba de Pernambuco. **Aroeiras com Mata Virgem**, começando na foz do riochê Salinas, no rio Paraíba, desce por este rio até o marco n.º 4, situado no ponto onde ele é cortado pelo caminho carroçável de Alercrim. **Meio social** — A cidade apresenta um conjunto de pessoas educadas e instruídas, promovendo reuniões elegantes, estimulando grêmios artísticos, literários e esportivos e associações religiosas. **Povoações** — Além das vias, conta o município várias povoações, sendo as mais importantes: Chã do Azevedo, Chã do Esquecido, Cecília, Jardim, Natuba Velha, Olhos-d’Água, Pedro Velho, Três, Trapiá e Urucu. **Quedas d’Água** — Sómente uma no riochê Natuba, com um joelho de 40 metros de altura, potencial não avaliado e, até agora, inaproveitada. **Religião** — Constitui o município a freguesia de N. S.ª do Livramento, criada por provisão diocesana de 21 de setembro de 1902, sendo seu primeiro vigário, o Padre Gabriel Toscano da Rocha. Antes, pertencia à freguesia de Natuba, que foi extinta com a elevação de Umbuzeiro a sede de Paróquia. Conta capelas filiais em Aroeiras, Manueiras, Mata Virgem, Natuba, Natuba Velha, Olhos-d’Água, Oratório, Pedro Velho e na Sede. **Rendas públicas** — Em 1941, a Colônia Estadual arrecadou 274.058,400 e despendeu 225.736.900. A Coletoria Federal, em 1942, teve a receita de Cr$ 112.260,00. Para o exercício de 1942, a Prefeitura Municipal orçou sua receita em Cr$... 152.000,00, e teve a de Cr$ 171.674,30; fixou a despesa em Cr$ 218.000,00 e realizou a de Cr$ 212.181,00. **Repartições públicas** — Prefeitura, Fórum, Coletoria Federal, Coletoria Estadual, Agência Postal-Telegráfica, Mercado Público, Açoogue, Grupo Escolar, Cartório do Registro Civil. **Riquezas naturais** — Não foram estas bem estudadas; sabe-se que existem no município: mármore, mica, calcário, cobre. Na fazenda e povoado Fervedouro, existe uma fonte cujas propriedades magnesianas já foram anali-
sadás. **Sede** — A sede é a cidade de Umbuzeiro, bem situada a 582 metros de altitude, na serra do Oratório, exatamente na linha divisória, estendendo-se uma parte para o Estado de Pernambuco. É bem edificada, de agradável aspecto, ruas largas, duas linhas praças, numa das quais há um dancing, um monumento a João Pessoa e outro ao Ccl. Antônio Pessoa. Dista 140 quilômetros da Capital do Estado, 85 de Campina Grande e 75 de Tabalana. Segundo o Reconhecimento de 1940, conta 129 prédios urbanos, 117 suburbanos, 1.162 rurais e a população: urbana, 508 habitantes; suburnana, 418; rural, 5.216. Suas coordenadas, segundo os trabalhos da comissão dirigida por Pimenta da Cunha, são: lat. 8° 41' 52,95; long. E. do Rio de Janeiro 70° 33' 25,50, em frente ao mercado e Grupo Escolar. Vias de comunicação — Por estradas reais se liga a Campina Grande e Tabalana, sendo mais fácil sua comunicação com o Recife, em virtude da excelente rodovia que atravessa os municípios pernambucanos de Queimadas, Bom Jardim, Limoeiro, Chã de Carpina e outros.

— Povoado do município de Monteiro. (V. Carão.)


**Una** (Voc. ind., contracção de t-una: rio préto) — Rio perene que atravessa Sapê, Pilar e Maguari; nasce em Pedras do Fogo, despeja á margem direita do Paraíba.

— Povoação à margem do rio precedente; pertence ao município de Maguari. Tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 27 alunos.

— Futuroso povoação do município de Sapê. Sua escola pública primária em 1942, registrou 84 matrículas e a frequência média de 46.

**Urias ou Ariús** — Nome de uma tribo da família cariri. (V. Ariús.)

**Uruçu** — Grande povoado do município de Umbuzeiro. Conta duas escolas públicas primárias que, em 1942, matricularam 92 alunos, tendo 60 de frequência média.

— Povoado do município de Alagoa Nova. Em 1942, sua escola pública primária matriculou 44 alunos, resultando 27 de frequência média.

Nome de uma serra do município de Umbuzeiro.

— Rio afluente do Mamanguape; nasce no município de Alagoa Nova.


**Usina Santa Rita** — Povoado e usina de açúcar no município de Santa Rita. Sua escola primária matriculou 27 alunos em 1942 obtendo igual número na frequência média.

**Usina Tanque** — Usina de açúcar e povoado do município de Alagoa Grande, nêle funcionando uma escola pública primária que matriculou 38 alunos, em 1942, registrando 25 de frequência média.

**Vaca Brava** — Açu do Estado no município de Areia, tendo a capacidade de 3.400.000 metros cúbicos. Anastace a cidade de Campina Grande.

**Varadouro** — Bacia do rio Sanhuá, constituindo o póto da Capital do Estado ou o póto de João Pessoa. Está quase obstruído: Nêle podem ancorar somente embarcações que não excedam de 15 pés de calado. O nome lhe veio, por haver no passado, à margem do rio, estaleiros para consertos e constru-
Várzea — Nome que no estado designa os terrenos planos e argilosos à margem dos rios, e, de ordinário, alagam durante as enchentes. As vezes é sinónimo de vale.

— Povoado do município de Ingá. Possui aula pública primária que, em 1942, matriculou 41 alunos, tendo 29 de frequência média.


Várzea Comprida dos Leites — Povoado do município de Pombal. Foi de 45 o número de matriculados, em 1942, em sua escola primária.


Várzea Grande — Lugarejo do município de Sapé. Foi de 34 alunos, a matrícula em sua aula primária, no exercício de 1942.

Várzea Nova — Povoação do município de Santa Rita, dois quilômetros a L. da sede e à margem da rodovia central do Estado. Foi antiga aldeia de tabajaras. Em 1745, o infeliz jesuíta Gabriel Malagrida deu-lhe certo incremento, reedificando-lhe a igreja, atraindo habitantes com a assistência que ali fêz. E’ mediocre. Conta mais de 300 habitantes que se entregam à pesca e à agricultura. Sua aula pública primária, em 1942, matriculou 95 alunos, tendo 49 de frequência média.

— Povoado do município de Catolé do Rocha, cuja aula primária, em 1942, teve 50 matriculados.

Varzinha — Lugarejo do município de Pombal. Sua aula pública matriculou 13 alunos, em 1942.

Vassouras — Povoado do município de Umbuzeiro. Sua escola pública matriculou 42 alunos, em 1942, resultando 25 de frequência média.

Vazante — Povoado de Misericórdia. Conta aula pública primária, que, em 1942, teve 50 matriculados e a média de 26.

— Povoado do município de Sousa. Sua escola pública teve 33 matriculados, em 1942, e igual número na frequência média.


Verônica — Estrada em declive ao N. da serra do Teixeira. (V. Teixeira.)


Vila do Imperador — Nome, em homenagem a D. Pedro II, dado ao Ingá, quando o elevaram à categoria de vila. (V. Ingá.)

Violeta — Povoação comum aos municípios de Guarabira e Mamanguape.
Nela funciona uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 48 alunos, tendo a média de 35.

Viração — Serra cortada pela rodovia ligando o Cariri ao município de Patos.

Volta — Lugarejo do município de Mamanguape.


Z

Zabelé (Voz onomatopéica deduzida do canto de uma cespócio de perdiz) — Povoado mediocre do município de Monteiro. Tem aula pública primária.

— Nome de uma serra do município de Conceição.

— Serra do município do Ingá, em cuja fraida assenta um lugarejo também denominado Zabelé.

Zumbi (Voz africana — Parte da cidade de João Pessoa, a N.O., entre o sopé da colina e o mangue, hoje em grande parte aterrado com o lixo retirado da cidade.


— Povoado do município de Alagoa Grande, à margem do rio precedente. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 34 alunos, tendo 30 de frequência média.

— Povoado do município de Ibiapinópolis; em 1942, matriculou sua aula pública 29 alunos, resultando-lhe 21 de frequência média.
ACABOU DE SE IMPRIMIR
NAS OFICINAS DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
PARA O INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
EM OUTUBRO DE 1930